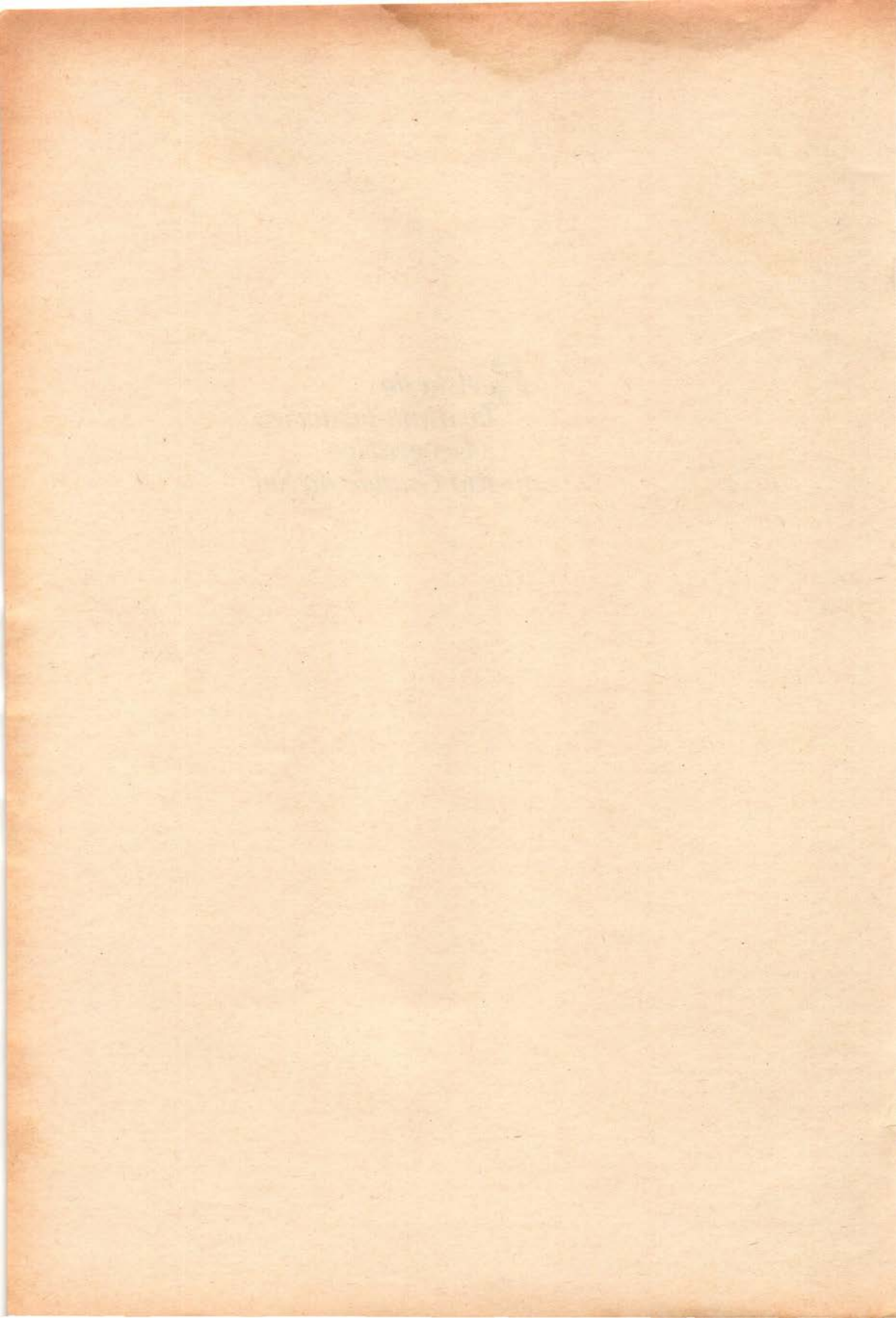
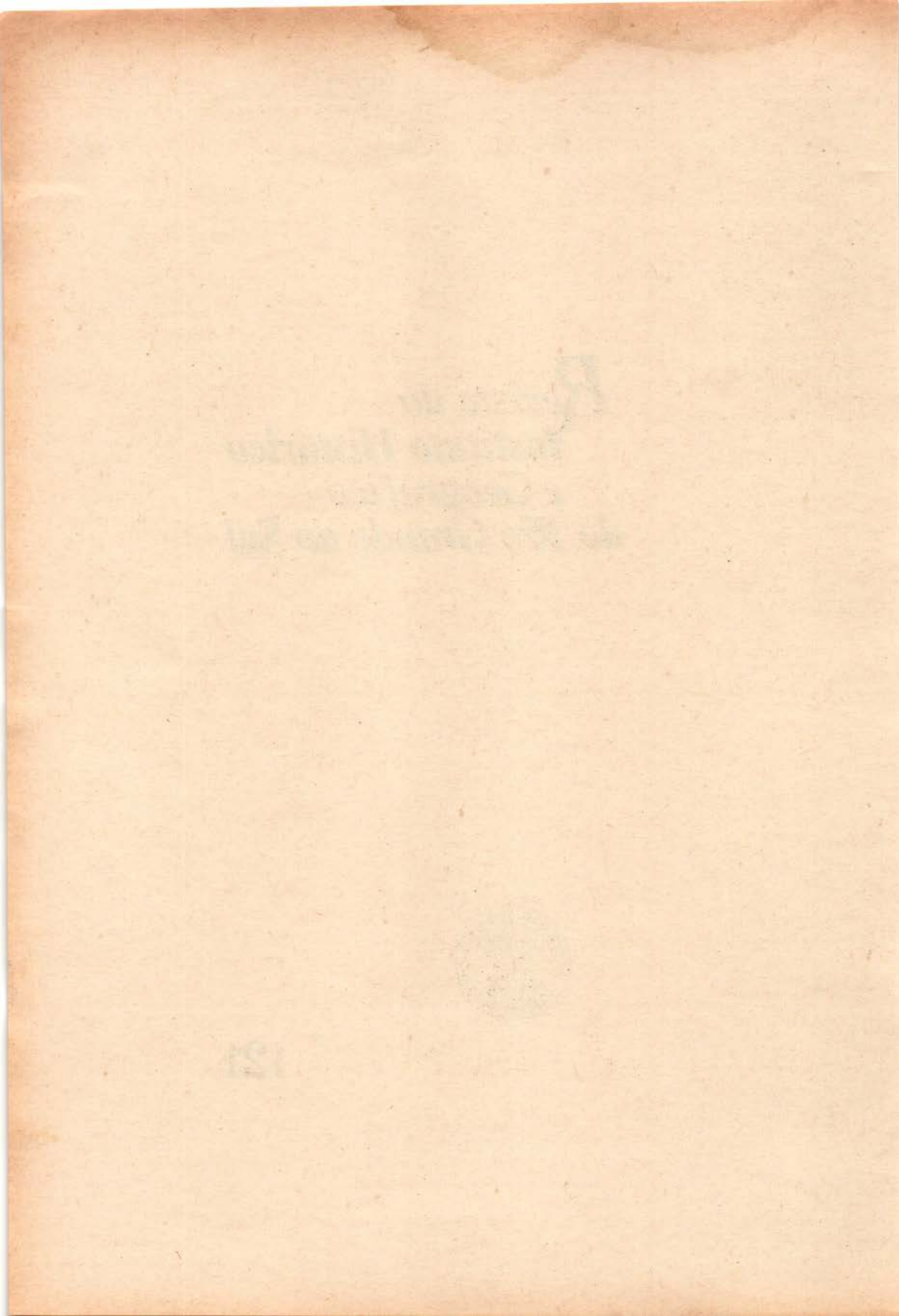


*Revista do
Instituto Histórico
e Geográfico
do Rio Grande do Sul*



*Revista do
Instituto Histórico
e Geográfico
do Rio Grande do Sul*





INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

(Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto federal nº 4273, de 24-XI-1921, Decreto estadual nº 16.565, de 15-IV-1964 e Decreto municipal nº 2464, de 10-XII-1962.)

Sede Social: Rua Riachuelo, 1317 - Caixa postal 359

Telefone: 24-3760

90.000 - Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), BRASIL

DIRETORIA (BIÊNIO 1974/1976)

Presidente perpétuo - Adroaldo Mesquita da Costa

1º Vice-Presidente - Moysés Vellinho

2º Vice-Presidente - Armando Dias de Azevedo

Secretário Geral - Ruben Neiss

Secretário - Arthur Ferreira Filho

Tesoureiro Geral - Mário Calvet Fagundes

Tesoureiro - Paulo Xavier

Orador - José Pereira Coelho de Souza

Bibliotecário - João Maria Balém

CONSELHO FISCAL

Guilhermino Cesar

Riograndino da Costa e Silva

José de Araujo Fabrício

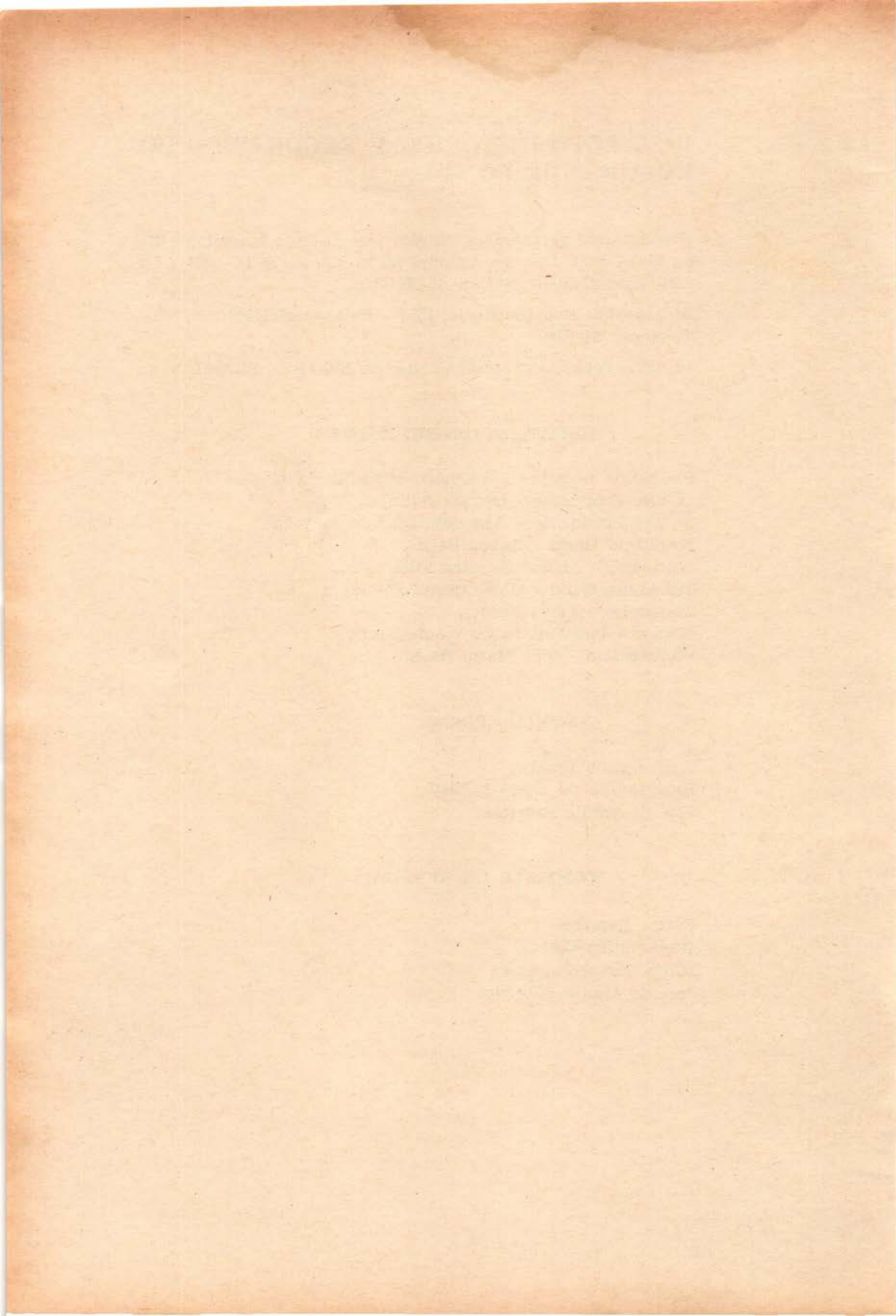
COMISSÃO DA REVISTA

Carlos Reverbel

Guilhermino Cesar

Mário Calvet Fagundes

José de Araujo Fabrício



SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

A FUNDAÇÃO DE PORTO ALEGRE E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Arthur Ferreira Filho

A Fundação de Porto Alegre / 28

Resolução do Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul / 48

Lei Municipal Consagra o Dia 26 de Março Como
Data da Fundação de Porto Alegre / 50

Adroaldo Mesquita da Costa

Discurso na Câmara Municipal / 51

Riograndino da Costa e Silva

Do Porto dos Casais à Grande Porto Alegre / 61

SEGUNDA PARTE

O FUNDADOR DE PORTO ALEGRE – POVOADORES DA ÁREA – ORIGEM DO POVOAMENTO URBANO

Moysés Vellinho

O Fundador de Porto Alegre / 73

Paulo Xavier

Porto Alegre: Origem do Agrupamento Urbano / 106

José de Araújo Fabricio

Inácio Francisco de Melo / 112

E. d'Artagnan Carvalho

Primitivos Moradores de Viamão (1782-1792) / 133

TERCEIRA PARTE

VÁRIA

Afonso Guerreiro Lima

Pequeno Dicionário Toponômástico do Rio Grande do Sul / 169

Thomaz Carlos Duarte

Índice da Revista do Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul (Anos de 1921 a 1950) / 225

QUARTA PARTE

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

Moysés Vellinho

O Gigante e o Rio / 313

Publicações Recebidas / 314

Publicações Recebidas no Ano de 1974 / 314

Jornais Recebidos no Ano de 1974 / 317

Pessoas que Doaram Obras ao Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul / 317

Instituições que Doaram Obras ao Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul / 317

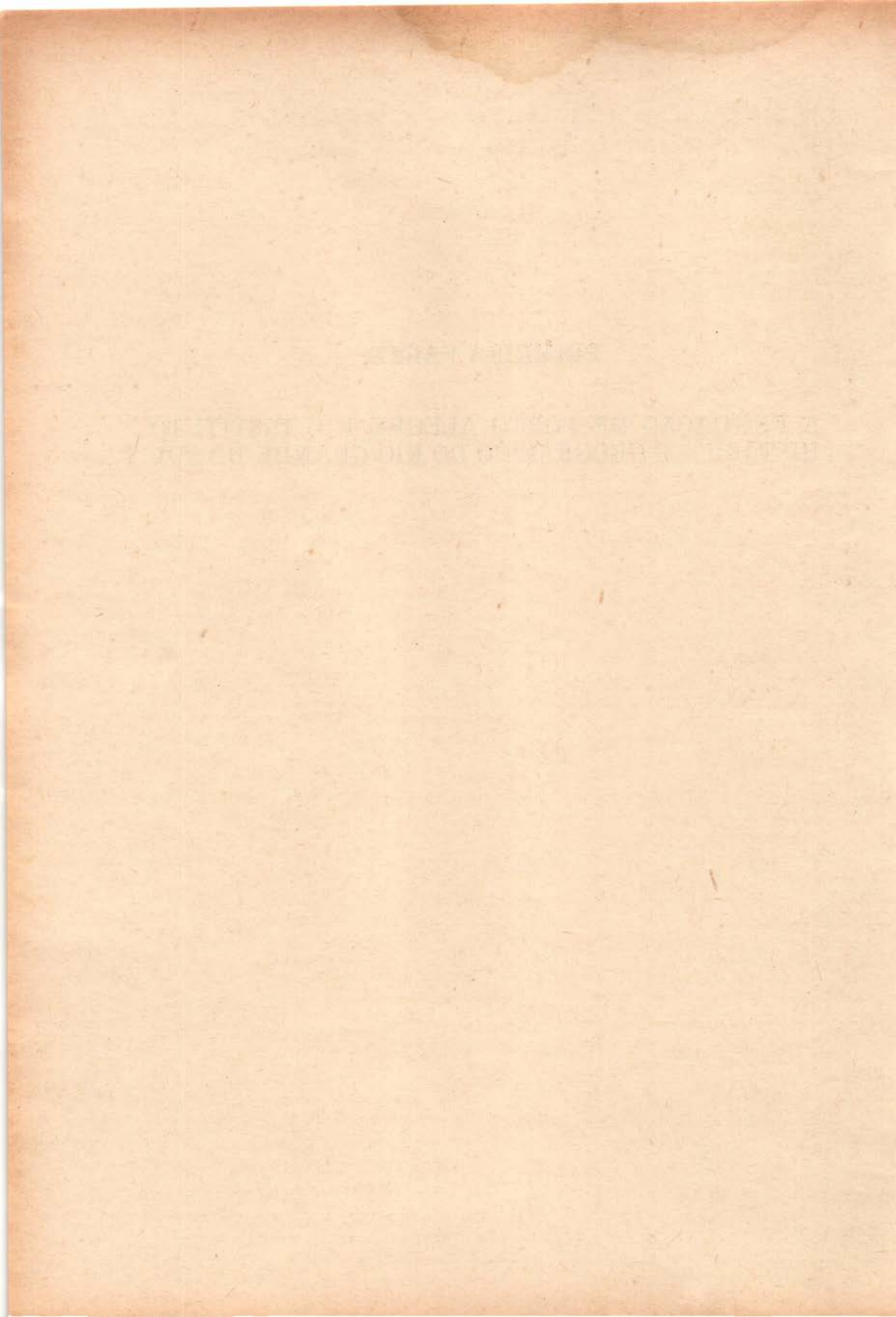
QUADRO SOCIAL

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul:
Quadro Social em 1974 / 320

Sócios Falecidos em 1973-1974 / 320

PRIMEIRA PARTE

**A FUNDAÇÃO DE PORTO ALEGRE E O INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL**

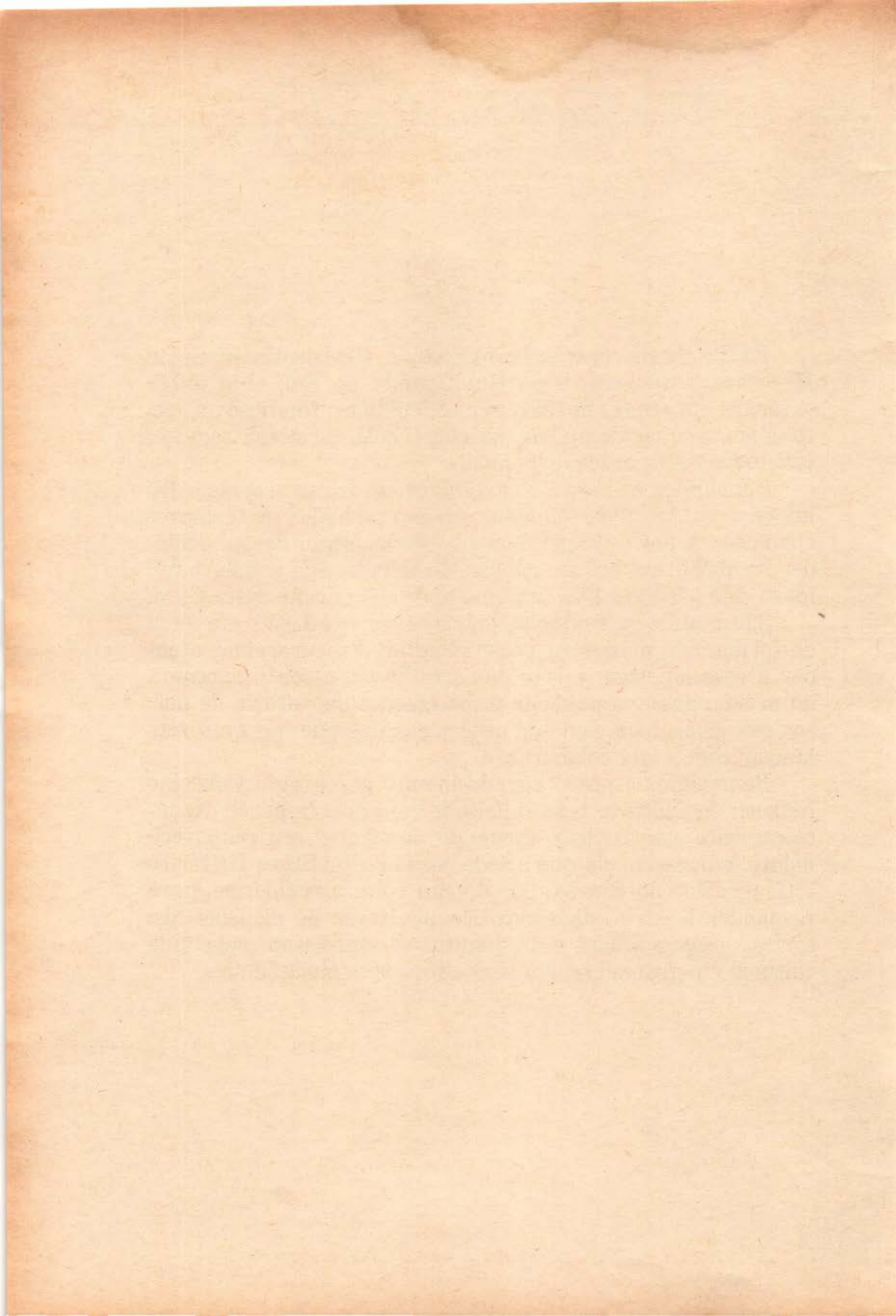


RESSURGE, com este número, a **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, cuja publicação foi suspensa em 1951, por dificuldades financeiras, visto como tivemos de aplicar na construção de nossa sede social todos os recursos disponíveis.

Concluídas as obras, reinstalados em lugar próprio a Biblioteca e o Arquivo, retomamos nosso trabalho em melhores condições, e daí o reaparecimento deste órgão de publicidade, o mais antigo, em seu gênero, do Estado. Seu primeiro número veio à luz em 1921, um ano após a fundação desta Casa.

São muitas as fontes primárias cuja revelação, em letra de forma, não mais será possível adiar. Procuraremos atender a esse objetivo, a bem dos estudiosos, e continuaremos, do mesmo passo, a publicar investigações da autoria de nossos consócios, bem como de outros autores que nos quiserem honrar com a sua colaboração.

Renovamos o nosso agradecimento ao egrégio Conselho Federal de Cultura, pela solicitude com que amparou financeiramente esta revista, tornando possível o seu reaparecimento, na ocasião em que a sede social do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul volta a reabrir-se, para responder à curiosidade dos pesquisadores de ciências históricas e geográficas, e de quantos se interessam pela vida cultural rio-grandense, em suas diferentes modalidades.



PRIMEIRA PARTE

A FUNDAÇÃO DE PORTO ALEGRE E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

A pedido do então prefeito da Capital, Dr. José Loureiro da Silva, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul emitiu parecer, em outubro de 1939, sobre a fundação de Porto Alegre.

Em outubro de 1953, o Eng^o Ildo Meneghetti, no exercício daquele mesmo cargo, voltou à presença desta instituição para pedir que fixasse, "com precisão, a data em que Porto Alegre foi fundada".

Posteriormente, a egrégia Câmara de Vereadores manifestou o desejo de ver debatido novamente o assunto, ocasião em que três representantes deste Instituto - Adroaldo Mesquita da Costa, Arthur Ferreira Filho e Riograndino da Costa e Silva - compareceram ao plenário do legislativo municipal, ali expondo o ponto de vista já expresso por nossa instituição a esse respeito.

Em face do interesse despertado pela matéria, transcrevemos a seguir os dois pareceres e as três orações a que aludimos, bem como o texto do decreto baixado pelo prefeito Telmo Thompson Flores, em 29 de dezembro de 1971, consagrando a opinião do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul acerca dessa questão histórica.

Em 20 de outubro de 1939, o então Prefeito de Porto Alegre, Dr. José Loureiro da Silva, dirigia ao presidente deste Instituto, Dr. Leonardo Macedônia, o seguinte ofício:

Porto Alegre, 20 de outubro de 1939

Ilm^o Sr. PRESIDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

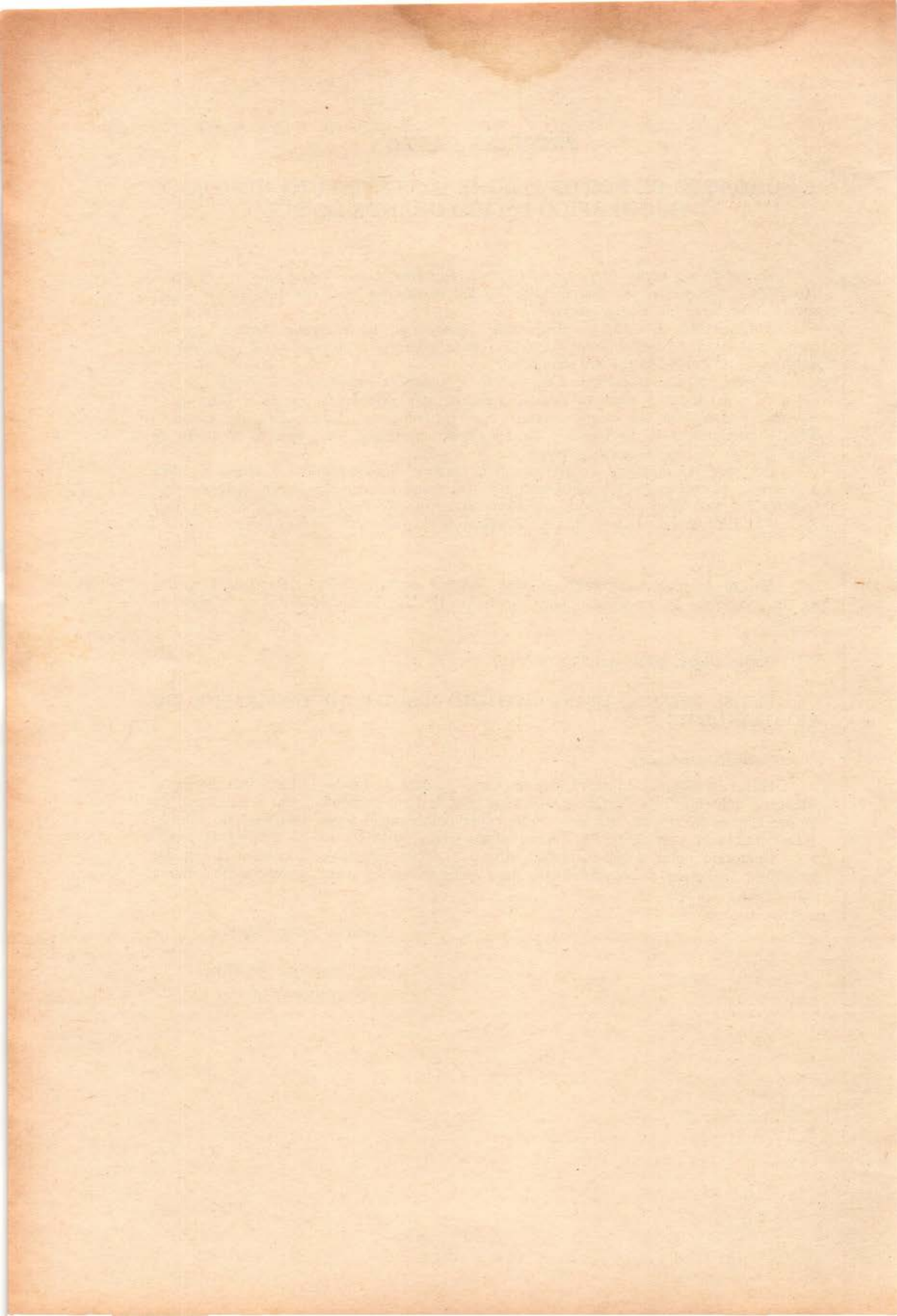
Cordiais saudações

Havendo algumas controvérsias em torno da data da fundação da cidade de Porto Alegre, e querendo esta Prefeitura assinalar com festivas comemorações a passagem do 2^o centenário da cidade, solicito a esclarecida colaboração desse Instituto, no sentido de ser precisada essa efeméride com os dados mais positivos que se consigam coligir.

Contando obter dessa entidade cultural o apoio necessário à consecução de tal propósito, valho-me da oportunidade para reiterar-vos os meus protestos de sincera admiração e apreço.

Saúde e Fraternidade

a) José Loureiro da Silva
PREFEITO



A 24 de de outubro de 1939, era o assunto submetido à Comissão de História, que prolatou o seguinte parecer:

PARECER RELATIVO À DATA DA "FUNDAÇÃO DA CIDADE" DE PORTO ALEGRE, CAPITAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL, APRESENTADO PELO PROF. J. TUPI CALDAS, COMO RELATOR DA COMISSÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Chamada a Comissão de História do nosso Instituto a tomar conhecimento do ofício nº 466, de 20 de outubro de 1939, do Exmo. Sr. Dr. Loureiro da Silva, digno prefeito de Porto Alegre, venho por designação do Exmo. Sr. Dr. Leonardo Macedônia, ilustrado presidente do sodalício, como relator, apresentar o resultado do nosso estudo.

Envolvendo o parecer assunto importantíssimo, relativo à história da capital rio-grandense, o relator examinou não só todos os textos publicados e constantes do fichário da biblioteca do Instituto, mas ainda todas as atas da Câmara da Vila do Rio Grande de São Pedro e Continente de Viamara, entre 1766 e 1811, dando caça minuciosa às questões de dúvidas ou controvérsias por ventura suscitadas; outrossim, leu no Museu Júlio de Castilhos os documentos originais, que constituem, o Livro nº 2, denominado da "Expedição", onde estão colecionados papéis importantes para o estudo da vida local, no fim do século dezoito, anotando as informações que colaboram em apoio da verdade histórica.

A questão que mereceu reparo do relator é a contida no período inicial do citado ofício: "Havendo algumas controvérsias em torno da data da fundação da cidade de Porto Alegre, e querendo esta Prefeitura assinalar com festivas comemorações a passagem do 2º centenário da cidade, solicito a esclarecida colaboração desse Instituto, no sentido de ser precisada essa efeméride com os dados mais positivos que se consigam coligir".

É evidente que a análise desse período esclarece o objeto da consulta feita ao Instituto; ao conjunto de orações que formam sentido completo, devemos responder com base na História da Pátria.

Todas as informações colhidas permitem afirmar que o território porto-alegrense, numa área de 6.600 metros de largura, na direção leste-oeste, e de 19.800 metros de comprimento, medida na direção norte-sul, com forma retangular, a partir do rio Gravataí até o atual arroio Capivara, cuja foz está situada no atual balneário Ipanema, constituía a base física duma realidade social concreta, a estância de Jerônimo Dorneles de Menezes, em cinco de novembro de mil setecentos e quarenta (5-11-1740) (Vide Boletim Municipal de P. Alegre, nº 1, ano 1939, pág. 135, Documento nº 1).

A grande propriedade rural de Jerônimo Dorneles de Menezes fazia divisa ao sul com a estância de Sebastião Francisco Chaves, segundo título de sesmaria de trinta de março de mil setecentos e trinta e seis (30-3-1736), conservado no Arquivo Público da cidade da Bahia, como informou o Exmo. Sr. Gen. Borges Fortes ao Exmo. Sr. Prof. Walter Spalding (Vide pág. 65 da Rev. do Arquivo Público Mineiro, ano 1933; e nota nº 6, pág. 135, Boletim Municipal, Porto Alegre, ano 1939, nº 1).

Do lado de leste, o latifúndio de Jerônimo Dorneles de Menezes encontrava-se com a grande propriedade de Francisco Xavier de Azambuja, cujo título de posse legítima é de vinte e oito de outubro de mil setecentos e trinta e dois (28-10-1732), sendo assinada pelo conde de Zarzedas, Governador da Capitania de São Paulo (vide *Troncos Seculares*, Gen. Borges Fortes - pág. 23 - Edição do Rio de Janeiro - ano 1931); tinha como limite norte o rio Gravataí, sendo banhada em toda a extensão do oeste pelo rio Grande, nome como era conhecido o nosso Guaíba, outrora também chamado Iguaíba, como se lê em cartas de sesmaria do século 18.

Entendemos que a existência da estância de Jerônimo Dorneles de Menezes, nas terras em que hoje está edificada a cidade de Porto Alegre, cujo proprietário tinha carta de sesmaria datada e assinada, em 5 de novembro de 1740, em Vila Boa de Goiás, por D. Luís Mascarenhas, Capitão General da Capitania de São Paulo e Minas da sua Repartição, a par das outras cartas de sesmarias citadas, demonstra que a ação colonizadora luso-brasílica já se fazia sentir no território do nosso município, nas primeiras décadas do século 18 (Vide: Notícias Práticas da Costa e Povoação do Mar do Sul. *Rev. I.H.G. do RGS*, Ano 1929, 3. trim., pág. 353 a 362; observação a 1ª Prática é de autoria do Sargento-Mor da Praça de Santos, Manuel Gonçalves Aguiar e a 2ª Prática é do Capitão Cristóvão Pereira (de Abreu?); ano de 1721).

A evolução da estância de Jerônimo Dorneles de Menezes, separada ao norte pelo rio Gravataí da propriedade rural de Francisco Pinto Bandeira, esse com carta de sesmaria e posse de 1734, se operou de modo regular.

Com título idôneo, Jerônimo Dorneles de Menezes, a partir de 1740, realiza a melhoria dos trabalhos agrícolas na sua estância, a par da criação de gado, assegurando, pelas relações de família, definidas afinidades com os vizinhos, todas com subordinação às autoridades instituídas no Estabelecimento da Barra do Rio Grande de São Pedro.

Na propriedade de Jerônimo Dorneles de Menezes estiveram, sem dúvida, "arranchados" moradores de diversas procedências, principalmente da Colônia do Sacramento, do Rio Grande de São Pedro, de Laguna e mesmo "casais das ilhas".

No "Diário da Viagem do General Gomes Freire de Andrada", do qual é autor o Sargento-Mor Luís Manuel Azevedo Carneiro e Cunha, se lê: "Dista o Porto de Viamão 70 léguas pa. a pte. do norte do Rio Grande e a ele se encaminharão todas as Embarcações, pa. entrarem pelo Rio Ingaíba, q. fica fronteiro ao tal Porto em ã. se tinha feito havia pouco tempo um grande Arraial de Ilhéus. Latitude 30 g. Longitude 325 (?)" (Vide *Rev. I.H.G. do RGS*, ano 1937. 1. trim., pág. 76).

A informação supra deve ser posterior a 7 de abril de 1752, data da chegada de Gomes Freire ao Rio Grande de São Pedro; julgo, mesmo, posterior a 20 de junho de 1754, quando se realizou a entrega e bênção das "bandeiras dos regimentos de artilharia", bem como dos "estandartes" dos Dragões, pois a marcha para o Jacuí, teve início depois dessa cerimônia cívica, realizada na Vila do Rio Grande.

Anteriormente, em 3 de dezembro de 1747, encontramos a notícia sobre uma capela, com invocação de São Francisco; teve como primeiro cura frei Faustino, que aqui chegou em 19 de dezembro de 1752; constituía uma capela curada da Igreja de N. S. da Conceição de Viamão; servia as necessidades espirituais dos "povoadores" da "estância" de Jerônimo Dorneles de Menezes e vizindário.

O referido latifúndio foi vendido, em mil setecentos e sessenta e dois (1762) a Inácio Francisco, que pagou a quantia de oito contos de réis, como informa o Exmo. Sr. Alfredo Rodrigues, ilustrado historiador patricio, na pág. 102, do Almanaque do Rio Grande do Sul, ano de 1915.

A Igreja Católica e o Governo Real criaram, em 26 de março de 1772, a Freguesia de N. Sra. Madre de Deus, encravada a sua "fábrica" numa propriedade particular ou quicá com situação em supostos terrenos realengos; não devemos esquecer que o proprietário de sesmaria, banhada de grande arteria fluvial, devia "deixar meia légua de terra livre para uso público, numa das margens de Rio caudaloso" (Vide Carta de sesmaria de Antônio de Brito Leme, sobre o Iguaíba, entre Santo Amaro e Rio Pardo, in custódia no Cofre do Museu Júlio de Castilhos; foi feita a leitura com autorização do diretor do Museu, Exmo. Snr. Dr. Emílio Kemp).

É fora de dúvida que o proprietário Inácio Francisco não fixou a área do outeiro porto-alegrense para terreno realengo; Jerônimo Dorneles de Menezes recebeu do Rei uma sesmaria de três léguas quadradas; Inácio Francisco comprou duas e meia léguas quadradas, construindo, sobre o outeiro, as casas principais de sua estância; a "meia légua de terra livre para uso público" foi fixada provavelmente para o lado do rio Gravataí; essas terras eram pantanosas e menos próprias para "lavouras"; a lei era respeitada, sem prejuízo do patrimônio particular.

A situação dos "casais" estava regulamentada pela provisão-real de 9 de agosto de 1747, que mandava "fundar lugares", desde o porto de São Francisco do Sul, no atual Estado de Santa Catarina, até o Cerro de São Miguel, hoje em território da República Oriental do Uruguai, "*nas terras que ainda não estiverem de sesmarias*".

Da observação atenta dos documentos publicados e da leitura das atas da Câmara do Rio Grande de São Pedro, instalada em Viamão, somos obrigados a reconhecer que até doze de julho de mil setecentos e setenta e dois (12-7-1772), quando o Governador do Continente mandou demarcar, sobre o outeiro do "Porto de São Francisco dos Casais", a "praça do novo lugar" e dividir em "datas" a fazenda de Inácio Francisco, o que existia era uma grande propriedade rural, a título legítimo, onde o trabalho agrícola era distribuído entre escravos, agregados e rendeiros.

Na data supra, de 12 de julho de 1772, o Capitão Alexandre José Montanha, realizou a demarcação da "praça do novo lugar", continuando nos dias seguintes os trabalhos de arruamento, concluídos antes do fim do mês; já em primeiro de agosto do mesmo ano (1-8-1772), expedia o seguinte título de "data ou título de propriedade de uma porção de terreno":

"Alexandre José Montanha,
Capitão de infantaria, com
exercício de engenheiro, etc.

Certifico que em virtude da ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Estado, e expedida pelo Tenente-Coronel deste Continente Antônio da Veiga de Andrada, em 12 de julho passado, passei ao terreno místico do porto de São Francisco dos Casais e dele medi, demarquei e entreguei a Antônio da Silveira Pereira uma área superficial de duzentas e oitenta e uma mil duzentas e cinquenta braças (281.250 braças) compreendidas em forma de retângulo, que tem comprimento norte-sul de 730 1/2 braças; de largura de leste a oeste 400 braças; e para constar lhe mandei passar a presente por mim assinada em Viamão de Quartel, 1º de agosto de 1772. Alexandre José Montanha (Variação da agulha: 12 graus ao nordeste)".

Este título de "datas" sofreu o expediente regulamentar na Secretaria do Governo, tendo posterior registro na Provedoria da Fazenda, com a rubrica - Osório - de uso comum do provedor Inácio Osório Vieira Guimarães, bem como o despacho do Brigadeiro-Governador José Marcelino de Figueiredo; está publicado na página 220 do livro "Fundação de Porto Alegre", do Exmo. Sr. Augusto Porto Alegre, 2. edição, 1909, Livraria do Globo.

As medidas expedidas pelo Marquês de Lavradio, Dom Luís de Almeida Portugal Soares Alarcam Eça Melo Silva e Mascarenhas, como consta da certidão passada pelo Capitão Montanha, acima transcrita, não foi estranho o Brigadeiro José Marcelino, que se encontrando, no Rio de Janeiro, no período de 26 de outubro de 1771 até junho de 1773, melhor pôde defender a sua obra administrativa. No Arquivo Municipal de P. A. existem "documentos ou papéis", que foram submetidos a José Marcelino, para informar, quando de sua estadia no Rio - 1771 - 1773; tratam de assuntos do Continente.

Reassumindo as funções de seu cargo, em Viamão, em 11 de julho de 1773, José Marcelino, já encontrou terminados os trabalhos de demarcação e arruamento do "novo lugar", onde o "fator geográfico da distância do porto do mar fez parecer mais útil formar-se a povoação de Porto Alegre, onde desde o começo desse ano, de mil setecentos e setenta e três, se tem feito à custa da Fazenda Real alguns edifícios de valor e os particulares também os têm feito, pela necessidade de acompanharem a Capital", como escreveu Francisco Sebastião Betamio, membro da Junta da Fazenda Real no Continente (Vide Rev. I.H.G. Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo 21, v. 21: Notícia Particular do Continente do RGS escrita emde.... 17...., publicada no ano de 1858).

Na página 220, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo e volume indicados acima, encontramos o seguinte período: “Os moradores que ocupavam a vila de São Pedro, e nela tinham suas propriedades de casas, foram os mesmos que as fizeram em Viamão, que depois também as foram fazer em Porto Alegre”.

Sebastião Francisco Betamio escreveu esse juízo em 19 de janeiro de 1780, sendo seu depoimento de grande valor; não podemos fixar se foi testemunha ocular da “fundação da cidade” de Porto Alegre; encontramos a sua assinatura como deputado da Junta Administrativa do Continente, na ata da reunião de 11 de fevereiro de 1775, conjuntamente com o Governador José Marcelino de Figueiredo, Inácio Osório Vieira Guimarães e João Pereira de Sousa Coutinho Botafogo.

Importa informar que o “auto de avaliação” da estância de Inácio Francisco, para efeito de indenização pelo Governo Real, foi iniciado em Viamão, aos 14 dias do mês de julho de 1772; na mesma efeméride foram nomeados os “louvados”, isto é, os peritos para avaliar as benfeitorias; em 16 de julho de 1772 “os louvados” prestaram compromisso; em 18 de julho de 1772 davam os “louvados” do proprietário, senhores Amaro Machado e Luís Ferreira Velho, e os “louvados” da Fazenda Real, senhores Tenente Pedro Lopes e Alferes José Francisco da Silveira Casado, depois do “exame da fazenda de Inácio Francisco”, satisfação e cumprimento ao juramento feito sobre os Evangelhos, apresentando o termo de avaliação, que foi escrito pelo escrivão da Fazenda Real, Inácio Osório Vieira Guimarães.

A indenização foi feita, em 1774, de ordem de José Marcelino, total da indenização: sete e meia léguas quadradas, com as terras situadas em Tarumã, imediações de Bojuru, como se lê na pág. 115 – do nº 1 da *Rev. do Arq. Público do RGS* e consta do Livro 4, fls. 130, do Registro Geral de 1771 a 1780; – posteriormente Inácio Francisco recebeu mais campos na Freguesia do Triunfo, no ano de 1780 (Vide pág. 134 – *Rev. Arq. Público, RGS* nº 1).

Como “fundar cidade” é o ato ou efeito de edificar desde os alicerces e criar instituições municipais, com autoridade legítima, tendo em consideração razões eficientes e eficazes, com segurança na ação constante que se desenvolve na esfera administrativa, entendendo que a efeméride de 24 de julho de 1773 é a verdadeira data histórica social e política da “fundação da cidade” de Porto Alegre; estava formado o “novo lugar” que o Brigadeiro José Marcelino já projetava em 1769, como ensina o Exmo. Sr. Gen. Borges Fortes, in “Casais”, página 196, escrevendo: “Assim, desde 1769 ele alvitrava ao Vice-Rei não só a constituição do núcleo de colonizadores no primitivo sítio do Dorneles, como a mudança para a projetada povoação da sede do governo, da Câmara e da Provedoria da Fazenda Real”; aquela data recorda a instalação do Governo do Continente, com seus órgãos executivo e militar, em Porto Alegre.

Estava assim fundado, em 24 de julho de 1773, o “novo lugar” que “brevemente hei de criar vila na forma das ordens com que me acho” como disse o Governador Marcelino ao convidar a Câmara da Vila do Rio Grande de São Pedro e do Continente, com jurisdição em todo o território ao sul do rio Uruguai e Pelotas até as lides meridionais com o Vice-Reinado do Prata, para se transferir, fazendo sentir a obediência que lhe era devida. (Vide B.M.P.A. – nº 1, pág. 144 – Dec. nº 2.)

O Senado da Câmara deliberando, em 29 de agosto de 1773, ainda em Viamão, “acordaram os vereadores que vinda a representação que por serviço de Sua Majestade lhe fez o Governador José Marcelino de Figueiredo por carta de (25) vinte e cinco de julho em que se achava já residindo em Porto Alegre e que para o mesmo lugar se deviam passar com residência desta Câmara e demais justiças para o andamento da mesma Capitania e bem comum das partes” (...) “ordenaram ao Procurador do Conselho tomasse casas suficientes no dito Porto Alegre e que fizesse conduzir para ele todos pertences à mesma Câmara para nela se fazer os atos da Câmara” (Vide original no Livro nº 1 – das Atas das Vereanças da Câmara da Vila do Rio Grande de São Pedro e Continente de Viamara, in custódia no Arquivo Municipal de Porto Alegre).

Aos seis dias do mês de setembro de mil setecentos e setenta e três (6-9-1773) teve lugar a primeira reunião do Senado da Câmara, *transferida* para Porto Alegre; certo não devemos examinar incompatibilidades e diferenças essenciais de temperamentos dos agentes do poder público local, que, a par da luta militar externa, dificultaram a realização, em 24 de julho de 1773, do ritual jurídico e ritual religioso da "fundação da cidade" de Porto Alegre.

No ato de fixação do Governo do Continente, representado legitimamente pelo Governador José Marcelino de Figueiredo, em Porto Alegre, nome que deu ao antigo Porto de São Francisco dos Casais, encontramos o "argumentis firmare" duma esclarecida ação administrativa, que pôde descortinar o futuro do "lugar inaugurado", naquele dia, 24 de julho de 1773, "*capital desta Capitania*".

Sintetizamos o nosso pensamento.

Reconhecemos que, em 1740, a estância de Jerônimo Dorneles de Menezes deixa ver, na sua estrutura, a existência duma estratificação pela aceitação e realização espontânea de misteres sociais e profissionais.

Como sesmeiro, em posição na estremadura da Pátria, recebeu terras porto-alegrenses para cultivar, cumprindo com o seu dever de pioneiro da civilização lusitana.

A estância de Jerônimo Dorneles de Menezes, transformada em propriedade de Inácio Francisco, obedeceu à lei do progresso.

O primeiro fronteiro, sujeitando-se às ordens de sua própria vocação, marchou para oeste, ocupando posição ao longo do rio Jacuí.

A estância de Inácio Francisco se constituiu, a partir de 1762, numa nova realidade social concreta, na qual, como fases evolutivas, podemos sentir a fixação de elementos colonizadores luso-brasilicos.

Somente no período de 12 de julho de 1772 a 24 de julho de 1773, é que em terras porto-alegrenses se desenvolve uma fórmula de estrutura social dinâmica, não permitindo nenhuma modalidade de estancamento.

A avaliação do processo recíproco de ações e reações sociais entre "estâncias" e "casais", cujo valor foi sentido e determinado pelo Brigadeiro José Marcelino de Figueiredo (outro Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda), tornou possível a "fundação da cidade" de Porto Alegre, em 24 de julho de 1773.

Do exposto, chegamos às duas conclusões seguintes: 1º) - Em 5 de novembro de 1740, na extensão da "terrae alacriportensis" existia o primeiro fogão inflamado pelo calor do amor da família e da Pátria; a efeméride de 5 de novembro de 1740 recorda a origem de povoação local; na data de 5 de novembro podemos realizar o culto cívico, em memória, dos "pioneiros" da colonização da gleba porto-alegrense. 2º) - A data de 24 de julho de 1773 deve merecer culto cívico, porque recorda a "fundação da cidade" de Porto Alegre, isto é, a inauguração de um "novo lugar" construído para a instalação da capital da Capitania do Rio Grande de São Pedro, com a segurança que há na ação do Governo e na influência dos agentes do meio físico, condicionando o trabalho na órbita do municipalismo.

Essas conclusões se ajustam perfeitamente à verdade *histórica*.

31 de outubro de 1939.

ass) Jaci Antônio L. Tupi Caldas, relator
Pe. Luís Gonzaga Jaeger, SJ

Parecer do Dr. Mário Teixeira de Carvalho

O ilustre relator Prof. J. Tupi Caldas demonstra ter estudado criteriosamente o assunto desta comunicação. De um modo geral, estou de acordo com o seu parecer. Discordo, entretanto, em dois pontos: no emprego do vocábulo "Viamara" e no limite sul da estância de Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos.

19) Não concordo com o emprego do vocábulo "Viamara", em vez de "Viaman" ou "Viamam", apesar de ter lido com atenção a proposição anteriormente apresentada ao "Instituto" pelo Prof. J. Tupi Caldas. Tenho lido dezenas de livros manuscritos pertencentes ao Arquivo Eclesiástico, e referentes aos assentamentos de batismo, de casamento, e de óbitos da antiga Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão; li, também, inúmeros inventários e testamentos processados nessa localidade vizinha; li e copiei o próprio livro de vereanças de Porto Alegre citado pelo Prof. Caldas, e jamais consegui interpretar a leitura do vocábulo "Viamão", (Viamam, Viaman, Biamon, etc.), como sendo "Viamara".

29) O limite sul da estância de Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos não atingia ao local aonde, hoje, está situado o "atual balneário Ipanema".

Os limites da estância citada eram os seguintes: Ao norte, o rio Gravataí; a oeste, o rio Guaíba; ao sul, o arroio Riacho (Azenha, Dilúvio, Jacaré); e a leste, o morro de Sant'Ana e o arroio Dorneles (Arq. Público - Auto de avaliação - L. 2º de registro de datas e terras - 1777 a 1789 - fls. 47 v). Vizinhos de Jerônimo Dorneles eram: ao norte, Francisco Pinto Bandeira; ao sul, Sebastião Francisco Chaves; a leste, Francisco Velho, Ferreira. A fazenda de Sebastião Francisco Chaves era percorrida, em seu comprimento, pelos arroios Cascata e Cascatinha, e findava, ao sul, no arroio Cavalhada, próximo à ponta do Dionísio, cuja nomenclatura ainda hoje é conservada (Veja Arq. Públ. - Escritura de arrendamento - 2º Notário Porto Alegre - Lº 9, Fls. 138 - Realizada em 16 de novembro de 1785). O local aonde se encontra o atual balneário "Ipanema" pertencia à fazenda de Dionísio Rodrigues Mendes, cujo limite norte era o arroio Cavalhada, já citado, e ao sul, o arroio Guabiroba ou Ponta Grossa (Arq. Públ. - Medição da Estância São Gonçalo - Autor: André Bernardes Rangel [filho de Dionísio R. Mendes] - 2º Cart. Cível Porto Alegre - 1799, 768, 23, 1).

Dentro dos limites desta fazenda está situada a "Ponta do Dionísio", e convém lembrar que o atual balneário "Ipanema" fica bem mais ao sul. (Veja esquema anexo)

Como Porto Alegre assenta sobre terras que pertenceram a Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos, informo que existe no Arquivo Público, no Livro 1º do 1º Notário de Porto Alegre, ano 1763, fls. 19 v., belíssimo autógrafo do pioneiro da fundação desta Capital.

- Finalizando, devo ainda dizer que sou de opinião que os documentos citados no estudo do Prof. J. Tupi Caldas devem ser transcritos "na íntegra" e apensos a este parecer, a fim de melhor esclarecer o assunto.

Porto Alegre, 14 de novembro de 1939

a) *Dr. Mário Teixeira de Carvalho*

De acordo com o parecer do erudito Prof. Tupi Caldas, mantidas, porém, as ressalvas do ilustre confrade Sr. Mário Teixeira de Carvalho.

Porto Alegre, 20 de novembro de 1939.

a) *Manoelito de Ornellas*

APÊNDICE

Foram anexados ao parecer anterior, como apêndice, os seguintes documentos:

DOCUMENTO Nº 1

Reza a "carta de sesmaria" passada por D. Luís de Mascarenhas:

"D. Luís Mascarenhas Comendador da Ordem Cristo do Conselho de S. Maj. e Capitão General da Capitania de São Paulo e Minas da sua Repartição. Faço saber aos que esta minha carta de Sesmaria virem que tendo respeito a me representar Jerônimo Dorneles de Menezes achar-se estabelecido com o Morro da Senhora Santa Ana que parte do norte com o Tenente Francisco Pinto Bandeira e a divide o Rio Gravataí do sul com o Tenente Sebastião Francisco Chaves que divide o Rio Jacaraí e do este as praias do Rio Grande e de leste com Francisco Xavier de Azambuja pedindo-me lhe fizesse mercê mandar passar carta de Sesmaria das ditas terras e atendendo ao seu requerimento em que foi ouvido o Dr. Procurador da Coroa. Hei por bem de conceder em nome de S. Maj. que Deus guarde ao dito Jerônimo Dorneles de Menezes três léguas de terras de Comprido e uma de largo na paragem chamada o morro de Senhora Santa Ana que parte do norte com a Fazenda do Tenente Francisco Pinto que divide o Rio Gravataí e do sul com o Tenente Sebastião Francisco Chaves que a divide o rio Jacaraí e do este as praias do Rio Grande e do leste com Francisco Xavier de Azambuja as quais terras lhe concedo na forma das ordens do dito Senhor &&... Dada nesta Vila Boa de Goiás aos cinco dias do mês de novembro de mil setecentos e quarenta".¹

Esta carta de sesmaria foi confirmada por Carta Régia de 23 de janeiro de 1744 e registrada a 11 de dezembro do mesmo ano no livro de officios e mercês, de Lisboa, no Porto de Viamão. Foi visada por Gomes Freire a 20 de julho de 1754.

DOCUMENTO Nº 2

"Participo a vçs, haver mudado a minha residência com a provedoria para este porto que o Ilmo. e Exmo. Marquês Vice-Rei do Estado determinou fosse a capital destas províncias cujo motivo concorreu com o que estava de sua parte o exc. e rev. sr. Bispo Diocesano, mandando logo que teve esta notícia se passar como efetivamente se passou a residência da Vara desta Comarca Eclesiástica e o Cartório dela para este porto estas circunstâncias me fazem persuadir que vçs não hesitarão um só momento em mudarem sua residência do Arraial do Viamão com o Cartório e mais ditos Officiais para este dito Porto, que brevemente hei de criar vila na forma das ordens com que me acho e porque me parece a sua mudança, logo muito conveniente ao serviço d'el-rei Nosso Senhor e aumento desta capitania, e o descanso das partes me parece rogar-lhes se mudem para aqui, para dar motivo a que mostrem a unidade e a subordinação que devem ao seu Governo, dar-lhes ordens o referido de parte do mesmo Senhor. Deus guarde a vçs, muitos anos. Porto Alegre, 24 de julho de 1773. — José Marcelino de Figueiredo".

¹Pág. 65 da Revista do Arquivo Público Mineiro, de 1933. — «No Arquivo Público da Bahia está conservada a carta de sesmaria de Sebastião Francisco Chaves, concedida a 30 de março de 1736, pelo conde de Sarzedas, de 2 léguas de comprido, correndo ao longo do Rio Grande, da borda do dito Rio para o Sertão e uma de largo das campanhas do Rio Grande de São Pedro». — Comunicação feita ao autor pelo General João Borges Fortes.

Encaminhando o parecer, a Diretoria do Instituto enviou ao chefe do Executivo Municipal o seguinte ofício:

Porto Alegre, 23 de novembro de 1939

107/

Exmo. Sr. Dr. José Loureiro da Silva

MD. Prefeito Municipal de Porto Alegre

Respondendo o pedido de V. Exa. em ofício de 20-X último, temos o grato prazer de comunicar que, submetido o assunto à Comissão de História deste Instituto, composta pelos snrs. Prof. J. Tupi Caldas – relator, P. Luís Gonzaga Jaeger, S.J., Dr. Mário Teixeira de Carvalho e Dr. Manoelito de Ornelas, esta, depois de estudar a questão com grande série de documentos chegou às seguintes conclusões que aprovamos:

1º) – Estando, no ano de 1740, já estabelecido na zona da hodierna cidade, o ilustre colonizador Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos com uma estância de criar, há mais de 8 anos, foi-lhe, nesse ano, a 5 de novembro, – com a condição de deixar um terreno livre para logradouro no Porto do Viamão, – confirmada a posse da estância.

Essa estância, núcleo inicial de colonização, foi o ponto de partida para a fundação da mais tarde capital do Continente de Viamão (como rezam algumas atas da Câmara), isto é: de Porto Alegre.

Em conclusão primeira: Sendo a data mais antiga que a história documentadamente regista, a 5 de novembro de 1740, – deve ela ser comemorada, como o fizeram em 1932 em São Paulo (IV Centenário da Colonização de S. Vicente), como sendo a data inicial, ponto de partida isto é: de Colonização.

2º) – Como fundar uma cidade ou vila, ou lugar, juridicamente significa instalar as justiças (naqueles tempos, justiças, clero e nobreza), e como só a 24 de julho de 1773 foi transferido para Porto Alegre, então simples freguesia dentro de propriedade particular, o governo do Continente de S. Pedro do Rio Grande do Sul, com clero, nobreza e justiças, deve-se comemorar a data de 24 de julho como a da fundação, que é, da futura vila e cidade de Porto Alegre, capital da Província e hoje Estado do Rio Grande do Sul.

Em conclusão segunda: a data de 24 de julho de 1773 é a da fundação da cidade, juridicamente.

Resumindo: São datas máximas da evolução de Porto Alegre:

1º) – 5 de novembro de 1740 – colonização – data que deve merecer atenção especial pois que de grande significado.

2º) – 24 de julho de 1773 – fundação jurídica da cidade e instalação da nova capital do Rio Grande, data também de grande importância, especialmente para o Estado.

Respondendo, assim, a honrosa consulta de V. Exa., aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Exa. nossos protestos do mais elevado apreço e consideração.

a) Prof. Walter Spalding
2º Secretário

a) Dr. Leonardo Macedônia
Presidente

a) Dr. Olinto Sanmartin
Bibliotecário

a) Prof. A. G. Lima
Tesoureiro

Eis o ofício do Engº Ildo Meneghetti ao presidente do IHGRGS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE/Gabinete do Prefeito/
nº 1.290.

Porto Alegre, 29 de outubro de 1953

Senhor Presidente

Apesar das pesquisas feitas em várias administrações, não tem a Municipalidade elementos para fixar, com precisão, a data exata da fundação de Porto Alegre.

Ao passo que se conhecem as datas de sua elevação a cidade e a capital, são contraditórios os dados publicados referentes ao início da povoação, coincidindo para uns com a carta de sesmaria de 5 de novembro de 1740, para outros com o aviso de José Marcelino de Figueiredo, de 9 de dezembro de 1773, e para outros ainda, a chegada dos casais açorianos em 1747.

Assunto de evidente interesse histórico para a capital rio-grandense, tenho como indispensável que sua solução só poderá ser encontrada com o sábio concurso desse ilustre órgão, a que Vossa Excelência tão digna e brilhantemente preside, integrado, como é, por elementos dignos de acatamento e respeito, pela tradição de seus nomes e pela sua cultura, inteligência e patriotismo.

É o que ora venho pedir a Vossa Excelência, certo de que a decisão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul indicará, com precisão, a data em que Porto Alegre foi fundada.

Com a oportunidade, rogo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, aceitar meus protestos de alto apreço e consideração.

a) Engº Ildo Meneghetti

PREFEITO

A Sua Excelência o Sr. Ministro Guilhermino Cesar,
DD. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

A consulta do Prefeito foi submetida a parecer da Comissão de História e Geografia, integrada pelos consócios Afonso Guerreiro Lima, Moysés Vellinho e Otelo Rosa, este último relator. O plenário do Instituto aprovou, por unanimidade, seu parecer, a seguir transcrito.

PARECER

No ofício incluso, o sr. Prefeito desta capital solicita do Instituto Histórico que indique ao governo municipal, "com precisão, a data em que Porto Alegre foi fundada", acentuando que, ao passo que são conhecidas as datas de elevação a cidade e a capital, são contraditórios os dados referentes à fundação, que uns pretendem fixar em 5 de novembro de 1740, outros em 9 de dezembro de 1773, e outros, ainda, em 1747.

O assunto, pela sua importância histórica, e pelo interesse que tem para a capital do Rio Grande do Sul, merece exame detido e minucioso, principalmente tendo-se em vista as várias e desencontradas versões que sobre ele existem e correm. É o que vamos tentar, neste parecer, atendo-nos com rigor aos elementos históricos, e ponderando devidamente os argumentos, invocados nas diversas opiniões já publicadas sobre a matéria.

Há que esclarecer, inicialmente, um termo do problema: que se deve entender por *fundação* de Porto Alegre?

Parece-nos evidente que não se pode cogitar, na hipótese, do povoamento da região geográfica em que a cidade nasceu e se fixou. A questão, aí, seria outra, e, o que é mais grave, seria de todo insolúvel. Como indicar com segurança, ou mesmo com certeza aproximada, a data em que se estabeleceram, nas terras em que se elevou depois a cidade, os primeiros povoadores?

É necessário refletir nessa circunstância, essencial no caso: a *fundação* de Porto Alegre se fez lentamente, de forma espontânea, mediante um processo de aglutinação que não obedeceu a nenhum preceito prévio, a nenhuma fórmula pré-estabelecida. O "sítio do Dorneles", ou o "porto de Viamão", ou ainda o "porto dos Casais", não constituíam mais do que um acidente geográfico, igual a muitos outros, encravado nos "campos", ou no "distrito" de Viamão, a que estava vinculado, política e administrativamente. Esses designativos não eram mais do que a referência, útil e necessária, a um local, a uma zona, a uma região: — unidade perdida na soma global do vasto município de Viamão. A pouco e pouco, em um esforço lento e prolongado, graças a uma situação privilegiada, que impressionará inicialmente aos povoadores, e depois os agentes do poder público e que mais destacada se tornará com a chegada dos casais açorianos, é que a população irá se adensando, ao sabor dos tempos e dos acontecimentos, até se apresentar com as características de um verdadeiro agregado humano, capaz da conquista da sua autonomia.

É mister encarar assim, em face dessas condições peculiares, o problema da *fundação* de Porto Alegre, para dar-lhe uma solução acertada, dentro de um critério histórico sadio e seguro.

O processo de *averiguação* tem de ser outro. Cidades como S. Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, por exemplo, foram fundadas, pode-se assim dizer, em datas certas, pré-fixadas, fáceis de indicar, porque houve, para isso, uma *determinação* anterior, um propósito oficial, uma *seqüência* de atos próprios a excluir quaisquer dúvidas ou incertezas. Tomé de Sousa desembarcou em S. Salvador para *fundar* uma cidade, e deu-lhe de imediato esse caráter, organizando os seus corpos administrativos, dando posse a funcionários que com ele trouxera; Estácio de Sá *funda* o Rio de Janeiro e outorga-lhe em seguida as prerrogativas comunais, criando o Conselho e nomeando o juiz ordinário da terra; Belo Horizonte é *fundada* por um decreto do poder público.

Nada disso ocorre com Porto Alegre: e o que ocorre com a capital do Rio Grande do Sul é uma série de contradições, de incertezas, de atos quase inexplicáveis, que de sobejo justificam as dúvidas até hoje reinantes; não é vila ainda, e já é capital, é sede de governo; é vila há muito tempo, e a própria autoridade, nas linhas solenes de um alvará, nega-lhe a prerrogativa, para concedê-la de novo, como adiante se verá.

Rastreemos, em um esforço de síntese, as fases culminantes da evolução de Porto Alegre.

Em 1732, as terras em que hoje se estende a linda cidade gaúcha, já estariam ocupadas, pelo menos, por três povoadores: Jerônimo Menezes de Ornelas e Vasconcelos, Sebastião Francisco Chaves e Dionísio Rodrigues Mendes, deixando este último o seu nome eternizado na toponímia local, na "Ponta do Dionísio"; em 30 de março de 1736 é concedida uma sesmaria, nessas terras, a Sebastião Francisco Chaves;

em 5 de novembro de 1740, é concedida a Jerônimo Ornelas de Menezes e Vasconcelos outra sesmaria, nessas mesmas terras; em 1752 tem começo a colonização oficial, com a chegada dos casais açorianos;

em 1762, Jerônimo Ornelas vende a sua sesmaria a Inácio Francisco;

em 26 de março de 1772 é criada a Freguesia de S. Francisco do Porto dos Casais, nesse dia desmembrada da de Viamão;

nesse mesmo ano de 1772, em 12 de junho, é desapropriada a fazenda de Inácio Francisco, para nela serem demarcados os terrenos necessários à edificação de moradias para os casais e para a igreja matriz;

em 24 de julho de 1773, a capital do Continente é transferida de Viamão para o Porto dos Casais.

A elevação de Porto Alegre à vila é um ponto controvertido, que dá idéia da variabilidade da legislação referente à capital gaúcha.

A elevação de Porto Alegre a vila é um ponto controvertido, que dá idéia da Castilhos", do Estado, existe um documento, assinado pelo Marquês de Lavradio, em 2 de agosto de 1773, em que a chama de vila, roborando, aliás, o que dissera José Marcelino de Figueiredo, na ordem de mudança da capital, de 24 de julho de 1773, onde afirmava que "iria criar vila".

Entretanto, o Alvará de 23 de agosto de 1808 textualmente diz:

"Fui servido por imediata resolução de vinte e seis de janeiro de mil oitocentos e três, tomada em Consulta do Conselho Ultramarino, criar o Lugar de Juiz de Fora da Vila de Porto Alegre, nomeando para ele Magistrado e arbitrando-lhe o ordenado de quatrocentos mil-réis, por outra imediata resolução minha de vinte e quatro de julho de mil oitocentos e sete, tomada em consulta do mesmo Conselho: E constatando-me que apesar destas determinações, nem o referido lugar fora criado por Alvará ou Carta de Lei, nem aquela notável povoação fora nunca erigida em Vila; como cumpria em atenção ao disposto nas minhas leis, e aos costumes desta monarquia: querendo fazer mercê aos moradores da referida povoação, denominada há muito Vila, sem que contudo fosse legalmente criada por especial decisão minha; e convindo fazê-lo em consideração ao aumento da população, extensão do seu território, riqueza, e comércio, e a ser o lugar de residência do Governo, hoje em dia elevado a Capitania Geral, merecendo por isso maior contemplação: por todos estes motivos, e por muitos outros assaz poderosos, e que são dignos da minha real consideração; hei por bem criar Vila a sobredita povoação de Porto Alegre, para que seja por tal havida, e nomeada, e tenha todos os privilégios, liberdades, graças, e isenções, que tocam às Vilas notáveis, e de que gosam as outras vilas deste Estado do Brasil mais privilegiadas: E outrossim me praz criar para ela o lugar de Juiz de Fora do Cível, Crime e Órfãos com o ordenado de quatrocentos mil-réis cada um ano, e com os emolumentos, que vence o Juiz de Fora da Vila de Santos."

Os termos desse Alvará, de 1808, documentam e comprovam, de forma eloquente, os avanços e recuos, as confusões e incertezas que predominaram na evolução da vida política e administrativa de Porto Alegre. E mostram, também, como é necessário encarar esse assunto com prudência e rigor, sob pena de graves erros e inevitáveis desvios.

Como já ficou referido, só em junho de 1772 foram demarcados, na fazenda de Inácio Francisco, pelo Capitão Alexandre José Montanha, os terrenos para a construção das casas do povoado, e da igreja matriz. A região, sem dúvida, tinha moradores e habitações, a esse tempo, mas, note-se bem, em propriedade particular, privada, e dispersas, sem nenhuma ordem, sem as características de uma povoação, o que só depois desses atos passaria a ter, o que se tornava necessário porque, por provisão de 26 de março de 1772, fora criada a Freguesia de S. Francisco do Porto dos Casais, desmembrada da de Viamão. Foi nesse dia 26 de março de 1772 que Porto Alegre se emancipou da jurisdição de Viamão, criou personalidade própria, deixou de ser, apenas, uma faixa de terra pertencente ao distrito da antiga Capela Grande.

Que antes disso não existia uma "povoação", no sentido exato do termo, provam-no dois documentos. O primeiro é uma carta do governador José Custódio de Sá e Faria, datada de 10 de janeiro de 1768, em Capela de Viamão, e dirigida ao Conde de Azambuja, vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil, na qual o governador textualmente escreve:

"Ideei outra povoação no porto dos Casais; porém, como não há meios, tudo se acha parado: esta havia erigido em nome do Senhor Santo Antônio."

O segundo é o aviso de José Marcelino de Figueiredo, à Câmara de Viamão, que convém transcrever na íntegra:

"Participo a Vmcês. haver mudado a minha residência com a provedoria para este porto que o Ilmo. e Exmo. Marquês Vice-Rei do Estado determinou fosse a capital destas províncias cujo motivo concorreu com o que estava de sua parte o Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano, mudando logo que teve esta notícia se passar como efetivamente se passou a residência da Vara desta Comarca Eclesiástica e o Cartório dela para este porto. Estas circunstâncias me fazem persuadir que Vmcês. não hesitarão um só momento em mudarem sua residência do Arraial do Viamão com o Cartório e mais ditos oficiais para este dito Porto, *que brevemente hei de criar vila na forma das ordens com que me acho e porque me parece a sua mudança logo muito conveniente ao serviço d'el-rei Nosso Senhor e aumento desta capitania, e o descanso das partes me parece rogar-lhes se mudem para aqui, para dar motivo a que mostrem a unidade e a subordinação que devem ao seu Governo, dar-lhe ordens o referido de parte do mesmo Senhor.* - Porto Alegre, 24 de julho de 1773. - José Marcelino de Figueiredo."

Era, assim Porto Alegre, capital, antes de ser cidade, e mesmo antes de ser vila. Não esqueçamos, porém, que os tempos corriam maus: com a invasão dos espanhóis, em 1763, Rio Grande, capital, perdeu essa qualidade, pois que fora tomada pelo inimigo; e capitais foram depois Viamão e Porto Alegre, de acordo com as necessidades de momento, com as exigências de natureza militar, pois que a sede do governo teria de estar onde estivesse o governador, ao mesmo tempo comandante geral das forças em operação.

Em seu ofício de consulta, o sr. Prefeito Municipal enumera três datas, apontadas como de fundação de Porto Alegre: 5 de novembro de 1740, dia em que foi assinada a concessão de sesmaria a Jerônimo Ornelas de Menezes e Vasconcelos; 9 de dezembro de 1773, data de um aviso de José Marcelino de Figueiredo; e a chegada dos casais açorianos, em 1747.

A primeira delas deu motivo a longa controvérsia, em 1940, aceita por alguns como data de fundação, por outros como data do início de colonização e por outros em absoluto recusada.

Firmado o princípio de que se cogita, não de simples povoamento, mas de *fundação* propriamente dita, da cidade de Porto Alegre, há que excluir a data de 5 de novembro de 1740. O fato de, nesse dia, haver sido assinada uma carta de sesmaria, sujeita, aliás, aos atos legais supervenientes de confirmação e registro, compreendendo terras em que mais tarde se desenvolveria a cidade, não pode ser considerado como dia de fundação da mesma cidade. E se esse critério fosse admitido teríamos, então, por força de lógica, de preferir a data de 30 de março de 1736, em que foi assinada, quatro anos antes, a concessão de outra sesmaria, em condições idênticas, abrangendo terras que Porto Alegre viria também a ocupar.

O aviso de 9 de dezembro de 1773, ulterior à própria elevação a capital, não pode, também, a nosso juízo, ser considerado como data de fundação, o que ocorre com a chegada dos casais açorianos, que se deu depois de 1747, e constitui somente uma fase do processo de povoamento.

Dessa longa exposição, a que nos julgamos obrigados, quer pela importância do objeto da consulta do sr. Prefeito Municipal, quer pelo desejo de esclarecer, quanto possível nos fosse, matéria tão duvidosa e controvertida, parece-nos que a conclusão a tirar é a seguinte: Porto Alegre foi fundada em 26 de março de 1772, dia em que, criada a Freguesia de S. Francisco do Porto dos Casais, emancipou-se de Viamão, tornou-se uma unidade demográfica, adquiriu, repetimos, personalidade própria, passou

a ser um aglomerado humano distinto. Os atos subsequentes: desapropriação e demarcação da fazenda de Inácio Francisco, para a construção de moradias e igreja matriz; em 1772, criação da paróquia, e mudança de orago, em 18 de janeiro de 1773; elevação a capital, em julho desse mesmo ano; primeira sessão da Câmara Municipal, em 6 de setembro de 1773, foram complementares do processo de autonomia e organização iniciado com a criação da freguesia. Autoridades civis e eclesiásticas, convém advertir, agiam, nesses tempos, de perfeito acordo, com plena harmonia de vistas. A provisão de 26 de março de 1772 é disso exemplo expressivo: e foi ela, a nosso juízo, que *fundou* a povoação pequenina e pobre, que o futuro faria cidade rica e próspera. Tão pobre, na época, que o bispo D. Antônio do Desterro, em 10 de abril de 1772, teria com ela esse gesto de benevolência e caridade cristã: "Há de servir este livro para o assento dos Baptismos de Livres e Escravos da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais do Distrito de Viamão deste Bispado, onde fará o Revdº Pároco os assentos dos livres de fls. 1 até 199, e daí até o fim o assento dos escravos. *Será numerado e rubricado de graça atenta à pobreza da Freguesia*".

Graças ao esforço de várias gerações, a pobreza de 1772 transformou-se na riqueza material e cultural de uma das maiores cidades do Brasil.

Em conclusão: a cidade de Porto Alegre, cujo povoamento teve começo, mais ou menos, em 1732, foi fundada no dia 26 de março de 1772, em que foi elevada a freguesia, desmembrada de Viamão.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 1953

A Comissão de História e Geografia

a) *Afonso Guerreiro Lima*
Otelo Rosa, relator
Moysés Vellinho

O Engº Ildo Meneghetti dirigiu-se ao Instituto nos seguintes termos, agradecendo a remessa do parecer antes transcrito:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO ALEGRE/Of. nº 200

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 1954

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar recebimento de seu ofício de 4 de dezembro transato, acompanhado de cópia do parecer desse nobre Instituto, sobre a data de fundação de Porto Alegre.

Muito agradeço a essa Casa a brilhante colaboração prestada à administração municipal e, valendo-me do ensejo, reafirmo a Vossa Excelência os protestos de minha particular estima e elevada consideração.

a) *Engº Ildo Meneghetti*
PREFEITO

Ao Exmo. Sr. Ministro Guilhermino Cesar,
DD. Presidente do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul.

A FUNDAÇÃO DE PORTO ALEGRE

Arthur Ferreira Filho

Transcrevemos a seguir a ata da sessão realizada na egrégia Câmara Municipal de Porto Alegre, a 30 de abril de 1971, quando o consócio Arthur Ferreira Filho, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, se ocupou da fundação de nossa Capital.

3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VI LEGISLATURA. EM 20 DE ABRIL DE 1971. PRESIDIDA PELO SR. ALOÍSIO FILHO.

SECRETARIADA PELOS SRS. WILSON ARRUDA - 1º SECRETARIO;
PAULO SOUZA - 2º SECRETÁRIO; E IVAN CASTRO - SECRETARIO
AD HOC.

As 15 h 30 min, o Sr. Aloísio Filho assume a Presidência.

Acham-se presentes os Srs. Vereadores Aloísio Filho, Ábio Hervé, César de Mesquita, Cleom Guatimozin, Clóvis Grivot, Ivan Castro, João Dib, João Satte, José Vecchio, Marino Abrahão, Martim Aranha, Moses do Carmo, Paulo Souza, Pessoa de Brum, Pozolo de Oliveira, Revoredo Ribeiro, Rubens Alcântara e Wilson Arruda.

O SR. PRESIDENTE: Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos da presente sessão extraordinária, que se destina à palestra do Comendador Arthur Ferreira Filho, representante do Instituto Histórico e Geográfico do RGS, sobre a data da fundação da cidade de Porto Alegre.

Vale lembrar que a iniciativa deste Câmara se prende à sensibilidade que o Poder Legislativo desta cidade tem para com a data histórica da fundação da nossa Porto Alegre. Eis por que tomou a iniciativa e encontrou a benevolência do Instituto Histórico e Geográfico do RGS., que designou um de seus componentes para trazer esclarecimentos sobre a exata data da fundação da cidade, ao menos no entendimento daquele Instituto.

Esta Presidência tem a honra de registrar a presença dos senhores: Dr. Moysés Vellinho, Dr. Coelho de Souza, Cel. Orlando Pacheco, Gen. Rio-grandino da Costa e Silva e demais membros do Instituto Histórico e Geográfico do RGS.

Convido os Srs. Líderes de Bancada, Vereador César de Mesquita, e, por delegação, Vereador Ábio Hervé, para que introduzam o Sr. Representante do Instituto Histórico e Geográfico do RGS, Comendador Arthur Ferreira Filho, até a Mesa dos trabalhos.

(É introduzido no Plenário o Com. Arthur Ferreira Filho).

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE: Exmas. Autoridades, Srs. Vereadores e demais pessoas que honram esta Casa com a sua presença, no dia em que a Câmara Municipal de Porto Alegre se preocupa com a busca da data exata da fundação da nossa cidade, e que entendeu de convidar o Instituto Histórico e Geográfico do RGS para, através de um de seus proeminentes membros, trazer luz - que é o que buscamos - a fim de acertar, em definitivo, a data exata da fundação da "mui leal e valerosa cidade de Porto Alegre".

Em atendimento ao nosso convite, esta magna Instituição trouxe, para conferencista desta tarde, o eminente historiador, grande professor, homem admirado e respeitado por todos os porto-alegrenses, Comendador Arthur Ferreira Filho. Antecipamos a certeza de que, deste encontro com a História, quem ficará enriquecido serão os Anais desta Casa, que compõem, também, a história da cidade.

Eu peço ao Comendador Arthur Ferreira Filho que faça a sua exposição e, desde já, posso adiantar aos Srs. Vereadores que ele é sensível e que gostaria de submeter-se às perguntas que os Srs. Vereadores desejarem formular, a respeito de alguma dúvida que possa surgir durante a sua exposição.

Com a palavra, para alegria desta Casa e de todos nós, o Comendador Arthur Ferreira Filho.

O SR. ARTHUR FERREIRA FILHO: Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Exmos. Srs. Vereadores. Meus senhores e minhas senhoras.

Recebi como alta distinção o ato do Presidente, em exercício, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o eminente Sr. Moysés Vellinho, designando-me para atender ao honroso convite que lhe foi dirigido pelo nobre Sr. Presidente desta Casa.

É com sincero desvanecimento que ocupo a tribuna neste venerável recinto, para proferir uma conferência perante autênticos porta-vozes do sentimento cívico do povo porto-alegrense. E é também reconfortado e prazeroso que constato o interesse dos nobres srs. Vereadores, pelo esclarecimento dos fatos históricos da grande e culta cidade, que aqui dignamente representam.

Quero, pois, antes de mais nada, apresentar a V. Exas., Sr. Presidente e Srs. Vereadores, os cumprimentos do Instituto Histórico e Geográfico,

neste primeiro encontro que se realiza entre nós, e, ao mesmo tempo, agradecer o gesto de cordialidade partido desta ilustre Câmara de Vereadores, para uma troca de idéias e impressões sobre as origens da Metrópole rio-grandense.

Procurarei, quanto possível, ser breve, em atenção ao tempo precioso dos que me ouvem, prontificando-me, desde já, a responder, após a leitura de meu trabalho, as perguntas que me forem feitas, no sentido de esclarecer aspectos que lhes pareçam ainda obscuros.

Entrarei no assunto que explica minha presença nesta Casa, com a indagação cartesiana que se tornou clássica:

DE QUE SE TRATA?

Evidentemente não se trata de discutir a veneranda personalidade de Jerônimo de Ornelas Menezes de Vasconcelos, que merece de todos nós o maior respeito, inclusive o de não lhe emprestar intenções que nunca teve, nem atribuir-lhe ações que nunca pensou praticar. Esse varão de larga descendência, cujo bicentenário do falecimento ocorrerá a 25 de setembro vindouro, não está diretamente em causa nesta controvérsia.

Ele aqui viveu, durante muitos anos, como primeiro ocupante e proprietário da Sesmaria do Morro de Santana, imóvel que mais tarde, em 4 de dezembro de 1762, vendeu a Inácio Francisco de Melo, transferindo-se com todos os seus familiares e dependentes para a Freguesia de Triunfo.

Seus descendentes contam-se aos milhares, e outros milhares os que, dele não descendendo, são, entretanto, aparentados com sua família.

Eu próprio sou um deles. Meu trisavô, Guarda-mór João Antunes de Porciúncula, foi casado com d. Josefa Maria Barbosa, filha de Antônio da Costa Barbosa, irmão de d. Lucrécia Lemes Barbosa, esposa de Jerônimo de Ornelas.

Este patriarca não se discute. Foi um dos primeiros povoadores da região, com Sebastião Chaves e Dionísio Mendes, tendo aqui fundado a primeira fazenda para criação de gado e plantações, cuja sede ficava no alto do Morro de Santana.

O que se discute é a data de 5 de novembro de 1740, que marca no tempo, não a presença de Jerônimo de Ornelas nestas paragens, mas a concessão da sesmaria por ele requerida.

Trata-se de saber se existe alguma relação entre essa data e a fundação da cidade de Porto Alegre.

Sendo 5 de novembro de 1740 o dia em que o Capitão-general de São Paulo assinou a Carta de Sesmaria do Morro de Santana, a favor de Jerônimo de Ornelas, e nada mais que isso, será o caso de perguntar o que significa uma carta de sesmaria? E responderemos que esse documento não significa outra coisa além de um título de propriedade de terras, expedido pelo poder público a determinada pessoa. Isto é, tem o valor de uma escri-

tura de compra e venda; nada mais. Interessa apenas a quem o recebe, sem outros reflexos na coletividade, além dos de boa ou má vizinhança.

Será admissível, mesmo com a maior boa-vontade, tomar essa data como a de fundação de Porto Alegre? NÃO! de maneira alguma.

Seria proceder ao arrepio dos léxicos, da história, da tradição e da lógica.

Que é uma fundação, não no sentido estrito da etimologia, significando alicerces, fundamentos de uma construção, mas no sentido de fundar uma vila ou cidade?

Fundar, tomado neste sentido, é criar, instituir, estabelecer.

Ora, a 5 de novembro de 1740, o que se criou, que se instituiu, que se estabeleceu?

Uma cidade, uma vila, uma freguesia ou, ao menos, uma capela filial?

Nada disso. Naquele documento que se pretende associar à fundação de Porto Alegre, apenas se declara que as terras ocupadas por Jerônimo de Ornelas, desde 1732, passaram a ser de sua propriedade, conforme o requerido.

Para que se funde uma povoação é indispensável que, antes de mais nada, haja a intenção de fundar. E essa intenção, nem de leve transparece do requerimento de Jerônimo de Ornelas, nem dos termos da Carta de Sesmaria. O que Jerônimo pediu foi que lhe dessem as terras para criação e plantações, o que já vinha fazendo havia oito anos, aproximadamente.

Não existe nenhum documento indicando o interesse de Jerônimo de Ornelas pela formação de um aglomerado humano, um povoado, na pequena península onde Porto Alegre começou. Sua residência era muito longe, no Morro de Santana, tão longe que, não obstante decorridos duzentos anos e o rápido crescimento dos últimos tempos, a cidade ainda não chegou até lá.

Tudo indica ser o interesse do sesmeiro não criar povoação em suas terras, tanto que, mal se estabeleceram à margem do Guaíba alguns pobres casais açorianos, ali deixados pela impossibilidade de prosseguir viagem para as Missões, já dava mostra de seu desagrado, mudando-se para a Freguesia do Triunfo. E, sem muita demora, vendeu a Sesmaria do Morro de Santana a Inácio Francisco de Melo, pela quantia de 800 mil-réis. Sem falar no assassinato, em condições deploráveis, de um agricultor açoriano, a 8 de novembro de 1760, praticado por José Raimundo de Ornelas, cujos motivos não ficaram esclarecidos, não se devendo afastar de todo a hipótese de seu relacionamento com a utilização das terras, sendo certo que, a esse tempo, Jerônimo já residia em Triunfo, desde 1757.

Não resta dúvida de que, antes da chegada dos sessenta paulistas, comandados pelo Capitão Mateus de Camargo Siqueira, e dos casais açorianos conduzidos de Rio Grande pelo Tenente Francisco Barreto Pereira Pinto, uns e outros chegados ao Porto de Viamão em 1752, ninguém, a não ser em trânsito, existia no local onde começou a futura cidade de Porto Alegre.

E antes do governo do Cel. José Marcelino de Figueiredo, isto é, antes de 1769, nenhuma capela existiu aqui, conforme demonstrou, após pacientes e aprofundados estudos, o Padre Rubem Neis, em diversas publicações feitas no "Caderno de Sábado" do *Correio do Povo*.

Parece-me não ser preciso dizer mais, para deixar bem clara uma coisa sobre a qual já não devia haver dúvida: nem a Carta de Sesmaria passada a favor de Jerônimo de Ornelas, nem a data de 5 de novembro de 1740, têm que ver com a fundação de Porto Alegre. A não ser que se insista em confundir coisas inconfundíveis, como título de propriedade de terra com fundação de cidade.

O local onde se situa a vizinha cidade de Esteio foi parte da Fazenda de João Pereira de Vargas, outrora chamada Fazenda dos Pereiras; todavia, não consta que ocorresse a alguém a idéia de atribuir ao antigo fazendeiro o título de fundador daquela cidade.

Demonstrando não ter a data de 5 de novembro relação alguma com a fundação de Porto Alegre, vejamos se a terá com a sua pretendida colonização.

As palavras colonizar, colônia, colono, colonizador têm um significado muito elástico, variando seu conceito no tempo e no espaço.

Usaremos essas palavras, como devemos usá-las, em seu sentido corrente no Rio Grande do Sul.

Sabemos que em São Paulo, por exemplo, colono é aquele que trabalha em parceria com o proprietário da terra, ou mesmo mediante um salário convencional. Aqui, no Rio Grande, o colono é dono da terra, onde reside com sua família. E colônia tanto pode ser uma pequena gleba de superfície variável, entre 25 e 48 hectares, como pode ser um agrupamento de lotes coloniais, sem limitação de área, como a Colônia Sarandi, a Colônia Santa Rosa, e como, ainda, uma expressão etnológica: Colônia Italiana, Colônia Alemã, etc.

Por colonizar entende-se, no Rio Grande do Sul, a divisão de uma gleba em lotes, por isso chamados coloniais, para vendê-los, à vista ou a prazo, a agricultores que os irão habitar e cultivar.

É uma promoção de caráter coletivo, quer seja efetuada em terras públicas, quer em particulares. Isso aconteceu aqui, no tempo de Jerônimo de Ornelas?

Não; absolutamente não.

A colonização de Porto Alegre só teve início em 1772, quando José Marcelino de Figueiredo, desapropriando as terras de Sesmaria do Morro de Santana, já pertencentes a Inácio Francisco, distribuiu-as em meias, dadas aos açorianos estabelecidos, a partir de 1752, na faixa marginal do Guaíba, em zona excluída da propriedade privada, nos justos termos da Carta de confirmação de sesmaria, firmada pelo Rei de Portugal, a 7 de dezembro de 1744.

Poderia ter havido colonização, como consequência da Carta de Sesmaria, assinada a 5 de novembro de 1740 se, após ela, Jerônimo de Ornelas houvesse iniciado a divisão e distribuição das terras, no todo ou em parte, a quem a habitasse e cultivasse.

Mas tal não se deu. Nem o sesmeiro influíu de modo algum na permanência dos açorianos, aqui ficados, a partir de 1752, pelo simples fato de que estes, só não seguiram pelo rio acima, com destino às terras das Missões, por circunstâncias exclusivamente relacionadas com o estado de insegurança existente naquela região, onde o Tratado de Madri não estava sendo cumprido, nem o seria, até que a audaciosa investida de Borges do Canto e Santos Pedroso a anexasse, em 1801, definitivamente ao Brasil, restabelecendo a fronteira natural do Rio Uruguai. Além de que, é fato incontestado estar Jerônimo de Ornelas, já em 1753, apenas a um ano da chegada dos açorianos, tratando de ocupar, em nome do filho José Raimundo, uma grande área de terras em Três Irmãos, entre Santo Amaro e Rio Pardo, no território da então Freguesia de Triunfo, para onde se mudaria, quatro anos depois, com toda sua família.

E, a 14 de dezembro de 1762, vendia a Inácio Francisco de Melo toda a Sesmaria do Morro de Santana, sem qualquer ressalva, o que indica não haver nenhum colono estabelecido nessas terras.

Mas, afinal, estamos chovendo no molhado, por ser evidente que, se Jerônimo de Ornelas tivesse intenção de colonizar, não teria abandonado as terras antes de iniciar a colonização. E no caso de já haver iniciado, só as poderia vender com ressalva da parte colonizada.

É preciso não confundir. Jerônimo de Ornelas foi um fazendeiro, como milhares de outros; não um colono, nem um colonizador. A não ser que se queira tumultuar o sentido das palavras ou negar seriedade aos assuntos históricos, a data de 5 de novembro de 1740 nada significa para a colonização do Município de Porto Alegre, a qual só teve começo em 1772, por iniciativa governamental de José Marcelino de Figueiredo, quando o antigo sesmeiro do Morro de Santana já havia falecido.

A data de 5 de novembro de 1740, não tendo nada a ver com a fundação nem com a colonização de Porto Alegre, não teve igualmente com o início de seu povoamento.

Jerônimo de Ornelas foi incontestavelmente um dos primeiros povoadores desta região; ele, Sebastião Chaves, que ocupou a zona dos atuais bairros do Menino Deus, Azenha, Partenon, Glória e Teresópolis, e Dionísio Mendes, que deixou o nome ligado a um acidente geográfico: a Ponta do Dionísio.

Jerônimo, como sabemos, construiu casa, estabelecendo-se com a família, no Morro de Santana, por volta de 1732, conforme sua própria declaração.

A partir desse momento passou a ser um povoador, independentemente da Carta de Sesmaria, que só lhe seria outorgada a 5 de novembro de 1740, isto é, cerca de oito anos mais tarde. Com a Carta ou sem ela, uma vez que

ocupou, por sua conta, uma área de terra devoluta, ali construindo casa e outras benfeitorias, fazendo plantações, criando animais, com a intenção de permanecer, Jerônimo de Ornelas havia adquirido a condição de povoador mesmo que a Carta de Sesmaria jamais lhe houvesse chegado às mãos.

A data de 5 de novembro de 1740 significaria o início do povoamento, se somente a partir de então o sesmeiro passasse a ocupar a terra que lhe fora concedida. Mas o início do povoamento, como vimos, teve lugar cerca de oito anos antes. Logo, a data mencionada vale apenas como documento inicial da propriedade imobiliária, entre o arroio Dilúvio e o rio Gravataí.

Como tal, pode ser legitimamente comemorada... pela Associação dos Proprietários de Imóveis.

Seria até pilhérico se o patriarca, construindo casa, cultivando a terra, vendo nascer filhos, durante oito anos, só no fim desse prazo se tornasse povoador, porque recebeu uma Carta de Sesmaria. Se a Carta nunca viesse - porque poderia não vir - ele nunca se tornaria um povoador, embora tivesse povoado. Ora, pois.

Jerônimo de Ornelas foi, de fato, um povoador, menos de Porto Alegre, que do Rio Grande do Sul. E mais lhe deve valer a glória de ser ascendente de grandes e ilustres famílias rio-grandenses, como Azambuja, Meireles, Gonçalves, Gomes Jardim, Guimarães, e de homens como Bento Gonçalves, José Gomes Jardim, Loureiro da Silva, Darcy Azambuja, que os ouropéis de intenções que não teve e de atos que não praticou.

É o que temos o dever de proclamar, em respeito à sua memória.

Agora, meus senhores, afastada a data que, por força de um equívoco, pompeou indevidamente em várias comemorações, ora como da fundação de cidade, ora como do início do povoamento, ora como da colonização do território, sem que legitimamente possa representar nada mais que um título comum de propriedade, esclarecido o equívoco, convirá saber qual a data que deva ser justamente comemorada.

É certo que Porto Alegre não tem uma data de fundação, como tem Rio Grande, fundado em ato solene, a 19 de fevereiro de 1737, como São Vicente, como o Rio de Janeiro e outras.

O povoamento do outeiro de Porto Alegre, onde existia um porto natural para embarcações de pequeno calado, começou quando ali chegaram os sessenta paulistas comandados pelo Capitão Mateus de Camargo Siqueira, a 13 de novembro de 1752. Sua missão era de explorar a navegabilidade do Guaíba e dos rios que formam seu estuário, e construir barcos para conduzir soldados e emigrantes açorianos, destinados às terras missioneiras.

Pouco mais tarde chegava também um grupo de açorianos, homens, mulheres e crianças, conduzidos de Rio Grande pelo Tenente Francisco Barreto Pereira Pinto, formando-se um arraial de barracas e choupanas ao longo da praia.

Tratava-se de uma parada provisória.

Com os paulistas viera o capelão Frei Faustino de Santo Alberto, logo nomeado para assistir os casais das Ilhas, em trânsito ou que se estabelecessem nos diversos pontos destinados, a montante do porto de Viamão.

Afinal, o descumprimento do Tratado de Madri impediu que os açorianos fossem além de Rio Pardo e Taquari. Em ambas essas localidades foram criadas freguesias, enquanto o Porto dos Casais, onde até 1769 não havia sequer uma capela filial, só se emanciparia da Freguesia de Viamão a 26 de março de 1772.

Antes, porém, em 1769, já no governo de José Marcelino de Figueiredo, foi erigida, no Porto dos Casais, uma pequenina capela, filial de Viamão, tendo São Francisco das Chagas como orago.

O desenvolvimento da nova povoação deveu-se à sua posição geográfica, no caminho do Rio Grande ao interior do continente e seu porto natural, de visível interesse para a navegação e o comércio.

Em 1768, o antecessor de José Marcelino, coronel José Custódio de Faria, informava ao Vice-Rei haver fundado uma povoação em Taquari, tendo idealizado outra no Porto dos Casais, o que não lhe foi possível realizar.

A 24 de julho de 1773, o enérgico e esclarecido governador José Marcelino mudou para a Freguesia do Porto dos Casais a sede da Capitania, providenciando logo para a construção dos edifícios públicos, inclusive Igreja Matriz, já sob a invocação de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.

Estava assegurado o grande futuro do antigo Porto dos Casais.

Decorridos cento e tantos anos, o operoso Prefeito José Loureiro da Silva, desejando fixar data a ser comemorada, como a de mais íntima ligação com o início da metrópole rio-grandense, dirigiu-se ao Instituto Histórico e Geográfico, solicitando seu parecer a respeito. Nesta altura, não sem um certo constrangimento, o dever de ser claro me obriga a tocar num ponto que ainda não foi tratado pela imprensa, e cuja elucidação se impõe, para que não recaia sobre o Instituto Histórico a suspeita de haver dado dois pareceres contraditórios:

- um, em 1939, aceitando a data de 5 de novembro de 1740, como sendo a mais indicada;

e outro, em 1953, declarando ser a data de 26 de março de 1772, aquela que mais se relaciona com a fundação de Porto Alegre.

Ora, isso resultou de uma confusão que iremos desfazer dentro em breve.

O Instituto nunca, em tempo algum, associou a data de 5 de novembro de 1740, à fundação de Porto Alegre.

O que aconteceu foi o seguinte:

Recebido o ofício do Prefeito Loureiro da Silva, foi o mesmo despachado à Comissão de História para se pronunciar sobre a matéria, sendo escolhido relator o Professor J. Tupi Caldas que, aliás, não fazia parte da referida Comissão. Este produziu um longo trabalho, onde não faltam alusões lisonjeiras a Jerônimo de Ornelas, concluindo com as seguintes ex-

pressões, textuais: "Na data de 5 de novembro *podemos* realizar o culto cívico, em memória dos "pioneiros" da colonização da gleba porto-alegrense. A data de 24 de julho de 1773 *deve* merecer culto cívico, *porque recorda a fundação da cidade de Porto Alegre.*"

Este Parecer, ao que conste, nunca foi aprovado em plenário, nem referido no livro de Atas do Instituto, dele discordando a maioria de seus membros, inclusive Sousa Doca e Otelô Rosa.

Entretanto, foi enviado ao Prefeito Loureiro da Silva um ofício, assinado pelos Professores Leonardo Macedônia e Walter Spalding, respectivamente Presidente e 2º Secretário, sem que ao mesmo se juntasse cópia do Parecer, que diziam aprovado, mas apenas fazendo um resumo interpretativo do mesmo.

E foi, precisamente, nesse resumo que se criou a confusão. Isto porque, enquanto o Parecer diz que a data de 5 de novembro *pode* ser comemorada em lembrança dos pioneiros da colonização da gleba porto-alegrense, o ofício interpretativo diz que "essa mesma data *deve* merecer atenção especial, pois que é de grande significação."

E sobre a data de 24 de julho de 1773, enquanto o Parecer diz que "*deve* ter comemoração cívica, porque recorda a fundação de Porto Alegre", o ofício interpretativo não diz nem que *deve*, nem que *pode*, mas apenas que "*é também* de grande importância, especialmente para o Estado".

Não quero nem devo criticar os meus colegas do Instituto, um deles já falecido, mas, por dever de lealdade para com a Egrégia Câmara de Vereadores e a população de Porto Alegre, não me poderei furtar a uma observação.

Se o Parecer não foi aprovado pelo plenário - e nada consta neste sentido - o certo seria designar outro Relator que, reexaminando o assunto, apresentasse um Parecer capaz de merecer a aprovação da maioria da Casa. E se o Parecer foi aprovado, então o certo não seria mandar ao Prefeito um ofício interpretativo, mas uma cópia autêntica do mesmo.

É verdade que no ofício se diz que a "Comissão chegou às seguintes conclusões, que aprovamos", mas não esclarece se o "aprovamos" se refere ao plenário do Instituto ou aos signatários do ofício. O fato é que as conclusões do ofício são bem diferentes das do Parecer, conforme demonstramos acima.

Recebendo esse ofício que devia traduzir o contexto do Parecer, o Prefeito Loureiro da Silva comemorou grandiosamente a data de 5 de novembro, na honesta convicção de que, assim procedendo, se achava respaldado pela autoridade do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Existe evidente contradição entre o que diz o Parecer de 31 de outubro de 1939 e o ofício interpretativo, enviado ao Prefeito Loureiro da Silva, em 23 de novembro daquele ano. Mas essa contradição não foi criada pelo Instituto e sim por quem redigiu e encaminhou a citada correspondência.

Longe de mim, porém, a suspeita de que tal fosse de caso pensado, com o propósito de forçar predeterminada conclusão, emprestando à data de 5

de novembro de 1740, uma importância que se lhe não pode licitamente atribuir. Teria havido apenas um cochilo, no transpor para o ofício as conclusões a que chegou o relator do Parecer.

Contudo, a confusão seria facilmente evitada se, junto ao ofício interpretativo, fosse enviada ao Prefeito uma cópia autêntica do Parecer, como é usual.

Fica, pois, bem claro, meus senhores, que, se a data de 5 de novembro de 1740 foi arvorada à grande importância, não o teria sido por culpa do Instituto Histórico, que sempre lhe negou relacionamento com a fundação desta cidade.

O Instituto a considera simplesmente como da expedição de um título de propriedade de terra, para exploração da pecuária e da lavoura, nada importando que, sobre uma parte dessa terra, viesse a florescer a atual metrópole rio-grandense.

Sem a Carta de Sesmaria de Jerônimo de Ornelas teria acontecido a mesma coisa, uma vez que o surto de progresso da povoação aqui surgida (independente da vontade do sesmeiro), teve origem na sua privilegiada posição geográfica, no interior do Continente, com um porto natural no grande estuário do Guaíba, a jusante da confluência de cinco rios navegáveis.

E foi isso que despertou interesse à visão aguda de José Marcelino, tão estranho à Carta de Jerônimo de Ornelas, como à escritura de Inácio Francisco.

Sendo nosso propósito demonstrar o equívoco que representa a comemoração de uma data de concessão de sesmaria, como se assinalasse um acontecimento histórico, poderíamos ficar por aqui, mas, não ignorando que apreciável parte da opinião pública acompanha este debate, desejosa de esclarecer-se, teremos de ir um pouco adiante.

Afastada a data intrusa, que nada tem a ver com o assunto, limpo o terreno para a reimplantação da verdade histórica, vejamos qual a que melhor se identifica com o início de Porto Alegre.

É imperioso considerar que esta cidade, embora não registre em seus arquivos um ato expresso de fundação, possui, no entanto, balisando-lhe no tempo as etapas de seu crescimento, duas datas dignas de serem consideradas, quando se trata de fixar uma efeméride que represente o ponto de partida para o grande futuro: 26 de março de 1772 e 24 de julho de 1773.

A segunda foi sugerida no Parecer do Prof. Tupi Caldas, em 1939, não logrando aprovação do plenário, e, conseqüentemente, excluída da competição. Mas, em 1953, o Prefeito Ildo Meneghetti, conhecendo o episódio, e interessado em obter a opinião do Instituto, através de um Parecer aprovado por este órgão consultivo do poder público, solicitou, em ofício, o seu pronunciamento definitivo.

Despachado o assunto à Comissão de História, foi escolhido relator o Prof. Otelo Rosa, o qual, em judicioso Parecer, assinado também pelos srs. Moysés Vellinho e Guerreiro Lima, sustentou que a data a ser comemorada

com acerto é a de 26 de março de 1772, quando foi criada a Freguesia de São Francisco dos Casais, independente de Viamão. Desse Parecer, depois de aprovado pelo plenário, foi enviada cópia ao Prefeito que o havia solicitado.

"Foi nesse dia, 26 de março de 1772 - diz o Parecer de Otelo Rosa - que Porto Alegre se emancipou da jurisdição de Viamão, criou personalidade própria, deixou de ser apenas uma faixa de terra pertencente ao distrito da antiga Capela Grande.

Decidindo-se por essa data, entre as duas citadas, procedeu sabiamente o Instituto, pois que, além das razões mencionadas no Parecer, podem-se aduzir outras, ainda, em seu favor. A data de 26 de março, recordando a criação da Freguesia, que deu caráter e instituição ao povoamento tumultuário, então existente, antecede a de 24 de julho em um ano, além de apresentar maior interesse local e comunal do que aquela, cujas implicações atuais e futuras transcendem o âmbito municipal, ao abranger toda a Capital de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Quando a sede do Governo foi mudada de Viamão para Porto Alegre, a 24 de julho de 1773, já encontrou aqui uma comunidade constituída pela Freguesia que batizava, registrava os nascimentos e os óbitos, e celebrava os casamentos, dando unidade espiritual e civil ao povoado.

Assim se pronunciando, não incorreu o Instituto em nenhuma atitude contraditória, visto não haver aprovado o Parecer anterior.

E não se deve esquecer a harmonia entre os dois pareceres, na recusa à data de 5 de novembro.

Neste particular, a opinião da maioria do Instituto foi perfeitamente de acordo.

Sr. Presidente e senhores Vereadores.

O que acabo de expor é o ponto de vista do Instituto Histórico e Geográfico que, atendendo ao honroso convite desta ilustre Câmara Municipal, aqui me mandou, para reafirmar perante V. Exas., aquilo que vem afirmando, se não pela unanimidade, ao menos, pela maioria esmagadora dos componentes de seu quadro efetivo.

A data que se deve comemorar é a de 26 de março. Esta é a opinião do Instituto Histórico sobre o assunto.

Agradeço, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, a generosa atenção com que fui ouvido neste augusto recinto.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE: Já que o ilustre historiador se propõe a responder a qualquer pergunta que for formulada sobre a brilhante exposição que nos fez, a palavra fica à disposição. (Pausa). Repito, os Srs. Vereadores que tiverem alguma dúvida ou algum esclarecimento a fazer, que possa ou deva ser acrescido à exposição feita...

O SR. JOSÉ VECCHIO: Eu peço a palavra. Sr. Presidente. (Assentimento da Presidência). Sr. Presidente. Srs. Vereadores. Ilustre Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Dr. Moysés Vellinho.

Permitam V. Exas. que eu, o mais humilde dos Vereadores desta Casa, possa dirigir a V. Exa. e ao nobre historiador Coelho de Souza as minhas mais sinceras homenagens, pois eu não sou historiador, mas participei conjuntamente com os senhores da Aliança Liberal.

Para mim, os esclarecimentos de V. Exa., ilustre Comendador, satisfazem perfeitamente. Não sou homem dado a leituras históricas. Sou homem prático. Mas tive a oportunidade de proceder à leitura de artigos de autoria do historiador Walter Spalding, onde ele afirma "fundação da cidade de Porto Alegre, a 5 de novembro de 1740". Para mim seria, e realmente o é, Sr. Presidente da Câmara, satisfatória a conferência aqui pronunciada pelo nobre e honrado historiador Comendador Ferreira Filho, mas, usando de uma prerrogativa que me acoberta o Regimento Interno desta Casa, quero requerer de V. Exa. que seja aqui convocada, também, por intermédio da Câmara ou do próprio Instituto Histórico, a presença do historiador Walter Spalding. Não é para dissipar dúvida que tenha este Vereador. É porque a satisfação é imensa ao podermos ouvir, de pessoas tão ilustres, tão preparadas, tão ótimos esclarecimentos. E após, sim, eu aceitarei o juízo completo e a opinião sobre a data exata da fundação de Porto Alegre. Mas é arrojo demasiado deste Vereador, dirigir a V. Exa., nobre Comendador Ferreira Filho, uma interpelação. Apenas vou solicitar a V. Exa. que me dê melhores esclarecimentos sobre o número de quilômetros quadrados que compõem a capital do nosso Estado, pois aqui foi afirmado, por um colega meu, que são 1905 km². E eu fiquei na dúvida. E esta dúvida só será dissipada, através do pronunciamento autorizado do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE: Antes de passar a palavra ao eminente palestrante, devo informar ao Ver. José Vecchio que a Casa não tem o direito de convocar quem quer que seja.

O SR. JOSÉ VECCHIO: Não, Sr. Presidente, eu não disse convocar, mas, convidar.

O SR. ARTHUR FERREIRA FILHO: Se me permite, devo informar ao ilustre Vereador que essa área de 1905 km² deve ser a área atual do Município, não a área urbana. O Município abrange uma área muito maior, não só a da antiga sesmaria do Morro de Santana, como parte das três sesmarias de: Jerônimo de Ornelas, Sebastião Chaves e Dionísio Mendes.

A cidade de Porto Alegre atinge apenas, não toda, ainda, a sesmaria de Jerônimo de Ornelas, e parte da sesmaria de Sebastião Chaves, que são aqueles arrabaldes da área do arroio Dilúvio para lá: (apesar de que o Riacho mudou um pouquinho de direção, agora) Menino Deus, Glória, Teresópolis; e parte da sesmaria de Dionísio Mendes, que é aquela parte dos arrabaldes da Cavallhada, Tristeza, Vila Nova, etc.

Entretanto, a área do Município de Porto Alegre fica fora, vamos dizer, do tema que nos trouxe aqui, que é saber da área onde foi fundada a cidade, onde começou.

Aliás, começou foi na Ponta da Cadeia, como o senhor sabe, mas posso dizer ao nobre Vereador, que conhece talvez melhor do que eu, que a cidade de Porto Alegre, mesmo agora, não abrange, talvez, nem 1/3 do território inicial, a não ser que se contem esses...

O SR. JOSÉ VECCHIO: Se me permite, nobre Comendador, a minha pergunta foi feita em razão de um debate entre este Vereador e o Vereador João Dib, sobre os quilômetros quadrados que compõem, atualmente, a capital do Estado.

O SR. JOÃO DIB: Se me permite, creio que poderia esclarecer perfeitamente. Acho que o Vereador José Vecchio elabora em equívoco. Eu trazia a este Plenário a informação de que a cidade, no seu sistema viário, tinha 1905 quilômetros de ruas e estradas. A área do Município de Porto Alegre é de 472 quilômetros quadrados. A diferença é entre a área do Município e a extensão do seu sistema viário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE: Tem a palavra o Vereador Mósés do Carmo.

O SR. MÓSÉS DO CARMO: Sr. Comendador Arthur Ferreira Filho. Talvez tenha prestado demais atenção à brilhante palestra de V. Exa. e tenha me escapado algum detalhe, porque estava, realmente, embevecido com o tema que V. Exa. estava explanando há poucos minutos. Mas, pelo que depreendo, V. Exa. adota, e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul também adota, agora, a data de 26 de março de 1772, porque foi a data em que existiu um ato oficial, mudando a freguesia de São Francisco dos Casais, e transferindo a sede de Viamão para Porto Alegre.

A transferência foi feita em 24 de julho de 1773, portanto um ano e três meses depois. Mas se depreende aqui que Jerônimo de Ornelas já, oito anos antes de 1740, ocupava aquelas terras, como V. Exa. bem disse, como fazendeiro. Assim, o esclarecimento que eu desejava, é o seguinte: As terras de Jerônimo de Ornelas eram só no Morro de Santana, onde estava localizada sua casa, ou abrangiam, também, toda essa zona de Porto Alegre, digamos, até a Ponta da Cadeia, ou tinham um limite diferente?

O SR. ARTHUR FERREIRA FILHO: Menos a meia légua reservada pela confirmação do Rei de Portugal, quando confirmou que as sesmarias poderiam ser conferidas pelo Capitão General ou pelo Vice-Rei, mas, sem a confirmação do Rei, não eram vigorantes, tanto que o sesmeiro que não possuísse a confirmação do Rei, que era necessária, não poderia vender a sesmaria. Então, pela confirmação do Rei, as terras de Jerônimo de Ornelas... vou ler aqui, uma nota. (Lê): "Carta de sesmaria, passada a favor de Jerônimo de Ornelas. Confirmação do Rei D. João V e datada de 7 de dezembro de 1744, com o "Cumpra-se" de Gomes Freire de Andrade, datada de Viamão, a 20 de julho de 1754. ...".

Vejam que, entre a confirmação do Rei e a data do "Cumpra-se", levaram 10 anos, e Jerônimo de Ornelas só teve conhecimento da confirmação 14 anos depois.

Assim, no final da confirmação, diz "... com as cláusulas costumadas e mais disposições que dispõe a Lei, com declaração que nos rios que forem

navegáveis ficará meia légua de terra livre para uso público, na conformidade com as minhas resoluções, e antes de tomar posse será obrigado a medir as ditas terras. . . ”

O SR. MÓSES DO CARMO: A resposta de V. Exa. é bastante esclarecedora. Quer dizer, então, que Jerônimo de Ornelas não tinha nem condições de ter iniciado o povoamento desta parte da cidade, condições legais?

O SR. ARTHUR FERREIRA FILHO: Era considerado um porto natural, ali, aquela meia légua que foi reservada. . .

O SR. MÓSES DO CARMO: V. Exa. fez honra a Jerônimo de Ornelas, dizendo que ele foi um grande povoador da capitania do Rio Grande do Sul, não de Porto Alegre.

O SR. ARTHUR FERREIRA FILHO: Com Carta ou sem Carta, foi um grande povoador.

O SR. MÓSES DO CARMO: Mais adiante, V. Exa. diz que em 13 de novembro de 1752 chegaram os paulistas para preparar, digamos assim, para dar condições a que chegassem os casais açorianos, que chegaram pouco depois. Foi o que V. Exa. afirmou.

O SR. ARTHUR FERREIRA FILHO: Os açorianos passariam aqui para, seguindo águas acima, irem rumo às Missões, que, segundo o Tratado de Madri, tinham sido trocadas pela Colônia de Sacramento. É o que se ensina, mas isso não vem ao caso. Esses 60 paulistas vieram para cá, não só para reconhecer a navegabilidade desses rios que formam o estuário do Guaíba, mas também para construir barcos, canoas, etc., para levar daqui os imigrantes açorianos destinados às Missões. Quando eles chegaram, conduzidos pelo Tenente Francisco Barreto Pereira Pinto, o Tratado de Madri tinha emperrado, tinham havido complicações com os índios, e não foi mais possível pensar em mandar gente para lá. Os açorianos, então, ficaram aqui, à espera de que se resolvesse, diplomaticamente, o assunto do Tratado de Madri. Essa solução não veio, veio mais tarde, muitos anos depois, pelas armas de Borges do Canto e de Pedroso. O Tratado foi, poucos anos depois, anulado, e os açorianos ficaram acampados, foram até obrigados a permanecer aqui. Alguns foram para Taquari, Rio Pardo, Santo Amaro, mas a maior parte foi ficando aqui, na praia.

O SR. MÓSES DO CARMO: Estou de pleno acordo com o que V. Exa. está respondendo e sinto-me muito honrado. Quer dizer que em 1752, um pouco antes, talvez, tinha se iniciado o povoamento de Porto Alegre?

O SR. ARTHUR FERREIRA FILHO: Em 13 de novembro, quando chegou aqui o Capitão Camargo, com seus 60 paulistas. Até aí, não havia ninguém na costa.

O SR. MÓSES DO CARMO: Eles se estabeleceram aqui e ficaram. . .

O SR. ARTHUR FERREIRA FILHO: Eles não vieram para fundar Porto Alegre, vieram para garantir o tráfego pelo rio.

O SR. MÓSES DO CARMO: Porque desde essa data, então, senhor Conferencista, decorreram vinte anos, e nestes vinte anos Porto Alegre deve ter crescido, se tornado uma cidade. . .

O SR. ARTHUR FERREIRA FILHO: Entre 52 e 72 era uma pequena povoação.

O SR. MÓSES DO CARMO: Quer dizer, que o critério que V. Exa. e o Instituto Histórico e Geográfico do RGS admitem é de que, embora tivesse existido Porto Alegre vinte e poucos anos antes, como uma pequena povoação, a data histórica da sua fundação é aquela do ato legal que criou a freguesia?

O SR. ARTHUR FERREIRA FILHO: Realmente, a freguesia é que deu caráter à povoação. Antes não tinha sequer uma capela, era uma dependência da Freguesia de Viamão, e a criação da freguesia, em 26 de março de 1772, então, emancipou o território de Porto Alegre, de Viamão. Como sabemos, as freguesias tinham uma autoridade civil e também uma autoridade eclesiástica, e no momento em que foi criada a freguesia é que veio o primeiro pároco administrar esta freguesia. Antes era um bairro distante de Viamão. Os enterros eram feitos em Viamão, porque naquele tempo só se enterrava gente na igreja, ou em cemitério perto da igreja, que fosse chamado "terra sagrada" ou "campo santo".

O SR. MÓSES DO CARMO: Muito obrigado. Estou perfeitamente esclarecido.

O SR. WILSON ARRUDA: Sr. Presidente, desejo formular uma pergunta. (Assentimento do Sr. Presidente). Sr. Presidente. Srs. Vereadores. Membros do Instituto Histórico e Geográfico do RGS que nos honram com a sua presença. Eminentíssimo Com. Arthur Ferreira Filho. Não era meu propósito, como modesto Vereador da Vila Jardim, atrever-me a falar com figuras que tanto honram e enobrecem a vida rio-grandense e brasileira. Mas eu acho que é quase uma obrigação, já que V. Exas. vieram até esta Casa, nos dando esta tão elevada honra, dizer que, de hoje para frente, não se fará mais confusão sobre a data em que realmente foi fundada a cidade de Porto Alegre.

Eu ouvi muito bem quando V. Exa. dizia que este povoado, anteriormente à data de 1772, pertencia a Viamão. Ouvi, também, com muita atenção, que até os enterros que se faziam naquela época, nos menos chamados cemitérios e mais chamados "campos santos", tinham que ser feitos em Viamão. Ora, fácil é deduzir que os atestados de óbitos eram feitos daquela forma, na maneira daqueles tempos. Pois bem. Então, me parece que cabe uma pergunta, a quem tem a responsabilidade de dizer, como os senhores o fizeram nesta tarde, sobre a data exata da fundação da cidade de Porto Alegre. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul pode e - vejam bem - pode ou deve solicitar a quem de direito, a esta Casa, ao Sr. Prefeito Municipal ou à autoridade competente, a oficialização da data de 26 de março de 1772? Era isso que gostaria de saber se cabe ao Instituto Histórico e Geográfico do RGS esta missão ou a quem deverá ela caber.

Agradeceria, com muita honra, a resposta de V. Exa.

O SR. ARTHUR FERREIRA FILHO: Tenho muito prazer em responder ao ilustre Vereador da Villa Jardim, onde já fui morador quando vim do interior do Estado para Porto Alegre.

Respondendo à sua pergunta, posso dizer que o Instituto pode solicitar. Se deve, só mesmo o Instituto reunido poderá dizer. Que pode, pode. Dizer que deve, não posso dizer, porque sou apenas um de seus membros. A minha credencial, hoje, aqui, não vai até esse ponto. Acho que pode.

O SR. WILSON ARRUDA: Já que V. Exa. me informa com essa autoridade, eu, como Vereador, deixo, em nome da cidade, um pedido: que se esclareça de uma vez por todas, e que se peça a oficialização desta data, como a data histórica da fundação da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado aos Senhores.

O SR. PRESIDENTE: A palavra ainda continua à disposição.

O SR. CÉSAR DE MESQUITA: Peço a palavra, Sr. Presidente. (Assentimento do Sr. Presidente). Inicialmente, devemos agradecer a distinção conferida a esta Casa pelo Instituto Histórico e Geográfico do RGS, através da sua Direção, e o prazer de termos ouvido a brilhante exposição feita pelo Comendador Ferreira Filho.

Sr. Presidente, o Sr. Prefeito Municipal, me parece, que, através do órgão competente, no caso a Secretaria de Educação do Município, já providenciou no sentido de que o Instituto esclarecesse devidamente essa controvérsia existente sobre qual a data da fundação da cidade de Porto Alegre. Acredito que o Instituto Histórico e Geográfico foi informado de que há uma nova Comissão, nomeada pelo Sr. Prefeito, que terá a seu cargo estabelecer, mediante consultas ao próprio Instituto Histórico e a outros historiadores, definitivamente, a data de fundação da cidade de Porto Alegre, para que, posteriormente, seja essa data oficializada.

O Instituto Histórico e Geográfico do RGS, talvez, através de sua maioria, tenha se fixado na data de 26 de março de 1772, como data de fundação, como já foi dito aqui. Mas, existe, dentro do Instituto, uma minoria que defende tese adversa, e, quando o meu nobre amigo e companheiro de Bancada, José Vecchio, fez uma solicitação, que eu iria fazer, para que aqui viesse, também, e aqui falasse, desta mesma tribuna, a minoria que defende tese adversa, por todos nós conhecida, muito me agradou. Inclusive o historiador Walter Spalding escreveu uma obra a respeito, e que eu tenho o prazer de tê-la em minha biblioteca.

Acredito que, só depois dessa segunda conferência e com os dados que todos nós teremos em mãos, de toda essa polêmica que está sendo sustentada pela imprensa e através de obras, possa esta Casa fazer um melhor julgamento. Inclusive, fica a dúvida, Sr. Presidente, se foi Jerônimo de Ornelas, o primeiro, o segundo ou o terceiro que aqui chegou, porque várias foram as pessoas que vieram explorar esta gleba, como foi dito aqui, inclusive nas zonas do Cristal e dos Navegantes. De modo que eram três os que iniciaram o povoamento da área de Porto Alegre. Oficialmente, José Marcelli-

no homologou a oficialização do povoado e transferiu para cá a sede do governo em determinada época: no dia 26-3-72. Mas, Sr. Presidente, antes tinham chegado já 60 paulistas, que ficaram aqui trabalhando. Talvez, muitos tivessem se transferido para cá efetivamente, para dar condições a que 60 casais de açorianos pudessem ir até as Missões. Então, ficamos com uma data intermediária, entre a chegada dos casais e a do ato de oficialização. Neste interregno, Sr. Presidente, se colocou aqui uma povoação. Não será a data oficial aquela em que chegaram os 60 paulistas com a finalidade de criar condições de levar os 60 casais até as Missões? Este é um problema que abre outra frente de debates e até outra tese. Agora, a oficialização foi tomada por Marcelino, em 72. Por isso, Sr. Presidente, eu entendo que há uma necessidade, já que a Câmara tem a preocupação de bem esclarecer, de que seja dada a palavra à minoria existente dentro do próprio Instituto Histórico e Geográfico, e que seu ilustre Presidente, como o fez agora, indique um membro desta corrente, a nosso convite, para que aqui venha e defenda a outra tese, que diz que é no dia 5-11-1740 a data que deve ser tomada como oficial, embora tenha sido dito pelo ilustre conferencista, que houve uma porção de irregularidades nas informações que foram dadas ao extinto Prefeito de Porto Alegre, José Loureiro da Silva.

De maneira que aqui fica um adendo, Sr. Presidente, à proposta do meu nobre e querido companheiro de Bancada e de Câmara, José Vecchio: que a Casa ouça também aqueles que defendem uma tese contrária. Então, acredito que nesse dia e, talvez, ainda numa terceira reunião, quem sabe, com mais informações, com o material que tenho eu em mãos, colecionado, e com as duas teses, todas as duas muito respeitáveis, possa esta Casa juntar os seus esforços aos do Instituto, e termos, definitivamente estabelecida, a data real da fundação de Porto Alegre.

O SR. JOSÉ VECCHIO: V. Exa. permite? (Assentimento do orador). Nobre Líder de minha Bancada. Eu, ao solicitar que o Instituto Histórico e Geográfico fizesse um convite ao historiador Walter Spalding, em absoluto tive a intenção de convidar uma minoria ou maioria para aqui comparecer, porque eu aceito o Instituto Histórico e Geográfico como uma organização, ou um órgão, respeitável. E não posso acreditar ou aceitar que exista uma dissidência entre homens tão ilustres que aqui estão presentes, e aqueles que aqui não comparaceram. Eu apenas estou pedindo a presença de um historiador que eu admiro. Não levo em consideração nenhuma dissidência.

O SR. CÉSAR DE MESQUITA: Sr. Presidente, eu acho que fui mal entendido, talvez as minhas deficiências culturais não tenham permitido que eu pudesse traduzir as minhas preocupações, de maneira a me fazer compreender. Sou um modesto trabalhador de fábrica. Não tenho curso universitário. Estou aqui nesta Casa pelo mandato conferido por uma faixa de população que, infelizmente, também ainda vive numa certa ignorância.

De maneira que, Sr. Presidente, acho que é válido quando se diz, inclusive nesta Casa, que exista uma maioria e exista uma minoria, e que essa

maioria ou essa minoria são apenas eventuais, porque às vezes, a minoria se transforma em maioria porque convence a maioria de que está certa no seu ponto de vista, e vice-versa.

Dentro do Instituto também isso é possível. Tanto que, menos por culpa do Instituto e mais por um direito que honestamente lhes cabe, estão defendendo teses antagônicas, pois aí existem membros que formam hoje a minoria, quando, talvez no passado, tenham formado a maioria. Assim, existem membros que não concordam com a tese do nobre Comendador Arthur Ferreira Filho.

O SR. ARTHUR FERREIRA FILHO: Eu não sei de nenhum. Eu ignoro. Se houver, respeitarei muito. Mas, na ocasião em que foi dado este Parecer, o único que estava em desacordo era o Prof. Walter Spalding, que depois, veio, ele mesmo, pelos jornais, confirmar o meu ponto de vista.

O SR. CÉSAR DE MESQUITA: Se ele está convencido, agora, de que realmente estava errado, isso até o enaltece mais ainda. Mas eu sei que existem historiadores - não sei se pertencem ou não ao Instituto Histórico e Geográfico - que, através dos jornais, defendem tese adversa. Então, seria o caso de a Casa escolher um desses, convidá-lo, e nós, aqui, com todo o respeito e humildade o ouviríamos, como ouvimos com toda a atenção o nobre Comendador Arthur Ferreira Filho.

Apenas peço desculpas, se estou incorrendo num erro, se entendi que existia dentro do Instituto uma corrente que defendia tese diferente da do palestrante.

O SR. JOSÉ VECCHIO: O nobre Líder da minha Bancada, ao apartear-lo, teve apenas a intenção de esclarecer e justificar o pedido que apresentei, não só ao Presidente da Câmara, mas ao próprio Presidente do Instituto Histórico e Geográfico.

Agora, creia V. Exa. que eu considero esta conferência tão útil para nós, representantes da nossa cidade, que cheguei à seguinte conclusão: se a data não foi 40, não foi 52, não foi 72, mas se o Instituto Histórico e Geográfico, junto com todos aqueles que conhecem a história da cidade, determinar, que de fato, Porto Alegre foi fundada em tal data, isso para mim vale, porque somente ao Instituto é que cabe deliberar e acertar essa situação. Muito obrigado, nobre Vereador.

O SR. CÉSAR DE MESQUITA: Eu estou de pleno acordo, Sr. Presidente, tanto que o Sr. Prefeito, a Casa e nós estamos com essa preocupação, e eu, como filho de Porto Alegre, me preocupo muito mais, porque entendo alguma coisa da história da nossa cidade e vejo que todas aquelas datas que aprendi no colégio, parece, estão sendo, agora, através de estudos, de pesquisas feitas pelo Instituto, contrariadas.

Então, Sr. Presidente, quanto mais debates, quanto mais conferencistas tivermos, melhor para nós, e melhor para o Instituto, melhor para o Município e melhor para a história da cidade, porque, finalmente, vamos ter a data real em que a cidade foi fundada.

Então, eu deixo um apelo para que a proposta do meu nobre Par, seja aceita, pois espero que, dentre todos esses que contrariam a tese do nobre Comendador Ferreira Filho, um deles venha a ser convidado, que acredito possa ser muito proveitoso para todos nós.

O SR. PRESIDENTE: Antes de oferecer a palavra mais uma vez, quero dar o meu entendimento, porque, me parece, estão ocorrendo dúvidas, e aí reside o ponto essencial até da reunião de hoje. São duas datas: uma se chamaria ou se deveria chamar de colonização da cidade propriamente dita, e a outra, da fundação da cidade. E até eu, para efeito de justificar o meu ponto de vista, pois também sou originário do bairro mais baixo da cidade, baixo geograficamente falando, procurei pesquisar qual seria a data de fundação do 4º Distrito - e achei. Foi a data da instalação da primeira igreja, em 13 de janeiro de 1875. Então, passamos a adotar aquela data como oficial, naquele distrito. De maneira que o que se precisa deixar claro, é não confundir colonização com fundação da cidade.

Agora, acho que esta Casa deve ser sensível ao ouvir pessoas autorizadas falarem sobre o problema. Mas quero dizer que ninguém tem mais autoridade para falar do que o Instituto Histórico e Geográfico, para definir, com propriedade, a data de Fundação de Porto Alegre. Poderá até, em seu seio, haver alguma divergência, como ocorre até nesta Casa, quando se votam leis, mas, uma vez que esta é aprovada pela maioria do sodalício, não há mais maioria nem minoria, há uma Lei.

Eu entendo, salvo melhor juízo, que não devemos parar aqui, devemos dar oportunidade a pessoas de responsabilidade, para que aqui venham debater este assunto. Estaremos, até então, sem opinião formada. Eu tenho a minha opinião formada sobre a distinção que se deve fazer entre colonização e criação da cidade. A tese que o Instituto apresentou, em razão da fundação a 26 de março de 1772, foi quando se criou a cidade, desmembrando-a do então Município de Viamão. Esta é a minha impressão, mas, em todo o caso, quero dizer aos senhores que nesta Casa há total liberdade e nós devemos procurar ouvir a todos aqueles que nos desejarem esclarecer. O que nós queremos é que as maiores autoridades no assunto aqui venham, pois o que buscamos é a verdade. Agora, reconheço como maior autoridade no assunto o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

A palavra continua à disposição.

O SR. WILSON ARRUDA: Mais uma pergunta. Com todo o respeito que me merece o Vereador César de Mesquita e amizade que tenho para com S. Exa., eu tenho aqui na minha mão o seguinte: (Lê): "26 de março de 1772: elevação da Capela Filial da Freguesia de Viamão, sendo ao mesmo tempo iniciada a construção da nova matriz, por iniciativa do senhor governador José Marcelino Figueiredo."

Pergunto eu: em que data foi fundado o Município de Cachoeirinha? No dia em que foi desmembrado de Gravataí! É, Sr. Comendador! Em que data foi fundado o Município de Alvorada? No dia em que foi desmembrado,

por lei, do município de Viamão. Sendo assim, eu festejarei, desde já, a data de 26 de março de 1772, com a autoridade que me merece e a responsabilidade que tem o Instituto Histórico e Geográfico. Para mim, Porto Alegre foi fundada em 26 de março de 1772.

O SR. PRESIDENTE: A palavra continua à disposição dos Srs. Vereadores. (Pausa). Penso que não há mais ninguém interessado em formular perguntas, de forma que só nos resta agradecer ao palestrante desta tarde, Com. Arthur Ferreira Filho, e a todas as pessoas que nos honraram com sua presença. Esta Câmara tem sido honrada, prestigiada por grandes vultos da nossa humanidade, mas creio que hoje a Câmara Municipal de Porto Alegre se engalanou com uma das suas maiores glórias, pois conseguiu trazer aqui o que há de mais expressivo na história de um povo, conseguiu trazer as pessoas mais ilustres e respeitáveis, e todos aqueles que se dedicam à pesquisa da história da cidade. Assim, não só os Anais, como a nossa própria consciência ficam enriquecidos com esses belos ensinamentos, dados por homens que, gratuitamente, patrioticamente, dão tudo de si, inclusive o seu conforto, para ajudar no engrandecimento cultural de um povo.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul é composto por figuras, sem favor nenhum, beneméritas da nossa grande Porto Alegre.

Agradeço ao ilustre Presidente, e quero, mais uma vez, ressaltar a insigne honra do Legislativo Municipal de Porto Alegre no dia de hoje. Gostaria que tais ensinamentos pudessem ser mais freqüentes, pois nós, como legisladores de uma cidade, precisamos, e precisamos muito, da sabedoria das pessoas que se dedicam aos estudos, pesquisando, muitas vezes durante horas, noites, semanas, meses e anos, para ajudar a conhecer tudo o que é necessário para que as futuras gerações não nos responsabilizem por não termos tido o cuidado de zelar pela nossa história, pois, triste é o povo que não tem história.

Agradeço, mais uma vez a presença de todos, e convido-os para um cafezinho informal, no Gabinete da Presidência. Antes, porém, convoco os Srs. Vereadores para a sessão ordinária do dia 22, à hora regimental.

Estão levantados os trabalhos.

(Levanta-se a sessão às 17 h 20 min).

Sala Otávio Rocha, 20 de abril de 1971.

RESOLUÇÃO DO INSTITUTO RATIFICA O PARECER DE 1953

Considerando que, a convite da Câmara Municipal de Porto Alegre e designado pelo Sr. 1º Vice-Presidente, no impedimento temporário do Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, proferiu o Sr. Arthur Ferreira Filho, no Legislativo da Cidade, em sessão especial, realizada a 20 do corrente, brilhante conferência a respeito da data da Fundação de Porto Alegre;

Considerando que o ilustre conferencista, ao apresentar seu excelente trabalho perante aquela Colenda Assembléia, estava no desempenho de honrosa incumbência, dada pelo Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício ocasional da Presidência, e, portanto, plena e devidamente autorizado a se manifestar em nome do mesmo Instituto;

Considerando, ainda, que o Sr. Arthur Ferreira Filho, em sua ampla e bem fundamentada exposição, reafirmou ponto de vista anteriormente expresso pelo Instituto, através de longo parecer, de autoria de sua Comissão de História, do qual foi relator o saudoso historiador, Sr. Otelo Rosa;

Considerando, finalmente, que, em vista dessas inequívocas manifestações, não parece restar mais dúvida, quanto ao que se deve considerar como ponto de vista do Instituto, sobre a importante questão,

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul resolve o seguinte:

1. Tornar público que o Sr. Arthur Ferreira Filho, membro efetivo desta instituição, ao falar sobre a fundação de Porto Alegre perante a Colenda Câmara Municipal desta Cidade, estava devidamente credenciado para se manifestar em nome do Instituto;

2. Declarar que o ponto de vista que o orador apresentou e fundamentou, na oportunidade, confirma o Parecer do Instituto a respeito da questão;

3. Considerar, sem margem de dúvida, a data de 26 de março de 1772 como a da Fundação de Porto Alegre, por ser a que mais e melhor corresponde à verdade histórica, de acordo com o Parecer de 1º de dezembro de 1953, de sua Comissão de História, agora reafirmado na exposição do Sr. Arthur Ferreira Filho perante a Colenda Câmara Municipal de Porto Alegre.

Porto Alegre, 29 de abril de 1971.

Riograndino da Costa e Silva

NOTA - A presente proposta foi aprovada por unanimidade, em sessão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, realizada a 29 de abril de 1971, sob a presidência do Sr. Moysés Vellinho, 1º Vice-Presidente, conforme a ata respectiva, lavrada no livro competente, de fls. 143 v. a 145 v.

LEI MUNICIPAL CONSAGRA O DIA 26 DE MARÇO COMO DATA DE FUNDAÇÃO DE PORTO ALEGRE

O Sr. Telmo Thompson Flores, Prefeito de Porto Alegre, sancionou em 29 de dezembro de 1971 a Lei nº 3.609, cujo texto é o seguinte:

LEI Nº 3.609

Consagra, como data de Fundação de Porto Alegre, o dia 26 de março.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – É consagrado como data de Fundação de Porto Alegre, o dia 26 de março.

Art. 2º – São revigorados os termos do Decreto nº 229/40, que consagra, como data de Colonização de Porto Alegre, o dia 5 de novembro.

Parágrafo único – As festividades da Semana de Porto Alegre continuarão sendo celebradas na 1ª quinzena de novembro.

Art. 3º – No ano de 1972, será comemorado, nos termos do art. 1º desta Lei, o Segundo Centenário de Fundação de Porto Alegre.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 29 de dezembro de 1971.

(a) *Telmo Thompson Flores* – Prefeito.

DISCURSO

**PROFERIDO A 24 DE MARÇO DE 1972, NA CÂMARA
MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

Adroaldo Mesquita da Costa

1877

THE FIRST A NEW YORK
AND THE FIRST A NEW YORK

THE FIRST A NEW YORK

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, ora aqui representado por seu presidente perpétuo, agradece, com abundância d'alma, a elevada distinção com que o honrou a benemérita Câmara Municipal de Porto Alegre, pelo convite para proferir o discurso oficial nesta magna sessão, com que está dando início às comemorações do bicentenário da fundação da cidade.

Dentro de algumas horas, com efeito, estará raiando, gloriosa e sorridente, a madrugada de 26 de março que, há dois séculos, marcou nos Anais da terra gaúcha, a criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais e, com esta, assinalou também a fundação da que viria a ser a "leal e valorosa" cidade de Porto Alegre.

José Marcelino de Figueiredo, personificando o poder civil da velha Lusitânia, e D. Antonio do Desterro, na plenitude da jurisdição eclesiástica, ambos na mais completa harmonia de vistas e em perfeito acordo de intenções, numa verdadeira simbiose de energias e vontades, fundaram a cidade e criaram a freguesia.

Efêmera, porém, foi a denominação de São Francisco do Porto dos Casais, dada à nova freguesia, como se vê do Edital de 18 de janeiro de 1773, assinado por D. Antonio do Desterro e vasado nestes termos:

"Porquanto nos consta ser muito do agrado do Ilmo. e Exmo. Sr. Marquês Vice-Rei que a Igreja Matriz da dita nova vila de Porto Alegre tenha a invocação de Na. Sa. Madre de Deus pela especial devoção que tributa a esta Senhora como Sua Madrinha; Desejando nos conformarmos com a pia e devota intenção do Ilmo. e Exmo. Marquês Vice-Rei na ereção deste Novo Orago, e satisfazer, quanto nos é possível, a sua vontade: Havemos por bem de mudar, como pelo presente Nosso Edital mudamos a invocação de São Francisco que até agora tinha a referida nova freguesia erigida no lugar do Porto dos Casais do Distrito de Viamão, que ora fica sendo Vila de Porto Alegre, para a de Nossa Senhora Madre de Deus, cuja imagem mandamos seja colocada no Altar mor da Igreja Matriz da dita nova Vila e Freguesia, como Orago e titular dela que fica sendo, tirada a de São Francisco, no caso de já se ter colocado. E que os moradores da dita nova Vila e Freguesia de Porto Alegre, reconheçam e invoquem somente aquela Senhora por sua Titular e padroeira, e como tal recorram nas suas necessidades: E que nos assentos, termos, e mais papéis, que daqui em diante se fizerem no referido Lugar por pessoas da nossa Jurisdição se ponha o título de Villa, ou Freguesia de N. Sa. Madre de Deus de Porto Alegre de Viamão."

Preclaro Auditório.

A efeméride tem sido objeto de larga controvérsia.

Acuradas pesquisas e investigações beneditinas de ilustres e pacientes estudiosos das coisas de nosso passado têm manuseado *in folios*, examinado mapas e escrituras, na busca da verdade e no justificado, anseio de encontrá-la.

Dedicado há mais de meio século, carinhosa e infatigavelmente, a tarefa tão nobilitante, o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO recebeu com satisfação a dignificadora incumbência de emitir parecer sobre a *veraxata quaestio*.

Há cerca de duas décadas, realmente, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre dirigia-se, já, então, pela segunda vez, ao Instituto Histórico, a solicitar-lhe indicasse ao Governo Municipal "com precisão, a data em que Porto Alegre foi fundada", sob o argumento de que, embora conhecidas as datas de elevação a cidade e a capital, contraditórios eram os dados referentes à fundação, que uns pretendiam fixar em 5 de novembro de 1740, outros, em 1747 e outros, finalmente, em 9 de dezembro de 1773.

Submetida tese tão apaixonante à apreciação e estudo da Comissão de História e Geografia, não tardou esta no desempenho do encargo recebido.

Integrada por Otelo Rosa, designado relator, e Afonso Guerreiro Lima, dois nomes dos mais ilustres de nosso sodalício e ambos já na glória da imortalidade, e, ainda, por nosso estimado Presidente efetivo, o renomeado homem de letras e historiador de tomo que é Moysés Vellinho, apresentaram os três ilustres consócios estudo sério e aprofundado, de valorização indiscutível, datado de 1º de dezembro de 1953, que o Instituto discutiu e aprovou e em cuja conclusão se achava escrito:

"A cidade de Porto Alegre, cujo povoamento teve começo, mais ou menos, em 1732, foi fundada no dia 26 de março de 1772, em que foi elevada a freguesia e desmembrada de Vião."

Passaram-se anos e o assunto parecia haver sido esquecido. Parecia, apenas, porque, à aproximação da bicentenária efeméride, testemunhamos que a questão permanecia tal qual – e, como a Fênix da lenda – renascia das próprias cinzas, para revestir-se da mais palpitante atualidade.

Demonstrando, como de hábito, sua delicada sensibilidade aos problemas de maior interesse da comunidade porto-alegrense, esta Câmara Municipal tomou a si a louvável iniciativa de propiciar amplo debate em torno da fundação da cidade. E o Instituto vem a ser, então, novamente convocado a tomar parte no ciclo de palestras com esse fim programado e que se abriu, precisamente, com a palavra autorizada de seu representante oficial, o historiador Arthur

Ferreira Filho. O ponto de vista anteriormente adotado pela entidade é, de novo, confirmado, repetido e reafirmado pela palavra escoreita de seu representante. E poucos dias após – a 29 de abril de 1971 – o próprio Instituto, em sessão plenária, por unanimidade, adotava a seguinte resolução:

“Considerando que, a convite da Câmara Municipal de Porto Alegre e designado pelo Sr. 1º Vice-Presidente, no impedimento temporário do Sr. Presidente Perpétuo, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, proferiu o Sr. Arthur Ferreira Fº, no Legislativo da Cidade, em sessão especial, realizada a 20 do corrente, brilhante conferência a respeito da data da Fundação de Porto Alegre; Considerando que o ilustre conferencista, ao apresentar seu excelente trabalho perante aquela Colenda Assembléia, estava no desempenho de honrosa incumbência, dada pelo Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício ocasional da Presidência, e, portanto, plena e devidamente autorizado a se manifestar em nome do mesmo Instituto;

Considerando, ainda, que o Sr. Arthur Ferreira Filho, em sua ampla e bem fundamentada exposição, reafirmou ponto de vista anteriormente expresso pelo Instituto, através de longo parecer, de autoria de sua Comissão de História, do qual foi relator o saudoso historiador, Sr. Otelo Rosa;

Considerando, finalmente, que em vista dessas inequívocas manifestações, não parece restar mais dúvida, quanto ao que se deve considerar como ponto de vista do Instituto sobre a importante questão,

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul resolve:

1. Tornar público que o Sr. Arthur Ferreira Filho, membro efetivo desta instituição, ao falar sobre a fundação de Porto Alegre perante a Colenda Câmara Municipal desta Cidade, estava devidamente credenciado para se manifestar em nome do Instituto;
2. Declarar que o ponto de vista que o orador apresentou e fundamentou, na oportunidade, confirma o Parecer do Instituto a respeito da questão;
3. Considerar, sem margem a dúvida, a data de 26 de março de 1772 como a da fundação de Porto Alegre, por ser a que mais e melhor corresponde à verdade histórica, de acordo com o Parecer de 1º de dezembro de 1953, de sua Comissão de História, agora reafirmado na exposição do Sr. Arthur Ferreira Filho, perante a Colenda Câmara Municipal de Porto Alegre.”

Meses mais tarde, em nova e mais positiva evidência do alto conceito em que tem o Instituto, renova-lhe a Municipalidade sua consulta sobre tão discutido assunto, desta vez por mediação desta Colenda Câmara.

Solicitação nesse sentido foi feita, de fato, pelo Presidente desta Casa, o Sr. Vereador José Aloísio Filho, a quem foi respondido, em 30 de novembro do ano passado, nos termos seguintes:

"Em atenção ao ofício de V. Sa., datado de 25 deste mês, cabe-me declarar-lhe que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tem, desde 1953, opinião oficial firmada sobre a data da fundação de Porto Alegre.

Naquele ano, aprovou o Instituto parecer prolatado pelo Prof. Otelo Rosa, subscrito pelos Senhores Moysés Vellinho e Afonso Guerreiro Lima, indicando a data de 26 de março de 1772 como a da fundação de Porto Alegre.

Em 20 de abril do corrente ano, atendendo ao convite dessa ilustre Câmara Municipal, enviou o Instituto o Sr. Arthur Ferreira Filho que, na palestra aí proferida, sustentou o ponto de vista firmado naquele Parecer, de que a data da fundação de Porto Alegre é 26 de março de 1772.

Esse pronunciamento foi expressamente aprovado pelo Instituto, que também aprovou moção de aplausos proposta pelo General Riograndino da Costa e Silva ao Sr. Arthur Ferreira Filho, pela fidelidade com que interpretou o pensamento desta entidade.

Todos esses fatos, tanto o Parecer de 1953, como a palestra do Sr. Ferreira Filho, como a aprovação da mesma pelo Instituto, tiveram ampla publicidade. Não deve, pois, restar dúvidas quanto à data que o Instituto considera como a da fundação de Porto Alegre: é 26 de março de 1772.

Espero ter, assim, respondido à consulta que V. Sa. me dirigiu. Queira, Sr. Vereador-Presidente, aceitar os protestos de alta estima e elevada consideração. — Adroaldo Mesquita da Costa, Presidente Perpétuo."

Merece ser acentuado que, ao emitir e ratificar o ponto de vista exposto, jamais teve o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul a veleidade de se considerar detentor do monopólio da verdade.

Como ocorre tantas vezes, em temas debatidos à luz da História, por mais claras e robustas que sejam as provas invocadas e exibidas, não raro se vislumbram oportunidades e motivos para que se renovem as discussões e as controvérsias permaneçam.

Não é de estranhar, portanto, se encontrem nugas, ainda agora, no manuseio de páginas de nossas crônicas.

Apenas descoberta nossa terra, de logo começou a discussão sobre a intencionalidade ou não, de seu descobrimento, tese que não logrou unanimidade, ainda em dias de hoje, não obstante já decorridos mais de quatro séculos. O próprio mês e até o próprio dia em que se realizou o achamento do território têm sido objeto de contestações acaloradas. O 22 de abril e o 3 de maio, um ao outro, têm disputado a glória de haver assinalado o registro do nome do Brasil no cenário da História.

Gaspar Corrêa, em "Lendas da Índia", saídas do prelo cerca de 15 anos antes da Reforma do Calendário Juliano, já indicava o 3 de maio como o da descoberta do Brasil e, no entretanto, muita tinta se despendeu para demonstrar o indemonstrável, qual o de que 22 de abril é o mesmo 3 de maio, após reformado o calendário, o que, evidentemente, não é exato e nem é aqui o momento de comprová-lo. E, não obstante a falsidade de tal assertiva, o erro percorreu mundo e em 30 de abril de 1832, na sessão preparatória da Primeira Assembléia Constituinte do Brasil, foi escolhido o 3 de maio para a abertura da Assembléia, porque o constituinte mineiro Antonio Gonçalves Gomide, insinuado pelo Deputado Diogo de Holedo Lara Ordóñez, sugeriu a José Bonifácio de Andrada e Silva a escolha desta data, por ser, conforme afirmativa, a do descobrimento do Brasil. O erro criou raízes, sem que ninguém tivesse tido o cuidado de extirpá-las, e assim foi ele conservado no artigo 18 da Carta Constitucional de 25 de março de 1825 e repetido no artigo 17 da Constituição de 24 de fevereiro de 1891.

Em 1793, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, D. Juan Baptista Muñoz encontra a carta de Pero Vaz de Caminha dirigida a El Rey D. Manuel, publicada pela primeira vez pelo Padre Manuel Aires do Casal, em 1817, em sua "Corografia Brasilica". E, desde então, a ninguém é lícito ignorar que o Brasil foi descoberto na quarta-feira de 22 de abril de 1500.

Se tais coisas se passaram com relação ao descobrimento da terra, por que admirar que coisa análoga, senão idêntica, haja ocorrido no tocante à fundação de nossa capital?

Amplamente estudada, discutida e ponderada seriamente a controvérsia, não hesitou um só instante a Câmara Municipal em aceitar o Parecer do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, pondo termo à questão sob o ponto de vista jurídico, pois votou a Lei nº 3.609, de 29 de dezembro de 1971, com a sanção do Poder Executivo, a qual ordena que "é consagrado como data da fundação de Porto Alegre o dia 26 de março", cujo segundo centenário estamos a comemorar.

É, de conseguinte, no cumprimento desse diploma legal que ora aqui nos reunimos para dizer bem haja a ilustrada Câmara Municipal de Porto Alegre, que assim tão zelosamente procedeu!

Propositadamente, com enfática monotonia, minudenciamos fatos e as circunstâncias em que eles ocorreram, para que a todo tempo, se possa evidenciar e comprovar a imparcialidade isenta de qualquer idéia preconcebida, com que se conduziu o Instituto, nesta disputa, a que assistiu, vivamente empenhados, de um e de outro lado, todos os seus dignos consócios.

Estamos antecipando as comemorações do Segundo Centenário da Fundação de Porto Alegre, da fundação do povoado de 1772 que, nestes duzentos anos, sob a proteção de Nossa Senhora Madre de Deus – Medianeira de Todas as Graças – há recebido do Criador, as benesses com que tem sido galardoado e distinguido.

Estamos a exaltar e enaltecer o progresso que lhe imprimiu o fecundo dinamismo de várias gerações que a transformaram na 5ª das Capitais do território nacional, assemelhando-a às mais modernas aglomerações humanas, na grandiosa extensão de sua área citadina, cortada de largas ruas e extensas avenidas, coberta pela amplidão de alterosos edifícios que lhe recortam, no horizonte, o perfil soberbo e majestoso desta imponente capital que, a 22 do próximo novembro, completará século e meio de sua promoção a cidade.

Com as realizações extraordinárias que, ano a ano, vem recebendo de beneméritas administrações; com a colaboração indispensável de seu povo, trabalhador, ativo e ordeiro, Porto Alegre ostenta, hoje, as galas e características de grande metrópole, cuja história espande de feitos e fatos memoráveis, em perfeita sintonia com os fatos e feitos que enchem de glória e de esplendor as páginas que opulentam a vida do Rio Grande do Sul.

E este ano, providencialmente, é ele pletórico em datas áureas e inesquecíveis, pois estamos também a recordar os dois séculos da freguesia criada juntamente com a vila, do nascimento daquela pobríssima freguesia de que tanto se condoeu o próprio Sr. Bispo que determinou fosse numerado e rubricado de graça, atenta a pobreza da freguesia, o livro destinado ao assento do batismo dos Livres e Escravos, onde o Revdo. Pároco fizesse os assentos dos Livres, de fls. 1 até 199, e desta, até o fim, o assento dos Escravos.

O zelo e o devotamento de várias gerações à glória de Deus e à causa da Igreja transformaram, em 81 anos, a primitiva freguesia em primeira diocese do Rio Grande do Sul, sob o báculo de D. Feliciano José Rodrigues Prates. Dela desmembraram-se três, em 1910, que, nos dias de hoje, se contam por 14 mitras, tendo à frente a do Arcebispado de Porto Alegre, em cujo sólio se assenta o insigne prelado que é o venerando D. Vicente. De seus ombros pende a púrpura cardinalícia, de um dos membros do Sacro Colégio que, nos dias correntes, está a receber o testemunho do respeito e carinho de seu povo, que agradece a Deus os 25 anos de seu modelar Episcopa-

do. No Cardeal Scherer admiramos a grandeza da alma, a delicadeza de seu coração, a pureza e o ardor de sua caridade cristã. Seu amor para com Deus transparece através de toda palavra sua, de seus escritos, de seus trabalhos, tanto em seus ensinamentos doutrinários, quanto em sua aplicação na vida quotidiana.

No Cardeal Scherer reconhecemos e proclamamos a pujança da inteligência, a vastidão do saber, a eminente superioridade do erudito, do doutor, do pastor. A seus olhos a ciência tem sido um dever para o sacerdote.

Sacerdos magnus, – proclama-o a Igreja e ele o tem sido, na verdade, – grande pela força e clareza do talento; grande, pelo coração e suas virtudes, grande, pela altura de suas concepções e grande pela exatidão e vigor de sua atuação prática. Nobre e serena figura de pastor de almas e corações. Sacerdote, fez do sacerdócio um magistério, cátedra de virtudes apostolares, cujas lições e exemplos de paz e amor permanecem como bênção, aureolando a lembrança inolvidável de seu nome. Florão magnífico que desde cedo desabrochou ao chamamento do Alto e, possuído dessa incoercível vocação mística, ascendeu, para glória do Brasil e da cristandade, às culminâncias de Príncipe da Santa Igreja.

Vigilante defensor da fé, do grande rebanho dos fiéis, confiado a sua guarda, cabe-lhe o título de pastor egrégio e muito amado, porque soube aliar as exigências salutaras da disciplina à benignidade da doçura evangélica que atrai, prende e cativa. Diante dessa figura excelsa, simples e modesto, inclinamo-nos reverentes e humildes, rendidos pela majestade daquele a quem Deus tocou de sua graça.

Relembremos, ao remate, que neste 1972, repleto de feitos grandiloquos e elevados, estará o Brasil a entoar também o hino de sua independência, proclamada há século e meio nas colinas do Ipiranga, por aquele rei destemeroso e bravo, cujo corpo já então envolto no seio amorável de nossa terra, repousará para sempre, sob a guarda e vigilância do coração agradecido da nação que ele fundou.

E aquele brado de “Independência ou Morte”, ouvido pelos quadantes da nova pátria que nascia, ecoará uníssono, mas transformado no verso do poeta em “Portugal, somos Irmãos”, para proclamar ao mundo que já não há duas pátrias, senão uma só, amada e querida de dois corações que batem isócronos, na comunhão de sentimentos da verdadeira *fraternidade cristã*.

E este é também o anelo de toda a cristandade que aspira e deseja a paz para todos os povos do mundo.

E hoje, ao rememorarmos fatos de nosso patrimônio cívico-religioso, separada embora a Igreja, do Estado, porém sem prejuízo da colaboração recíproca em prol do interesse coletivo, peçamos to-

dos, juntamente com o primeiro Orago de nossa primeira freguesia – o glorioso São Francisco do Porto dos Casais – o que ele suplicava diariamente e o mundo vem repetindo com ele, há mais de sete séculos, na esperança de obtê-lo:

Senhor! Fazei de mim um instrumento de vossa paz.
Onde houver ódio, que eu leve o amor.
Onde houver ofensa, que eu leve o perdão.
Onde houver erro, que eu leve a verdade.
Onde houver dúvida, que eu leve a fé.
Onde houver desespero, que eu leve a esperança.
Onde houver discórdia, que eu leve a união.
Onde houver trevas, que eu leve a luz.
Onde houver tristeza, que eu leve a alegria.

Fazei, Senhor, que eu não procure tanto
Ser consolado, como consolar.
Ser compreendido, como compreender.
Ser amado, como amar.
Pois é dando, que recebemos.
É esquecendo-nos, que nos encontramos.
É perdoando, que somos perdoados.
É morrendo, que ressuscitamos para a vida eterna!

DO PORTO DOS CASAIS À GRANDE PORTO ALEGRE

Riograndino da Costa e Silva

Palestra proferida na Câmara Municipal de Porto Alegre, a 26 de março de 1974, representando o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Distinguido com honroso convite para se fazer representar e se fazer ouvir nesta data e nesta oportunidade, quando a Colenda Câmara Municipal de Porto Alegre celebra oficialmente, em sessão solene, a fundação da cidade, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul atende prazerosamente ao desvanecedor chamamento. E aqui se acha presente, na pessoa de um de seus atuais membros efetivos, por sinal o menos indicado para cerimônia de tanta significação na vida da capital de nosso Estado.

Efetivamente, esta comemoração tão expressiva, de um acontecimento de tamanha relevância nos fastos históricos do município, estava a exigir, para traduzir-lhe adequadamente toda a magna importância de que se reveste, uma palavra experiente e mais autorizada, como a de outros confrades e ilustres historiadores que neste recinto já falaram e cujas vozes como que continuam a ressoar por aqui, para enlevo e delícias de quantos as escutaram.

Recebemos, no entanto, a elevada incumbência de representar o Instituto Histórico e Geográfico perante este egrégio órgão do Legislativo Municipal. É uma honra insigne que nos é conferida, uma altíssima missão que nos é dada. E, embora julgando-nos sem as capacitações indispensáveis a bem desempenhá-la, vamos tentar levá-la ao melhor termo, como se no rigoroso cumprimento de um dever, exercitado com alegria, desvanecimento e de muito bom grado.

Cidade sem data de fundação

Há alguns anos passados, ou mais precisamente no ano de 1968, um dos mais competentes cronistas desta linda cidade que é Porto Alegre, o antigo vereador Ary Veiga Sanhudo, em carta enviada ao vereador José Aloísio Filho, então presidente desta Casa, fazia a seguinte observação desoladora e melancólica:

“Porto Alegre continua cidade sem data oficial de fundação e sem fundador definitivo”.

A observação era realmente deplorável e entristecedora, por isso que refletia com fidelidade uma situação que se teria, na época, como inacreditável não fosse estar a evidenciá-la lamentavelmente a triste realidade dos fatos então sabidos e conhecidos. Porto Alegre andava já para mais de duzentos anos dos inícios de seu povoamento e aproximava-se do bicentenário de sua fundação como freguesia. E, por incrível que pareça, ainda continuava na condição de “cidade sem data oficial de fundação”, nas palavras exatas do antigo vereador e historiador porto-alegrense.

Eis que, todavia, em boa hora, a importante questão vem a ser reaberta e os mais consagrados estudiosos passam a debatê-la e a apreciá-la em suas mais minuciosas particularidades, aparecendo trabalhos profundos e verdadeiramente eruditos sobre o assunto.

Ampla estudo da questão

Bem e fielmente expressando a opinião e os sentimentos da comunidade a que servem, os poderes públicos municipais não só aplaudiram os debates, como até os provocaram e incentivaram, emprestando-lhes o calor de sua valiosa aceitação. Da mesma forma por que, em ocasiões anteriores, os titulares do Executivo da capital haviam solicitado ao Instituto Histórico manifestasse seu pontos de vista na matéria, o Poder Legislativo, por benemérita iniciativa de seu ilustre presidente, então o vereador José Aloísio Filho, traz para este nobre recinto a palavra de conceituados historiadores conterrâneos, promovendo amplo e imparcial estudo em torno da questão. Assim é que passaram pela tribuna desta Casa os senhores professores Arthur Ferreira Filho e Walter Spalding, o revdm. padre Ruben Neis e, por fim, o antigo Ministro da Justiça, dr. Adroaldo Mesquita da Costa, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

As conferências e discursos aqui proferidos por esses eminentes mestres em historiografia, profundos conhecedores dos fatos e das coisas de todo o glorioso passado de nossa terra e de nossa gente, constituíram-se em lições magistrais e cheias dos maiores ensinamentos a respeito das origens e povoamento da velha cidade e

Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, posteriormente Vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.

O brilhante ciclo de palestras e debates que então se promoveu veio a deixar o assunto perfeitamente esclarecido, tendo as conclusões se fixado em um único ponto, embora bem caracterizadas em três momentos diferentes:

1º – Quando a Prefeitura Municipal de Porto Alegre solicitou ao Instituto Histórico e Geográfico indicasse com precisão a data da fundação da cidade, o parecer da entidade apontou a data de 26 de março de 1772;

2º – Depois que o historiador Arthur Ferreira Filho, a convite desta nobre Câmara de Vereadores, aqui proferiu brilhante conferência sobre a fundação de Porto Alegre, em nome e em representação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, este aprovou por unanimidade uma resolução, que tivemos a honra de apresentar, considerando, sem margem de dúvida, a data de 26 de março de 1772 como a da fundação de Porto Alegre, “por ser a que mais e melhor corresponde à verdade histórica”;

3º – Alguns meses mais tarde e novamente por solicitação do ilustre presidente desta Casa Legislativa, o Instituto Histórico e Geográfico, em ofício ao mesmo presidente, declarava, em face das anteriores manifestações de seu ponto de vista, não restar dúvida quanto à data que considerava como a da fundação de Porto Alegre: – 26 de março de 1772.

Oportuno projeto de lei e sua justificativa

Tendo em consideração essas e algumas outras circunstâncias do fato, o vereador José Revoredo Ribeiro, em sessão de 10 de dezembro de 1971, apresentou à Câmara Municipal um oportuno projeto de lei, cujo artigo 1º estabelecia expressamente:

“É consagrado como data da fundação de Porto Alegre o dia 26 de março”.

Pelo disposto no artigo 2º do projeto, ficavam revigorados os termos do decreto nº 229-40, que consagrava como data da colonização de Porto Alegre o dia 5 de novembro, continuando as festividades da “Semana de Porto Alegre” a ser celebradas na primeira quinzena de novembro, conforme o parágrafo único do mesmo artigo 2º.

O artigo 3º do projeto completava, por assim dizer, o que constava do 1º, pois determinava que “no ano de 1972, será comemorado, nos termos do art. 1º desta lei, o Segundo Centenário da Fundação de Porto Alegre”.

Na longa exposição de motivos em que justificava sua proposição, o vereador Revoredo Ribeiro recordava que "longo tem sido o debate em torno data da fundação de Porto Alegre", para dizer logo em seguida:

"O crescimento paulatino da povoação, desde a primeira ocupação da terra, pelo ano de 1732, até a constituição da unidade demográfica, do aglomerado humano com personalidade própria, em 26 de março de 1772, deu motivo às mais desencontradas opiniões. De maneira especial, têm sido debatidas duas datas: - a de 5 de novembro de 1740, em que foi concedido o título de sesmária a Jerônimo de Ornelas, e a de 26 de março de 1772, em que a localidade, pela criação da freguesia, iniciava sua vida própria."

Referia-se depois a justificativa às festividades levadas a efeito a 5 de novembro de 1940, dizendo-as comemorativas do bicentenário do início da colonização da gleba em que surgiu a cidade de Porto Alegre. Acentuava que tanto o decreto municipal nº 229, de 1940, como os documentos oficiais, o selo postal comemorativo e a palavra do próprio presidente da comissão dos festejos, dr. Nilo Ruschel, assinalavam perfeitamente a passagem do bicentenário da colonização de Porto Alegre, "o que é uma coisa bem diferente do bicentenário da Fundação de Porto Alegre". E o antigo vereador da capital assim concluía sua exposição de motivos:

"A Câmara Municipal, durante a atual sessão legislativa, tendo em vista o grande interesse reinante e a necessidade urgente de uma solução oficial, pediu o comparecimento de representantes do Instituto Histórico e de vários historiadores e pesquisadores que, em sessões extraordinárias, explanaram aos edis as diversas correntes de opiniões sobre a data de fundação de Porto Alegre. E considerando a inegável autoridade do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul sobre o assunto, os argumentos comprobatórios por ele aduzidos em seu parecer e em suas diversas manifestações, apresento à Câmara o presente projeto de lei.

Nada obsta, entretanto, que em novembro se realize a Semana de Porto Alegre. Em toda parte se fazem Semanas promocionais na época mais oportuna, sem com isso querer assinalar a "fundação" da localidade. Na Capital, une-se a Semana promocional ao 5 de novembro, data expressiva para a localidade, apesar de não significar a fundação, nem o aniversário da cidade.

Como também nada obsta que, em 26 de março de 1972, a cidade comemore festivamente a passagem do segundo cente-

nário de sua fundação, tendo em vista que, em 1940, se comemorou oficialmente o bicentenário do início da colonização dessa gleba, em que mais tarde se fundou a cidade."

A Lei nº 3609, de 1971

O projeto apresentado pelo vereador Revoredo Ribeiro veio afinal a converter-se em lei, sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal sob o nº 3609 e datada de 29 de dezembro de 1971.

Pouco depois da promulgação dessa lei, outro ilustre cronista da cidade, o brilhante e acatado jornalista Alberto André, apreciando a evolução "De povoado a metrópole em 200 anos", afirmava que "são raras as cidades que têm a ventura de celebrar duas vezes a mesma efeméride e, no caso de Porto Alegre, rejuvenescer trinta e dois anos". E pouco adiante dizia mais:

"Tivemos em consequência dos pronunciamentos e debates do ano passado, situação realmente inusitada. Pela Lei 3609, de 29 de dezembro de 1971, de autoria do vereador Revoredo Ribeiro, foram consagradas duas datas: a) o dia 5 de novembro, como data da colonização, que a Prefeitura continuará a festejar como Semana de Porto Alegre; b) o dia 26 de março de 1772 como o da fundação de Porto Alegre. A lei descontentou gregos e troianos, mas fez o papel de Salomão quanto ao Executivo Municipal: permitiu-lhe preservar a efeméride de 5 de novembro e festejar, ao mesmo tempo, a de 26 de março."

(Alberto André: - Porto Alegre: de povoado a metrópole em 200 anos - *Correio do Povo*, 26-3-1972).

Não cabe, evidentemente, no âmbito desta nossa modesta palestra, apreciarmos se a lei 3609, de 1971, veio realmente a constituir-se em motivo de descontentamento a "gregos e troianos", para nos valermos da expressão do veterano e prestigioso cronista metropolitano, que também já honrou as bancadas desta Câmara como vereador. Cumpre-nos apenas assinalar o fato auspicioso da promulgação da lei, por isso que, não obstante a "solução salomônica", é indiscutível que foi uma solução, trouxe uma definição positiva quanto à data da fundação da cidade, dando fim a uma situação inexplicável e que não poderia perdurar por mais tempo. E, se assim foi, como o é efetivamente, que então nos valha a fixação da data certa do grande evento como marco fundamental e ponto de partida para contarmos dali em diante a marcha ascensional do velho burgo de 1772 na senda luminosa de seu progresso espetacular. Façamos, portanto, a indagação que se impõe:

Que era, com efeito, a Porto Alegre do Porto dos Casais em confronto com a Porto Alegre de nossos dias, a Porto Alegre da atualidade?

Um "arrayal de cazas de palha"

Em "Algumas Anotações às Memórias Históricas do Rio de Janeiro", de autoria do Monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo, conhecido mais geralmente como Monsenhor Pizarro, o grande e inolvidável mestre Antônio Alvares Pereira Coruja ensina que, no distante ano de 1742, "não havia no Continente do Rio Grande freguesia alguma canonicamente creada", acrescentando de imediato que "se a havia, não podia ser senão na povoação de Rio Grande, único lugar então existente com uma povoação mais ou menos regular e com uma ermida, dedicada a Jesus, Maria, José" (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.31, 3. trim., 1958, p. 277).

As palavras de Coruja levam-nos naturalmente a concluir que, naquele ano de 1742, Porto Alegre ainda não chegava a constituir "uma povoação mais ou menos regular", o que de certa forma é recentemente confirmado pelo criterioso e abalizado historiador Padre Ruben Neis, quando se refere ao período 1740-1752, ao tratar da fundação de Porto Alegre. Diz o Padre Neis:

"Aqui, no centro da atual cidade, parece que ainda não havia absolutamente nada. Nem servia como porto, a não ser para algum esporádico explorador, ou algum dos raros vizinhos que se estavam instalando nas margens dos rios Caí ou Sinos. Tudo era uma simples fazenda. Chamava-se o "Sítio do Dorneles".

(Padre Ruben Neis: - A Fundação de Porto Alegre - *Correio do Povo* - *Caderno de Sábado*, de 27-3-1971, p. 5)

Cerca de dez anos mais tarde, entretanto, ou seja lá por 1754, tudo leva a crer que a povoação já devia existir, porquanto o então chamado "Porto de Viamão" merecia esta descrição, atribuída a um dos integrantes da comitiva do Tenente-General Gomes Freire de Andrada:

"A povoação há um arrayal de cazas de palha, habitadas por cazaes das Ilhas e hé bastantemente fértil."

(*Porto Alegre - Biografia de uma cidade* - Publicação patrocinada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre)

É acentuado ainda nessa valiosa obra que o documento mencionado "é a mais antiga descrição de Porto Alegre que conhecemos", verificando-se também por ela que

"o Porto de Viamão, depois Porto dos Casais e logo após Porto Alegre, teve seu início na parte leste do rio de que toma o nome, isto é, a leste do rio de Viamão", que assim era chamado o Guaíba naquele tempo.

E, assim sendo – conclui a publicação em referência – o arraial de casas de palha que deu surgimento à povoação ficava mais ou menos na zona em que se situavam o velho casarão da Casa de Correção e o antigo Gasômetro, abrangendo desde a rua da Passagem (General Salustiano) até o fim da rua do Riacho (Pantaleão Teles, atual Washington Luiz).

De qualquer maneira, pelos fins do século 18, segundo o Professor Francisco Riopardense de Macedo, “a cidade seria, então, limitada pelo Guaíba e pela rua da Bragança, atual Marechal Floriano. A leste desta, apenas o prolongamento da rua São José, continuação da rua Formosa (atual Duque de Caxias) e da rua do Cotovelo (atual rua Riachuelo), levavam a um ponto denominado Portão” – que era a verdadeira porta de entrada da cidade, pois a ele chegavam os dois caminhos que vinham de Viamão e davam acesso ao povoado (Francisco Riopardense de Macedo: – *Porto Alegre – Origem e Crescimento* – Sulina, 1968, p. 53).

De 1772 a 1808

No “Edital de Ereção de Nova Freguesia” no Porto dos Casais, datado de 26 de março de 1772, o Bispo do Rio de Janeiro declara constar-lhe que no lugar chamado Porto dos Casais “se tem estabelecido uma não pequena povoação de moradores”, para mais adiante considerar “haver já no referido lugar tão avultado número de moradores, que com eles se pode bem e suficientemente estabelecer uma nova freguesia” (*Portarias e Ordens Episcopais* – Rio de Janeiro, Livro 2º, pp. 180 e 180v.).

Segundo os apontamentos de Sebastião Francisco Bettamio, registrados em 1780 (19 de janeiro), a povoação de Porto Alegre, “a que muitos chamão villa”, era na época residência do Governador do Rio Grande e contava mais com a Junta da Real Fazenda e seu Provedor, a Câmara e os juizes Ordinário e dos Órfãos, além de “todos os mais oficiais que constituem o Corpo Civil”, a tropa de guarda e os armazéns reais e da marinha.

Acrescenta o autor que, em consequência da invasão da vila de S. Pedro do Rio Grande pelos Castelhanos, em 1763, muitos dos moradores dali vieram para Porto Alegre, então Porto dos Casais, onde “a distância do porto de mar fez parecer mais útil formar-se a povoação de Porto Alegre”. E, em vista disso, desde 1773, ali se fizeram alguns edificios de valor, à custa da Fazenda Real, tendo os particulares feito o mesmo, “pela necessidade de acompanharem a capital”. (Notícia Particular do Continente do Rio Grande do Sul – *RIHGB*, Tomo XXI, 3º Trimestre de 1858, pp. 219 a 270).

Lá pelos meados de 1808, conforme as indicações de Manoel Antônio de Magalhães, Porto Alegre, capital da Capitania do Rio

Grande do Sul, não obstante ser ainda vila, contava com 1215 fogos e 6035 almas, isso quando a população de toda a Capitania excedia de 50 mil habitantes. Dispunha a capital de uma intendência da Marinha e de uma Casa da Alfândega, "que principiou a laborar em agosto de 1804" e de que era juiz e ouvidor o bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro, mais tarde presidente da Província e Visconde de São Leopoldo.

Havia ainda em Porto Alegre, na época, "uma aula pública de gramática" e "duas aulas de ler e escrever", em uma das quais o autor contou 63 meninos de 7 a 12 anos.

(Manoel Antônio de Magalhães: – Almanak da Villa de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul – 20 de julho de 1808 – *RIHGB*, v.30, 1867, pp. 69 a 73)

A grande metrópole da atualidade

Longe, muito longe mesmo iríamos nós, se fôssemos acompanhar passo a passo e em menores intervalos a prodigiosa evolução do pequeno aglomerado dos meados do século 18 até a portentosa metrópole de nossos dias. Seria tarefa gratíssima, mas muito demorada, talvez superior a nossas habilitações e possivelmente muito acima da capacidade de resistência de nossos atenciosos e pacientes ouvintes.

Vamos, por isso, dar um grande salto no tempo e encerrar esta nossa arenga com ligeiras referências à grandiosa Porto Alegre da atualidade.

De acordo com os dados consignados pelo jornalista Alberto André, na crônica já referida, tendo nos começos do século 20 uns 10 ou 12 mil habitantes, Porto Alegre contava já, em 1940, com 272.000 almas, 46.000 economias, 11.000 veículos e uma "extraordinária inquietação".

"Ela se caracterizou" – dizia ainda o antigo vereador da capital – "como pólo de desenvolvimento e microrregião na segunda metade da década de 50 e no decorrer da de 60. Ao atingir, pelo recenseamento de 1970, a cifra do milhão de habitantes, é centro regional de 16 municípios, 14 dos quais admitidos ao processo de planejamento da Região Metropolitana, tendo ao todo 1.540.000 habitantes e área de 6.888 km². Porto Alegre, com 522 km², conforme o IBGE, 111.300 veículos registrados no DETRAN (em 1974, já estão 175.000) e 230.000 economias entre prédios, terrenos e cortiços, cadastrados ou não, alcançou posição delicada de sua evolução."

A cidade de Porto Alegre caracteriza-se na atualidade, especialmente, como grande agente impulsionador de todas as atividades sociais, comerciais, econômicas, industriais, agrícolas, pastoris e culturais do Estado

Conforme levantamentos realizados nos últimos anos, conta nossa capital com mais de 200 avenidas, cerca de milhar e meio de ruas, becos e travessas, além de uma centena de parques, largos e praças. Possui ainda grande número de entidades de caráter recreativo, social ou de beneficência, como também uma ampla rede de hotéis, restaurantes e casas de diversões, hospitais bem aparelhados e bem atendidas clínicas médicas particulares. Seu porto fluvial é o mais importante do país no gênero, e seu moderno e bem equipado aeroporto, de categoria internacional, é um dos primeiros do Brasil em movimento de passageiros e de cargas.

Como maior centro cultural do Estado, conta Porto Alegre com duas grandes universidades, muitos estabelecimentos de ensino secundário e primário, além de várias associações artísticas, literárias e científicas, bibliotecas e museus históricos, de ciências e de artes. No tocante aos atuais meios de comunicação, conta a capital gaúcha com jornais de grandes tiragens, vasta circulação e de feição moderna, com merecido prestígio e alto conceito em todo o País. Como também dispõe de diversas emissoras de rádio e de três importantes estações de televisão, em vésperas de mais uma, sendo que as já existentes permitem cobrir com suas retransmissoras todo o território do Estado e parte do Sul de Santa Catarina.

Conclusão

Graças, enfim, aos notáveis empreendimentos realizados em todos os sectores por seus dinâmicos e operosos administradores, quer da esfera do Executivo, como também os do Poder Legislativo; contando com uma população amante da paz e da vida tranqüila, dedicada ao trabalho e de grande eficiência nas diversas atividades a que se consagra; com uma classe empresarial realizadora e progressista, ao lado de uma massa operária altamente ordeira e consciente da importância de sua colaboração para o maior desenvolvimento da comunidade de que faz parte – com todas essas e muitas outras marcantes características que se torna desnecessário enumerar, por serem conhecidas e sabidas de todos, podemos acertadamente concluir que a nossa Porto Alegre, a cidade bela, “leal e valorosa” pode ser considerada, nos dias de hoje, como uma das maiores metrópoles brasileiras, em posição de real destaque pelo alto nível de prosperidade e de progresso a que atingiu, mas muito mais e muito especialmente pelos acontecimentos memoráveis que lhe assinalam a existência através de mais de dois séculos e enchem

de esplendor e de glória as páginas de sua história bicentenária, como parte principal e muito importante da história maior do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Porto Alegre, 26 de março de 1974

SEGUNDA PARTE

O FUNDADOR DE PORTO ALEGRE — POVOADORES
DA ÁREA — ORIGEM DO POVOAMENTO URBANO

SEGUNDA PARTE

Diversos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul têm dedicado especial atenção ao povoamento, à origem do agrupamento urbano de Porto Alegre e à figura do fundador da cidade, o Cel. José Marcelino de Figueiredo.

Nesta secção de nossa revista recolhemos a colaboração de três de nossos ilustres confrades - Moysés Vellinho, Paulo Xavier e José de Araújo Fabrício - e um estudo genealógico, da autoria do saudoso E. d'Artagnan de Carvalho, sobre os povoadores de Viamão. - **Redação.**

O FUNDADOR DE PORTO ALEGRE

Moyisés Vellinho

Em certo dia do ano de 1765, fins de março ou começos de abril, apresentava-se ao Conde da Cunha, 1º Vice-Rei do Estado do Brasil, um personagem clandestino, de belo porte, que vinha homi-ziar-se na América Portuguesa com a estranha convivência da Corte. Era um jovem capitão de cavalaria, boa estatura, os traços graves e altivos. Um fidalgo – via-se logo. Trazia como salvo-conduto uma carta confidencial, firmada no Palácio da Ajuda pelo Ministro Francisco Xavier de Mendonça, Secretário d'El-Rei D. José I. Dizia o documento:

“Em um dos navios da presente frota embarca Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, que se há de apresentar a V. Exa. com o nome de José Marcelino, o qual, sendo capitão do Regimento dos Voluntários Reais, matou um seu camarada inglês, também capitão: e por até o presente andou refugiado, agora buscou ocultamente o serviço, e sendo como é oficial de préstimos não é justo que se perca; não convindo, porém, que se saiba que tornou a ele: ordena S. Majde. que V. Exa. o admita em qualquer dos Regimentos dessa Capitania com o dito posto debaixo do referido nome de José Marcelino; e guardando-se um inviolável segredo no referido. Deus guarde a V. Exa.”

Como se vê, a vítima de Sepúlveda ostentava nada menos que a condição de súdito de S. M. Britânica, e isto envolvia, desde logo, o risco de embaraçosas complicações diplomáticas. Daí as cautelas com que o Ministro procurou escamotear a cumplicidade do governo na impunidade e evasão do réu.

Em que circunstâncias se dera o incidente? O oficial português servia no Regimento dos Voluntários Reais sediado em Faro, no

Algarve, sob o comando do coronel inglês John Gordin. Num almoço em que naturalmente corriam com abundância os bons vinhos do país, travou-se uma disputa sobre matéria militar entre Manuel Jorge e o capitão escocês John Mac Donald. Este, no azedume e agravamento da discussão, julgou-se no direito de ofender e agredir o oficial português, indo ao extremo de esbofeteá-lo. Atingido na sua dignidade, Sepúlveda atira-se contra o contendor, impelido pela fúria do desagravo, e mata-o ali mesmo com uma estocada no coração. Para não se deixar prender, — porque sabia o que o esperava, — salta por uma varanda abaixo, e desaparece, acobertado pela proteção do Arcebispo. À sua revelia instaura-se logo um Conselho de Guerra, presidido pelo próprio comandante inglês, e é condenado à morte! Nessa altura, porém, ele já estava do outro lado da fronteira.¹

Em face da incômoda situação criada pelo incidente, não seria fácil ao governo português intervir no caso sem incorrer nas iras de Londres. Mas Pombal, que não morria de amores pela Inglaterra, acabaria achando o meio de contornar as coisas sem quebra das opressivas relações de amizade que Portugal mantinha, desde séculos, com sua constante e voraz aliada: o réu desapareceria, sob um falso nome, engolfado nos vastos domínios lusitanos de além-mar... E o caso acabaria sendo esquecido. Assim aconteceu, com efeito.

Entretanto, Sepúlveda não tinha de seu apenas o brasão de armas e o lustre patronímico que seus maiores lhe herdaram. Como se viu do próprio conflito a que fora arrastado, era senhor de uma personalidade vigorosa, cujos dons haviam de afirmar-se em quaisquer circunstâncias ou sob qualquer apelido.

Quando José Marcelino² se refugiou no Brasil, já havia dois anos que a sede do Vice-Reinado se tinha transferido da Bahia para o Rio de Janeiro. Invadido o Rio Grande pelos espanhóis (1763), se achava severamente ameaçada a integridade territorial da América Portuguesa, pois a raia que lhe servia de suporte, ao sul, era a linha crítica por excelência em todo o perímetro do território luso-brasileiro. Se razões de outra ordem já vinham aconselhando a remoção da capital, a necessidade de oferecer cobertura eficiente aos defen-

¹Os dados acima foram resumidos de um artigo de F. Riopardense de Macedo (*Caderno de Sábado*, 3-5-69), que compulsionou pessoalmente o processo a que respondeu Sepúlveda, em pesquisa realizada no Arquivo Histórico Militar de Lisboa. Aí está a versão documental do famoso incidente.

²A carta transcrita reduz, como se vê, o nome a ser usado por Sepúlveda a "José Marcelino". Parece que os atos de que este oficial foi objeto no Brasil é que acrescentaram o sobrenome "Figueiredo".

sores do Continente acabou por impô-la como medida de extrema urgência. O certo é que, em face da irrupção do velho inimigo, deslocara-se para a Repartição-Sul do Brasil o centro de gravidade político-militar do Vice-Reinado.

Em obediência às instruções que trouxera, Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda é engajado, sob o nome que devia esconder sua perigosa identidade, num dos regimentos sediados no Rio de Janeiro. Pouco depois, quando removido para integrar as forças empenhadas em “segurar” a fronteira, já vinha com os galões de coronel. E nesta raia avançada dos distritos do Sul praticaria seus primeiros feitos de guerra. Governava então a Capitania de São Pedro o Coronel José Custódio de Sá e Faria, ilustre matemático e engenheiro militar e um dos mais notáveis cartógrafos de seu tempo. Desgraçadamente, porém, poucos anos depois selaria sua carreira de soldado, na Ilha de Santa Catarina, com clamorosa desonra para o seu nome e para a sua pátria, bandeando-se para o serviço da Espanha.

A situação do Continente era de extrema gravidade. Achavam-se debaixo de ameaça iminente não só o que sobrara da área rio-grandense, após a fulminante investida de D. Pedro de Cevallos, mas também, como se temia, os vastos sertões que se distendiam até os limites de Piratininga, se é que paravam aí as ambições dos Reis Católicos. Consumada a inqualificável capitulação do forte de Santa Teresa, hoje em território uruguaio, o inimigo havia escalado o litoral sob o impetuoso comando do governador de Buenos Aires (1763), capturando a vila de Rio Grande e São José do Norte.

A ocupação das duas bandas do canal que sangra a Lagoa dos Patos era nada menos que o estrangulamento marítimo da Capitania. A época da invasão, o Continente se achava sob o governo do Coronel Inácio Elói de Madureira. Já velho e doente, sem forças sequer para resistir às moléstias que “o têm atacado no último fim”, como dizia Gomes Freire,³ e além de tudo corresponsável pelas vergonhosas condições da entrega do forte de Santa Teresa, que levaria à degradação militar e à pena de enforcamento seu desventurado comandante, o Coronel Tomás Luís Osório, Madureira toma-se de pânico diante do inimigo que avançava em marcha batida, deixa tudo em vil abandono, entre as ameaças e insultos do povo, e foge. E na fuga, vítima das alucinações do medo, foi como se lhe tivesse acontecido o mesmo que a Fernão Mendes Pinto no desfecho de uma das incríveis aventuras do imaginoso escritor em terras do Oriente: parecia-lhe que as próprias coisas inanimadas, solidárias com a turba dos perseguidores, também se tinham posto em movimento e lhe vinham nas pegadas...⁴

³ANTUNES, De Paranhos. *Os Dragões do Rio Pardo*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1954, p. 189.

⁴SARAIVA, Antônio José. *Fernão Mendes Pinto* (Coleção Saber). Lisboa, Publicações Europa-América, 1958, p. 66.

Perdida a capital, a sede do governo é instalada na Capela Grande de Viamão, onde se haviam agrupado e fixado, a começar de meados da terceira década do século, os vizinhos de Laguna. Ali, entre grandes sustos e temores, o velho governador se prepara para o pior, quando o invasor esbarra na primeira resistência, um pouco ao sul de Tramandaí, oposta por Francisco Pinto Bandeira.⁵ Em seguida, o armistício de Paris, assinado em 10 de fevereiro de 1763, vem propiciar uma trégua convencional entre as duas potências ibéricas.

Pelo pacto, que aqui só veio a tornar-se conhecido com o atraso próprio das penosas condições de comunicação daquele tempo, as fronteiras anteriores à invasão deviam ser restabelecidas, mas D. Pedro de Cevallos, inimigo ferrenho dos portugueses, entendeu que já era ceder demais contentar-se com o fruto das vitórias alcançadas sem maior esforço... O que ele pretendia era muito mais! Por enquanto, porém, bastava que o Continente ficasse privado de sua única saída para o mar. O resto – e nesse resto se incluíam, desde logo, Rio Pardo, Porto Alegre e Viamão, deixando-se para depois o ambicioso desdobramento do plano de conquista, – o resto cairia a seu tempo sob o domínio de Castela, de acordo com os objetivos incubados havia muito, e que alguns anos depois seriam perseguidos com tanto estardalhaço, mas com tão desastrosas consequências para o orgulho das armas espanholas, quando da retomada da invasão por D. Juan José de Vértiz y Salcedo, governador de Buenos Aires. Tais objetivos se nutriam da mesma seiva – o já impalpável meridiano de Tordesilhas...

Ao ser destacado para servir no Continente, José Marcelino encontrara aqui um ambiente de falsa trégua, pois a presença ilícita dos castelhanos nas duas barrancas do Rio de São Pedro, e em toda a faixa litorânea dali para o sul, era uma contingência humilhante, um desafio ao pundonor nacional dos fronteirais. Já havia quatro anos que o inimigo ali se aboletara. Além de tudo, tanto a área missioneira como a larga faixa da Campanha continuavam debaixo de sua alçada. Tudo isso doía como uma provocação cujo revide já tardava.

Os recursos locais para uma contra-ofensiva eram lamentavelmente precários. Ainda assim o governador Sá e Faria reúne os elementos que pode, sem envolver a responsabilidade de Lisboa, como convinha à inveterada política de escamoteios e dissimulações reinante entre as duas potências em litígio, e confia a José Marcelino a temerária tentativa de retomar, numa ação de surpresa, a praça de Rio Grande. Era quase uma loucura, mas por pouco não surtiu

⁵BORGES FORTES, Gen. J. Francisco Pinto Bandeira. *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do RGS*, 1938, 1. trim., p. 38.

efeito. Devido às más condições do tempo, o ataque foi rechaçado. Nem tudo porém se havia de perder: num lance imprevisto, desnor-teante, os luso-brasileiros se atiraram contra São José do Norte e expulsam dali os castelhanos, reconquistando assim uma posição vital para as futuras operações de resgate do território ocupado.

Castela protestou, como não podia deixar de ser, mas Portugal consertou as coisas punindo José Custódio e afastando-o da Capitania. Teve, porém, a maliciosa cautela de substituí-lo no posto pelo verdadeiro herói do feito: – José Marcelino...

A expugnação de São José do Norte fora apenas o primeiro dos assinalados serviços que o novo governador prestou à integração territorial do Brasil em meio às tensões e conflitos desta estrema-dura. Investido, a 23 de abril de 1769, no comando do Continente, dele toma posse perante a Câmara do Senado de Viamão. Acumulan-do o governo civil, complemento da chefia militar, José Marce-lino seria incansável no cumprimento do real serviço, durante anos amargos e ameaçadores.

Responsável pela administração e guarda de uma fronteira inc-erta, sob contínuas escaramuças, e já violada, José Marcelino teve que enfrentar crises e problemas de toda a ordem, os quais não vi-nham apenas da vizinhança agressiva do inimigo, senão que eram constantemente agravados pela estranha hostilidade do Marquês do Lavradio, 3º Vice-Rei do Brasil. Além de tudo, sua longa perma-nência no Rio Grande do São Pedro, que se constituiu uma sucessão de realizações consideráveis, incluídos os feitos militares, era fre-qüentemente marcada, sacudida por incidentes locais que chega-riam a traumatizar o escasso corpo social da Capitania.

Florêncio de Abreu, amealhando e ordenando os subsídios que pôde respigar na bibliografia histórica e nos documentos ao seu alcance, ofereceu-nos, em linhas sóbrias, um esboço justo e equili-brado da vida e obra de José Marcelino.⁶ No campo administrativo, as providências que tomou para a “arrumação” definitiva dos aço-rianos, até então acuados pela má-fortuna, se recomendam pelo seu alcance econômico e social. Dir-se-ia que ele previra a função decisiva reservada aos ilhéus no capítulo da nossa história colo-nial.⁷ Mas o autor de *Ensaio Históricos* estende-se aos numerosos aspectos e realizações da obra governamental de José Marcelino, que havia de esbarrar na incansável má-vontade de Lavradio, como se já não bastasse, para embarçar-lhe a ação, a penúria de quais-quer recursos, até mesmo para pagar, alimentar e vestir a tropa. Era como se o inimigo não estivesse ali, por assim dizer dentro de casa,

⁶ABREU, Florêncio de. *Ensaio e estudos históricos*. Rio, Pongetti, 1964.

⁷CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul. Período colonial*. Porto Alegre, Globo, 1970, p. 133.

e disposto a ir adiante com suas conquistas, depois de haver barrado a nossa única via de acesso para o mar.

Quando José Marcelino assumiu o governo do Continente, tinha plena consciência, pelas provas já aqui vividas e sofridas, de que lhe fora confiado o destino periclitante daquela parte da América Portuguesa reputada pela Coroa como a frente vital, por excelência, nas disputas pela integração geográfica do Brasil. Compreende-se, portanto, que fossem terminantes, severas mesmo, as recomendações que o novo governador recebera. A aplastante irrupção de Cevallos alarmara seriamente Lisboa, levando D. José I, sob a inspiração de Pombal, a ordenar em tom quase patético: – “No caso de termos que lutar, a espada não volte à bainha enquanto houver castelhanos nos distritos daquela fronteira!”.⁸

Havia, entretanto, um abismo entre tais disposições, tão incisivas e peremptórias, e os meios reclamados para pô-las em ação. Já tinham corrido seis anos da invasão e a “infesta” presença do inimigo, segundo a expressão de Lavradio, com seus constantes “insultos”, tornava-se cada vez mais intolerável. A minguagem de tudo, a Capitania não contava, a bem dizer, senão com a tradição de luta dos fronteiros, gerada pelas guerras, e com a contínua cooperação dos valorosos contingentes de voluntários, os também chamados “aventureiros”, que baixavam principalmente dos distritos de São Paulo.

Para estimular a gente de Piratininga, Lavradio usava de um argumento que se impõe à atenção dos que não compreendem que a unidade do Brasil não é bem um milagre, fruto dos caprichos ou acasos da História, mas antes o resultado de uma política por vezes mal armada, mas sempre vigilante. Advertia o Vice-Rei, atento à necessidade de resguardar a integridade geográfica da possessão portuguesa, que, sendo o Rio Grande “a barreira de São Paulo” contra a permanente ameaça castelhana, eram os paulistas “os maiores interessados em sua defesa”.⁹

Embora tantos autores, de ontem e de hoje, tenham passado de largo por certas evidências da formação brasileira,¹⁰ sentia-se àquele tempo, e sentia-se agudamente, a enorme importância estratégica do Continente de São Pedro para a construção definitiva do corpo nacional. Mas a Metrópole, já em liquidação seu império ultramarino, extenuado pelo alto preço que haviam custado suas glórias e conquistas, e tendo, no recente reinado de D. João V, malbaratado, num último delírio de grandeza, as fabulosas torrentes de

⁸D'ALMEIDA PORTUGAL, D. José. *Reinado de D. Luís D'Almeida Portugal*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942, pp. 50, 52, 175, 180, 376, 384.

⁹Ibidem, pp. 175, 180, 376.

¹⁰VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El-Rei*. P. Alegre, Globo, 1964 e 1968. (“Introdução”)

ouro e diamante que lhe iam do Brasil, – a Metrópole, distante, e além de tudo sempre às voltas com a lerda e meticulosa burocracia reinante, pouco mais que nada podia fazer pela preservação efetiva da marca meridional da América Portuguesa. O Marquês do Lavradio sentia a gravidade do problema e buscava convencer Lisboa de que as tropas “que tinha o Continente do Rio Grande não eram no número competentes para conservarem em respeito aquela Fronteira”, o que explicava os “contínuos insultos que a todo o instante os castelhanos por ali andam fazendo”. O Vice-Rei procurava resguardar-se informando que, para responder a tantas humilhações, não poupava despesas com transportes e movimento de tropas, mas que, “depois de tanta despesa e trabalho, tudo chegava tarde, e depois dos castelhanos terem feito quanto queriam sempre com afronta e descrédito da Nação”.¹¹

Tais alegações eram procedentes quanto à alarmante carência de recursos em face das provocações do inimigo. Porém, o que o Vice-Rei subtraía ao conhecimento de Lisboa era a parte que lhe cabia nesse deplorável estado de coisas. O certo é que as providências a que ele se refere com tanta ênfase, se não se pode avançar que fossem de todo inexatas, estavam muito longe de corresponder a toda a verdade do que se passava. É o que se vê e sente através dos instantes clamores de José Marcelino. Ele sofria na própria carne o abandono em que vivia o Continente, privado das comunicações marítimas, constantemente ameaçado pelo sul e pelo oeste, e não havia de calar-se ainda que sua palavra fosse um vivo desmentido à de Lavradio. E este tinha que ouvi-la, quisesse ou não. Entretanto, esquivo e contraditório, o Marquês parece que se julgava muito acima dos apelos que partiam daqui.

Estranho o procedimento do Vice-Rei em relação aos reclamos do Rio Grande. Homem de duas faces, o que ele mandava dizer a Lisboa sobre as providências que dava para guardar a fronteira, sempre em risco de novas violações, não correspondia ao que ressaltava dos documentos nem dos fatos. Nesse sentido, as cartas de José Marcelino se apresentam como documentos gravemente embaraçosos para a reconstituição moral da imagem política de Lavradio, tanto mais que endereçadas a ele mesmo. E que é que esses documentos revelavam exaustivamente senão que o Vice-Rei se recusava a tomar conhecimento dos amargos apelos neles contidos? Representações através de “muitas dúzias de cartas, tudo em benefício destas tropas e deste Continente”, iam bater em vão às portas do Marquês. Cerrado em sua deliberada indiferença, ele nem sequer lhes dava resposta! Na altura em que era formulada essa reclamação por parte do governador, já havia três anos que ele não alcan-

¹¹Ibidem nota 8, p. 56.

cava nada do que pedia, uma escusa que fosse, ainda que da boca, trazida por algum mensageiro eventual. A insistência de suas cartas não lograva mover o desdenhoso torpor do Vice-Rei.

Natural, portanto, que a inércia da autoridade superior, representante de S. M. no Estado do Brasil, passasse a inquietar a tropa e que a "mormoração" crescesse entre os soldados, os quais, segundo Marcelino, fundam suas queixas em que, tendo eles constantemente defendido este Continente das invasões dos castelhanos, se acham há mais de um ano sem soldo algum, e há mais de cinco anos com um só fardamento, e ultimamente já sem ração de farinha, e nus, (...)"¹² Noutra carta, o governador dirá, após novas queixas contra a absoluta falta de contestação às suas reiteradas reclamações, que havia três anos "que se tira a estes estancieiros e lavradores o município de carne e farinha que comem as tropas, e mais pessoas empregadas no Real Serviço, sem que se pague coisa alguma, por não haver com que, e por isso verá V. Exa. a ruína em que se acha este Continente."¹³

Veja-se isto: enquanto as petições de José Marcelino eram relegadas ao mais completo desprezo, Lavradio se limitava a deplorar, perante Lisboa, talvez com má tenção, que as coisas tanto se degradassem no Rio Grande, deixando-o exposto a todos os insultos do inimigo... Na verdade, como o Vice-Rei sabia perfeitamente, pouco ou nada se fazia para aliviar a situação. A miséria reinante, que ele se apressava, num zelo suspeito, a comunicar à Corte com sofreguidão, parece que era invocada apenas como argumento para mascarar sua negligência e ao mesmo tempo comprometer o governador. Quanto aos clamores deste, que se danasse...

Mas ali estavam os soldados, rotos e famintos, mastigando suas "mormorações", e era preciso fazer qualquer coisa por eles. Então José Marcelino, em desespero, se impôs o sacrifício de lançar mão do próprio subsídio, e mesmo contrair dívidas particulares, para socorrer pelo menos os que se encontravam em maior penúria. E estava disposto a ir mais longe: venderia "até a última camisa para servir a Sua Majestade".¹⁴

Esse penoso estado de coisas tinha que se refletir desastrosamente no efetivo e estabilidade das minguadas tropas que guarneciam a fronteira. A verdade é que por volta de 1770 elas somavam ao todo apenas 880 homens, incluídos os elementos que acudiam de outras partes do Brasil!

Portanto, não é para admirar que os espanhóis, tendo pela frente forças numericamente tão mesquinhas, se mostrassem "al-

¹²REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RGS. 1930, 23:196.

¹³Ibidem, 23:400-1.

¹⁴Ibidem, 23:202-3.

tivos e desaforados”, como informava José Marcelino em correspondência para São Paulo, acrescentando porém que “assim se hão de conservar enquanto não lhes dermos de rijo”.¹⁵

Mas Lavradio era implacável com aquele que sentia tão de perto, e melhor que ninguém, os riscos e agravos a que estava exposta a Capitania, e que se dispunha corajosamente a fazer frente a todos os perigos e responder a todas as provocações, uma vez que não lhe negassem os recursos que reclamava.

Entretanto, nada lhe davam do que pedia. Parecia mesmo que o que se desejava era perdê-lo...

Cego pelo desabrido sentimento de hostilidade que lhe inspira o governador, e já não podendo tolerar a insistência de suas petições, o Vice-Rei chama-o ao Rio de Janeiro, a pretexto de “receber ordens”, e simplesmente, sem sequer ouvi-lo, manda recolhê-lo a uma fortaleza!¹⁶ Foram apenas algumas horas, mas não era preciso mais para feri-lo profundamente. Depois da humilhação, um longo ostracismo!

O absurdo afastamento de José Marcelino se verificou em outubro de 1771 e estendeu-se por um ano e meio. Lemos em Alcides Cruz que durante esse tempo ele obteve licença para ir a Lisboa.¹⁷ Não se sabe o que a vítima da malquerença de Lavradio terá representado perante os altos conselhos da Metrópole, mas é fácil adivinhar, pois regressou ao Brasil para reassumir suas funções no Rio Grande, por determinação expressa contida no ato de 5 de abril de 1773, enquanto o Vice-Rei passava pelo extremo dissabor de ter que penitenciar-se junto à Corte do “engano” em que havia incorrido, e pedir licença para repará-lo...¹⁸ Como se nada disso bastasse para irritar intimamente o Marquês, José Marcelino seria logo contemplado com as insígnias de brigadeiro de cavalaria, conforme aviso¹⁹ que o Vice-Rei deve ter recebido de muito má sombra. Já se vê que Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda continuava sendo em Lisboa, ainda que sob o nome plebeu que carregava, o ilustre titular de seus foros de velha estirpe.

Talvez esteja aí a chave da ferrenha animadversão que Lavradio lhe votava. Nem é fácil acreditar que José Marcelino, dada a impenitente conduta do Vice-Rei para com ele, tenha ido à Metrópole senão por influência das regalias que lhe vinham do berço.

¹⁵REGO MONTEIRO, J. da C. *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul*. Rio, Imprensa do Estado Maior do Exército, 1937, p. 292.

¹⁶BOLETIM DO CENTRO RIO-GRANDENSE DE ESTUDOS HISTÓRICOS. *Correspondência pessoal do Tenente General J. H. de Böhm*. s/d, 1:82.

¹⁷CRUZ, Alcides. *Vida de Rafael Pinto Bandeira*. Porto Alegre, Liv. Americana, 1906, p. 92.

¹⁸D'ALMEIDA PORTUGAL, D. Luís. Op. cit., p. 34.

¹⁹PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL. Rio, Imprensa Nacional, 6:116.

De volta ao Brasil, foi reconduzido ao seu duro posto no Continente de São Pedro. Por esse tempo, os castelhanos se aprestavam para nova agressão, agora sob o comando de D. Juan José de Vértiz y Salcedo, que ostentava, além de outros títulos altos e sonoros, também o de governador do Rio da Prata, Uruguai, Paraná e ... Rio Grande de São Pedro.

Fiado na precariedade das nossas guarnições e na escassez numérica das nossas tropas, o marechal espanhol sobe pela campanha cisplatina à frente de um exército de 3.000 combatentes e faz alto nas cabeceiras do Rio Negro, proximidades da atual cidade de Bagé. Ali constrói o baluarte de Santa Tecla, ponto de apoio para o prosseguimento da investida em complemento à façanha anterior de Cevallos. O plano do governador de Buenos Aires era de soberba envergadura. A conquista de Rio Pardo, Santo Amaro, Porto Alegre e Viamão, seria apenas a primeira etapa de um avanço mais vasto e impetuoso em direção ao norte. Tinha chegado finalmente a hora de sacudir a poeira que sepultura o Tratado de Tordesilhas...

De Rio Grande, forte base militar ocupada pelo inimigo desde 1763, Salcedo recebe o reforço de 800 soldados de linha, contando ainda com as tropas que confluíam simultaneamente de Corrientes e Santa Fé e com os contingentes missioneiros respaldados pelo reduto de São Martinho. Firmado, assim, em três bases de considerável valor estratégico – Rio Grande, Santa Tecla e São Martinho – que dominavam respectivamente o acesso marítimo, a Campanha e as Missões, eram indiscutíveis as vantagens com que contava o invasor.

Mas José Marcelino achava-se atento a tudo, num estado de alerta sob cuja tensão como que se multiplicavam os recursos de que dispunha para enfrentar a gravidade da situação. Quando percebeu que o inimigo escolheu Rio Pardo para alvo inicial da escalada, e não São José do Norte, como era de esperar, passou a atender preferentemente aquela desamparada fortaleza e Porto Alegre, sem entretanto se descuidar da banda superior do canal, que ele mesmo libertara dos espanhóis. Subindo e descendo o Jacuí, num incansável vaivém de lançadeira, era como se estivesse ao mesmo tempo numa e noutra praça, procurando suprir com o estímulo e a determinação de sua presença o máximo que lhe era possível fazer, na emergência, para atalhar ou ao menos retardar a investida dos invasores. E sem esperar que estes atacassem, tratou de fustigá-los pela ação da cavalaria ligeira, guerrilheiros audazes e experimentados, quase diabólicos, que surgiam de improviso e de improviso desapareciam, para reaparecerem logo adiante, atacando e amedrontando os soldados, assaltando os comboios, tomando-lhes o munício, capturando-lhes gado e cavallhada. Era chegado o momento de Ra-

fael Pinto Bandeira. Ele estava no viço dos anos e ninguém conhecia como ele aquelas paragens. Eram partes, eram a projeção múltipla de si mesmo.

Incumbido de completar a conquista iniciada com tanto êxito por D. Pedro de Cevallos, e levá-la adiante, Salcedo iniciou sua marcha em janeiro de 1774. Foi quando a figura de Rafael começou a alcançar dimensões históricas. Enquanto o governador de Buenos Aires movia seu pesado exército para arremessar-se contra Rio Pardo, José Marcelino convocou o guerrilheiro que se tornaria o maior do Continente de São Pedro, e confiou-lhe a tarefa de “espantar” os espanhóis, para usarmos a expressão que seria empregada mais tarde por D. Luís de Vasconcelos.

Seu rival nos golpes de surpresa, Pinto Bandeira reservara maus bocados para os numerosos reforços com que contava o inimigo para atacar e dominar sem maior resistência o bastião lusobrasileiro. Tais reforços vinham de Santa Fé e Corrientes e das antigas Missões Orientais. Antes, porém, de fazerem junção com o grosso da tropa, são surpreendidos e inteiramente destróçados nos recontros de Santa Bárbara e Tabatingá.

O general-em-chefe do exército invasor, que só ficou sabendo de tudo tarde demais, ainda esperava por esses reforços ao defrontar-se com seu cobiçado objetivo. Inflado de confiança, não tinha nenhuma dúvida que o pequeno punhado de dragões que o defendiam – eram apenas 263!²⁰ – capitulariam mesmo sem dar um tiro, como acontecera dez anos antes na angustura de Santa Teresa... Então, do alto de seus copiosos títulos e galões, e animado por um pequeno sucesso inicial contra a guarda do arroio Pequiri, mandou intimar o comandante da precária fortaleza, sob valentes ameaças, a que se rendesse dentro de prazo de oito dias, pois fora erguida em domínio que ele dizia pertencer à Espanha!

A resposta que recebeu foi o conhecido ardid com que José Marcelino, dando-se por ausente, tanto o confundiu e desnorteou: em virtude da gravidade e transcendência de que se revestiam as condições impostas pelo atacante, – retrucou ele para ganhar tempo, – quem devia resolver sobre elas era o governador da Capitania. Mas Salcedo ficasse tranqüilo: a espera dessa autoridade não acarretaria quaisquer inconvenientes porquanto S. Exa., a par dos graves acontecimentos em curso, já se achava a caminho de Rio Pardo...

No dia seguinte, armou-se como grande estardalhaço, o simulacro da chegada de José Marcelino de Figueiredo. Repetidas salvas de artilharia, nas quais se usaram peças tomadas aos próprios espanhóis,²¹ atroaram os ares, entre o vibrante rumor dos tambores

²⁰REGO MONTEIRO, J. do. Op. cit., p. 106.

²¹PINHEIRO, J. F. Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. Rio, Imprensa Nacional, 1946, p. 106.

militares e o tremular festivo das bandeiras. D. Juan José de Vértiz y Salcedo ficou espantado com tudo aquilo! Então era aquele o forte que seus escultas lhe disseram estar inteiramente desguarnecido? Não havia a menor dúvida: fora enganado, vítima de informações falsas...

Nesse entretanto, o governador de tantas terras, umas de sua legítima jurisdição, outras de jurisdição alheia, recebe a atordoante notícia de que Pinto Bandeira desbaratara inteiramente, primeiro em Santa Bárbara, depois em Tabatingá, os reforços sem os quais ele não se atreveria a lançar-se contra as cortinas de taipa de Rio Pardo. Abismado agora na consciência de seu tremendo malogro, após haver batido mais de duzentas léguas de puro ermo, cruzado apenas por ariscos bichos do campo, o ovante cabo-de-guerra não vê outra alternativa senão abandonar seus insondáveis planos de conquista, trocando por constrangidas desculpas a agressividade e as ambições que o haviam impelido até ali. Com efeito, ao levantar o cerco, escusa-se perante José Marcelino dizendo que "ele não tinha ido fazer a guerra, e só tinha passado a visitar a sua fronteira, levando tropa, para com ela atacar algumas partidas de ladrões que lhe constava virem furtar os gados e cavalhadas dos castelhanos".²²

No entanto, mal supunha Salcedo que, apesar das derrotas sofridas pelas forças auxiliares, assustara-se em vão... Com um mínimo de astúcia, a metade do efetivo com que ele se acercara das paliçadas do reduto inimigo era mais que suficiente para levar seus defensores à capitulação. Mas o governador de Buenos Aires, em cuja hispida formação militar parece que não havia onde meter um mínimo de malícia, preferiu se deixar lograr com todas as honras da velha cavalaria... Em verdade, a troca de vênias e cumprimentos com que Salcedo e Marcelino se despediram, segundo o registro de Alcides Cruz,²³ é um episódio que não ficaria mal entre os nobres rasgos de D. Quixote...

Consumado o revés de Rio Pardo, o Marechal dos Exércitos Reais de Espanha se retira às pressas, quase em fuga, e vai cozer suas frustrações em Santa Tecla, depois de sofrer, no murcho caminho de volta, o desgaste moral e material que os homens de Rafael lhe foram infligindo. Bem se pode imaginar o que seriam, no imprevisto de seus ataques, as façanhas dessa gente que se diria invisível. Pequenas partidas de cavalaria ligeira, como geradas pelo chão e pelos sortilégios do silêncio, caíam, aqui, ali, sobre os flancos do inimigo, numa explosão repentina de patas e de lanças, e depois desapareciam em selvagem algazarra. Onde iriam reaparecer

²²D'ALMEIDA PORTUGAL, D. José. Op. cit., p. 58.

²³CRUZ, Alcides. Op. cit., pp. 55-6.

agora? A incerteza, talvez mais que tudo, devia apavorar os retirantes.

Após pequena tomada de fôlego no baluarte de Santa Tecla, ponto de apoio da malaventurada marcha sobre Rio Pardo, Salcedo deixa aí uma forte guarnição sob o comando do capitão D. Luís Ramírez, e regressa, de penacho caído, ao seu alto posto de Buenos Aires, cuja crescente importância o elevaria, pouco depois, à dignidade de sede do Vice-Reinado do Prata.

O mal dos espanhóis, mais uma vez revelado no episódio que acabamos de narrar, é que, endurecidos na sua maneira de ser, não se amoldavam ao tipo de guerra a que os luso-brasileiros, em comunhão com os tupis, logo se afizeram, nos sertões e desertos das terras virgens da América. Era o que os velhos jesuítas da Província do Paraguai denunciavam, pela palavra do Pe. Roiz de Montoya, aos próprios Reis Católicos,²⁴ e era ainda o que, noutras circunstâncias, e muito tempo depois, o Marquês do Lavradio, impaciente com a inação das tropas que o general Böhm reunira defronte a Rio Grande, procurava fazer sentir ao comandante alemão advertindo-o de que ele não precisava ir além do necessário para acometer o inimigo e desalojá-lo dali, porque – observava jeitosamente o Vice-Rei – “Os movimentos dos castelhanos conhece V. Ex. admiravelmente. Todos são muito morosos, por não se resolverem a fazer nenhum que não seja debaixo de grandes formalidades e aparratos”.²⁵

Se tais encenações impressionavam o militar alemão, o mesmo não acontecia a José Marcelino de Figueiredo. Natural de Bragança, vizinho portanto da Espanha, ele conhecia de perto as peculiaridades do inimigo tradicional, e provavelmente a condição de fronteiro do antigo capitão do Regimento dos Voluntários Reais não terá sido estranha à sua transferência para a Capitania de São Pedro. Daí talvez o golpe de malícia com que pôde, praticamente sem homens nem armas, levar o exército de Salcedo à derrota diante das frágeis fortificações de Rio Pardo.

O fracasso da tentativa de expugnação do forte português foi, sem dúvida, pelas suas particularidades, um dos poucos sucessos verdadeiramente pitorescos que figuram na dramática história militar do Continente. Passados os sustos e temores de um desastre iminente, que iria comprometer, quem sabe se definitivamente, a configuração meridional do Brasil, os reveses e a fuga de Salcedo, tudo por causa de um grande logro, devem ter operado o milagre

²⁴HERNÁNDEZ S. J., Pe. Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes*. Barcelona, Gustavo Gil Ed., 1913, v. 2, pp. 634-5.

²⁵BOLETIM DO CENTRO RIO-GRANDENSE DE ESTUDOS HISTÓRICOS. Correspondência pessoal do Tenente General J. H. de Böhm. 1:58.

de desmanchar, ainda que por momentos, a grave carranca que de ordinário ensombrava o semblante de José Marcelino.

Mas deixemos agora as tensões do governador e volvamos aos espanhóis, cujos insucessos não se limitaram ao episódio de Rio Pardo. Antes da vinda do general alemão que assumira o comando militar do Rio Grande, até então confiado, juntamente com o governo civil, a José Marcelino, as armas luso-brasileiras desferem sério golpe contra o inimigo. E é outra vez Pinto Bandeira o herói do feito. O guerrilheiro ataca de surpresa a tranqueira de São Martinho e captura toda a guarnição. Destruídas as estacadas, que pareciam invulneráveis, estava aberto o caminho para as Missões.

Sob o aspecto das relações com as pessoas e com o Vice-Rei, as vitórias alcançadas por José Marcelino contra os castelhanos, primeiro em São José do Norte, depois em Rio Pardo, afora ações avulsas, impostas pela vigilância diuturna da fronteira, pouco ou nada influíram para alterar o sentido ou o curso de sua vida, quer na Capitania, quer perante os círculos suspicazes do Rio de Janeiro. Aliás, o governador não era nem podia ser homem de fácil convívio. Afastado da Metrópole em circunstâncias penosas, e tendo permanecido solteiro apesar de já quarentão,²⁶ não será difícil imaginar a solidão moral e afetiva em que ele vivia, apartado de tudo e de todos. Marcelino era, sem dúvida, um espírito amargo, de difícil acesso, talvez mesmo incomunicável. Só na ação encontraria remédio capaz de ajudá-lo a carregar-se a si mesmo. Jogado a uma fronteira em eterno litígio, exposta a todas as incertezas, aí estaria o derivativo para o seu desconforto íntimo. Mas faltava-lhe tudo com que pudesse acudir às exigências mínimas da administração e da defesa.

Não esqueçamos que, antigo capitão dos Voluntários Reais, arrastava consigo uma carga que muito lhe pesaria por dentro: aquele trágico incidente com o oficial escocês, quando se viu na contingência de matá-lo sob pena de covardia e desonra. Mas uma vida jovem ali se apagara para sempre, e desde então, fidalgo de legítima hierarquia, ele se virá constrangido a ocultar-se debaixo de um nome inventado, portanto sem história.

Desterrado, a bem dizer, no informe Estado do Brasil, e além de tudo nesta perda estremadura, tão longe de sua mansão de Bragança, e tanto mar de permeio, — que outro derivativo para as suas atribulações que não o rijo cumprimento da tarefa de zelar pelo governo e segurança de uma circunscrição que, como Trás-os-Montes, sua província natal, também vizinhava com os rivais de sempre, os espanhóis? Neste posto incerto e perigoso, era como se

²⁶José Marcelino só casou após seu afastamento do Rio Grande, em 1781, no Rio de Janeiro, com uma Sá e Benevides, senhora de alta estirpe (Alcides Cruz, op. cit., p. 93).

os seus brios de português estivessem sob constante provocação, tanto mais que o Continente fora, havia pouco, invadido e ocupado em partes vitais para a integração meridional do domínio lusitano. E quem poderia dizer até onde pretendia chegar o ímpeto expansionista dos castelhanos, a partir do Rio da Prata?

Mas, dentre os perigos com que José Marcelino teve que se defrontar, nem todos vinham do outro lado da fronteira. Homem de uma vontade só, enérgico, intolerante, sua maneira de ser e de agir havia de criar-lhe sérios problemas no próprio âmbito de sua jurisdição. Como político, avançava um tanto às cegas, expondo os flancos à investida dos desafetos ou ao contra-ataque dos ofendidos. Nestas terras tão distantes, onde começava a germinar e tomar corpo um tipo de vida que se chocava com o que ele conhecia e vivera em Portugal, tudo, a não ser a proximidade com os espanhóis, que lhe era familiar, tudo lhe parecia contrário ao seu temperamento, à sua experiência pessoal.

O que os titulares do Vice-Reinado informavam à Metrópole sobre o governador do Continente dá uma idéia do opressivo estado de coisas dentro do qual se desenvolviam suas atividades. E a cada instante reponta nesse documentário a má-vontade que José Marcelino lhes inspirava, quer a Lavradio, quer a D. Luís de Vasconcelos. Essa animosidade só amortecia raramente e ainda assim por motivos mais ou menos equívocos.

No entanto, o Sepúlveda que ele era, embora houvesse de esuar de indignação, sob o disfarce do nome que lhe atribuíram, não podia esquecer sua condição de clandestino. Embora debaixo da proteção real, ele não deixava de ser formalmente um foragido da justiça, e a justiça, no caso, era o olho implacável da Inglaterra... Não fosse isto, não fossem principalmente os severos deveres que a vassalagem impunha à sua lealdade, e por certo ele não teria suportado sem violentas reações os agravos que lhe vinham de cima, particularmente na gestão de Lavradio.

Sim, este Vice-Rei, apesar dos louvores que granjeou em sua longa administração, observou, para com o governador do Rio Grande, uma conduta singularmente mesquinha. Injusto, intrigante, perseguidor, ele tudo fez por sonegar perante Lisboa o merecimento, as obras e feitos de seu ilustre preposto. Só isto, porém, não lhe bastava: era preciso ir mais longe – ou descer mais – no empenho de rebaixar-lhe o valimento e até o pundonor militar! Essa é uma história bastante triste.

Já narramos o lance de coragem, sangue-frio e superior malícia com que José Marcelino pôde transformar em vitória das armas luso-brasileiras, com a soberba cooperação de Rafael Pinto Bandeira, a poderosa investida de Salcedo, em janeiro de 1774, apesar dos míseros recursos a que o reduzira o desprezo que o Vice-Rei vo-

tava aos seus apelos. Entretanto, o que Lavradio mandará dizer à Metrópole, numa perversa adulteração da verdade, é que aos insultos e investidas do inimigo, o governador respondia com "fatal inação ou mais propriamente pusilanimidade".²⁷ Sua versão do episódio de Rio Pardo chega a revoltar. Sem armas, poucos homens, e ainda assim mal pagos, comida escassa, e quase nus, José Marcelino fez muito mais do que seria de esperar: desmoralizou o invasor por um golpe de artimanha e pela perseguição, devolvendo-o aos seus redutos de origem. Com isto, ele realizou o milagre de livrar aquela fortaleza de uma capitulação cujas consequências – nunca é demais repeti-lo – seriam funestas para a preservação da raia meridional do Brasil.

Lavradio porém se chama à ignorância de tudo, animado, ao que parece, de um propósito obsessivo: desacreditar José Marcelino! Em seu informe sobre o episódio, que adultera com surpreendente desrespeito à verdade, diz que Marcelino, em lugar de sair no encalço de Vértiz y Salcedo, "o que faz é ficar muito sossegado no Campo (sic), deixar dispor ao general castelhano a sua marcha com toda a quietação; despedirem-se mutuamente com grandes civildades; e voltar o comandante português ao Rio Grande [...], e o general castelhano a Buenos Aires; [...]".²⁸ Mentindo, forjando uma história ao sabor de suas prevenções, a intenção de Lavradio não podia ser outra senão destruir os louros que José Marcelino conquistara.

Quando o general João Henrique de Böhm é investido no comando militar do Continente, o Vice-Rei, não satisfeito com a destituição de José Marcelino desse alto posto, lança mão de todos os meios, junto ao comandante estrangeiro, para aviltar seu valoroso patrício. São quase inacreditáveis, a respeito, certos passos de sua correspondência com o discípulo do Conde de Lippe. No temor de que Böhm viesse a tratar José Marcelino com as deferências a que o cargo lhe dava direito, apressa-se em adverti-lo: "Ele é verdade que é o governador daquele Continente, mas é para governar naquela parte que V. Exa. lhe permitir, [...] e em V. Exa. o achando, ou lhe declarando esta verdade, pode V. Exa. estar certo que ele há de se abster de todos os excessos e liberdades que pratica, e em tudo se há de sujeitar como deve às ordens de V. Exa., e se não o fizer, ainda a minha botica terá remédio com que possa livrar V. Exa. daqueles incômodos".²⁹ A um funcionário subalterno não se trataria com maior menosprezo! E que "botica" era essa com que o Vice-Rei ameaçava pelas costas?

²⁷REVISTA DO ARQUIVO E MUSEU HISTÓRICO DO RGS, 1930, 23:386.

²⁸Ibidem, p. 386.

²⁹Ibidem, p. 397.

Parece que a chave de tudo está ao alcance da mão. Sim, não esqueçamos que o Marquês passara pelo dissabor de ter que penitenciar-se, perante Lisboa, de seu "engano" ao punir injustamente o governador do Rio Grande, e que, em consequência, fora constrangido a reintegrá-lo nas funções de que o afastara. Mas a retração compulsória deve ter custado muito à sua vaidade. Tanto que, passados dois anos sobre o episódio, ele ainda o trazia vivo na memória. O certo é que não lhe repugnou revivê-lo em correspondência com Böhm, como que só pelo prazer de vangloriar-se das humilhações a que esperava sujeitar seu digno preposto.³⁰ Com isto, ele por certo também queria fazer ver ao cabo-de-guerra estrangeiro que José Marcelino, apesar do cargo, não estava imune aos castigos que merecesse. . . Para machucar seu desafeto, o Vice-Rei punha de lado os próprios escrúpulos nacionais.

As atribuições de José Marcelino, já agora brigadeiro, não cessariam sob o Vice-Reinado de D. Luís de Vasconcelos e Souza. Aliás, Lavradio, no relatório que deixou ao 4º Vice-Rei, seu sucessor e parente muito chegado,³¹ não se descuidou de preveni-lo contra o governador do Continente. Embora lhe reconhecesse, como quem fazia um favor, o "zelo do serviço e limpeza de mãos", acusa-o, numa clamorosa distorção da evidência, de que "em nada adiantou o estado militar; e pelo que toca ao mais, contentou-se com a vaidade de escolher sítios e terrenos a que foi pondo o nome de vilas, mandando riscar em papel e como elas deviam ser edificadas; porém, como não havia gente, nem o mais que era preciso para elas se estabelecerem, ficou tudo em nome e em papel". As mesmas reservas quanto aos cuidados com a agricultura, a navegação e o comércio.³² Mas pior que tudo foram os agravos ao "gênio inquieto, vaidoso e arrebatado" de José Marcelino, que "armou tais intrigas, parcialidades e discórdias entre oficiais e os mesmos povos, que será preciso uma mão muito hábil para pôr tudo em preciso sossego, depois de ter sabiamente separado a verdade da mentira e da calúnia."³³

Ainda que não de todo infundada quanto ao gênio do governador, o tom tendenciosamente acrimonioso de tal apresentação descobre de imediato seu objetivo, que não era outro senão predispor o ânimo do novo Vice-Rei contra José Marcelino.

Não é de admirar, portanto, que as relações entre ambos se desenvolvessem, desde logo, sob maus auspícios. O certo é que, ao deixar para sempre o Continente de São Pedro, o brigadeiro desem-

³⁰BOLETIM DO CENTRO RIO-GRANDENSE DE ESTUDOS HISTÓRICOS.

Op. cit., p. 83.

³¹CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio, José Olympio, 1959, 4, p. 1205.

³²REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1863, 4:417.

³³Ibidem, p. 480.

barcou na sede do Vice-Reinado arrastando consigo tamanha carga de contrariedades e ressentimentos, que não pôde se conter. De chegada, saltando por cima de todas as formalidades, irrompe no paço do Vice-Rei sem sequer fazer-se anunciar, e joga-lhe em rosto todo o peso das queixas e razões que desde anos o sufocavam.

D. Luís de Vasconcelos jamais perdoaria a insolência. Em relatório de anos depois (outubro de 1784), não perderia o ensejo de repisar as acusações de seu antecessor, quase com as mesmas palavras, e como se estas não bastassem atribui ainda ao brigadeiro “grande despotismo” e “violência em suas resoluções”, o que provocava “um aborrecimento universal, como me foi constante por muitas e repetidas contas”, afora outros fatos “que só podiam produzir conseqüências funestas contra o sossego público de uma fronteira”.³⁴ Qual o objetivo dessas recriminações já tão fora de tempo se não marear a fé pública de José Marcelino perante a Corte?

Temos de admitir que o que em grande parte contribuía para agravar-lhe a situação junto aos superiores hierárquicos era, como vimos, a dureza de sua índole, certa arrogância que tanto se atritava com as curvaturas do aulicismo reinante. A correspondência de Lavradio é farto exemplário das babugens do servilismo. Pelo seu estilo mesureiro e blandicioso compreende-se facilmente a irritação que haviam de causar-lhe, a ele e depois, a D. Luís de Vasconcelos, as frontais reclamações de um preposto que não sabia esconder as arestas de seu temperamento nem jamais aprendera a arte de agachar-se perante quem quer que fosse. E se vez que outra podia dar impressão diversa, não era por concessão aos rapapés da lisonja, senão antes para dourar a pílula que desejava ministrar, adoçando-lhe o travo. Num tópico de sua correspondência com Lavradio, ele se queixa, como quem lhe faz um humilde cumprimento, de que em verdade nada lhe merecia, mas acrescenta logo, num golpe de flanco, que assim era “por não ter tido a honra de não ser efetivamente criado de V. Exa”.³⁵ Deste modo, estava ele advertindo o Marquês, com suspeito ar de modéstia, de que a posição que ocupava tinha suas raízes em Lisboa...

A condição de “péssimo áulico” de José Marcelino, já assinalada pelo Pe. Geraldo Pawles,³⁶ era, sem dúvida, um dos componentes ostensivos de sua fisionomia moral e social. Mas os atritos que tanto azedaram as relações dele com os Vice-Reis iam além de razões estritamente pessoais. O que estes não podiam ou não queriam compreender é que a um governador destacado nesta fronteira de guer-

³⁴REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RGS. 1. e 2. trims., 1929, pp. 17-8.

³⁵REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RGS. 1. e 2. trims., 1929, 17-8.

³⁶ABREU, Florêncio. *Ensaio e estudos históricos*, p. 157.

ra, em estado de vigília permanente, não era possível, sem o risco de sua responsabilidade e da própria causa da soberania lusitana, conduzir-se como simples mandatário do Vice-Rei, na estrita dependência das suas ordens. A observação é exata e nos parece que a devemos em primeira-mão ao historiador citado logo acima.³⁷ Pelo menos, a contar da segunda metade do século XVIII, quando Gomes Freire, responsável pela Repartição-Sul do Brasil, se deslocou para o Continente e aqui permaneceu vários anos, seu governador tinha que exercer eventualmente, autorizado ou não, funções de capitão-geral. Tal contingência, imposta pelas graves condições de uma fronteira disputada pelas armas, explica ainda, ao menos no caso de José Marcelino, parte dos sérios e repetidos incidentes ocorridos com homens de prol da Capitania e com diferentes órgãos e corporações locais. Na verdade, a ação do governador, sob a pressão constante das circunstâncias acima invocadas, nem sempre podia ficar à espera de que a pesada burocracia do Rio de Janeiro se mexesse para prover sobre emergências agudas. Independente, porém, de sua ardorosa consciência de fronteiro e alto senso de autoridade, o governador agia e reagia como se tivesse o brio à flor da pele. Na solidão afetiva em que lhe corriam os dias, sem família, sem parentes, talvez sem um amigo, tudo eram motivos para as irrupções de seu temperamento, como se viu após a mudança da capital, que era Viamão desde 1763, para o então chamado Porto dos Casais, à margem do Guaíba. Efetivada em 24 de junho de 1773, após a anuência do Vice-Rei, daria margem a incidentes que puseram a nu a desenvoltura das reações de Marcelino, se de qualquer forma se pretendesse contrariar suas disposições. Segundo a tradição, a autoridade que ele encarnava não admitia a menor transigência. Estava muito acima das veleidades do vulgo.

Se bem que o povoamento do sítio da nova capital se tenha iniciado pelo Madeirense Jerônimo de Ornelas a partir de 1732, é fora de dúvida que a fundação de Porto Alegre data de sua elevação a Freguesia, em 26 de março de 1772,³⁸ quando se emancipou de Viamão. Aí foram acomodados, após anos e anos de incertezas, espoliações, vexames e toda a sorte de contrariedades, os já históricos sessenta casais de açorianos. Vinha deles o topônimo imediatamente anterior ao definitivo.

Fundada e batizada Porto Alegre por José Marcelino, aí foi instalada a capital logo no ano seguinte, 1773, e isso porque, acumulando o governador as funções civis e militares, urgia que o coman-

³⁷PAWELS, Pe. Geraldo. Descrição geográfica e histórica da divisa litigiosa entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. *Rev. Inst. Hist. Geog. RGS.* 3. e 4. trims., 1926, p. 380.

³⁸Parecer do Instituto Histórico e Geográfico do RGS. *Província de São Pedro*, 1957, 21:231-5; Arthur Ferreira Filho in *Correio do Povo*, 23-4-61, p. 10.

do geral das tropas fosse deslocado para posição mais estratégica em relação aos redutos de Rio Pardo e São José do Norte, tendo-se em vista que Rio Grande continuava em mãos do inimigo. O novo burgo preenchia essa condição. Mas os respeitáveis membros do Senado da Câmara, que havia dez anos, desde a fuga pouco decorosa do velho Madureira, se achavam plantados em Viamão, não viam com bons olhos terem que deixar seus cômodos por convocação do governador, daí resultando incidentes que tanto alvoroçaram os pequenos círculos da nova capital.

O fato é que quando aquela corporação se reunia, os vereadores tinham que fazer, ida e volta, o mau caminho Viamão-Porto Alegre, e isto era qualquer coisa que contrariava em cheio o humilde desejo de não serem molestados no ramerrão de seus hábitos. Aí tiveram início entre os edis e o governador os desentendimentos que acabariam gerando conflitos sobre conflitos. Motivos que hoje provocariam frouxos de riso eram suficientes para degenerar em situações de extrema gravidade. Gastos os mais indispensáveis, ainda que modestíssimos, se apresentavam aos olhos mofinos e ressentidos dos vereadores, como perigosos sintomas de prodigalidade. Oitenta mil réis para a construção da Ponte da Azenha?! Dotação para o aluguel de uma sala destinada a uma escola?! Locar um "casarão" para a Ópera?! Era o fim do mundo... Tais desperdícios não podiam contar absolutamente com a convívência deles!...

A respeito do "casarão" para a Ópera, não deixemos de assinalar que, embora somente em 1797 tenha sido construído o primeiro teatro em Porto Alegre,³⁹ mal a recém-nascida capital tomava pé junto ao Guaíba, e já o governador da Capitania se empenhava em conseguir um local para realizações teatrais. Por aí se vê que desde seus primeiros vagidos a pequena freguesia começara a interessar-se por diversões públicas, e isto quando os problemas de fronteira continuavam ardendo nas vizinhanças! Era uma pobre comunidade de funcionários, mercadores e soldados, mas já não podia passar sem a sua casa de espetáculos.

É de acreditar que os recursos para essa despesa, como para as demais, acabaram sendo concedidos. Era preferível ceder a enfrentar as reações de José Marcelino. Intolerante e desconfiado, o governador farejava na contumácia dos vereadores irritantes pruridos de obstrução. E chegava a perder a cabeça! Conta-se que quando os membros do Senado da Câmara o contrariavam, negando-lhe as verbas necessárias ao provimento da administração, ele não vacilava em aplicar o remédio que lhe parecia de efeito mais pronto: mandava trancar o portão do muro que defendia a capital e desse

³⁹DAMASCENO, Athos. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX*. P. Alegre, Ed. Globo, 1956, p. 3.

modo eles ficavam retidos na sede do governo, até se renderem...⁴⁰ Só depois, quebradas as veleidades de autonomia, podiam voltar para o humilde calor de seus ninhos, que ainda continuavam na Capela Grande...

Uma vez Marcelino foi longe demais nos seus assomos, metendo na cadeia o procurador da Câmara!⁴¹ Mas já então Rafael Pinto Bandeira sentia-se forte para intervir e reclamar contra tais arbitrariedades.

Esses incidentes forçosamente iam explodir no Rio de Janeiro em representações inflamadas, que os Vice-Reis acolhiam com avidez, pois que seu cuidado mais constante não parecia outro senão estender aos pés da Corte, como prova de zelo e fidelidade, os erros ou desvios dos governadores, particularmente se se tratava de José Marcelino de Figueiredo...

Para se fazer uma idéia aproximada das ninharias que, além de assuntos que de fato reclamavam a consideração superior, moviam os desafetos que o governador ia semeando à margem de sua ação civil e militar, basta referir que o procurador da Real Fazenda foi ao ponto de representar ao Vice-Rei porque, "em prejuízo da mesma Real Fazenda", o colégio da Aldeia dos Anjos fora autorizado a gastar o despropósito de "seis velas de sebo por noite"...⁴²

Mas houve um momento em que José Marcelino, perdendo as estribeiras, foi mesmo além de todos os limites. Já não se tratava de simples imprudência: era uma rematada loucura! Pois agora não estavam em jogo apenas as franquias desarmadas de obscuros vereadores, mas nada menos que a honra e a liberdade do herói que empolgara o Continente com seus feitos quase fabulosos e cujo renome já transpusera as fronteiras do Rio Grande, e cruzara os mares, e chegara até a Metrópole! Nem Rafael Pinto Bandeira, que tanto crescera no culto de todos como o Redentor do Continente, nem mesmo ele seria poupado pelos rompantes do governador! Preso e condenado por incriminações diversas, confiscados todos os seus bens, é mandado preso para o Rio de Janeiro, a fim de defender-se perante Conselho de Guerra, conforme pediu.

O processo movido contra o extraordinário campeador, processo que feria em cheio os brios da gente continentina, repercutira como um insulto intolerável e havia de acarretar as piores consequências para o brigadeiro. Que melhor arma ele poderia ter oferecido aos seus inimigos? A repulsa generalizou-se, sacudindo todas

⁴⁰ABREU, Florêncio. Governo de José Marcelino de Figueiredo no governo de São Pedro - 1769 a 1780. *Anais do 2. Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*, 1937, v.3, pp. 199-200.

⁴¹LIMA, Alcides. *História do Rio Grande do Sul*. P. Alegre, Liv. Globo, 2.ed., 1935, p. 107.

⁴²PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO PÚBLICO. Rio, 1907, 6:189.

as classes e corporações, e acabaria selando a sorte, no Brasil, de uma das figuras que aliás mais fizeram pela segurança e expansão das divisas meridionais da América Portuguesa e pelo progresso da Capitania de São Pedro.

No julgamento da personalidade de José Marcelino, quer quanto aos atos de seu governo, quer quanto às severas peculiaridades de sua conduta nas relações com o corpo de funcionários civis e militares do Continente, é preciso não perder de vista que os deveres e compromissos de quem tinha orgulho de sua condição de fidalgo e fiel vassalo d'El-Rei foram aqui, nestes cobiçados domínios, submetidos às mais duras provas. Não obstante sabemos que seus árduos serviços não eram considerados nem reconhecidos por quem devia levá-los pontualmente às instâncias superiores. O Marquês do Lavradio, em cujo longo vice-reinado se desdobrou quase toda a ação do brigadeiro no Rio Grande, era, como já vimos, tortuoso e mesquinho, e os informes que a respeito da situação no Sul fazia subir a Lisboa só tinham um objetivo: sonegar e mesmo comprometer o merecimento daquele que tudo dava de si pelo bom governo e defesa do Continente. Aí estará, com certeza, a explicação para o golpe que porventura mais profundamente terá ferido José Marcelino em seus melindres de militar e patriota.

Em 1775, quando Portugal entendeu que era chegado o momento de resgatar a vila de Rio Grande e demais partes da orla marítima que continuavam ocupadas pelos espanhóis desde 1763, o governador da Capitania foi posto inteiramente à margem da grave decisão.

Como se de nada valesse a experiência e a múltipla capacidade de chefe reveladas por Marcelino nas lutas com os castelhanos, ele fora destituído do comando militar da Capitania e praticamente do próprio governo civil. Adstrito que ficava às determinações do general forasteiro, restava-lhe apenas cumprir ordens. . . Mas para Lavradio, cujas diferenças com o governador se mantinham acesas como nunca, só isto não bastava. Era preciso aproveitar a oportunidade para converter Böhm em instrumento de sua aversão. Impelido por esse propósito subalterno, procura então criar junto àquele um sentimento de prevenção e descrédito contra o herói de São José do Norte, o fundador de Porto Alegre, o ardiloso defensor de Rio Pardo! Assim, quando Böhm reclama o pagamento de soldos em atraso a capciosa justificação que recebe é que José Marcelino dera aplicação diversa à dotação destinada para aquele fim. . .⁴³

Na sua obstinação, o Vice-Rei parecia não ser animado de outro desejo que não apontar o brigadeiro como um funcionário ar-

^{43, 44, 45}Os textos sob estas chamadas, como os que se seguem imediatamente, constam todos do Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos, já citado.

rogante e relapso.⁴⁴ Portanto, se o general não devia ter contemp-lações com ninguém, menos ainda com ele: em caso de desobe-diência ou intriga, simplesmente o “separasse” do Continente, isto é, o mandasse embora...⁴⁵ O que a correspondência passiva de Böhm descobre a respeito da implacável hostilidade que Lavradio votava a Marcelino é de estarrecer. Passando por cima de todas as conveniências, mesmo dos sentimentos mais elementares de melindre nacional, o Vice-Rei chega a perder a compostura. Não é que ele deixasse de conceder ao seu desafeto o favor de reconhecer nele algumas virtudes. Mas ainda aí há malícia. O que o movia, nessas ressalvas oblíquas, parece que fosse apenas o propósito de mostrar insuspeição, pois que valiam tais virtudes quando José Marcelino tinha “uma tal presunção de si, um tal ciúme das suas regalias, [...] que muitas vezes se tornava insuportável, e que até algumas há em que é capaz de desesperar um santo [...] Mas V. Exa. – so-prava o Marquês com perfídia – tem na mão o meio de emendar tudo isso”.⁴⁶

Numa de suas cartas, sempre tão untuosas e prolixas, Lavradio encarece a Böhm ser “aquele Continente e sua Fronteira a barreira mais importante dos preciosos domínios que El-Rei meu Senhor tem no Brasil”.⁴⁷ Com esta advertência, ele estava apenas repisan-do o que se conhecia e proclamava desde muito, na Colônia e na Metrópole. E ninguém melhor que José Marcelino sabia disso. Já o provara, não apenas com palavras ou vão propósitos, senão pelos feitos militares nos quais se impusera como soldado valoroso e che-fe capaz, e ainda pelo constante estado de alerta em que mantinha seus redutos. Por isso mesmo, sua preterição em favor de um ele-mento estranho, alheio aos sentimentos portugueses, não podia dei-xar de amargurá-lo. Baixava de comandante a comandado, e as atribuições que lhe foram permitidas – assim o dispusera Lavra-dio – ele tinha que recebê-las como atos de benevolência de um ge-neral estrangeiro, isto é, um mercenário! Numa fronteira de guer-ra, disputada a ferro e fogo, pela segurança da qual ele vinha reve-lando plena consciência de seus deveres de patriota e sua eficiência de chefe militar, isto era mais que uma injustiça: era uma humi-lhação, um insulto! E tudo ele tinha que remoer calado, no amargo silêncio de si mesmo. Porque em torno dele era o vácuo afetivo, obra, como vimos, de um temperamento cuja acidez se agravava com a sucessão dos fatos que lhe vinham ensombrando a existência desde que fora constrangido a esconder-se debaixo de um nome que não era o seu.

⁴⁴Vide referências imediatamente anteriores.

⁴⁷CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1940, p. 259.

E que é que se via com o moroso curso dos meses? Apesar dos abundantes recursos postos à disposição de Böhm,⁴⁷ embora tudo fosse feito em estrita conformidade com as suas ordens, o que o Vice-Rei mandava dizer à Corte, em tom alarmante e temeroso, é que as coisas não andavam. Os espanhóis, ali plantados na banda inferior do sangradouro, era como se não tivessem à sua frente, na margem oposta, o maior exército já reunido nestas partes do Brasil! Além do mais, nada havia a esperar do chefe da esquadra portuguesa, também estrangeiro, o capitão-de-mar-e-guerra Mac Dowell, que vivia em acesas e contínuas desinteligências com o cabo-de-guerra alemão.⁴⁸

Diante do que se passava, era natural que José Marcelino se remordesse em surdas, ásperas contrariedades. Houvesse Lavradio confiado a ele parte que fosse dos poderosos meios agora postos à disposição do comandante estrangeiro, e ele, com a experiência e a bravura de quem já os desalojara de São José do Norte, impellido mais pela bravura que pela força das armas, estava certo de que os espanhóis teriam sido rechaçados dali sem desperdício de tanto tempo e tanto dinheiro, e sobretudo sem que ficassem feridos os próprios brios do exército lusitano, ali representado não apenas pelas bisonhas tropas coloniais, mas também pelos regimentos de Moura, Bragança e Estremoz.

Ao que nos consta, não se fez ainda o processo crítico da ação militar de Böhm nas operações do extremo-sul. Mas, a não serem talvez as peculiaridades de sua formação européia, parece que nada realmente justificava suas pesadas vacilações antes do assalto decisivo. Cerca de 6000 homens ao todo somavam as forças que passaram a guarnecer o Continente,⁴⁹ quando antes não alcançavam nem 1000 homens. Sem contar as escassas forças locais, foram deslocadas para a Capitania as seguintes unidades: Companhia de Guardas do Vice-Rei, os três regimentos vindos de Portugal, 1º Regimento de Infantaria e um Destacamento de Artilharia, ambos do Rio de Janeiro, uma Companhia de Infantaria de Santa Catarina, um Regimento de Infantaria de Santos e a legião de Voluntários Reais de São Paulo. Os contingentes locais compreendiam o Regimento de Dragões sediado em Rio Pardo e a tropa de Pinto Bandeira. A essas unidades, acrescentavam-se ainda os 1084 homens da esquadra.

Pois, apesar da considerável soma desses efetivos, que subia a quase 30% da rala população geral da Capitania,⁵⁰ Böhm não se dispunha ao ataque.

⁴⁸D'ALMEIDA, D. João. Op. Cit., pp. 82-3, 87, 90-1, 119, 236, 294-5.

⁴⁹REGO MONTEIRO, J. da C. Op. cit., p. 266.

⁵⁰CRUZ, Alcides. Op. cit., p. 61, nota n. 63.

No entanto, as coisas não iam nada bem para o inimigo. A Espanha acabara de sofrer em Argel um dos maiores desastres de suas aventuras de conquista, ao ser inteiramente destruída uma expedição marítima que mobilizara nada menos de 20.000 homens!⁵¹ A repercussão do trágico episódio chegou até às remotas barrancas do canal, onde mais uma vez se defrontavam os rivais de sempre. O nosso exército, porém, não se mexia. Em vão o Marquês de Pombal determinara que se aproveitasse o “terror pânico” de que se achava possuído o governador de Buenos Aires para “lançar os castelhanos fora das fortalezas do lado meridional do Rio Grande de São Pedro e vila do mesmo nome”.⁵² À margem direita do canal, os espanhóis, antes poderosos e arrogantes, se haviam desgastado e amolecido após treze anos de imobilidade. Era realmente pouco animador o estado moral do inimigo, conforme depunham portugueses que estavam a par da situação. Segundo eles, lavrava entre os espanhóis, por “faltos de pagamentos e vestuários”, muita indisciplina e descontentamento, e além de tudo haviam perdido a confiança no seu comandante, acusando-o de frouxidão e medo.⁵³

É que já não se achava à testa dos invasores a figura impetuosa de Cevallos. Tudo ali mudara. Roidas, escarvadas pelos animais, até as pastagens tinham desaparecido.⁵⁴ Os ventos corriam inteiramente à feição dos portugueses. Que é pois que estava faltando para a operação decisiva?

Independente dos três regimentos vindos de Portugal, pode-se dizer que o País inteiro acudira de toda a parte para a expulsão dos espanhóis. Conta Lavradio que “velhos paulistas que já não podiam servir-se das suas armas vieram trazer os filhos pedindo que os aceitassem todos (...)”.⁵⁵ De Pernambuco se mandou vir a madeira com que se construíram jangadas, e esses toscos barcos de pesca, tripulados por valentes e rijos nordestinos recrutados naquela apartada capitania,⁵⁶ se destinavam também ao assalto das posições inimigas.

⁵¹BARRA, Enrique M. *Don Pedro de Cevallos*. Buenos Aires, Imprensa y Casa Editora Coni, 1937, p. 173.

⁵²REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RGS, 23:399.

⁵³BOLETIM DO CENTRO RIO-GRANDENSE DE ESTUDOS HISTÓRICOS. Op. cit., p. 68.

⁵⁴SOUSA, D. Diogo de. Apud A. F. Rodrigues, *Almanaque do RGS*, 1903.

⁵⁵Ibidem, nota 52, p. 73.

⁵⁶D'ALMEIDA, op. cit., pp. 69, 73, 76, 119-120, 216.

Tudo pronto! Só o que faltava, após tão demorados preparativos, era a palavra de ordem para o ataque. Parece, portanto, que, não fossem as temerosas cautelas de Böhm, aliás interpretadas com tanta acrimônia pelo Vice-Rei, a vitória que afinal nos sorriu se teria consumado antes de desbarato da esquadra portuguesa, sob a inepta direção de Mac-Dowell, nas vésperas da retomada de Rio Grande.

Dada a "infinita força", segundo a expressão do Vice-Rei, de que dispunha o general alemão, não podia aquele compreender as delongas em que este se deixava enredar, e suplicava a Lisboa, tomado de justa impaciência, que lhe permitissem, a ele mesmo, assumir a chefia das tropas. Lavradio considerava inexplicável a inércia de Böhm⁵⁷, quando tinha sob seu comando gente "boa e escolhida, todos muito bem pagos, vestidos, contentes, fiéis e com grande confiança no general que as (sic) comanda, (...)".⁵⁸ Eram palavras de incitamento que o Marquês dirigia ao próprio Böhm. Ele tudo fazia, com efeito, para estimular o comandante e jogá-lo ao ataque. Impacientes também já estavam os nossos soldados. Sentindo que era chegada a hora da vitória, só aguardavam a ordem para o assalto. E essa ordem não vinha nunca.

Finalmente chegou o dia! Reorganizada a esquadra, agora sob o comando do Capitão-de-mar-e-guerra Hardcastle, e postos fora de combate os navios inimigos, nada mais faltava para mover Böhm à ação. Suas aflitivas hesitações, represando o ímpeto dos nossos combatentes daqui e de além-mar, talvez encontrem explicação, ao menos em parte, na ausência de motivação nacional entre as disposições que moviam um comandante estranho ao espírito português.

Desferido o ataque, foram caindo um a um os baluartes espanhóis e em poucas horas a praça capitulava, após treze anos de cativeiro. A vitória ocorreu a 1º de abril de 1776. A libertação de Rio Grande, além do entusiasmo que naturalmente sacudiu o Continente, despertou intensa repercussão na capital do Vice-Reinado. Quando a grande notícia chegou lá, após tão enervante expectativa, enorme foi o alvoroço popular, mau grado o temporal que então se abatia sobre a cidade. Acenderam-se luminárias. Brados de regosijo estrugiam por toda a parte. Em carta ao Marquês de Pombal, Lavradio esmera-se em descrever o que se passou: os desabafos de alegria se generalizaram a tal ponto que "todos se buscavam uns aos outros abraçando-se e felicitando-se".⁵⁹ Nas demais capi-

⁵⁷, ⁵⁸BOLETIM DO CENTRO RIO-GRANDENSE DE ESTUDOS HISTÓRICOS. Op. cit., 1, s/d, pp. 73 e 92, respectivamente.

⁵⁹BOLETIM DO CENTRO RIO-GRANDENSE DE ESTUDOS HISTÓRICOS. Op. cit., s/d, p. 92.

tancias do Brasil, o acontecimento devia ter causado também fortes expansões de desafogo, não só pelos seus filhos que agora podiam regressar aos lares, mas porque toda a gente estava sentindo que a América Portuguesa, com a restauração de pontos vitais do Continente de São Pedro, se encaminhava para a solução de seu mais grave problema de fronteira, o único que então realmente apaixonava as duas potências ibéricas.

Mas José Marcelino, que terá ele sentido, que terá pensado em meio às efusões da vitória? Na qualidade de bom português, português de raça a brasão, está claro que a derrota dos espanhóis lhe terá percutido fundamentalmente em todas as fibras do peito, tanto mais que tudo se dera debaixo de seus próprios olhos. Por isso mesmo, tão perto estivera de tudo, ele sabia demais para que se calasse dentro dele o demônio da análise crítica da situação, dizendo-lhe, à margem de suas íntimas reservas, que, diante de um inimigo que já vinha mostrando sinais de fraqueza, não teria sido o caso de repartir com obras mais proveitosas para a Capitania os exaustivos recursos ali despendidos ou esbanjados com o inexplicável adiamento de uma operação para a qual já não existiam obstáculos de monta?

O lerdo andamento das coisas, antes de desfecho, deveria, com efeito, ter sido acompanhado por José Marcelino como se fosse um desafio ao seu temperamento assomado e destemeroso. Com a viva experiência de uma fronteira de guerra, sobrava-lhe autoridade para lamentar o tempo que se perdera e o excesso de homens e de material que o nosso comandante exigira para render uma força já pouco numerosa, cansada de não fazer nada, sem confiança no seu chefe. Tais pensamentos, agravados pela preterição que sofrera, e com a qual não se conformara, só serviriam para envenenar-lhe ainda mais o espírito.

Será essa uma conjectura gratuita? Não nos parece. No decurso dos infundáveis aprestos para o assalto, certo lugar de sua correspondência denuncia descontentamento em face do estado de coisas criado na Capitania pela presença, talvez melhor pela intromissão de elementos estranhos. A carta é dirigida ao próprio Böhm, talvez para que ele próprio sentisse que a reclamação o atingia em cheio. Suas palavras: "Aqui devo dizer a V. Exa. que estas tropas estão sentidas de ver que lhes metem oficiais de fora, sem ainda mostrarem de que modo são melhores que os de cá".⁶⁰ Este pequeno tópico nos permite imaginar o que José Marcelino sentia e pensava, no fundo de si mesmo, quando se festejava a expulsão dos espanhóis. Poderia ele recalcar, no momento da vitória, os motivos que o levaram a temperar seu ressentimento com tão sibilina mordacidade?

⁶⁰Ibidem, p. 92.

Antes de eliminados do litoral, os castelhanos não nos ameaçavam apenas dos redutos que aí ocupavam. Senhores ainda dos Sete Povos, embora destruída a tranqueira de São Martinho, e apoiados no bastião de Santa Tecla, que dominava a Campanha, representavam um sério perigo para as posições que mantínhamos no coração da Capitania, sob a proteção do baluarte de Rio Pardo.

Foi desse posto avançado da nossa fronteira de então que José Marcelino, em cujas mãos se conservara o comando da fortaleza, destacou Rafael Pinto Bandeira para conquistar Santa Tecla. Após uma resistência de 27 dias, baqueava o forte castelhano, o qual, como São Martinho, era também riscado do mapa militar da Espanha, nestes confins.

A queda e destruição de Santa Tecla verificou-se pouco antes do ataque a Rio Grande. Quando a boa nova do acontecimento alcançou Böhm, já o inimigo havia sido desalojado do canal e da costa que daí baixava para o sul.

Parecia que íamos entrar num período de trégua quando os espanhóis, novamente sob o comando de D. Pedro de Cevallos, depois de terem capturado a Ilha de Santa Catarina, ameaçavam outra vez o Rio Grande. As coisas se achavam nesse pé, graves perigos irrompendo por todos os lados, mas sobreveio o Tratado de Santo Ildefonso, firmado em 1º de outubro, e as hostilidades foram suspensas.

Selada a paz, Lavradio determinou que poderiam ficar no Rio Grande todos os soldados do regimento de Santos e dos Voluntários Reais de São Paulo. A mesma disposição o Vice-Rei adotou em relação aos soldados das demais unidades se aqui desejassem estabelecer-se ou continuar servindo.⁶¹ Era a política do povoamento, que fora inaugurada energeticamente por Silva Pais e continuava a preocupar os responsáveis pela efetivação da conquista desta extremadura. O empenho nesse sentido acordara desde cedo, como no caso de Manuel Jordão da Silva, em fins do século XVII,⁶² e a partir de então o interesse pelas terras meridionais não iria mais cessar, chegando, no correr do tempo, como refere Oliveira Viana, a provocar o esvaziamento de vilas inteiras do planalto curitibano,⁶³ o que praticamente sucedera com Laguna. Havia, sem dúvida, nesta área indivisa e controvertida, qualquer coisa que atraía, que chamava.

Não admira, portanto, que, descansadas as armas em consequência do pacto de Santo Ildefonso, e concedida aos soldados a

⁶¹HAFKEMEYER, J. B. *A conquista portuguesa do Rio Grande do Sul*. Anuário do Estado do RGS, 1912, pp. 125-6.

⁶²ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*. Coimbra, 1957, p. 556.

⁶³OLIVEIRA VIANA. *Populações meridionais do Brasil*. Rio, José Olympio, 1958, v. 2, p. 100.

faculdade de optar pela permanência no Rio Grande, os efeitos daí decorrentes fossem além do que se esperava. O certo é que entre muitos era tão grande o desejo de ficar, que desertavam ou fugiam, apresentando-se logo depois ao governador: o que não queriam era sair do Continente.⁶⁴

Quem também ficaria, reintegrado na plenitude de suas funções civis e militares, seria o brigadeiro José Marcelino. Toda a malquerença que lhe votava o Marquês de Lavradio, secundada depois, tão ao pé-da-letra, por D. Luís de Vasconcelos, não lograra induzir a Metrópole a dispensar os serviços daquele que fora sempre um vassalo honrado, fiel, capaz e sem medo.

Nesta altura, não é fácil fugir à tentação de perguntar se a incansável animadversão que o 3º Vice-Rei alimentava contra José Marcelino não viria de longe. Talvez velhas intrigas de família, surdas diferenças entre fidalgos da mesma procedência. De um lado um Portugal ilustre, do outro, não menos ilustre, um Sepúlveda, a defrontar-se no ultra-mar, deste lado do Atlântico.

Para não perdermos o pé na história que José Marcelino viveu e amargou na Capitania de São Pedro, remontemos, ainda que em termos sucintos, ao que já foi dito. Levado a esconder-se atrás de um nome inventado, de puro timbre plebeu, Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, fidalgo de antiga linhagem, passou aqui a fase mais difícil e atribulada de sua longa existência. Desde que assumira o governo do Continente, em 1769, não conhecera momentos de sossego, e no entanto já estava chegando ao fim da década de 70. Dez anos sem tréguas – nem consigo mesmo, na intimidade de seu espírito, nem com os seus colaboradores, civis ou militares, e ainda menos com o inimigo externo. Por implacável aversão pessoal, Lavradio o deixava moral e materialmente desamparado, sem recursos nem mesmo para responder às contínuas provocações dos castelhanos. Em meio a tantos problemas, as adustas peculiaridades do temperamento de Marcelino desencadeavam à sua volta, como vimos, os incidentes mais graves, já com pessoas, já com instituições.

Apesar de tudo isso, porém, sobretudo apesar da solidão moral e efetiva em que vivia, a obra administrativa que ele pôde realizar no Continente de São Pedro é reconhecida como das mais corajosas e fecundas. Disse-o bem Guilhermino Cesar: José Marcelino “deixou marcada aqui, em vincos profundos, a presença de um espírito vigoroso, determinado e empreendedor”.⁶⁵ Tenazmente penetrado das necessidades e urgências de uma fronteira em san-

⁶⁴REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO DO RGS, 23:405.

⁶⁵CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – Período colonial*. Porto Alegre, Globo, 1970.

grencia controversia, revelou-se não só um bravo soldado, mas também um estadista imbuído de quanto era preciso fazer, e de como fazê-lo, pelos vitais interesses em jogo nesta parte da América portuguesa. Além de providências estritamente militares, era preciso fomentar o povoamento, estimular as atividades civis, organizar estrategicamente a distribuição e fixação dos povoadores e sesmeiros, para assim resguardar e, se possível, dilatar a conquista.

Foi o que Marcelino procurou fazer, ao arrepio das contrariedades que lhe vinham de cima e das que lhe eram armadas pela aspereza e pelos impulsos de seu próprio temperamento. A fundação de Porto Alegre, a transferência da sede da Capitania para o antigo Porto dos Casais, a acomodação efetiva dos maltratados colonos açorianos, a sementeira de freguesias e povoados, a construção da primeira fragata, o incremento das concessões de sesmarias, medidas de interesse cultural e recreativo, — isso tudo, essa operosidade incansável, obedecia ao plano substancial de criar e desenvolver condições indispensáveis à radicação do homem na terra, único meio de consolidar a ação das armas, segundo as práticas que os portugueses vinham empreendendo desde os primeiros momentos de sua política de colonização em torno da Colônia do Sacramento, onde, entre um e outro assalto, monstavam a terra e plantavam, tendo chegado a cultivar o trigo e outros cereais, e até a vinha.⁶⁶

Os esforços que se fizeram nesta área de atrito não eram tocados apenas pelo ânimo de conquista. Era preciso ao mesmo tempo vincular o homem ao chão. Se nos momentos de luta, todos, sem discriminação de idade ou condição social, acorriam às armas, nos intervalos de trégua retomavam os instrumentos de trabalho ou as atividades normais da campeiragem. Essa política traduz bem o propósito orgânico da colonização que inspirou a ação dos velhos construtores do Rio Grande.

O mesmo não se dava do lado espanhol. A respeito, lembre-se este comentário de Lavradio a Böhm: "Todos os lugares que V. Exa. observou inabitados, e que constam também da parte que deu o brigadeiro Chichorro, a mim não me faz admiração, primeiramente porque os castelhanos têm cuidado muito pouco em estabelecerem colonos para povoarem as terras que possuem, e em segundo lugar, como eles todos os dias estavam esperando entregar estas, não quiseram nunca fazer trabalhos que pudessem cair em nosso benefício".⁶⁷ A verdade é que, como sentenciou Kirpatrick, se os espanhóis foram grandes conquistadores, revelaram escassas virtudes como colonizadores.⁶⁸

⁶⁶ABREU, Capistrano de. *Ensaio e estudos*. 3. ed. Rio, Briguiet, 1937-8, pp. 75-6.

⁶⁷D'ALMEIDA, D. José. Op. cit., p. 292.

⁶⁸KIRPATRICK, F. A. *Los conquistadores españoles*. Buenos Aires — México, Espasa Calpa, 1940, p. 267.

Ao tempo em que Portugal e Espanha se empenhavam arduamente nestas paragens, pela posse do mesmo quinhão, José Marcelino encarnou, como ninguém o fez melhor, a dupla missão que as injunções e peculiaridades históricas da formação rio-grandense impunham aos prepostos da Coroa. Mas para ele, para os seus brios tantas vezes feridos, o que ficou de tudo foi certo travo de derrota, que chegou a explodir nos mais lacerantes desabafos. Como este: "... tenho sofrido tanto até o ponto de estar velho antes do tempo, e cansado, e amofinado".⁶⁹ Ou ainda: "... posso dizer que quebrei no negócio que cá vim fazer."⁶⁹ E se o Vice-Rei, das dobras da sua dissimulação, contestava que tais "representações" eram "talvez nascidas da melancolia", Marcelino retrucava que se as coisas que dizia não eram certas e bem fundadas, "então estou doido e incapaz de servir".⁷⁰ Tais palavras, arrancadas de tão fundo, mostram ao vivo os tormentos morais de que padeceu aquele que em sua longa gestão fez tanto pelos graves negócios da Capitania de São Pedro.

Em começos de 1780, duramente vencido no processo contra Pinto Bandeira, recebe ordem para recolher ao Rio de Janeiro. Aportara ao Rio Grande com apenas 34 anos. Mal tinha chegado aos 45 quando se afastou do Continente. Sentia-se doente e cansado. Como se fosse um velho.

Velho apenas na aparência. Em verdade, o jovem e ardente capitão que servira no Algarve antes de sua fuga para o Brasil, ainda se mantinha vivo dentro do corpo que descaía, esperando apenas que as vicissitudes da História lhe propiciassem uma última oportunidade. Embora quase *in extremis*, essa oportunidade lhe foi concedida para que ele pudesse pôr a descoberto, mais uma vez, todo o ímpeto de sua vitalidade subjacente.

O epílogo custou muito a chegar, mas acabaria chegando, carregado de suprema significação. Então se viu que a antiga chama ainda não se apagara: continuava queimando no peito do ancião.

Em 1781, Lisboa lhe concede um ano de licença, com soldo, para ir a Portugal. Não voltaria mais. De regresso ao solar da família, já esquecido o incidente que o obrigara a vir para o Brasil, foi-lhe restituído o nome legítimo e em seguida é nomeado governador da praça de Bragança, sua cidade natal.⁷¹

Não é muito o que se sabe aqui sobre como transcorreu a vida de Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, desde que voltou a Portugal, senão o que pôde informar Francisco Riopardense de Macedo.⁷²

⁶⁹REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RGS. Op. cit., 23:200.

⁷⁰Ibidem nota anterior, pp. 202 e 206.

⁷¹ALMANAQUE DO RIO GRANDE DO SUL, 1904. p. 81.

⁷²RIOPARDENSE DE MACEDO, Francisco. *Correio do Povo* (Caderno de Sábado), 10-5-1969.

Vencido o hiato até 1807, chegamos ao ano da invasão das tropas francesas, sob o comando do General Andoche Junot. Na opressiva emergência, não vamos encontrar o velho marechal-de-campo entre os que engrossaram a multidão de fidalgos e validos que acompanharam a família real em sua mudança compulsória para o Brasil. A transladação foi consumadas às pressas, parecendo antes uma fuga desordenada que um ato de urgência política. Em verdade, transferindo-se a sede do trono para a parte mais nobre de seus domínios, salvara-se a monarquia portuguesa e com isso frustrara-se um dos lances decisivos do jogo de Napoleão.

Fosse como fosse, o bravo soldado, agora governador de Trás-os-Montes, pai de dois filhos varões, aguardaria em seu posto as penas e infortúnios da ocupação.

A sombra das humilhações sofridas, chegou o dia em que começaram a alastrar-se obscuramente os primeiros sinais de revolta popular contra o invasor. Surdo sentimento de represália ferve sob o estado de submissão e terror imposto pela brutalidade dos franceses, até que estes sofrem o primeiro revés na cidade do Porto, em junho de 1808. Então começa a tremular de novo, por sobre as aclamações populares, o velho pendão de Portugal. Ao contrário do que disse Oliveira Martins, num de seus acessos de negativismo, a nação não era apenas "o pó de um cadáver".⁷³ Sintomas de rebeldia, isto é, de vida, se manifestavam aqui e ali, um pouco por toda a parte, principalmente nas províncias nortenhas, estimuladas pela fogueira restauradora que já lavrava na Espanha.

Mas as reações contra a ocupação eram ainda informes e dispersivas, não indo além de surtos festivos de insurreição, de mistura com brados e repiques de sinos. Era urgente, portanto, que tais manifestações se condensassem, se corporificassem em ato concreto de afirmação nacional.

Pois esse ato histórico, baixado em 11 de junho de 1808, quem o ditou, na praça de guerra de Bragança, foi o antigo governador da remota Capitania de São Pedro, que contava agora 73 anos! Vibrante concitação às armas, seus altos termos não podiam deixar de sacudir o brio, tantas vezes provado, dos portugueses. O preclaro documento, de tamanha transcendência política e histórica, nos induz a retroceder quase três decênios de sua data, para considerarmos como o curso do tempo se encarregara de confundir as intrigas e mesquinhas com que o Marquês do Lavradio e D. Luís de Vasconcelos, 3º e 4º Vice-Reis do Brasil, tanto se empenharam, principalmente aquele, por comprometer em seu valimento um dos mais legítimos representantes da antiga cepa lusitana.

⁷³OLIVEIRA MARTINS, J. P. *História de Portugal*. 12. ed. Parceria com Maria Pereira. Lisboa, 1942, v. 2, p. 237.

O martírio de Portugal continuaria ainda sob novas invasões, mas em Bragança, pela mão do governador de Trás-os-Montes, estava solenemente lançado o apelo à rebelião que havia de sacudir, com o poderoso auxílio dos ingleses, o jugo napoleônico. Para usar as palavras de um depoimento da época, "foi como uma faísca lançada em um bosque bem disposto para o incêndio, que no mesmo instante que o toca, o fogo se ateia, todo o bosque se abrasa, comunica a chama aos bosques vizinhos, e já não há forças humanas que o possam extinguir".⁷⁴

O ato de Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, que já havia anos se desvencilhara do falso nome que o tinha trazido ao Estado do Brasil e ao Continente de São Pedro, quando ainda no viço da mocidade, foi a explosão do sentimento de honra nacional que se mantinha vivo debaixo das cinzas que o tempo foi deitando por cima da brasa antiga sem contudo apagá-la(*).

⁷⁴Tópico extraído do livro *Sepúlveda Patenteado*, publicado em Londres, 1813 (T. H. Hansard), e atribuído a F. X. Gomes de Sepúlveda. Trata-se de obra rara, pertencente a Guilhermino Cesar.

*Palestra proferida em sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do RGS, realizada no Salão Nobre, em comemoração ao bicentenário da fundação de Porto Alegre.

PORTO ALEGRE

(Origem do Agrupamento Urbano)

Paulo Xavier

Quando se questiona sobre a fundação de uma cidade, se deseja saber, afinal, qual a data e as circunstâncias da origem desse agrupamento urbano.

Mas, se por falta de documentos, não se possa precisar tal dia, elegem os historiadores o da criação da freguesia como indiscutível ato primário e jurídico de autonomia.

São, de fato, poucas as cidades no Brasil em que a história registra o dia e os comemorativos de sua origem urbana, impedindo assim os estudiosos de se reportarem a um documento específico no qual o soberano determina expressamente sua fundação. Cita-se a cidade do Salvador, na Bahia. Tomé de Souza veio instruído e com determinação de fundar uma cidade.

O que ocorreu no Brasil foi, predominantemente, a formação de cidades ditas naturais. Motivaram-nas uma repentina aglomeração devida à descoberta de metais nobres, acampamentos militares, fundação de capelas ou outra causa de atração coletiva. Criado o núcleo inicial, tornou-se (quase sempre), com o tempo, estável – característico de uma povoação.

No Rio Grande do Sul são inúmeros os casos de um acampamento militar ser a origem de uma cidade. O nosso mais antigo núcleo urbano – o Rio Grande – provém da criação, em 1737, de um posto militar (Presídio). Bagé, Alegrete, Jaguarão são outros exemplos de cidades nascidas à sombra de acampamentos militares provisórios: Santa Maria nasceu do acampamento da Comissão Demarcadora dos Limites determinados pelo Tratado de S. Ildefonso (1777), lembrado até hoje pela rua do *Acampamento*. Viamão, Cachoeira, São Sepé decorrem de fundação de capelas.

E Porto Alegre?

Até há poucos anos subsistia a versão histórica que fixava a origem desta cidade em 1742, com a chegada dos casais açorianos, se dizia. Houve, porém – pensamos – um erro gráfico: imprimiu-se 1742 quando devia ser 1752; sob pena de se consagrar um anacronismo, pois a vinda dos povoadores ilhéus para o Sul do Brasil se prende à concitação régia contida no Bando publicado, em 1747, nas Ilhas dos Açores e da Madeira, atendendo, de um lado, o pedido do brigadeiro José da Silva Paes, governador da Ilha de Santa Catarina, reclamando povoadores (1745), e de outro a representação dos moradores das próprias ilhas que pediam atenção para seu excesso populacional (1746).

Determinou-se, então, a vinda de casais ilhéus que começaram a chegar a Santa Catarina, em 1748, cujo bicentenário foi comemorado com o 1º Congresso de História Catarinense.

Portanto, a data da chegada desses casais no Rio Grande do Sul só poderia ser depois dessa época.

Acresce ainda notar que, para a execução do Tratado de Madri (1750), Gomes Freire de Andrada publicou nova convocação de casais povoadores para substituírem os moradores espanhóis das Missões, garantindo-lhes mais amplas vantagens das que estavam previstas na mobilização de 1747, como se vê do Bando seguinte:

"Gomes Freire de Andrada, etc. Porquanto S. M. foi servido ajustar com a corte de Madri a divisão de ambas as monarquias na América, cedendo El-Rei Católico pela parte meridional as terras que correm do ribeiro de Castilhos Grande, cabeceiras do rio Negro e Ibicuí e baixando pelo seu curso até entrar no Uruguai, sobe por este rio fazendo divisão às duas monarquias, ficando a parte de S. M. Fidelíssima cedidas por El-Rei Católico as *sete aldeias que os padres da Companhia* têm estabelecido desta parte e o mais terreno que até agora foi duvidoso e subindo a demarcação pelo dito rio Uruguai sobe também pelo Pequiri e vai por terra ao rio Grande de Curitiba e, descendo por ele entra no Paraná e subindo este acima vai buscar o Iguatemi e de suas cabeceiras por terra passa o sertão a buscar o rio Corrientes e por ele abaixo até entrar no Paraguai pelo qual sobe até chegar à lagoa Xarais de onde nasce o dito rio e segue a mais demarcação para a parte do Pará como está estabelecida pelo referido Tratado: Faço saber a toda a pessoa que se quiser com a sua família ou sem ela, estabelecer nas ditas terras, tanto nas *Sete Aldeias que hoje se acham povoadas e os padres entregam inteiras em casas*, como nas mais terras que delas decorrem para Castilhos Grande, Rio Grande e Ilha de Santa Catarina, lhes concedo em nome de S. M. o mesmo mantimento, subsistência, ferramenta e mais conveniências que o dito senhor tem dado aos ditos casais *que mandou tirar nas Ilhas e ao presente estão na de Santa Catarina*, dando-se-lhes maior número de gados e éguas que a estes na dita ilha são permitidos, e além das referidas conveniências se permite a qualquer pessoa que, com sua família ou só, se for estabelecer nas ditas terras e *não possam* (no termo de três anos) *executar pelas dívidas* que até o presente tiver contraídas e que se entenderá continuando a residir nos ditos estabelecimentos com declaração; deste privilégio não gozarão aquelas pessoas que se levantarem ou fugirem com a fazenda alheia para as ditas Aldeias e mais terras a qual logo poderão haver seus donos, procedendo-se contra quem o roubo lhe fizer. Todas as mais pessoas que se quiserem estabelecer nas terras que correm para o Cuiabá, cedidas na dita demarcação se concedem as mesmas graças, privilégios, liberdades e as mais conveniências e isenções que se concederam aos estabelecidos em Mato Grosso. E para que cada um possa saber com individuação as conveniências e privilégios que são concedidos aos que fizerem os referidos estabelecimentos, declaro que nas mãos dos Ouvidores das Comarcas de S. Paulo e Paranaguá e do Coronel Cristóvão Pereira de Abreu se acham as cópias das Provisões e Ordens de S. M. em que concede o referido; e toda a *pessoa ou família que se resolver passar a estes estabelecimentos marchará ao Rio Grande de São Pedro ou a Castilhos, aonde estarei para dar as providências que forem precisas para as suas acomodações*. E para que chegue à notícia de todos mandei lançar este bando ao som de caixa na praça de Santos, S. Paulo e Paranaguá, que se registrará nessa secretaria do governo e nas partes referidas. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1752" (*Anais da Biblioteca Nacional*, v. 50, p. 238).

A essa última concitação, pois, devemos filiar a vinda dos açorianos e madeirenses já estabelecidos ou recém-chegados à Ilha de Santa Catarina.

Com estas considerações pretendemos elidir o anacronismo apontado.

Em 1940, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre entendeu promover festejos sob a denominação geral de bicentenário da cidade. Alguns estudiosos destes assuntos procuraram alicear-se para comemorar a efeméride. Firmaram, então seu ponto de

vista de remontar a origem da cidade à fixação do primeiro povoador. E acolheram a data de 5 de novembro de 1740 como data de colonização.

Vejamos onde foram buscar essa data que seria a da legitimação de posse do primeiro sesmeiro de Porto Alegre – Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos.

Em documento encontrado por Norberto Teles Vilas Boas, o próprio sesmeiro declara ter se localizado nessas paragens, denominadas Morro de Sant'Ana, por volta de 1732 (Jorge G. Felizardo. O sesmeiro do Morro de Sant'Ana. *Rev. Genealógica Brasileira*, 1:41).

Igualmente na sua petição inicial de legitimação de posse, Jerônimo alega achar-se estabelecido "*há oito para nove anos*" (De Paranhos Antunes. *Porto Alegre no século XVIII*. Anais do 3. Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia, v. 3, p. 1041). Esta declaração feita em 1740 confirma a sua chegada por volta de 1732.

Acompanhando-se os trâmites daquele processo de legitimação de posse, vamos verificar que a data de 5 de novembro de 1740 é a do despacho do governador de São Paulo, concedendo-lhe a sesmaria. Mas esse documento não é ainda o definitivo. Todos sabemos que o candidato a título de posse deveria, depois de obtida essa carta provisória, promover a demarcação da área com assistência dos confrontantes, fazer prova de haver cultivado as terras, etc., em face do que, e depois de examinado tudo pelo Conselho Ultramarino, mandava o soberano expedir o competente título – o definitivo.

No caso sob análise, Jerônimo obteve sua carta régia (definitiva) por despacho de 7 de dezembro de 1744 (*Rev. do Arquivo Público Mineiro*, 1933, p. 63).

Vemos assim que, mesmo dentro da tese exposta pela Prefeitura Municipal, a data de 5 de novembro de 1740 foi a de um despacho intercorrente no processo possessorio ultimado quatro anos após.

Vários historiadores, na época, manifestaram-se contrários a essa interpretação dada pela Prefeitura de Porto Alegre aos documentos examinados, sem entretanto impedi-la comemoração.

Mais recentemente, o Prefeito Municipal (o Eng^o Ildo Meneghetti, hoje Governador do Estado) solicitou ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul estudo definitivo a respeito da data da fundação de Porto Alegre.

Num longo e erudito parecer, este Instituto, pela sua competente Comissão de História, analisou a questão proposta. De sua leitura ficou-nos a clara convicção de que seus membros reconhecem o início do povoamento urbano com a chegada dos casais açorianos. Mas decidiram-se pela fórmula jurídica que apontamos no início deste trabalho. Elegeram a data do desmembramento de "Porto dos Casais" da jurisdição eclesiástica de Viamão, ao ser criada a Freguesia de São Francisco das Chagas, em 25 de março de 1772, como da fundação de Porto Alegre.

Examinado assim o evoluir da questão, passemos ao objetivo de nosso trabalho. Analisemos o aspecto da origem do agrupamento urbano de nossa capital.

Quais as referências documentais a respeito da origem do agrupamento urbano de Porto Alegre?

Do exposto se verifica que Jerônimo de Ornelas se apossou, por volta de 1732, dos campos denominados de Morro de Sant'Ana e obteve título competente desta propriedade em 7 de dezembro de 1744.

Isto nada mais foi que o estabelecimento normal de uma estância de criar animais, como tantas outras neste Rio Grande.

Mas acompanhemos, sucintamente, os principais acontecimentos que transformaram e converteram esta propriedade privada em propriedade do Estado.

Em 1750, firmaram os reis de Portugal e Espanha o Tratado de Madri. Gomes Freire de Andrada, então governador do Rio de Janeiro com o governo de Minas foi o indicado pelo rei português para atuar como seu representante nos trabalhos demarcatórios determinados naquele tratado. Tomou esse comissário para isso várias providências ditadas pelas circunstâncias. Entre elas estava a da formação de um corpo de tropa, de cujo alistamento e condução até o local dos trabalhos foi encarregado o Coronel Cristóvão Pereira de Abreu. Nas instruções de Gomes Freire ao referido coronel,

se caracterizavam bem as funções dessa tropa: "pessoas capazes de se oporem aos Tapes, caso seja preciso embarçar-lhes alguma cilada e outros sejam cientes no viajar e cortar o sertão, sabendo caçar e pescar para a subsistência das condutas em que forem" (*Anais da Biblioteca Nacional*, v. 50, p. 240). Requeriam-se, portanto, homens aguerridos e mateiros, isto é, sertanistas, isto é, paulistas.

Cristóvão Pereira, efetivamente, convocou 200 paulistas e desceu com eles para Castilhos Grande, local do início das demarcações.

Ao chegar a Rio Grande, porém, encontra uma ordem de Gomes Freire para destacar 80 homens numa missão especial, como faz certo sua carta dirigida de Colônia, em 3 de fevereiro de 1753, ao Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, da qual extraímos o seguinte trecho:

"[...] Dos duzentos paulistas que armados fiz descer da Comarca de São Paulo, mandei ficar oitenta em Viamão que estão trabalhando em fazer canoas para os transportes daquele porto às Missões e outros mandei explorar a subida do rio" (*Rev. do Arquivo Público Mineiro*, ano 22, 1928, p. 218).

Pelos termos do Tratado de Madri, os espanhóis deveriam entregar as Missões "inteiras em casas" e os portugueses a Colônia. Para a ocupação das aldeias dos padres se efetivar, determinou-se, como vimos, a vinda de povoadores.

Cogitando do meio de transportar esta gente até os Sete Povos, Gomes Freire pôs em prática o indicado no trecho acima transcrito – por via fluvial, subindo o Jacuí até o Rio Pardo, e depois por terra até o local.

Cumprindo o determinado, os paulistas, sob o mando do capitão Mateus de Camargo e Siqueira, aportaram a 19 de novembro de 1752 nas terras de Jerônimo de Ornelas.

Esta data tão procurada nos é revelada na provisão de Gomes Freire, nomeando frei Faustino Antônio de Santo Alberto para servir de capelão dos casais das ilhas, em que mandava se lhe pagar 8\$000rs por mês desde "19 de novembro de 1752, dia em que chegou àquela paragem ... servindo de capelão dos 200 paulistas que mandei conduzir para o serviço da Expedição" (*Livro de Provisões* – 1752-54, fl. 25 – Arquivo Público do RGS).

Outra circunstância importante e complementar do desembarque dos paulistas no porto de Viamão se colhe do recibo passado pelo Capitão Camargo e Siqueira, ao pé da lista dos 60 homens que passaram a cumprir a dupla missão de construir barcos e explorar o rio, do seguinte teor:

"Fico entregue de 60 pessoas que consta da lista acima, todos com suas armas e assim mais oito machados, sete facões dois caldeirões e cinco tachos, dois surrões pequenos de bala e um dito de munições que de tudo darei conta como também de um barril de pólvora encapado e outro encestado o que recebi do Coronel Cristóvão Pereira de Abreu. Margens do rio de Viamão, 23 de novembro de 1752. (as.) Matheus de Camargo e Siqueira" (Processo de prestação de contas de Cristóvão Pereira – Arquivo Histórico do RGS).

Reputamos de especial significação a maneira de citar o local em que assinava o recibo: *Margens do rio de Viamão*. Indubitavelmente queria se referir que chegava a um lugar mais ou menos ermo, sem rancharia. Caso contrário, sem dúvida, denominaria ao datar – ARRAIAL – como se fazia na época. É, pois, uma informação preciosa quando buscamos rastrear a origem de Porto Alegre.

Vejamos ainda o que dizem os três principais documentos coevos da Expedição Demarcadora. No *Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguai*, cuja autoria hoje se atribui a Manoel da Silva Neves, se lê que, depois da última conferência na Ilha de Martin Garcia com o Comissário espanhol, Gomes Freire retornou à Colônia em 29 de março de 1754. Em abril viaja para o Rio Grande, a dar início à intervenção armada contra os índios. Na rota para as Missões, a comitiva passa por Porto Alegre, e o diarista, depois de se referir à passagem por Ponta Grossa e pela Ponta do Dionísio, registra:

"A 15 (de julho de 1754) velejamos e fomos dar fundo no arraial de Viamão as quatro horas da tarde."

Na *Notícia Breve*, atribuída ao Coronel Blasco, da comitiva de Gomes Freire, encontramos a seguinte passagem:

"Está Porto de Viamão situado ao norte do Rio Grande da parte de leste do rio de quem toma o nome, em 30° de latitude austral e em 32,5° e 21' de longitude, contados da ilha do ferro e distante do Rio Grande 58 léguas de todo o caminho. A povoação é um arraial de casas de palha habitadas de casais da Ilha e é bastante fértil" (*Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do RGS*, 1938, 2. trim., p. 173).

Finalmente, na *Memória* de autoria do Sargento Luís Manoel de Azevedo (copiada na Biblioteca Nacional por J. C. do Rego Monteiro e publicada na *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do RGS*, 1937, 1. trim., p. 76) mais uma vez se precisa a localização e se descreve o porto de Viamão:

"[...] 70 léguas para a parte do norte do Rio Grande e a ele se encaminham todas as embarcações para entrarem pelo rio Ingahiba que fica fronteiro ao tal porto em que se tinha feito havia pouco um grande arraial de ilhéus. Latitude 30°, longitude 32,5°."

Todos os três documentos escritos dois anos depois da chegada dos paulistas nos falam no arraial do porto de Viamão.

Quanto à chegada dos casais, não encontramos documento capaz de podermos precisar a data. Porém, conclui-se dos examinados, que começaram a chegar ainda no mesmo ano de 1752. Talvez no mesmo mês de novembro, pois já em 8 de dezembro desse ano é batizado o primeiro filho de açoriano, conforme registro na Freguesia de Viamão, revelado por Aurélio Porto (*Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul*, 1936, v.1, p. 67).

Aliás, em vários termos dos registros eclesiásticos dessa época se consigna a transitoriedade da permanência dos açorianos e madeirenses como "casais que S. M. manda para as novas povoações das Missões".

De todo modo, os casais foram se arranchando nas "casas de palha" enquanto aguardavam barcos de menor calado próprios para a navegação do Jacuí.

Sobrevindo, porém, a oposição referida dos padres castelhanos na entrega dos Sete Povos, resultou a guerra guaranítica mudando completamente os planos de ocupação que devia agora resultar de intervenção armada.

Os casais não puderam ser levados a seu destino: Missões. Foram ficando escalonados ao longo de toda a rota original: Rio Grande, Porto dos Casais (Porto Alegre), Santo Amaro, Rio Pardo...

Concluimos do exposto que o agrupamento urbano de Porto Alegre tem origem no arranchamento dos 60 paulistas da tropa de Cristóvão Pereira aportados às margens do rio de Viamão em 19 de dezembro de 1752, em terras de propriedade de Jerônimo de Ornelas, aos quais se juntaram em curto tempo os casais açorianos e madeirenses chegados da Ilha de Santa Catarina, com destino às Missões.

Estes arranchamentos, anárquicos a princípio, por seu caráter provisório, tornaram-se ordenados e definitivos em face da radicação dos povoadores impedidos de continuar sua viagem.

Só vinte anos depois a administração desapropriou a área da fazenda do Morro de Sant'Ana, para distribuí-la em datas, isto é, na expressão de hoje, promoveu o loteamento.

Inquestionavelmente, desde 19 de novembro de 1752 até hoje, sem solução de continuidade, se processou a fixação de moradores neste local e portanto naquela data se iniciou o povoamento urbano desta cidade.

Reputamos assim o dia 19 de novembro de 1752 como a data histórica da origem urbana de Porto Alegre.

Consideramos ter assim provado que:

1 - os 60 paulistas da tropa de Cristóvão Pereira precederam os açorianos no seu estabelecimento em Porto Alegre;

2 - precisamos a data 19 de novembro de 1752 para a chegada dos paulistas;

3 - a fixação dos chamados *casais de número*, em Porto Alegre (como em Rio Grande, Santo Amaro ou Rio Pardo) foi ocasional e decorrente da frustrada execução do Tratado de Madrid e

4 - esses açorianos e madeirenses, vindos para o Rio Grande, atenderam convocação de Gomes Freire de Andrada (de 16 de janeiro de 1752) e não à mobilização régia de 1747.

(*Correio do Povo*, 6-7-1957)

INÁCIO FRANCISCO DE MELO

José de Araújo Fabricio

A pessoa de Inácio Francisco de Melo não interessou, até agora, aos nossos historiadores e genealogistas. Quando é estudada a localização dos açorianos no Porto dos Casais, ou a fundação de Porto Alegre, os estudiosos fazem referência, simplesmente, a que Inácio Francisco fora o comprador da Estância do Morro de Sant'Ana, pertencente, até então, a Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos. E citam, também, seu nome, embora truncado, quando da desapropriação de sua fazenda, para nela serem fixados os colonos ilhéus e ser fundada a vila e a freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.

Nada foi publicado sobre sua origem, seu verdadeiro nome, sua personalidade e caráter, sua família e o destino que tomou depois de ser desalojado de seus campos situados nas margens do Guaíba.

E é isto o que nos propomos fazer neste pequeno estudo de recomposição histórica, ao qual somente interessam a pessoa de Inácio Francisco de Melo e os fatos relacionados diretamente com ele, fatos esses, é verdade, que têm estreita ligação com acontecimentos históricos, principalmente com aqueles primeiros tempos do povoamento e fundação da capital gaúcha.

Inácio Francisco de Melo era um açoriano natural da ilha de Santa Maria, onde nasceu, mais ou menos, pelo ano de 1733, sendo seus pais Antônio Furtado e Clara de Melo, também naturais e moradores na referida ilha, onde faleceram.

Muito jovem, ele emigrou para o Brasil, provavelmente na mesma época em que vieram os demais ilhotas, para o povoamento de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro. É possível que ele não fosse um dos "casais de número", pois estes, em sua maioria, eram pobres agricultores, e Inácio Francisco, homem solteiro, ao aqui chegar, já dispunha de bastante capital para comprar uma grande fazenda de criação de gado, e saldar dívidas de importâncias relativamente elevadas, como veremos adiante.

Também, não foi, como afirma Augusto Porto Alegre, um dos componentes da frota de João Magalhães, em 1725, pois naquela época não era ainda nascido.¹

Não temos dados para saber se ele, antes de vir para a Vila do Rio Grande, esteve em outras regiões do Brasil. O certo é que, por ocasião da invasão espanhola de D. Pedro de Ceballos, quando este cabo de guerra, a 24 de abril de 1736, tomou a Vila de Rio Grande de São Pedro, Inácio Francisco aí já se achava. Encontramos o registro de uma "letra" passada por ele, no dia 14 de abril de 1763, naquela vila, isto é, dez dias antes da mesma ser ocupada pelas tropas inimigas, na qual "letra" ele autorizava o advogado Manuel dos Santos Sousa a pagar, no Rio de Janeiro, a Pedro Gonçalves

¹PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*, p. 33.

Dias, também morador naquela cidade, a importância de cento e vinte e oito mil-réis.²

Quando a vila foi tomada, Inácio Francisco, juntamente com os outros habitantes, fugiu para Viamão, onde comprou, de Jerônimo de Ornelas Menezes de Vasconcelos, a fazenda do Morro de Sant'Ana.

Em sua nova fazenda, onde passou a residir, Inácio Francisco viveu, solteiro, até 1772, ano em que ela foi desapropriada pelo Governo, como, adiante, iremos ver com mais detalhes.

Antes de 1763 não encontramos qualquer documento, ou referência, que indicasse já estar Inácio Francisco morando no Continente de São Pedro. E, no período de cerca de 8 anos em que residiu no Porto dos Casais, também, não encontramos qualquer referência a sua pessoa, a não ser quando sua fazenda estava para ser desapropriada.

Nos livros eclesiásticos de registros de batizados, casamentos e óbitos, da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, nunca se encontra o nome de Inácio Francisco, naturalmente devido à sua condição de homem solteiro, a não ser quando ele foi padrinho no batizado de um sobrinho de sua futura esposa, cujo assento, feito a 29 de junho de 1771, e realizado na igreja do Porto dos Casais, diz: "... foram padrinhos Ignacio Francisco, solteiro, e Rosa Ignacia, solteira" (Livro 4, batizados, Viamão, fls. 30 v). Nessa data, os dois ainda residiam no Porto dos Casais, eram noivos, e somente no ano seguinte, 1772, se mudaram para a Freguesia de Triunfo, onde casaram e passaram a residir.

Outro ponto a elucidar é o verdadeiro nome de Inácio Francisco de Melo. Seu nome foi sempre citado como Inácio Francisco. Fomos nós que, em um trabalho intitulado "A Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo", publicado na RIHGRGS, 1º trim. de 1948, pela primeira vez, o identificamos como Inácio Francisco de Melo, demos sua filiação, sua origem e descendência. Mas, Inácio Francisco de Melo, em todos os documentos que consultamos, sempre assinava somente Inácio Francisco, mesmo naqueles, como em seu testamento, em que, tanto no cabeçalho, como no texto, vem escrito o seu nome completo. Seu testamento assim se inicia: "Eu, Ignacio Francisco de Melo, estando nesta Villa de Porto Alegre, etc." assim termina: "[...] e por estar conforme à minha determinação e vontade, o assinei com o meu sinal de uso [...] (as.) Inácio Francisco".³ E a mesma assinatura está aposta aos diversos requerimentos para a concessão de sesmarias, petições, procurações, etc.,⁴ onde sempre vem apenas Inácio Francisco, e não Inácio Francisco de Melo. Este, por extenso, aparece nos livros eclesiásticos, no registro de seu casamento, no de seu óbito, no testamento e em vários assentos de batizados dos filhos e netos. A primeira vez que aparece o nome completo é no assento do casamento, feito pelo bondoso pároco da Freguesia de Triunfo, o padre Tomás Clarque.

A ESTÂNCIA DO MORRO DE SANT'ANA

A estância do Morro de Sant'Ana ou do Dorneles, situada na margem esquerda do rio Guaíba, e pertencente a Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, foi comprada por Inácio Francisco de Melo em data ainda não bem fixada.

Até agora, os historiadores que têm tratado do assunto, dizem que a compra do campo foi feita a 4 de dezembro de 1762, pela quantia de 800\$000 (alguns, em evidente equívoco, aumentaram esta quantia para 8.000\$000).

Mas, um documento existente no Arquivo Histórico (maço 5, nº 121), cuja cópia nos foi fornecida pelo historiador Padre Rubens Neiss, prova que a 2 de janeiro de 1764 a fazenda do Morro de Sant'Ana ainda pertencia ao seu primeiro dono,

²Arquivo Público: Livro 1, fls. 6, do 1. Notariado de Porto Alegre.

³Vide Documento nº 3.

⁴Arquivo Público e Arquivo Eclesiástico.

Jerônimo de Ornelas. Este documento é do seguinte teor: "Petição de Justificação que faz Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos ao Juiz Ordinário. I - que ele justificante é senhor e possuidor das terras que compreendem a sua fazenda sita ao pé do Porto dos Casais, das quais está de posse há muitos anos sem contradição de pessoa alguma, como a todos é constante [...] Em 2 de janeiro de 1764". É provável que a compra da fazenda tenha sido feita em 1764.

Com seu novo dono, jovem e entusiasta, e que nela residiu até 1772, a propriedade progrediu muito, como se verá pela descrição de suas instalações e dependências, que mais adiante faremos.

A área desta fazenda era de 2,5 léguas, e tinha como confrontantes: ao norte, pelo rio Gravataí, com Francisco Pinto Bandeira; a oeste, com o rio Guaíba; ao sul, por um arroio (simultaneamente denominado Jacareí, Riacho ou Dilúvio), com o Ten. Sebastião Francisco Chaves; e a leste com um arroio (o arroio Feijó). Dentro de sua área estavam incluídos os atuais bairros porto-alegrenses: Centro, Independência, Floresta, São João, Navegantes, Cidade Baixa, Petrópolis, Passo da Areia e outros mais.

Com a tomada da Vila do Rio Grande pelas forças espanholas, comandadas por D. Pedro de Ceballos, em 1763, houve o êxodo dos habitantes da zona invadida, principalmente para Viamão, aumentando muito a população do incipiente núcleo açoriano já existente dentro dos limites da estância de Inácio Francisco de Melo.

Esta situação chama a atenção do Governador José Custódio de Sá e Faria, que, já em 10 de janeiro de 1768, escreve ao Conde de Azambuja, lançando a idéia de "fundar uma povoação no Porto dos Casais", com os colonos açorianos aí alojados e espalhados pelas cercanias de Viamão.

Mas, foi o Governador José Marcelino de Figueiredo, que assumiu o Governo em 23 de abril de 1769, quem transformou em realidade esta idéia de seu antecessor. E não resta a menor dúvida de que José Marcelino de Figueiredo foi o verdadeiro fundador da cidade de Porto Alegre.

A primeira providência a ser tomada seria a desapropriação da fazenda de Inácio Francisco de Melo, para nela ser estabelecida a nova vila, que Marcelino pretendia fundar, e para onde mudaria a capital, e, também, nas partes, colocar os colonos açorianos espalhados pela região.

Por portaria de 1 de outubro de 1771,⁵ entre outros assuntos tratados, o Governador informa ao Provedor da Fazenda Real, Inácio Osório Vieira, o seguinte: "[...] e como também me consta que, confinando com o rincão do Carro, sobrou um rincão grande, também se deve reservar para compensar a estância do Porto dos Casais a seu dono, e poderem se acomodar mais de 80 casais no dito Porto, com suas datas competentes, na forma das reais ordens, e do que me está tão recomendado pelo Ilm^o e Exm^o Sr. Marquês, atual Vice-Rei do Estado...".

Por motivos que não vêm ao caso, o Governador José Marcelino teve de embarcar para o Rio de Janeiro e, a 25 de outubro de 1771, passou o Governo ao Tenente-Coronel Antônio da Veiga Andrade, que continuou tomando todas as providências necessárias para que não fossem interrompidas as medidas já iniciadas pelo seu antecessor, com a finalidade de levar a termo a desapropriação da estância de Inácio Francisco, o qual seria recompensado, resebendo igual área de terras em Tarumã, junto à Estância Real de Bojuru.

Por edital de 26 de março de 1772, foi criada a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, ficando separada da jurisdição da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Esta data está, oficialmente, consagrada como a da fundação da cidade de Porto Alegre.

Em 12 de julho do mesmo ano, o Governador Veiga Andrade determina o seguinte: "O capitão de Infantaria, com exercício de engenheiro, Alexandre José Montanha, passe, sem perda de tempo, ao Porto chamado dos Casais, e hoje de São Fran-

⁵Arquivo Histórico: Portarias de Governadores, ano 1771, caixa 3, maço 1 a 64, doc. 40.

cisco, e, nas terras da Estância de Inácio Francisco, faça a divisão de sessenta meias datas para outro igual número de Casais, dos quais já se acham moradores no dito Porto de São Francisco, sendo a meia data que compreender as casas da Estância, com seu pomar, para passais do Vigário da Freguesia, tendo-se também atenção aos Marinheiros que se têm empregado no serviço de Sua Majestade para serem acomodados, deixando-se suficiente terreno para logradouro da Vila, e lhe nomeio para seu ajudante o cabo de Esquadra dos Escolhidos Ventura de Carvalho e Sousa, o que o dito Capitão executará por ser conforme a ordem do Ilmo^o e Excelentíssimo Senhor Marquês Vice-Rei do Estado sobre esta matéria. Viamão, 12 de julho de 1772. Antônio da Veiga Andrade, Tenente-Coronel Governador”.

E no mesmo dia segue o incansável Capitão Alexandre José Montanha para o Porto dos Casais, onde mediu e demarcou, na fazenda de Inácio Francisco de Melo, não só o local para o estabelecimento da futura vila, mas também as 60 meias datas para a colocação dos colonos açorianos, e, já a 1^o de agosto, estes começaram a receber, do Capitão Montanha, um certificado individual, igual para todos, e do seguinte teor: “Alexandre José Montanha, capitão de Infantaria, com exercício de Engenheiro. Certifico que, em virtude da Ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Estado, expedida pelo senhor Tenente-Coronel Governador deste Continente, Antônio da Veiga Andrade, de 12 de julho passado, passei ao terreno místico do Porto de São Francisco dos Casais, e nele medi, demarqueei e entreguei a [...] uma área superficial de duzentas e oitenta e um mil duzentas e cinquenta braças quadradas, compreendidas em figura de retângulo que tem o comprimento de norte a sul mil braças e de leste a oeste, que é a largura, duzentas e oitenta e uma braças, e para constar lhe passei o presente por mim assinado em Viamão de Quartel, 1^o de agosto de 1772. Alexandre José Montanha”.

Foi rápida a tramitação do processo para que cada casal de número recebesse a sua tão esperada data. Iniciado a 12 de julho, com a ordem do Governador para que o engenheiro Montanha seguisse para o Porto dos Casais, as 60 datas foram rapidamente medidas e demarcadas, e, a 8 de agosto, já o Governador as estava distribuindo aos primeiros ilhéus contemplados. Inácio Francisco também recebeu uma data, onde nunca residiu, e sobre a qual, mais adiante, iremos fazer algumas considerações, rebatendo erros que vêm se repetindo até agora.

Inácio Francisco de Melo, açoriano inteligente e bastante esclarecido, nos mesmos dias em que sua fazenda estava sendo medida e dividida, entrava, junto ao Governador, com uma petição, pedindo para que se procedesse à avaliação das benfeitorias existentes nela, para que fossem indenizadas pelo Governo. Era muito natural que o Governo pagasse o justo valor dessas benfeitorias existentes em sua fazenda, levando-se em conta que, pelas terras, ele receberia uma área de campo com as mesmas dimensões.

Eis o teor da petição de Inácio Francisco: “Senhor Tenente-Coronel Governador. Diz Inácio Francisco que à sua notícia chegou em que o Ilmo^o e Exm^o Sr. Marquês Vice-Rei do Estado determina se tome a estância do Suplicante intitulada – Morro de Sant’Ana – ao pé desta capela, para se repartir pelos casais, que a expensas de Sua Majestade foram conduzidos a estes Continentes, e se dar outro igual terreno ao Suplicante, suas casas, com arvoredos de toda a qualidade, roças, currais e mais benfeitorias, requer o Suplicante a Vossa Senhoria que, como para se saber o que valem, e a não ficar o Suplicante prejudicado, e menos a Real Fazenda, se sirva mandar proceder a uma exata e inteligível Louvação nas ditas benfeitorias; para o que o Suplicante, pela sua parte, se louva com Amaro Machado e Luís Ferreira Velho, e pelo da Real Fazenda determinou Vossa Senhoria o seja pelo Provedor da mesma Real Fazenda e se fazerem todos os termos devidos em semelhantes casos. Pede a Vossa Senhoria seja servido assim o mandar do que – e receberá mercê”.⁶

Pelo Provedor da Real Fazenda, Inácio Osório Vieira, foram nomeados os louvados, isto é, os avaliadores, Tenente Lopes Soares e o Alferes José Francisco da Silveira Casado, os quais prestaram compromisso aos 16 de julho de 1772, em casa da

⁶Vide Documento nº 1.

Provedoria da Fazenda Real, no Arraial de Viamão. E no mesmo dia os quatro louvados seguiram para o Porto de São Francisco dos Casais, onde já se achava o engenheiro Alexandre José Montanha, medindo e dividindo as datas e demarcando o local onde seria erguida a nova vila. E, depois de dois dias de trabalho, examinando e avaliando todas as casas, lavouras, pomar, atafonas e outras benfeitorias da fazenda do Morro de Sant'Ana, eles regressaram a Viamão e apresentaram seu laudo.

Pela relação apresentada pelos avaliadores, verifica-se como era grande e bem aparelhada a estância de Inácio Francisco, que possuía, além de uma boa casa de moradia do proprietário, senzala para os escravos, atafona, diversas outras casas, hospedaria, ranchos, currais, horta, roças e um grande pomar.

A casa de moradia era grande, pois tinha cinco portas de couce, isto é, com soleiras, com a sala de visitas assoalhada. É interessante notar que a residência do fazendeiro era coberta com capim, enquanto que a senzala, a atafona e a casa destinada a receber os hóspedes já tinham cobertura de telhas. É provável que a casa de moradia tenha vindo do antigo proprietário, e que as outras tenham sido já construídas por Inácio Francisco, anos depois.

Ao lado da sede do estabelecimento havia uma casa grande coberta de telhas, com alicerces de pedra, e onde funcionava a atafona, isto é, o moinho de moer grãos e fazer farinha, com quatro portas e uma janela, e mais ao fundo, a senzala para os escravos, também coberta de telhas, com duas portas. Ao lado, uma pequena casa para receber os hóspedes que, freqüentemente, deviam pedir pousada na estância do Morro de Sant'Ana, e alguns ranchos espalhados pelos arredores, sendo que um deles estava situado junto ao passo do Dorneles, no fundo do campo, onde morava um posteiro, e que tinha ao lado um curral com 60 braças de cercado.

O pomar era muito grande, com mais de 500 árvores frutíferas, das mais variadas espécies, como laranjeiras, pessegueiros, limoeiros, limeiras, figueiras, cidras, marmeleiros e outras variedades de frutas. Junto à casa estava o curral, com chiqueiro coberto, para abrigo da terneirada, e uma queijeira, onde o leite ordenhado no curral era transformado em queijo, para consumo da própria fazenda. Atrás, uma boa horta, bem cercada, e junto à casa havia um poteiro fechado, com 80 braças, e mais um roçado grande, também cercado, onde havia um grande curral, ou mangueira, feito com moirões e faxina, onde eram presos os animais durante as lides campeiras.

Mas, Inácio Francisco, além da criação de gado e mulas, não descuidava da agricultura, plantando bastante trigo.

Estas benfeitorias realizadas na fazenda desapropriada, conforme a avaliação oficial procedida em 16 de julho de 1772, seriam indenizadas pelo Governo do Rio de Janeiro, que as pagaria em dinheiro, importando tudo no valor de quinhentos e setenta e três mil e setecentos réis (573\$700).⁷

Mas, como acontece ainda nos dias de hoje, o Governo da época não tinha pressa em saldar seus compromissos, e, dois anos depois, a 18 de abril de 1774, Inácio Francisco passava uma ampla procuração a seus representantes no Rio de Janeiro, Manuel dos Santos Sousa, Francisco Lopes Sousa e José Rodrigues Ferreira, para "[...] tomar contas a quem quer que as deva dar, com especialidade para cobrarem na Provedoria do Rio de Janeiro várias letras que a Real Fazenda lhe deve, e fazerem tudo o mais que ele outorgante fizera se presente fosse [...]"⁸.

Mas, apesar dos esforços de seus procuradores, ainda oito anos depois, Inácio Francisco não havia conseguido receber tudo o que lhe devia a Real Fazenda. E a 26 de maio de 1780 nova procuração é passada aos mesmos representantes, Manuel dos Santos Sousa e José Rodrigues Ferreira, no Rio de Janeiro, dando-lhes, novamente, uma ampla procuração, como a anterior, para cobrar "[...] papéis ou letras correntes que a Fazenda Real deva a ele outorgante [...]"⁹.

Tendo perdido sua fazenda, Inácio Francisco de Melo muda-se para a Freguesia de Triunfo, onde compra novos campos junto ao Arroio dos Ratos.

⁷Vide Documento nº 1.

⁸Arquivo Público: Livro 4, fls. 92, do 1. Notariado de Porto Alegre.

⁹Idem: Livro 6, fls. 34, do 2. Notariado de Porto Alegre.

A ESTÂNCIA DE TARUMÃ

Bastante tempo antes da desapropriação da fazenda do Morro de Sant'Ana, o Governador já havia decidido, e providenciado, em indenizar seu proprietário, dando-lhe, em troca, uma área de terras equivalente àquela que haveria de perder, terras situadas nos campos de Tarumã, junto à Estância Real de Bojuru.

Um ano depois de ter entregue sua fazenda, Inácio Francisco, que já residia no Arroio dos Ratos, vai a Porto Alegre e aí faz, em 24 de junho de 1773, um requerimento ao Governador José Marcelino de Figueiredo, solicitando o cumprimento daquela promessa:

"Senhor Coronel Governador. Diz Inácio Francisco que, pelos títulos juntos, mostra ser Senhor e possuidor da Estância denominada Dorneles, a qual proxima-mente, por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês Vice-Rei do Estado, determinada por Vossa Senhoria, lhe foi mandada tomar para Matriz e Estabelecimento da Vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, e, por datas, repartida pelos casais conduzidos à custa de Sua Majestade, e tudo com o fundamento de se recompensar ao Suplicante com outro terreno de bem ficar pago. Em cujos termos requer a Vossa Senhoria seja servido mandar medir, e demarcar, nos campos denominados Tarumã, outro tanto terreno quanto se lhe tomaram, para cujo efeito pede a Vossa Senhoria seja servido mandar medir e demarcar o terreno que o Suplicante requer, e que se lhe passem, para seus justos títulos, as clarezas necessárias e receberá mercê".¹⁰

Nessa mesma data, o Governador despacha o requerimento, pedindo informações à Fazenda Real, a qual, por intermédio de seu Provedor, Inácio Osório Vieira, somente cinco meses depois, a 10 de novembro de 1773, informa da necessidade de mandar medir e demarcar a área requerida. José Marcelino, envolvido em operações militares contra as forças espanholas, que haviam ocupado a Vila do Rio Grande de São Pedro, leva mais cinco meses para dar o novo despacho no requerimento de Inácio Francisco de Melo. Estando na Fronteira do Norte (S. José do Norte), em 16 de abril de 1774, ele determina que o Capitão Alexandre José Montanha "[...] passe as terras de Sua Majestade imediatas à Estância do Bojuru e nela faça medir, e demarcar, igual terreno ao que se tirou ao Suplicante". E, mais uma vez, o honrado e incansável Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha transportou-se para os campos de Tarumã, onde mediu uma área "[...] compreendendo vinte e um contos de braças quadradas, ou superficiais (igual número ao que antes possuía na Estância chamada do Morro de Sant'Ana ou do Dorneles o já referido Inácio Francisco) ou duas léguas e um terço de légua quadrada [...]" da qual fez um mapa, tendo passado uma certidão que foi entregue a Inácio Francisco. Finalmente, em 9 de outubro de 1774, o Governador despacha o seguinte: "Concedo ao Suplicante as terras que faz menção a certidão junta, por mim rubricada, do Capitão Engenheiro por compensação igual das que se tiraram ao Suplicante para datas dos casais, vista a informação do Provedor da Fazenda Real, e se registre para sempre constar. Porto Alegre, 9 de outubro de 1774 - Figueiredo".

Esta fazenda, denominada "Estância de São Mateus", que tinha a forma de um polígono irregular de sete lados, com a área de 2 léguas e 1/3 quadradas, estendia-se das praias da Lagoa dos Patos até as praias do Oceano Atlântico.

Já eram decorridos dois anos desde que Inácio Francisco, havia comprado sua nova fazenda junto ao Arroio dos Ratos, onde passou a viver com sua família. Ele nunca residiu em Tarumã, nem ocupou estes campos com seus gados ou os explorou diretamente. E nem lá foi pessoalmente para tomar posse de sua nova propriedade. Em 23 de novembro de 1776, dois anos depois do despacho do Governador, e quatro anos após a desapropriação da fazenda do Dorneles, ele passa uma procuração, em cartório, a Antônio Ferreira Mariante e a José Rabelo Novais para que, em seu nome, tomem posse da referida estância em Tarumã.¹¹

¹⁰Vide Documento nº 2.

¹¹Arquivo Público: Livro 5, fls. 75, do 1. Notariado de Porto Alegre.

Tarumã foi arrendada ao Capitão Mor José da Silveira Bitencourt, que faleceu pouco tempo depois. Mas sua viúva, dona Inácia Arcângela de Bitencourt, renovou o arrendamento, tanto do campo, como o da data de Porto Alegre, por mais um ano, a partir de 1º de março de 1777, pela quantia, entre eles ajustada, de 40\$000, que seria paga no fim do ano.¹² Dona Inácia Arcângela residia, então, na data ou chácara situada nos arredores de Porto Alegre, por ela arrendada.

Finalmente, a estância do Tarumã foi vendida em 20 de setembro de 1779 a Luís da Silva Ferreira, pela importância de 1.200\$000 (um conto e duzentos mil-réis).

A CHÁCARA EM PORTO ALEGRE

Quando sua fazenda foi desapropriada e dividida em datas, Inácio Francisco de Melo recebeu, como compensação, além da estância do Tarumã, uma data igual às que receberam os demais casais açorianos.

Alguns historiadores mal informados têm afirmado que Inácio Francisco, com a data recebida, havia conservado sob sua propriedade a área onde estava a sede de sua fazenda no Porto dos Casais, e que aí continuou a residir. Nada mais inexato. Inácio Francisco foi residir na Freguesia de Triunfo, e a referida data situava-se na zona rural, nos arredores de Porto Alegre, "nos subúrbios desta vila", como ele próprio declara em seu testamento.¹³

Também, pelos livros onde estão transcritos os resultados do recenseamento geral feito em 1784, encontramos dados para confirmar a sua localização na zona rural. Eis o título: "Relação dos atuais habitantes que têm campos e animais nos Distritos da Freguesia de Porto Alegre e da Povoação da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, dos quais é Capitão Pedro Lopes Soares, etc. [...] Pág. 18 - Inácio Francisco possui uma data de terras que lhe foi concedida para logradouro de um sítio que tinha nesta paragem, cujos campos lhe foram tomados pela Fazenda Real e são os em que foram arranchados os casais que nela ficam expressados. Tem nesta data suas lavouras, 20 vacas, 4 bois e 6 cavalos".¹⁴

Além disto, na portaria em que o Governador Veiga Andrade determinava ao Capitão Montanha as providências necessárias à desapropriação e divisão da estância do Morro de Sant'Ana, a qual já transcrevemos na íntegra, é recomendado que deveria ser destinada "a meia data que compreender as casas da Estância, com o seu pomar, para passais do Vigário da Freguesia [...] deixando-se suficiente terreno para logradouro da vila".

Inicialmente esta data, ou sítio, esteve arrendada. Encontramos o registro em Porto Alegre, de um contrato de arrendamento em que dona Inácia Arcângela Xavier Ramos, viúva do Capitão Mor José da Silveira Bitencourt, que se diz moradora no sítio de Inácio Francisco, arrendava o referido sítio e a fazenda de Tarumã, por um ano, a partir de 1º de março de 1777, pela quantia, entre eles ajustada, de quarenta mil-réis (40\$000), que seriam pagos no fim do ano.¹⁵

Finalmente, em seu testamento, Inácio Francisco de Melo, em 1809, diz: "Declaro mais que meu casal possui uma chácara denominada Cerca de Pedra, nos subúrbios desta vila, com casas de vivenda e lavouras, a qual se acha a cargo de um sujeito que nela se acha vivendo do trabalho que nela faz".¹⁶

A data, que com o decorrer do tempo passou a ser chamada de sítio ou chácara da "Cerca de Pedra", não era mais do que uma pequena propriedade campestre, relativamente perto da Vila de Porto Alegre, onde, além da casa, havia lavouras, pomar e animais domésticos. Para mantê-la, Inácio Francisco ora a arrendava, ora mantinha nela alguns escravos ou um agregado.

Mas, até morrer, sempre conservou a sua data ou chácara nos arredores de Porto Alegre, embora residisse em sua fazenda no Arroio dos Ratos.

¹²Idem: Livro 5, fls. 86, nº 667, do 1. Notariado de Porto Alegre.

¹³Vide Documento nº 3.

¹⁴Arquivo Histórico.

¹⁵Arquivo Público: Livro 5, fls. 86, nº 667, do 1. Notariado de Porto Alegre.

¹⁶Vide Documento nº 3.

A FAZENDA NO ARROIO DOS RATOS

Privado de sua fazenda no Porto dos Casais, Inácio Francisco de Melo retira-se para a Freguesia de Triunfo, onde, no mesmo ano de 1772, se casa e compra, junto ao Arroio dos Ratos, no atual município do mesmo nome, dois campos contíguos, separados pelo dito arroio, mas que integravam uma única fazenda. Somente em 1780 ele requer, e lhe é concedida, a sesmaria desses campos.

No Livro 6º, de Registro Geral, folha 56, encontramos o seguinte registro:

“Registro de uma concessão de campos a Inácio Francisco morador no distrito de Triunfo como abaixo se declara.

“Senhor Brigadeiro Governador – Diz Inácio Francisco, morador na Freguesia de Triunfo, da outra parte do rio, que ele possui um retalho de campos que comprou a Antônio Lopes Vieira, já defunto, como é notório, cujos campos confrontam para o norte com Manuel de Paiva Garrido, e para o sul com Tomé Cardoso, para o leste com Vitoriano José Centeno, e para oeste com o Capitão Domingos de Lima Veiga, e todo circulado de arroio, e tem de largura nas cabeceiras uma légua, e de comprimento duas léguas, e do meio para baixo terá um quarto de légua; como também possui o mesmo Suplicante um potreiro vizinho ao mesmo campo, o qual está da outra parte do Arroio dos Ratos que divide um campo do outro, e houve por compra que fez a Manuel Ribeiro Baião; em cujos campos do potreiro tem uma légua de comprimento e um quarto de légua, pouco mais ou menos, onde tem o Suplicante sua cria de mulas; em cujos campos tem o Suplicante conservado seus animais vacuns, que constam de quinhentos, e oitocentos cavaleiros, e tem feito seu estabelecimento de várias benfeitorias para utilidade e aumento de sua fazenda, para com os seus alimentar sua família, que constam de mulher e filhos, doze escravos que tem, para o que requer a Vossa Senhoria seja servido conceder-lhe os ditos Campos e Potreiro por data, segundo ordem de Vossa Senhoria conforme o Edital que foi servido mandar publicar para o que pede a Vossa Senhoria seja servido conceder-lhe os dito campos mencionados por data, lavrando-se-lhe a sua carta de data, para lhe servir de título para o tempo futuro e possessão justa e receber a mercê.

“Informe o Comandante da Freguesia Nova. Vila dos Anjos, doze de janeiro de mil setecentos e oitenta – Com a rubrica do Brigadeiro Gov. que foi deste Continente José Marcelino de Figueiredo.

“Senhor Brigadeiro Governador: O requerimento do Suplicante é muito justo, o que alega é o que posso informar a Vossa Senhoria. Freguesia do Triunfo, quinze de janeiro de mil setecentos e oitenta – o Alferes Antônio Adolfo.

“Na forma das ordens de Sua Majestade, e das do Senhor Vice-Rei do Brasil declaradas em meu edital de primeiro de janeiro do ano corrente, concedo ao Suplicante duas léguas de terreno de comprido e uma de largo, ao tanto tem o Rincão que nomeia, e uma légua de comprido e um quarto de légua de largo no Potreiro que comprou, com as precisas condições de povoar e cultivar ditos terrenos com gado e animais, com lavouras e árvores de fruto, e de não poder vendê-lo ou transpassá-lo sem ordem minha, ou Superior, no decurso de cinco anos, e de procurar sesmaria de ditos campos, tudo sem prejuízo de terceiro. Porto Alegre, três de abril de mil setecentos e oitenta, com a rubrica do mesmo Brigadeiro Governador José Marcelino de Figueiredo.

“Registre-se na Provedoria – Osório. E não continha mais em a dita concessão que aqui bem e fielmente fiz registrar da própria, que tornei a entregar a quem me apresentou, que de a haver recebido, assinou com o Escrivão da Fazenda Real, que este subscrive. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1790. Bernardino Henrique de Amorim. Escrivão da Fazenda Real o subscrevi e assinei – Bernardino Henrique de Amorim – Inácio Francisco”.

Esta fazenda abrangia, em sua área, grande parte do atual município de Arroio dos Ratos e continha, em 1780, além de uma criação de mulas, 500 cabeças de gado vacum, 800 cavaleiros e 12 escravos. Já em 15 de novembro de 1784, quando foi feito

o recenseamento geral dos habitantes da Freguesia de Triunfo, encontramos no respectivo livro, que está no Arquivo Histórico da Secretaria de Educação, na pág. 48, o seguinte assunto: "Relação dos habitantes atuais do Distrito da Freguesia do Sr. Bom Jesus do Triunfo, da parte meridional do rio Guaíba até as do rio Camaquã, em 15 de novembro de 1784: Fazendeiros maiores - Inácio Francisco, no Arroio dos Ratos, onde mora, tem duas léguas de comprido e uma de largo, por despacho do Governador José Marcelino de Figueiredo, cujo despacho já entregou na Provedoria, e tem os animais seguintes: gado vacum 1.600; animais cavaleiros 640; burros e burras 6; bois mansos 20; mulas 20; cavalos mansos 12".

Nesta fazenda, Inácio Francisco de Melo morou quase 40 anos, até falecer, em 1811, e aí nasceram todos os seus filhos.

Dentro dos campos desta estância situam-se vários cerros, pertencentes à Serra do Herval, sendo um dos principais o Cerro do Elias, que tirou o nome do de um neto de Inácio Francisco, o Elias de Araújo Lopes, que aí teve campo e morou.¹⁷

Eram vizinhos e lindeiros os fazendeiros Manuel de Paiva Garrido, padrinho de casamento de Inácio Francisco e seu compadre, Antônio José de Avis, padrinho de três de suas filhas, Vitorino José Centeno, Tomé Cardoso de Mendonça, cujo neto casou com uma filha de Inácio Francisco, todos eles grandes e abastados fazendeiros na mesma região.

No Arroio dos Ratos, como no Porto dos Casais, Inácio Francisco, além da criação de animais, se dedicava à agricultura, plantando muito trigo.

INÁCIO FRANCISCO E SUA FAMÍLIA

O casal de açorianos Caetano da Costa e sua mulher Maria do Rosário, naturais da ilha Terceira, Vila da Praia, veio para o Rio Grande nas primeiras levas de ilhotas aí desembarcados. Com eles vieram alguns filhos nascidos nas ilhas, e entre eles estava uma menina, Rosa Inácia. No Presídio, eles ficaram até 1763, quando foram obrigados a fugir para o Porto dos Casais, devido à invasão e tomada daquela vila, pelas tropas espanholas. Na mesma ocasião, e pelo mesmo motivo, fez o mesmo Inácio Francisco de Melo, também açoriano, e que logo depois, comprou a fazenda do Morro de Sant'Ana, nas margens do Guaíba, onde Caetano da Costa foi morar, com sua família. Anos depois, a jovem Rosa Inácia conquistou o amor do proprietário da estância, homem rico e já perto dos quarenta anos de idade. Em 1771 estavam noivos. Caetano da Costa residiu na fazenda de Inácio até 1772, quando foi um dos 60 casais contemplados com uma data, em consequência da desapropriação e divisão da dita fazenda. Mas, como muitos outros, logo a vendeu para seu patrício Manuel Fernandes, e acompanhou o futuro genro para suas novas terras na Freguesia de Triunfo.

E poucos meses depois, na Matriz do Senhor Bom Jesus do Triunfo, contraem núpcias o rico fazendeiro e a modesta açoriana, casados pelo boníssimo padre Tomás Clarke, que assim registrou a solenidade, no Livro nº 1, de casamentos da Freguesia de Triunfo, folhas 40:

"Inácio Francisco de Melo e Rosa Inácia. Aos 28 dias do mês de novembro de mil setecentos e setenta e dois anos na Matriz desta paróquia do Senhor Bom Jesus do Triunfo, pelas cinco horas da manhã (sic), na minha presença e das testemunhas abaixo assinadas Manuel de Paiva Garrido e João Duarte, e havendo procedido às canônicas admoestações que determina o Sagrado Concílio Tridentino, com Previsão do Muito Reverendo Vigário da Vara, casaram com palavras de presente Inácio Francisco de Melo, natural e batizado na Matriz da Ilha de Santa Maria, filho legítimo de Antônio Furtado e Clara de Melo, naturais da mesma ilha de Santa Maria, e Rosa Inácia, natural da ilha Terceira, e batizada na Matriz da mesma ilha, filha legítima de Caetano da Costa e Maria do Rosário, naturais da dita ilha Terceira, e logo rece-

¹⁷Vide Descendente nº 27.

beram as bênçãos que determina a Igreja na forma do Ritual Romano e cumprirão com o que manda a Constituição do Bispado e Provisão do Muito Reverendo Vigário da Vara, e por tudo constar na verdade Eu, o Padre Tomás Clarke, Vigário encomendado nesta paróquia assim declarada fiz este termo de assento que o assinei. Dia e ora ut supra – Padre Tomás Clarke”.

Neste assento de casamento aparece, pela primeira vez, o nome inteiro de Inácio Francisco de Melo.

Rosa Inácia, como a maioria das mulheres açorianas que para cá vieram, era analfabeta. Muito jovem, quando casou, passou a viver na fazenda do Arroio dos Ratos, onde nasceram os seus 10 filhos, e onde ela faleceu em avançada idade, no ano de 1834, data de seu inventário. Mesmo depois do falecimento de seu marido, durante o longo período de viuvez, que durou 23 anos, Rosa Inácia continuou a residir na velha estância, cercada por seus inúmeros filhos.

Inácio Francisco e Rosa Inácia viveram juntos 39 anos, de perfeita harmonia e felicidade. Em seu testamento Inácio Francisco diz: “O que restar de minha terça deixo por herdeira dos remanescentes a minha mulher Rosa Inácia, isto em atenção ao bem que lhe quero e à harmonia que comigo tem feito”.¹⁸

Os dez filhos do casal nasceram todos na fazenda do Arroio dos Ratos, aí se criaram, casaram e nasceram seus filhos. E a maioria da descendência deles ainda permanece na mesma zona.

Os fazendeiros daqueles tempos, longe de se separarem dos filhos quando eles atingiam a idade adulta, os mantinham sob suas vistas, dando-lhes terras para trabalharem, dirigindo-os nos seus negócios, assistindo-os com seus conselhos e benefícios, razão pela qual não se afrouxavam os laços familiares que os uniam.

Dos dez filhos de Inácio Francisco, quatro foram homens e seis mulheres. Dos quatro homens, dois seguiram a carreira eclesiástica.

O padre João Inácio de Melo, nascido em 1779, foi vigário da paróquia de Taquari, nos anos de 1804 e 1805, e, a partir de 1806, passou a responder pela capela de Santana do Rio dos Sinos. Pertencia à Ordem de São Pedro, e morreu em 1854, com 75 anos.

O outro foi o padre Antônio José Inácio do Coração de Jesus, nascido em 1781, que pertencia à Ordem de Nossa Senhora do Carmo e, por pertencer a esta Ordem, nada herdou por ocasião da morte de seu pai, o qual, porém, lhe deixou de “esmola” a importância de 100\$000 (cem mil-réis), para tabaco e outras necessidades.

O filho Inácio Francisco de Melo Filho, nascido em 1777, em 1809 estava embarcado, e em 1812, quando D. Diogo de Souza invadiu a Banda Oriental, com 35 anos e ainda solteiro, era soldado do 1º Regimento de Cavalaria de Milícias, e estava ausente de casa, tomando parte nas operações militares. Mas, terminada a campanha, voltou logo para sua casa, na velha fazenda, onde casou no ano seguinte.

O mais novo, Vicente Inácio de Melo, nascido em 1790, morava, também, na fazenda do Arroio dos Ratos, mas em 1836 aderiu à revolução, e era um dos combatentes farroupilhas.

Inácio Francisco de Melo Filho e Vicente Inácio de Melo não desmentiram o conceito que Saint-Hilaire fez dos gaúchos daqueles tempos, quando disse: “Os rio-grandenses sempre estão prontos para os golpes mais audaciosos; mas, ao mesmo tempo, é difícil sujeitá-los a uma disciplina regular. Sem nenhuma pena eles deixarão, para combater, sua casa e sua família, mas, depois da vitória, querem voltar para o lar.” Assim, os filhos de Inácio Francisco de Melo, fazendeiros, saíram de suas casas, deixaram suas famílias, e foram combater; mas, terminada a guerra, regressaram imediatamente a seus lares, confirmando que a vida dos homens rio-grandenses, daqueles tempos, oscilava entre a estância e o acampamento.

Os quatro filhos homens de Inácio Francisco, de um modo ou de outro, prestaram seus serviços à coletividade e à Pátria, como sacerdotes, militares e fazendeiros.

¹⁸Vide Documento nº 3.

Quanto às filhas, quase todas elas casaram com açorianos, ou filhos de açorianos, todos fazendeiros vizinhos e amigos, permanecendo na mesma região, onde, até hoje, vivem seus descendentes.

Os primeiros povoadores do Continente de São Pedro do Rio Grande, que foram seus primeiros fazendeiros, não possuíam brilhantes tradições aristocráticas, como acontecia com os bandeirantes e senhores-de-engenho. Os açorianos para cá trazidos eram humildes agricultores, acostumados à simplicidade da vida rural em sua terra natal.

Como todos os seus patrícios, Inácio Francisco de Melo, apesar de ser um próspero fazendeiro, vivia na máxima simplicidade, sem o menor luxo ou ostentação. Sendo ele possuidor de tantos bens, em terras, gado e escravos, em seu testamento declara como seus principais bens móveis, uma cômoda e um oratório, seis cadeiras grandes com assento de couro lavrado, dois catres e uma mesa, tudo de jacarandá, doze quadros, dois espelhos grandes, dois castiçais de prata, algumas colheres e garfos de prata, e mais alguns móveis, tudo isto em sua fazenda e na casa que possuía em Porto Alegre.

Inácio Francisco era um fervoroso católico praticante, devoto de São Francisco, orago da capelinha existente em sua fazenda do Porto de São Francisco ou Porto dos Casais, e que, depois, a 26 de março de 1772, foi elevada a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais. Fez com que dois de seus filhos seguissem a carreira eclesiástica. Seu testamento, feito dois anos antes de falecer, diz melhor de sua profunda e sincera fé na religião católica: "Encomendo a minha alma à Santíssima Trindade e rogo ao Padre Eterno a queira receber quando deste mundo partir a ir gozar da Bemaventurança para que foi criada, e porque, como verdadeiro cristão, protesto viver e morrer na Santa Fé Católica Romana. Sou paroquiano da Matriz do Senhor Bom Jesus do Triunfo, na qual, se nela falecer, meu corpo será envolvido em um hábito de São Francisco, e acompanhado à sepultura pelo Reverendo Pároco e mais sacerdotes que se acharem no dia de meu falecimento, e serão obrigados a dizerem missa de corpo presente; e nesta Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, sou irmão da Irmandade de São Miguel e Almas e, no caso de que eu nela faleça, meu corpo será por ela conduzido à catacumba, no seu esquife, pelo Reverendo Pároco e mais sacerdotes que se acharem no dia de meu falecimento, os quais dirão missas de corpo presente." E mais adiante: "Declaro mais, que meu testamenteiro mandará dizer, de meus bens, as missas seguintes: 50 pela minha alma, outras 50 pelas almas daqueles homens brancos que me têm servido, e outras 50 por todos aqueles meus escravos que têm falecido, para que Nosso Senhor lhes perdoe os seus pecados".

Inácio Francisco sempre possuiu muitos escravos. Quando requereu a concessão da sesmaria no Arroio dos Ratos, declarou que possuía 12 escravos e em seu testamento nomeia, pelos nomes, 20 cativos que lhe serviam. Sempre os tratou com humanidade e bondade, "[...] dos quais escravos, em atenção ao serviço que deles tenho recebido, deles faço mercê libertar os seguintes: José, velho, de nação Banguela, que trata do serviço do campo, Agostinho, também velho, que se acha morando nas casas desta Vila, que meu testamenteiro lhes passará as suas cartas de liberdade, para dela usarem como se assim houvessem nascido do ventre de sua mãe".

Como já mencionamos, Inácio Francisco possuía uma casa em Porto Alegre, que ele mandara construir em 1795, quando já tinha 62 anos, para ter onde se hospedar em suas vindas à capital, só ou em companhia de sua família. Esta casa térrea, forrada e assoalhada, estava localizada na Rua da Praia, lá para os lados da Praça da Harmonia, junto à morada de seu concunhado, o açoriano José Garcia da Rosa.

Aos 76 anos, em 1809, sentindo aproximar-se o fim de seus dias, Inácio Francisco vem a Porto Alegre e faz seu testamento.¹⁹

Dois anos depois, com 78 anos, já enfermo, ele veio procurar recursos médicos novamente na Capital, mas faleceu, a 5 de novembro de 1811, em sua residência na rua da Praia. Vestido com o hábito de São Francisco de Assis, conforme seu pedido, seu corpo foi encomendado pelo Reverendo Agostinho José de São Payo, e sepultado no cemitério da Igreja Matriz, situada no alto da colina, nas terras de sua antiga es-

¹⁹Idem nota anterior.

tância. Eis o teor do assentamento de seu óbito, feito pelo Vigário José Inácio dos Santos, pároco da Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus, no Livro nº 2, de óbitos, fls. 197:

“INÁCIO FRANCISCO DE MELO – Aos cinco dias do mês de novembro de mil oitocentos e onze, nesta vila de Porto Alegre, faleceu de corrupção, com todos os Sacramentos, Inácio Francisco de Melo, casado com Rosa Inácia, filho legítimo de Antônio Furtado e Clara de Melo, natural da Ilha de Santa Maria, de idade de setenta e oito anos, pouco mais ou menos, fez testamento e ficou sua mulher por testamenteira. Foi crismado pelo Reverendo Coadjutor Agostinho José de Sam Payo, e sepultado no cemitério desta Matriz. E para constar fiz este assento. Vigº José Inácio dos Santos Pereira.”

A DESCENDÊNCIA DE INÁCIO FRANCISCO DE MELO

Como já vimos, Inácio Francisco de Melo nasceu na ilha de Santa Maria, foi batizado na Matriz da Vila do Porto, no arquipélago dos Açores, mais ou menos, no ano de 1733, e faleceu, com 78 anos, em Porto Alegre, a 5 de novembro de 1811 (MD, 2, 197), e era filho de Antônio Furtado e Clara de Melo, naturais da mesma ilha de Santa Maria. Casou, a 28 de novembro de 1772, na Freguesia de Triunfo, com Rosa Inácia, natural da ilha Terceira, e falecida em 1834, na Freguesia de Triunfo, filha de Caetano da Costa e Maria do Rosário, ambos da ilha Terceira.

Este casal, de 1774 a 1794, teve dez filhos, todos nascidos na Freguesia de Triunfo.

Eis os filhos e netos:

- F 1 – VIOLANTE INÁCIA DE MELO, bat. 24-6-1774, Freg. Triunfo, onde casou a 24-5-1793, aos 19 anos, com Antônio José Coitinho, n. ilha de Santa Maria, filho do Alferes Manuel José Soares e de Catarina de Souza Coitinho, também naturais da dita ilha. Residiam na fazenda do Arroio dos Ratos. Filhos que identificamos:
- N 1 – Manuel, n. 18-3, b. 13-5-1794, na Freg. Triunfo (T. bat. 2, 88), e que faleceu menor.
 - N 2 – MARIA CÂNDIDA DE MELO, n. 6-2, b. 22-2-1796 (2, 11), Freg. Triunfo, onde casou, a 7-5-1832, com Felício Soares Louzada, n. Cangussu, filho de Bernardo Soares Louzada e Florinda Angélica de Oliveira.
 - N 3 – Inácio, n. 23-12-1797, b. 25-2-1798 (3, 6), na Freguesia de Triunfo, onde faleceu menor.
 - N 4 – VITORIANO JOSÉ COITINHO, n. 19, b. 24-2-1800 (3, 55), Freg. Triunfo, onde casou com Ana Rita de Oliveira, n. Triunfo, filha de José Teixeira de Oliveira, nat. ilha de São Jorge, e Feliciano Maria da Conceição, n. Rio Grande, neta paterna de João Teixeira de Oliveira e Paula de Souza, naturais da ilha de São Jorge, e neta materna de José Rodrigues Faial e Maria Inácia, naturais da ilha de Faial. F. q. i.
 - Bn 1 – ANA DE OLIVEIRA COITINHO, n. 21-10, b. 4-11-1821, Freg. Triunfo, onde casou, a 26-9-1845, com seu primo João de Araújo Lopes (N 24).
 - Bn 2 – Cândido, n. 11-12-1822, b. 8-2-1823, Freg. Triunfo.
 - Bn 3 – JUSTINA DE OLIVEIRA COITINHO, n. 13-5-, b. 7-6-1824, Freg. Triunfo, onde casou, a 27-9-1845, com seu primo Elias de Araújo Lopes (N 27).
 - Bn 4 – Maria, n. 28-12-1825, b. 1-1-1826, Freg. Triunfo.

- N 5 - JANUÁRIO JOSÉ COITINHO, n. 5-8-, b. 21-9-1802 (3, 111v), Freg. Triunfo, onde casou, a 20-1-1826 (2, 192), com Maria Cândida de Medeiros, filha de Jerônimo da Costa Medeiros e Josefa Cândida, já falecidos.
- N 6 - Rita, b. 25-9-1804, (3, 144), Freg. Triunfo, onde faleceu menor.
- N 7 - ISABEL COITINHO DE MELO, n. 2, b. 28-10-1806, (3, 173), Freg. Triunfo, no oratório das Pedras Brancas, sendo seu padrinho José Gomes de Vasconcelos Jardim. Casou a 1-7-1846, na Freg. Triunfo, com José Paulo de Sousa, n. Triunfo, filho de Francisco José de Sousa e Ana Maria de Jesus.
- N 8 - ANTÔNIO, n. 24-10, b. 20-11-1808 (4, 13v), Freg. Triunfo.
- N 9 - Constandio, n. 20-2, b. 9-3-1811 (4, 53v) Freg. Triunfo, onde faleceu menor.
- N 10 - Inácia, n. 13-5, b. 17-9-1812, Freg. Triunfo, onde faleceu menor.
- N 11 - JOAQUINA COITINHO DE MELO, n. 2, b. 24-12-1814, Freg. Triunfo, onde casou, a 19-6-1845, com Joaquim Coitinho da Silva.
- N 12 - Constança, n. 7-8, b. 21-9-1819, Freg. Triunfo, onde faleceu menor.
- F 2 - MARIA JOAQUINA DE MELO, (seu nome aparece, também, como Maria Inácia de Melo e Maria Joaquina de Jesus), bat. 2-4-1776 (1º, 56), Freg. Triunfo, onde, com 32 anos, casou a 15-8-1808 (2, 84v), com Eugênio Joaquim Pires, nat. ilha de Santa Maria, filho de Antônio José Poim e Rita Úrsula, nats. ilha de Santa Maria. Eugênio era viúvo de Angélica Dorneles de Menezes, e casou, pela 3ª vez, com Vicência Rosa de Jesus. Em 1834, por ocasião do inventário de Rosa Inácia, sua filha Maria Joaquina de Melo já havia morrido, existindo então 4 filhos vivos, que são:
- N 13 - ONOFRE JOAQUIM PIRES, n. 20-6, b. 4-7-1809, Freg. Triunfo. Em 1834 ainda era solteiro.
- N 14 - Manuel, n. 1-8, b. 15-9-1811, Freg. Triunfo.
- N 15 - BALBINA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO, n. 11-4, b. 2-5-1813, Freg. Triunfo, onde casou, em 1827, com Antônio Bernardes da Silva, n. Triunfo, filho de Job Bernardes da Silva e Delfina Maria da Conceição.
- N 16 - MANUELA MARIA DE JESUS, nat. da Freguesia de Triunfo, onde casou, a 13-12-1825, com Joaquim José de Almeida, nat. da cidade do Porto, e que já era viúvo de sua primeira mulher Verônica Maria de Jesus, e filho de Antonio-José de Almeida e Quitéria Maria. Do casamento de Joaquim com Manuela houve somente uma filha:
- Bn 5 - CÂNDIDA MARIA JOAQUINA, n. 20-3, b. 15-4-1827, Freg. de Triunfo, onde casou com Jacob Cornélius.
- N 17 - DELINDA MARIA DE JESUS, n. 28-11, b. 26-12-1816, Freg. de Triunfo, onde casou, a 10-2-1844, com Luiz Antônio Pereira, n. Freg. Santo Antônio, em Santa Catarina, filho de Antônio Pereira de Sousa e Inês Maria de Jesus.
- N 18 - Faustina, n. 5, b. 25-12-1818, Freg. Triunfo, onde faleceu menor.
- F 3 - INÁCIO FRANCISCO DE MELO FILHO, bat. 1-10-1777, Freg. Triunfo, onde aos 36 anos casou, a 15-6-1813 (2, 113), com Maria Francisca da Conceição, n. 14-11-1795, Freg. Triunfo, filha de Antônio José Machado Leão e Margarida da Conceição, nats. Freg. Triunfo, neta paterna de Francisco Machado Leão e Maria Josefa do Nascimento, nats. ilha de São Jorge, e neta materna de Pascoal de Sousa Cardoso, n. ilha de São

Jorge, e Josefa Maria da Conceição, n. Rio Grande. Em 1809, Inácio Francisco de Melo Filho andava embarcado e, em 1812, aos 34 anos, ainda era solteiro, e era soldado da 1ª Companhia do 1º Regimento de Cavalaria de Milícias, e estava tomando parte na guerra, incorporado às forças de D. Diogo de Sousa, contra os castelhanos que invadiram a Banda Oriental. F. q. d.

N 19 - INÁCIO, n. 2, b. 10-4-1814 (4, 110v), Freg. Triunfo.

N 20 - Manuel, n. 10-2, b. 1-3-1816 (4, 140v), Freg. Triunfo, onde faleceu com 2 anos, a 24-7-1818.

N 21 - JOÃO, n. 15-10-1817, b. 18-1-1818, Freg. Triunfo.

F 4 - JOÃO INÁCIO DE MELO, padre, bat. 18-7-1779, Freg. Triunfo (19, 71v). De 1804 a 1805 foi vigário de Taquari. Foi também vigário da Capela de Santana do Rio dos Sinos, filial da Freg. de Triunfo, a partir de 5-2-1806, quando começou a escrituração dos livros eclesiásticos. Fal. 14-11-1854.

F 5 - ANTÔNIO JOSÉ INÁCIO DO CORAÇÃO DE JESUS, padre, bat. 27-9-1781, Freg. Triunfo. Padre da ordem de Nossa Senhora do Carmo. Ele deve ter falecido antes de 1834, pois seu nome não consta do inventário de sua mãe.

F 6 - ÍRIA INÁCIA DE MELO, bat. 1-1-1784, Freg. Triunfo (19, 128), onde casou com Domingos de Araújo Lopes, b. 19-5-1777, na Freg. Triunfo, filho de Pedro de Araújo Lopes, n. ilha de São Miguel, e Águida de Nazaré, n. Pico, casal d'El Rei desertados do Rio Grande para Triunfo, ante a invasão espanhola. Residiam no distrito do Cai. Inventário de Domingos em 1833. Deixaram 4 filhos vivos:

N 22 - DOMINGOS DE ARAÚJO LOPES, n. 23-7, b. 9-7-1811, Freg. Triunfo. Casado.

N 23 - Ricarda, n. 29-1-1813, Freg. Triunfo, onde faleceu a 3-4-1813.

N 24 - JOÃO DE ARAÚJO LOPES, n. 2-2, b. 13-3-1814, Freg. Triunfo, onde casou a 26-9-1845, com sua prima Ana de Oliveira Coitinho, n. 21-10, b. 4-11-1821, Freg. Triunfo, filha de Vitoriano José Coitinho e Ana Rita de Oliveira, nats. Freg. Triunfo, neta paterna de Antônio José Coitinho e Violante Inácia de Melo (v. N 4), e neta materna de José Teixeira de Oliveira e Felícia Maria.

N 25 - EFIGÊNIA INÁCIA, n. 5, b. 22-8-1815, Freg. Triunfo, onde faleceu a 4-10-1829, com 14 anos.

N 26 - MARCOS DE ARAÚJO LOPES, n. 22-4, b. 29-5-1817, Freg. Triunfo, onde casou a 28-2-1843 com sua prima Júlia Inácia de Melo (v. N 42).

N 27 - ELIAS DE ARAÚJO JORGE, n. 20-8, b. 29-9-1818, Freg. Triunfo, onde casou, a 27-9-1845, com sua prima Justina de Oliveira Coitinho (Bn 3). Nos campos da primitiva fazenda de Inácio Francisco de Melo, ainda hoje, existe o Cerro do Elias, em terras herdadas por seu neto Elias de Araújo Jorge.

F 7 - ROSA INÁCIA DE MELO, bat. 8-10-1786, Freg. Triunfo, onde faleceu a 8-12-1858, com 72 anos (inventário em 1859, em São Jerônimo). Casou a 20-8-1808, Freg. Triunfo, com 22 anos, com Custódio José de Sousa, n. Triunfo, filho de Manuel de Sousa Machado, n. Rio Grande, e Mariana Rosa, n. de Santa Catarina. Residiam no Arroio dos Ratos, nos campos da Porteirinha, e ainda eram proprietários de um outro campo chamado da Luz, e da ilha do Pai José, esta no rio Taquari. Quando faleceu, Rosa Inácia deixou, em 1858, os seguintes filhos, que constam de seu inventário:

- N 28 - MARIA ANGÉLICA DE SOUSA, n. 4, b. 29-1-1810 (4, 33v). Freg. Triunfo, onde casou a 16-12-1832 com Mariano José de Sousa, n. Triunfo, filho de Manuel de Sousa Machado e Mariana Rosa de Jesus. Em 1859 Mariano estava ausente, em lugar incerto.
- N 29 - Manuel, n. 8-6, b. 6-7-1811 (4, 59v), Freg. Triunfo. Faleceu menor.
- N 30 - ROSA MARIA DE JESUS, n. 20-2, b. 15-3-1813 (4, 87v), Freg. Triunfo, onde casou a 16-2-1828 com Francisco da Silva Flores, n. Freg. Triunfo, filho de Joaquim Fernandes da Silva e Maria Joaquina do Nascimento.
- N 31 - MANUEL CUSTÓDIO DE SOUSA, n. 20-5, b. 8-6-1815 (4, 127), Freg. Triunfo. Em 1859, ainda solteiro, residia na fazenda da Porteirinha, em companhia de seu irmão Joaquim.
- N 32 - JOÃO CUSTÓDIO DE SOUSA, n. 21-8, b. 23-10-1818 (4, 178), Freg. Triunfo, casado com Mariana Flores.
- N 33 - ANTÔNIO CUSTÓDIO DE SOUSA, n. 1820, na Freg. Triunfo, onde, em 1859, ainda vivia em estado de solteiro.
- N 34 - JOAQUIM CUSTÓDIO DE SOUSA, n. 2-5, b. 16-6-1822, Freg. Triunfo. Em 1859, ainda solteiro, residia na fazenda da Porteirinha.
- F 8 - INÁCIA JOAQUINA DE MELO, bat. 2-11-1788 (2, 22), Freg. Triunfo, onde casou a 8-2-1808, com Antônio José Gonçalves Guimarães, nat. Freg. de São Bento da Pedreira, em Guimarães, Portugal, filho de Antônio Gonçalves e Antônia Maria, nats. da Freg. de São Bento da Pedreira. Inácia Joaquina faleceu com 26 anos, a 1-7-1814, na Freg. de Triunfo, onde o casal residia no Arroio dos Ratos. Em 1834 existiam dois filhos vivos:
- N 35 - ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES, n. 5-8, b. 3-9-1809 (4, 26v), Freg. Triunfo, onde casou, a 6-5-1829, com Beatriz Joaquina da Cunha, nat. Freg. Triunfo, filha de Manoel Caetano da Cunha, n. de São João de Itaborá, bisp. do Rio de Janeiro, e Beatriz Joaquina da Silva, n. Triunfo, neta paterna de Manoel da Cunha Pacheco e Rita Ana de Santiago, neta materna de José Coelho da Silva e Úrsula Antônia de Araújo.
- N 36 - INÁCIA GONÇALVES, n. 2, b. 21-12-1811 (4, 66v), Freg. Triunfo, onde faleceu em 1815, aos 4 anos de idade.
- N 37 - GABRIEL GONÇALVES, n. 5-5, b. 26-6-1814 (4, 114), Freg. Triunfo, e ainda solteiro em 1834.
- F 9 - VICENTE INÁCIO DE MELO, n. 15-10, b. 22-11-1790 (2, 45v), Freg. Triunfo, onde casou a 6-6-1813 (3, 113) com Maria Inácia de Araújo, de 15 anos, n. 20-1-1798, Freg. Triunfo, filha de José Rodrigues Paulino, n. Rio Grande, e Lucrécia de Araújo, n. Triunfo, neta paterna de José Rodrigues Faial e Maria Inácia, nats. do Faial, neta materna de Pedro de Araújo Lopes e Águida de Nazaré, acima citados em F 6, todos residentes na Freguesia de Triunfo. Em 1836 Vicente Inácio morava no Arroio dos Ratos, mas estava envolvido na revolução, como combatente farroupilha, tendo falecido antes de 1843, quando a revolução ainda não havia terminado.
- F 10 - MARIA ANGÉLICA DE MELO, n. 16-2, b. 13-5-1794 (2, 88), na Freg. de Triunfo, onde casou com Manuel Rodrigues de Campos, n. Triunfo, filho de João Rodrigues de Campos, n. Parnaíba (ou Taubaté), em São Paulo, e Ana Maria do Nascimento, n. Rio Grande, neto paterno de

Maurício da Rocha Campos e Josefa dos Reis, neto materno de Tomé Cardoso de Mendonça (fazendeiro vizinho de Inácio Francisco de Melo) e de Isabel Maria da Conceição, nats. do Pico. F. q. i.

N 38 - MANUELA, n. 10, b. 24-3-1811 (4, 54), Freg. Triunfo.

N 39 - ANA MARIA DO NASCIMENTO, bat. 5-6-1814 (4, 114), Freg. Triunfo, onde casou, a 28-5-1827, com Antônio José de Sousa, n. Freg. Triunfo, filho de Manuel de Sousa Machado e Mariana Rosa de Jesus, já citados em F 7.

N 40 - DOROTÉA, n. 5-1, b. 1-3-1816, Freg. Triunfo.

N 41 - JOÃO, n. 15-1, b. 17-2-1819, Freg. Triunfo.

N 42 - JÚLIA INÁCIA DE MELO, n. 20-12-1824, b. 25-1-1825, Freg. Triunfo, onde casou, a 28-2-1846, com seu primo Marcos de Araújo Lopes (N 26).

DOCUMENTOS

DOCUMENTO Nº 1

Auto de avaliação das benfeitorias da Estância do Morro de Sant'Ana

"Requerimento: Senhor Provedor da Fazenda Real - Diz Inácio Francisco que para certos requerimentos se lhe faz preciso que o Escrivão da Fazenda Real passe por certidão o teor da avaliação feita as casas - pomar - e mais benfeitorias da estância que do Suplicante se lhe tomou para estabelecimento da Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus em Porto Alegre, e o mais excesso de terreno repartido em data pelos casais transportados à custa de Sua Majestade e para que não duvide pede a Vossa Mercê seja servido mandar passar tudo em modo que faça fé e receberá mercê. - Passe - Osório.

"Domingos de Lima Veiga, escrivão da Fazenda Real, e matrícula da gente de guerra neste Continente do Rio Grande de São Pedro, etc. - Certifico que, revendo uns autos de avaliação que por esta Provedoria da Fazenda Real se fez a requerimento do Suplicante nas benfeitorias da estância chamada o - Morro de Sant'Ana - que o mesmo Suplicante requer por certidão é tudo do teor e forma seguinte:

"Ano do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e setenta e dois. Aos quatorze dias do mês de julho do dito ano, neste arraial de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, do Continente do Rio Grande de São Pedro, na casa da Provedoria da Fazenda Real dele por parte de Inácio Francisco me foi apresentada a petição de adiante junta com o despacho nela posto do Provedor da Fazenda Real Inácio Osório Vieira, requerendo-me autuas e tomasse para o efeito nela requerido, a qual tomei autuei, e é ao adiante se segue de que para constar fiz este termo, e eu Domingos de Lima Veiga, Escrivão da Fazenda Real.

"Diz Inácio Francisco que pela petição inclusa determinar o Senhor Governador se nomeie para esta Real Fazenda e Provedoria dois louvados, para com o Suplicante fazerem a louvação das benfeitorias da estância chamada o Morro de Sant'Ana do pé desta Capela: e como o Suplicante já os tem nomeado a Amaro Machado e Luiz Ferreira Velho - requer a Vossa Mercê se sirva proceder e nomear os que hão de ser por esta Real Fazenda, e seguir-se os termos do estilo em semelhantes casos praticados. Pede a Vossa Mercê seja servido deferir ao Suplicante como requer e receberá Mercê. - Louvo-me por parte da Fazenda Real em o Tenente Pedro Lopes e o Alferes José Francisco da Silveira Casado de que se farão os termos necessários para o dia dezesseis do corrente mês, Viamão, quatorze de julho de mil setecentos e setenta e dois. - Osório.

"Sr. Tenente-Coronel Governador - Diz Inácio Francisco que à sua notícia em que o Ilmo^o e Exm^o Senhor Marquês Vice-Rei do Estado determina se tome a estância

do Suplicante intitulada o – Morro de Sant'Ana – do pé desta Capital, para se repartir pelos casais que, as expensas de Sua Majestade, foram conduzidos a estes Continentes, e se dar outro igual terreno ao Suplicante, suas casas, com arvoredo de toda a qualidade, roças, currais e mais benfeitorias, requer o Suplicante a Vossa Senhoria que como para se saber o que valem, e a não ficar o Suplicante prejudicado, e menos a Real Fazenda, se sirva mandar proceder a uma exata e inteligível Louvação nas ditas benfeitorias: para que o Suplicante pela sua parte se louva com Amaro Machado e Luiz Ferreira Velho, e pelo da Real Fazenda, e se fizerem todos os termos devidos em semelhantes casos. Pede a Vossa Senhoria seja servido assim do que – e receberá mercê.

“O Provedor da Fazenda Real nomeie dois Louvados por parte da mesma Real Fazenda para com os do Suplicante, se fazer a avaliação que requer. Viamão, treze de julho de mil setecentos setenta e dois. – Veiga.

“Aos dezesseis dias do mês de julho de mil setecentos setenta e dois anos, neste arraial de Viamão do Continente do Rio Grande de São Pedro, na Casa da Provedoria da Fazenda Real dele, onde foi vindo o Provedor da Fazenda Real dele Inácio Osório Vieira, comigo escrivão da mesma ao diante nomeado e sendo aí aparecerão presentes o Tenente Pedro Lopes Soares e o Alferes José Francisco da Silveira Casado, Louvados nomeados pelo dito Provedor, por parte da Real Fazenda, e bem assim Amaro Machado e Luiz Ferreira Velho, Louvados nomeados pelo Suplicante Inácio Francisco para efeito de avaliarem as benfeitorias que compreende a casa e pomar da Fazenda, lhe foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos a cada um de per si, e debaixo do qual lhes encarregou que bem e verdadeiramente passassem à dita fazenda, na forma que o Suplicante requeria, e com a relação de tudo viessem na presença dele Provedor dar a sua avaliação, tudo sem dolo nem malícia; e recebido por eles o dito juramento, debaixo dele tudo assim prometeram cumprir e observar, e para constar fiz este termo em que assinaram com o dito Provedor, e eu Domingos de Lima Veiga, Escrivão da Fazenda Real que escrevi – Osório – Pedro Lopes Soares – Luís Ferreira Velho – José Francisco da Silveira Casado – Amaro Machado.

“Aos dezoito dias do mês de julho de mil setecentos e setenta e dois anos, neste Arraial de Viamão, na casa da Provedoria da Fazenda Real, Inácio Osório Vieira comigo Escrivão ao adiante nomeado, e sendo aí apareceram presentes o Tenente Pedro Lopes Soares, o Alferes José Francisco da Silveira Casado, Louvados nomeados por parte da Real Fazenda, e bem assim Amaro Machado e Luís Ferreira Velho, nomeados pelo Suplicante Inácio Francisco, e por eles foi dito que vinham dar satisfação e cumprimento ao Juramento que o dito provedor lhes havia encarregado, sobre a avaliação das benfeitorias que haviam visto e examinado na mesma fazenda, e debaixo do mesmo juramento depunham o seguinte: Cento e vinte e sete laranjeiras, avaliadas cada uma a dois mil quinhentos e sessenta réis que importa trezentos e vinte e cinco mil e vinte réis – Cinco limoeiros de fruto, a trezentos e vinte réis cada um, que importa mil e seiscentos réis – Nove pés de marmeleiros a trezentos e vinte cada um, dois mil oitocentos e oitenta réis – Duzentos e sessenta pés de pessegueiros, cem pés de figueiras e quatro pés de cidreiras avaliado tudo em vinte e cinco mil e seiscentos réis – Uma casa grande nova, de telha com um lance de capim de baldrame em que está a atafona, com quatro portas, três fechaduras, suas dobradiças e uma janela, avaliado tudo em cinquenta e sete mil e seiscentos réis – Um rancho de capim com duas portas de couro e uma fechadura e janela velha, avaliado em seis mil e quatrocentos réis – Uma senzala de telha com duas portas e duas fechaduras velhas, avaliada em doze mil réis – Uma casinha de telha com uma porta e uma janela avaliada em treze mil e seiscentos réis – Um rancho de hóspedes, de capim, com duas portas e fechaduras, velho, avaliado em oito mil réis – Uma casa de vivenda do dono da fazenda com cinco portas de couce, duas fechaduras, assoalhada a sala, coberta de capim, com quatro janelas, avaliado tudo em dezenove mil e duzentos réis – Um curral ao pé das casas com chiqueiro coberto, e queijeira, avaliado em doze mil e oitocentos réis – As benfeitorias da horta, que é de cercas, avaliadas em seis mil e quatrocentos réis – Um rincão fechado de cerca nova ao pé da casa, com oitenta braças, em doze mil e oitocentos réis –

Um roçado grande e novo, cercado com um curral grande, de moirões e fachina, avaliado em dezenove mil e duzentos réis – Três roçados grandes que levam nove alqueires de trigo de planta cerrada e avaliados em doze mil réis – Um rancho com duas portas e um curral com sessenta braças de cerca ao pé do passo, quarenta mil réis – E como os ditos avaliadores fizeram as referidas avaliações assinadas todas com o dito Provedor – E eu Domingos de Lima Veiga, Escrivão da Fazenda Real que o escrevi. – Osório – Pedro Lopes Soares – Luís Ferreira Velho – José Francisco da Silveira Casado – Amaro Machado.

“E é o que consta dos ditos autos de avaliação a que me reporto, em fé do que fiz passar o presente em observância ao despacho reto do Provedor da Fazenda Real Inácio Osório Vieira – Viamão, oito de julho de mil setecentos e setenta e três – Domingos de Lima Veiga, Escrivão da Fazenda Real o subscrevi e assinei – Domingos de Lima Veiga.”

(v. Arquivo Público; v. Augusto Porto Alegre, *A Fundação de Porto Alegre*, 1909; v. *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*, ano 1894, de Graciano A. Azambuja.)

DOCUMENTO Nº 2

REGISTRO DE UMA DATA DE TERRAS QUE SE DERAM A INÁCIO FRANCISCO, POR COMPENSAÇÃO DE OUTRAS QUE SE LHE TOMARAM PARA O ESTABELECIMENTO DA VILA DE PORTO ALEGRE.

“Sr. Coronel Governador. Diz Inácio Francisco que pelos títulos juntos mostra ser Senhor e possuidor da Estância denominada do Dorneles, a qual proximately, por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês Vice-Rei do Estado, determinada por Vossa Senhoria lhe foi mandada tomar para Matriz e Estabelecimento da Vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, e por datas, repartida pelos casais conduzidos à custa de Sua Majestade e tudo com o fundamento de se recompensar ao Suplicante com outro terreno de bem ficar pago. Em cujos termos requer a Vossa Senhoria seja servido mandar medir e demarcar nos campos denominados Taromanz (Tarumã) outro tanto terreno, quanto se lhe tomaram, para cujo efeito pede a Vossa Senhoria seja servido mandar medir e demarcar o terreno que o Suplicante requer, e que se lhe passem para seus justos títulos as clarezas necessárias, e receberá mercê.

“Informe o Provedor da Fazenda Real. Porto Alegre, vinte e quatro de junho de mil setecentos e setenta e três. – Figueiredo.

“Senhor Coronel Governador. Para o Suplicante ser recompensado das terras que se lhe tomaram para o efeito que expressa, é preciso que Vossa Senhoria lhe mande medir, e demarcar na paragem que aponta, outro tanto terreno como o que se lhe tomou, para desta sorte ficar satisfeito, Vossa Senhoria deferirá o que for servido. Porto Alegre, dez de novembro de mil setecentos setenta e três. Inácio Osório Vieira.

“O Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha, passe as terras de Sua Majestade imediatas à Estância de Bojuru e nela faça medir e demarcar igual terreno ao que se tirou ao Suplicante, como consta do instrumento junto, sem prejuízo da dita Estância, e com certidão do mesmo Capitão volte para lhe deferir. Porto Alegre, digo, Fronteira do Norte dezesseis de abril de mil setecentos setenta e quatro. – Figueiredo.

“Concedo ao Suplicante as terras de que faz menção a certidão junta, por mim rubricada, do Capitão Engenheiro, por compensação igual das que se tiraram ao Suplicante para datas dos casais, vista a informação do Provedor da Fazenda Real, e se registre para sempre constar. Porto Alegre nove de outubro de mil setecentos e setenta e quatro – Figueiredo.

“Registre-se na Provedoria – Osório.”

“Alexandre José Montanha, Cavaleiro professo da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, e Capitão de Infantaria com Exercício de Engenheiro da primeira Corte e Cidade de Lisboa, destacado em o Rio Grande de São Pedro, etcetera. Certifico que, em virtude do despacho do Senhor Coronel Governador José Marcelino de Figueiredo de dezesseis de abril próximo passado, posto na petição e requerimento de Inácio Francisco, passei ao terreno entre o sítio chamado Tarumanz e a Estância de Sua Majestade denominada Bojuru, o qual terreno medido, antes, fazia parte da dita Estância, e nele medi e demarquei ao mesmo Inácio Francisco, uma área superficial com igual número de braças quadradas às que possuía antes da Estância do Morro de Sant’Ana, ou do Dorneles, mística a esta Vila da Madre de Deus de Porto Alegre, que foi repartida aos casais de Sua Majestade, o qual fica compreendido em um polígono irregular de sete lados, partindo pelo norte e nordeste com a lagoa grande que vai a Viamão e chamam dos Patos, pelo sul com várias datas de casais, que ficam místicos à estrada que segue para o Rio Grande, ficando a dita estrada servindo de divisa entre os mesmos casais e o referido Inácio Francisco. Pelo leste e o nordeste, parte com uma lagoa que desagua na dos Patos e serve de divisa à Estância de Sua Majestade de Bojuru, e com uns pântanos que correm quase até a estrada geral, fixando a divisa ela antiga cerca da Estância, até ao mato que fica imediato a praia do mar grosso, e pelo sueste parte com as mesmas praias do mar grosso, e pelo oeste e sudoeste parte com o terreno que novamente se compensou ao Capitão Simão Barbosa. E posto o primeiro marco ao pé da margem da Lagoa dos Patos, ao pé de outra pequena Lagoa, conhecida com o nome de Doce, seguindo ao rumo de sueste, quarta do sul, se mediram três mil e duzentas braças até ao segundo marco, que fica ao pé de um pequeno pântano, confrontando por todo este comprimento com o dito Capitão Simão Barbosa, e cortando deste marco ao rumo de oeste sudoeste mediram mil e quinhentas braças, para a parte do Capão das Tarumanz, até o terceiro marco e seguindo deste ao leste, quarta ao sueste, até o pé da costa do mar grosso, se mediram duas mil e trezentas braças, e neste sítio se pôs o quarto marco, correndo pela praia do mar grosso ao rumo de nordeste, quarta a leste, até ao mato onde antes findava a cerca da Estância de Sua Majestade, se mediram cinco mil e duzentas braças, e neste sítio se pôs o quinto marco, e seguindo pelos vestígios da referida e antiga cerca ao rumo de oeste-noroeste, até o Esteiral ou pântano, se mediram mil e vinte braças, e neste sítio se pôs o sexto marco, e cortando pelo mesmo esteiral, que vai seguindo quase no antecedente rumo, se mediram novecentos e trinta braças, até as cabeceiras de uma lagoa que desagua na dos Patos, e neste sítio se pôs o sétimo marco, e correndo pela margem da mesma lagoa rumo ao noroeste, quarto do norte até as margens da Lagoa dos Patos, e no sítio donde a primeira desagua, se mediram quatro mil e cem braças, e neste lugar se pôs o oitavo marco, e ultimamente para fixar o terreno, e procurar o primeiro marco, se seguiu pela margem da Lagoa dos Patos no rumo do sudoeste, quarto do sul, e se mediram quatro mil e quinhentas e vinte braças até o sítio da Lagoa Doce, e donde se tinha principiado a medição. E desta forma ficou fixado o dito polígono pelos rumos referidos, compreendendo vinte e um conto de braças quadradas, ou superficiais (igual número ao que antes possuía na Estância chamada do Morro de Sant’Ana ou do Dorneles o já referido Inácio Francisco) ou duas léguas e um terço de légua, quadradas, de três mil braças de lado do quadrado, e para poder constar a medição do terreno compensado com toda a clareza, passei a presente por mim feita e assinada, a qual acompanha um plano com toda a explicação rubricado. Tudo feito nesta Vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre a dez de maio de mil setecentos setenta e quatro anos, — Alexandre José Montanha — Figueiredo.

“E não continha mais na dita de terras que consta da petição e Certidão que aqui registrei bem e fielmente das próprias, que tornei a entregar ao sobredito Inácio Francisco, e de como as recebeu assinou comigo Domingos de Lima Veiga, Escrivão da Fazenda Real, que o escrevi. Porto Alegre, vinte de junho de mil setecentos setenta e seis. — Inácio Francisco — Domingos de Lima Veiga.” (Arquivo Público — Livro 4, do Registro Geral, fls. 130.)

DOCUMENTO Nº 3

REGISTRO DO TESTAMENTO COM QUE FALECEU INÁCIO FRANCISCO DE MELO COMO ABAIXO SE DECLARA:

"Em nome de Deus Amém, Eu Inácio Francisco de Melo estando nesta Vila de Porto Alegre, Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, estando em meu perfeito juízo e entendimento, temendo-me da morte... vida e desejando pôr minha alma no verdadeiro caminho da salvação, faço o meu testamento última vontade ... do seguinte modo: Encomendo a minha alma à Santíssima Trindade ... e rogo ao eterno Padre a queira receber quando deste mundo partir a ir gozar da Bemaventurança para que foi criada e porque, como verdadeiro cristão, proteste viver e morrer na Santa Fé Católica Romana - Sou natural da Ilha de Santa Maria, filho legítimo de Antônio Furtado e Clara de Melo, ambos falecidos, e sou casado conforme as leis canônicas com Rosa Inácia, de cujo matrimônio tivemos os filhos seguintes: Inácio Francisco, que anda embarcado; - João Inácio de Melo que se acha Clérigo das Ordens de São Pedro; - Antônio José Inácio do Coração de Jesus, Religioso da Ordem de Nossa Senhora do Carmo; - Maria Inácia, casada com Eugênio de Tal; - Rosa Inácia, casada com Custódio Manuel de Sousa; - Inácia, casada com Antônio de Sousa; - Violante, casada com Antônio Coitinho; - Maria, que se acha no estado de solteira; - Miria, que se acha também solteira e Vicente, também solteiro, os quais todos são meus legítimos herdeiros. Sou paroquiano da Matriz do Senhor Bom Jesus do Triunfo, na qual se eu nela falecer, meu corpo será envolvido em um hábito de São Francisco, acompanhado e sepultado pelo Reverendo Pároco e mais Sacerdotes que se acharem no dia do meu falecimento e serão obrigados a dizerem Missa de corpo presente e se lhes pagará a esmola de costume. - Nesta Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus sou irmão da Irmandade de São Miguel e Almas, no caso que eu nela faleça, meu corpo será por ela conduzido à Catacumba no seu esquife pelo Reverendo Pároco e mais Sacerdotes que se acharem no dia de meu falecimento, os quais dirão Missas de corpo presente, pagando-se-lhes a esmola do costume. - Rogo em primeiro lugar a minha mulher Rosa Inácia, e em segundo ao meu filho Reverendo João Inácio de Melo, em terceiro e último lugar a outro meu filho Vicente José Inácio, que se acha em casa de Custódio José Teixeira, que apesar de não ter completa idade contudo o contemplo de capacidade, os quais por me fazerem favor queiram ser meus Testamenteiros Procuradores e administradores de meus bens e benfeitores de minha alma, aos quais juntos e cada um de per si *in solidum* lhes concedo e trespasso todos os poderes que por direito me são permitidos, e para este efeito os dou por abonados de poderem arrecadarem e haverem a si tudo aquilo que me pertencer. - Declaro que o meu casal possui os bens seguintes: Uma morada de casas, térreas, sitas nesta Vila, à rua da Praia, delas forradas e assoalhadas, Um campo no denominado Arroio dos Ratos, composto de animais vacuns, cavallares e muares, que se acham marcados com a marca de que uso, com casas, currais e lavouras, e mais oficina pertencente à mesma fazenda, e bem assim, uma cômoda e um oratório de jacarandá, e quatro imagens, seis cadeiras grandes com assento de sola lavrada, dois catres e uma mesa de jacarandá, e doze quadros, dois espelhos grandes, e duas placas de vidro, dois castiçais de prata, algumas colheres e garfos de prata, e além de outros móveis de casa, nesta Vila e na Estância, que serão os que se acharem por meu falecimento, os quais aqui os não declaro por extenso, que tudo confio da probidade de minha mulher, primeira testamenteira, que tudo declare, para não lesar aos meus herdeiros. - Declaro mais que o meu casal possui os escravos seguintes: José, Nação Banguela; outro José, da mesma nação; João, da dita Nação; Domingos Robalo; Francisco e outro Francisco; Inácio Roballo, Domingos Massangasso, Inácio, crioulo; Anastácio, crioulo; dos quais escravos em atenção ao serviço que deles tenho recebido, deles faço mercê libertar os seguintes: José, velho, Nação Banguela, que trata do serviço do campo, Agostinho, também velho, que se acha morando nas casas desta Vila, que

meu Testamenteiro lhes passará as suas cartas de liberdade, para dela usarem como se assim houvessem nascido do ventre de sua mãe. — Declaro mais que, além dos escravos machos acima declarados, possui mais o meu casal uma escrava de nome Rita, Nação Banguela, com três crias pequenas de nome Pedro, Genoveva e Felizarda, e bem assim outro crioulo de nome João, filho da escrava Maria, que se acha fugida em casa do Capitão Felisberto Pinto Bandeira. — Declaro que dei de dote de casamento a meu genro Antônio José Coitinho, quando se casou com minha filha Violante, o seguinte: Um vestido com seus pertences, na importância de trinta mil-réis; uma espada de prata, por vinte mil-réis; cinquenta vacas mansas, cinquenta mil-réis; uma manada de éguas, seis mil e quatrocentos réis; um escravo novo, por nove doblas e quinze patacas; uma escrava por nove doblas, e bem assim, mais duas molecas novas que mandei vir do Rio de Janeiro, em preço de dez doblas cada uma e ambos vinte doblas, que tudo deve entrar na partilha, contemplado com os demais herdeiros com o desconto de ... — Declaro mais que o meu casal possui uma chácara, denominada Cerca de Pedra, nos subúrbios desta Vila, com casas de vivenda, lavouras, a qual se acha a cargo de um sujeito que nela se acha vivendo do trabalho que nela faz. — Declaro mais que a metade da casa que aqui já fiz menção, nela fez o Patrimônio para se ordenar o meu filho João Inácio e são propriedades da sua Administração, desde aquele dia, que dever-se-á praticar a este respeito o que for de direito, a fim de não lesar os mais herdeiros. — Declaro mais que um testamenteiro mandará dizer, de meus bens, as Missas seguintes: Cinquenta pela minha alma, outras cinquenta pelas almas daqueles homens brancos que me têm servido e outras cinquenta por todos aqueles meus escravos que têm falecido, para que Nosso Senhor lhes perdoe os seus pecados, cujas Missas serão ditas a mando de meu testamenteiro, cobrando certidões para a sua descarga. — Declaro que meu filho Antônio José Inácio se acha religioso de Nossa Senhora do Carmo, que por isso nada pode herdar de meus bens, pela proibição de suas Ordens, porém meu testamenteiro, de meus bens, lhe dará de esmola a quantia de cem mil-réis, para ... e tabaco, e desta verba não será meu testamenteiro obrigado a apresentar documento algum mais que a apresentação de um juramento para a sua descarga, pois esta é a minha vontade. — Declaro que, depois de satisfeitas todas as minhas disposições e legados aqui declarados, o que restar da minha terça, deixo por herdeira dos remanescentes a minha Mulher, Primeira Testamenteira, Rosa Inácia, isto em atenção ao bem que lhe tenho e harmonia que comigo tem feito. — Declaro que deixo ao testamenteiro que este aceitar, em remuneração de seu trabalho, a quantia de cinquenta mil-réis, e para a conta dele o prazo de três anos, e se não lhe for bastante, pedirá mais ao Juízo a que o conhecimento pertencer. — Declaro que meu testamenteiro dará de esmola, de meus bens, à Irmandade de São Miguel e Almas, nesta Freguesia de Porto Alegre, para a fatura de suas obras, a quantia de cem mil-réis, a que faço em razão de ser dela Irmão, e ser uma Irmandade pobre, o que meu testamenteiro satisfará quanto antes logo depois de meu falecimento, pois é a minha vontade. — Declaro que ... e por este anulo qualquer Testamento ou Codicilo que antes deste houvesse feito por minha vontade, e por esta forma tenho testado e findo este meu Testamento e última vontade, e que pedi a Joaquim José de Oliveira Borges me escrever o qual, depois de o fazer, me o leu e, por estar conforme a minha determinação e vontade, o assinei com o sinal de uso, nesta Vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, Continente do Rio Grande de São Pedro, aos três dias do mês de julho de mil oitocentos e nove — Inácio Francisco". (Livro 9, Registro de Testamentos, Porto Alegre, de 1804 a 1812, pág. 153v.)

PRIMITIVOS MORADORES DE VIAMÃO

(1782-1792)

E. d'Artagnan Carvalho

Consta este trabalho de uma relação de todos os casais que, com seus filhos, no ultimo quartel do seculo XVIII, entre 1782 e 1792, residiam na vila de Viamão.

Elaborámos esta contribuição para o estudo do povoamento do Rio Grande do Sul, tendo por base os assentamentos eclesiasticos constantes do 4º livro de batismos daquela vila, livro esse que, infelizmente, se acha em precário estado de conservação. Foi-nos, por vezes, impossível fazer a leitura de nomes de pessoas e de localidades; por isto o leitor encontrará nas reticências a incógnita a ser resolvida por outros meios que, de momento, não estão ao nosso alcance.

Estamos certos, porem, de que o nosso esforço em concatenarmos esta relação não foi em vão, pois ela representa a cópia simplificada de todos os registros eclesiasticos que, durante um decenio, se fizeram na histórica vila de Viamão.

- 1 - ALEXANDRE DE SOUZA PEREIRA DA FONTOURA - Capitão, nat. do Rio Grande, filho de João Carneiro da Fontoura e de d. Isabel da Silva; casou com d. Teodóra Clara de Oliveira, nat. de Viamão, filha de Antonio José Pinto e de d. Felicia Maria de Oliveira, nats. da Colonia do Sacramento.
 - 1 - JOSÉ, n. 5-III-1786.
 - 2 - MARIA, n. 20-V-1791.
 - 3 - ANTONIO, n. 16-XII-1792.
 - 4 - ALEXANDRE, n. 8-VII-1794.
- 2 - AMARO CARDOSO - nat. de Viamão, filho de Antonio Cardoso da Silva e de d. Maria da Anunciação Guterres; casou com d. Francisca de Jesus, nat. da Laguna, filha de José Gonçalves da Silva e de d. Francisca Perpetua.
 - 1 - JOAQUINA, n. 21-XI-1788.
- 3 - ANDRÉ BERNARDES RANGEL - nat. de Viamão, filho de Dionisio Rodrigues Mendes e de d. Beatriz Barbosa Rangel; casou com d. Ana Joaquina, nat. do Rio Grande, filha de Ventura José Sanhudo e de d. Maria Teresa de Jesus.
 - 1 - BERNARDINO, n. 12-X-1782.
 - 2 - LEOCADIA, n. 20-VII-1784.

- 4 - ANDRÉ MACHADO DE SOUZA - nat. das ilhas, filho de Manoel Machado de Souza e de d. Leonor do Rosario; casou com d. Maria de Jesus, nat. das ilhas, filha de José Silveira Albernaz e de d. Leonarda Caetana.
1 - JOSÉ, n. 2-IV-1789.
- 5 - ANDRÉ PEREIRA MACIEL - nat. da freg. de São Sebastião do Dorque, termo de Barcelos, arcebispo de Braga, filho de Antonio Borges de Mesquita e de d. Domingas Pereira Maciel; casou com d. Antonia Maria Torres Quintanilha, nat. de Desterro, filha de Francisco da Fonseca Quitanilha e de d. Francisca Mariana.
1 - ANDRÉ, n. 19-II-1784.
2 - MARIA, n. 24-VII-1785.
- 6 - ANDRÉ PEREIRA DE SOUZA - nat. de Viamão, filho de Antonio de Souza Brasil e de d. Maria Antonia de Jesus; casou com d. Felicidade Rosa, nat. das ilhas, filha de André Machado de Souza e de d. Luzia Inácia.
1 - ANTONIO, n. 7-V-1791.
- 7 - ANTONIO ALVES CHAVES - nat. da vila e praça de Chaves, filho de Domingos Pires e de d. Catarina Dias; casou com d. Ana Joaquina, nat. de Viamão, filha de Manoel Machado Pacheco e de d. Joana Antonia.
1 - FRANCISCO, n. 22-I-1788.
2 - MARIA, n. 30-XII-1790.
3 - DOMINGOS, n. 17-I-1793.
- 8 - ANTONIO ANTUNES PINTO - nat. do Rio Grande, filho de João Antunes da Porciuncula e de d. Antonia Pinto; casou com d. Ana Francisca Pereira Souza, nat. do Rio Grande, filha de Silvestre Domingues e de d. Antonia Pereira de Souza.
1 - JOSÉ, n. 19-IV-1784.
2 - DOMICIANO, n. 18-VIII-1786.
3 - ROSA, n. 24-II-1788.
4 - MANOEL, n. 1-IX-1790.
5 - FRANCISCO, n. 28-X-1791.
- 9 - ANTONIO CORRÊA DE AGUIAR - nat. do Rio Grande, filho de Antonio Corrêa de Aguiar e de d. Maria de Santo Antonio; casou com d. Antonia Genoveva do Rosario, nat. do Rio Grande, filha de Silvestre Machado e de d. Maria do Rosario.
1 - MARIA, n. 28-XI-1782.
2 - INÁCIA, n. 25-XII-1784.
3 - JOANA, n. 6-I-1787.
- 10 - ANTONIO CORRÊA BORGES - nat. de Desterro, ilha de Santa Catarina, filho de Antonio Corrêa Borges e de d. Rita Corrêa; casou com d. Barbara Maria do Nascimento, nat. de Viamão, filha de Pedro Antonio Nobre e de d. Maria de Tal.
1 - MANOEL, n. 15-III-1790.
2 - FRANCISCA, n. 8-XII-1791.
- 11 - ANTONIO DA CUNHA PINTO - nat. da Laguna, filho de Simão de Melo e de d. Ana da Cunha; casou em primeiras nupcias com d. Antonia Maria, nat. da freg. da Praia, da ilha Terceira, filha de Bartolomeu Lourenço d'Avila e de d. Antonia Vitoria de São João. (V. nº 12)
1 - , n. 30-V-1784.

- 12 - ANTONIO DA CUNHA PINTO - nat. da Laguna, filho de Simão de Melo e de d. Ana da Cunha; casou em segundas nupcias com d. Angelica Francisca da Conceição, nat. da ilha de Santa Catarina, filha de Antonio Cardoso e de d. Francisca da Encarnação. (V. nº 11)
 2 - PAULINO, n. 2-V-1789.
 3 - MANOEL, n. 4-I-1791.
- 13 - ANTONIO DA CUNHA PINTO - nat. de Viamão, filho de Antonio da Cunha Pinto e de d. Ana Gonçalves; casou com d. N. Ferreira, nat. de Taquari, filha de João Ferreira de Faria e de d. Francisca Josefa do Espirito Santo.
 1 - FRANCISCA, n. 10-III-1789.
- 14 - ANTONIO DIAS DA COSTA - nat. de N. S. da Graça, bisp. de Guarda, filho de Antonio da Costa e de d. Maria de Andrade; casou com d. Perpetua Francisca Pereira, nat. do Rio Grande, filha de Francisco Gonçalves Retorta e de d. Ana Pereira de Souza.
 1 - ALEXANDRE, n. 23-XI-1783.
- 15 - ANTONIO FRANCISCO DA SILVEIRA - bat. a 19-XI-1762, em Viamão, filho de Francisco Antonio da Silveira e de d. Antonia Maria de Jesus; casou com d. Maria Joaquina do Nascimento, nat. de Viamão, filha de Luiz Ferreira Velho e de d. Francisca Mariana.
 1 - ANA, n. 29-VI-1785.
 2 - FELICIANA, n. 1-V-1788.
 3 - JOSÉ, n. 8-IX-1789.
 4 - FELISBERTO, n. 9-IV-1791.
- 16 - ANTONIO GARCIA DOS SANTOS - nat. da freg. de N. S. da Conceição da ilha do Faial, filho de Pedro Garcia e de d. Teresa Dutra; casou com d. Francisca Inácia, nat. da freg. de Santiago da ilha de São Jorge, filha de Manoel do Nascimento e de d. Teresa Nunes.
 1 -, n. 18-VI-1783.
- 17 - ANTONIO GOMES SOARES - nat. do Rio Grande, filho de Manoel Cardoso de Oliveira e de d. Apolonia de Jesus; casou com d. Perpetua Rosa da Conceição, nat. de Viamão, filha de Luiz Ferreira Velho e de d. Francisca Mariana.
 1 - INÁCIO, n. 26-I-1783.
 2 - JOÃO, n. 11-VI-1784.
 3 - ANA, n. 19-II-1785.
 4 - ANA, n. 31-XII-1786.
 5 - FELISBERTO, n. 20-V-1788.
 6 - FRANCISCO, n. 31-VIII-1789.
 7 - GERTRUDES, n. 30-IV-1791.
 8 - ANTONIO, n. 24-VIII-1792.
- 18 - ANTONIO GONÇALVES PEREIRA - nat. de Desterro, filho de Manoel Gonçalves Pereira e de d. Rita dos Anjos; casou com d. Vicencia da Conceição, nat. de Desterro, filha de Tomé Teixeira e de d. Maria de São José.
 1 - MARIA, n. 3-VI-1786.
 2 - LUCIANO, n. 5-VIII-1788.
 3 - JOAQUIM, n. 25-V-1790.
 4 - LUCIANO, n. 3-IX-1792.

- 19 - ANTONIO INÁCIO DOS SANTOS - nat. da Laguna, filho de Francisco Machado de Oliveira e de d. Francisca Xavier; casou com d. Isabel Fernandes do Nascimento, nat. de Viamão, filha de João Fernandes de Deus e d. Marta Ribeiro.
 - 1 - JOSÉ, n. 4-VI-1784.
 - 2 - SILVANO, n. 9-VIII-1789.
- 20 - ANTONIO JOSÉ BERNARDES - nat. da freg. de Santa Catarina, da ilha de São Jorge, filho de Brigido Machado e de d. Maria Marta de Quadros; casou com d. Maria Genoveva do Rosario, nat. do Rio Grande, filha de Pedro de Oliveira Lopes e de d. Catarina Maria Soares.
 - 1 - BONIFACIO, n. 14-V-1783.
 - 2 - JOAQUINA, n. 23-XI-1784.
 - 3 - DUARTE, n. 17-IV-1788.
 - 4 - MANOEL, n. 5-VIII-1790.
 - 5 - TOMAZIA, n. 2-III-1792.
- 21 - ANTONIO JOSÉ DE CAMPOS - nat. do Rio Grande, filho de João Inácio e de d. Helena Maria; casou com d. Catarina Teresa de Jesus, nat. do Estreito, filha de João de Lemos e de d. Joana Maria.
 - 1 - ROSA, n. 15-III-1788.
 - 2 - FIDELIS, n. 21-VII-1790.
 - 3 - JOSÉ, n. 3-IX-1792.
- 22 - ANTONIO JOSÉ LOPES - nat. de Viamão, filho de José Braz Lopes e de d. Catarina Machado; casou com d. Maria de Jesus, nat. da freg. de Sant'Ana do Morro Grande, filha de João Dias Pereira e de d. Ana de Jesus.
 - 1 - JOSÉ, n. 28-V-1790.
- 23 - ANTONIO JOSÉ PINTO - capitão, nat. de Viamão, filho do capitão Antonio José Pinto e de d. Felícia Maria de Oliveira; casou com d. Gertrudes Eugénia Gomes de Lima, nat. de Viamão, filha do capitão Domingos Gomes Ribeiro e de d. Maria Engracia Rodrigues.
 - 1 - FRANCISCA, n. 20-XII-1788.
 - 2 - MARIA, n. 27-VI-1790.
 - 3 - MARGARIDA, n. 1-III-1792.
 - 4 - MARCOS ANTONIO, n. 21-V-1793.
- 24 - ANTONIO JOSÉ SÓ - nat. da freg. de Santiago, da ilha de São Jorge, filho de João de Souza Marques e de d. Maria Pereira; casou com d. Maria Antonia, nat. da ilha Terceira.
 - 1 - MARIANA, n. 17-IX-1784.
 - 2 - MANOELA, n. 4-XII-1785.
- 25 - ANTONIO JOSÉ DE SOUZA - nat. da ilha de São Jorge, filho de João de Souza e de d. Ana Pereira; casou com d. Maria Antonia, nat. da ilha Terceira, filha de Nicolau Silveira e de d. Perpetua de Santo Antonio.
 - 1 - SILVANO, n. 18-VI-1788.
- 26 - ANTONIO JOSÉ DE SOUZA COUTINHO - nat. da freg. de São José do Rio de Janeiro, filho de Antonio José de Assunção e Matos e de d. Barbara Francisca Xavier; casou com d. Ricarda Rosa dos Santos, nat. da freg. de N. S. da Conceição, comarca de Santa Catarina, filha de José dos Santos Barbosa e de d. Eugénia de Figueiredo Maciel.
 - 1 - EDUARDO, n. 13-X-1785.
 - 2 - FRANCISCA, n. 25-I-1788.

- 27 - ANTONIO JUSTO DA CRUZ - nat. da vila de Torna Vacas, Espanha, filho de Cristovão Justo da Cruz e de d. Maria Basília; casou com d. Ana Maria de Jesus, nat. de Viamão, filha de Luiz da Silva Ferreira e de d. Maria Jacinta de Jesus.
 1 - MANOEL, n. 18-VIII-1782.
 2 - JOÃO, n. 10-I-1784.
 3 - FRANCISCO, n. 3-I-1789.
 4 - RITA, gêmea, n. 14-IV-1791.
 5 - GERTRUDES, gêmea, n. 14-IV-1791.
- 28 - ANTONIO MACHADO DA SILVEIRA - nat. da freg. de Santa Catarina, da ilha de São Jorge, filho de Manoel Machado Fagundes e de d. Isabel da Silveira; casou com d. Antonia de São Francisco, nat. da freg. de N. S. de Guadalupe, da ilha Graciosa, filha de Manoel de Mendonça e de d. Antonia de Jesus.
 1 - MARIA, n. 22-VI-1784.
 2 - JOÃO, n. 15-III-1789.
 3 - ANA, n. 9-II-1792.
- 29 - ANTONIO MACHADO SOUTO - nat. da freg. da Ribeira Seca, da ilha de São Jorge, filho de João Machado Pinto e de d. Maria da Silveira; casou com d. Antonia dos Santos, nat. da ilha do Faial, filha de Simão dos Santos e de Maria de São José.
 1 - ANA, n. 23-II-1783.
 2 - JOÃO, n. 17-VI-1784.
 3 - JOSEFA, n. 28-VIII-1785.
 4 - FRANCISCO, n. 13-IX-1787.
 5 - MANOEL, n. 15-XI-1789.
 6 - DESIDERIO, n. 9-II-1791.
 7 - VITORIA, n. 24-VII-1792.
- 30 - ANTONIO MANOEL DE JESUS - nat. de Curitiba, filho de Manoel da Veiga e de d. Clara Maria; casou com d. Luiza Antonia, nat. de Viamão, filha de Antonio da Cunha Pinto e de d. Ana de Jesus.
 1 - MANOEL, n. 26-IX-1790.
 2 - BRIGIDA, n. 8-X-1791.
- 31 - ANTONIO MANOEL DE JESUS E ANDRADE - nat. da freg. de N. S. da Penha, da vila de Parnaíba do Sul, filho de Bento Xavier de Andrade e de d. Maria Pereira de Siqueira; casou com d. Francisca Joaquina, nat. da freg. de N. S. do Rosario, da Enseada do Brito, Santa Catarina, filha de Tomé Teixeira e de d. Maria de São José.
 1 - TEODORA, n. 14-XI-1783.
 2 - BENTO, n. 2-XI-1787.
- 32 - ANTONIO MORAES MONTEIRO - nat. da freg. de N. S. dos Carijós, bispado de Mariana, filho de Gaspar Moraes Monteiro e de d. Lourença da Costa; casou com d. Ana Maria, nat. da freg. de N. S. das Necessidades, comarca de Santa Catarina, filha de José..... e de d. Josefa Maria.
 1 - ANTONIO, n. 21-IX-1782.
- 33 - ANTONIO NUNES MACHADO - nat. de Viamão, filho de José Nunes Vieira e de d. Antonia de Jesus; casou com d. Ana Maria do Nascimento, nat. de Viamão, filha de Antonio de Souza Cardoso e de d. Maria Antonia do Nascimento.

- 1 - FRANCISCA, n. 27-IV-1785.
 - 2 - NARCISO, n. 16-XI-1786.
 - 3 - AURELIA, n. 25-VIII-1788.
 - 4 - LAUREANA, n. 17-IV-1791.
 - 5 - JOAQUINA, n. 29-III-1793.
- 34 - ANTONIO NUNES VIEIRA - nat. do Rio Grande, filho de João Nunes Machado e de d. Maria de Souza; casou com d. Isidora dos Anjos, nat. de Desterro, filha de Manoel Gonçalves Pereira e de d. Rita dos Anjos.
- 1 - JOANA, n. 15-I-1784.
 - 2 - JOSÉ, n. 26-II-1786.
 - 3 - MARIA, n. 13-IV-1788.
 - 4 - JOSÉ, n. 19-IV-1791.
- 35 - ANTONIO DE OLIVEIRA - nat. da freg. da Sé de São Paulo, filho de José de Oliveira e de d. Maria da Ajuda; casou com d. Leonor Maria de Jesus, nat. de São Paulo, filha de Frutuoso Machado e de d. Ursula de Góis.
- 1 - ANA, n. 2-VI-1788.
- 36 - ANTONIO DE OLIVEIRA CASTRO - nat. da ilha de São Jorge, filho de Manoel de Oliveira Castro e de d. Teresa de Jesus; casou com d. Joaquina Maria, nat. de Viamão, filha de Francisco dos Reis Batalha e de d. Joana Maria.
- 1 - COMBA, n. 12-VII-1788.
 - 2 - VICENTE, n. 12-V-1790.
 - 3 - JOÃO, n. 5-VI-1792.
- 37 - ANTONIO DE OLIVEIRA ROSA - nat. da freg. da Sé de São Paulo, filho de José dos Santos Rosa e de d. Margarida Maria; casou com d. Fabiana Maria de Jesus, nat. de Viamão, filha de José Machado da Silva e de d. Teresa Maria de Jesus.
- 1 - FIRMIANO, n. 10-VI-1785.
 - 2 - JOSÉ, n. 16-II-1788.
 - 3 - JERONIMO, n. 23-I-1790.
 - 4 - ANA, n. 2-XII-1791.
- 38 - ANTONIO PEREIRA DE MACÊDO - nat. da freg. de N. S. do Socorro, da Enseada do Brito, Santa Catarina filho de Francisco Pereira Macêdo e de d. Antonia Ribeiro de Jesus; casou com d. Maria Joaquina de Jesus, nat. da freg. de Sant'Ana do Morro Grande, filha de Francisco Nunes Goulart e de d. Mariana Antonia de Jesus.
- 1 -, n. 9-XII-1789.
 - 2 - ANA, n. 7-VIII-1791.
 - 3 - DAMASIA, n. 8-I-1793.
- 39 - ANTONIO RODRIGUES DE BARCELOS - nat. da freg. de São Mateus, da ilha do Pico, filho de Sebastião Rodrigues Albernaz e de d. Teresa Maria; casou com d. Rosa Perpetua de Jesus, nat. da freg. de Santa Barbara, da ilha Terceira, filha de Diogo Pacheco Louro e de d. Barbara da Conceição.
- 1 - LUIZ, n. 16-VIII-1782.
 - 2 - ANA, n. 29-VI-1785.
- 40 - ANTONIO RODRIGUES RANGEL - nat. da freg. de Santa Barbara da ilha do Faial, filho de Francisco Rodrigues e de d. Isabel de Santo Antonio; casou com d. Simôa Antonia Delgado, nat. da Laguna, filha de Diogo Antonio Delgado e de d. Ursula da Costa.

- 1 - ANA, n. 1-V-1784.
 - 2 - MARIANA, n. 6-IX-1786.
 - 3 - ANGELICA, n. 11-XII-1788.
 - 4 - JOSÉ, n. 9-VII-1791.
- 41 - ANTONIO DOS SANTOS MARTINS - nat. do Rio Grande, filho de Domingos Martins e de d. Ana Francisca; casou com d. Maria Joaquina, nat. do Rio Grande, filha de Francisco Martins Sebastião e de d. Maria Josefa.
- 1 - TEODORA, n. 25-V-1791.
- 42 - ANTONIO DA SILVA FERREIRA - nat. de Viamão, filho de Luiz da Silva Ferreira e de d. Maria Jacinta de Jesus; casou com d. Delfina Souza, nat. da ilha Terceira, filha de Pedro de Oliveira e de d. Rosa Leonarda.
- 1 - LUIZ, n. 23-IV-1790.
 - 2 - ANA, n. 26-VI-1792.
- 43 - ANTONIO SILVEIRA DA LUZ - nat. do Rio Grande, filho de Manoel Silveira da Luz e de d. Teresa de Jesus; casou com d. Inácia Maria, nat. da freg. de Santo Antonio da Patrulha, filha de Manoel Dias da Costa e de d. Josefa Maria.
- 1 - AMERICO, n. 11-VIII-1787.
- 44 - ANTONIO SILVEIRA DA ROSA - nat. da ilha de Santa Catarina, filho de Manoel Silveira da Rosa e de d. Luzia Silveira; casou com d. Severa Maria Joaquina, nat. de Viamão, filha de Manoel Soares Pinto e de d. Ana Maria.
- 1 - JOÃO, n. 23-VII-1790.
 - 2 - DOMICIANA, n. 24-I-1792.
- 45 - ANTONIO FRANCISCO DA SILVEIRA SERPA - nat. do Rio Grande, filho de Francisco da Silveira Serpa e de d. Rosa Maria de Jesus; casou com d. Perpetua Rosa de Jesus, nat. de Viamão, filha de André Machado de Souza e de d. Luzia Inácia de Jesus.
- 1 - JOÃO, n. 26-XII-1783.
 - 2 - MARIA, n. 15-IV-1785.
 - 3 - FRANCISCO, n. 30-VIII-1788.
 - 4 - JOSÉ, n. 12-II-1791.
- 46 - ANTONIO DE SOUZA CHAVES - nat. da comarca de Chaves, filho de Antonio Monteiro e de d. Catarina de Souza; casou com d. Francisca da Conceição, nat. de Viamão, filha de Joaquim de Bittencourt e de d. Josefa da Boa Nova.
- 1 -, n. 26-VII-1791.
- 47 - ANTONIO TEIXEIRA FERREIRA - nat. da freg. das Velas, da ilha de São Jorge, filho de Antonio Teixeira Ferreira e de d. Mariana Angelica; casou com d. Mariana Soares, nat. de Viamão, filha de Manoel Soares Pinto e de d. Ana Maria Guterres.
- 1 - MARIANA, n. 11-V-1786.
 - 2 - FELICIANO, n. 8-IX-1790.
 - 3 - INÁCIO, n. 17-I-1792.
- 48 - ANTONIO VIEIRA LOPES, nat. de Desterro, filho de Antonio Vieira Cardoso e de d. Maria Inácia de Jesus; casou com d. Maria Rosa de Jesus, nat. de Viamão, filha de José Vieira de Brito e de d. Joana Rosa do Nascimento.

- 1 - INÁCIO, n. 11-VIII-1783.
 - 2 - JOSÉ, n. 5-I-1785.
 - 3 - JOAQUIM, n. 15-X-1786.
 - 4 - ALBANO, n. 21-VI-1791.
- 49 - APOLINARIO ANTONIO DA SILVA - nat. de Desterro, filho de Antonio da Silva e de d. Mariana Inácia; casou com d. Ana Maria da Conceição, nat. de Viamão, filha de José Rodrigues da Silva e de d. Ana de Avila.
- 1 - POLIDORO, n. 21-VII-1787.
 - 2 - PEDRO, n. 29-VI-1789.
 - 3 - MARIANO, n. 24-X-1790.
 - 4 - MARCOS, n. 14-IX-1792.
- 50 - MARTOLOMEU BENTO MARQUES - nat. da Colonia do Sacramento, filho de Bernardo Bento Marques e de d. Maria da Assunção; casou com d. Teresa Leonor de Jesus, nat. de Viamão, filha de Antonio Dias Mancio e de d. Ana Isabel de Oliveira.
- 1 - DOMINGOS, n. 28-VI-1784.
- 51 - BARTOLOMEU DIAS - nat. da freg. de São Gonçalo, da ilha da Madeira, filho de Francisco Dias e de d. Quiteria Maria; casou com d. Maria Araujo da Luz, nat. de Viamão, filha de Manoel de Araujo e de d. Luzia de Santo André.
- 1 - CUSTODIA, n. 9-IX-1785.
 - 2 - BERNARDINA, n. 28-X-1787.
 - 3 - FLORENTINO, n. 19-X-1790.
- 52 - BENEDITO MATIAS DE AZEVEDO - nat. de Viamão, filho de João de Azevedo e de d. Maria de Magalhães; casou com d. Delfina Maria de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de Antonio Vieira Cardoso e de d. Maria Inácia.
- 1 - DOMINGOS, n. 28-XI-1784.
 - 2 - ELEUTERIO, n. 31-VII-1786.
 - 3 - SIMPLICIO, n. 6-IX-1788.
 - 4 - POLICARPO, n. 26-V-1790.
 - 5 - LUCRECIA, n. 13-III-1792.
- 53 - BOAVENTURA DA COSTA TORRES - alferes, nat. da freg. de São Salvador da Terra da Feira, bisp. do Porto, filho de Carlos da Costa Torres e de d. Ana Maria de São Pedro; casou com d. Ana Maria da Silva, nat. de Viamão, filha de Manoel da Silva Guimarães e de d. Genoveva Veloso Magalhães.
- 1 - JOSÉ, n. 7-X-1786.
 - 2 - JOAQUINA, n. 12-V-1788.
 - 3 - EMERENCIANA, n. 2-III-1790.
 - 4 - FAUSTINO, n. 12-IX-1791.
 - 5 - BENEDITO, n. 11-XII-1792.
- 54 - CAETANO DE BORBA - nat. da freg. do Cabo da Praia, na ilha Terceira, filho de Francisco Machado de Borba e de d. Catarina de Jesus; casou com d. Maria Rodrigues, nat. da freg. de N. S. do Socorro, da ilha do Faial, filha de N. Rodrigues de Medeiros e de d. Catarina da Silveira.
- 1 - JOANA, n. 11-VII-1784.

- 55 - CLAUDIO GUTERRES - tenente, nat. da Laguna, filho de Agostinho Guterres e de d. Maria de Brito Peixoto; casou com d. Catarina Maria da Anunciação, nat. do Rio Grande, filha de João Gomes de Oliveira e de d. Apolonia da Silva.
1 - CLAUDIO, n. 7-IV-1783.
2 - MARIA, n. 23-IV-1785.
- 56 - CRISTOVÃO DA CUNHA - nat. do Rio Grande, filho de João da Cunha Pereira e de d. Maria de Souza; casou com d. Genoveva de Jesus, nat. de Desterro, filha de José Gonçalves de Souza e de d. Caetana Maria.
1 - MANOEL, n. 20-VIII-1782.
2 -, n. 18-VII-1784.
3 - JOAQUIM, n. 29-VI-1786.
4 - JOANA, n. 4-VIII-1787.
- 57 - DANIEL RODRIGUES DA SILVA - nat. de Viamão, filho de João Rodrigues da Silva e de d. Ana de Avila; casou com d. Ana Tomazia de Jesus, nat. de Viamão, filha de Tomaz Luiz e de d. Maria de Jesus.
1 - FABRICIO, n. 12-VIII-1789.
2 - JOSÉ, n. 2-III-1792.
- 58 - DEZIDERIO ANTONIO DE OLIVEIRA PINTO - nat. de Viamão, filho do capitão Antonio José Pinto e de d. Felicia Maria de Oliveira; casou com d. Aurelia Pereira Pinto, nat. de Viamão, filha do tenente Isidoro Antunes Pinto e de d. Joana Pereira de Souza.
1 - MARIA, n. 25-V-1791.
2 - JOAQUINA, n. 3-III-1793.
- 59 - DIONISIO FRANCISCO DA SILVA - nat. do Rio Grande, filho de Domingos Martins Pereira e de d. Ana Francisca da Silva; casou com d. Joaquina de Lima, nat. de Viamão, filha de Manoel Martins Ferreira e de d. Maria do Rosário.
1 - DIONISIO, n. 6-II-1784.
- 60 - DIONISIO RODRIGUES DA SILVA - nat. de Viamão, filho de José Machado da Silva e de d. Teresa Maria de Jesus; casou com d. Joana Eufrazia de Escobar, nat. da freg. de N. S. da Oliveira da Vacaria, filha de Baltazar Gomes de Escobar e de d. Joana de Godói.
1 - BALTAZAR, n. 3-V-1786.
2 - BERNARDO, n. 22-VI-1790.
- 61 - DOMINGOS GOMES DE ANDRADE - nat. da freg. de N. S. da Conceição da Lagoa, em Santa Catarina, filho do capitão João de Andrade e de d. Josefa Caetana; casou com d. Faustina Maria de Jesus, nat. da freg. de N. S. do Rosario, da Enseada do Brito, em Santa Catarina, filha de Faustino Luiz Diniz e de d. Maria da Conceição.
1 - POLIXENA, n. 20-X-1791.
- 62 - DOMINGOS LUIZ DE CASTRO - nat. da freg. de N. S. da Graça, da ilha de São Jorge, filho de João Luiz de Castro e de d. Vitoria Maria da da Silveira; casou com d. Ana Joaquina da Silveira, nat. da vila das Velas, da ilha de São Jorge, filha de Francisco Pereira Cardoso e de d. Ana Maria da Silveira.
1 - ANTONIO, n. 10-VI-1784.
2 - JOSÉ, n. 24-III-1786.
3 - MARIA, n. 13-XI-1787.

- 4 - FRANCISCO, gêmeo, n. 1-V-1789.
 5 - ROSA, gêmea, 1-V-1789.
 6 - BENTO, n. 4-VII-1791.
- 63 - DOMINGOS MARTINS PEREIRA - nat. de Viamão, filho de Francisco Martins Sebastião e de d. Maria Josefa; casou com d. Eufrasia Maria da Conceição, nat. da ilha Terceira, filha de Antonio José e de d. Rita Maria.
 1 - MATILDE, n. 20-I-1792.
- 64 - DOMINGOS DE SOUZA ROCHA - nat. de Desterro, filho de Amaro de Souza e de d. Ana Vicencia de Jesus; casou em primeiras nupcias com d. Maria Francisca de Jesus, nat. de Santo Antonio da Patrulha, filha de Amaro Teixeira e de d. Maria de Jesus. (V. nº 65)
 1 - LUCIANO, n. 20-II-1785.
- 65 - DOMINGOS DE SOUZA ROCHA - nat. de Desterro, filho de Amaro de Souza e de d. Ana Vicencia de Jesus; casou em segundas núpcias com d. Inácia Maria do Nascimento, nat. de Viamão, filha de Manoel Caetano de Souza e de d. Inês de São José. (V. nº 64)
 2 - FELICIANO, n. 12-III-1789.
 3 - FRANCISCO, n. 3-X-1790.
 4 - JACINTO, n. 28-VII-1792.
- 66 - DOMINGOS VELHO DA SILVA - nat. da freg. de Santo Ildefonso, da cidade do Porto, filho de Antonio Velho da Silva e de d. Ana do Pilar; casou com d. Rosa Angelica da Silva, nat. da ilha de Santa Catarina, filha de Antonio da Silva Magalhães e de d. Rosa Maria Angelica.
 1 - DELFINA, n. ?-IX-1787.
 2 - ELEUTERIO, n. 2-V-1789.
- 67 - FAUSTINO LUIZ DINIZ - nat. de N. S. de Guadalupe, da ilha Terceira, filho do capitão Mateus Lourenço do Nascimento e de d. Maria da Conceição; casou com d. Ana Joaquina de Jesus, nat. da freg. de N. S. do Rosario da Enseada do Brito, em Santa Catarina, filha de José Silveira de Medeiros e de d. Josefa Maria de Santo Inácio.
 1 - JOSÉ, n. 26-III-1783.
 2 - JOAQUINA, n. 12-IX-1784.
 3 - MARIA, n. 21-I-1787.
- 68 - FAUSTINO MARTINS - nat. da ilha de Santa Catarina, filho de João Martins de Avila e de d. Maria dos Anjos; casou com d. Ana Maria da Conceição, nat. da ilha de Santa Catarina, filha de Francisco de Borba e de d. Maria Rosa de Sant'Ana.
 1 - MANOEL, n. 16-XII-1790.
 2 - ANTONIO, n. 7-IV-1792.
- 69 - FELIPE GUTERRES - tenente, nat. da Laguna, filho de Agostinho Guterres e de d. Maria de Brito Peixoto; casou com d. Teodosia Maria do Nascimento, nat. do Rio Grande, filha de Bartolomeu Lourenço de Avila e de d. Antonia Vitoria de São João.
 1 - ESMERIA, n. 25-VIII-1782.
 2 - ANA, n. 29-XI-1784.
 3 - HUMILIANA, n. 26-III-1788.
 4 - MANOEL, n. 30-IV-1792.
 5 - FELICIDADE, n. 14-IV-1793.

- 70 - FELIPE NERY FURQUIM - nat. de Sorocaba, filho de Salvador Dias Bernardes e de d. Gregoria Moreira Furquim; casou com d. Mauricia Guterres, nat. da Laguna, filha de Francisco Guterres Peixoto e de d. Maria Antonia de Jesus.
 1 - JOÃO, n. 13-VI-1784.
 2 - TEODORA, n. 9-XI-1786.
 3 - FRANCISCA, n. 26-II-1789.
 4 - MARIA, n. 8-VI-1791.
- 71 - FELISBERTO ANTONIO DE SOUZA - nat. de Viamão, filho de Antonio de Souza Brasil e de d. Maria Antonia de Jesus; casou com d. Rosalia Antonia de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de Antonio Pereira Frade e de d. Beatriz Rosa.
 1 - LUZIA, n. 14-VII-1786.
 2 - LAUREANA, n. 11-II-1789.
 3 - JOÃO, n. 21-IX-1790.
 4 - ANTONIO, n. 6-V-1792.
- 72 - FELIX FERREIRA DA SILVA - nat. da freg. de São José da Terra Firme, comarca de Santa Catarina, filho de Antonio Caetano Ferreira e de d. Teresa Maria de Jesus; casou com d. Ana Maria de Aguiar, nat. de Viamão, filha de Manoel de Aguiar Laranjo e de d. Maria do Rosario.
 1 - DANIEL, n. 11-I-1787.
 2 - ANTONIO, n. 2-I-1791.
 3 - FELICIANA, n. 15-II-1792.
- 73 - FLORENCIO BRAZ LOPES - major, nat. da Laguna, filho de Manoel Braz Lopes e de d. Francisca Moreira; casou com d. Felicia Antonia de Jesus (exposta) nat. do Rio Grande, filha natural de Antonio de Souza dos Reis Cardoso, homem solteiro.
 1 - MARIA, n. 15-III-1783.
- 74 - FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA REIS - nat. do Rio Grande, filho de Antonio de Souza dos Reis Cardoso e de d. Vitoria Maria de São José; casou com d. Genoveva Maria, nat. do Rio Grande, filha de Manoel Machado Pacheco e de d. Joana Antonia.
 1 - FELICIANO, n. 4-X-1788.
 2 - ANTONIO, n. 6-VIII-1790.
 3 - JOSÉ, n. 3-IX-1792.
- 75 - FRANCISCO FERNANDES - nat. de Viamão, filho de João Fernandes de Deus e de d. Marta Ribeiro; casou com d. Ana Francisca dos Santos, nat. de Porto Alegre, filha de Brizido Rodrigues Corrêa e de d. Rita Francisca dos Santos.
 1 - SILVERIO, n. 12-I-1792.
- 76 - FRANCISCO FURTADO DE MENDONÇA - nat. da freg. de Santa Rita, do Rio de Janeiro, filho de Manoel Furtado de Mendonça e de d. Antonia Bernarda de Jesus; casou com d. Joaquina Maria da Conceição, filha de Antonio de Souza Brasil e de d. Maria Antonia de Jesus, aquela nat. de Viamão.
 1 - JANUARIO, n. 20-VII-1789.
 2 - LUCIANA, n. 30-VIII-1790.
 3 - MARIA, n. 23-XI-1792.

- 77 - FRANCISCO GUTERRES PEIXOTO - nat. da Laguna, filho de Agostinho Guterres e de d. Maria de Brito Peixoto; casou com d. Maria Antonia de Jesus, nat. da freg. do Senhor Bom Jesus de Iguape, bisp. de São Paulo, filha de Anacleto Corrêa Viegas e de d. Angela Pereira.
 1 - ANA, n. 18-III-1786.
 2 - CONSTANÇA, n. 17-VII-1788.
 3 - FABIANO, n. 4-VIII-1790.
- 78 - FRANCISCO LUIZ TERRA - nat. da freg. de N. S. da Ajuda, do lugar de Pedro Miguel, da ilha do Faial, filho de Francisco Luiz Terra e de d. Francisca Maria de Jesus; casou com d. Ana Maria de Jesus, nat. do Triunfo, filha de Manoel Silveira Gonçalves e de d. Maria de Jesus.
 1 - VICENTE, n. 5-IV-1786.
- 79 - FRANCISCO MACHADO DE OLIVEIRA - nat. da freg. da Sé, da ilha de São Jorge, filho de João Machado de Oliveira e de d. Maria Silveira; casou com d. Maria da Conceição, nat. do Rio Grande, filha de Manoel dos Santos e de d. Maria Inácia da Conceição.
 1 - MARIA, n. 11-XI-1782.
 2 - FLORENTINA, n. 7-X-1788.
 3 - JOAQUINA, n. 25-VIII-1790.
 4 - QUITERIA, n. 30-VIII-1792.
- 80 - FRANCISCO MANOEL - nat. da ilha de São Jorge, filho de João Manoel e de d. Maria Silveira; casou com d. Maria da Conceição, nat. do Rio Grande, filha de Manoel dos Santos Porto e de d. Maria Inácia Leme.
 1 - FABIANA, n. 18-XII-1785.
- 81 - FRANCISCO MANOEL DE SOUZA - nat. de Viamão, filho de Manoel Caetano de Souza e de d. Inês de São João; casou com d. Joaquina Rosa, nat. de Viamão, filha de Antonio Pereira Nunes e de d. Barbara de São Tomé.
 1 - EUFRASIA, n. 19-X-1790.
 2 - FELICIANA, n. 23-X-1791.
 3 - LUCIANO, n. 20-IV-1793.
- 82 - FRANCISCO MARQUES LISBÔA - capitão, nat. da freg. de Famelicação, patriarcado de Lisbôa, filho de Luiz Marques de Oliveira e de d. Teresa Maria de Jesus; casou com d. Eufrasia Joaquina de Azevedo Lima, nat. de Viamão, filha do capitão Domingos Tomaz de Lima e de d. Gertrudes Paes de Araujo.
 1 - BARBARA, n. 26-X-1792.
- 83 - FRANCISCO MARTINS - nat. da freg. de N. S. do Rosario, da Enseada do Brito, comarca de Santa Catarina, filho de Francisco Machado Cordeiro e de d. Luzia Maria; casou com d. Genoveva Rosa, nat. da mesma freg. filha de Antonio Francisco e de d. Antonia Felicia.
 1 - MANOEL, n. ?-V-1790.
- 84 - FRANCISCO MARTINS SOARES - nat. da freg. de Santo Antonio da vila da Campanha do Rio Verde, bisp. de Mariana, filho de Antonio Francisco Soares e de d. Maria Páis de Barros; casou com d. Ana Maria de Jesus, nat. de Desterro, filha de José da Fonseca e de d. Margarida Antonia Pamplona.
 1 - QUITERIA, n. 25-VIII-1782.

- 85 - FRANCISCO NUNES GOULART - nat. da freg. de N. S. da Ajuda, do lugar de Pedro Miguel, da ilha do Faial, filho de Manoel Nunes Goulart e de d. Inês de Santo Antonio; casou com d. Mariana Antonia de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de Antonio Vieira Cardoso e de d. Maria Inácia de Jesus.
- 1 - ANA, n. 22-VI-1783.
 - 2 - MAXIMIANA, n. 24-VIII-1784.
 - 3 - JOAQUINA, n. 30-V-1786.
 - 4 - JOAQUINA, n. 19-IX-1788.
 - 5 - FRANCISCO, n. 5-V-1789.
 - 6 - DELFINA, n. 3-IX-1792.
- 86 - FRANCISCO OLIVEIRA - nat. da freg. de Santa Marinha de Vilanova, bisp. do Porto, filho de Francisco Oliveira e de d. Maria Domingues; casou com d. Francisca Mariana, nat. da freg. de São Pedro, da ilha Terceira, filha de José Machado e de d. Rosa Bernarda.
- 1 - NAZARIO, n. 9-V-1788.
 - 2 - JOÃO, n. 29-XI-1789.
 - 3 - JOAQUIM, n. 7-IV-1791.
 - 4 - JOSÉ, n. 30-XII-1792.
- 87 - FRANCISCO PEREIRA VIANA - nat. da freg. de São João da Ribeira, arcebisp. de Braga, filho de José Pereira da Silva e de d. Brigida Maria de Souza; casou com d. Maria Dorotéia de Figueiredo, nat. do Rio Grande, filha de João Antonio Fernandes e de d. Luzia Rita de Figueiredo.
- 1 - JOAQUINA, n. 20-VIII-1782.
 - 2 - JOSÉ, n. 8-III-1784.
 - 3 - ANA, n. 4-XII-1785.
 - 4 - JOAQUINA, n. 13-I-1787.
 - 5 - DOMINGOS, n. 12-V-1788.
 - 6 - MANOEL, n. 9-I-1791.
 - 7 - ISABEL, n. 2-II-1792.
- 88 - FRANCISCO RODRIGUES MARTINS - tenente, nat. de Viamão, filho de Dionisio Rodrigues Mendes e de d. Beatriz Barbosa Rangel; casou com d. Rosa Maria de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de Manoel Lopes Negreiro e de d. Catarina de Sene.
- 1 - MARIA, n. 22-III-1784.
- 89 - FRANCISCO SOARES DE LIMA - nat. de Desterro, filho de João Soares de Lima e de d. Francisca Mariana; casou com d. Emerenciana Maria da Conceição, nat. do Rio Grande, filha de José Gonçalves Caldas e de d. Francisca da Conceição.
- 1 - ANTONIO, n. 9-VI-1783.
 - 2 - ANA, n. 19-IX-1785.
- 90 - FRANCISCO DE SOUZA - nat. de Viamão, filho de Antonio de Souza Brasil e de d. Maria Antonia de Jesus; casou com d. Ana Joaquina de Jesus, nat. de Viamão, filha de Manoel Silveira da Luz e de d. Teresa de Jesus.
- 1 - FLORINDA, n. 14-VI-1790.
- 91 - FRANCISCO XAVIER DE SOUZA - nat. da freg. de N. S. do Rosário da Ribeira, da ilha de São Jorge, filho de Antonio Alves de Souza e de d. Ana Maria Piedade; casou com d. Ana Maria do Nascimento, nat. do Rio Grande, filha de Manoel Cardoso Tostes e de d. Sebastiana de Souza.

- 1 - JESUINA, n. 31-V-1784.
 - 2 - MANOEL, n. 30-I-1786.
 - 3 - BELCHIOR, n. 1-VII-1788.
 - 4 - JOSEFA, n. 17-X-1790.
 - 5 - SEBASTIÃO, n. 20-I-1792.
- 92 - GASPAR MACHADO - nat. da freg. de Santiago da Ribeira Seca, da ilha de São Jorge, filho de Manoel Pereira e de d. Angela Machado; casou com d. Maria Joana, nat. do Rio Grande, filha de Francisco Fernandes Maia e de d. Inácia Maria de Jesus.
- 1 - JOAQUINA, n. 26-X-1782.
- 93 - GREGORIO JOSÉ DA ROSA - nat. de Lisboa, filho de pais incógnitos; casou com d. Luzia Desideria da Silveira, nat. de Viamão, filha de Manoel da Silveira de Assunção e de d. Ana Maria de Souza.
- 1 - GERMANO, n. 12-VI-1789.
 - 2 - ZACARIAS, n. 1-III-1791.
 - 3 - PRUDENCIA, n. 28-IV-1793.
- 94 - GREGORIO MACHADO - nat. da freg. de Santiago da Ribeira Seca, da ilha de São Jorge, filho de Manoel Pereira e de Angela Machado; casou com d. Maria Inácia, nat. do Rio Grande, filha de Francisco Fernandes Maia e de d. Inácia Maria de Jesus.
- 1 - ANA, n. 2-VIII-1786.
- 95 - INÁCIO LUIZ DA CUNHA - nat. da freg. da Sé, da cidade de São Paulo, filho de Francisco Luiz e de d. Teresa da Cunha; casou com d. Quiteria Francisca de Oliveira, nat. da freg. de N. S. da Candelaria, do Rio de Janeiro, filha de Tomaz de Souza Sardinha e de d. Pascoa de Figueiredo Maciel.
- 1 - JOAQUINA, n. 29-III-1784.
 - 2 - CATARINA, n. 30-IV-1786.
- 96 - INÁCIO NUNES PAES - nat. da freg. de N. S. da Conceição de Jacaré, bisp. de São Paulo, filho de Francisco Nunes Paes e de d. Sebastiana de Góes; casou com d. Maria Fernandes, nat. de Viamão, filha de João Fernandes de Deus e de d. Marta Ribeiro.
- 1 - JOÃO, n. 1-II-1787.
 - 2 - MATILDE, n. 20-III-1789.
 - 3 - MARIA, n. 19-VI-1791.
- 97 - ISIDORO ANTUNES PINTO - tenente, nat. da Colonia do Sacramento, filho de João Antunes da Porciuncula e de d. Antonia Pinto; casou com d. Joana Pereira de Souza, nat. do Rio Grande, filha de Silvestre Domingues e de d. Antonia Pereira de Souza.
- 1 - FRANCISCO, n. 16-X-1784.
- 98 - JACINTO ANTUNES PINTO - nat. de Viamão, filho do tenente Isidoro Antunes Pinto e de d. Joana Pereira de Souza; casou com d. Francisca Maria de Jesus, nat. de Viamão, filha de pai incógnito e de d. Ana Teresa de Jesus.
- 1 - MARIA ANGELICA, n. 15-VII-1786.
 - 2 - CONSTANÇA, n. 2-III-1788.
 - 3 - FELICIDADE, n. 5-III-1790.
 - 4 - ANA, n. 13-IV-1792.

- 99 - JACINTO JOSÉ GOULART - nat. da freg. de N. S. do Rosario da Enseada do Brito, filho de Antonio Silveira Goulart e de d. Maria Josefa de Jesus; casou em primeiras nupcias com d. Ana Maria de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de Manoel Pereira de Souza e de d. Isabel Maria. (V. nº 100)
1 - FELISBERTO, n. 14-XI-1790.
- 100 - JACINTO JOSÉ GOULART - nat. da freg. de N. S. do Rosario da Enseada do Brito, filho de Antonio Silveira Goulart e de d. Maria Josefa de Jesus; casou em segundas nupcias com d. Feliciano Maria, filha de Manoel Caetano de Souza e de d. Inácia de São José (V. nº 99)
2 - CARLOS, n. 22-III-1793.
- 101 - JOÃO ANTONIO DOS SANTOS - nat. da freg. de N. S. do Desterro, na ilha de Santa Catarina, filho de Antonio Machado Souto e de d. Antonia dos Santos; casou com d. Genoveva Joaquina do Nascimento, nat. de Viamão, filha de Manoel de Matos e de d. Maria Rosa.
1 - ANTONIO, 4-IV-1790.
2 - BIBIANA, n. 16-X-1791.
- 102 - JOÃO BERNARDES - nat. da freg. de N. S. do Desterro, da ilha de Santa Catarina, filho de Bernado Machado de Souza e de d. Maria Marta de Quadros; casou com d. Maria de Borba, nat. do Rio Grande, filha de Antonio Luiz Albernaz e de d. Maria de Borba.
1 - LAUREANA, n. 3-III-1789.
2 - ANA, n. 17-I-1788.
3 - FAUSTINO, n. 20-IX-1791.
- 103 - JOÃO CARLOS PACHECO - nat. de Viamão, filho de Francisco Pacheco e de d. Ludovina Leme Barbosa; casou com d. Laureana do Rio Grande, filha de Manoel Lourenço Mariante e de d. Maria da Silveira.
1 - MANOEL, n. 18-XII-1791.
2 - MARIA, n. 8-V-1793.
- 104 - JOÃO CARLOS DE MIRANDA - nat. de Viamão, filho de João Carlos de Miranda e de d. Antonia de Avila; casou com d. Ludovina Joaquina, nat. da freg. de N. S. da Conceição do Estreito, do Rio Grande, filha de Manoel Caetano de Souza e de d. Rita Joaquina.
1 - EUGENIO, n. 5-VI-1792.
- 105 - JOÃO DIAS PEREIRA - nat. da freg. de N. S. do Rosário, da Vila Nova do Topo, da ilha de São Jorge, filho de Amaro Dias Fagundes e de d. Isabel Teixeira; casou com d. Maria da Trindade, filha de José Braz Lopes e de d. Catarina Machado.
1 - JOAQUINA, n. 18-IX-1783.
2 - BARBARA, n. 21-I-1785.
3 - DAVID, n. 26-VIII-1786.
4 - DOMINGOS, n. 10-V-1788.
5 - MARIA, n. 19-VIII-1791.
- 106 - JOÃO FERNANDES DE DEUS - nat. da freg. de N. S. da Ponte de Sorocaba, filho de Miguel Fernandes e de d. Isabel Nunes; casou com d. Marta Ribeiro, nat. de Viamão, filha de Salvador Braz e de d. Bernarda Ribeiro.
1 - CECILIA, n. 26-IV-1783.
2 - JOAQUIM, n. 31-V-1786.
3 - BERNARDO, n. 11-I-1789.

- 107 - JOÃO JOSÉ NUNES - nat. da freg. de N. S. da Conceição da Lagôa, comarca de Santa Catarina, filho de Manoel José Nunes e de d. Francisca de Jesus; casou com d. Teresa Maria de Santo Antonio, nat. de Viamão, filha de Francisco Luiz Terra e de d. Mariana de Santo Antonio.
1 - ANA, n. 7-III-1791.
2 - CLAUDIO, n. 30-X-1792.
- 108 - JOÃO LUIZ BUCELLAS - nat. da freg. de São Pedro de Albéria, margem do Tejo, patriarcado de Lisboa, filho de Felipe Medeiros e de d. Brizida Maria; casou com d. Maria Antonia Soares, filha de Manoel Soares Pinto e de d. Maria Guterres.
1 - JOSÉ, n. 22-IX-1788.
- 109 - JOÃO MARCELINO - nat. de Viamão filho de Vicente Ferreira do Amaral e de d. Catarina Maria; casou com d. Agueda Maria de Jesus, nat. de Viamão, filha de José de Castro Antikeira e de d. Maria da Conceição.
1 - MARCELINO, n. 24-I-1788.
2 - JOÃO, n. 2-XI-1792.
- 110 - JOÃO PIRES GOULART - nat. da ilha do Faial, filho de Manoel Luiz e de d. Maria de Souza; casou com d. Francisca Rosa Joaquina, nat. da freg. de N. S. do Rosário da Enseada do Brito, em Santa Catarina, filha de Bartolomeu Corrêa e de d. Maria Pereira.
1 - MANOEL, n. 13-XII-1784.
2 - FELICIDADE, n. 19-II-1789.
- 111 - JOÃO RODRIGUES DOS SANTOS - nat. de Curitiba, filho de Luiz Rodrigues e de d. Maria Vitoria do Nascimento; casou com d. Maria Teresa, nat. de Viamão, filha de Antonio dos Santos Pinto e de d. Ana Gonçalves Lamim.
1 - RITA, n. 20-V-1792.
- 112 - JOÃO DOS SANTOS ABREU - nat. de Viamão, filho de Manoel Alves e de d. Maria da Conceição; casou com d. Domingas Agatha Rodrigues Lenon, nat. do Rio Grande, filha de João Alves e de d. Agueda de Jesus.
1 - LEUFRIDO, n. 17-IX-1790.
- 113 - JOÃO DOS SANTOS SOUZA - nat. de Viamão, filho de André Machado de Souza e de d. Luiza Inácia de Jesus; casou com d. Inocencia Antonia, nat. da Laguna, filha de Manoel de Araujo e de d. Luzia de Santo André.
1 - MARIA, n. 15-VIII-1782.
- 114 - JOÃO SILVEIRA DORNELES - nat. da freg. de N. S. do Desterro, da ilha de Santa Catarina, filho de Manoel Silveira Dorneles e de d. Maria da Conceição; casou com d. Rosa Maria da Conceição, nat. da freg. de N. S. do Desterro, da ilha de Santa Catarina, filha de Antonio José de Souza e de d. Maria Antonia.
1 - MARIANA, n. 20-IV-1784.
2 - SILVERIO, n. 28-XII-1786.
3 - ANA, n. 10-VI-1788.
- 115 - JOÃO DE SOUZA CARDOSO - nat. do Rio Grande, filho de Manoel Cardoso Tostes e de d. Sebastiana Rosa de Souza; casou com d. Rosa Maria de Jesus, nat. da freg. de N. S. do Rosario, da Enseada do Brito, em Santa Catarina, filha de Francisco Goulart e de d. Maria Rosa.
1 - JOSÉ, n. 18-IV-1784.
2 - FRANCISCO, n. 17-IX-1786.

- 116 - JOÃO VIEIRA DE AGUIAR - nat. da freg. de N. S. da Conceição da Lagôa, em Santa Catarina, filho de Manoel Vieira e de d. Maria de Jesus; casou com d. Genoveva Luiza de Jesus, nat. de Viamão, filha de Faustino Luiz Diniz e de d. Maria da Conceição.
1 - FRANCISCA, n. 27-XI-1791.
- 117 - JOAQUIM ANTONIO LISBÔA - nat. da freg. de Famelicão, patriarcado de Lisboa, filho de Luiz Marques de Oliveira e de d. Teresa Maria de Jesus; casou com d. Ana Leonor dos Santos, nat. de Viamão, filha de Manoel dos Santos Robalo e de d. Ana Alves da Porciuncula.
1 - MANOEL, n. 17-V-1792.
- 118 - JOAQUIM BARCELOS - nat. do Rio Grande, filho de Bernardo Machado e de d. Maria Marta; casou com d. Ana Inácia da Silva, nat. da freg. de Sant'Ana do Morro Grande, filha de José Antonio da Silva e de d. Mariana Inácia.
1 - MARIANA, n. 3-XII-1788.
- 119 - JOAQUIM INÁCIO DOS SANTOS - nat. do Rio Grande, filho de Francisco Machado de Oliveira e de d. Francisca Xavier; casou com d. Genoveva da Conceição, nat. de Viamão, filha de Manoel Caetano de Souza e de d. Inácia de São José.
1 - ANA, n. 23-XI-1783.
2 - FELICIDADE, n. 2-III-1786.
3 - JOSÉ, n. 2-IV-1788.
4 - MARIA, n. 9-VII-1790.
5 - MANOEL, n. 3-VII-1792.
- 120 - JOAQUIM JOSÉ DE ALMEIDA - nat. da cidade de São Paulo, filho de João Rodrigues de Almeida e de d. Maria Pedroso de Lima; casou com d. Maurícia Pires da Conceição, nat. de Rio Pardo, filha de Lucas Magalhães e de d. Maria Pires.
1 - ANA, n. 21-I-1793.
- 121 - JOAQUIM JOSÉ GONÇALVES - nat. da freg. de N. S. do Desterro, da ilha de Santa Catarina, filho de Manoel Gonçalves Pereira e de d. Rita dos Anjos; casou com d. Maria da Conceição, nat. da freg. de N. S. da Conceição do Estreito, do Rio Grande, filha de Manoel Silveira e de d. Maria de Jesus.
1 - INÁCIO, n. 27-I-1783.
2 - SOTÉRO, n. 1-IV-1785.
3 - ANTONIO, n. 26-IX-1786.
4 - ISABEL, n. 20-VIII-1790.
5 - PATRICIO, n. 13-III-1792.
- 122 - JOAQUIM MANOEL DA SILVA - nat. da freg. de N. S. da Conceição do Estreito, do Rio Grande, filho de Manoel Lourenço Mariante e de d. Maria Silveira; casou com d. Ana Inácia de Jesus, nat. da freg. de N. S. da Conceição do Estreito, do Rio Grande, filha de Antonio Pereira Machado e de d. Francisca de Souza.
1 - DAVID, n. 14-VII-1791.
2 - NASÁRIO, n. 24-III-1793.
- 123 - JOAQUIM SILVEIRA - nat. da freg. de N. S. do Rosario, da Enseada do Brito, em Santa Catarina, filho de José Silveira da Silva e de d. Iria Margada; casou com d. Domingas Inácia de Jesus, nat. da freg. de N. S. do

Rosario da Enseada do Brito, em Santa Catarina, filha de Domingos Pereira de Menezes e de d. Marta de Jesus.

1 - COMBA, 13-X-1784.

2 - FELICIDADE, n. 8-XI-1786.

3 - ANTONIO, n. 15-I-1789.

124 - JOSÉ DE ALMEIDA MOURA - nat. de Santos, bisp. de São Paulo, filho de Pedro de Macêdo Moura e de d. Inácia de Barros; casou com d. Laureana de São José, nat. do Rio Grande, filha de Jacinto Alves da Costa e de d. Rosa Francisca.

1 - DOMINGOS, n. 18-VIII-1787.

125 - JOSÉ ANTONIO DA CAMARA - nat. da ilha de Santa Catarina, filho de Antonio de Souza e de d. Catarina Maria; casou com d. Genoveva Francisca da Conceição, nat. de Viamão, filha de Antonio Cardoso da Silva e de d. Maria da Anunciação.

1 - MANOEL, n. 9-VIII-1790.

2 - ESTACIA, n. 10-VI-1792.

126 - JOSÉ ANTONIO DA COSTA - nat. de Viamão, filho de Antonio José da Costa e de d. Eufrasia Pinto; casou com d. Josefa Maria da Silva, nat. do Rio Grande, filha de Manoel Lourenço Mariante e de d. Maria da Silveira.

1 - NASÁRIA, n. 31-V-1792.

127 - JOSÉ ANTONIO FAGUNDES - nat. da freg. de N. S. do Desterro, da ilha de Santa Catarina, filho de Antonio Machado Fagundes e de d. Luzia da Conceição; casou com d. Maria Inácia de Jesus, nat. da ilha do Faial, filha de José Silveira de Medeiros e de d. Josefa Maria de Santo Inácio.

1 - JOÃO, n. 29-IX-1784.

2 - ANTONIO, n. 8-IX-1788.

2 - FRANCISCO, n. 22-XI-1791.

128 - JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS - nat. do Rio Grande, filho de Antonio Francisco dos Santos e de d. Mariana Felícia da Encarnação; casou com d. Maria Joaquina, nat. de Viamão, filha de Manoel Machado Pacheco e de d. Joana Antonia.

1 - CONSTANTINO, n. 9-IX-1788.

129 - JOSÉ ANTONIO DA SILVA - nat. da freg. de São Mateus da Calheta, da cidade de Angra, ilha Terceira, filho de João Luiz e de d. Isabel da Silva; casou com d. Mariana Inácia, nat. da freg. de N. S. do Rosario, da vila das Velas, da ilha de São Jorge, filha de pais incognitos.

1 - DESIDERIA, n. 17-III-1783.

2 - ROSALIA, n. 28-VIII-1785.

3 - JOÃO, n. 9-VII-1788.

4 - SIMPLICIO, n. 16-V-1791.

130 - JOSÉ ANTONIO DA SILVEIRA - nat. da ilha de Santa Catarina, filho de João Antonio da Silveira e de d. Margarida Maria; casou com d. Maria da Cunha, nat. de Viamão, filha de Antonio da Cunha Pinto e de d. Antonia Moreira.

1 - ANA, n. 24-X-1784.

- 131 - JOSÉ ANTONIO DA SILVEIRA - nat. do Rio Grande, filho de Antonio Silveira Dutra e de d. Maria de Borba; casou com d. Gertrudes Angelica Soares, nat. de Viamão, filha de Luiz Pedroso e de d. Clara Maria dos Santos.
 1 - MARIA, n. 3-IX-1787.
 2 - CLARA, n. 15-I-1792.
- 132 - JOSÉ BERNARDES DE MENDONÇA - alferes, nat. da ilha do Faial, filho de Manoel Furtado de Mendonça e de d. Isabel Rosa; casou com d. Inácia Bernarda Laureana de Escobar, nat. da ilha do Faial, filha de Antonio Oliveira de Escobar e de d. Ana Maria da Conceição.
 1 - DELFINA, n. 26-XII-1788.
 2 - JOÃO, n. 14-VI-1790.
 3 - SEBASTIÃO, n. 14-VII-1792.
- 133 - JOSÉ BERNARDES PEREIRA - nat. do Rio Grande, filho de Silvestre de Andrade e de d. Rosa Jacinta de Jesus; casou com d. Rosa Maria de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de Manoel da Silveira de Assunção e de d. Ana Maria Souza.
 1 - JOAQUINA, n. 6-VIII-1785.
 2 - CANDIDO, n. 1-III-1787.
 3 - MANOEL, n. 19-I-1789.
 4 - MARIANA, n. 11-VIII-1790.
- 134 - JOSÉ CARNEIRO DA FONTOURA - capitão, nat. da freg. de N. S. da Conceição do Curral d'El Rei, bisp. de Mariana, filho de João Carneiro da Fontoura e de d. Isabel da Silva; casou com d. Dorotéia Francisca Isabel da Silveira, nat. do Rio Grande, filha do capitão Mateus Inácio da Silveira e de d. Maria Antonia da Silveira.
 1 - FRANCISCO, n. 15-XI-1782.
- 135 - JOSÉ FELIX CORRÊA - nat. da Colonia do Sacramento, filho do alferes João Felix Corrêa e de d. Maria de Jesus; casou com d. Luciana Felicia do Nascimento, nat. de Viamão, filha de Manoel Machado Pacheco e de d. Joana Antonia.
 1 - MARIA, n. 20-XI-1787.
 2 - INOCENCIA, n. 29-IV-1790.
 3 - CANDIDA, n. 23-VIII-1792.
- 136 - JOSÉ FERNANDES RIBEIRO - nat. de Viamão, filho de João Fernandes de Deus e de d. Marta Ribeiro; casou com d. Joana Narcisa da Cunha, nat. de Viamão, filha de Antonio da Cunha Pinto e de d. Antonia Mariana.
 1 - PRUDENCIO, n. 10-VII-1792.
- 137 - JOSÉ FERREIRA (?) DIAS - nat. de Sorocaba, filho de Miguel Dias de Almeida e de d. Isabel Ferreira; casou com d. Joana Maria da Silva, nat. de Viamão, filha de José Machado da Silva e de d. Teresa Maria de Jesus.
 1 - JOSÉ, n. 15-VI-1790.
- 138 - JOSÉ FLORIANO DE SOUZA - nat. de Viamão, filho de André Machado de Souza e de d. Luzia Inácia de Jesus; casou com d. Beatriz Antonia de Jesus, nat. de Viamão, filha de Diogo Antonio Delgado e de d. Ursula da Costa.
 1 - JOSÉ, n. 19-IX-1786.
 2 - EUGENIA, n. 15-IX-1788.
 3 - TERESA, n. 28-II-1791.

- 139 - JOSÉ DA FONSECA PEIXOTO - capitão, nat. da Laguna, filho de Diogo da Fonseca Martins e de d. Ana da Guerra; casou com d. Luzia de Brito Guterres, nat. da Laguna, filha de Agostinho Guterres e de d. Maria de Brito Peixoto.
1 - JOSÉ, n. 17-III-1784.
2 - JOANA, n. 24-VI-1786.
- 140 - JOSÉ FRANCISCO DA ROSA - nat. da Colonia do Sacramento, filho de Francisco Xavier Luiz e de d. Luzia da Conceição; casou com d. Joana Vaz da Silva, nat. de Mostardas, filha de João Vaz da Silva e de d. Quiteria Ferreira.
1 - FRANCISCA, n. 24-VI-1792.
- 141 - JOSÉ GOMES DA SILVA - nat. da Laguna, filho de José Gomes e de d. Maria de Jesus; casou com d. Francisca Perpetua, nat. da cidade de Angra, da ilha Terceira, filha de Manoel Cardoso de Oliveira e de d. Apolonia de Jesus.
1 - ANA, n. 17-IX-1785.
- 142 - JOSÉ INÁCIO DE OLIVEIRA - nat. da freg. de N. S. da Conceição, do Arraial dos Carijós, comarca do Rio das Mortes, bisp. de Mariana, filho de Manoel Francisco dos Santos e de d. Gertrudes de Oliveira; casou com d. Maria da Conceição, nat. do Rio Grande, filha de Caetano de Souza e de d. Agueda Teixeira.
1 - INÁCIA, n. 17-V-1783.
2 - MANOEL, n. 10-I-1788.
- 143 - JOSÉ JACINTO DE OLIVEIRA - nat. da Laguna, filho de Francisco Machado de Oliveira e de d. Francisca Xavier; casou com d. Mariana Antonia da Conceição, nat. de Viamão, filha de José Braz Lopes e de d. Catarina Machado.
1 - FRANCISCA, n. 13-IV-1783.
2 - FRANCISCA, n. 14-XI-1784.
3 - BOAVENTURA, n. 30-XI-1786.
4 - JOÃO, 5-X-1788.
5 - LEOCADIA, n. 27-VIII-1790.
6 - JOAQUINA, n. 25-XI-1791.
7 - FELISBERTO, n. 25-V-1793.
- 144 - JOSÉ LOPES - nat. da freg. de Duas Igrejas, arceisp. de Braga, filho de Custódio Lopes e de d. Antonia da Cunha; casou com d. Maria Antonia de Jesus, nat. de Viamão, filha de Manoel da Silva Guimarães e de d. Delina Souza.
1 - ANA, n. 5-VIII-1791.
- 145 - JOSÉ LUIZ DA COSTA - nat. da Laguna, filho de N. Costa e de d. Maria; casou com d. Isabel Pereira, nat. de Viamão, filha de José da Costa Luiz e de d. Inocencia Francisca Pereira.
1 - CLAUDINA, n. 17-IV-1785.
- 146 - JOSÉ LUIZ VIÉGAS - nat. do Rio Grande, filho de Luiz José Viegas e de d. Ana Teresa de São José; casou com d. Maria da Conceição, nat. do Rio Grande, filha de Antonio Machado Fagundes e de d. Luzia de Souza.
1 - LAUREANA, n. 25-X-1783.
2 - ANA, n. 4-VIII-1785.
3 - VICENCIA, n. 26-III-1787.

- 147 - JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA - nat. do Rio Grande, filho do Alferes Braz de Oliveira e de d. Francisca Moreira; casou com d. Maria Moreira de Oliveira, nat. de Viamão, filha de Francisco Machado de Oliveira e de d. Francisca Xavier.
1 - MARIANA, n. 31-VIII-1783.
- 148 - JOSÉ MACHADO DA SILVA - nat. da freg. de N. S. do Monte Serrate de Cutia, bisp. de São Paulo, filho de Felix Machado de Oliveira e de d. Maria Antunes da Silva; casou com d. Teresa de Jesus, nat. de Viamão, filha de Dionísio Rodrigues Mendes e de d. Beatriz Barbosa Rangel.
1 - ANA, n. 3-IV-1784.
- 149 - JOSÉ MACHADO DA SILVEIRA - nat. do Rio Grande, filho de Manoel Caetano de Souza e de d. Inês de São José; casou com d. Ana Maria de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de Antonio Pereira Nunes e de d. Barbara de São Tomé.
1 - JOAQUINA, n. 2-VIII-1788.
2 - CONSTANÇA, n. 25-VIII-1792.
- 150 - JOSÉ MACHADO DE SOUZA - nat. do Rio Grande, filho de Manoel Teixeira de Souza e de d. Inês de São João; casou com d. Ana Maria, nat. do Rio Grande, filha de Antonio Pereira Nunes e de d. Mariana Inácia.
1 - INÁCIO, n. 4-XI-1786.
2 - FELICIDADE, n. 3-III-1791.
- 151 - JOSÉ MARQUES ARZÃO - nat. de Taubaté, bisp. de São Paulo, filho de Manoel Marques Arzão e de d. Joana Garcia de Jesus; casou com d. Francisca Maria Tavares, nat. da Laguna, filha de Manoel Tavares da Mota e de d. Maria Ramires.
1 - LEONEL, n. 3-VIII-1783.
2 - FRANCISCO, n. 9-IV-1786.
- 152 - JOSÉ MARTINS BAIÃO - nat. da freg. de N. S. da Ressurreição, da vila de Cascaes, patriarcado de Lisboa, filho de Manoel Martins e de d. Joana Maria; casou com d. Teresa Maria de Jesus, nat. da freg. de N. S. da Candelária, do Rio de Janeiro, filha de André da Costa e de d. Luzia Rita da Esperança.
1 - FRANCISCO, n. 23-I-1784.
- 153 - JOSÉ MARTINS ESTEVÃO - nat. do Rio Grande, filho de Domingos Martins Estevão e de d. Maria de Jesus; casou com d. Catarina de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de Domingos de Oliveira e de d. Marta de Jesus.
1 - INÁCIA, n. 7-XII-1783.
2 - DELFINA, n. 15-XII-1784.
3 - INÊS, n. 25-III-1786.
4 - MANOEL, n. 18-VIII-1787.
5 - MATILDE, n. 16-VII-1790.
- 154 - JOSÉ NARCISO MONTEIRO DE ARAUJO - nat. da freg. de São Salvador de Seibaens, da vila de Valadares, arcebispo de Braga, filho de Luiz Antonio Monteiro de Araujo e de d. Maria Rodrigues de Freitas; casou com d. Joaquina Inácia Pinto, nat. de Viamão, filha do capitão João Antunes Pinto e de d. Vicencia Inácia da Pureza.
1 - PORFÍRIO, n. 16-II-1792.

- 155 - JOSÉ OLIVEIRA DE AGUIAR - nat. do Rio Grande, filho de Antonio Corrêa de Aguiar e de d. Maria de Santo Antonio; casou com d. Francisca Antonia de Jesus, nat. de Viamão, filha de Luiz Antonio da Cunha.
1 - ANA, n. 25-III-1972.
- 156 - JOSÉ PEREIRA DA ROSA - nat. da freg. de Sant'Ana da Vila Nova, da Laguna, filho de Francisco Pereira da Silva e de d. Maria do Rosario; casou com d. Ana Felicia de Jesus, nat. da freg. de N. S. do Desterro, da ilha de Santa Catarina, filha de Tomé Teixeira e de d. Maria de São José.
1 - LUIZ, n. 26-VII-1784.
2 - JOAQUIM, n. 30-XII-1786.
3 - CUSTÓDIA, n. 16-II-1789.
4 - INÁCIO, n. 31-VII-1791.
5 - JOÃO, n. 1-IX-1792.
- 157 - JOSÉ RIBEIRO DA CUNHA - nat. do Rio Grande, filho natural de Luiz Antonio da Cunha e de mãe incognita; casou com d. Isabel Perpetua de Jesus, nat. da freg. de N. S. do Desterro, da ilha de Santa Catarina, filha de Antonio Cardoso Pato e de d. Francisca da Encarnação.
1 - FRANCISCA, n. 28-IX-1783.
2 - MARIA, n. 28-VI-1785.
3 - ANA, n. 12-I-1788.
4 - GERTRUDES, n. 30-III-1790.
5 - JANUARIA, n. 10-VII-1792.
- 158 - JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - nat. de São Paulo; casou com d. Felicia Rosa de Jesus, nat. da freg. de N. S. do Desterro, da ilha de Santa Catarina.
1 - MANOEL, n. 31-VII-1783.
- 159 - JOSÉ DA ROSA - nat. do Rio Grande, filho de Antonio da Rosa e de d. Josefa Maria; casou com d. Catarina Maria da Conceição, nat. da freg. de N. S. do Desterro, da ilha de Santa Catarina, filha de João Coelho da Silva e de d. Maria da Conceição.
1 - ANA, n. 3-I-1785.
2 - MAXIMIANA, n. 5-IV-1786.
3 - JOSÉ, n. 13-VIII-1789.
4 - ROSA, n. 18-I-1792.
- 160 - JOSÉ DA SILVA BRANDÃO - nat. da freg. de N. S. de Monte Serrate de Baependi, bisp. de Mariana, filho de Antonio da Silva Brandão e de d. Joana de Oliveira; casou com d. Escolastica Joaquina da Silva, nat. de Viamão, filha de Domingos Martins da Silva e de d. Ana Francisca.
1 -, n. 28-II-1783.
2 - MANOEL, n. 24-IV-1785.
3 - JOSÉ, n. 15-IX-1786.
4 - JULIANA, n. 22-VIII-1788.
5 - FRANCISCO, n. 30-IV-1790.
6 - JOAQUIM, n. 25-I-1792.
- 161 - JOSÉ DA SILVA FRANÇA - capitão de auxiliares, nat. da vila do Principe, bisp. de Mariana, filho do capitão Manoel da Silva França e de d. Isabel Maria de Tolêdo; casou com d. Maria Joaquina, nat. da freg. de N. S. da Conceição de Itaberaba, bisp. de Mariana, filha do capitão-mór Luiz Borges Pinto Barreto e de d. Joana de Azevedo Rangel.
1 - MARIA, n. 11-VIII-1784.

- 162 - JOSÉ DA SILVA VILANOVA - nat. da freg. de N. S. da Conceição, da vila de Cabo Frio bisp. do Rio de Janeiro, filho de José da Silva Vilanova e de d. Ana de Jesus; casou com d. Josefa Joaquina de Lemos, nat. do Rio Grande, filha de Manoel de Lemos e de d. Maria Furtado.
- 1 - ANTONIO, n. 20-V-1784.
 - 2 - MARIA, n. 29-VI-1786.
 - 3 - HENRIQUE, n. 24-VII-1788.
 - 4 - ALEXANDRINO, n. 23-IV-1790.
 - 5 - SERAFIM, n. 2-VII-1792.
- 163 - JOSÉ SILVEIRA COELHO - nat. do Rio Grande, filho de Manoel Silveira Coelho e de d. Maria de Jesus; casou com d. Francisca Joaquina da Conceição, nat. do Rio Grande, filha de Luiz José Viégas e de d. Ana Teresa de São José.
- 1 - INÁCIO, n. 25-VIII-1782.
 - 2 - MARIA, gêmea, n. 23-IV-1784.
 - 3 - ANA, gêmea, n. 23-IV-1784.
 - 4 - JOAQUINA, n. 17-III-1788.
 - 5 - JOAQUIM, n. 5-VII-1789.
 - 6 - MARIANA, n. 18-XI-1790.
 - 7 - DAMIANA, n. 27-IX-1792.
- 164 - JOSÉ SILVEIRA GOULART - nat. da freg. de N. S. do Rosario, da Enseada do Brito, em Santa Catarina, filho de José Silveira de Medeiros e de d. Josefa Maria de Santo Inácio; casou com d. Rosa Joaquina, nat. da freg. de N. S. do Rosario da Enseada do Brito, de Amaro Silveira e de d. Catarina de Santa Rosa.
- 1 - FELISBERTO, n. 21-IX-1787.
 - 2 - JOÃO, n. 26-XII-1788.
 - 3 - MARIA, n. 1-VIII-1790.
- 165 - JOSÉ SILVEIRA DA LUZ - nat. da freg. de N. S. da Luz, da ilha do Faial, filho de Manoel Silveira da Luz e de d. Teresa de Jesus; casou com d. Dorotéia Francisca da Costa, nat. do Rio Grande, filha de Pais incognitos.
- 1 - AURÉLIA, n. 4-IX-1784.
- 166 - JOSÉ SILVEIRA DA LUZ - nat. da ilha de Santa Catarina, filho de Manoel Silveira Dorneles e de d. Maria da Conceição; casou com d. Rosa Maria da Conceição, nat. da ilha de Santa Catarina, filha de Antonio José e de d. Maria Antonia.
- 1 - MANOEL, n. 26-III-1791.
- 167 - JOSÉ VIEIRA - nat. da freg. de Santo Antonio da Campanha do Rio Verde, bisp. de Mariana, filho de Manoel Vieira e de d. Luzia Corrêa da Silva; casou com d. Escolastica França, parda fôrra, nat. de Viamão, filha de pai incognito e de d. Maria da Silva, crioula fôrra.
- 1 - FELISBERTO, n. 30-V-1787.
 - 2 - DAVID, n. 29-I-1789.
- 168 - JOSÉ VIEIRA DE BRITO - nat. da freg. de São Mateus, da ilha Terceira, filho de João Vieira de Brito e de d. Maria da Conceição; casou com d. Joana Rosa do Nascimento, nat. da freg. de São Miguel Arcanjo, da ilha Terceira, filha de Manoel Cardoso de Oliveira e de d. Apolonia de Jesus.
- 1 - JOSÉ, n. 31-XII-1783.
 - 2 - FELISARDO, n. 19-XI-1787.

- 169 - LEANDRO DA COSTA CARDOSO - nat. de Viamão, filho de Lourenço Antonio Cardoso e de d. Marta de Brito; casou em primeiras nupcias com d. Teresa Lamim, nat. da freg. de N. S. do Desterro, da ilha de Santa Catarina, filha de André Gonçalves Lamim e de d. Cristina Cardoso. (V. nº 170)
1 - INÁCIO, n. 26-II-1783.
2 - MANOEL, n. 14-VIII-1784.
- 170 - LEANDRO DA COSTA CARDOSO - nat. de Viamão, filho de Lourenço Antonio Cardoso e de d. Marta de Brito; casou em segundas nupcias com d. Ana Maria, nat. da freg. de N. S. do Desterro, da ilha de Santa Catarina, filha de Manoel Gonçalves Pereira e de d. Rita dos Anjos. (V. nº 169)
3 - CIPRIANA, n. 10-II-1788.
4 - JOAQUINA, n. 4-XI-1789.
5 - JOAQUINA, n. 3-VIII-1791.
- 171 - LOURENÇO RODRIGUES CORRÊA - nat. de Viamão, filho de Domingos Rodrigues Corrêa e de d. Rosa Maria Cabral; casou com d. Beatriz Maria da Assunção, nat. de Viamão, filha de Bartolomeu Francisco e de d. Bernarda Ribeiro.
1 - MANOEL, n. 12-VIII-1789.
2 - QUITERIA, n. 25-VI-1792.
- 172 - LUIZ DOMINGUES PEREIRA - nat. do Rio Grande, filho de Silvestre Domingues e de d. Antonia Pereira de Souza; casou com d. Joana Inácia de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de José Luiz da Cunha e de d. Teresa Inácia de Jesus.
1 - INÊS, n. 19-IV-1792.
- 173 - LUIZ FERREIRA VELHO DA FONSECA - nat. de Viamão, filho de Luiz Ferreira Velho e de d. Francisca Mariana; casou com d. Balbina Luiza, nat. da freg. de N. S. do Rosario, da Enseada do Brito, em Santa Catarina, filha de Faustino Luiz Diniz e de d. Maria da Conceição.
1 - ANA, n. 17-V-1790.
2 - MARIA, n. 3-IV-1792.
- 174 - LUIZ MARTINS DE AVILA - nat. de São Miguel, em Santa Catarina, filho de..... Martins de Avila e de d. Maria dos Anjos; casou com d. Vicencia Maria da Conceição; nat. da freg. de N. S. da Conceição do Arroio, filha de José Silveira Borges e de d. Maria da Conceição.
1 - JUSTINA, n. 5-V-1792.
- 175 - MANOEL DE AVILA MACHADO - nat. da freg. de N. S. do Rosario, da ilha de São Jorge, filho de Mateus de Quadros Evangelho e de d. Catarina Dias; casou com d. Isabel de Jesus, nat. da vila do Topo, da ilha de São Jorge, filha de Caetano de Souza e de d. Ana de Santiago.
1 - MARIA, n. 8-X-1782.
2 - LAUREANA, n. 5-V-1785.
3 - JOÃO, n. 28-VII-1787.
4 - MARIA, n. 3-IV-1791.
- 176 - MANOEL DE AVILA E SOUZA - nat. da freg. de Sant'Ana do Morro Grande, filho de Manoel de Avila Machado e de d. Madalena de Santo Antonio; casou com d. Rosa Joaquina da Conceição, nat. de Viamão, filha de João Dias Pereira e de d. Maria da Trindade.

- 1 - MARIA, n. 3-IV-1790.
 - 2 - CONSTANÇA, n. 9-VII-1791.
 - 3 - ANGELICA, n. 22-III-1793.
- 177 - MANOEL BERNARDES DOS SANTOS - nat. do Rio Grande, filho de Bernardo Machado de Souza e de d. Maria Marta de Quadros; casou com d. Joana Margarida de Jesus, nat. de Viamão, filha de Manoel Martins dos Santos e de d. Maria do Rosario.
- 1 - JOAQUIM, n. 6-X-1785.
 - 2 - FRANCISCO, n. 15-VIII-1787.
 - 3 - MARIA, n. 2-IX-1790.
 - 4 - ANTONIO, n. 12-II-1793.
- 178 - MANOEL CLEMENTE RIBEIRO - nat. de Braga, filho de Manoel Clemente Ribeiro e de d. Mariana da Conceição; casou com d. Clara Maria da Conceição, nat. do Rio Grande, filha de Francisco Silveira Serpa e de d. Rosa Maria da Conceição.
- 1 - MARIA, n. 18-III-1790.
- 179 - MANOEL DIAS DE FREITAS - nat. da freg. de N. S. do Desterro, da ilha de Santa Catarina, filho de Antonio Dias e de d. Quiteria Maria; casou com d. Inácia Maria de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de Antonio da Rosa e de d. Josefa Maria.
- 1 - LAUREANA, n. 31-V-1786.
 - 2 - MARIA, n. 17-V-1788.
 - 3 - CLARA, n. 16-VI-1790.
- 180 - MANOEL DUARTE SANTAREM - nat. do Rio Grande, filho de Manoel Duarte Santarem e de d. Vitória da Costa; casou com d. Mariana Inácia do Carmo, nat. do Rio Grande, filha de José Fonseca e de d. Margarida Antonia Pamplona.
- 1 - FRANCISCO, n. 20-VI-1784.
 - 2 - ANA, n. 7-V-1786.
 - 3 - NARCISO, n. 6-II-1789.
- 181 - MANOEL DE ESPINDOLA - nat. da freg. de N. S. de Guadalupe, da ilha Graciosa, filho de Manoel de Espindola e de d. Maria de Jesus; casou com d. Rosaura Felicia de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de André Silveira e de d. Jacinta Felicia.
- 1 - JERONIMO, n. 9-XII-1784.
 - 2 - EUFRASIA, n. 12-IX-1786.
- 182 - MANOEL FERREIRA SALDANHA - nat. da freg. de N. S. da Conceição do Pouso Alto, bisp. de Mariana, filho de Caetano Saldanha e de d. Maria Ferreira; casou com d. Genoveva Rodrigues da Silva, nat. do Rio Grande, filha de José Rodrigues da Silva e de d. Ana de Avila.
- 1 - POLICIANO, n. 11-VII-1787.
 - 2 - FRANCISCA, n. 10-II-1789.
 - 3 - VENANCIO, n. 23-IX-1790.
 - 4 - ATANAGILDO, n. 22-IV-1792.
- 183 - MANOEL DE FREITAS CABRAL - nat. da freg. de Sant'Ana, da Vila Nova da Laguna, filho de Joaquim Francisco Machado e de d. Maria das Neves; casou com d. Ana Joaquina da Silveira, nat. da freg. de São Miguel, comarca de Santa Catarina, filha de Manoel de Bittencourt e de d. Antonia da Conceição.

- 1 - MARIA, n. 1-XI-1788.
 - 2 - SILVANA, n. 22-VIII-1790.
 - 3 - JOAQUINA, n. 12-II-1792.
- 184 - MANOEL GONÇALVES GUIMARÃES - nat. de Guimarães, filho de Domingos Gonçalves e de d. Maria José de Jesus; casou com d. Ana Teresa, nat. de São João d'El Rei, bisp. de Mariana, filha de José Soares e de d. Maria Leite.
- 1 - ARSENIO, n. 9-III-1790.
- 185 - MANOEL GONÇALVES PEREIRA - nat. da freg. do Espírito Santo da Vila Nova, da ilha Terceira, filho de Antonio Pereira e de d. Catarina Avila; casou com d. Rita dos Anjos, nat. da freg. do Espírito Santo da Vila Nova, da ilha Terceira, filha de João Teixeira Cardoso e de d. Mariana de Jesus.
- 1 - JOAQUINA, n. 1-IV-1785.
 - 2 - INÁCIO, n. 4-VIII-1788.
- 186 - MANOEL INÁCIO DE - nat. da freg. de N. S. da Conceição da Lagôa, comarca de Santa Catarina, filho de Mateus Teixeira e de d. Ana Felícia de Jesus; casou com d. Joaquina Inácia de Jesus, nat. de Viamão, filha de Francisco Fernandes Maia e de d. Inácia Maria.
- 1 - FLORIANO, n. 18-VII-1792.
- 187 - MANOEL INÁCIO HENRIQUES - nat. do Rio Grande, filho natural de pai incognito e de d. Ana Maria da Ressurreição; casou com d. Escolastica Joaquina de Menezes, nat. da freg. de São José do Rio de Janeiro, filha de Manoel de Medeiros e Melo e de d. Francisca Quiteria de Menezes.
- 1 - BERNARDO, n. 20-VIII-1786.
 - 2 - FRANCISCA, n. 3-III-1788.
 - 3 - MARIA, gêmea, n. 14-II-1790.
 - 4 - JOAQUINA, n. gêmea, n. 14-II-1790.
 - 5 - JOAQUIM, n. 6-I-1792.
- 188 - MANOEL INÁCIO DE OLIVEIRA - filho de e de d. Catarina Maria; casou com d. Teresa Inácia de Jesus, nat. da freg. de N. S. da Luz, da ilha do Faial, filha de Jorge e de d. Maria de São José.
- 1 - ANA, n. 16-III-1783.
- 189 - MANOEL INÁCIO SOARES - nat. da freg. da Sé, de Salvador, da ilha do Faial, filho do licenciado André Machado Soares e de d. Teresa Maria de Jesus; casou com d. Antonia Maria de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de Antonio Vieira Cardoso e de d. Maria Inácia de Jesus.
- 1 - MARIA, n. 24-IX-1782.
 - 2 - JUSTINA, n. 21-XI-1783.
 - 3 - GENOVEVA, n. 24-IV-1785.
 - 4 - JOSÉ, n. 4-X-1788.
 - 5 - HELENA, n. 15-IV-1790.
- 190 - MANOEL INÁCIO DE SOUZA - nat. da freg. de N. S. da Conceição da Lagôa, comarca de Santa Catarina, filho de Mateus Francisco de Souza e de d. Ana Felícia de Jesus; casou com d. Angelica Maria de Jesus, nat. de Viamão, filha de Antonio Cardoso da Silva e de d. Maria da Anunciação Guterres.

- 1 - VALENTIM, n. 17-II-1783.
 - 2 - JOÃO, n. 19-VI-1784.
 - 3 - LUIZ, n. 10-X-1785.
 - 4 - DOROTÉA, n. 5-I-1788.
 - 5 - INÁCIO, n. 25-IV-1789.
- 191 - MANOEL JOAQUIM - nat. da freg. de N. S. da Conceição do Estreito, do Rio Grande, filho de Manoel Lourenço Mariante e de d. Maria Silveira; casou com d. Ana Maria da Piedade, nat. da Laguna, filha de Antonio da Piedade e de d. Rita Maria.
- 1 - MANOEL, n. 24-V-1792.
- 192 - MANOEL JOAQUIM DA ROSA - nat. de Viamão, filho de José Borges e de d. Inácia Maria; casou com d. Marcelina Antonia de Jesus, nat. da ilha de Santa Catarina, filha de Antonio Machado Souto e de d. Antonia dos Santos.
- 1 - LUCIANO, n. 30-XII-1789.
 - 2 - DOMINGOS, n. 17-IV-1791.
 - 3 - LUDOVINA, n. 31-X-1792.
- 193 - MANOEL JOSÉ CORRÊA - nat. do Rio Grande, filho de Antonio Corrêa de Aguiar e de d. Antonia Maria de Jesus; casou com d. Ana Maria de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de Antonio Pereira Frade e de d. Beatriz Rosa de São José.
- 1 - MARIA, n. 31-III-1786.
 - 2 - JOSÉ, n. 4-VIII-1788.
 - 3 - NICACIO, n. 30-XI-1790.
 - 4 - EVARISTO, n. 11-III-1793.
- 194 - MANOEL JOSÉ DOS SANTOS - nat. da freg. de N. S. do Rosario, da Enseada do Brito, em Santa Catarina, filho de José Silveira de Medeiros e de d. Josefa Maria de Santo Inácio; casou com d. Maria da Conceição de Jesus, nat. da freg. de N. S. do Rosario, da Enseada do Brito, filha de Faustino Luiz Diniz e de d. Maria da Conceição.
- 1 - MARIA, n. 1-I-1783.
 - 2 - MARCELINO, n. 15-XI-1783.
 - 3 - MARCOS, n. 20-V-1784.
 - 4 - ANA, n. 9-VII-1785.
 - 5 - RUFINA, n. 20-VI-1786.
 - 6 - MIGUEL, n. 29-IX-1787.
 - 7 - DAVID, n. 22-VIII-1788.
 - 8 - MANOEL, n. 20-XI-1790.
 - 9 - CLARA, n. 15-II-1792.
 - 10 - JOSÉ, n. 5-IV-1793.
- 195 - MANOEL JOSÉ VIÉGAS - nat. de Viamão, filho de Luiz José Viégas e de d. Ana Teresa de São José; casou com d. Teresa Maria de Jesus, nat. de Viamão, filha de Luiz da Silva Ferreira e de d. Maria Jacinta.
- 1 - JOÃO, n. 16-VI-1787.
 - 2 - GENOVEVA, n. 24-VI-1790.
 - 3 - QUITERIA, n. 28-III-1792.
- 196 - MANOEL LUIZ FERNANDES DA SILVA - nat. da freg. de São Miguel de Felgar, bisp. do Porto, filho de Constantino Fernandes da Silva e de d. Benta Maria; casou com d. Vicencia Angelica de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de Boaventura José Sanhudo e de d. Maria Teresa de Jesus.
- 1 - MARIA, n. 10-XI-1782.
 - 2 - JOSÉ, n. 1-V-1785.

- 197 - MANOEL MACHADO DA SILVEIRA - nat. da ilha de São Jorge, filho de Manoel Machado Fagundos e de d. Isabel da Silveira, casou com d. Ana Maria, nat. da ilha de São Jorge, filha de João Nunes Machado e de d. Maria Vieira.
 1 - RITA, n. 26-I-1786.
 2 - ANTONIO, n. 27-VI-1788.
 3 - JOAQUINA, n. 16-XII-1791.
- 198 - MANOEL NUNES VIEIRA - nat. da freg. de Sant'Ana do Morro Grande, filho de José Nunes Vieira e de d. Antonia de Jesus; casou com d. Genoveva Teresa de São José, nat. da freg. de Sant'Ana do Morro Grande, filha de Luiz José Viégas e de d. Ana Teresa de São José,
 1 - JOSÉ, n. 16-III-1792.
 2 - FLORINDA, n. 11-VI-1793.
- 199 - MANOEL PACHECO BARBOSA - nat. de Viamão, filho de Francisco Pacheco e de d. Ludovina Leme Barbosa; casou com d. Sebastiana Dorotéa da Purificação, nat. de Viamão, filha de Luiz Ferreira Velho e de d. Francisca Mariana.
 1 - FRANCISCO, n. 20-XII-1786.
 2 - FRANCISCA, n. 25-VI-1788.
 3 - MARIA, n. 18-XI-1790.
 4 - SILVANA, n. 17-VIII-1791.
 5 - CONSTANÇA, n. 15-III-1793.
- 200 - MANOEL PEREIRA DIAS - nat. da freg. de Sant'Ana da Vila Nova, da Laguna, filho de Mateus Pereira Dias e de d. Maria Rodrigues; casou com d. Maria Joaquina de Jesus, nat. de Viamão, filha de André Machado de Souza e de d. Luzia Inácia de Jesus.
 1 - JOAQUIM, n. 20-IV-1787.
 2 - ANTONIO, n. 1-IV-1788.
 3 - CONSTANTINO, n. 3-VIII-1789.
 4 - JOAQUIM, n. 2-IX-1790.
- 201 - MANOEL RODRIGUES DE LIMA - nat. da Laguna, filho de João Manoel de Lima e de d. Torres; casou com d. Maria Bernarda, nat. de Viamão, filha de Antonio da Cunha Pinto e de d. Antonia Mariana.
 1 - FIRMIANO, n. 24-XI-1788.
- 202 - MANOEL RODRIGUES PONTES - nat. da freg. de São Sebastião de Barcelos, bisp. de Lamego, filho de José Rodrigues Pontes e de d. Maria Aparecida; casou com d. Genoveva Damasia dos Santos, nat. da freg. de N. S. da Conceição, da ilha do Faial, filha de Antonio da Rosa e de d. Teresa Francisca.
 1 - JOSÉ, n. 14-XII-1783.
 2 - TRISTÃO, n. 2-VIII-1785.
 3 - MANOEL, n. 10-VI-1787.
- 203 - MANOEL DE SANTA BARBARA E BASTO - capitão, nat. da freg. da Sé, da cidade do Porto, filho do capitão Manoel Francisco Basto e de d. Teresa Maria de Jesus; casou com d. Domiciana Maria de Oliveira, nat. de Viamão, filha do capitão Antonio José Pinto e de d. Felícia Maria de Oliveira.
 1 - DOMICIANA, n. 20-II-1784.

- 204 - MANOEL DOS SANTOS ROBALO - nat. da freg. de N. S. da Ponte de Sorocaba, filho do capitão Manoel dos Santos Robalo e de d. Maria Moreira Maciel; casou com d. Ana Alves da Porciuncula, nat. da freg. de N. S. do Rosario de Inhaúma, bisp. do Rio de Janeiro, filha natural de Tomaz Alvares de Magalhães e de d. Lourença Rodrigues.
JOSÉ, n. 17-XI-1785.
- 205 - MANOEL DA SILVA REIS - nat. da freg. de Santa Luzia de Sabará, bisp. de Mariana, filho de Bernardo da Silva Melo e de d. Ana Maria de Freitas; casou com d. Ana Felícia de Oliveira, nat. de Viamão, filha do capitão Antonio José Pinto e de d. Felícia Maria de Oliveira.
1 - CANDIDO, n. 2-II-1791.
2 - SENHORINHA, n. 15-IX-1792.
- 206 - MANOEL SOARES DE SOUZA - nat. da freg. de São José, em Santa Catarina, filho de José de Souza Soares e de d. Maria Teresa; casou com d. Ana do Espírito Santo, nat. da freg. de São Miguel, comarca de Santa Catarina, filha de João Martins de Avila e de d. Maria dos Anjos.
1 - MANOEL, n. 1-XI-1791.
- 207 - MANOEL DE SOUZA CARDOSO - nat. de Viamão, filho de Manoel Cardoso Toste e de d. Sebastiana Rosa de Souza; casou com d. Mariana Vicência da Conceição, nat. de Viamão, filha de Pedro de Oliveira Lopes e de d. Caetana Maria Soares.
1 - MANOEL, n. 7-VI-1784.
- 208 - MANOEL DE SOUZA FEIJÓ - nat. da freg. de N. S. do Livramento, da ilha de São Miguel, filho de João Feijó e de d. Francisca do Nascimento; casou com d. Inácia Felícia de Santa Clara, nat. de Viamão, filha de Luiz Ferreira Velho e de d. Francisca Mariana.
1 - MARIA, n. 8-III-1784.
2 - JOSÉ, n. 18-VII-1785.
3 - ANA, n. 20-VIII-1786.
4 - FRANCISCA, n. 20-XI-1787.
5 - INÁCIA, n. 12-IV-1789.
6 - JOAQUINA, n. 25-IX-1790.
7 - CAROLINA, n. 8-VI-1792.
- 209 - MANOEL DE SOUZA TEIXEIRA - nat. da ilha de São Jorge, filho de Caetano de Souza e de d. Agueda Teixeira; casou com d. Inês de São José, nat. da ilha de São Jorge, filha de Manoel Machado Fagundes e de d. Isabel da Silveira.
1 - NARCISO, n. 23-XI-1783.
2 - RITA, n. 26-I-1786.
- 210 - MANOEL TAVARES PINTO - nat. da Laguna, filho de Manoel Tavares e de d. Maria Ramires; casou com d. Tomasia da Conceição, nat. do Rio Grande, filha de Antonio Silveira Dutra e de d. Maria de Jesus.
1 - INOCENCIA, n. 6-I-1788.
- 211 - MANOEL TEIXEIRA AFONSO - nat. da freg. do Senhor Bom Jesus, da ilha de São Miguel, filho de João de Souza Teixeira Afonso e de d. Maria da Conceição; casou com d. Rosa do Nascimento, nat. do Rio Grande, filha de Inácio Jorge Pereira Maciel e de d. Ana de São José.
1 - JOSÉ, n. 17-VIII-1783.
2 - ANA, n. 26-X-1784.

- 3 - JOSÉ, n. 6-IX-1786.
 - 4 - ROSA, n. 5-V-1788.
 - 5 - MARGARIDA, n. 24-IV-1790.
 - 6 - MANOEL, n. 8-XII-1791.
- 212 - MANOEL VIEIRA DOS AMORES - nat. da freg. de São Francisco das Chagas, de Taubaté, filho de pais incógnitos; casou com d. Brígida Antonia, nat. de Viamão, filha de José Carlos de Miranda e de d. Antonia de Avila.
- 1 - MARIA, n. 11-VIII-1783.
 - 2 - JOAQUINA, n. 20-VIII-1785.
- 213 - MANOEL VIEIRA DA ROCHA - nat. da freg. de N. S. da Conceição da Lagôa, comarca de Santa Catarina, filho de Vicente Vieira da Rocha e de d. Catarina de Santo Antonio; casou com d. Angelica Maria, nat. da freg. de Sant'Ana do Morro Grande, filha de Manoel Inácio Soares e de d. Antonia Maria.
- 1 - JOAQUIM, n. 18-VIII-1792.
- 214 - MATEUS PEREIRA DIAS - nat. da freg. de N. S. do Rosario, da ilha de São Jorge, filho de Amaro Dias Fagundes e de d. Isabel Teixeira; casou com d. Maria Rodrigues Moreira, nat. da Laguna, filha de João José de Leão e de d. Joana Rodrigues Moreira.
- 1 - MARIANA, n. 13-I-1785.
 - 2 - MARTA, n. 30-I-1788.
- 215 - MAXIMIANO JOSÉ DE BARCELOS - nat. de Viamão, filho de Diogo Inácio de Barcelos e de d. Ana Felicia do Nascimento; casou com d. Perpetua Rosa Guerreiro, nat. da ilha de Santa Catarina, filha de Antonio Guerreiro e de d. Rita Leonarda.
- 1 - ANA, bat. a 15-VIII-1792.
- 216 - NICACIO ANTUNES PINTO - nat. do Rio Grande, filho do tenente Isidoro Antunes Pinto e de d. Joana Pereira de Souza; casou com d. Vicência Eufrasia da Silveira, nat. de Viamão, filha de Manoel Silveira da Assunção e de d. Ana Maria de Souza.
- 1 - MARIA, n. 7-II-1784.
 - 2 - JOSÉ, n. 29-IV-1785.
 - 3 - BIBIANA, n. 20-V-1788.
 - 4 - ALEXANDRE, n. 19-VI-1790.
 - 5 - MANOEL, gêmeo, n. 26-V-1791.
 - 6 - ALEXANDRE, gêmeo, n. 26-V-1791.
 - 7 - ANDREZA, n. 3-II-1793.
- 217 - RAMÃO DA COSTA COLASSO - nat. de Cordoba, na Espanha, filho de Francisco da Costa Colasso e de d. Ana Maria Gonçalves; casou com d. Maurícia Maria dos Anjos, nat. de Viamão, filha de Manoel Martins dos Santos e de d. Maria do Rosario.
- 1 - DELFINA, n. 29-IX-1790.
- 218 - RODRIGO FRANCISCO XAVIER DE CASTRO - nat. da freg. de Santa Iria, de Santarem, patriarcado de Lisboa, filho de João Francisco Xavier de Castro e de d. Francisca Tomasia Juliana; casou com d. Efigenia Romana de Araujo Castro, nat. do Triunfo, filha de Antonio José Machado de Araujo Castro e de d. Margarida Gomes.
- 1 - OVIDIO, n. 1-X-1785.

- 219 - SALVADOR CARDOSO - nat. da freg. de Sant'Ana de Mogí das Cruzes, bisp. de São Paulo, filho de Inácio Rodrigues Cardoso e de d. Rosa Maria; casou com d. Felicia Maria, nat. do Rio Grande, filha de João Lourenço Mole e de d. Gertrudes Maria Romeira.
1 - MARIA, n. 1-VII-1783.
- 220 - SILVESTRE DE ANDRADE - nat. da freg. do Divino Espirito Santo da Feiteira, da ilha do Faial, filho de Manoel de Andrade e de d. Violante Dutra; casou com d. Maria Joaquina da Conceição, nat. de Viamão, filha de Manoel Caetano de Souza e de d. Inês de São José.
1 - JOÃO, n. 13-VIII-1784.
2 - ANA, n. 12-IX-1786.
3 - DOMINGOS, n. 17-VI-1788.
4 - MANOEL, n. 25-VII-1790.
- 221 - SIMÃO PEREIRA DA LUZ - nat. da freg. da Sé, da cidade de São Paulo, filho de João Pereira Braga e de d. Joana de Moura; casou com d. Catarina Bernarda de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de Nicolau Antonio de Sampaio e de d. Agueda Maria do Rosario.
1 - JOSÉ, n. 15-V-1783.
- 222 - SIMÃO PEREIRA DE SOUZA - nat. do Rio Grande, filho de Manoel Pereira Alves e de d. Francisca Bernarda de Jesus; casou com d. Gertrudes Inácia de Jesus, nat. da freg. de N. S. da Conceição da Lagôa, comarca de Santa Catarina, filha de Matias Francisco de Souza e de Ana Felicia de Jesus.
1 - MANOEL, n. 23-V-1783.
2 - JOSÉ, n. 13-XII-1785.
3 - MARIA, n. 17-II-1790.
- 223 - TOMAZ ANTONIO DOS SANTOS - nat. da freg. de N. S. do Rosario da Enseada do Brito, em Santa Catarina, filho de Antonio Francisco Gaspar e de d. Antonia Felicia da Ressurreição; casou com d. Josefa Maria de Jesus, nat. da freg. de Sant'Ana do Morro Grande, filha de João Nunes Machado e de d. Maria Inácia.
1 - MARIA DE JESUS, n. 13-V-1792.
- 224 - TOMAZ LUIZ GUTERRES - nat. de Viamão, filho de Claudio Guterres e de d. Gertrudes dos Santos Robalo; casou com d. Violante Maria de Jesus, nat. do Rio Grande, filha de Gregorio Gonçalves e de d. Josefa Maria de Jesus.
1 - JOAQUINA, n. 20-III-1783.
2 - NICOLAU, n. 22-V-1785.
3 - ANA, n. 3-IX-1787.
4 - FELICIANA, n. 23-IX-1789.
5 - GERTRUDES, n. 18-X-1791.
- 225 - TOMAZ SILVEIRA GOULART - nat. da freg. de N. S. da Ajúda, do lugar de Pedro Miguel, da ilha do Faial, filho de Antonio Silveira Goulart e de d. Teresa Maria; casou com d. Mauricia Francisca Severina, nat. do Rio Grande, filha de João de Souza Machado e de d. Luzia da Conceição.
1 - JOSÉ, 3-II-1783.
2 - FRANCISCA, n. 7-III-1784.
3 - JOÃO, n. 8-VI-1786.
4 - GENOVEVA, n. 12-I-1789.
5 - CONSTANÇA, n. 20-VII-1790.
6 - POLIXENA, n. 6-VIII-1792.

- 226 - TOMÉ RIBEIRO DO NASCIMENTO - nat. da freg. de N. S. do Rosario, da ilha de São Jorge, filho de Manoel do Nascimento e de d. Teresa Nunes; casou com d. Ana Maria, nat. do Rio Grande, filha de Manoel Pereira de Souza e de d. Isabel Maria.
1 - JOÃO, n. 4-X-1783.
- 227 - VICENTE LEAL - nat. da Laguna, filho de Francisco Leal e de d. Josefa Maria; casou com d. Leonor Francisca da Silva, nat. de Viamão, filha de João Batista da Silva e de d. Isabel Moreira.
1 - LUCIANO, n. 25-VI-1790.
2 - ANTONIO, n. 6-VIII-1791.

OBSERVAÇÃO

Os nomes constantes dos grupos - 11 e 12, 64 e 65, 99 e 100 e 169 e 170 - foram repetidos visto terem as pessoas neles referidas casado em segundas nupcias.

BATISMOS NÃO IDENTIFICADOS

- 1 - ALEXANDRE; casou com d. Ana, indios.
1 - ANA, n. 21-VI-1786.
- 2 - PEREIRA DE SOUZA - nat. do Rio Grande, filho de Manoel Pereira de Souza e de d. Isabel Maria, nats. da ilha de São Jorge; casou com d. Maria, nat. do Rio Grande, filha de Mateus Sebastião e de d. Maria Josefa, nats. da ilha de São Miguel.
1 - FRANCISCA, n. 3-VIII-1783.
- 3 - Pais de:
1 - JOSÉ, n. 22-IX-1782.
- 4 - Pais de:
1 - LEONARDO, n. 17-VIII-1784.
- 5 - Pais de:
1 - JOAQUIM, n. 12-IV-1786.

BATISMOS DE FILHOS NATURAIS

- 1 - AFONSO - b. 4-XII-1786, filho natural de Francisco Matias, preto fôrro, de nação Banguela e de Maria Pereira, parda fôrro, nat. de Santo Antonio da Patrulha.
- 2 - ANA - n. 9-VI-1784, filha natural de Maria, nat. de Viamão; n/m de Francisco Manoel do, nat. de Lisboa e de d. Antonia.
- 3 - ANA - n. 26-VII-1790, filha natural de Joana da Conceição, nat. de Santo Antonio da Patrulha.

- 4 - ANTONIO - n. 18-XII-1789, filho natural de Ana Antonia, india, nat. da freg. de N. S. dos Anjos da Aldeia.
- 5 - ESTACIA - n. 15-II-1784, filha natural de Pedro Crisostomo Fiusa de Lima, exposta em casa de Antonio José Fiusa.
- 6 - FRANCISCA - n. 15-V-1786, filha natural de Antonio Monteiro de Araujo, nat. de Portugal e de d. Maria , nat. de Viamão; n/m de Manoel Martins dos Santos e de d. Maria Rosa, nats. da ilha Terceira.
- 7 - FRANCISCO - n. 30-X-1790, filho natural de
- 8 - JOAQUINA - n. 20-IX-1783, filha natural de Angela , nat. do Rio Grande.
- 9 - LUIZ - n. 25-III-1791, filho natural de Ana Pereira da Luz; n/m de Simão Pereira da Luz e de d. Catarina Maria.
- 10 - MARIA - n. 16-VII-1786, filha natural de Paula de Jesus, nat. de Viamão, filha de Maria de Brito, nat. da Laguna.
- 11 - MANOEL - n. 4-XI-1792, filho natural de Antonia Rosa, viuva, nat. da freg. de N. S. do Rosario da Enseada do Brito, em Santa Catarina; n/m de Antonio Francisco e de d. Antonia Felicia.
- 12 - NARCISO - n. 22-II-1789, filho natural de Laureana Severina, nat. de Viamão; n/m de Antonio da Cunha Pinto e de d. Antonia Mariana.
- 13 - QUITERIA - n. 11-IX-1790, filha natural de Marcelino da Costa Porto e de Felicia Rosa de Jesus, mulher de Lourenço José, que se encontrava ausente.
- 14 - SEVERINO - n. 5-II-1787, filho natural de Rosa Lamim, nat. de Viamão; n/m de Antonio da Cunha Pinto, o cego e de d. Ana Gonçalves Lamim, nats. da ilha de Santa Catarina.

BATISMOS DE EXPOSTOS

- | | |
|------------------|--|
| 1 - ADÃO - | b. 27-VI-1783, exposta em casa de João |
| 2 - ANA - | b. 19-VIII-1791, exposta em casa de João Rodrigues Palhares. |
| 3 - ANA - | b. 16-II-1792, exposta em casa da viuva Feliciano da Luz. |
| 4 - ANTONIA - | b. 7-IX-1789, exposta em casa da viuva Inocencia Antonia. |
| 5 - CLARA - | b. 11-X-1782, exposta em casa de José Pinto. |
| 6 - FELISBERTO - | b. 7-VIII-1790, exposto em casa de d. Mariana Jacinta. |
| 7 - INÁCIO - | b. 2-V-1793, exposto em casa de João Rodrigues Palhares. |
| 8 - JOANA - | b. 17-X-1792, exposta em casa de José da Silva Brandão. |

- 9 - JOÃO - b. 26-V-1793, exposto em casa de José da Silva.
- 10 - JOSÉ - b. 9-X-1791, exposto em casa de Manoel da Silva.
- 11 - LEONOR - b. 26-VIII-1791, exposta em casa de Vicente Leal.
- 12 - MANOEL - b. 28-VIII-1791, exposto em casa de Antonio dos Santos Martins.
- 13 - MARIA - b. 28-VIII-1786, exposta em casa de João Cardoso.
- 14 - MARIA - b. 2-VIII-1792, exposta na Fazenda Boa Vista, do Reverendo Vigário.
- 15 - NICOLAU - b. 10-IX-1785, exposto em casa de Tomaz Alves.
- 16 - POLIXENA - b. ?-IV-1791, exposta em casa de Antonio Francisco Pereira.
- 17 - ROSA - b. 17-II-1791, exposta em casa da viuva Maria Inácia dos Ramos.
- 18 - SILVERIO - b. 17-IX-1791, exposto em casa da viuva Maria Inácia dos Ramos.
- 19 - SEVERINA - b. 24-VI-1790, exposta em casa de Antonio Machado Souto.
- 20 - SEVERINO - b. 9-IX-1787, exposto em casa de Antonio Corrêa da Silva.
- 21 - - b. 11-XII-1785, exposto em casa de
- 22 - - b. 29-III-1786, exposto em casa de
- 23 - - b. 11-V-1790, exposto em casa de

TERCEIRA PARTE

VÁRIA

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

PEQUENO DICIONÁRIO TOPONOMÁSTICO DO RIO GRANDE DO SUL

Afonso Guerreiro Lima

Continuamos hoje a publicação, iniciada em 1949 (nºs. 116 a 117 desta revista), do **Pequeno Dicionário Toponomástico do Rio Grande do Sul**, da autoria de nosso saudoso confrade Prof. Afonso Guerreiro Lima, que o considerava um ensaio. (Com efeito, pretendia ele, com essa publicação, chamar a atenção dos estudiosos para a necessidade de se registrarem com rigor os topônimos rio-grandenses, e para isso preparava um **Dicionário Corográfico-Toponímico-Histórico**, que estava praticamente concluído quando de seu falecimento.)

Em homenagem ao ilustre mestre, que tanto se dedicou ao estudo da vida rio-grandense em diferentes aspectos, inserimos aqui as letras **N-O-P-Q** e **R** daquele trabalho. - **Redação**

PEQUENO DICIONÁRIO TOPONOMÁSTICO DO RIO GRANDE DO SUL

— N —

Nação — lugar e lagoa no m. de Lavras do Sul;

— morro no m. de Porto Alegre.

Nacapetum — lugar no m. de S. Borja.

Nacional — rincão no m. de Rio Pardo.

Nagel — cerro no m. de Santa Cruz do Sul (ver Vira Machado).

Nambiju — arroio no m. de Santo Antônio.

Nanatiba — arroio no m. de Santo Antônio.

Não-Me-Toque — dist. adm e jud. do m. de Carazinho, com 9.110 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Não Sabia — arroio no m. de Veranópolis.

Napel — lugar no m. de Santa Cruz do Sul.

Napeva — arroio no m. de Soledade.

Narciso — linha colonial no m. de Itaquí;

— passo no arroio Lami, no m. de Porto Alegre.

Nasários — arroio no m. de Tupanciretã.

Nascente — estação ferroviária no km. 100 da linha Bagé — Olimpo — Pelotas — Marítima.

Nascentes — povoado no m. de Bagé;

— serra no m. de Encruzilhada do Sul;

— arroio no m. de Erval;

— povoado, arroio e coxilha no m. de Pinheiro Machado;

Nascimento — sanga no m. de S. Sepé.

Natal (ex-Salvador) — ver Tupandi;

— arroio no m. de Santo Ângelo.

Natividade — arroio no m. de Santiago.

Natividade do Arroio Francês — lugar no m. de Montenegro.

Navarro — cerro no m. de Livramento.

Navegantes — arroio no m. de Lagoa Vermelha;

— bairro da cidade de Porto Alegre, com estação ferroviária;

— estação ferroviária no km. 3 na linha Ildefonso Pinto — Canoas.

Neambiú — arroio no m. de Sarandi.

Neanguê — arroio no m. de Santo Ângelo

Necessidade do Povo Novo — lugar no m. de Rio Grande.

Negra — ponta no m. de Arroio Grande;

— cachoeira no rio Jacuí, m. de Cachoeira do Sul;

— lugar no m. de Livramento;
— lugar no m. de Osório.
Negras — arroio no m. de Can-
guçu.

Negrinho — arroio no m. de Ijuí.
Negrinhos — lugarejo e arroio no
m. de Santa Maria.

Negro — cerro no m. de Alegrete;
— arroio no m. de Erechim;
— cerro no m. de Guaíba;
— monte no m. de Montenegro
(ver Montenegro);
— arroio no m. de Rosário do Sul;
— cerro no m. de S. Jerônimo;
— morro no m. de Taquara;
— rio no m. de Bagé.

Negro Morto — ilha no m. de Ja-
guarão.

Negros — arroio no m. de Can-
guçu;

— rincão no m. de Cruz Alta;
— passo no rio Gravataí, no m. do
mesmo nome;

— passo no canal de S. Gonçalo,
m. de Pelotas;

— cerro no m. de S. Lourenço do
Sul;

— arroio no m. de Sobradinho;
— arroio no m. de Torres;
— arroio no m. de Tupanciretã.

Negros Forros — travessão colo-
nial no m. de S. Lourenço do Sul.

Neri — linha colonial no m. de Ca-
choeira do Sul.

Neto — passo no rio Jaguarão, m.
de Bagé.

Neu Birkenfeld — linha colonial no
m. de S. Lourenço do Sul.

Neu Columbia — linha no m. de
Montenegro.

Neu Deutschland — linha colonial
no m. de Lajeado;
— linha colonial no m. de S. Leo-
poldo.

Neuhaus — linha colonial no m.
de Estrela;

— passo no rio Ijuí, m. de Ijuí.

Neustadt — ver Rio dos Sinos.

Neu-Württemberg — ver Pindora-
ma.

Neves — sanga no m. de Can-
guçu;

— arroio no m. de Caçapava do
Sul.

Nhaderoge — arroio no m. de Ca-
razinho.

Nhanduvaí — sanga no m. de
Quaraí.

Nhucorá — lugar no m. de S.
Borja.

Nhuporã — lugar no m. de S.
Borja;

— estação ferroviária no km. 316
da linha Santa Maria — S. Borja.

Nicofé — arroio no m. de Passo
Fundo.

Nicola — lagoa no m. de Rio
Grande.

Nicolau — arroio no m. de Caí;

— arroio no m. de Estrela.

Nicolau Pedrneiras — linha co-
lonial no m. de Encruzilhada do Sul.

Nicolau Vergueiro — povoado no
m. de Passo Fundo.

Níquel — linha colonial e arroio no
m. de Santo Ângelo;

— arroio no m. de S. Leopoldo.

Niterói — povoado no m. de Ca-
noas.

Noal — povoado no m. de Santa
Maria.

Nobres — arroio no m. de Encruzi-
lhada do Sul.

Nock — arroio no m. de Caí;

— passo no rio Ijuí e arroio no m.
de Ijuí;

— morro, passo e picada no m. de
Lajeado.

Nogueira — passo no arroio Sutil,
entre Encruzilhada do Sul e Cama-
quã.

Noivas — povoado no m. de Osório.

Nonoai — dist. adm. e jud. do m. de Sarandi, com 13.330 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— arroio af. do rio Uruguai e cascata no arroio Tigre, m. de Palmeira das Missões.

Nona Léguas — seção colonial no m. de Caxias do Sul.

Noronha (ex-Pequeri) — lugarejo no m. de Encruzilhada do Sul.

Noronhas — lugarejo no m. de Cruz Alta.

Norte — núcleo colonial no m. de Júlio de Castilhos;

— rio no m. de Torres;

— ver S. José do Norte.

Norte do Lopes — lugar no m. de Livramento.

Nossa Senhora — arroio no m. de Cruz Alta;

— coxilha no m. de Guaíba;

— arroio no m. de Santa Maria;

— lugarejo no m. de Soledade;

— cachoeira no rio Jacuí.

Nossa Senhora da Anunciação — lugarejo no m. de Farroupilha.

Nossa Senhora da Aparecida — lugar no m. de Alegrete;

— lugar no m. de Antônio Prado.

Nossa Senhora da Conceição — lugar no m. de Cachoeira do Sul;

— lugar no m. de Caxias do Sul.

Nossa Senhora da Consolação Buena — lugar no m. de Pelotas.

Nossa Senhora da Consolação do Buquê — lugar no m. de Piratini.

Nossa Senhora da Luz — lugar no m. de Pinheiro Machado;

— colônia no m. de Vacaria.

Nossa Senhora da Oliveira — lugar no m. de Vacaria.

Nossa Senhora da Piedade — lugar no m. de S. Leopoldo.

Nossa Senhora da Saúde — lugar no m. de Caxias do Sul;

— povoado no m. de Farroupilha.

Nossa Senhora das Dores — povoado no m. de Farroupilha.

Nossa Senhora das Neves — colônia no m. de Caxias do Sul.

Nossa Senhora de Belo Horizonte — lugarejo no m. de S. Francisco de Paula.

Nossa Senhora do Boqueirão — lugar no m. de Pelotas.

Nossa Senhora do Caravagio — povoado no m. de Farroupilha.

Nossa Senhora do Carvalho — lugar no m. de Caxias do Sul.

Nossa Senhora do Monte Bérico — povoado no m. de Farroupilha.

Nossa Senhora do Socorro — povoado no m. de Veranópolis.

Nossa Senhora do Taim — lugar no m. de Rio Grande.

Nova — linha colonial no m. de Cachoeira do Sul;

— linha colonial no m. de Caí;

— linha colonial no m. de Estrela;

— linha colonial no m. de Lajeado;

— sanga no m. de Rio Grande;

— linha colonial no m. de Santa Cruz do Sul;

— linha colonial no m. de Santo Ângelo;

— linha colonial no m. de S. Leopoldo;

— linha colonial no m. de Taquari.

Nova Araçá (ex-Araçá) — dist. adm. e jud. do m. de Nova Prata com 3840 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Nova Austria — núcleo colonial e estrada no m. de Taquari.

Nova Bassano — ver Silva Pais.

Nova Beluno — lugarejo no m. de S. Francisco de Assis.

Nova Bérgamo — povoado no m. de Veranópolis.

Nova Berlim — lugar no m. de Arroio do Meio;

— lugar no m. de Caí;

— núcleo colonial no m. de Lajeado;

— ver Araci.

Nova Berlim da Forqueta — linha colonial no m. de Lajeado.

Nova Berlim da Forquetinha — linha colonial no m. de Lajeado.

Nova Berlim do Sampaio — linha colonial no m. de Lajeado.

Nova Berlim do Sampaio — linha colonial no m. de Lajeado.

Nova Boêmia — subd. adm. e jud. do m. de Sobradinho, com 3.600 h.;

— povoado sede do subd. de seu nome.

Nova Brésia — ver Tiradentes;

— ver Sueli;

— povoado no m. de Encantado.

Nova Camadoli — lugar no m. de Caxias do Sul.

Nova Colômbia — linha colonial no m. de Caxias do Sul;

— lugar no m. de Estrela;

— lugar no m. de Lajeado;

— lugar no m. de Montenegro.

Nova Esperança — dist. adm. e jud. do m. de Jaguarí, com 5.370 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— povoado no m. de Jaguarão;

— lugarejo no m. de S. Francisco de Assis;

— povoado no m. de Santiago.

Nova Extrema — lugar no m. de Viamão.

Nova Feliz — linha colonial no m. de S. Leopoldo.

Nova Feltre — linha colonial no m. de S. Sepé.

Nova Flume — povoado no m. de Lagoa Vermelha.

Nova Forqueta — lugar no m. de Lajeado.

Nova Forquetinha — lugar no m. de Lajeado.

Nova Harmonia — povoado no m. de S. Leopoldo.

Nova Holanda — povoado no m. de Montenegro;

— lugar no m. de S. Leopoldo.

Nova Hortência — linha colonial no m. de S. Leopoldo.

Nova Itália — ver Severino de Almeida;

— núcleo colonial e estrada no m. de Taquara;

Nova Italiana — linha colonial no m. de Taquara.

Nova Jarau — fazenda no m. de Quarai.

Nova Milão — ver Emboaba;

— povoado no m. de Jaguarí;

Nova Munich — lugar no m. de Passo Fundo.

Nova Pádua — dist. adm. e jud. do m. de Flores da Cunha, com 2.580 h.;

Nova Palma — dist. adm. e jud. do m. de Júlio de Castilhos, com 4.740 hab.;

— vila, sede do distr. de seu nome.

Nova Palmeira — lugar no m. de Caí;

— lugar no m. de Caxias do Sul;

— lugar no m. de Rio Pardo.

— linha colonial no m. de São Leopoldo;

— estação no km. 70 da linha Porto Alegre — Taquara — Canela;

— ver Genuíno Sampaio;

— lugar no m. de Taquara.

Nova Palmira — dist. adm. e jud. do m. de Caí, com 4.190 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— lugar no m. de Caxias do Sul;

— linha colonial no m. de Taquara;

— fazenda no m. de Uruguaiana.

Nova Paris — lugar no m. de Caxias do Sul;

— povoado, arroio, linha colonial e morro no m. de Montenegro;

— povoado no m. de Veranópolis.

Nova Petrópolis — dist. adm. e jud. do m. de Cai, com 7.970 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Nova Polônia — ver Carlos Gomes;

— povoado no m. de Taquari.

Nova Pomerânia — linha colonial no m. de Santa Cruz do Sul.

Nova Pompéia — ver Pinto Bandeira.

Nova Prata (ex-Prata) — munic. da Encosta da Serra, situado entre os de Guaporé, Lagoa Vermelha, Vacaria, Antônio Prado e Veranópolis. Mede 1.200 km² e conta 27.362 hab. ou 22,8 em cada km².

Divide-se nas seguintes circunscrições administrativas e judiciárias:

1.º distrito — Nova Prata;

2.º distrito — Silva Pais;

3.º distrito — Alexandre de Gusmão;

4.º distrito — Nova Araçá;

5.º distrito — Paraí;

6.º distrito — Protásio Alves.

Como principais centros de população, contam-se: uma cidade, Nova Prata, e cinco vilas: Alexandre de Gusmão, Nova Araçá, Paraí, Protásio Alves e Silva Pais.

Nova Prata — comarca de prim. entrância;

— dist. adm. e jud. do m. de seu nome, com 8.000 hab.;

— cidade sede da comarca, do m. e do dist., com 2.285 hab.

Nova Renânia — lugar no m. de Taquara.

Nova Roma — povoado no m. de Antônio Prado;

— lugarejo no m. de Veranópolis;

— ver Guararapes.

Nova Santa Cruz — linha colonial no m. de Lajeado;

— núcleo colonial no m. de Santa Maria.

Nova S. Paulo — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Nova Sardenha — ver Cajuru;

— estação ferroviária no km 164 da linha Porto Alegre — Montenegro — Caxias.

Nova Tirol — linha colonial no m. de Taquara.

Nova Torino — ver Nova Turim.

Nova Trento — ver Flores da Cunha.

Nova Treviso — povoado no m. de Antônio Prado;

— marco divisório no m. de Cachoeira do Sul (ver Tupã);

— povoado no m. de Júlio de Castilhos.

Nova Trípoli — povoado no m. de Carazinho;

— lugar no m. de Caxias do Sul;

— povoado no m. de Montenegro;

— linha colonial no m. de Santo Antônio.

Nova Turim — lugar no m. de Caxias do Sul.

Nova Udine — ver Ivorá.

Nova Undina — lugar no m. de Santa Maria.

Nova Veneza — povoado no m. de Flores da Cunha.

Nova Vicenza — ver Farroupilha;

— povoado no m. de Lajeado.

Nova Viena — lugar m. de Lajeado.

Nova Württemberg — ver Pindorama.

Nova Iorque — lugar no m. de S. José do Norte.

Nove — linha colonial no m. de General Vargas;

— linha colonial no m. de S. Francisco de Assis.

Novilhos — lugar e arroio no m. de S. Francisco de Paula.

Novo — rio e passo no rio Ibicuí, m. de Erechim.

Novo Hamburgo — município localizado na Encosta da Serra, entre os de S. Leopoldo, Taquara e Gravataí. Mede 263 km² e conta 26.674 hab. ou 112,8 em cada km².

Divide-se nas seguintes circunscrições administrativas e judiciárias:

1.º distrito — Novo Hamburgo;

2.º distrito — Hamburgo Velho.

3.º distrito — Lomba Grande.

Entre os seus principais centros de população, contam-se: uma cidade. Novo Hamburgo; e duas vilas: Lomba Grande e Hamburgo Velho.

Novo Hamburgo — comarca de primeira entrância;

— dist. adm. e jud. do m. de seu nome, com 17.240 hab.;

— cidade cabeça de comarca, sede do m. e do dist. com 19.787 h.;

— estação ferroviária no km 42 da linha Porto Alegre — Taquara — Canela.

Novo Paraíso — picada no m. de Estrela (ver Picada Grande);

— lugar no m. de Júlio de Castilhos.

Novo Paris — ver Nova Paris.

Novo Prado (ex-Prado) — dist. adm. e jud. do m. de Iraí, com 5.540 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Novo Quaraí — povoado no m. de Quaraí.

Novo S. João — povoado no m. de Livramento.

Núcleo Norte — povoado no m. de Júlio de Castilhos.

Núcleo 15 de Novembro — lugarejo no m. de Cruz Alta.

Numeralda — sanga no m. de S. Francisco de Assis.

Nunes — fazenda no m. de Lagoa Vermelha;

— arroio no m. de Passo Fundo.

Nunes Pereira — estação ferroviária no km 225,5 da linha Santa Maria — Passo Fundo — Marcelino Ramos;

— lugarejo no m. de Cruz Alta.

— O —

Obras da Barra — fazenda no m. de S. José do Norte.

Ocalípio — fazenda no m. de Passo Fundo.

Ocará — arroio no m. de Soledade.

Odorico Mendes — lugar no m. de Antônio Prado.

Oeste (ex-Borges de Medeiros) — dist. adm. e jud. do m. de Guaporé, com 5.990 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Oeste Leonel — lugar no m. de Caxias do Sul.

Oficinas — lugar e cerro no m. de Livramento.

Ogaraiti (ex-Capoeiras — arroio no m. de Santa Rosa.

Ogaratim — rio no m. de Palmeira do Sul.

Oitava — linha colonial no m. de Santiago.

Oitava Légua — lugar no m. de Caxias do Sul (ver Ana Rech).

Oitavo — arroio no m. de Caxias do Sul.

Oitenta — lugar e arroio no m. de Caxias do Sul.

Oito — lugar no m. de Jaguari.

Oito Colônias — lugar no m. de Caxias do Sul.

Oito de Agosto — povoado no m. de Santa Rosa;

- núcleo colonial no m. de Santa Maria;
- núcleo colonial no m. de Santo Ângelo.
- Oito de Novembro** — lugar no m. de Santo Antônio.
- Ojerisa** — povoado e arroio no m. de Carazinho.
- Olaria** — lugar e cerro m. de Alegrete;
- povoado e porto no m. de Bom Jesus do Triunfo;
- arroio no m. de Cachoeira do Sul;
- arroio no m. de Canguçu;
- arroio no m. de General Câmara;
- lugar no m. de Montenegro;
- arroio e lugar no m. de Passo Fundo;
- arroio no m. de Piratini;
- lugarejo no m. de Porto Alegre;
- passo no rio Vacacaí, arroio e lugar no m. de Santa Maria;
- sanga no m. de S. Sepé.
- Olarias** — povoado no m. de Arroio Grande;
- sanga no m. de Itaquí.
- Olaria Velha** — lugar no m. de Porto Alegre.
- Olavo Bilac** — lugar no m. de Estrela.
- Olho D'Agua** — lugar no m. de Garibaldi;
- lugar no m. de Santo Ângelo.
- Olhos D'Agua** (ex-Encruzilhada) — subd. adm. e jud. do m. de Bagé, com 2.220 hab.;
- povoado, sede do subd. de seu nome;
- arroio e coxilha no m. de Bagé;
- lugar no m. de Bento Gonçalves;
- lugar no m. de Gravataí;

- lugar no m. de Palmeira das Missões;
- lugar no m. de Santo Ângelo;
- lugar no m. de Santo Antônio;
- lugar no m. de Torres.
- Olimpo** (ex-Paraíso) — dist. adm. e jud. do m. de Arroio Grande, com 3.340 hab.;
- vila sede do dist. de seu nome.
- Olinda** — lugarejo no m. de Cai.
- Olinto** — povoado no m. de Lagoa Vermelha.
- Oliveira** — linha colonial no m. de Cai;
- núcleo colonial no m. de Pelotas;
- ilha no Guaíba, m. de Porto Alegre;
- lugar no m. de Rio Grande;
- lagoa no m. de Santo Antônio;
- lugar no m. de Vacaria.
- Oliveira Bretanhas** — lugar e coxilha no m. de Arroio Grande.
- Oliveiras** — arroio no m. de Canguçu;
- fazenda no m. de Rio Pardo;
- rincão no m. de S. Sepé.
- Omauná** — lugar e arroio no m. de S. Borja.
- Onofre** — sanga no m. de Porto Alegre;
- baixio no rio Taquari.
- Onze** — colônia no m. de Jaguari.
- Opacaá** — arroio no m. de Sarandi.
- Órfão** — lugarejo e arroio no m. de Camaquã.
- Oricana** — arroio e colônia no m. de Montenegro.
- Oricó** — arroio e estrada no m. de Gravataí.
- Oriental** — porto no rio Taquari, m. de Estrela.
- Orlândia** — linha colonial no m. de Lajeado.

Orquera — arroio no m. de Pelotas.

Orqueta — arroio, lugar e sanga no m. de Bagé;

— lugar no m. de Piratini;

— passo no rio Piratini, no limite do m. de Canguçu;

— arroio no m. de Tupanciretã.

Osório (ex-Conceição do Arroio) — município localizado no litoral, entre os de Viamão, Santo Antônio, S. Francisco de Paula, Torres e S. José do Norte.

Este munic. limita-se também com o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos.

Mede 2.956 km² e conta 44.035 hab. ou 14,8 em cada km².

Divide-se nas seguintes circunscrições adm. e judiciárias:

1.º distrito — Osório;

1.º subdistrito — Osório;

2.º subdistrito — Passinhos;

2.º distrito — Marquês do Erval;

3.º distrito — Itati;

4.º distrito — Maquiné;

5.º distrito — Emílio Meyer;

6.º distrito — Cornélius;

7.º distrito — Tramandaí.

Como principais centros de população, conta: uma cidade, Osório; e seis vilas: Cornélius, Emílio Meyer, Itati, Maquiné, Marquês do Erval e Tramandaí.

Osório — termo da comarca de Santo Antônio;

— distrito adm. e jud. do m. de seu nome, com 7.810 hab.;

— subdistrito adm. e jud. do mun. de seu nome, com 2.240 hab.;

— cidade, sede do m. do mesmo nome, com 3.102 hab.;

Osso — morro no m. de Porto Alegre.

Otávio — arroio no m. de Santa Rosa.

Otávio Lima — parada ferr. na linha Santa Maria — Porto Alegre.

Otávio Rocha — dist. adm. e jud. do m. de Flores da Cunha, com 2.930 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Otto Schultz — povoado no m. de Santo Ângelo.

Ouriço — arroio e lugar no m. de Gravataí.

Ourives — lugar e arroio no m. de Palmeira das Missões;

— lugar, arroio e serra no m. de Vacaria.

Ouro — lugar e cerro no m. de Alegrete;

— arroio no m. de Caí;

— arroio e cachoeira no m. de Estrela;

— lugar e arroio no m. de General Câmara;

— rio no m. de Lagoa Vermelha;

— lugar e cerro no m. de Lavras do Sul;

— arroio no m. de Montenegro;

— lugar e arroio no m. de Osório;

— lugar, arroio e passo no m. de Pelotas;

— arroio af. do Bonito e arroio af. do Rocinha, ambos no m. de Santa Rosa;

— cerro e lugar no m. de S. Gabriel;

— cerro e lugar no m. de S. Sepé.

Ouro Branco (ex-Pinheiro Machado — ver Languiru.

Ouro Fino — povoado, arroio e serra no m. de Soledade.

Ouro Verde — povoado no m. de S. Francisco de Paula.

Ourupu — par. ferr. no km 131,5 da linha Santa Maria — Passo Fundo — Marcelino Ramos;

— lugarejo no m. de Cruz Alta.

Outeiros — fazenda no m. de Nova Prata.

Oveiras — arroio no m. de Candelária;

— fazenda no m. de Rio Pardo.

Ovelhas — lugar e arroio no m. de Cai;

— fazenda no m. de Itaqui;

— fazenda no m. de Rio Pardo.

Ovos — ilha no m. de Rio Grande.

— P —

Paca — arroio no m. de Guaporé;
— povoado e arroio no m. de Santa Rosa;

— arroio no m. de Santo Ângelo.

P. A. Cabral — povoado no m. de Encantado.

Paca Guaçu — lajeado no m. de Passo Fundo.

Pacambé (ex-Carreiro) — arroio no m. de Santa Rosa.

Paca Mirim — lajeado no m. de Passo Fundo.

Pacas — povoado no m. de Carazinho;

— arroio no m. de Torres.

Pacheca — subdistrito adm. e jud. do m. de Camaquã, com 2.820 hab.;

— povoado, sede do subd. de seu nome.

Pacheco — lagoa e banhado no m. de Santa Vitória do Palmar.

Pachecos — banhado no m. de Viamão.

Paciência — ilha no rio Jacuí, m. de Bom Jesus do Triunfo;

— povoado, porto e morro no m. de Taquara.

Pacífica — lugar no m. de Farroupilha.

Pacífico — arroio no m. de Passo Fundo.

Pacíficos — estrada no m. de Pinheiro Machado.

Pacorá (ex-dos Antunes) — banhado no m. de Alegrete.

Pacu — ilha no rio Uruguai e arroio no m. de Uruguaiana

Padilha — distrito adm. e jud. do m. de Taquara, com 9.750 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

— arroio no m. de Taquara;

— povoado no m. de Julio de Castilhos.

Padre — lugar no m. de Osório;

— lugar e arroio no m. de Pelotas;

— sanga no m. de S. Francisco de Assis;

— lugar e lagoa no m. de S. Gabriel;

— arroio no m. de S. Leopoldo.

— ver Abaré.

Padre Doutor — lugar, arroio e serra no m. de Pelotas.

Padre Eterno (ex-Boa Vista do Erval — dist. adm. e jud. do m. de S. Leopoldo, com 5.590 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— povoado, arroio e serra no m. de S. Leopoldo.

Padre Eterno Velho — povoado no m. de S. Leopoldo.

Padre José Carlos — baixio no rio Jacuí.

Padre Tomé — lugar no m. de Taquara.

Pagador Martel — lugarejo no m. de General Câmara;

— estação ferroviária no km 236 da linha Santa Maria — Porto Alegre.

Pagé — arroio no m. de Estrela.

Pai Afonso — lomba no m. de Porto Alegre.

Pai Chiquito — arroio no m. de Pelotas.

Pai José — arroio no m. de Bom Jesus;

— ilha no m. de Bom Jesus do Triunfo.

PAIM — estrada no m. de Santa Maria;

— arroio e linha colonial no m. de Vacaria.

Pai Manoel — arroio no m. de Osório.

Paim Filho — distrito adm. e jud. do m. de Lagoa Vermelha, com 7.390 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Paina — arroio no m. de Santo Ângelo.

Pains — lugarejo no m. de Santa Maria.

Paioís — arroio no m. de Guaíba;

— coxilha no m. de Lagoa Vermelha.

Paíol — baixio no rio Caí;

— arroio no m. de Passo Fundo.

Paíol de Telha — povoado no m. de Passo Fundo.

Paíol Novo — ver Abaticaru.

Pai Passo — arroio nos m. de Alegrete e Quaraí;

— coxilha no m. de Uruguaiana.

Pai Passinho — arroio no m. de Alegrete.

Paipó — sanga no m. de Santa Maria.

Paiquerê — arroio no m. de Bom Jesus.

Paíre — sanga no m. de S. Pedro do Sul.

Paissandú — lugar no m. de Estrela.

Paiva — ilha no Guaíba, m. de Porto Alegre.

Paixão — arroio no m. de Caí;

— arroio no m. de Palmeira;

— arroio no m. de Soledade.

Paju — fazenda no m. de Uruguaiana.

Palame — arroio no m. de Guaíba.

Palanque — arroio no m. de Camapuã;

— lugar no m. de Lajeado;

— lugarejo e morro no m. de Venâncio Aires.

Paleado — linha colonial no m. de Lajeado.

Paleine — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul.

Palestina — lugar no m. de Caxias do Sul.

Palha — arroio no m. de Lavras do Sul;

— arroio no m. de S. Gabriel.

Palha Branca — local no m. de Pelotas.

Palhano — arroio no m. de Passo Fundo.

Palheado — arroio no m. de Lajeado;

— arroio no m. de Passo Fundo.

Palho — passo no rio Jaguari, entre os m. de Lavras do Sul e S. Gabriel.

Palma — lugarejo, fazenda, arroio no m. de Alegrete;

— arroio no m. de Arroio Grande;

— lugar e estrada no m. de Bagé;

— arroio e rincão no m. de Cachoeira do Sul;

— lugarejo no m. de Cruz Alta;

— cerro no m. de Jaguarão;

— fazenda no m. de Júlio de Castilhos;

— lugar e cerro no m. de Lavras do Sul;

— lugar no m. de Novo Hamburgo;

— local e fazenda no m. de Pelotas;

— cerro no m. de Pinheiro Machado;

— lugar no m. de Rio Grande;

— lugarejo e arroio no m. de Santa Maria;

— cerro no m. de S. Gabriel;

— arroio no m. de S. Luís Gonzaga;

— arroio af. do Toro Passo e arroio af. do Uruguai, ambos no m. de Uruguaiana;

— est. ferr. no km 216 da linha S. Maria — Uruguaiana;

— ver Parapó.

Palmar — saco na lagoa Mirim, m. de Santa Vitória do Palmar.

Palmar de Lemos — coxilha no m. de Santa Vitória do Palmar.

Palmares — distrito (ver Emílio Meyer);

— estação, lagoa, rio e porto no m. de Osório;

— lugar no m. de Viamão.

Palmas — arroio (ver Lexuim), linha colonial, porto e morro no m. de Arroio do Meio;

— fazenda no m. de Arroio Grande;

— subdistrito com 4.170 hab., povoado e arroio no m. de Bagé;

— lugarejo e arroio no m. de Cachoeira do Sul;

— arroio no m. de Encantado;

— ilha no rio Uruguai, m. de Itaquí;

— povoado no m. de Lajeado;

— lugar no m. de Santa Vitória do Palmar;

— lugar no m. de S. Gabriel;

— lugar no m. de S. Leopoldo;

— ver Taperoá.

Palmeira — lugar no m. de Antônio Prado;

— lugarejo no m. de Bento Gonçalves;

— arroio no m. de Cachoeira do Sul;

— lugar no m. de Osório;

— arroio, lugar e rincão no m. de Palmeira das Missões;

— arroio no m. de Santa Rosa;

— sanga no m. de Santiago;

— arroio no m. de Santiago;

— lugar no m. de Santo Antônio;

— lugar e sanga no m. de S. Jerônimo;

— povoado no m. de S. Leopoldo;

— ver Palmeira das Missões.

Palmeira das Missões (ex-Palmeira) — município localizado na região de Missões, entre os de Ijuí, Três Passos, Estado de Santa Catarina, Iraí, Sarandi, Carazinho e Cruz Alta. Mede 5221 km² e conta 85.196 hab. ou 16,3 em cada km².

Divide-se nas seguintes circunscrições administrativas e judiciárias:

1.º distrito — Palmeira das Missões;

2.º distrito — Condor;

3.º distrito — Erval Seco;

4.º distrito — Seberi;

5.º distrito — Rodeio Bonito;

6.º distrito — Frederico Westphalen;

7.º distrito — Cairé.

Como principais centros de população, contam-se: uma cidade, Palmeira das Missões; seis vilas: Cairé, Condor, Erval Seco, Frederico Westphalen, Rodeio Bonito e Seberi.

Palmeira das Missões — comarca de entrância, com o termo de Iraí, abrigando 123 533 comarcãos;

— primeiro distrito do m. com 21.530 hab.;

— cidade, sede da comarca, do m. e do dist., com 3.140 hab.

Palmeira do Caí — lugarejo no m. de Caí.

Palmeiral — arroio no m. de Antônio Prado.

Palmeira N.º 10 — lugar no m. de Bento Gonçalves.

Palmeira N.º 15 — lugar no m. de Bento Gonçalves.

Palmeiras — arroio no m. de S. Luís Gonzaga.

Palmeiro — linha colonial e povoado no m. de Bento Gonçalves;

— morro no m. de Guaporé.

Palmereta — linha colonial no m. de Bento Gonçalves.

Palmira — linha colonial no m. de Caí;

— linha colonial no m. de Taquara.

Palmital (ex-Sete de Setembro) — segundo subd. do m. de Candelária com 2.090 hab.;

— povoado, sede do subd.

Palmitar — arroio e lagoa no m. de Osório.

Palmito — arroio no m. de Arroio do Meio;

— lugar no m. de Jaguarão;

Palomas — rio no m. de Erechim;

— ilha no rio Uruguai, m. de Itaquí;

— lugarejo, cerro, ilha, fazenda no m. de Livramento;

— lagoa no m. de Osório.

— estação ferroviária no km 352 da linha Bagé — Cacequi — Livramento.

Pampa — arroio (ver Storch).

Pampeiro (ex-Porteirinha) — dist. adm. e jud. do m. de Livramento com 2.680 hab.;

— vila, sede do dist. do mesmo nome.

Panambi (ex-Pindorama) — distrito adm. e jud. do m. de Cruz Alta, com 11.820 hab.;

— vila, sede do distrito de seu nome.

Panapauá — arroio no m. de Soledade.

Pancho Verde — arroio no m. de Cruz Alta.

— cerro no m. de Piratini.

Panelinhas — arroio no m. de Cruz Alta.

Pangaré — sanga no m. de Osório (ver Casamento).

Pantaninho — lugar no m. de Livramento;

— povoado no m. de Soledade.

Pantaninhos — arroio no m. de Canguçu.

Pantano — arroio e lugar no m. de Rio Pardo.

Pantano Grande — arroio no m. de General Câmara;

— arroio no m. de S. Jerônimo;

— banhado no m. de Taquari.

Pantanoso — arroio no m. de Canguçu;

— local no m. de Pelotas;

— ver Coxilha do Fogo.

Pão Bitu — lugar no m. de S. Francisco de Paula.

Pão-de-Açúcar — lugar e cerro no m. de Erval;

— cachoeira no m. de Iraí.

Pão-de-Ló — lugar no m. de Lagoa Vermelha.

Papagaio — arroio no m. de Cruz Alta;

— lagoa no m. de S. José do Norte.

Papudo — fazenda no m. de Palmeira das Missões;

— arroio no m. de Sarandi.

Paquetá — arroio e local no m. de Caí.

Paquete — povoado, porto e morro no m. de Caí;

— lugar no m. de Montenegro.

Paraboi — vertente no m. de S. Borja.

Paracai — arroio no m. de Iraí (ver Pardo).

Paracaú (ex-Funda) — sanga no m. de Cachoeira do Sul.

Parada Beleza — povoado no m. de Uruguaiana.

Parada Belisário — estação ferroviária e lugarejo no m. de Cruz Alta.

Parada Bororé — estação ferroviária e lugarejo no m. de S. Borja.

Parada Brás — ver Engenheiro Adolfo Stern;

— lugarejo no m. de Uruguaiiana.

Parada Cambaí — estação no km. da linha.

Parada Sociedade — estação no km da linha.

Parada Umbu — lugarejo no m. de Uruguaiiana.

Parada 14 — lugarejo no m. de Quarai.

Parada 16 — lugarejo no m. de Itaqui.

Parada 42 — lugarejo no m. de Itaqui;

— lugarejo no m. de S. Borja.

Parada 77 — lugarejo no m. de S. S. Borja.

Parada 93 — lugarejo no m. de Uruguaiiana.

Parada 101 — lugarejo no m. de Borja.

Parada 120 — lugarejo no m. de Itaqui;

— lugarejo no m. de Uruguaiiana.

Parada 132 — lugarejo no m. de Itaqui.

Parador — arroio e cerro no m. de Encruzilhada.

Paragua — lugar no m. de Antônio Prado.

Paraguaçu — ver Arambaré.

Paraguaí — passo no arroio Amora, m. de Montenegro;

— ponta da Lagoa Mirim, m. de Santa Vitória do Palmar.

Paraguaia — lugar no m. de Santa Maria.

Paraguaio — lugar no m. de Santa Vitória do Palmar.

Paraguaio — lugar no m. de Itaqui.

Parai (ex-Flores da Cunha) — dist. adm. e jud. do m. de Nova Prata, com 7.500 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Paraíba — povoado no m. de Bento Gonçalves.

Paraisinho — lugarejo no m. de Bagé.

Paraíso — fazenda no m. de Bagé;

— povoado no m. de Bento Gonçalves;

— arroio, núcleo colonial e povoado no m. de Cachoeira do Sul;

— arroio, linha colonial e lugarejo no m. de Cai;

— estância no m. de Itaqui;

— estância no m. de Jaguarão;

— povoado no m. de Júlio de Castilhos;

— linha colonial e lugarejo no m. de Rio Pardo;

— lugarejo no m. de Rosário do Sul;

— cerro no m. de S. Borja;

— povoado no m. de S. Francisco de Assis;

— estância no m. de S. Gabriel;

— povoado no m. de S. José do Norte;

— estância no m. de Uruguaiiana;

— ver Marupiará;

— ver Olimpo.

Paranhanha — rio no m. de Taquara (ex-Santa Maria).

Paranhos — arroio no m. de Santa Cruz do Sul.

Parapó — rio no m. de Arroio Grande;

— passo no rio do mesmo nome.

Parari — arroio no m. de Soledade.

Pardinho — rio no m. de Santa Cruz do Sul;

— arroio (ver José Simões).

Pardo — rio afluente do Jacuí;

— arroio no m. de Iraí (ver Piracai).

Pardos — cerro no m. de Guaporé;
— lugar no m. de Jaguarão.

Pareci — povoado e arroio no m. de Cai;

— núcleo colonial no m. de Montenegro;

— estação ferroviária no km 67 da linha Porto Alegre — Montenegro — Caxias.

Pareci Novo — dist. adm. e jud. do m. de Montenegro, com 3.020 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Pareci Velho — povoado no m. de Cai.

Paredão — povoado no m. de Alegrete;

— lugar no m. de Bagé;

— lugar e sanga no m. de Cachoeira do Sul;

— povoado no m. de Encantado;

— serra no m. de Estrela;

— povoado, serra e morro no m. de Gravataí;

— arroio no m. de Lagoa Vermelha;

— linha colonial no m. de Lajeado;

— arroio no m. de Montenegro;

— lugar e cerro no m. de Pinheiro Machado;

— lugar no m. de Santa Cruz do Sul;

— lugar no m. de Santo Antônio;

— lugar, fazenda e coxilha no m. de S. Gabriel;

— lugar e estrada no m. de Taquara;

— arroio, lugar e morro no m. de Veranópolis.

Paredes — linha colonial no m. de Caxias do Sul;

— lugar no m. de S. Gabriel.

Paredões — morros no m. de S. Francisco de Assis.

Parí — arroio no m. de Palmeira das missões.

Parobé — arroio e linha colonial no m. de Caxias do Sul;

— estrada e linha colonial no m. de Estrela;

— povoado no m. de Guaporé;

— lugar no m. de S. Francisco de Paula;

— lugarejo no m. de S. José do Norte;

— dist. adm. e jud. do m. de Taquara, com 5.790 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— estação ferroviária no km 82 da linha Porto Alegre — Taquara — Canela.

Parové — lagoa no m. de Alegrete.

Parque — bairro da cidade de Pelotas;

— bairro da cidade de Porto Alegre.

Parreira Horta — linha colonial no m. de Veranópolis.

Partenon — arrabalde no m. de Porto Alegre.

Partido — cerro no m. de Caçapava do Sul;

— cerro no m. de Encruzilhada do Sul;

— cerro no m. de Pinheiro Machado;

— cerro no m. de Rosário do Sul.

Partinoble — cerro no m. de Cachoeira do Sul.

Pascoal — arroio no m. de Bom Jesus;

— arroio e passo no m. de Gravataí.

Pasmado — morro no m. de Porto Alegre;

— arroio no m. de Santa Cruz do Sul.

Passagem — arroio no m. de Osório.

Passarinho — arroio no m. de Gualba;

— serra no m. de Pinheiro Machado;

— sanga no m. de S. Sepé.

Passarinhos — cerro no m. de Caçapava do Sul.

Passa-Passa — arroio no m. de Passo Fundo.

Passa Sete — povoado no m. de Candelária;

— lugar no m. de Estrela;

— lugar no m. de Rio Pardo;

— arroio no m. de Santa Cruz do Sul;

— (ex-povoado Sobradinho) — subd. no m. de Sobradinho, com 8.100 hab.;

— povoado, sede do subd. de seu nome;

— arroio no m. de Sobradinho;

— linha colonial no m. de Soledade.

Passa Três — arroio no m. de Camaquã.

Passinho — lugarejo no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— sanga no m. de Itaqui;

— rio no m. de Lagoa Vermelha;

— arroio no m. de Quarai;

— arroio no m. de S. Sepé;

— arroio limítrofe no m. de Tapas;

— arroio no m. de Taquari.

Passinhos — subd. adm. e jud. do m. de Osório, com 2.240 hab.;

— lugarejo, sede do subd. de seu nome;

Passito do Pesqueiro — arroio no m. de Montenegro.

Passo — lugarejo no m. de Canoas;

— povoado no m. de Lajeado;

— lugar no m. de S. Borja;

— baixio e sanga no m. de Taquari.

Passo Alves — povoado no m. de Alegrete.

Passo Angico — povoado no m. de Júlio de Castilhos.

Passo Bassan — local no m. de Bento Gonçalves.

Passo Comprido — local no m. de Santo Antônio.

Passo da Aldeia — lugar e arroio no m. de Taquari.

Passo da Areia — local no m. de Cachoeira do Sul;

— arroio no m. de Passo Fundo;

— arroio, bairro e estrada no m. de Porto Alegre;

— povoado e sanga no m. de Rio Pardo;

— povoado e arroio no m. de Santa Maria;

— arroio no m. de Santiago;

— arroio no m. de S. Gabriel;

— arroio af. do rio Socorro, m. de Vacaria;

— arroio af. do Rosário, m. de Vacaria;

— povoado no m. de Viamão.

Passo da Bananeira — povoado no m. de Osório.

Passo da Barra — lugarejo no m. de Santo Ângelo.

Passo da Capivara — local no m. de Pelotas.

Passo da Carolina — povoado no m. de Livramento.

Passo da Carretilha — arroio no m. de S. Gabriel.

Passo da Catarina — lugar no m. de Alegrete;

— lugar no m. de Santiago.

Passo da Cavallhada — local no m. de Porto Alegre;

— lugar no m. de Rio Pardo.

Passo da Cria — lugar no m. de Montenegro.

Passo da Caveira — estrada no m. de Gravataí.

Passo da Chácara — arroio no m. de Vacaria;

Passo da Conceição — lugar no m. de Piratini.

Passo da Cruz — arroio no m. de Cruz Alta;

— lugar e arroio limite no m. de Eral;

— fazenda no m. de Livramento;

— povoado no m. de Novo Hamburgo;

— arroio no m. de Passo Fundo;

— arroio limite no m. de Pinheiro Machado;

— fazenda no m. de Uruguaiana;

— arroio no m. de Vacaria.

Passo da Divisa — lugar no m. de Guaíba.

Passo da Eira — local no m. de Pelotas.

Passo da Emboscada — local no m. de Pelotas.

Passo da Entrada — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Passo da Estrada — povoado no m. de Passo Fundo

Passo da Estrela — lugarejo no m. de Estrela.

Passo da Ferraria — lugarejo no m. de D. Pedrito;

— lugarejo no m. de Santa Maria.

Passo da Figueira — povoado no m. de Alegrete;

— lugarejo no m. de Viamão.

Passo da Inácia — sanga no m. de Vacaria.

Passo da Lagoa — lugar no m. de Osório.

Passo da Laranjeira — povoado no m. de Santa Maria.

Passo da Mangueira — bairro no m. de Porto Alegre;

— lugar no m. de Rio Grande.

Passo da Olaria — lugar no m. de Santa Maria.

Passo da Pacheca — lugarejo no m. de Camaquã.

Passo da Palmeira — povoado no m. de Palmeira das Missões.

Passo da Ponta — lugar no m. de Bom Jesus do Triunfo.

Passo da Ponte — lugar no m. de Piratini.

Passo da Porteira — arroio no m. de Vacaria.

Passo da Raiz — arroio no m. de Passo Fundo.

Passo da Taquara — lugar no m. de Porto Alegre;

— lugar no m. de Rio Pardo;

— lugarejo no m. de Santa Maria

Passo das Antas — local no m. de Vacaria;

— povoado no m. de Bento Gonçalves.

Passo das Cancelas — local no m. de Pelotas;

— lugar no m. de Santa Maria.

Passo das Canoas — local no m. de Gravataí.

Passo das Carretas — povoado no m. de Canguçu.

Passo das Freiras — lugar no m. de S. Sepé.

Passo das Moças — lugar no m. de Santo Antônio.

Passo das Pedras — arroio limite e lugarejo no m. de Canguçu;

— povoado no m. de General Câmara;

— lugar no m. de Lagoa Vermelha;

— lugar no m. de Livramento;

— povoado e fazenda no m. de Pelotas;

— lugarejo no m. de Piratini;

— lugar no m. de Porto Alegre;

— povoado no m. de Santo Ângelo;

— estação ferroviária no km 193 da linha Bagé — Olimpo — Pelotas — Marítima.

Passo das Tropas — lugarejo no m. de Santa Maria.

Passo das Tunas — lugar no m. de Santa Maria.

Passo das Vendas — lugar no m. de Júlio de Castilhos.

Passo de Pedra — arroio no m. de Passo Fundo.

Passo de Santa Cruz — povoador no m. de Taquari.

Passo de Santo Amaro — lugar no m. de Montenegro.

Passo de Santo Isidro — povoado no m. de Santo Ângelo.

Passo de S. Borja — povoado no m. de S. Borja.

Passo de S. Lourenço — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Passo do Américo — local no m. de Tapes.

Passo do Angico — lugarejo no m. de Santa Maria.

Passo do Arenal — lugarejo no m. de Santa Maria.

Passo do Basílio — local no m. de Piratini.

Passo do Batista — local no m. de Quaraí.

Passo do Bote — lugarejo no m. de Jaguarão.

Passo do Buraco — arroio no m. de Vacaria.

Passo do Cabral — local no m. de Rio Pardo.

Passo do Cai — lugarejo no m. de Cai.

Passo do Calxeiro — arroio no m. de Bom Jesus.

Passo do Capivari — lugar no m. de Cachoeira do Sul;

— lugar no m. de Rio Pardo.

Passo do Carioca — lugarejo no m. de S. Leopoldo.

Passo do Carneiro — local no m. de Pelotas.

Passo do Carro — arroio no m. de S. Francisco de Paula;
— ver Forquilha.

Passo do Cassão — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul.

Passo do Cemitério — lugar no m. de Bagé.

Passo do Centurião — ver Zeferino Moura.

Passo do Conde — lugarejo no m. de Tapes.

Passo do Contrabando — lugar no m. de Quaraí.

Passo do Contrato — lugar no m. de Rio Grande.

Passo do Couto — lugar no m. de Rio Pardo.

Passo do Dias — lugar no m. de Santo Ângelo.

Passo do Dorneles — lugar no m. de Piratini;

— lugar no m. de Porto Alegre.

Passo do Erval — arroio no m. de Passo Fundo.

Passo do Espumoso — lugar no m. de Carazinho.

Passo do Faustino — povoado no m. de Cruz Alta.

Passo do Feljó — lugar no m. de Porto Alegre e Viamão.

Passo do Feliciano — lugar no m. de Júlio de Castilhos.

Passo do Ferreira — lugar no m. de Santa Maria.

Passo do Firmino (ex-Durasnal) — subd. adm. e jud. do m. de Alegrete, com 3.250 hab.;

Passo do Fontoura — local no m. de Pelotas.

Passo do Gama — local no m. de Pelotas.

Passo do Graciano — subd. dist. adm. e jud. do m. de Piratini, com 2.710 hab.;

— povoado, sede do subd. de seu nome.

Passo do Guerreiro — lugar no m. de Santo Ângelo.

Passo do Gularte — fazenda no m. de Itaqui;

— lugar no m. de S. Francisco de Assis.

Passo do Ijuí Grande — lugar no m. de Santo Ângelo.

Passo do Ijuizinho — lugar no m. de Santo Ângelo.

Passo do Jacuí — lugar no m. de Santo Antônio.

Passo do João Rodrigues — lugar no m. de Rio Pardo.

Passo do José Inácio — lugar no m. de Torres.

Passo do Lagoão — lugarejo no m. de Cruz Alta.

Passo do Laje — arroio no m. de Sarandi.

Passo do Leão — lugarejo no m. de Uruguaiana.

Passo do Macaco — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Passo do Manduca — lugar no m. de Montenegro.

Passo do Maquiné — lugar no m. de Osório.

Passo do Marinho — lugar no m. de S. Luís Gonzaga.

Passo do Meio — lugar no m. de Piratini;

— lugar no m. de Rio Pardo.

Passo do Mendonça — lugarejo no m. de Camaquã.

Passo do Monte Alegre — lugarejo no m. de General Câmara.

Passo do Morto — arroio no m. de Vacaria.

Passo do Moura — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Passo do Moura — ver Zeferino Moura.

Passo do Mundo Novo — povoado no m. de Taquara.

Passo do Negro — arroio no m. de Caçapava do Sul.

Passo do Padre — arroio e povoado no m. de Carazinho.

Passo do Pelotas — local no m. de Pelotas.

Passo do Pinto — povoado no m. de Gravataí;

— lugarejo e estação ferroviária no m. de S. Gabriel.

Passo do Portão — lugar no m. de Gravataí.

Passo do Raimundo — lugar no m. de Santa Maria.

Passo do Ramos — lugar no m. de Uruguaiana.

Passo do Retiro — lugar no m. de Pelotas.

Passo do Ricardo — lugar no Arroio do Meio;

— lugar no m. de Arroio Grande.

Passo do Rio Conceição — lugar no m. de Santo Ângelo.

Passo do Rocha — lugarejo no m. de D. Pedrito;

— parada ferroviária no km 67 da linha Bagé — Cacequi — Livramento.

Passo do Rodeio — arroio no m. de Caçapava do Sul.

Passo do Rosário — passo do arroio Itambé, no m. de Santa Maria.

Passo do Sabão — passo no arroio do mesmo nome, entre os m. de Porto Alegre e Viamão.

Passo do Sabiá — povoado no m. de S. Luís Gonzaga.

Passo do Salso — povoado no m. de Bagé;

— local no m. de Pelotas;

— ver Salso.

Passo do Sarandi — lugar no m. de Santa Maria.

Passo dos Buracos — local no m. de Júlio de Castilhos.

Passo dos Carros — povoado no m. de S. Jerônimo.

Passo dos Corvos (ex-Boa Vista) — povoado no m. de Novo Hamburgo.

Passo do Seringa — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul.

Passo dos Ferreiros — lugar no m. de Taquara.

Passo dos Garruchos — povoado no m. de S. Borja.

Passo dos Libres — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Passo dos Negros — lugar no m. de Gravataí.

Passo do Sobrado (ex-Couto) — dist. adm. e jud. do m. de Rio Pardo com 4.570 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— arroio no m. de Rio Pardo;

— lugarejo no m. de Venâncio Aires.

Passo do Sobral — povoado no m. de Santa Cruz do Sul.

Passo do Socorro — lugar no m. de S. Leopoldo.

Passo dos Órgãos — povoado no m. de Camaquã.

Passo dos Tapes — lugar no m. de Tapes.

Passo dos Vargas — lugar no m. de Livramento.

Passo do Tibúrcio — lugar no m. de Santo Ângelo.

Passo do Turvo — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Passo do Valdez — local no m. de Pelotas.

Passo do Valente — fazenda no m. de Bagé.

Passo do Veado — lugar no m. de Erval.

Passo do Velhinho — arroio no m. de Vacaria.

Passo do Viana — local no m. de Pelotas.

Passo do Vieira — local no m. de Pelotas.

Passo do Vigário — lugar no m. de Gravataí;

— lugar no m. de Viamão.

Passo do Viola — ver Pirai.

Passo do Viriato — lugar no m. de Santo Ângelo.

Passo Farinheiro — lugar no m. de Santiago.

Passo Feio — arroio no m. de Vacaria.

Passo Fundo — município localizado no Planalto Médio, entre os de Carazinho, Sarandi, Erechim, Getúlio Vargas, Lagoa Vermelha, Guaporé e Soledade. Mede 4.787 km² e conta 103.704 hab. ou 21,6 em cada km².

Divide-se nas seguintes circunscrições adm. e judiciárias:

1.º distrito — Passo Fundo;

2.º distrito — Ametistas;

3.º distrito — Coxilha;

4.º distrito — Marau;

5.º distrito — Tapejara;

6.º distrito — Ernestina;

7.º distrito — Água Santa;

8.º distrito — Sertão.

Como principais centros de população, conta: uma cidade, Passo Fundo; sete vilas: Água Santa, Ametistas, Coxilha, Ernestina, Marau, Sertão e Tapejara.

Passo Fundo — dist. adm e jud. do m. do mesmo nome, com 32.780 hab.;

— cidade sede do m. e do dist., com 25.164 hab.;

— arroio no m. de Bom Jesus;

— arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— arroio no m. de Cachoeira do Sul;

— arroio no m. de Guaíba;

— lugar no m. de Lagoa Vermelha;

— lugar no m. de Osório;

— arroio no m. de Palmeira das Missões;

— local no m. de Pelotas;

— arroio no m. de Porto Alegre;

— arroio no m. de Rio Pardo (ver Ibicuará);

— arroio no m. de Santa Vitória do Palmar;

— arroio no m. de Santiago;

— estação ferroviária no km 355 da linha Santa Maria — Passo Fundo — Marcelino Ramos;

— ver Porto Batista.

Passo Grande — arroio e lugar no m. de Gravataí;

— arroio e lugar no m. de Tapes.

Passo Novo — dist. adm. e jud. do m. de Alegrete, com 5.140 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— porto no rio Ibicuí, m. de Alegrete;

— estação ferroviária no km 82 da linha Santa Maria — Uruguaiana;

— arroio no m. de Cruz Alta;

— vila no m. de S. Francisco de Assis (ver Manuel Viana);

— arroio no m. de Taquara.

Passo Pires — povoado no m. de Cruz Alta.

Passo Porteira — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul.

Passo Quatro — lugar no m. de Estrela.

Passo Raso — dist. adm. e jud. do m. de Bom Jesus do Triunfo, com 3.430 hab.

— vila, sede do dist. de seu nome.

Passo Real — lugarejo no m. de Taquari.

Passo Real do Candiota — lugar no m. de Pinheiro Machado.

Passo Ruim — arroio no m. de Lagoa Vermelha.

Passo Selbach — lugar no m. de Cai;

— lugar no m. de Santa Maria.

Passo Sete — lugar no m. de Cruz Alta.

Passo S. Lourenço — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Pastagem — lugarejo no m. de Cruz Alta.

Pasto — arroio no m. de Bom Jesus.

Pastoreio — arroio no m. de Santa Vitória do Palmar.

Pastoril — lugar no m. de S. Francisco de Assis.

Pastorinhas — lugar no m. de Santo Antônio.

Patos — arroio no m. de Santa Rosa, af. do rio Santo Cristo;

— arroio no m. de Santa Rosa, af. do Jacutinga;

— grande lagoa entre os m. de Viamão, Osório, S. José do Norte, Rio Grande, Pelotas, S. Lourenço, Camaquã e Tapes;

— largo no rio Jacuí.

Patrícia — linha colonial no m. de Cachoeira do Sul.

Patrocínio — fazenda no m. de Erval;

— arroio no m. de Santa Vitória do Palmar;

— ver Abolição.

Pau — arroio no m. de Rio Grande.

Pau a Pique — porto no m. de Cachoeira do Sul;

— linha colonial no m. de Santa Maria.

Pauçape — arroio no m. de Ijuí.

Pau de Erva — lugarejo no m. de Caí;

— sanga no m. de Ijuí;

— povoado no m. de Santa Cruz do Sul.

Pau Fincado — fazenda no m. de Cacequi;

— banhado e coxilha no m. de General Vargas;

— coxilha no m. de Jaguarão;

— povoado no m. de Getúlio Vargas;

— arroio, coxilha e lugarejo no m. de Santa Maria;

— lugar no m. de Santa Vitória do Palmar.

— coxilha e lugar no m. de S. Gabriel;

— lugarejo no m. de Soledade.

Pau Furado — arroio no m. de S. José do Norte.

Paula — fazenda no m. de Pelotas;

— lugar e morro no m. de S. Leopoldo;

— lagoa e lugar no m. de Torres.

Paula Gomes — parada no km 78 da linha Santa Maria — Uruguaiana.

Paulina — povoado no m. de Bento Gonçalves;

— sanga no m. de S. Francisco de Assis.

Paulino — arroio no m. de Santa Rosa.

Paulista — arroio e lugarejo no m. de Montenegro.

Paulistas — arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo.

Paulo — arroio no m. de Getúlio Vargas;

— lugar no m. de Lajeado;

— cerro e lugarejo no m. de Santa Cruz do Sul.

Paulo Bento — dist. adm. e jud. do m. de Erechim, com 6.340 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Paulo Domingos — arroio no m. de Ijuí.

Paulos — lugarejo no m. de Rosário do Sul.

Paum — ver Launer.

Pau Queimado — arroio no m. de Lajeado.

Paus Vermelhos — ilha no m. de Bom Jesus do Triunfo.

Pavão — arroio no m. de Getúlio Vargas;

— lugar no m. de Osório;

— arroio e cerro no m. de Pelotas.

— ver Contrabandista;

— ilha no m. de Porto Alegre;

— arroio e lugar no m. de Torres.

Paverama (ex-Concórdia) — dist. adm. e jud. do m. de Taquari, com 6.630 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Pax 15 — lugarejo no m. de Itaquí.

Pião — arroio no m. de Novo Hamburgo;

— arroio no m. de S. Leopoldo (ver Thiese).

Peca — arroio no m. de Encantado.

Pecaba — arroio no m. de Passo Fundo.

Pecegueiro — ver Pessegueiro.

Pederneiras — linha colonial no m. de Bento Gonçalves;

— subd. adm. e jud. do m. de Rio Pardo, com 5.520 hab.;

— vila, sede do subd. de seu nome;

— povoado, sede do subd. de seu nome;

— estação ferroviária no km 163 da linha Santa Maria — Porto Alegre;

— fazenda no m. de Rio Pardo;

— passo no rio Jacuí, no m. de Rio Pardo.

— povoado no m. de Santa Rosa.

Pedra — linha colonial no m. de Cachoeira do Sul;

— arroio no m. de Encruzilhada do Sul;

— sanga no m. de Gravataí;

— arroio no m. de Passo Fundo;

— lugar no m. de S. José do Norte;

— lugar e morro no m. de S. Leopoldo;

— coxilha no m. de S. Sepé;

— lugar e sanga no m. de Taquara;

— lugar no m. de Viamão.

Pedra Alta — local no m. de Pelotas;

Pedra Branca — morro no m. de Caxias do Sul;

— lugar no m. de Gravataí;

— arroio no m. de Júlio de Castilhos;

— lugar e morro no m. de Osório;

— arroio, cerro e lugar no m. de Santo Antônio;

— fazenda no m. de S. Francisco de Paula;

— linha colonial e lugarejo no m. de Taquara;

— lugar e morro no m. de Torres;

— arroio no m. de Vacaria;

— lugar e morro no m. de Viamão;

— ilha no rio Uruguai.

Pedra Chata — lugar e morro no m. de Viamão.

Pedra da Glória — coxilha no m. de Caçapava do Sul.

Pedra da Mulata — povoado no m. de Osório.

Pedra da Rocha — coxilha no m. de Caçapava do Sul.

Pedra de Amolar — lugarejo, cerro e arroio no m. de Osório.

Pedra do Parador — outeiro no m. de Caçapava do Sul.

Pedra do Quilombo — outeiro no m. de Caçapava do Sul.

Pedra do Segredo — gruta no m. de Caçapava do Sul.

Pedra Grande — lugar no m. de Bagé.

Pedra Redonda — local e morro no m. de Porto Alegre.

Pedras — arroio no m. de Arroio do Meio;

— arroio no m. de Arroio Grande;

— arroio e passo no m. de Bagé;

— sanga no m. de Cachoeira do Sul;

— arroio af. do Duro, no m. de Camaquã;

— arroio af. do Velhaco, no m. de Camaquã;

— volta no rio Camaquã, lagoa no m. de Camaquã;

— arroio af. do rio Camaquã, no m. de Canguçu;

— arroio af. do Solidão, no m. de Canguçu;

— arroio af. do Morro Redondo, no m. de Canguçu;

— passo entre os m. de Canguçu e Pelotas;

— arroio af. do Abranjo, no m. de Encruzilhada do Sul;

— arroio af. do rio Camaquã, no m. de Encruzilhada do Sul;

— arroio af. do Subtil, no m. de Encruzilhada do Sul;

— arroio e passo no m. de General Câmara;

— arroio no m. de General Vargas;

— arroio no m. de Getúlio Vargas;

— morro e arroio no m. de Guaiíba (ver Itacira);

— arroio no m. de Lajeado;

— arroio no m. de Livramento;

— arroio e porto no m. de Montenegro;

— arroio no m. de Osório;

- arroio af. do Santo Antônio, no m. de Passo Fundo;
- arroio af. do Comandai, no m. de Passo Fundo;
- arroio no m. de Pelotas;
- arroio no m. de Piratini;
- arroio af. de Capivara, no m. de Porto Alegre;
- arroio af. do Matias, no m. de Porto Alegre;
- arroio no m. de Santa Cruz do Sul;
- arroio no m. de Santo Ângelo;
- arroio e lagoa no m. de S. Gabriel;
- arroio e morro no m. de S. Leopoldo;
- arroio e ilha no m. de Tapes;
- arroio no m. de Torres;
- rincão no m. de Viamão;
- baixio no rio Jacuí;
- ver Itaetá;
- ver Pedroso;
- ver Soturno.

Pedras Altas — dist. adm. e jud. do m. de Pinheiro Machado, com 4.470 hab.;

- vila, sede do dist. de seu nome;
- estação ferroviária no km. 86 da linha Bagé — Olimpo — Pelotas — Marítima;
- fazenda no m. de Pinheiro Machado;
- lugar no m. de Vacaria.

Pedras Brancas — arroio no m. de Arroio do Meio;

- povoado no m. de Caxias do Sul;
- ilha no m. de Guaíba;
- arroio no m. de Júlio de Castilhos;
- arroio no m. de Lajeado;
- arroio no limite dos m. de Osório e Santo Antônio;
- local no m. de Pelotas;

- arroio no m. de Santa Cruz do Sul;
- ver Guaíba.

Pedras das Mentiras — povoado no m. de Canguçu.

Pedras de Bolas — cerro no m. de Canguçu.

Pedras de Fogo — sanga no m. de Vacaria.

Pedra Serrada — fazenda no m. de Itaqui.

Pedra Sô — lugar no m. de Arroio Grande.

Pedregal — povoado no m. de Canguçu;

- lagoa no m. de Livramento;
- arroio no m. de Itaqui;
- povoado, coxilha e arroio no m. de Piratini;
- arroio no m. de Alegrete;
- ver Capela.

Pedregoso — lugar no m. de S. Gabriel

Pedregulho — lugar e cerro no m. de Canguçu.

Pedreira — lugar e morro no m. de Bom Jesus do Triunfo;

- lugar no m. de Caçapava do Sul;
- lugarejo e rincão no m. de Júlio de Castilhos;
- estação ferroviária no km 7 da linha Santa Maria — Passo Fundo — Marcelino Ramos;
- arroio no m. de Passo Fundo;
- fazenda no m. de Piratini;
- local, estrada e coxilha no m. de Porto Alegre;
- cerro no m. de Santa Cruz do Sul;
- lugarejo e estrada no m. de S. Leopoldo;
- lugar, porto, passo e morro no m. de Taquari.

Pedreira das Aroeiras — lugar no m. de Rio Pardo.

Pedreira do Capão do Leão — povoado no m. de S. Leopoldo.

Pedreira do João Coelho — lugar no m. de S. Leopoldo.

Pedreira Municipal — povoado no m. de Novo Hamburgo.

Pedreiras — lugar no m. de Alegrete;

— lugar no m. de Caçapava do Sul;

— cerro no m. de Pelotas;

— lugarejo no m. de Santa Maria;

— estação ferroviária no km ... da linha.

Pedrinhos — passo no rio Piratini e lugarejo, no m. de S. Luís Gonzaga.

Peditense — lugar no m. de Encantado.

Pedro — sanga no m. de Itaqui;

— arroio no m. de Bom Jesus.

Pedro Alvares Cabral — povoado no m. de Encantado;

— ver Porto Lucena.

Pedro Américo — linha colonial no m. de Caxias do Sul.

Pedro Braga — porto no m. de Venâncio Aires.

Pedro Elias — lugar e arroio no m. de Soledade.

Pedroes — rochedos no rio Taquari, m. de Estrêla.

Pedro Guedes — lugar no m. de Taquari.

Pedro Kromental — lugar no m. de Caí.

Pedro Machado — porto no m. de Alegrete.

Pedro Marques — lugar e estrada no m. de Taquari.

Pedro Nunes — cerro na colônia S. Feliciano, m. de Guaíba.

Pedro Osorio — estação ferroviária no km 187 da linha Bagé — Olimpo — Pelotas — Marítima.

Pedro Rosa — lugar, estrada e sanga no m. de Taquari.

Pedro Salgado — lugar no m. de Bento Gonçalves.

Pedro II — lugar no m. de Bento Gonçalves;

— linha colonial no m. de Caxias do Sul.

Pedro Silva — lagoa no m. de D. Pedrito.

Pedroso — arroio no m. de Encruzilhada do Sul (ver Pedras);

— arroio entre os m. de Rio Pardo e Santa Cruz (ver Pedras);

— arroio no m. de Santo Antônio;

— passo no rio Vacacaí, no m. de S. Gabriel.

Pedro Teixeira — lugar no m. de Taquari.

Peiucará — arroio no m. de Vacaria.

Peixe — arroio no m. de Camaquã;

— rio no m. de Erechim;

— rio no m. de Getúlio Vargas;

— lagoa no m. de S. José do Norte.

Peixe Morto — arroio no m. de Palmeira das Missões.

Peixoto — lugar no m. de Caí;

— povoado e arroio no m. de Montenegro;

— lugar no m. de Osório.

Peixotos — fazenda no m. de Encruzilhada do Sul.

Pejuçara (ex-Rio Branco) — dist. adm. e jud. do m. de Cruz Alta, com 3.610 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Pelado — cerro e lugar no de Cachoeira do Sul;

— arroio no m. de Cruz Alta;

— cerro e lugar no m. de Encruzilhada do Sul;

— lugar no m. de Pelotas;

— cerro no m. de Rosário do Sul;

— cerro no m. de S. Francisco de Assis;

— cerro e lugar no m. de Tapes;

— morro na margem esq. do arroio do Salso, no m. de Taquara;

— morro a SW do m. de Taquara;

— lugar e morro no m. de Taquari.

Pelados — cerros no m. de Canguçu.

Pelame — arroio no m. de S. Francisco de Paula.

Pelotas — mun. localizado na Serra do Sudeste, entre os de S. Lourenço, Canguçu, Arroio Grande, Rio Grande e a Lagoa dos Patos. Mede 2.769 km² de superfície e conta 129.545 hab. ou 46,7 por km².

Divide-se nas seguintes circunscrições administrativas e judiciárias:

1.º distrito — Pelotas;

2.º distrito — Dunas;

1. subdistrito — Dunas

2.º subdistrito — Cerrito Alegre;

3.º subdistrito — Santa Silvana;

3.º distrito — Capão do Leão;

1.º subdistrito — Capão do Leão;

2.º subdistrito — Santa Eulália;

3.º subdistrito — Quilombo.

Como principais centros de população, são considerados: uma cidade, Pelotas; duas vilas: Capão do Leão e Dunas.

Pelotas — comarca de entrância, com os termos de

— primeiro dist. do m;

— primeiro subd. do primeiro dist.;

— cidade, cabeça de comarca, sede do m. e do dist. com 79.649 hab.;

— arroio tributário do S. Gonçalo;

— estação ferroviária no km 227

da linha Bagé — Olimpo — Pelotas — Maritima;

— rio formador do Uruguai;

— linha colonial no m. de Guaporé.

Pelotinhas — arroio no m. de Pelotas.

Pelúcia — lugar, sesmaria, estrada e morro no m. de Osório.

Peludo (rincão do) — lugarejo no m. de Santa Maria;

— arroio no m. de Santa Maria.

Penha — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Peperi Guaçu — ilha no Rio Uruguai.

Pepino — arroio e lugar no m. de Pelotas.

Pequena — ilha no canal de S. Gonçalo e lagoa no m. de Pelotas;

— ilha no rio Uruguai. m. de Santo Ângelo.

Pequeno — rio no m. de Santa Cruz do Sul.

Pequeri — povoado no m. de Cachoeira do Sul;

— arroio no m. de Santiago;

— arroio e linha colonial no m. S. Francisco de Assis;

— lugarejo e serra no m. de Encruzilhada do Sul;

— arroio (ver Petinguá).

Perau — linha colonial no m. de Caxias do Sul;

— morro no m. de Lajeado;

— fazenda no m. de Livramento;

— arroio no m. de Palmeira das Missões;

— lugarejo no m. de S. Francisco de Assis;

— lugar no m. de S. Gabriel.

Perau Grande — arroio no m. de Sarandi.

Perauzinho — arroio no m. de Sarandi.

Perdida — arroio e lugar no m. de Torres.

Perdido — arroio no m. de Montenegro.

Perdidos — arroio no m. de Santa Vitória do Palmar.

Perdiz — lugar no m. de D. Pedrito;

— passo no arroio Taquarembó, no m. de D. Pedrito;

— arroio no m. de Encruzilhada do Sul.

Perdizes — arroio no m. de Encruzilhada do Sul;

— passo no rio Jaguarão e lugar no m. de Jaguarão.

Pereira — cerro no m. de Cachoeira do Sul;

— cerro no m. de Encruzilhada do Sul;

— arroio entre os m. de Guaíba e S. Jerônimo;

— passo no rio Quaraí, m. de Livramento;

— arroio no m. de Osório;

— arroio no m. de S. Francisco de Assis.

Pereiras — rincão no m. de Encruzilhada do Sul;

— fazenda no m. de Lagoa Vermelha;

— baixio no rio Caí e porto no m. de Montenegro;

— lugar no m. de Rio Grande;

— rincão no m. de Rio Pardo;

— morro no m. de Torres.

Perereca — arroio no m. de S. Leopoldo.

Peri — arroio no m. de Novo Hamburgo.

Pericó — arroio e lugar no m. de Júlio de Castilhos.

Periperi — sanga no m. de Cachoeira do Sul.

Peripoli — sanga no m. de Cachoeira do Sul.

Periquito — baixio no rio Jaguarão, no m. de Jaguarão.

Perlehu — lugar no m. de S. Leopoldo.

Pernambucano — lugar no m. de Montenegro.

Perseverança — povoado no m. de S. Francisco de Assis.

Pertile — povoado no m. de Cachoeira do Sul;

— estação ferroviária no km 89 da linha Santa Maria — Porto Alegre.

Pessegueirinho — arroio no m. de Bom Jesus;

— arroio no m. de Ijuí;

— arroio no m. de Santa Rosa;

Pessegueiro — subdistrito adm. e jud. do m. de Caçapava do Sul, com 3.090 hab.;

— povoado, sede do subd. de seu nome;

— fazenda no m. de Itaqui;

— arroio no m. de Lagoa Vermelha;

— lugar no m. de Palmeira das Missões;

— lugarejo no m. de Passo Fundo;

— arroio af. do Tapejara, no m. de Passo Fundo;

— arroio af. do Jacuí, no m. de Passo Fundo;

— sanga no m. de Santa Maria;

— povoado no m. de Santa Rosa;

— arroio af. do Santo Cristo, no m. de Santa Rosa;

— arroio af. do rio Pratos, no m. de Santa Rosa;

— arroio af. do Tucunduva, no m. de Santa Rosa;

— arroio (ver Tamarupará).

Peteca — arroio no m. de Santo Antônio.

Petersberg — povoado no m. de S. Leopoldo.

Petigo — arroio no m. de Santo Amaro.

Petim — arroio, cerro e estrada no m. de Guaíba.

Petrolina — povoado no m. de Rio Grande.

Petrópolis — povoado no m. de Caí.

Petry — arroio no m. de Taquara;
— lugar no m. de Montenegro.

Pfaffendorf — cerro no m. de Santa Cruz.

Philipson — estação ferroviária no km 25 da linha Santa Maria — Passo Fundo — Marcelino Ramos.

Piana — lugar no m. de Caxias.

Piaí — arroio nos m. de Caí e Caxias do Sul.

Piapora — arroio no m. de S. Sepé.

Piaruí — arroio na divisa dos m. S. Sepé e Caçapava do Sul.

Piauí — arroio no m. de S. Borja.

Picaças — lugarejo no m. de Cruz Alta.

Picada — arroio no m. de Cachoeira do Sul;

— arroio no m. de Rosário do Sul;

— lugarejo no mesmo m.;

— povoado na ilha da Pintada, no m. de Porto Alegre.

Picada Andrea — lugarejo no m. de Lajeado.

Picada Bastos — lugarejo no m. de Lajeado.

Picada Café — povoado no m. de S. Leopoldo.

Picada Delfino — lugar no m. de Taquari.

Picada do Rio — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul.

Picada dos Nabos — povoado no m. de S. Leopoldo.

Picada Escura — lugarejo no m. de Rio Pardo.

Picada Frampará — lugarejo no m. de Venâncio Aires.

Picada Hartz — lugarejo no m. de Taquara.

Picada Nova — lugarejo no m. de Venâncio Aires.

Picada Rosalina — povoado no m. de Montenegro.

Picada S. Jacó — lugarejo no m. de Estrela.

Picada S. Rafael — povoado no m. de S. Lourenço do Sul.

Picada Velha — povoado no m. de Garibaldi;

— lugarejo no m. de Santa Cruz do Sul.

Picada Verão — povoado no m. de S. Leopoldo.

Picadas — lugarejo no m. de Santa Cruz do Sul;

— lugarejo no m. de Rosário do Sul.

Picadinha — lugarejo no m. de Santa Maria.

Piche — sanga no m. de Itaqui.

Piedade — povoado no m. de Montenegro;

— povoado no m. de Triunfo.

Pijuca — sanga no m. de S. Sepé.

Pilão — arroio no m. de Lajeado;
— passo no m. de Pelotas.

Pilão D'Água — arroio no m. de Santiago.

Pimenta — arroio no m. de Pelotas;

— arroio e povoado no m. de Montenegro;

— saco no Guaíba, m. de Porto Alegre.

Pindai — arroio no m. de Taquari;

— arroio no m. de Santo Ângelo.

Pindai Mirim — arroio no m. de Uruguaiana;

— povoado no m. de Uruguaiana;

— estação ferroviária no km 350 da linha Santa Maria — Uruguaiana.

Pindaíba — arroio no m. de Caçapava do Sul.

Pindorama (ex-Neu Württemberg) — dist. adm. e jud. do m. de Cruz Alta;

— vila sede do dist.

Pinguela — lagoa no m. de Osório.

Pinha — sanga no m. de Osório.

Pinhal — arroio no m. de Farroupilha;

— arroio no m. de Sobradinho;

— arroio no m. de Sarandi;

— arroio no m. de Soledade;

— arroio no m. de Taquara;

— arroio no m. de Vacaria;

— lugarejo no m. de Taquari;

— povoado no m. de Montenegro;

— povoado no m. de Santa Maria;

— estação ferroviária no km 18 da linha Santa Maria — Passo Fundo — Marcelino Ramos;

— serra no m. de Gravataí;

— serra no m. de Vacaria;

— (ex-S. José do Pinhal) — dist. e vila do m. de Vacaria.

Pinhal Alto — lugarejo no m. de Guaporé.

Pinhal Grande — dist. adm. e jud. do m. de Júlio de Castilhos;

— vila, sede do dist.

Pinhal Machadinho — ver Machadinho.

Pinhal Velho — povoado no m. de Santa Maria.

Pinhalzinho — arroio no m. de Gravataí;

— arroio no m. de Santa Cruz.

Pinhão — passo no m. de S. Leopoldo.

Pinheiral — arroio no m. de Santa Cruz do Sul;

— povoado no m. de Cai.

Pinheirinho — arroio no m. de General Vargas.

— lugarejo no m. de S. Lourenço do Sul;

— dist. adm. e jud. do m. de Santo Antônio;

— vila sede do dist.

— passo no rio Tainhas, m. de S. Francisco de Paula.

Pinheiro — passo do rio Correntes no m. de Pelotas;

— coxilha no m. de Santa Maria;

— arroio no m. de Santiago;

— povoado no m. de S. Antônio

— lugar no m. de S. Francisco de Paula;

— arroio nascente rio Cai no m. de S. Leopoldo;

— linha colonial no m. de S. Lourenço do Sul;

— arroio no m. de S. Lourenço do Sul; ;

— arroio no m. de Tupanciretã.

Pinheiro Alto — arroio no m. de Bom Jesus.

Pinheiro Bonito — ver Beluno.

Pinheiro Grasso — lugar no m. de Vacaria.

Pinheiro Machado (ex-Cacimbinhas) — município da Serra do Sudeste, entre os de Bagé, Caçapava do Sul, Piratini e Erval. Mede 2.848 km² e conta 14.329 hab. ou 5,0 por km². Sua divisão administrativa é a seguinte:

1.º distrito — Pinheiro Machado;

1.º subdistrito — Pinheiro Machado;

2. subdistrito — Torrinas;

2.º distrito — Pedras Altas.

São principais centros de população uma cidade, Pinheiro Machado; uma vila, Pedras Altas.

Pinheiro Machado — comarca de 1ª entrância;

— cidade, sede do m. com 2.023 hab.;

— 1.º dist. do município.

— vila (ver Auro Branco) no m. de Estrela.

— povoado no m. de Montenegro;

— arroio no m. de Santo Ângelo;

— estrada no m. de Veranópolis.

Pinheiro Machado de Teutônia — ver Teutônia.

Pinheiro Marcado — povoado no m. de Carazinho;

— estação no km 261 da linha Santa Maria — Passo Fundo — Marcelino Ramos;

— arroio entre Palmeira das Missões e Passo Fundo;

— coxilha no m. de Passo Fundo.

Pinheiro Ralo — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Pinheiros — cerro no m. de Caçapava do Sul;

— sanga no m. de Cachoeira do Sul;

— lugar no m. de Encruzilhada do Sul;

— lugar no m. de Garibaldi;

— porto do rio Jacuí no m. de Guaíba;

— lugar no m. de Montenegro;

— porto no m. de Osório;

— arroio no m. de Osório;

— local no m. de Pelotas;

— lugar no m. de Piratini;

— serra no m. de Piratini;

— povoado no m. de Santo Antônio;

— arroio no m. de S. José do Norte;

— arroio no m. de S. Leopoldo;

— lugarejo no m. de S. Lourenço;

— linha colonial no m. de S. Lourenço.

Pinheiros — porto do rio Uruguai, no m. de S. Luís Gonzaga;

— sanga no m. de S. Sepé;

— arroio no m. de Taquara;

— arroio no m. de Taquari;

— povoado (ver Barranco).

Pinheiros Altos — arroio no m. de Erechim.

Pinheiro Seco — lugar no m. de Vacaria.

Pinheiro Torto — arroio no m. de Passo Fundo.

Pinho — arroio no m. de Osório;

— lugar no m. de Osório;

— sanga no m. de S. Antônio.

Pintada — dist. com 2.930 hab. no m. de Porto Alegre;

(ex-ilhas) — vila no m. de Porto Alegre;

— ilha do rio Guaíba do m. de Porto Alegre.

Pintado — arroio no m. de Itaquí;

— cerro no m. de Alegrete;

— passo no rio Quaraí no m. de Quaraí;

— arroio no m. de Santa Cruz do Sul.

Pintado Grande — sanga no m. de Itaquí.

Pinto — passo no m. de Gravataí;

— arroio no m. de Santa Maria;

— passo no m. de S. Francisco de Paula;

— rio no m. de S. Francisco de Paula;

— passo do Vacacaí no m. de S. Gabriel;

— passo no m. de S. Lourenço do Sul;

— passo no m. de Bagé;

— passo no m. de S. Sepé.

— rio no m. de Torres.

Pinto Bandeira (ex-Nova Pompeia) — dist. com 2.340 hab. no m. de Bento Gonçalves;

— vila no m. de Bento Gonçalves.

Pintos — sanga no m. de Itaquí.

Piões — arroio no m. de Osório.

Pipa — arroio no m. de Cachoeira do Sul.

Pipas — arroio no m. de Livramento;

— passo no m. de Livramento;

Pipoca — sanga no m. de S. Sepé;

Piqueri — subd. — ver Capitão Noronha;

— lugar no m. de Rio Pardo.

Pirá — sanga no m. de Palmeira das Missões.

Piracai — arroio no m. de Iraí (ver Pardo).

Piracupia — rio no m. de Vacaria.

Pirai — (ex-Passo do Viola) — subd. com 1.530 hab. no m. de Bagé;

— povoado no m. de Bagé;

— arroio no m. de Bagé;

— fazenda no m. de Bagé;

— lagoa no m. de D. Pedrito;

— lugar no m. de D. Pedrito;

— fazenda no m. de S. Gabriel.

Pirai Chico — arroio no m. de Bagé.

Pirai Grande — lugar no m. de D. Pedrito.

Pirai Guaçu — lugar no m. de Rio Grande.

Piraizinho — arroio no m. de Bagé;

— povoado no m. de Bagé;

— fazenda no m. de Bagé;

— lugarejo no m. de D. Pedrito.

Pirajá — arroio no m. de Cai;

— linha no m. de Cai;

— lugar no m. de Cai.

Pirajá — lugar no m. de Caxias do Sul;

— arroio no m. de Ijuí;

— fazenda no m. de Lagoa Vermelha.

Pirajacã — arroio no m. de S. Gabriel.

Piraju — arroio no m. de S. Francisco de Assis;

— fazenda no m. de S. Francisco de Assis;

— arroio no m. de S. Luís Gonzaga;

— povoado, núcleo colonial e passo no m. de S. Luís Gonzaga;

— arroio af. do Ibicuí, no m. de S. Luís Gonzaga.

Piramirita — arroio no m. de Palmeira das Missões.

Piranga — lugar e arroio no m. de Ijuí.

Pirapó — serra, colônia e salto no m. de S. Luís Gonzaga.

Pirataba — (ex-Rio Verde) — dist. com 5.520 hab. no m. de Torres;

— vila no m. de Torres.

Pirassucê — rio no m. de Passo Fundo (ver Rio do Peixe).

Piratini — município da Serra do Sudeste, entre os de Pinheiro Machado, Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Canguçu, Arroio Grande e Erval. Mede 2.372 km² e conta 21.121 hab. ou 6,2 por km².

Sua divisão administrativa é a seguinte:

1.º distrito — Piratini;

2.º subdistrito — Espírito Santo (ex-Ferreira);

3.º subdistrito — Capela (ex-Pedregal);

4.º subdistrito — Passo do Graciano;

5.º subdistrito — Faxinal.

O principal centro de população é a cidade de Piratini.

Piratini — termo da comarca de Canguçu;

— dist. com 21.121 hab. ;

— cidade, sede do m. com 8.805 hab.;

— estação (ver Ivo Ribeiro);

— lugarejo no m. de S. Luís Gonzaga;

— rio af. S. Gonçalves;
 — rio af. Uruguai;
 — ilha.

Piratini Chico — arroio — ver Piratini Menor e Garcias.

Piratini da Forqueta — arroio — limite Pinheiro Machado (ver S. Maria).

Piratini do Saraiva — arroio no m. de Canguçu.

Piratini Menor — arroio no m. de Piratini.

Piratini Mirim — arroio no m. de S. Ângelo (ver Almas).

Piratinzinho — arroio no m. de Piratini;
 — arroio no m. de S. Ângelo.

Pires — arroio no m. de Itaqui;
 — linha colonial no m. de Taquara;
 — passo rio Taquari Mirim no m. de Rio Pardo;
 — passo rio Taquari Mirim no m. de Venâncio Aires;

Pires (rincão dos) — arroio no m. de Pinheiro Machado;
 — lugarejo no m. de Santa Maria;
 — lugarejo no m. de Santo Ângelo.

Pireu — morro no m. de Nova Prata.

Pirica — sanga no m. de S. Borja.

Piringá — arroio no m. de Montenegro.

Piriquito — cerro no m. de S. Pedro do Sul.

Piriri — banhado no m. de S. Borja.

Piritiba — arroio no m. de S. Gabriel.

Pirolin — sanga no m. de Estrela.

Piruí — arroio no m. de Sarandi.

Pistola — arroio no m. de Lagoa Vermelha.

Pitangas — lugar no m. de Santa Cruz do Sul;
 — arroio no m. de Sobradinho.

Pitanguá — arroio no m. de Sarandi.

Pitangueira — arroio no m. de Arroio Grande;

— arroio no m. de Pinheiro Machado;

— sanga no m. de Santa Maria.

Pitangueiras — arroio no m. de General Vargas;

— lugar no m. de Osório.

Pitium — sanga no m. de Erval.

Pito Aceso — lugar no m. de Cachoeira do Sul;

— passo no rio Vacacaí, no m. de S. Gabriel.

Pitoca — arroio no m. de Santa Rosa.

Pituba — lugar no m. de Taquara.

Pium — arroio no m. de Itaqui.

Piverá — arroio no m. de Soledade.

Planalto Médio — zona fisiográfica ao norte do Rio Grande do Sul. Nela estão localizados os municípios de Erechim, Sarandi, Getúlio Vargas, Passo Fundo, Carazinho, Cruz Alta, Ijuí, Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Soledade. Mede 9,018 km² e abriga 646.509 hab. ou 16,5 por km².

Planalto Nordeste — região fisiográfica ao NE do Rio Grande do Sul. Nela estão localizados os m. de Marcelino Ramos, Lagoa Vermelha, Vacaria, Aparados da Serra, São Francisco de Paula. Mede 21.744 km² e abriga 208.851 hab. ou 9,6 por km².

Plano Alto — povoado no m. de Uruguaiana;

— estação no km 301 da linha Santa Maria — Uruguaiana.

Plano Horizontal — estação.

Plano Oriental — lugarejo no m. de Bagé.

Plums — arroio e linha no m. de Santa Cruz do Sul.

Poacá (ex-Tigre) — arroio no m. de Bagé.

Poassu — arroio no m. de Ijuí.

Pobre — lugar e arroio no m. de S. Ângelo;

— mangrullo na Lagoa dos Patos.

Pocinho — arroio e linha no m. de Lajeado.

Poço Bonito — local no m. de Cachoeira do Sul.

Poço da Laje — linha no m. de Encantado.

Poço das Antas — arroio no m. de Garibaldi;

— dist. com 5.180 hab., no m. de Montenegro;

— vila no m. de Montenegro.

Poço de Pedra — arroio no m. de Santa Rosa.

Poço Fundo — arroio no m. de S. Borja;

— lugarejo no m. de Taquara.

Poço Preto — povoado no m. de S. Luís Gonzaga.

Poité — sanga no m. de Encruzilhada.

Polesini — povoado no m. de Cachoeira do Sul.

Polícia — lugar no m. de Palmeira das Missões;

— morro no m. de Porto Alegre.

Polidoro — povoado no m. de Carazinho;

— arroio no m. de Passo Fundo;

— arroio no m. de Rio Grande.

Polux — arroio no m. de Santa Rosa.

Pólvora — cerro no m. de Jaguarão;

— ilha no m. de Porto Alegre;

— ilha no m. de Rio Grande.

Pomanga — arroio no m. de S. Lourenço do Sul.

Pompéia — ver Nova Pompéia.

Pompeu Machado (ex-Camaquã)

— subdist. com 5.420 hab., no m. de Encruzilhada do Sul;

— povoado no m. de Encruzilhada do Sul.

Pombas — arroio no m. de General Câmara;

— cerro no m. de Pelotas;

— ilha no m. de Rio Grande;

— arroio no m. de Santo Ângelo;

— banhado no m. de S. Gabriel;

— ilha no m. de Viamão;

— canal no Rio Guaíba;

— passo no rio Jacuí.

Pomerânios — linha no m. de Cachoeira do Sul.

Ponche — ver Poncho.

Ponche Verde — ver Poncho Verde.

Poncho — lagoa no m. de S. José do Norte.

Poncho Verde — subdist. com 2.950 hab., no m. de D. Pedrito;

— povoado, lagoa, banhado, arroio, fazenda no m. de D. Pedrito.

Ponci — lugar no m. de Quaraí.

Ponciano — morro no m. de Gravataí.

Pons — parada ferroviária no km 26 da linha Bagé — D. Pedrito — Livramento.

Ponta — ilha no m. de Pelotas.

Ponta Alegre — povoado no m. de Arroio Grande.

Ponta da Ilha — lugar no m. de Osório.

Ponta da Torutama — núcleo colonial no m. de Rio Grande.

Ponta de Camaquã — lugar no m. de Lavras do Sul;

Ponta do Butiá — lugar no m. de Carazinho.

— fazenda no m. de D. Pedrito.

Ponta do Mal — coxilha no m. de S. Sepé.

Ponta do Mato — lugar, sanga e banhado no m. de S. Sepé.

Ponta do Pinheiro — povoado no m. de Santa Maria.

Ponta do Salso — lugar no m. de Lavras do Sul;

— lugar no m. de São Gabriel.

Ponta Grossa — lugarejo no m. de Gravataí;

— lugar, ponta e morro no m. de Porto Alegre.

Pontal — lugar no m. de Osório;

— povoado e porto no m. de Bom Jesus do Triunfo.

Pontal da Barra — lugar no m. de S. José do Norte.

Pontal do Rio Grande — lugar no m. de Rio Grande.

Ponta Negra — fazenda de criação no m. de Jaguarão.

Pontão — lugarejo no município de Bom Jesus do Triunfo;

— lugarejo no m. de Cruz Alta;

— lugar no m. de Carazinho;

— arroio, passo, aldeamento no m. de Lagoa Vermelha;

— povoado;

— lugarejo no m. de Lajeado;

— lugarejo no m. de Passo Fundo;

— arroio no m. de Soledade.

Pontão Bonito — lugar no m. de S. Ângelo.

Pontão do Ijuizinho — lugar no m. de Ijuí.

Pontão do Urubucarú — lugar no m. de S. Ângelo.

Ponta Rasa — lugar e ilha no m. de Bom Jesus do Triunfo.

Pontas do Ijuizinho — lugarejo no m. de Ijuí.

Pontas do Irapiá — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Pontas do Santa Bárbara — local no m. de Pelotas.

Pontas do Vacacai — lugar no m. de S. Gabriel.

Ponte — arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— passo no m. de Cachoeira do Sul;

— lugar no m. de Livramento;

— arroio no m. de Passo Fundo;

— arroio no m. de Soledade;

— arroio (ver Cabé);

— rio (ver Nossa Senhora).

Ponte Alta — lugar no m. de S. Ângelo;

— arroio no m. de S. Ângelo.

Ponte de Cachoeira — local no m. de Gravataí.

Ponte de Congonhal — fazenda no m. de Montenegro.

Ponte de Pelotas — povoado no m. de Pelotas.

Ponte de S. Sepé — lugarejo no m. de S. Sepé.

Ponte do Jacuizinho — lugar no m. de Cruz Alta.

Ponte do Maratá — povoado no m. de Montenegro.

Ponte do Prata — lugarejo no m. de Bento Gonçalves.

Ponte Queimada — sanga no m. de Venâncio Aires.

Pontes — povoado e cerro no m. de Taquari.

Pontes Filho — lugarejo no m. de Estrela.

Poracá — arroio no m. de Caçapava do Sul.

Poracé — arroio no m. de General Câmara.

Porão — lagoa no m. de Candelária.

— lagoa no m. de Sobradinho.

Porco — arroio no m. de Cachoeira do Sul;

— arroio no m. de Uruguaiana.

Porco Branco — local e arroio no m. de Pelotas.

Porco Magro — lugar e arroio no m. de Lajeado.

Porco Morto — lugar e arroio no m. de S. Francisco de Paula.

Porcos — arroio no m. de D. Pedrito;

— arroio no m. de Pelotas;

— arroio no m. de Soledade.

Porfírio — passo no rio Ijuí, no m. de Ijuí.

Poriá — arroio no m. de Palmeira das Missões.

Poronduba — arroio no m. de Canguçu.

Porongos — arroio no m. de Arroio Grande;

— povoado, coxilha (ver Caxambá), no m. de Cruz Alta;

— estação ferroviária no km 208 da linha S. Maria — Passo Fundo — Marcelino Ramos;

— lugar e arroio no m. de Estrela;

— arroio no m. de Guaporé;

— arroio no m. de Lajeado;

— arroio no m. de Passo Fundo;

— lugar e cerro no m. de Pinheiro Machado.

Pororó — arroio no m. de Cruz Alta;

— arroio no m. de Getúlio Vargas.

Pororoca — lugarejo no m. de Passo Fundo.

Porta — lugar, arroio e cerro no m. de Cachoeira do Sul;

Portão — dist. com 3.810 hab., arroio, vila e morro no m. de Caí;

— povoado e arroio no m. de Cruz Alta;

— arroio, passo e lugar no m. de Gravataí;

— arroio no m. de Jaguarí;

— povoado no m. de Júlio de Castilhos;

— lugarejo, arroio af. Erval, arroio af. Jacuí, no m. de Passo Fundo;

— arroio no m. de Rio Pardo;

— arroio no m. de Santiago;

— arroio no m. de Santo Ângelo;

— lugar no m. de Santo Antônio;

— arroio e povoado no m. de S. Leopoldo;

— estação ferroviária no km 48 da linha Porto Alegre — Montenegro — Caxias.

Portãozinho — lugar no m. de S. Leopoldo.

Porteira — arroio no m. de Bagé;

— arroio no m. de Cachoeira do Sul;

— arroio no m. de Camaquã;

— arroio no m. de Canguçu;

— lugar e lagoa no m. de Osório;

— arroio no m. de Passo Fundo;

— arroio no m. de Santa Cruz do Sul;

— arroio no m. de Santa Maria;

— arroio no m. de Santo Ângelo;

— arroio no m. de Santiago;

— passo no m. de S. Jerônimo;

— lagoa no m. de S. José do Norte;

— arroio no m. de S. Luís Gonzaga;

— arroio no m. de Tapes;

— arroio (ver Ararica).

Porteira do Pinhal — arroio no m. de Vacaria.

Porteira dos Barcelos — lugarejo no m. de S. Francisco de Assis.

Porteira do Sousa — lugar no m. de Rio Grande.

Porteira Grande — lugar e lagoa no m. de Osório.

Porteira Velha — arroio no m. de Taquara.

Porteirinha — arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— povoado, arroio (ex-Divisa ou Ribeirão), arroio af. do Barriga, arroio af. do Divisa, no m. de Cachoeira do Sul;

— (ex-Concelção) — ver Pampeiro, no m. de Livramento;

— povoado no m. de Santa Maria;

— lugar no m. de Santiago;

— arroio no m. de S. Jerônimo;
— arroio no m. de Vacaria;
— estação ferroviária no km 329 da linha Bagé — Cacequi — Livramento.

Porteirinhas — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Portela — arroio no m. de Getúlio Vargas.

— arroio no m. de Júlio de Castilhos;

— lugar no m. de Pelotas.

— arroio no m. de Santa Maria;

— arroio no m. de Santo Ângelo.

Porto — linha colonial no m. de Caxias do Sul.

Porto Alegre — município da Depressão Central, entre os de Guaiíba, Bom Jesus do Triunfo, Canoas e Viamão. Mede 462 km² e conta 401.212 hab. ou 868,4 por km. Tem as seguintes divisões administrativas e judiciárias:

1.º distrito — Porto Alegre;

1.º subdist. — Centro;

2.º subdist. — Azenha;

3.º subdist. — Floresta;

4.º subdist. — São João;

5.º subdist. — Glória;

6.º subdist. — Tristeza;

2.º distrito — Belém Novo;

3.º distrito — Pintada.

Porto Alegre — comarca de 1ª entrância; cidade, capital do Estado e do município, com 381.758 hab.;

— linha colonial no m. de Guaporé.

Porto Batista (ex-Passo Fundo)

— distrito adm. e jud. de Bom Jesus do Triunfo, com 3.420 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Porto Bloss — lugarejo no m. de S. Leopoldo.

Porto Branco — lugarejo no m. de Livramento.

Porto Carioca — povoado no m. de S. Leopoldo.

Porto Caxambu — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Porto Chimarrão — povoado no m. de Montenegro.

Porto Chalana — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Porto Clemente — lugar no m. de Montenegro.

Porto Cornélius — estação.

Porto da Chacrinha — lugar no m. de S. Leopoldo.

Porto da Cruz — lugarejo no m. de S. Leopoldo.

Porto da Farinha — lugarejo no m. de Canoas.

Porto da Manga — povoado no m. de Bom Jesus do Triunfo.

Porto Dante — povoado no m. de S. Leopoldo.

Porto da Paciência — lugar no m. de Taquara.

Porto das Pombas — povoado no m. de Viamão.

Porto das Mesas — lugarejo no m. de Rio Pardo.

Porto Daudt — povoado no m. de S. Leopoldo.

Porto da Vendinha — lugar no m. de Montenegro.

Porto da Viúva Guedes — povoado no m. de Taquari.

Porto de S. Gabriel — lugar no m. de Lajeado.

Porto do Arraial — núcleo colonial no m. de Rio Grande.

Porto do Cava — povoado no m. de Bom Jesus do Triunfo.

Porto do Conde — estação da estrada de ferro do Jacuí.

Porto do Ibicuzinho — lugar no m. de Santo Ângelo.

Porto do Limeira — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul.

Porto dos Barros — povoado no m. de Taquari.

Porto dos Canos — lugar no m. de Taquari.

Porto dos Dourados — parada ferroviária no km 215 da linha S. Maria — Porto Alegre.

Porto dos Pereiras — lugar no m. de Montenegro;

— lugar no m. de Taquari.

Porto dos I.ºs Campos — lugar no m. de S. Jerônimo.

Porto do Veado — lugarejo e porto do rio dos Sinos, no m. de São Leopoldo.

Porto Eli — povoado no m. de Montenegro.

Porto Estácio — porto e estação no m. de Osório.

Porto Frutuoso — povoado no m. de S. Leopoldo.

Porto Garibaldi — povoado no m. de Montenegro.

Porto Gomes — povoado no m. de Venâncio Aires;

— lugar no m. de General Câmara.

Porto Grande — lugar no m. de Taquari.

Porto Guimarães — lugar no m. de Cai.

Porto Inácio — lugar no m. de Montenegro.

Porto Lucena — (ex-Pedro Alvarres Cabral) — dist. adm. e jud. de S. Rosa, com 6.650 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Porto Mariante — ver Porto Gomes.

Porto Mata Olho — lugar no m. de S. Leopoldo.

Porto Novo — local no m. de Rio Grande.

— lugar no m. de Rio Pardo.

Porto Paquete — colônia no m. de Montenegro.

Porto Pereira — povoado no m. de Montenegro.

Porto Pesqueiro — povoado no m. de Novo Hamburgo.

Porto Queimado — fazenda no m. de S. Gabriel.

Porto Reúno — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Porto Tranqueiras — povoado no m. de Novo Hamburgo.

Porto Wendt — povoado no m. de Estrela.

Porto Xavier — dist. adm. e jud. do m. de S. Luís Gonzaga, com 9.980 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome, com 4.000 hab.

Portugueses — povoado no m. de Estrela.

Posses — lugar no m. de Estrela;

— povoado no m. de Taquari.

Posto — arroio e lugar no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— arroio no m. de Cachoeira do Sul;

— arroio no m. de Carazinho;

— cerro e fazenda no m. de Lavras do Sul;

— lugar no m. de Osório;

— arroio no m. de Passo Fundo;

— arroio no m. de Pelotas;

— lugar no m. de Rosário do Sul;

— arroio no m. de S. Gabriel;

— povoado no m. de S. José do Norte;

— arroio e lagoa no m. de S. Sepé;

— arroio no m. de Uruguaiana;

— passo no m. de Vacaria.

Posto Branco — arroio no m. de Júlio de Castilhos;

— lugar no m. de Pelotas;

— lugar no m. de Piratini;

— subdist. adm. e jud. do m. de S. Gabriel, com 1.140 hab.;

— povoado, sede do subdist. de seu nome.

Posto do Canguçu — fazenda no m. de Canguçu.

Posto Queimado — fazenda no m. de S. Gabriel.

Potara — arroio no m. de Soledade.

Potariva — arroio no m. de Canguçu.

Poti — sanga no m. de Tapes.

Potiretá — arroio no m. de Sarandi.

Potiribu — rio no m. de Cruz Alta;

— arroio no m. de Ijuí.

Potrada — arroio no m. de Santo Ângelo.

Potreirinho — arroio no m. de Rio Pardo.

— fazenda no m. de S. Francisco de Paula;

— povoado no m. de S. Jerônimo.

Potreiro — lugar no m. de General Câmara;

— lugar no m. de S. Francisco de Paula;

— arroio no m. de Taquari;

— lugar no m. de Torres.

Potreiro Bonito — povoado no m. de Palmeira das Missões;

— cerro no m. de S. Francisco de Assis;

Potreiro da Faxina — arroio no m. de S. Sepé.

Potreiro de Nossa Senhora — lugar no m. de Lagoa Vermelha.

Potreiro do Chico — povoado no m. de Osório.

Potreiro do Inferno — lugar no m. de Santa Cruz do Sul.

Potreiro do Sobrado — rincão, no m. de S. Gabriel.

Potreiro Grande — arroio no m. de Caí;

— lugar no m. de Encruzilhada do Sul;

— lugar no m. de Guaíba;

— lugar no m. de Montenegro;

— lagoa no m. de Osório;

— lugarejo no m. de Rio Pardo;

— lugar e arroio no m. de Santa Cruz do Sul;

— arroio no m. de Santo Antônio;

— lugar no m. de Tapes;

— arroio no m. de Viamão.

Potreiro Velho — lugar no m. de S. Francisco de Paula;

— lugar no m. de S. Gabriel.

Pouso Novo — subd. adm. e jud. do m. de Arroio do Meio, com 3.370 hab.;

— povoado, sede do subd. de seu nome.

Povinho — lugarejo no m. de Passo Fundo;

— arroio no m. de Passo Fundo;

— lugarejo no m. de Santiago;

— arroio no m. de Soledade.

Povinho da Estrada — povoado no m. de Passo Fundo.

Povinho dos Castilhos — lugarejo no m. de São Borja.

Povinho Velho — lugar no m. de Passo Fundo.

Povo — arroio no m. de Piratini.

Povoação — colônia no m. de Caí.

Povoado Camargo — lugar no m. de Passo Fundo.

Povoado Sobradinho — ver Sete.

Povoado S. Paulo — povoado — ver S. Paulo.

Povoado Vitória — lugarejo no m. de Guaporé.

Povo Novo — lugarejo no m. de Pelotas;

— dist. adm. e jud. do m. de Rio Grande, com 4.920 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;
— estação ferrov. no km 247 da linha Bagé — Olimpo — Pelotas — Marítima.

Povos — lugar no m. de S. José do Norte.

Poxicaba — arroio no m. de Arroio do Meio.

Prado — arroio no m. de Iraí;

— lugar no m. de Palmeira das Missões;

— ver Novo Prado.

Pradel — linha no m. de Bento Gonçalves.

Praia — lugar no m. de S. Antônio.

Praia Grande — lugar no m. de Torres.

Prainha — lagoa no m. de Osório.

Prata — rio e lugar no m. de Lagoa Vermelha;

— núcleo colonial no m. de Veranópolis;

— arroio no m. de Soledade;

— ver Nova Prata.

Pratinha — arroio e fazenda no m. de Veranópolis;

— povoado no m. de Nova Prata.

Pratis — (cachoeira do) — salto no rio Camaquã.

Pratos — povoado e rio no m. de Santa Rosa;

— lugarejo no m. de S. Ângelo.

Prazeres — povoado no m. de S. Leopoldo.

Preás — ilha no m. de Rio Grande.

Preguiça — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Presidente Barbosa — parada ferr. no km 101 da linha Basílio — Jaguarão.

Presidente Lucena — lugar no m. de S. Leopoldo.

— estrada entre S. Leopoldo e Caí.

Presidente Soares — lugar no m. de Garibaldi.

Pressler — lugar e passo no m. de Lajeado.

Prestes — lugar no m. de D. Pedrito;

— lugar e cerro no m. de Encruzilhada do Sul,

Preta — sanga no m. de Itaqui.

Pretas — lugarejo no m. de Cruz Alta;

— arroio no m. de Sarandi.

Primavera — lugar no m. de Rosário do Sul.

Primeira — linha colonial no m. de Veranópolis;

— linha colonial no m. de Jaguari.

Primeira Légua — núcleo no m. de Caxias do Sul.

Primeira Ponte — arroio no m. de Cruz Alta.

Primeiro de Fevereiro — linha colonial no m. de S. Antônio.

Primeiro de Janeiro — linha colonial no m. de S. Antônio.

Primeiro de Março — povoado no m. de Guaporé;

— arroio no m. de Santa Rosa.

Primeiro de Novembro — linha colonial no m. de S. Antônio.

Primeiros — arroio no m. de Passo Fundo.

Primor — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Primórdio Azambuja — linha colonial no m. de Lajeado.

Princesa Isabel — (ex-Treze de Maio) — vila — ver Áurea.

Proenças — passo do rio Uruguai, no m. de Uruguaiana.

Progresso — lugarejo no m. de Encruzilhada do Sul;

— lugarejo no m. de Gravataí;

— (ex-S. Francisco de Gramado)

— dist. adm. e jud. do m. de Lajeado, com 7.960 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— lugarejo e arroio no m. de Pelotas;

— fazenda no m. de Uruguaiana.

Protásio Alves — dist. adm. e jud. do m. de Nova Prata, com 3.070 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Protásio Freitas — lugar no m. de Venâncio Aires.

Protestantes — lugar no m. de S. Luís Gonzaga.

Provenzano — desvio ferrov. no km 40 da linha Porto Alegre, — Taquara — Canela.

Provedores — arroio e lugarejo no m. de S. Vitória do Palmar.

Prudente — linha colonial no m. de Lajeado.

Puca — lugar no m. de Torres.

Puitã — rio no m. de Carazinho;
— arroio no m. de Itaquí.

Puitã Japeju — arroio no m. de Uruguaiana.

Puitãzinho — arroio no m. de Itaquí.

Pulador — povoado no m. de Guaporé;

— arroio no m. de Lagoa Vermelha;

— estação ferr. no km 329 da linha S. Maria — Passo Fundo — Marcelino Ramos;

— arroio e lugarejo no m. de Passo Fundo;

— fazenda no m. de S. Angelo;

— arroio no m. de Sarandi;

— lugarejo no m. de Soledade.

Pulpito — lugar no m. de S. Antônio.

Pururé — arroio no m. do Sarandi.

Putinga — dist. adm. e jud. do m. de Encantado, com 6.140 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— arroio no m. de Encantado.

Puxi — arroio no m. de Cruz Alta.
Puxiretê — arroio no m. de Cruz Alta.

— Q —

Quabiriba — arroio — ver Guabireba.

Quadrada — ilha no Uruguai, no m. de Itaquí.

Quadrilha — passo no Vacacaí, no m. de S. Gabriel;

— lugarejo no m. de S. Gabriel.

Quadros — lagoa e lugarejo no m. de Osório;

— lugarejo no m. de Torres.

Quaraí — município da Campanha, entre os de Uruguaiana, Alegrete, Rosário do Sul, Livramento, e a República do Uruguai. Mede 3.256 km² e conta 15.788 hab. ou 4,8 por km².

Divide-se nas seguintes circunscrições administrativas e judiciárias.

1.º distrito — Quaraí;

1.º subdistrito — Quaraí;

2.º subdistrito — Minuanos;

3.º subdistrito — São Rafael.

Seu principal centro urbano é a cidade de Quaraí.

Quaraí — estação ferrov. no km 115 da linha Alegrete — Quaraí;

— cidade, sede do m., com 7.524 hab.;

— distr. adm. e jud. com 8.000 hab.;

— lugarejo no m. de Guaporé;

— rio e lugarejo no m. de Livramento;

— arroio no m. de Passo Fundo;

— arroio no m. de Santa Rosa;

— rio, af. do Uruguai;

— arroio (ver Quatipé).

Quaraí Chico — arroio no m. de Uruguaiana.

Quaraí Mirim — lugarejo no m. de Quaraí;

— arroio no m. de Uruguaiana;

Quaraí — estação ferroviária no km 85 da linha Alegrete — Quaraí.

Quaraizinho — arroio no m. de S. Ângelo.

Quarenta — arroio e lugar no m. de Caxias do Sul.

Quarenta e oito — lugar no m. de S. Leopoldo.

Quarepoti — (ex-S. Lourenço) — dist. — ver Missioneiros.

Quaresma — arroio no m. de Antônio Prado;

— lugar no m. de Rio Pardo.

— lugarejo no m. de S. Luís Gonzaga.

— passo no m. de Ijuí.

Quarta Léguas — linha colonial no m. de Caxias do Sul.

Quartéis — arroio, no m. de Bom Jesus — ver Quatis;

Quartel-Mestre — arroio e lugarejo no m. de Cachoeira do Sul.

Quatepe — arroio e lugar no m. de Quaraí;

Quati — lugar no m. de S. Gabriel;

— arroio no m. de S. Pedro do Sul.

Quatipi — (ex-S. Domingos) — dist. adm. e jud. do m. de Guaporé, com 3.340 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Quatis — arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— ponta no m. de Porto Alegre.

Quatorze — linha colonial — ver Catorze.

Quatorze Colônias — ver Catorze Colônias.

Quatorze de Julho — linha colonial — ver Catorze de Julho.

Quatorze Auxiliadores — linha colonial — ver Catorze Auxiliadores.

Quatro — linha colonial, no m. de Santa Maria.

Quatro Colônias — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul;

— povoado no m. de S. Leopoldo.

Quatro Irmãos — lugarejo no m. de Caxias do Sul;

— dist. adm. e jud. do m. de Erechim, com 7.840 hab.;

— vila, sede de dist. de seu nome.

Quatro Léguas — povoado no m. de Lajeado;

— lugarejo no m. de Santa Rosa;

— arroio no m. de Sobradinho;

— lugarejo no m. de Soledade.

Quaxeama — sanga no m. de Taipas.

Que — redemoinho do rio Camaquã, no m. de S. Borja.

Quebra-Barril — arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo.

Quebra-Cachimbos — arroio no m. de Iraí.

Quebra-Cangalhas — cerro no m. de Gravataí;

— lugar no m. de Porto Alegre;

— arroio no m. de S. Ângelo.

Quebra-Carreta — lugar no m. de S. Ângelo.

Quebrachinho — arroio no m. de Bagé.

Quebracho — arroio e lugar no m. de Bagé.

— estação ferroviária no km 15 da linha Bagé — Olimpo — Pelotas — Marítima;

— lugarejo no m. de Rio Grande.

Quebra-Dente — lugarejo no m. de Gravataí;

— serra no m. de Júlio de Castilhos;

— arroio no m. de Lagoa Vermelha;

— lugarejo e arroio no m. de Palmeira das Missões;

— arroio no m. de Passo Fundo;

— lugarejo no m. de S. Leopoldo;
— lugarejo e arroio no m. de Soledade;

— arroio no m. de Tupanciretã;
— arroio no m. de Vacaria.

Quebra-Eixo — lugar no m. de Caçapava do Sul;

— lugarejo e passo do rio Taquari no m. de S. Francisco de Assis.

Quebra-Garupa — lugar no m. de Tapes.

Quebra-Guampa — arroio no m. de Camaquã.

Quebra-Mastro — pontal na emb. do rio Camaquã, margem esquerda;
— grande ilha na embocadura do rio Camaquã, sob a jur. do m. de Camaquã;

— lugarejo no m. de Camaquã.

Quebrantes — lugar no m. de Gravataí;

Quebra-Perna — lugar e arroio no m. de Guaporé.

— lugar no m. de Vacaria.

Quebras — lugar no m. de S. Sepé.

Queimada — lagoa no m. de S. José do Norte.

Queimadinha — lugar no m. de Erval.

Queimado — lugar e arroio no m. de Guaporé;

— lugar e arroio no m. de Ijuí;

— lugarejo e morro no m. de Osório;

— cerro no m. de Pelotas;

— lugar e morro no m. de Santa Cruz do Sul.

Querência — lugarejo no m. de Taquara.

Querino — arroio no m. de Irai.

Quero Mana — arroio no m. de Alegrete.

Quero-Quero — lugarejo no m. de Rio Pardo.

Quevedo Primeiro — lugarejo no m. de S. Lourenço do Sul.

Quevedos — lugar no m. de Pelotas;

— (ex-Igrejinha) — dist. adm. e jud. do m. de Júlio de Castilhos, com 3.640 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— arroio no m. de Júlio de Castilhos;

— lugar no m. de Santa Maria;

— linha colonial e arroio no m. de S. Lourenço do Sul.

Quevedo Segundo — lugarejo no m. de S. Lourenço do Sul.

Quibebe — arroio e lugar no m. de Cai.

Quietos — cerro no m. de Bagé (ver Aceguá Chico).

Quilombinho — lugar e arroio no m. de Jaguarão;

— arroio no m. de Pelotas.

Quilombo — lugar no m. de Cachoeira do Sul;

— lugar e arroio no m. de Cai;

— furo no rio entre a margem direita e a ilha Quebra-Mastro, no m. de Camaquã;

— arroio e povoado no m. de Candelária;

— lugar no m. de Erval;

— lugarejo e arroio no m. de Jaguarão;

— povoado no m. de Novo Hamburgo;

— arroio e lugar no m. de Osório;

— subdist. adm. e jud. do m. de Pelotas, com 7.930 hab.;

— povoado e arroio no m. de Pelotas.

— ilha no m. de Porto Alegre;

— arroio e lugar no m. de Rio Pardo;

— lugarejo no m. de Santa Maria;

— lugar no m. de Santo Antônio.

— lugar no m. de Soledade;

— povoado e arroio no m. de Taquara;

— arroio e lugar no m. de Vião;

— ver Angabeí;

Quimbaí — arroio no m. de Sarandi.

Quinas — coxilha no m. de Cruz Alta.

Quinca — arroio no m. de Sobradinho.

Quinca Rabão — lugar no m. de Alegre.

Quinca Silva — sanga e planalto no m. de Lavras do Sul.

Quineiro — arroio no m. de Santa Rosa.

Quinta — linha colonial no m. de Júlio de Castilhos;

— (ex-Júlio de Castilhos) — dist. adm. e jud. ao m. de Rio Grande, com 3.250 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— estação ferroviária no km 263 da linha Bagé — Olimpo — Pelotas — Maritima;

— fazenda no m. de Tapes;

— linha colonial no m. de Veranópolis.

Quinta Léguas — linha colonial no m. de Caxias do Sul.

Quintana — passo no m. de Rio Pardo.

Quintão — povoado e lagoa no m. de Osório.

Quinto — lugarejo no m. de Pelotas.

Quinze — arroio no m. de Estrela.

Quinze de Fevereiro — linha no m. de Caxias do Sul.

Quinze de Novembro — dist. adm. e jud. do m. de Cruz Alta, com 4.690 hab.;

— vila, sede de dist. de seu nome;

— lugarejo no m. de Erval;

— linha colonial no m. de Estrela;

— linha colonial no m. de Guaporé;

— linha colonial no m. de Osório;

— povoado no m. de Santa Rosa;

— núcleo colonial no m. de S. Francisco de Paula;

— núcleo colonial no m. de Vacaria;

— núcleo colonial no m. de Veranópolis.

Quinzote — lugar no m. de Lagoa Vermelha.

Quipá — arroio no m. de Soledade.

Quiramoai — arroio no m. de Sarandi.

Quirapora — arroio no m. de Sarandi.

Quiri — sanga no m. de Erval.

Quiribim — arroio no m. de S. Jerônimo.

Quirimau — arroio no m. de Ijuí.

Quirinas — morro e passo no m. de Porto Alegre.

Quirino — arroio no m. de Montenegro;

— barra no m. de Osório;

— arroio no m. de Palmeira das Missões.

Quiri-Quiri — arroio no m. de Tapes.

Quiroã — sanga no m. de Encruzilhada do Sul.

Quiroã Mirim — sanga no m. de Encruzilhada do Sul.

Quisila — sanga no m. de Uruguaiana.

Quitanda — lugar no m. de Rio Pardo.

Quitéria — lugar no m. de Rio Grande.

Quitéria — subdist. adm. e jud. do m. de S. Jerônimo, com 7.530 hab.;

— arroio, povoado e passo no m. de S. Jerônimo.

Quitó — sanga no m. de Caçapava do Sul.

— R —

Rabão — rio af. do Paredão, no m. de Lagoa Vermelha;

— arroio e lugar no mesmo município;

— lugar no m. de Osório.

Rabelo — fazenda no m. de Santo Antônio.

Rafael — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul;

— lugarejo no m. de S. Sepé.

Rafael Azambuja — linha colonial no m. de Lajeado.

Rafael Neto — sanga no m. de Jaguarão.

Raimundo — arroio no m. de Passo Fundo;

— lugarejo e arroio no m. de Santa Maria;

— passo no mesmo município.

— passo no m. de Soledade.

Rainha — lagoa no m. de Osório.

Raio — arroio no m. de Cachoeira do Sul;

— cerro no m. de Livramento;

— banhado no m. de Santa Maria.

Ramada — lugarejo no m. de Ijuí;

— lugarejo e serra, núcleo colonial no m. de Palmeira das Missões.

— lugarejo e coxilha no m. de Santa Maria;

— lugarejo no m. de Santo Antônio.

Ramada de S. Jacob — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Ramadilha — arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo.

Ramalhete — lagoa no m. de Osório.

Ramiz Galvão — (ex-Canto) — estação ferroviária no km 185 da linha Santa Maria — Porto Alegre.

Ramos — passo do rio Ijuí no m. de Ijuí;

— local no m. de Pelotas;

— arroio no m. de S. Rosa;

— lugar e passo no m. de Santo Antônio;

— itaipava no rio Taquari e posto no m. de Taquari;

— passo no rio Quaraí no m. de Uruguaiana.

Ramona — corredor no m. de Bagé.

Ranchinhas — arroio no m. de Ijuí.

Ranchinho — arroio no m. de Ijuí;

— arroio no m. de S. Francisco de Paula;

— lugarejo no m. de S. José do Norte;

— arroio no m. de Vacaria.

Rancho de Tábuas — núcleo colonial e estrada no m. de Taquara.

Rancho Grande — arroio e lugar no m. de Montenegro.

Rancho Novo — estação.

Rancho Velho — lugarejo e estação no m. de Osório;

— lugar no m. de Rio Grande.

Rangel — coxilha e banco no m. de General Câmara.

Rapadura — ilha no rio Uruguai.

Rapaz — lagoa no m. de Osório.

Raposa — arroio no m. de Santa Cruz do Sul;

— serra no m. de S. Jerônimo;

— arroio no m. de Taquara.

Raposo — serra e arroio no m. de Caí;

— lugarejo no m. de S. Francisco de Paula.

— cerro no m. de S. Jerônimo.

Rasa — ponta no mesmo município;

— ilha no rio Uruguai.

Rata — arroio no m. de S. Francisco de Paula.

Ratão — arroio no m. de Santa Maria.

Ratier — arroio no m. de Lagoa Vermelha.

Ratos — arroio no m. de S. Jerônimo.

Rau — cerro no m. de Erval.

Real — passo, Taquari, no m. de S. Francisco de Assis.

Realengo — lugar no m. de Cançu.

Rebentona — sanga no m. de Candelária.

Rebolo — lugar no m. de S. Jerônimo.

Recosta — lugarejo no m. de Rio Grande;

— lugarejo no m. de Taquara.

Recreio — lugar no m. de Livramento;

— estação ferrov. no km 154 da linha Uruguaiana — S. Borja;

— lugarejo no m. de Santiago;

— lugarejo no m. de S. Borja;

— lugarejo no m. de S. José do Norte;

— ver Massambará — no m. de Itaqui.

Recruta — banhado, entre D. Pedrito e S. Gabriel.

Redenção — lugarejo no m. de Palmeira das Missões;

— (ex-Guarita) — vila — ver Redentora.

Redentora — dist. adm. e jud. do m. de Três Passos, com 6.950 hab.;

— (ex-Redenção) — vila, sede do dist. de seu nome.

Redonda — ilha no rio Uruguai.

Redondo — lugar no m. de Cançu;

— morro no m. de Pelotas;

— morro, cerro e fazenda no m. de S. Jerônimo;

— cerro no m. de Taquara.

Refugiados — povoado, rio e serra no m. de Vacaria.

Reginaldo — arroio no m. de S. Rosa;

— arroio no m. de S. Ângelo.

Registro — lugar no m. de Livramento.

Reinanberg — morro no m. de Caí.

Reinheberg — arroio no m. de S. Leopoldo.

Reis — passo no rio Negro no m. de Bagé;

— arroio no m. de S. Francisco de Paula.

Reiúno — arroio no m. de Palmeira das Missões.

Relvado — (ex-Gramado) — dist. adm. e jud. do m. de Encantado, com 4.850 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Remanso — fazenda no m. de S. Gabriel.

Remonta — povoado no m. de Rosário do Sul.

Renância — povoado no m. de S. Leopoldo.

Renato — lugarejo no m. de Cruz Alta.

Repecho — estrada no m. de Caçapava do Sul;

República — linha no m. de Bento Gonçalves;

— linha colonial no m. de Santo Ângelo;

— linha colonial no m. de Veranópolis.

Repucho — lugar no m. de Caçapava do Sul.

Reserva — lugar no m. de Itaqui; — arroio e fazenda no m. de Júlio de Castilhos;

— arroio e rincão no m. de Pelotas;

— arroio no m. de S. Francisco de Assis;

— lagoa no m. de S. José do Norte;

— povoado no m. de S. Lourenço do Sul;

— povoado (ver S. João da Reserva).

Ressaco — linha colonial no m. de Taquara;

Restinga — riacho no m. de Alegrete;

— arroio no m. de Caçapava do Sul;

— arroio no m. de D. Pedrito;

— sanga no m. de General Vargas;

— arroio no m. de Itaqui;

— arroio af. do Itaquatiá, no m. de Livramento;

— arroio af. do Caverá, no mesmo município;

— lugar no m. de Passo Fundo;

— arroio no m. de Porto Alegre;

— arroio no m. de Quaraí;

— arroio e lugar no m. de Soledade;

— arroio af. do Sinos.

Restinga da Mangueira — vertente, no m. de Porto Alegre.

Restinga da Pedra — sanga no m. de Uruguaiana.

Restinga Feia — arroio no m. de S. Francisco de Paula.

Restinga Grossa — lugar no m. de S. Antônio;

— lugar no m. de Uruguaiana.

Restinga Seca — arroio (ver Arapicum), e lugar no m. de Alegrete;

— dist. adm. e jud. do m. de Cachoeira do Sul, com 19.410 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— povoado, e arroio no m. de Cachoeira do Sul;

— estação ferrov. no km 53 da linha Santa Maria — Porto Alegre;

— lugar no m. de Santa Maria;

— lugarejo na margem do arroio Buriti; lugarejo na margem do Urubucarú; e arroio no m. de Santo Ângelo;

— lugar no m. de S. Luís Gonzaga.

Restingão — arroio no m. de S. Francisco de Paula.

Resvalador — arroio no m. de Passo Fundo;

— arroio no m. de S. Ângelo;

— arroio no m. de Soledade.

Retalhado — arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— lugar no m. de Vacaria.

Retiro — arroio no m. de Carazinho;

— povoado no m. de Nova Prata;

— povoado no m. de Osório;

— povoado e passo à margem do Pelotas no m. de Pelotas;

— lugar no m. de S. Francisco de Paula;

— lugarejo no m. de S. Gabriel;

— estação ferroviária no km 189 da linha Bagé — Cacequi — Livramento;

— povoado no m. de S. José do Norte;

— rio e lugar no m. de Torres;

— lugar no m. de Viamão.

Retovado — lugar no m. de S. José do Norte.

Retovão — ver Retovado, no m. de S. José do Norte.

Reuter — morro no m. de S. Leopoldo.

Reveados — lugar no m. de S. Ângelo.

Revista — capão no m. de General Câmara;

— arroio no m. de Tapes.

Riacho — arroio no m. de Porto Alegre;

— bairro no m. de Taquari;

— arroio (ver Salso) no m. de Uruguaiana;

— lugar no m. de Viamão.

Riachuelo — linha no m. de Caí; — linha colonial no m. de Caxias do Sul.

Ribas — porto no m. de Pelotas

Ribeira — povoado no m. de Piratini.

Ribeirão — arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo.

— lugarejo no m. de Cachoeira do Sul;

— lugarejo no m. de Caí;

— lugarejo no m. de Erechim;

— lugar no m. de Palmeira das Missões;

— arroio e linha colonial no m. de Santa Maria;

— lugar no m. de Santo Antônio;

— arroio no m. de S. Francisco de Paula;

— arroio no m. de S. Pedro do Sul;

— arroio (ver Porteirinha).

Ribeirão Aquiles — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul.

Ribeirão das Pedras — rio — ver Soturno.

Ribeirão do Caraá — lugar no m. de S. Antônio.

Ribeirão S. Vicente — lugarejo no m. de Caí.

Ribeirão Torto — lugarejo no m. de Erechim.

Ribeirão Vermelho — lugar no m. de S. Antônio.

Ribeiras — lugar no m. de Palmeira das Missões;

— lugar no m. de S. Maria.

Ribeirinho — sesmaria no m. de Alegrete.

— lugar no m. de Santiago.

Ribeiro — passo no rio Comandá, no m. de Santo Ângelo;

— picada, lomba, arroio e banha-do no m. de Estrela;

— arroio no m. de Getúlio Vargas;

— lugar no m. de S. Jerônimo;

— arroio no m. de Tapes.

Ribeiro Pequeno — arroio no m. de Guaíba.

Ricardina — lugar no m. de Livramento.

Ricardinho — picada no m. de Caçapava do Sul;

— passo no rio Quaraí, no m. de Livramento;

— lugarejo no mesmo município.

Ricardo — povoado no m. de Encantado;

— passo no rio Piratini para Arroio Grande e lugar no m. de Pelotas.

Ricardo Lopes — arroio no m. de Soledade.

Rincão — estrada no m. de Gravataí;

— linha no m. de Montenegro;

— lagoa no m. de Osório;

— lugar no m. de Pelotas;

— lugar no m. de Santo Antônio;

— lugarejo e arroio no m. de S. José do Norte;

— lugar no m. de Taquari;

Rincão Ana Corrêa — lugar no m. de Erval.

Rincão Araçá — lugarejo no m. de Bento Gonçalves.

Rincão Barreto — lugar no m. de D. Pedrito.

Rincão Bonito — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul;

— povoado no m. de Canguçu;

— fazenda no m. de Livramento.

Rincão Branco — lugar no m. de Veranópolis.

Rincão Claro — lugar no m. de S. Gabriel.

Rincão Comprido — lugar no m. de Palmeira das Missões;

— colônia no m. de S. Luís Gonzaga.

Rincão da Cadeia — lugar no m. de Osório.

Rincão da Caneleira — local no m. de Pelotas.

Rincão da Cria — lugar no m. de Cai.

Rincão da Cruz — coxilha no m. de Itaqui;
 — lugar no m. de Pelotas;
 — lugar no m. de S. Borja;
 — arroio no m. de Vacaria.

Rincão da Estrela — lugarejo no m. de Soledade.

Rincão da Feitoria — fazenda no m. de Pelotas.

Rincão da Feliz — lugar no m. de Erval.

Rincão da Glória — fazenda no m. de Erval.

Rincão da Hidráulica — local no m. de Pelotas.

Rincão da Luz — lugar no m. de S. Francisco de Assis.

Rincão da Micaela — lugar no m. de Pelotas.

Rincão da Palma — local no m. de Pelotas;
 — lugar no m. de Santa Maria.

Rincão da Palmeira — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Rincão da Porta — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul.

Rincão da Reserva — local no m. de Pelotas.

Rincão da Rita — povoado no m. de Piratini.

Rincão das Castanhas — lugar no m. de S. Ângelo.

Rincão das Cobras — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Rincão das Dúvidas — fazenda no m. de Itaqui.

Rincão das Éguas — lagoa no m. de Osório.

Rincão das Guaritas — lugar no m. de Palmeira das Missões;
 — lugar no m. de Santo Antônio.

Rincão das Mulas — sanga no m. de Venâncio Aires.

Rincão das Palmas — lugar no m. de Osório.

Rincão das Pedras — local no m. de Pelotas.

Rincão das Pedreiras — povoado no m. de Santa Maria.

Rincão das Rodinhas — lugar no m. de S. Ângelo.

Rincão de Artigas — lugarejo no m. de Livramento, ver Campo Osório.

Rincão Del-Rei — dist. adm. e jud. no m. de Rio Pardo, com 4.000 hab.;
 — vila, sede de dist. de seu nome;
 — estação no km 9 da linha Ramiz Galvão — Santa Cruz.

Rincão de Nossa Senhora — povoado no m. de Cruz Alta;
 — lugar no m. de Passo Fundo;
 — lugar no m. de Soledade.

Rincão de Sant'Ana — lugar no m. de S. Borja.

Rincão de Santa Catarina — lugar no m. de Santa Maria.

Rincão de S. Antônio — lugarejo no m. de Soledade.

Rincão de S. Bento — povoado no m. de Montenegro.

Rincão de S. Isidro — lugar no m. de Itaqui.

Rincão de S. João — lugar no m. de Gravataí.

Rincão de S. Joaquim — lugar no m. de Vacaria.

Rincão de S. Miguel — povoado no m. de Alegrete.

Rincão de S. Pedro — lugar no m. de Luís Gonzaga;
 — ver S. Pedro do Sul.

Rincão de S. Vicente — lugar no m. de General Vargas.

Rincão do Barbosa — lugar no m. de S. José do Norte.

Rincão do Barreiro — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Rincão do Boquet — local no m. de Pelotas.

Rincão do Bote — lugar no m. de Erval.

Rincão do Buriti — lugar no m. de Encruzilhada do Sul.

Rincão do Cascalho — lugarejo no m. de Cai.

Rincão do Erval — povoado no m. de Passo Fundo.

Rincão do Ferreira — lugarejo no m. de S. Francisco de Assis.

Rincão do Fidelis — lugar no m. de Montenegro.

Rincão do Inferno — fazenda no m. de Alegrete;

— volta do rio Camaquã, no m. de Camaquã;

— local no m. de Pelotas; ;

— povoado no m. de Rio Pardo.

Rincão do Inhamundá — lugar no m. de S. Maria.

Rincão do Inhanduí — lugar no m. de S. Francisco de Assis.

Rincão do Kriesser — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Rincão do Lopes — lugarejo no m. de S. Borja.

Rincão do Miguel Pereira — lugar no m. de Taquari.

Rincão do Miranda — lugarejo no m. de Uruguaiana.

Rincão do Padilha — povoado no m. de Júlio de Castilhos.

Rincão do Padre — local no m. de Pelotas.

Rincão do Pessegueiro — lugar no m. de Passo Fundo.

Rincão do Pinhal — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul.

Rincão do Pires — lugar no m. de Erval;

— lugar no m. de Santo Ângelo.

Rincão do Relúno — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Rincão do Retiro — fazenda no m. de S. Ângelo.

Rincão dos Andrades — local no m. de Pelotas.

Rincão dos Antunes — lugar no m. de S. Ângelo.

Rincão dos Cardosos — fazenda no m. de Encruzilhada do Sul.

Rincão dos Cavaleiros — lugar no m. de S. Ângelo.

Rincão dos Costas — lugar no m. de Santiago.

Rincão dos Coutos — lugar no m. de Encruzilhada do Sul.

Rincão dos Cravos — lugar no m. de Canguçu.

Rincão dos Ferreiros — lugar no m. de Santiago.

Rincão dos Fogos — local no m. de Pelotas.

Rincão dos Guerreiros — lugar no m. de Encruzilhada do Sul.

Rincão dos Ilhéus — povoado no m. de Novo Hamburgo.

Rincão dos Lopes — lugar no m. de S. Francisco de Assis.

Rincão dos Melos — núcleo colonial no m. de Júlio de Castilhos;

— lugar no m. de Santo Ângelo.

Rincão dos Mendes — núcleo colonial no m. de S. Ângelo.

Rincão dos Mouros — lugar no m. de S. Francisco de Assis.

Rincão dos Nobres — lugar no m. de Encruzilhada do Sul.

Rincão dos Pedrosas — lugar no m. de Encruzilhada do Sul.

Rincão dos Pereiras — fazenda no m. de Encruzilhada do Sul.

Rincão dos Pintos — lugar no m. de S. Ângelo.

Rincão dos Pobres — lugar no m. de Montenegro.

Rincão dos Quevedos — lugarejo no m. de Cruz Alta.

Rincão dos Sinos — lugar no m. de Canguçu.

Rincão dos Vales — lugarejo no m. de Cruz Alta.

Rincão dos Veados — lugar no m. de Osório.

— lagoa no m. de S. José do Norte.

Rincão do Tamanduá — local, no m. de Canguçu;

Está situado entre dois galhos do rio Piratini, na coxilha de S. Antônio. Nele fica situada a cidade de Canguçu.

Rincão do Verдум — lugar no m. de Erval.

Rincão Feliz — fazenda no m. de Erval.

Rincão Fundo — povoado no m. de Cruz Alta.

Rincão Itacuruí — lugar no m. de S. Borja.

Rincão Pequeno — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Rincão Ramo — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Rincão S. Bento — povoado no m. de Montenegro.

Rincão Sefrino — ver Alfredo Brenner.

Rincão Vermelho — colônia no m. de S. Luís Gonzaga.

Rio — lugar no m. de Cachoeira do Sul;

— lugar no m. de Rio Pardo; ;

— linha no m. de Santa Cruz do Sul.

Rio Bonito — arroio no m. de Lagoa Vermelha.

Rio Branco — linha colonial no m. de Bento Gonçalves.

— lugar e estrada no m. de Caí.

— estrada e núcleo colonial no m. de Caxias do Sul;

— dist. (ver Pejucara), arroio e linha colonial no m. de Cruz Alta;

— linha colonial no m. de Estrela;

— lugar no m. de Ijuí;

— povoado no m. de Nova Prata;

— bairro no m. de Porto Alegre;

— linha colonial no m. de Santa Maria;

— dist. (ver Catuípe) no m. de Santo Ângelo;

— lugar no m. de S. Francisco de Paula;

— lugar no m. de Soledade;

— núcleo colonial no m. de Veranópolis.

Rio Buriti — linha no m. de Bento Gonçalves.

Rio Butuí — lugar no m. de Santiago.

Rio Cadeia — lugar no m. de Caí.

Rio Caí — lugar no m. de Caí.

Rio Camaquã — lugar no m. de Camaquã.

Rio Cardoso — lugar no m. de Torres;

— lugarejo no mesmo município.

Rio Cerquinha — lugarejo no m. de Aparados da Serra.

Rio da Ilha — lugar no m. de S. Antônio;

— lugar no m. de Taquara.

Rio da Várzea — lugarejo e coxilha no m. de Palmeira das Missões.

Rio das Antas — povoado no m. de Antônio Prado;

— povoado no m. de Bento Gonçalves;

— lugarejo no m. de Caxias do Sul;

— lugar no m. de S. Francisco de Paula.

Rio das Antas N.º 14 — colônia no m. de Bento Gonçalves.

Rio das Contas — lugarejo no m. de Aparados da Serra.

Rio de Dentro — lugar no m. de Torres.

Rio do Meio — lugar no m. de S. Antônio.

Rio do Ouro — povoado no m. de Osório.

Rio do Peixe — lugar no m. de Erechim;

— núcleo colonial no m. de Passo Fundo;

— serra no mesmo município.

Rio dos Índios — (ex-Boa Vista)

— subdist. adm. e jud. do m. de Iraí, com 2.950 hab.;

— povoado no m. de Iraí.

Rio dos Sinos — lugarejo no m. de S. Leopoldo;

— vila — ver Caraá;

— estação ferroviária no km 35 da linha Porto Alegre — Montenegro — Caxias.

Rio Dourado — lugar no m. de Passo Fundo.

Rio Erval Grande — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Rio Grande — município do litoral entre os de Pelotas, S. José do Norte e Santa Vitória do Palmar, o Oceano Atlântico e a Lagoa Mirim. Mede 2.665 km² e conta 79.159 hab ou 29,7 em cada km².

Divide-se nas seguintes circunscrições adm. e jud.:

1.º dist. — Rio Grande;

1.º subdist. — Rio Grande;

2.º subdist. — Ilhas;

2.º dist. — Cassino;

3.º dist. — Povo Novo

4.º dist. — Taim

5.º dist. — Quinta.

São principais núcleos de população: uma cidade, Rio Grande; e 4 vilas: Cassino, Povo Novo, Quinta e Taim.

Rio Grande — comarca, dist. adm. e jud. no m. de Rio Grande, com 55.310 hab.;

— cidade, sede do m. com 64.380 hab.;

— canal e porto, no m. de Rio Grande.

Rio Grande do Sul — Estado ao extremo sul da República dos Estados Unidos do Brasil, situado entre a República Argentina, e Estado de Santa Catarina, o Oceano Atlântico e a República Oriental do Uruguai. Mede 267.455 km² e abriga 4.213.509 hab. ou 15,7 hab. ou 15,7 hab. em cada km².

Atualmente (ano 1950) divide-se em 92 municípios distribuídos por 8 regiões fisiográficas, a saber:

1) Campanha; 2) Depressão Central; 3) Encosta da Serra; 4) Litoral; 5) Missões; 6) Planalto Médio; 7) Planalto Nordeste; 8) Serra do Sudoeste.

Entre seus centros urbanos ocupam os primeiros lugares no recenseamento de 1950:

1) Porto Alegre, capital, com 381.758 hab.; 2) Pelotas, com 79.649; 3) Rio Grande, com 64.380; 4) Santa Maria, com 45.711 hab. 5) Bagé, com 35.340 hab.; 6) Uruguaiana, com 33.275; 7) Caxias do Sul, com 32.158 hab.

Rio Guarita — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Rio Ibicuí — lugar no m. de S. Francisco de Assis.

Rio Ijuí — lugarejo no m. de S. Angelo.

Rio Inhacorá — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Rio Itu — lugar no m. de S. Francisco de Assis.

Rio Ligeiro — serra no m. de Passo Fundo;

— lugarejo no m. de Santo Ângelo.

Rio Maquiné — lugar no m. de Osório.

Rio Negro — vila (ver Hulha Negra) no m. de Bagé;

— estação ferrov. no km 24 da linha Bagé — Olimpo — Pelotas — Marítimo;

— lugarejo no m. de Nova Prata.

Rio Novo — vila — ver Aratibá.

Rio Padilha — lugar no m. de Taquara.

Rio Pardense — lugar no m. de Santa Cruz do Sul.

Rio Pardinho — lugarejo e linha colonial no m. de S Cruz do Sul.

Rio Pardo — município da Depressão Central, entre os de Cachoeira do Sul, Candelária, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, General Câmara, S. Jerônimo, Encruzilhada do Sul. Mede 3.162 km² e conta 40.438 hab. ou 12,7 em cada km².

Suas circunscrições adm. e jud. são:

1.º dist. — Rio Pardo;

1.º subdist. — Rio Pardo;

2.º subdist. — Pederneiras;

2.º dist. — Passo do Sobrado;

3.º dist. — Rincão d'El-Rei;

1.º subdist. Rincão d'El-Rei;

2.º subdist. — João Rodrigues;

4.º dist. — Bexiga;

5.º dist. — Capivarita (ex-Capivari).

São principais centros urbanos: uma cidade, Rio Pardo; 4 vilas Capivarita, João Rodrigues, Pederneiras e Rincão d'El-Rei.

Rio Pardo — comarca, município, dist. adm. e jud. do m. de Rio Pardo, com 9.980 hab., cidade e estação do mesmo município.

Rio Pequeno — lugarejo no m. de Santa Cruz do Sul.

Rio Picada — lugar no m. de S. Ângelo.

Rio Piratini — estação ferrov. da linha Santiago — S. Luís Gonzaga.

Rio Portinho — lugarejo no m. de Rio Pardo.

Rio Quaraí — lugar no m. de Quaraí.

Rio Quilombo — lugar no m. de S. Antônio.

Rio Santa Rosa — lugar no m. de S. Ângelo.

Rio São Sepé — lugar no m. de S. Sepé.

Rio Seco — lugar no m. de Estrela.

Rio Tal — lugar no m. de Venâncio Aires.

Rio Taropi — lugar no m. de General Vargas.

Rio Toldo — povoado no m. de Erechim.

Rio Turvo — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Rio Verde — (ex-Glória) — ver Pirataba — vila.

Riozinho — dist. adm. e jud. no m. de Santo Antônio, com 8.200 hab.; — vila, sede do dist. de seu nome;

— arroio no m. de Santo Antônio

Riozinho da Figueira — arroio no m. de S. Antônio.

Riozinho do Quilombo — arroio e lugar no m. de Santo Antônio.

Risch Kreuzberg — cerro no m. de Santa Cruz do Sul.

Risth Thocuzberg — lugar no m. de Santa Cruz do Sul.

Ristow — povoado no m. de Santa Cruz do Sul.

Ritter — arroio no m. de Lajeado; — lugarejo e colônia no m. de Pelotas;

— povoado no m. de Taquara.

Rivadavia Corrêa — estação ferroviária e lugarejo no m. de Alegrete.

Riveira — lugarejo no m. de Livramento.

Roberto — arroio no m. de Soledade;

— lugarejo no m. de Taquari;

— passo no rio Taquari Mirim, no mesmo m.

Roça — lugar e arroio no m. de Camaquã;

— arroio no m. de Passo Fundo;

— sanga no m. de Santa Maria;

— picada no m. de S. Lourenço do Sul;

— arroio no m. de Taquara.

Roça da Estância — lugar, rio e morro no m. de Torres.

Roca Sales — dist. adm. e jud. no m. de Estrela, com 10.030 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Roça Velha — arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— saco na lagoa dos Patos, no m. de Osório;

— núcleo colonial no m. de Rio Pardo;

— fazenda no m. de S. José do Norte.

Rocha — arroio, passo no Taquarimbó, no m. de D. Pedrito;

— picada no m. de Lajeado;

— povoado e arroio no m. de Passo Fundo;

— lugar no m. de Santa Vitória do Palmar;

— lugar e passo no m. de S. Gabriel;

— lugar, passo e lagoa no m. de S. Sepé.

Rochedo — lugarejo no m. de Taquara.

Rocinha — arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— lugar no m. de Rio Grande;

— arroio no m. de Santa Rosa;
— arroio e lugar no m. de Soledade.

Rodeio — cerro no m. de Caçapava do Sul;

— arroio no m. de Montenegro;

— lugar no m. de Rosário do Sul;

— sanga no m. de S. Lourenço do Sul.

Rodeio Bonito — lugar no m. de Passo Fundo;

— lugarejo no m. de Taquara.

Rodeio Colorado — lugar no m. de Arroio Grande;

— lugarejo, parte ferroviária, coxilha e fazenda no m. de Bagé;

— sanga no m. de S. Gabriel.

Rodrigues — fazenda no m. de Encruzilhada do Sul;

— arroio af. do Grande e lugar no m. de Estrela;

— arroio af. do Santa Cruz do Sul, no m. de Taquari.

Rodrigues da Rosa — povoado no m. de Montenegro.

Rolador — povoado e arroio no m. de Santa Rosa.

Rolante — dist. adm. e jud. no m. de Santo Antônio, com 11.550 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— lugarejo e rio no m. de Taquara.

Rolantinho — lugar e arroio no m. de S. Antônio.

Rolantinho da Areia — lugar no m. de S. Antônio;

— arroio no m. de Taquara.

Rolantinho da Figueira — lugar no m. de S. Antônio.

Rolhana — cerro no m. de Jaguarão;

— lugar no m. de S. Antônio.

Rolim — fazenda no m. de Lagoa Vermelha.

Rolinha — fazenda.

Roncador — lugar no m. de Cai;
— arroio no m. de Candelária;
— lugar no m. de Estrela;
— cachoeira no rio Uruguai, no m. de;

Roncadorzinho — lugar no m. de Estrela.

Ronda — arroio no m. de Caçapava do Sul;
— arroio no m. de Tupanciretã.

Rondinha — arroio af. do Moraes e arroio af. do Touros no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— lugarejo no m. de Passo Fundo;
— arroio no m. de S. Angelo.
— (ex-Água da Rondinha) — dist. adm. e jud. no m. de Sarandi, com 5.360 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;
— arroio no m. de Sarandi.

Roque — povoado e cerro no m. de S. Jerônimo.

Roque Gonzalez — dist. adm. e jud. no m. de S. Luís Gonzaga, com 6.850 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Roquete — lugar no m. de Arroio do Meio;

— local no m. de Pelotas;
— lugar no m. de Piratini.

Rosa — picada e cerro no m. de Encruzilhada do Sul;

— arroio no m. de Passo Fundo;
— lugar, passo no m. de Piratini;
— sanga no m. de Santo Angelo.

Rosário — povoado no m. de Cai;
— povoado e passo no Jacuizinho no m. de Santiago;

— lugarejo no m. de S. Borja;
— sanga no m. de S. Francisco de Assis;

— povoado no m. de Veranópolis;
— município — ver Rosário do Sul;

Rosário do Cerrito — lugar no m. de Canguçu;

— povoado no m. de Piratini.

Rosário do Poço — lugar no m. de Rio Grande.

Rosário do Sul — comarca de 2ª entrância; (ex-Rosário);

— município com 26.250 hab., dist. adm. e jud. no m. de Rosário do Sul, com 13.260 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;
— estação ferroviária no m. de Rosário do Sul.

Rosas — lugar e serra no m. de Encruzilhada do Sul;

— (rincão de) — lugar no m. de Santa Maria.

Rosas Taborda — lugar e lagoa no m. de S. Gabriel.

Roseira — lugarejo no m. de Bagé;
— arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— porto no m. de Cai;

— arroio no m. de Camaquã;

— arroio no m. de Sobradinho;

— arroio no m. de Vacaria.

Roselha — arroio no m. de Lagoa Vermelha.

Rosental — colônia no m. de Santa Cruz do Sul.

Rosita — colônia no m. de S. Francisco de Paula.

Rotas — lugar no m. de Caxias do Sul.

Rua Velha — estação ferroviária e lugarejo no m. de Rio Pardo.

Rubi — sanga no m. de Passo Fundo.

Rubnich — lugar no m. de Montenegro.

Rudá — sanga no m. de S. Sepé.

Rufino — passo no S. Bárbara no m. de Cachoeira do Sul;

— lugar no m. de S. Borja;

— lugar, e passo do S. Bárbara no m. de S. Sepé.

Ruivo — lugar no m. de Cachoeira do Sul;

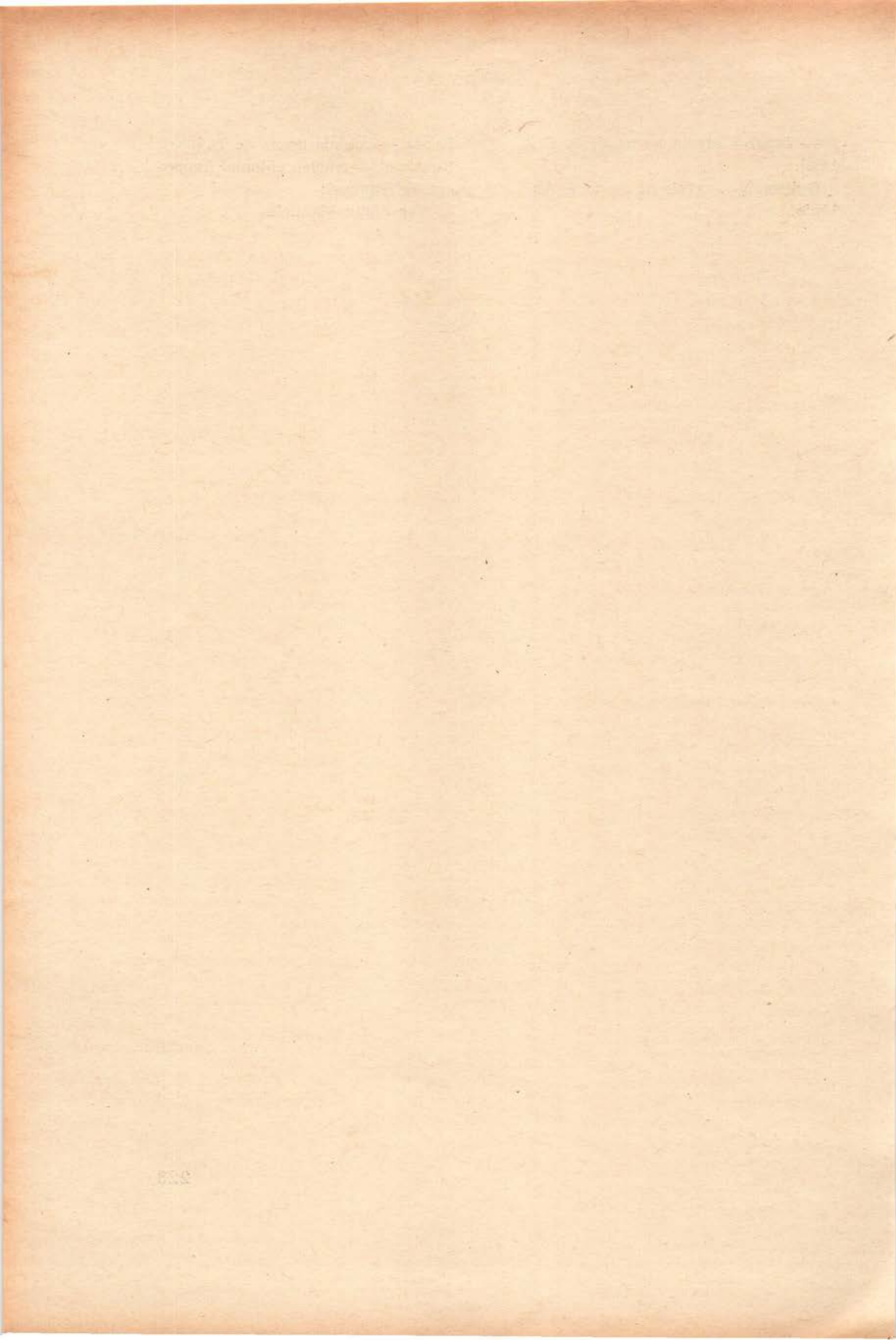
— lugar e arroio no m. de S. Gabriel.

Ruiçanga — arroio no m. de S. Antônio.

Russa — colônia no m. de Taquari.

Russland — núcleo colonial, morro no m. de Taquari;

— ver Santa Manuela.



**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL**

í N D I C E

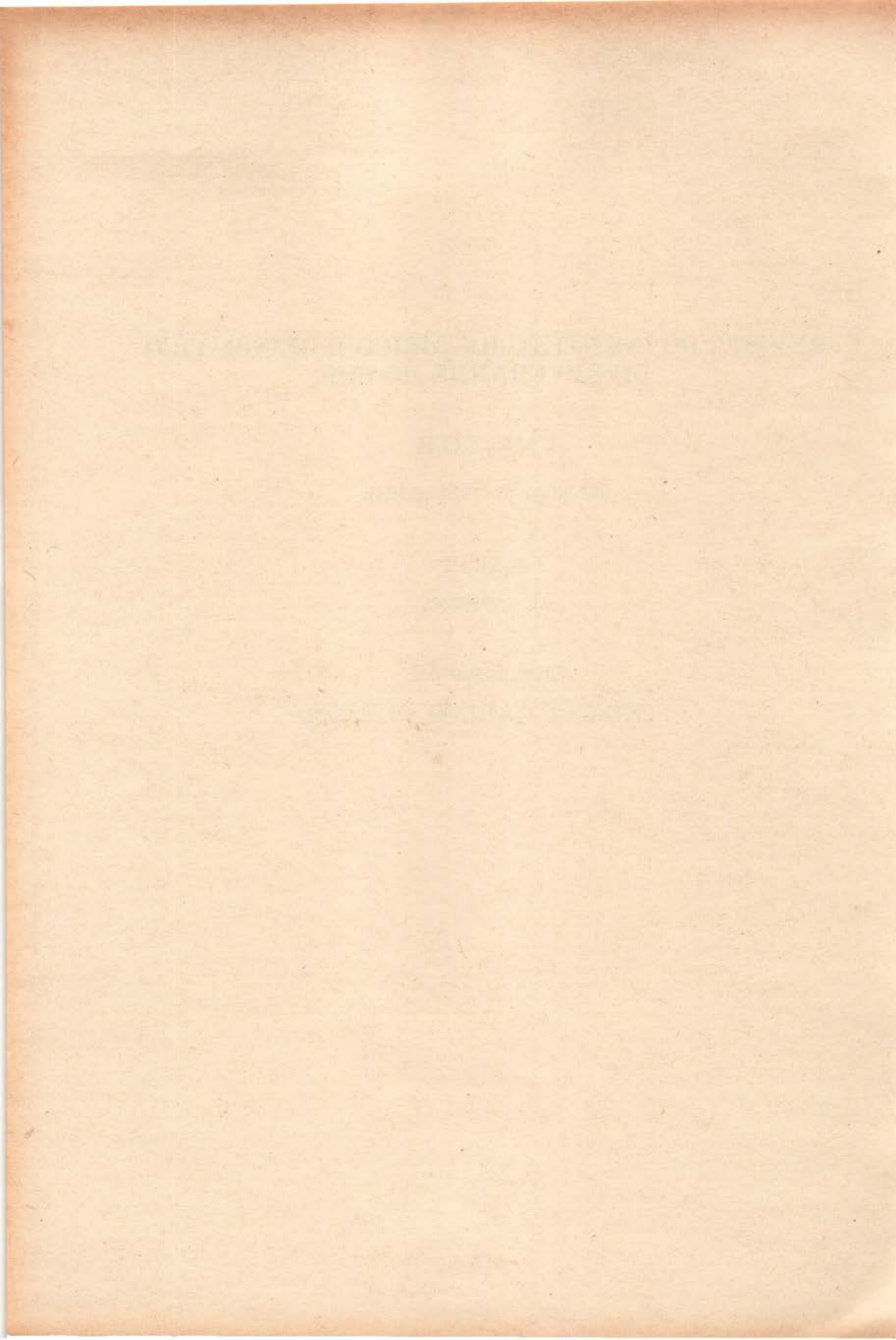
dos anos de 1921 a 1950

I - Títulos

II - Autores

Organizado por

THOMAZ CARLOS DUARTE



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO SUL

Ano-1921 - nos. 1-2-3/4	Trimestre - 1º-2º-3º/4º
" 1922 - " 5-6/7-8	" 1º-2º/3º-4º
" 1923 - " 9/10-11/12	" 1º/2º-3º/4º
" 1924 - " 13/14-15/16	" 1º/2º-3º/4º
" 1925 - " 17/18-19/20	" 1º/2º-3º/4º
" 1926 - " 21/22-23/24	" 1º/2º-3º/4º
" 1927 - " 25/26-27-28	" 1º/2º-3º-4º
" 1928 - " 29/30-31-32	" 1º/2º-3º-4º
" 1929 - " 33/34-35-36	" 1º/2º-3º-4º
" 1930 - " 37-38-39/40	" 1º-2º-3º/4º
" 1931 - " 41-42-43/44	" 1º-2º-3º/4º
" 1932 - " 45-46-47-48	" 1º-2º-3º-4º
" 1933 - " 49/50-semestre-51-52	" semest. 3º-4º
" 1934 - " 53-54-55-56	" 1º-2º-3º-4º
" 1935 - " 57-58-59-60	" 1º-2º-3º-4º
" 1936 - " 61-62-63-64	" 1º-2º-3º-4º
" 1937 - " 65-66-67-68	" 1º-2º-3º-4º
" 1938 - " 69-70-71-72	" 1º-2º-3º-4º
" 1939 - " 73-74-75-76	" 1º-2º-3º-4º
" 1940 - " 77-78-79-80	" 1º-2º-3º-4º
" 1941 - " 81-82-83-84	" 1º-2º-3º-4º
" 1942 - " 85-86-87/88	" 1º-2º-3º/4º
" 1943 - " 89-90-91/92	" 1º-2º-3º/4º
" 1944 - " 93-94-95-96	" 1º-2º-3º-4º
" 1945 - " 97-98-99-100	" 1º-2º-3º-4º
" 1946 - " 101-102-103-104	" 1º-2º-3º-4º
" 1947 - " 105 a 108	" 1º a 4º
" 1948 - " 109 a 112	" 1º a 4º
" 1949 - " 113 a 116	" 1º a 4º
" 1950 - " 117 a 120	" 1º a 4º

I. TÍTULOS

A

- ABORÍGINES. Vide: Documentos Rio-Grandenses (Velhos) e Relação da Guerra e Vitória dos Aborígenes.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. nº 85, pág. 251, 1942.
- ACRE. Vide: Conquista do Acre.
- ADAGIÁRIO GAÚCHO. Por Vitor Russomano. nº 69, pág. 47, 1938.
- AFONSO PENA. Vide: Saudação Histórica.
- AFRICANISMO NO DIALETO GAÚCHO. Por Dante de Laytano. nº 62, pág. 167, 1936 (Os).
- AINDA O ATAQUE DE PORONGOS. Por F. Azambuja Rangel. nº 29/30, pág. 45, 1928.
- ALBERTO OLIVEIRA. nº 85, pág. 249, 1942.
- ALCIDES MAIA (Dr.). Por Olinto Sanmartin. nº 95, pág. 3, 1944.
- ALCIDES MAIA (Dr.). Discurso, por Otelo Rosa. nº 99, pág. 3, 1945.
- ALCIDES MAIA (Dr.). Conferência, por Luís Felipe de Castilhos Goicochea. nº 105/108, pág. 185, 1947.
- ALEGRETE. Catálogo de Inventários do Cartório de Órfãos. nº 80, pág. 435, 1940 e nº 81, pág. 165, 1941.
- ALEGRETE. Vide: Constituinte de Alegrete (A).
- ALEXANDRE DE MAGALHÃES. Notas Genealógicas, por João Pinto Guimarães. nº 109/112, pág. 181, 1948.
- ALFONSO MABILDE. Vide: Dois Ofícios de Alfonso Mabilde.
- ALFREDO CLEMENTE PINTO. Palestra realizada na sede do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul, por Afonso Guerreiro Lima. nº 102, pág. 170, 1946.
- ALFREDO ESCRAGNOLLE TAUNAY. Por Walter Spalding. nº 89, pág. 1, 1943.

- ALFREDO FERREIRA RODRIGUES. Necrologia. nº 85, pág. 3, 1942.
- ALFREDO FERREIRA RODRIGUES. Vide: Preto de Saudade.
- ALFREDO VARELA. Por Olinto Sanmartin. nº 91/92, pág. 9, 1943.
- ALGUMAS CARTAS DO CONDE D'EU. Vide: Conde D'Eu.
- ALGUMAS NOTAS sobre o gênero dos números para as áreas do Brasil e seus Estados, por Padre José Pauwels, S.J. nº 15/16, pág. 23, 1929.
- ALGUNS ASPECTOS DA FONÉTICA SUL RIO-GRANDENSE. Por Elpídio Ferreira Paes. nº 68, pág. 165, 1937.
- ALIMENTAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL. Vide: Contribuição ao estudo dos problemas de alimentação no Rio G. do Sul.
- ALMANAQUE DA VILA DE PORTO ALEGRE COM REFLEXÕES SOBRE A CAPITANIA DO RIO GRANDE DO SUL. Por Manuel Antônio de Magalhães. nº 79, pág. 51, 1940.
- ALMIRANTE MARQUÊS DE TAMANDARÉ (O). Por Leopoldo Freitas. Dados Biográficos. nº 62, pág. 277, 1936.
- ALVES VALENÇA (Os). Por João Belém. nº 93, pág. 32, 1944.
- ANAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Sobre a Guerra com a República das Províncias Unidas do Rio da Prata de 1825 a 1828, por Luís Manuel de Lima e Silva. c/fotos. nº 25/26, pág. 3, 1926.
- ANAIS DO MUNICÍPIO DE ESTRELA. Vide: Estrela.
- ANÁLISE QUÍMICA DAS TINTAS USADAS NA CERÂMICA pelos Extintos Indígenas da Cachoeira de Emas, Rio Mogi Guaçu, por Manuel Pereira de Godói. nº 102, pág. 241, 1946.
- ANDRADE NEVES. Vide: Barão do Triunfo.
- ANDRÉ RIBEIRO COUTINHO. Vide: Documentos, etc.
- ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por Leonardo Macedônia. nº 64, pág. 269, 1936 (16:0).
- ANIVERSÁRIO DA MORTE DE JÚLIO DE CASTILHOS. Conferência por Leonardo Macedônia. nº 64, pág. 315, 1936.
- ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO. Discurso, por Florêncio Carlos de A. e Silva. nº 19/20, pág. 225 (5/8/1925).
- ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO. (O 27º), por Eduardo Duarte. nº 105/108, pág. 9, 1947.
- ANTÃO DE FARIA. Vide: Elogio de Antão de Faria e José A. Boiteux.
- ANTIGUALHAS. Reminiscências de Porto Alegre, por Antônio Alvares Pereira Coruja. nº 105/108, pág. 165, 1947.
- ANTIGÜIDADE DA TERRA. Vide: Civilizações Americanas.
- ANTÔNIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS. Discurso, por Florêncio C. A. e Silva. nº 3/4, pág. 555, 1921.
- ANTÔNIO ELEUTÉRIO DE CAMARGO. Vide: Político Rio-Grandense.
- ANTÔNIO ELIZÁRIO DE MIRANDA BRITO. Vide: Apontamentos para a História da Revolução de 1835-1845.

- ANTÔNIO JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA. Por João Borges Fortes. nº 87/88, pág. 11, 1942.
- ANTÔNIO SEPP. Vide: Sugestões e Pareceres.
- ANTÔNIO SIMÕES PIRES. (Esboço Biográfico). Por Jorge G. Felizardo. nº 39/40, pág. 452, 1930.
- ANTÔNIO VICENTE DA FONTOURA. Diário nº 53, pág. 177; nº 54, pág. 3, 1934. c/foto.
- ANTÔNIO VICENTE DA FONTOURA. Vide: Apontamentos para a História da Revolução de 1835/1845.
- ANTÔNIO VICENTE DA FONTOURA. Vide: Documentos sobre o Decênio Farroupilha.
- ANTROPOLOGIA SOCIAL. Vide: Áreas Culturais do Rio Grande do Sul.
- APOLINÁRIO PORTO ALEGRE. nº 49/50, pág. 215, 1933.
- APOLINÁRIO PORTO ALEGRE. Vide: Centenário de Apolinário Porto Alegre.
- APOLINÁRIO JOSÉ GOMES e sua descendência. Por João Pinto Guimarães. nº 117/120, pág. 253, 1950.
- APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS DE RIO-GRANDENSES ILUSTRES: Bento Gonçalves, José Gomes Portinho, Felipe Neri de Oliveira. Por Joaquim Gonçalves da Silva. nº 36, pág. 515, 1929.
- APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS. Vide: Manuel de Araújo Porto Alegre.
- APONTAMENTOS DO MAJOR JOÃO BATISTA R. PEREIRA. nº 29/30, pág. 72, 1928.
- APONTAMENTOS ESCRITOS pelo Cel. Luís Gomes sobre a Revolução Farroupilha. nº 33/34, pág. 247, 1929.
- APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1835-1845. Por Manuel Alves da Silva Caldeira. nº 27, pág. 345, 1927.
- APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1835-1845. Por João da Silva Tavares. nº 28, pág. 503, 1927.
- APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1835-1845. Por Manuel Patrício d'Azambuja. nº 29/30, pág. 35, 1928.
- APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1835-1845. Por Antônio Vicente da Fontoura. nº 32, pág. 495, 1928.
- APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1835-1845. Registro do Tesouro da República Rio-Grandense. (Livro Verde). nº 33/34, pág. 65, 1929.
- APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1835-1845. Correspondência ativa dos presidentes Antônio Elizário de Miranda Brito e Dr. José de Araújo Ribeiro. nº 36, pág. 611, 1929.
- APONTAMENTOS SOBRE MENDANHA E O HINO DE 35. Por Antenor de O. Monteiro. nº 58, pág. 311, 1935.
- APONTAMENTOS SOBRE O TEATRO NO RIO GRANDE DO SUL. Síntese Histórica do Teatro Sete de Abril de Pelotas, que serviu de Quartel dos Farrapos, pelo Dr. Paulo Duval. nº 97, pág. 37, 1945.
- AQUIDABÁ. Pelo Prof. Walter Spalding. nº 90, pág. 205, 1943.

AQUIDABAN PERANTE A HISTÓRIA. Pelo Cel. Rinaldo P. Câmara. nº 101, pág. 3, 1946.

AQUILES PORTO ALEGRE. Por João Maia. (Dados Biográficos c/foto). nº 21/22, pág. 5, 1926.

AQUILES PORTO ALEGRE. Discurso, pelo Cel. Gaston H. Mazon. nº 101, pág. 139, 1946.

AQUILES PORTO ALEGRE. Conferência, pelo Prof. Afonso Guerreiro Lima. nº 109/112, pág. 146, 1948.

ARAÚJO PORTO ALEGRE. Vide: Barão de Santo Ângelo.

ARAÚJO RIBEIRO. Vide: Documentos sobre 1835.

ÁREAS CULTURAIS DO RIO GRANDE DO SUL. Notas de Antropologia Social, por Thales de Azevedo. nº 94, pág. 143, 1944.

ARGOLO (Marechal). nº 85, pág. 233, 1942.

ARQUITETURA E ESTATUÁRIA DAS MISSÕES. Por Carlos Galvão Krebs (Dr.). nº 99, pág. 30, 1945.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO. Apensos. nº 39/40, pág. 405, 1930.

ARQUIVO PARTICULAR DO CAPITÃO JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA. nº 20/21, pág. 69, 1926.

ARROIO GRANDE. (Município), por Álvaro Caetano. nº 96, pág. 237, 1944.

ARTEFATOS INDÍGENAS. Pelo Dr. Francisco Rodolfo Simch. nº 11/12, pág. 609, 1923.

ARTEFATOS INDÍGENAS. Vide: "Tembetás".

ARTIGAS. Vide: Influência do Caudilhismo Uruguaio no Rio Grande do Sul.

ARTUR CAETANO DA SILVA (Dr.). Dados Biográficos, por Leopoldo de Freitas. nº 61, pág. 121, 1936.

ARTUR CANDAL. Pelo Cel. Aurélio Porto. nº 15/16, pág. 11, 1924. (foto).

ASPECTOS DO BRASIL. Viagens de Estudos. Pelo Padre Balduino Rambo, S.J. nº 91/92, pág. 21, 1943.

ASPECTOS ECONÔMICOS DA VELHA PORTO ALEGRE. Pelo Dr. Olinto Sanmartin. nº 89, pág. 125, 1943.

ASPECTOS GEOMORFOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Pelo Prof. J. Tupi Caldas. nº 70, pág. 253, 1938.

ASPECTOS GERAIS DE PORTO ALEGRE. Vide: Sugestões e Pareceres.

ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1823. nº 56, pág. 195, 1934.

ASSEMBLÉIA DOS DEPORTADORES (A). Por Paulino Jacques. nº 64, pág. 167, 1936.

ASSEMBLÉIA PROVINCIAL. Vide: Documentos sobre os impostos, etc.

ATAS DAS ASSEMBLÉIAS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. nº 8, pág. 535, 1921.

ATAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL.

nº 1, pág. 107, 1921;
 nº 3, pág. 505, 1921;
 nº 8, pág. 535, 1922;

nº 43/44, pág. 351, 1931;
 nº 48, pág. 301, 1932;
 nº 52, pág. 293, 1933;

nº 11/12, pág. 619, 1923.
nº 15/16, pág. 251, 1924;
nº 19/20, pág. 267, 1925;
nº 23/24, pág. 635, 1926;
nº 28, pág. 611, 1927;
nº 32, pág. 619, 1928;
nº 36, pág. 699, 1929;
nº 39/40, pág. 657, 1930;

nº 56, pág. 323, 1934;
nº 60, pág. 313, 1935;
nº 64, pág. 351, 1936;
nº 68, pág. 335, 1937;
nº 72, pág. 325, 1938;
nº 76, pág. 339, 1939;
nº 84, pág. 391, 1941;
nº 86, pág. 397, 1942;

ATAS DAS SESSÕES (Extrato das) - ANO 1950. nº 117/120, pág. 279, 1950.
ATAS DAS SESSÕES DO PARTENON LITERÁRIO. Por Florência C. de A. e
Silva. nº 13/14, pág. 197, 1924. (Continuação). nº 15/16, pág. 153, 1924.
ATRAVÉS DA IMPRENSA.

As Ambições de Dona Carlota Joaquina de Bourbon. Por Paulino Jacques.
nº 79, pág. 227, 1940.

Psicanálise do Cafuné. Por Roger Bastide. nº 80, pág. 455, 1940.

O Mundo das Letras. Por Eloy Pontes. nº 81, pág. 185, 1941.

População branca no Brasil. Por Pierre Deffontaines. nº 82, pág. 499, 1941.

Novos Rumos aos Estudos Indígenas. Por Clóvis de Gusmão. nº 83, pág. 183.
1941.

Nisia Floresta e o Sentimento Nacional. Lewis Hanke. Joaquim Silveira dos
Reis. nº 84, pág. 337, 1941.

O Momento de Varnhagen. Por J. A. da Câmara. nº 85, pág. 187, 1942.

AURÉLIO PORTO E EMÍLIO FERNANDES DE SOUSA DOCA. Discurso
pelo Prof. Otelo Rosa. nº 100, pág. 123, 1945.

AURÉLIO PORTO. Pelo Dr. Vergílio Corrêa Filho. nº 100, pág. 139, 1945.

B

BAGÉ. Breves notas sobre a fundação de Bagé, por A. do Prado Sampaio.
nº 96, pág. 173, 1944.

BAGÉ. Vide: Saudação de Bagé.

BALANÇAS & DROGAS (Reconstrução Histórica). Por Fernando Osório.
nº 63, pág. 31, 1936.

BANDA ORIENTAL. Vide: Brasil no Prata.

BANDEIRA. Vide: Conferência pronunciada por Adroaldo Mesquita da
Costa.

BANDEIRA E BRASÃO FARROUPILHAS. Por Walter Spalding. nº 63, pág.
19, 1936.

BANDEIRA NACIONAL E BANDEIRAS ESTADUAIS. Conferência, por Man-
suetto Bernardi. nº 11/12, pág. 461, 1923.

BANDEIRA RIO-GRANDENSE. Histórico. nº 117/120, pág. 271, 1950.

BAQUERIA DE LOS PINARES. Vide: Conquista da Terra e a Iniciação Pas-
tórica no Planalto, etc.

BAQUERIAS. Vide: Dois Padrões.

BARÃO DE CAXIAS. Vide: Documentário.

BARÃO DE MAUA (O). Conferência, por Gabriel Terra. nº 29/30, pág. 13, 1928. c/foto.

BARÃO DE RIO BRANCO. Vide: Evocación del Baron de Rio Branco.

BARÃO DE RIO BRANCO E A GUERRA DOS FARRAPOS. Por Otelo Rosa. nº 95, pág. 17, 1944.

BARÃO DE SANTO ÂNGELO. Conferência, por Darci Azambuja. nº 39/40, pág. 637, 1930.

BARÃO DO CERRO LARGO. Vide: Biografia.

BARÃO DO TRIUNFO. Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves, por Leopoldo Freitas. nº 48, pág. 165, 1932.

BATALHA DE ITUZAINGO. Por Henrique O. Wiederspahn. nº 52, pág. 227, 1933.

BATALHA DE TUIUTI (A). OSÓRIO. Por Roque Calage. nº 3/4, pág. 528, 1921.

BATALHA DE TUIUTI. Por J. B. Hafkemeyer, S.J. nº 3/4, pág. 534, 1921.

BATALHA DO FANFA (A). Palestra, por Félix Contreiras Rodrigues. nº 64, pág. 327, 1936.

BATALHA DO MBORORÉ. Vide: Tricentenário da Batalha do Mbororé.

BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO. Arquivo do General João de Deus Martins. Anotações de Souza Docca. nº 25/26, pág. 259, 1927.

BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO. Vide: Comemorações Relativas à Batalha do Passo do Rosário.

BATALHA DO RIACHUELO. Discurso, por Adroaldo Mesquita da Costa. nº 3/4, pág. 541, 1921.

BATALHA DOS GUARARAPES (A). Primeira, por José P. Coelho de Souza. nº 109/112, pág. 156, 1948.

BATALHA DOS GUARARAPES. Vide. Centenário da Primeira Batalha dos Guararapes.

BATOVI. Por Celso M. Schröder. nº 61, pág. 109, 1936.

BENTO GONÇALVES. Republicanismo e Separatismo, por Walter Spalding. nº 47, pág. 41, 1932.

BENTO GONÇALVES. Pelo dr. Marino Joseti de Almeida. nº 105/108, pág. 31, 1947.

BENTO GONÇALVES. Vide: Influência do Caudilhismo Uruguaio no Rio Grande do Sul.

BENTO GONÇALVES DA SILVA e outros. Por J. G. da Silva. nº 36, pág. 515, 1929.

BENTO GONÇALVES DA SILVA. Carta a João Evangelista Tavares. nº 95, pág. 80, 1944.

BENTO GONÇALVES DA SILVA. Conferência, pelo Prof. Otelo Rosa. nº 105/108, pág. 15, 1947.

BENTO GONÇALVES DA SILVA. Cópia do Inventário. nº 105/108, pág. 39, 1947.

- BENTO GONÇALVES DA SILVA. Vide: Processo dos Farrapos.
- BENTO GONÇALVES DA SILVA. Vide: Arquivo Particular do Cap. Joaquim Gonçalves da Silva.
- BENTO GONÇALVES E LAVALLEJA. Pelo Maj. Henrique O. Wiederspahn. nº 59, pág. 57, 1935.
- BENTO MANUEL E FRUCTUOSO RIVERA. Arquivo do Gen. João de Deus Martins. nº 21/22, pág. 141, 1926.
- BENTO MANUEL RIBEIRO (Ofícios). Trabalho organizado pelo Dr. Eduardo Duarte. nº 17/18, pág. 5, 1925; 19/20, pág. 57. c/foto.
- BENTO MANUEL RIBEIRO. Vide: Expedição do sen. Rivera contra Bento Manuel, em maio de 1826.
- BENTO MANUEL RIBEIRO. Ensaio psicológico, pelo Gen. Sousa Doca. nº 53, pág. 3, 1934.
- BENTO MANUEL RIBEIRO. Vide: Biografia de Bento Manuel Ribeiro.
- BENTO MANUEL RIBEIRO. Vide: Influência do Caudilhismo Uruguaio no Rio Grande do Sul.
- BENTO MANUEL RIBEIRO. Vide: Caxias e Bento Manuel Ribeiro.
- BICENTENÁRIO DO RIO GRANDE E O INSTITUTO HISTÓRICO (O). nº 65, pág. 3, 1937.
- BIBLIOGRAFIA. nº 3, pág. 450, 1921.
- BIBLIOGRAFIA. Pelo Dr. Armando Dias de Azevedo. nº 8, pág. 536, 1922.
- BIBLIOGRAFIA. nº 15/16, pág. 263, 1924; nº 17/18, pág. 249, 1925; nº 79, pág. 257, 1940; nº 80, pág. 479, 1940; nº 81, pág. 211, 1941; nº 82, pág. 553, 1940; nº 83, pág. 225, 1941; nº 85, pág. 255, 1942; nº 86, pág. 392, 1942; nº 98, pág. 269, 1945; nº 99, pág. 118, 1945.
- BIBLIOGRAFIA FARROUPILHA. Pelo Prof. Walter Spalding. nº 60, pág. 273, 1935.
- BIBLIOTECA MUNICIPAL "JOÃO MAIA". Discurso pelo Dr. Marino Jorgetti de Almeida. nº 109/112, pág. 240, 1948.
- BIOGRAFIA DE ANTONIO FERREIRA VIANA. Vide: Ferreira Viana.
- BIOGRAFIA DE BENTO MANUEL RIBEIRO. Pelo Gen. Sousa Doca. nº 11/12, pág. 537, 1923.
- BIOGRAFIA DE DAVID CANABARRO. Vide: David Canabarro.
- BIOGRAFIA DE DONA CARLOTA. Por J. B. H. nº 1, pág. 99, 1921.
- BIOGRAFIA DE FRANCISCO PINTO BANDEIRA. Por João Borges Fortes. nº 69, pág. 3, 1938.
- BIOGRAFIA DE JACINTO ROQUE DE SENA PEREIRA. nº 42, pág. 300, 1931.
- BIOGRAFIA DE PLÁCIDO DE CASTRO. Vide: Plácido de Castro.
- BIOGRAFIA DE VITOR RUSSOMANO. nº 69, pág. 48, 1938.
- BIOGRAFIA DO ENGENHEIRO FRANCISCO JOÃO RÓSCIO (Elementos para a). Por Artur A. M. Alves. nº 75, pág. 3, 1939.
- BIOGRAFIA DO GENERAL JOÃO DE DEUS MARTINS. nº 19/20, pág. 5, 1925. c/foto.

- BIOGRAFIA DO GENERAL JOSÉ DE ABREU (Barão de Cerro Largo). Por J. M. da Silva Paranhos Junior. nº 98, pág. 169, 1945.
- BIOGRAFIA FRUSTRADA (Uma). Por Walter Spalding. nº 59, pág. 79, 1935.
- BOM JESUS DO TRIUNFO. Vide: Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo.
- BONIFÁCIO I. CALDERON E PEDRO CHAVES. Por Walter Spalding. nº 59, pág. 103, 1935.
- BORGES FORTES. Carta. nº 45, pág. 153, 1932.
- BRASÃO. Vide: Bandeira e Brasão Farroupilhas.
- BRASIL. Vide:
- BRASIL AUSTRAL. Vide: Costa do Brasil Austral, etc.
- BRASIL E A COMPANHIA DE JESUS (O). Conferência, por Darci Azambuja. nº 85, pág. 5, 1941.
- BRASIL E A INDEPENDÊNCIA DO URUGUAI. Por Sousa Doca. nº 35, pág. 465, 1929.
- BRASIL IMPÉRIO (No) e NO BRASIL REPÚBLICA. Esboço histórico. nº 42, pág. 345, 1931.
- BRASIL NA CARTOGRAFIA E NA LENDA (O). Por Walter Spalding. nº 98, pág. 211, 1945.
- BRASIL NO PRATA (O). Por Sousa Doca. nº 41, pág. 3, 1931.
- Aspectos do Brasil.
- Clero e a Emancipação Política do Brasil.
- Dez Anos no Brasil.
- Formação Territorial do Brasil (A).
- Idéia Federativa do Brasil (A).
- Idéia Republicana no Brasil (A).
- Independência do Brasil.
- Movimento Emancipador do Brasil.
- Narrativa de uma Viagem.
- Obra da Constitucionalização do Brasil (A).
- Paleontologia no Brasil.
- Pelos Sertões do Brasil.
- Primitivo Nome do Brasil.
- Regiões Geoeconômicas do Brasil.

C

- CAARÓ. Vide: Localização de Caaró.
- CABOS TELEGRÁFICOS Submarinos e Subfluviais no Rio Grande do Sul. Por Amaro Batista. nº 61, pág. 59, 1936.
- CACHOEIRA. Vide: Vila da Aclamação.
- CACHOEIRA. Por Aurélio Porto. nº 21/22, pág. 99, 1926.

- CADASTRO das Corporações e Publicações com as quais o Instituto mantém intercâmbio. nº 84, pág. 402, 1941.
- CAFUNÉ. Vide Psicanálise do Cafuné.
- CAMPANHA DE 1811. Discurso, por Sousa Doca. nº 11/12, pág. 588, 1923.
- CAMPANHA DO URUGUAI em 1811-1812. Por Celso Schröder. nº 53, pág. 115, 1934.
- CAMPESTRE DE SANTO ANTÃO. Por João Belém. nº 19/20, pág. 219, 1925.
- CAMPOS DO ESTADO (Os). Trabalho lido em sessão de 26 de julho, por Francisco Rodolfo Simch. nº 19/20, pág. 151, 1925.
- CAMPOS SALES. Conferência, por Darci Azambuja. nº 81, pág. 3, 1941.
- CANA-DE-AÇÚCAR. Vide: Notas e Apontamentos sobre a Cultura da Cana, etc.
- CÂNDIDO RONDON. Discurso-recepção, por F. C. de Abreu e Silva. nº 8, pág. 538, 1922.
- CANHÕES DE GARIBALDI (Os). Por Eduardo Duarte. nº 27, pág. 463, 1927.
- CAPISTRANO DE ABREU. Por Carlos Teschauer, S.J. (Padre). nº 29/30, pág. 9, 1928. c/foto.
- CAPISTRANO DE ABREU. Discurso, por Florência C. de Abreu e Silva. nº 8, pág. 538, 1922.
- CARÁCTER DA FLORA RIO-GRANDENSE. Vide: Flora Rio-Grandense.
- CARÁTER DO PROTO-MÁRTIR DO RIO GRANDE DO SUL. Pelo Padre Carlos Teschauer, S.J. nº 32, pág. 609, 1928.
- CARLOS TESCHAUER S.J. (Padre). Necrologia. nº 39/40, pág. 313, 1930. c/foto.
- CARLOTA (Dona). Vide: Biografia.
- CARLOTA JOAQUINA DE BOURBON. Vide: Através da imprensa.
- CARMO. Vide: Ordem Terceira de São Francisco do Carmo.
- CARRETA DO RIO GRANDE DO SUL E DO SUL DE MATO GROSSO (A). Por Bernardino José de Souza. nº 91/92, pág. 77, 1943.
- CARRETINHA (A). Vide: Reminiscências da Campanha.
- CARTA. Por Borges Fortes. nº 45, pág. 153, 1932.
- CARTA DE BENTO GONÇALVES A JOÃO EVANGELISTA TAVARES. nº 95, pág. 80, 1944.
- CARTA DE J. F. DE ASSIS BRASIL. Uma Publicação Clandestina. nº 55, pág. 147, 1939.
- CARTA DO CONTRA-ALMIRANTE JOSÉ DE AGUIAR AO INSTITUTO. nº 73, pág. 79, 1939.
- CARTA DO HISTORIADOR JOSÉ DE AGUIAR. nº 85, pág. 201, 1942.
- CARTAS DE BENTO GONÇALVES DA SILVA A SEU IRMÃO. Vide: Arquivo Particular do Cap. Joaquim Gonçalves da Silva.
- CARTAS DE DOM FELICIANO. Por Alfredo B. Nogueira. nº 2, pág. 155, 1921.
- CARTAS DO BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAES PARA MARTINHO DE MENDONÇA DE P. E PINA, Governador de Minas Gerais 1735-1738. nº 100, pág. 277, 1945.

CARTOGRAFIA ANTIGA. Vide: Rio Grande do Sul na Cartografia Antiga (O).

CARTOGRAFIA E A LENDA. Vide: Brasil na Cartografia e na Lenda.

CASO SALDANHA (O). Por Henrique O. Wiederspahn. nº 56, pág. 167, 1934.

CATÁLOGO DE INVENTÁRIOS EXISTENTES NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. Cartório de Órfãos, por Mário Teixeira de Carvalho. nº 80, pág. 435, 1940 e nº 81, pág. 165, 1941. Continuação.

CATÁLOGO SUMÁRIO DOS DOCUMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA. nº 79, pág. 181, 1940.

CAUDILHISMO. Vide: Influência do Caudilhismo Uruguaio no Rio G. do Sul.

CAVALHADAS. Vide: Crônica das Cavalhadas.

CAVALO. Vide: Subsídios para a História da Introdução do Cavalo, etc.

CAXIAS. Conferência, por Eurico Rodrigues. nº 80, pág. 417, 1940.

CAXIAS. Conferência. Vide: Centenário da Revolução de 1842, etc. e Documentário.

CAXIAS E BENTO MANUEL RIBEIRO. Pelo Prof. Walter Spalding. nº 63, pág. 75, 1936.

CAXIAS E OS GENERAIS DE 35. Pelo Cel. Álvaro de Alencastro. nº 57, pág. 11, 1935.

CEBALLOS E VERTIZ. Vide: Invasão de Ceballos e Vertiz.

CEM ANOS DE PAZ ARGENTINO-BRASILEIRA. Conferência, por Dr. Leonardo Truda. nº 32, pág. 579, 1928.

CENTENÁRIO DA COMPANHIA DE JESUS. nº 79, pág. 248, 1940.

CENTENÁRIO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (O). Conferência, por Alberto J. do Rego Lins. nº 15/16, pág. 93, 1924.

CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE SÃO SEPÊ. nº 36, pág. 663, 1929.

CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA. O Instituto e o Centenário da Independência. nº 8, pág. 379, 1922.

CENTENÁRIO DA NAVEGAÇÃO A VAPOR NO RIO GRANDE DO SUL. Por Eduardo Duarte. nº 48, pág. 293, 1932.

CENTENÁRIO DA PRIMEIRA BATALHA DE GUARARAPES (O TERCEIRO). Por H. Oscar Wiederspahn. nº 109/112, pág. 162, 1948.

CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 1842 E A AÇÃO PACIFICADORA DE CAXIAS. nº 85, pág. 220, 1942.

CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 1842 E DA AÇÃO PACIFICADORA DE CAXIAS. Conferência, pelo Prof. Otelo Rosa. nº 86, pág. 287, 1942.

CENTENÁRIO DE APOLINÁRIO PORTO ALEGRE. Conferência do Prof. Otelo Rosa. Discurso do Dr. Manuel Duarte. nº 95, pág. 83, 1949.

CENTENÁRIO DO INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO. Pelo Dr. Leonardo Macedônia. nº 72, pág. 283, 1938.

CENTENÁRIO DO DR. MANUEL JOAQUIM SARAIVA (O) - 1840-1889. nº 81, pág. 191, 1941.

CENTENÁRIO DO MARECHAL DE FERRO. Pelo Dr. Paranhos Antunes. nº 73, pág. 47, 1939.

- CENTENÁRIO DO VISCONDE DE TAUNAY. Pelo Prof. Walter Spalding. nº 89, pág. 1, 1943.
- CENTENÁRIO FARROUPILHA. Prefácio. nº 59, pág. 3, 1935.
- CENTRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS. nº 85, pág. 229, 1942.
- CENTRO D. VITAL. nº 85, pág. 223, 1942.
- CENTRO GAÚCHO EM SÃO PAULO. Por Leopoldo de Freitas. nº 49/50, pág. 161, 1933.
- CERÂMICA. Vide: Análises Químicas das Tintas Usadas na Cerâmica, etc.
- CERRO ALEGRE. Vide: João da Silva Tavares.
- CERRO LARGO. Vide: Conquista de Cerro Largo.
- CÉSAR DE CASTRO. Vide: Epistolário. (Epistolário de César de Castro).
- CÉSAR DE CASTRO. O Homem e a Obra. Pelo Dr. Fernando Calage. nº 49/50, pág. 171, 1933.
- CHARQUE. Vide: Pecuária, Charque, etc.
- CIÊNCIA DA JUSTIÇA E O PROBLEMA DO NOVO DIREITO (A). Pelo Dr. Fernando Osório. nº 49/50, pág. 303, 1933.
- CIENTISTA BRASILEIRO. Dados biográficos do dr. Artur Caetano da Silva. Por Leopoldo Freitas. nº 61, pág. 121, 1936.
- CINCOENTENÁRIO DA MORTE DE JOSÉ GARIBALDI. Conferência, por Mário Carli. nº 46, pág. 215, 1932.
- CIVILIZAÇÕES AMERICANAS. Antigüidade da Terra, pelo Prof. Jorge Bahlis. nº 49/50, pág. 299, 1933.
- CLERO E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL (O). Pelo Padre Luís Gonzaga Jaeger, S.J. nº 60, pág. 299, 1937.
- COEFICIENTE LAGUNISTA NA FORMAÇÃO RACIAL DO GAÚCHO. Pelo Cel. Aurélio Porto. nº 43/44, pág. 169, 1931.
- COLEÇÃO DE DOCUMENTOS SOBRE O BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAES. nº 109/112, pág. 3, 1948.
- COLÔNIA CAZEROS (A). Por Manuel Duarte. nº 103, pág. 305, 1946.
- COLÔNIA DO SACRAMENTO. (O primeiro assalto à). Vide: Primeiro Assalto à Colônia do Sacramento (O).
- COLÔNIA DO SACRAMENTO. Vide: Comentários de autoria de Álvaro de Alencastro.
- COLÔNIA DO SACRAMENTO. Vide: Documentos sobre a Colônia do Sacramento.
- COLÔNIA DO SACRAMENTO. Vide: Documentos sobre a Colônia do Sacramento e a Expedição que a Foi Socorrer em 1736.
- COLÔNIA DO SACRAMENTO. Vide: Últimos Povoadores da Colônia do Sacramento (Os).
- COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL. Pelo Dr. Leonardo Truda. nº 38, pág. 163, 1930.
- COMANDANTES DA 3ª REGIÃO MILITAR. Vide: Galeria dos Comandantes, etc.
- COMBATE DE RIO PARDO (O). Conferência, pelo Maj. De Paranhos Antunes. nº 64, pág. 257, 1936.

- COMBATE DO MONTE SANTIAGO. Vide: Primeiro Centenário do Combate, etc.
- COMEMORAÇÃO CÍVICA DA HERMA DO GEN. JOSÉ GOMES DE VASCONCELOS JARDIM, NAS PEDRAS BRANCAS. nº 1, pág. 45, 1921.
- COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO FARROUPILHA. Por Leonardo Macedônia. nº 59, pág. 13, 1935. Organização Judiciária do R. G. do Sul.
- COMEMORAÇÕES RELATIVAS À BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO E O DISCURSO DO GEN. URIBURU (AS). Pelo Gen. F. de Paula Cidade. nº 28, pág. 541, 1927.
- COMENTÁRIOS. Por Álvaro de Alencastro. Colônia do Sacramento. nº 45, pág. 15, 1932; nº 46, pág. 159.
- COMPANHIA DE JESUS. Vide: Brasil e a Companhia de Jesus.
- COMPANHIA DE JESUS. Vide: Centenário da Companhia de Jesus.
- COMPÊNDIO NOTICIOSO. Por Francisco João Róscio (Cópia dos manuscritos. Pelo Gen. João Borges Fortes. nº 87/88, pág. 29, 1942.
- COMPÊNDIO NOTICIOSO DO CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E OUTROS DOCUMENTOS DE FRANCISCO JOÃO RÓSCIO (O). nº 105/108, pág. 47, 1947.
- COMUNICAÇÃO AOS NOSSOS CONFRADES E COLABORADORES SOBRE A ELEIÇÃO DO DR. DANTE DE LAYTANO PARA A REVISTA DO INSTITUTO. nº 78, pág. 319, 1940.
- CONCEITO DA REGIÃO NATURAL E UMA TENTATIVA DE ESTABELECEER AS REGIÕES NATURAIS DO BRASIL (O). Por Padre Geraldo Pauwels, S.J. nº 21/22, pág. 9, 1926.
- CONCURSO DE FILMES BRASILEIROS. nº 85, pág. 248, 1942.
- CONDE D'EU. Vide: Sugestões e Pareceres.
- CONDE DE PORTO ALEGRE. Vide: Figura Singular do Tenente General Conde de Porto Alegre.
- CONDE DE PORTO ALEGRE. Vide: Elegância do Conde de Porto Alegre.
- CONDE DE PORTO ALEGRE. Manuel Marques de Sousa, por J. B. Hafk-meyer, S.J. nº 11/12, pág. 580, 1923.
- CONDE DE PORTO ALEGRE. Por Leopoldo de Freitas. nº 52, pág. 143, 1933.
- CONDE D'EU. Pelo Dr. Armando Dias de Azevedo, nº 86, pág. 261, 1942. c/foto.
- CONDE D'EU. Pelo Dr. Armando Dias de Azevedo. nº 86, pág. 275, 1942. Algumas carta do.
- CONDOMÍNIO DA LAGOA MIRIM E DO RIO JAGUARÃO. Pelo Gen. Sousa Doca. nº 72, pág. 183, 1938.
- CONFERÊNCIA. Do dr. Adroaldo Mesquita da Costa em comemoração ao Dia da Bandeira. nº 68, pág. 331, 1937.
- CONFERÊNCIA COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO URUGUAI. nº 39/40, pág. 623, 1930.
- CONFERÊNCIA DE 7 DE SETEMBRO. Pelo Dr. Eduardo Duarte. nº 72, pág. 267, 1938.

- CONFERÊNCIA DO DR. DARCI AZAMBUJA SOBRE O BARÃO DE SANTO ANGELO. nº 39/40, pág. 637, 1930.
- CONFERÊNCIA FEITA PELO PADRE BALDUÍNO RAMBO, S.J. AO INGRESSAR NO INSTITUTO. TEMA: O CARÁTER DA FLORA RIO-GRANDENSE. nº 97, pág. 8, 1945.
- CONFERÊNCIA NO INSTITUTO. Discurso do Dr. Manuel Duarte. nº 60, pág. 239, 1935.
- CONFERÊNCIA NO INSTITUTO. Pelo Dr. Leonardo Macedônia. nº 60, pág. 257, 1935.
- CONFERÊNCIAS. DO DR. DARCI AZAMBUJA E PROF. OTELO ROSA. Homenagem a Garibaldi. nº 46, pág. 229, 1932.
- CONFERÊNCIA SOBRE OS ESTADOS UNIDOS E CANADÁ, ALASKA E HAWAÍ. Por Simões da Silva. nº 39/40, pág. 645, 1930.
- CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE. 2º Centenário de R. Grande. nº 63, pág. 159, 1936.
- CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE (II). nº 63, pág. 159, 1936.
- CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE. Vide: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- CONGRESSO DE HISTÓRIA SUL-RIO-GRANDENSE (O 1º). nº 60, pág. 163, 1935.
- CONGRESSO INTERNACIONAL AMERICANISTA. Vide: Sugestões e Pareceres.
- CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE (IV). nº 94, pág. 135, 1944.
- CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA (IV). nº 97, pág. 3, 1945.
- CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA (IX). nº 76, pág. 193, 1939.
- CONQUISTA DO ACRE (A). Por Artur César Ferreira Reis. nº 83, pág. 141, 1941.
- CONQUISTA DE CERRO LARGO (A). Pelo Maj. Henrique O. Wiederspahn. nº 65, pág. 119, 1937.
- CONQUISTA DAS MISSÕES E OS CACHOEIRENSES (A). Pelo Cel. Aurélio Porto. nº 1, pág. 8, 1921.
- CONQUISTA DAS MISSÕES (A), 1801. Pelo Maj. Henrique Oscar Wiederspahn. nº 53, pág. 95, 1943.
- CONQUISTA PORTUGUESA DO RIO GRANDE DO SUL (A). Por J. B. Hafkemeyer, S.J. nº 29/30, pág. 199, 1928.
- CONQUISTA DA TERRA E A INICIAÇÃO PASTÓRICA NO PLANALTO E NOS FUNDOS DE BAQUERIA DE LOS PIÑARES. Por Manuel Duarte (Dr.). nº 96, pág. 191, 1944.
- CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO À NATUREZA. Vide: Sugestões e Pareceres.
- CONSTITUINTE E O PROJETO DE CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE (A). Dr. Florêncio Carlos de Abreu e Silva. nº 3, pág. 312, 1921.

CONSTITUINTE. Vide: Obra da Constitucionalização do Brasil (A).

CONSTITUINTE DE ALEGRETE (A). Por Paulino Jacques. nº 81, pág. 117, 1941.

CONTESTADO. Vide: Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DOS CONCEITOS DE "LIMITE" E "FRONTEIRA". Pelo Padre Geraldo José Pauwles S.J. nº 17/18, pág. 61, 1925.

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DE NOSSA TOPONÍMIA TUPI-GUARANI. Por Quirino Nunes Pereira. nº 74, pág. 249, 1939.

CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS DOS PROBLEMAS DE ALIMENTAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL. Pelo Dr. Raul Panatieri. nº 85, pág. 55, 1941.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO URUGUAI. Vide: Conferência Comemorativa do Centenário, etc.

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO BRASIL (A). Por Leonardo Macedônia. nº 93, pág. 40, 1944.

CONVENÇÃO PRELIMINAR DE PAZ DE 1828. Nota da Revista *Crítica* de Buenos Aires, sobre o livro de Sousa Doca. nº 35, pág. 455, 1929.

CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA BRASILEIRA. Conferência, pelo Dr. Adroaldo Mesquita da Costa. nº 8, pág. 431, 1922.

CORRESPONDÊNCIA ATIVA DOS PRESIDENTES ANTÔNIO ELIZIÁRIO DE MIRANDA E BRITO E JOSÉ DE ARAÚJO RIBEIRO. nº 36, pág. 611, 1929.

COSTA DO BRASIL AUSTRAL NA CARTOGRAFIA DOS SÉCULOS XVI-XVIII (A). Pelo Padre J. B. Hafekmayer, S.J. nº 3, pág. 399, 1921.

CRISTOVAM PEREIRA DE ABREU. Pelo Gen. Borges Fortes. nº 43/44, pág. 131, 1931.

CRISTOVAM MENDONZA, S.J. (Padre). A identificação do lugar onde foi martirizado em 26-IV-1635. nº 87/88, pág. 117, 1942.

CRÔNICA DAS CAVALHADAS. Pelo Dr. Félix Contreiras Rodrigues. nº 103, pág. 307, 1946.

CRUZEIRO PLANALTINO. Vide Estudos Farroupilhas (Dois).

CRUZ ALTA. (Histórico). Por J. Santos Lima. nº 48, pág. 147, 1932.

CRUZ ALTA. Por Josino dos Santos Lima. nº 43/44, pág. 91, 1931.

CRUZ ALTA. Flora. Por Josino dos Santos Lima. nº 57, pág. 137, 1935.

CURSO DE HISTÓRIA NAVAL PARA O RIO GRANDE DO SUL (Do). Por M. Pinto Bravo. nº 45, pág. 133, 1932.

CURUZU. Vide: Tomada de Curuzu.

D

DADOS BIOGRÁFICOS do Dr. Leonardo Macedônia Franco e Sousa. nº 105/108, pág. 5, 1947. c/foto.

DADOS BIOGRÁFICOS de Serafim Alencastre. Por A. Alencastre. nº 59, pág. 158, 1935.

- DARCI AZAMBUJA. Vide: Recepção no Seio do Instituto.
- DAVID CANABARRO. Dados Biográficos, por Otelo Rosa. nº 53, pág. 51, 1939. c/foto.
- DAVID CANABARRO. Conferência, por Otelo Rosa. nº 56, pág. 241, 1934.
- DECÊNIO FARROUPILHA. Vide: Documentário.
- DECÊNIO FARROUPILHA EM SÃO GABRIEL (O). Por M. Schröder. nº 70, pág. 55, 1938.
- DEFESA E RELATÓRIO do Marechal de Campo Gustavo Henrique Brown perante o Conselho de Guerra. nº 21/22, pág. 196, 1926.
- DEODORO 1827-1927. Por E. F. de Sousa Doca. nº 46, pág. 301, 1932.
- DESCENDENTES DO VICENTISTA Pedro Leme que Foram Povoar a Sesmaria Onde se Ergueria Porto Alegre (Dos). Por Henrique Oscar Wiederspahn. nº 101, pág. 151, 1946.
- DESCOBERTOS EM RIO PARDO FÓSSEIS de Gigantescos Tatús e Preguiças Antidiluvianas. nº 85, pág. 251, 1942.
- DESCOBRIMENTO DO BRASIL. Por J. B. Hafkmeyer, S.J. (Padre). nº 2, pág. 211, 1921.
- DESDENTADOS FÓSSEIS GRAVIGRADOS (OS). Por Carlos de Paula Couto. nº 66, pág. 305, 1937.
- DAVID CANABARRO. Por H. C. Reichardt. nº 56, pág. 213, 1934. (Vida de).
- DE SERTÃO A ESTADO. Por Borges Fortes. nº 62, pág. 139, 1936.
- DESTINO DO RIO GRANDE E SEU PATRIARCA (O). Discurso, por Fernando Osório. nº 65, pág. 67, 1937.
- DEZ ANOS NO BRASIL (Zehn Jahre in Brasilien) durante o Reinado de Pedro I e após o seu Destronamento. Por Carlos Seidler. nº 37, pág. 3, 1930.
- DIA DO RESERVISTA EM 1941. nº 85, pág. 240, 1942.
- DIA PAN-AMERICANO (O). Conferência, por Adroaldo Mesquita da Costa. nº 64, pág. 251, 1936.
- DIÁRIO DE ANTÔNIO VICENTE DA FONTOURA. nº 54, pág. 177; nº 55, pág. 3, 1934. c/foto
- DIÁRIO DE UMA EXCURSÃO ELEITORAL feita pelo Dr. Luís Alves de Oliveira Belo ao deixar a Presidência da Província do Rio Grande do Sul. nº 79, pág. 5, 1940. c/foto.
- DICIONÁRIO. Vide: Pequeno Dicionário Histórico de Osório.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Vide: Vocabulário do Rio G. do Sul.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO HISTÓRICO E ETNOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Por Otávio Augusto de Faria. nº 1, pág. 68, 1921.
- DICIONÁRIO TOPONOMÁSTICO DO RIO GRANDE DO SUL (Pequeno). Por A. G. Lima. nº 113/116, pág. 469; Letras A e B, 1949; nº 117/120, pág. 283, 1950, Letras C a M.
- DIOCESES RIO-GRANDENSES. Por Mons. João Maria Balém. nº 96, pág. 179, 1944.

DIRETORIAS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOG. DO R. G. DO SUL

Vide: Relação das Diretorias.

DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA da Divisa Litigiosa entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Pelo Padre Geraldo Pauwles, S.J. nº 23/24, pág. 321, 1926.

DISCURSO pronunciado por:

Adroaldo M. da Costa, saudando o novo associado S. Mansueto Bernardi. nº 28, pág. 555, 1927.

de recepção a Otelo Rosa no seio do Instituto. nº 39/40, pág. 607, 1930.

de recepção aos novos sócios, dr. Leonardo Macedônia e Prof. Walter Spalding. nº 48, pág. 268, 1932.

saudando o Padre Luís Gonzaga Jaeger, S.J. ao ser recebido no Instituto. nº 68, pág. 321, 1937.

de elogio a Antão de Faria e José Boiteux. nº 64, pág. 275, 1936.

Alberto Juvenal do Rego Lins, sobre o 1º Aniversário do Instituto Histórico e Geog. do Rio G. do Sul. nº 3/4, pág. 558, 1921.

Alcides Maia na recepção aos novos sócios Gaston H. Mazon e Clemenciano Barnasque. nº 54, pág. 321, 1934.

Ângelo Guido ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul. nº 72, pág. 299, 1938.

Apeles Porto Alegre em homenagem ao 20 de Setembro, no Teatro São Pedro em 1885. nº 45, pág. 113, 1932.

Armando Dias de Azevedo, sobre o Conde D'Eu. nº 86, pág. 261, 1942.

Aurélio Porto-João Belém, nº 60, pág. 211, 1935.

Balduino Rambo, S.J. (Padre) ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul, discorrendo sobre: O Caráter da Flora Rio-Grandense. nº 97, pág. 8, 1945.

Bernardino José de Sousa na sessão solene de 14 de novembro de 1939. nº 76, pág. 297, 1939.

Carlos de Paula Couto ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul. nº 84, pág. 249, 1941.

Clemenciano Barnasque ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 54, pág. 321, 1934.

Dante de Laytano ao ingressar no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 64, pág. 285, 1936.

saudando o Dr. Mário Teixeira de Carvalho. nº 68, pág. 291, 1937.

na sessão de aniversário, em 5 de agosto de 1941, no Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul, recebendo os novos sócios Nestor Ericksen e Carlos de Paula Couto. nº 101, pág. 143, 1946.

Darci Azambuja ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 43/44, pág. 333, 1931.

saudando ao Exmº Gen. João Batista Mascarenhas de Moraes. nº 102, pág. 159, 1946.

- Eduardo Duarte, ao ser recebido no Instituto o Dr. Marino Joseti de Almeida. nº 96, pág. 121, 1944.
- Emílio F. de Sousa Doca, no 3º Aniversário do Instituto. nº 11/12, pág. 605, 1923.
- no 5º Aniversário do Instituto. nº 19/20, pág. 229, 1925.
- Emílio F. de Sousa Doca. Sobre Deodoro - 1827-1927. nº 64, pág. 301, 1932.
- Estêvão Leitão de Carvalho ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio G. do Sul. nº 84, pág. 290, 1941.
- Félix Contreiras Rodrigues em sua recepção no Instituto Histórico e Geográfico do Rio G. do Sul. nº 60, pág. 248, 1935.
- saudando o Dr. Dante de Laytano. nº 64, pág. 295, 1936.
- na posse do General Valentim Benício da Silva. nº 91/92, pág. 177, 1943.
- Fernando Osório. O Destino do Rio Grande e seu Patriarca. nº 65, pág. 67, 1937.
- Florêncio C. de Abreu e Silva, sobre o 1º Aniversário do Instituto e ao Dr. A. A. Borges de Medeiros. nº 3/4, pág. 555, 1921.
- no 3º Aniversário do Instituto. nº 11/12, pág. 602, 1923.
- na Sessão de Aniversário do Instituto, em 5/8/1925. nº 19/20, pág. 225, 1925.
- ao novo associado Sr. Augustin Venturini. nº 48, pág. 263, 1932.
- Gaston Hasslocher Mazon, ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio G. do Sul. nº 54, pág. 321, 1934.
- Getúlio D. Vargas em 1906, saudando o Dr. Afonso Pena. nº 90, pág. 151, 1943.
- Jaci L. Tupi Caldas ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 60, pág. 253, 1935.
- João Borges Fortes. Estância. nº 93, pág. 8, 1944.
- João Maia saudando o Prof. Jorge Bahlis, nº 48, pág. 249, 1932.
- Monumento ao General Osório. nº 52, pág. 261, 1933.
- Jorge Bahlis ao ingressar no Instituto Histórico e Geog. do Rio G. do Sul. nº 48, pág. 253, 1932.
- Jorge Godofredo Felizardo ao ingressar no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 84, pág. 282, 1941.
- José Aguiar sobre o Barão de Rio Branco. nº 70, pág. 185, 1938.
- Leonardo Macedônia ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 48, pág. 273, 1932.
- no 16º Aniversário da Fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio G. do Sul. nº 64, pág. 269, 1936.
- no Aniversário do Instituto. nº 76, pág. 313, 1939.
- na Sessão Comemorativa do 21º Aniversário do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul. nº 84, pág. 245, 1941.
- Luís Gonzaga Jaeger, S.J. (Padre) ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 68, pág. 299, 1937.

- Manuel Duarte, saudando ao Cel. Sousa Doca. nº 76, pág. 305, 1939.
no primeiro centenário do falecimento de Francisco Alvares Machado e Vasconcellos. nº 102, pág. 175, 1939.
- Manoelito de Ornellas, saudando o Sr. Ângelo Guido ao ingressar no Instituto Histórico e Geog. do Rio G. do Sul. nº 72, pág. 311, 1938.
- Mansueto Bernardi ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 28, pág. 549, 1927.
- Marino Joseti de Almeida ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio G. do Sul. nº 96, pág. 121, 1944.
sobre a Biblioteca Municipal *João Maia* nº 109/112, pág. 240, 1948.
- Mário Teixeira de Carvalho ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio G. do Sul. nº 68, pág. 263, 1937.
- Miguel Pereira em homenagem ao 14 de julho. nº 3/4, pág. 546, 1921.
- Moysés Vellinho. Uruguai-Brasil. nº 80, pág. 291, 1940.
- Nestor Ericksen ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 84, pág. 258, 1941.
- Olinto Sanmartin ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 68, pág. 245, 1937.
- Otelo Rosa ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 39/40, pág. 613, 1930.
na recepção ao Dr. Darci Azambuja no seio do Instituto. nº 43/44, pág. 333, 1931.
sobre Alcides Maia. nº 99, pág. 3, 1945.
- Roque Callage saudando o Dr. Rubens de Barcelos ao entrar para o Instituto Histórico e Geográfico do R. G. Sul. nº 15/16, pág. 103, 1924
- Rubens Barcelos ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 15/16, pág. 103, 1924.
- Valentim Benício da Silva, por ocasião de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico do R. G. Sul. nº 91/92, pág. 177, 1943.
- Walter Spalding ao ser recebido no Instituto Hist. e Geog. do R. G. Sul. nº 48, pág. 281, 1932.
na recepção a novos sócios. . Clemenciano Barnasque e Gaston H. Mazon. nº 54, pág. 321, 1934.
saudando o Dr. Olinto Sanmartin. nº 68, pág. 257, 1937.
saudando o Dr. Pedro Calmon em nome do Instituto. nº 69, pág. 119, 1938.
- Walter Spalding, ao ser recebido, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o Revmº Padre Balduino Rambo, S.J. nº 97, pág. 18, 1945.
- DIVISÃO ECLESIASTICA DO RIO GRANDE DO SUL.** Religião Predominante. Pelo Padre Luís Gonzaga, S.J. nº 87/88, pág. 79, 1942.
- DO FICO A INDEPENDÊNCIA.** Conferência por Leonardo Truda. nº 8, pág. 385, 1922.
- DOCUMENTÁRIO - DECÊNIO FARROUPILHA.** Governo do Barão de Caxias. nº 96, pág. 128, 1924.

- DOCUMENTÁRIO FARROUPILHA. Documentos sobre impostos votados pela Assembléia Provincial. nº 97, pág. 24, 1945.
- DOCUMENTÁRIO. A PRIMEIRA SESMARIA RIO-GRANDENSE. nº 91/92, pág. 153, 1943.
- DOCUMENTO. A Expedição de Gomes Freire. Copiado pelo Cel. Rego Monteiro. nº 65, pág. 75, 1937.
- DOCUMENTOS. Vide: Velhos Documentos Rio-Grandenses.
- DOCUMENTOS DO BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAES (Coleção de). nº 109/112, pág. 3, 1948.
- DOCUMENTOS (Cópias) Vide: Revolução dos Farrapos no Arquivo Imperial (A).
- DOCUMENTOS. Cópias sobre os Casais do Rio Grande. nº 78, pág. 311, 1940.
- DOCUMENTOS DE FRANCISCO JOÃO RÓSCIO. Vide: Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande do São Pedro, etc.
- DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Notas de Sousa Doca. nº 11/12, pág. 377, 1923.
- DOCUMENTO IMPORTANTE JURÍDICO-MORAL escrito no Brasil em 1567 (Primeiro). Por Manuel da Nóbrega. nº 82, pág. 518, 1949.
- DOCUMENTOS INTERESSANTES. Notas de Sousa Doca. nº 1, pág. 83, 1921.
- DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL. nº 36, pág. 481, 1928.
- DOCUMENTOS. Memória dos Serviços Prestados por André Ribeiro Coutinho no Governo do Rio Grande do Sul. nº 64, pág. 237, 1936.
- DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (Dois). Por Hélio Viana. nº 86, pág. 283, 1942.
- DOCUMENTOS RIO-GRANDENSES (Velhos). A Irrupção dos Índios no Distrito do Baqueira, em 1779, copiado por Manuel Duarte. nº 97 pág. 33, 1945.
- DOCUMENTOS SOBRE A COLÔNIA DO SACRAMENTO. Códice nº 467 do Fundo Geral Secção Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, copiados por Artur da Mota Alves. Propriedade da Biblioteca Rio-Grandense. nº 99, pág. 41, 1945.
- DOCUMENTOS SOBRE A COLÔNIA DO SACRAMENTO E DO RIO GRANDE DO SUL. nº 104, pág. 337, 1946.
- DOCUMENTOS SOBRE A COLÔNIA DO SACRAMENTO e a expedição que a foi socorrer em 1736. nº 109/112, pág. 4, 1948.
- DOCUMENTOS SOBRE O DECÊNIO FARROUPILHA. Arquivo Antônio Vicente da Fontoura. 3 cartas. Bentos Gonçalves, Bento Manuel Ribeiro e Domingos José de Almeida, copiados por Walter Spalding. nº 95, pág. 78, 1944.
- DOCUMENTOS SOBRE A MARCHA QUE FEZ GOMES FREIRE DE ANDRADE. nº 70, pág. 173, 1938. Notícia breve.
- DOCUMENTOS SOBRE MEDIDAS DE SEGURANÇA E ABASTECIMENTO. nº 97, pág. 24, 1945.
- DOCUMENTOS SOBRE 1835 (Alguns). Posse do Dr. Araújo Ribeiro, por Otelo Rosa. nº 96, pág. 162, 1944.

DOIS DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. Por H. Viana. nº 86, pág. 283, 1942.

DOIS ESTUDOS FARROUPILHAS, por Manuel Duarte. nº 98, pág. 218, 1945.

DOIS OFÍCIOS DE ALFONSO MABILDE. Introdução de Walter Spalding e Notas de Manuel Duarte. nº 98, pág. 242, 1945.

DOIS PADRÕES (Os) na conquista das duas últimas Baquerias. Por Manuel Duarte. nº 94, pág. 173, 1944.

DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA. Carta histórica. nº 91/92, pág. 166, 1943.

DOMÍNIO TERRITORIAL DOS VELHOS. Vide: Origem dos "Ausentes".

DOM PEDRO II. nº 85, pág. 227, 1942.

DOM PEDRO II no Rio Grande do Sul, durante a Guerra do Paraguai. Notas colhidas por Walter Spalding. nº 109/112, pág. 171, 1948.

DONA CARLOTA. Biografia. Por J. B. H. nº 1, pág. 99, 1921.

DOURADOS. Vide: Heróis de Laguna e Dourados.

DRAGÕES. Vide: Regimento de Dragões.

DRAGÕES (Legenda dos). Por Fernando Osório. nº 32, pág. 557, 1928.

DRAGÕES DO RIO GRANDE. Vide: Levante dos Dragões do Rio Grande.

DRAGÕES DO RIO GRANDE DO SUL (Os). Por Walter Spalding. nº 64, pág. 219, 1936.

DUAS PROPOSIÇÕES. Por Jaci L. T. Caldas. nº 75, pág. 151, 1939.

DUQUE DE CAXIAS. Vide: Centenário da Revolução de 1842, etc.

DUQUE DE CAXIAS. Vide: Três Capítulos de uma Biografia Perdida.

E

ECLESIASTICOS (Negócios). Vide: Pastoral do 9º Bispo do Rio de Janeiro.

EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE (dr.). nº 85, pág. 230, 1942.

EDUARDO DUARTE (dr.). Homenagem. nº 56, pág. 273, 1934. c/foto.

EDUARDO DUARTE (dr.). Regresso. nº 79, pág. 247, 1940.

EDUARDO GUIMARÃES. Vide: Gente que eu conheci.

EDUCAÇÃO NACIONAL. Vide: Margem da Educação Nacional (A).

EFEMÉRIDES. Dias 29 de abril, 25 de julho, 30 de agosto, 7 de setembro, 12 de outubro, 9 de dezembro. Por Sousa Doca. nº 15/16, pág. 133, 1924.

EFEMÉRIDES. Dias 24 de maio, 12 de abril, 26 de julho, 2 de dezembro, 13 de dezembro. Por Sousa Doca. nº 19/20, pág. 237, 1935.

EFEMÉRIDES FARROUPILHAS. Pelo Barão de Rio Branco. nº 95, pág. 19, 1944.

EFEMÉRIDES NAVAIS RELATIVAS À REVOLUÇÃO FARROUPILHA. Por J. E. Garcez Palha. nº 95, pág. 54, 1944.

ELEGÂNCIA DO CONDE DE PORTO ALEGRE (A). Por Castilhos Goicochea. nº 79, pág. 231, 1940.

ELOGIO DE ANTÃO DE FARIA E JOSÉ ARTUR BOITEUX (O). Discurso, por Adroaldo Mesquita da Costa. nº 64, pág. 275, 1936.

- EM TORNO DA INDEPENDÊNCIA. Vide: Independência.
- EMÍLIO A. CONI. nº 79, pág. 249, 1940.
- ENSINO MILITAR NO BRASIL (O). Período Colonial, por Adailton Sampaio Pirassinunga. nº 89, pág. 55, 1943.
- ENSAIO PSICOLÓGICO DO MARECHAL DO EXÉRCITO BENTO MANUEL RIBEIRO. Conferência, por Sousa Doca. nº 53, pág. 3, 1934.
- EMÍLIO F. DE SOUSA DOCA. Oração proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo Comandante Luís Alves de Oliveira Belo. nº 103, pág. 283, 1946.
- EMÍLIO F. DE SOUSA DOCA E AURÉLIO PORTO. Discurso, por Oтелo Rosa. nº 100, pág. 123, 1945.
- EMÍLIO FERNANDES DE SOUSA DOCA. Por Eduardo Duarte. nº 98, pág. 157, 1945. Necrologia.
- ENDEREÇOS DOS SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. nº 84, pág. 399, 1941.
- ENSAIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (O). nº 85, pág. 242, 1942.
- EPISÓDIO INTERESSANTE. Por Francisco José Martins. nº 95, pág. 81, 1944.
- EPISTOLÁRIO DE CESAR DE CASTRO. Por Fernando Calage. nº 75, pág. 91, 1939.
- EPISTOLÁRIO DE CESAR DE CASTRO. II Série. Por Fernando Calage. nº 83, pág. 131, 1941. c/foto.
- EPOPEIA FARROUPILHA (A). Por Ariosto Pinto. Discurso. nº 36, pág. 557, 1929.
- EQUADOR. Vide: Centenário da Confederação do Equador.
- ESBOÇO BIOGRÁFICO DE ANTÔNIO SIMÕES PIRES. 1766/1856. Por Jorge G. Felizardo. nº 39/40, pág. 453, 1930.
- ESBOÇO BIOGRÁFICO DO GENERAL JOSÉ DE ABREU. Barão de Cerro Largo. Por J. M. da Silva Paranhos Junior. nº 98, pág. 164, 1945.
- ESBOÇO GEOBOTÂNICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Pelo Ir-mão Teodoro. nº 62, pág. 251, 1936.
- ESCRAVATURA. Vide: Negros no Rio Grande do Sul.
- ESPADA QUE SE DIZ HAVER PERTENCIDO A BENTO GONÇALVES DA SILVA. Vide: Sugestões e Pareceres.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Vide: Rio Grande do Sul.
- ESTADOS UNIDOS (Para um livro sobre os). nº 85, pág. 224, 1942.
- ESTÂNCIA (A). Por João Borges Fortes. Discurso. nº 93, pág. 8, 1944.
- ESTANDARTE DA ANTIGA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO PARDO. Parecer. nº 76, pág. 287, 1939.
- ESTATUTOS DO INSTITUTO HIST. E GEOG. DO RIO G. DO SUL. nº 1, pág. 135, 1921.
- ESTATUTOS. Reedição dos Estatutos do Instituto Hist. e Geog. do R. G. do Sul, com reforma de artigos. nº 15/16, pág. 231, 1924.
- ESTATUTOS DO INSTITUTO HIST. E GEOG. DO RIO G. DO SUL. nº 95, pág. 103, 1944.

ESTATUTOS DO INSTITUTO HIST. E GEOG. DO RIO G. DO SUL. Acréscimo ao artigo 29. nº 100, pág. 305, 1945.
 ESTRADA DE FERRO. Vide: Primeira Estrada de Ferro Construída no Brasil (A).
 ESTRELA. Anais do Município. nº 1, pág. 92, 1921.
 ESTUDOS ETNOGRÁFICOS. Vide: Relatório Científico das Viagens de Estudo, etc.
 ESTUDOS FARROUPILHAS (Dois): I O Cruzeiro Planaltino; II Santa Vitória. Por Manuel Duarte. nº 98, pág. 218, 1945.
 ETIMOLOGIA DE ALGUNS NOMES ABORÍGINES. Vide: Contribuição ao Estudo de Nossa Toponímia Tupi-Guarani.
 ETNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (Esboço Fundamental). Por Jaci A. L. Tupi Caldas. nº 86, pág. 303, 1942.
 EUCARISTIA E O SENTIMENTO RELIGIOSO NO VELHO RIO PARDO (A). Por Eduardo Duarte. nº 105/108. pág. 209, 1947.
 EUFRÁSIO LOPES DE ARAÚJO, Visconde de São José do Norte. Por Walter Spalding. nº 109/112, pág. 206, 1948.
 EUSÉBIO DE OLIVEIRA. Vide: Monumento a Eusébio de Oliveira.
 EVOCACÃO DO RIO GRANDE. Por Fernando Calage. nº 59, pág. 7, 1935.
 EVOCACIÓN DEL BARON DE RIO BRANCO. Discurso de José Aguiar. nº 70, pág. 185, 1938.
 EXPANSIÓN IMPERIAL DE HISPANIA (La). Por J. Francisco V. Silva. nº 39/40, pág. 567, 1930.
 EXPEDIÇÃO DE GOMES FREIRE (A). Documento copiado pelo Gen. Rego Monteiro. nº 65, pág. 75, 1937.
 EXPEDIÇÃO DO GENERAL RIVERA CONTRA BENTO MANUEL em maio de 1826 (A). Por Sousa Doca. nº 28, pág. 597, 1927.
 EXPLORAÇÃO DO RIO DAS MORTES (A). Pelo Tenente-Coronel Antônio Tupi Ferreira Caldas. nº 81, pág. 157, 1941.
 EXPOSIÇÃO DO LIVRO PORTUGUÊS. nº 85, pág. 235, 1942.
 EXTENSÃO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL E O "ATLAS DO BRASIL" do Barão Homem de Melo. Por G. Pauwels, S.J. nº 2, pág. 209, 1921.
 EXTRATO DAS ATAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Ano de 1950. nº 117/120, pág. 279, 1950.

F

FANFA. Vide: Batalha do Fanfa.
 FAMÍLIA PORTUGAL DE SÃO GABRIEL. Por Celso M. Schröder. nº 109/112, pág. 187, 1948.
 FARRAPOS. Vide:

- Apontamentos sobre o Teatro, etc. (Quartel dos).
 Assembléia dos Deputados.
 Barão do Rio Branco e a Guerra dos Farrapos.
 Constituinte de Alegrete (A).
 Graça e Lirismo Heróico dos Farrapos.
 Pensamento Religioso dos Farrapos (O).
 Processo dos Farrapos.
 Revolução dos Farrapos, etc.
 Revolução dos Farrapos no Arquivo Imperial (A).
 Separatismo entre os Farrapos.
 Supremos Objetivos da Jornada de 35.
- FARRAPOS E BARRIGAS-VERDES.** Vide: Mais um Pouco de Folclore.
- FARRAPOS NA POESIA POPULAR GAÚCHA** (Os). Por Fernando Calage.
 nº 78, pág. 189, 1940.
- FARROUPILHA.** Por Aurélio Porto. nº 60, pág. 191, 1935.
- FARROUPILHA.** Vide:
- Bibliografia Farroupilha.
 - Comemoração do Centenário Farroupilha.
 - Decênio Farroupilha em São Gabriel.
 - Documentário do Decênio Farroupilha, etc.
 - Documentos sobre 1835 (Alguns).
 - Dois Estudos Farroupilhas.
 - Efemérides Farroupilhas e
 - Efemérides Navais da Revolução Farroupilha.
 - Gonçalves Dias e a Revolução de 1835.
 - Ideologia Federativa na Cruzada Farroupilha.
 - Literatura Farroupilha no Centenário.
 - Revolución de los Farroupilhas.
- FARROUPILHA** (Decênio). Vide: Tentativa Emancipacionista.
- FARROUPILHA** (Negócios da República). Vide: Pastoral de Dom Manuel
 M. R. de Araújo, 9º Bispo do Rio de Janeiro.
- FARROUPILHA** (Revolução). Vide: Efemérides Navais Relativas à Revolução
 Farroupilha.
- FELIPE NERY DE OLIVEIRA.** nº 36, pág. 535, 1929.
- FERREIRA VIANA.** Biografia, por Fernando Osório. nº 47, pág. 75, 1932.
- FERROVIAS.** Vide: Notas para a História das Ferrovias Sul-Rio-Granden-
 ses.
- FICO À INDEPENDÊNCIA** (DO). Conferência, por Leonardo Truda. nº 8,
 pág. 385, 1922.
- FIGURA SINGULAR DO TENENTE GENERAL CONDE DE PORTO ALEGRE**
 (A). (Confrontos e Contrastes). Por Castilhos Goicochea. nº 69, pág.
 127, 1938.
- FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA SERRANA** (Charrua). Pelo Dr. Antônio Serrano.
 nº 61, pág. 103, 1936.

- FISIOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL. Pelo Dr. Francisco Rodolfo Simch. nº 15/16, pág. 61, 1924.
- FLAMA GARIBALDINA (A). Pelo Dr. Fernando Osório. Conferência. nº 46, pág. 257, 1932.
- FLORA RIO-GRANDENSE (O Caráter da). Pelo Padre Balduino Rambo, S.J. nº 97, pág. 8, 1945.
- FLORENCIO DE ABREU (Senador). Bibliografia com foto, por Leopoldo de Freitas. nº 3, pág. 307, 1921.
- FLORES DA CUNHA (Os). Notas Genealógicas. Pelo Cel. Aurélio Porto. nº 39/40, pág. 597, 1930.
- FLORIANO PEIXOTO. Conferência, pelo Prof. Otelo Rosa. nº 79, pág. 167, 1940.
- FLORIANO PEIXOTO. Vide: Centenário do Marechal de Ferro.
- FOLCLORE. Vide: Mais um Pouco de Folclore.
- FOLCLORE. Vide: Poesia do Povo.
- FOLCLORE. Vide: Poesia a Serviço da História (A).
- FORMAÇÃO DA MENTALIDADE RIO-GRANDENSE. Por Jorge Salis Goulart. nº 39/40, pág. 539, 1930.
- FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. Vide: Pátria Gaúcha.
- FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL (A). Conferência, por Castilhos Goicochea. nº 87/88, pág. 57, 1942.
- FORTIFICAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. Por Aníbal Amorim. nº 66, pág. 293, 1937.
- FÓSSEIS. Vide:
- Desdentados Fósseis, etc.
 - Descobertos em Rio Pardo Fósseis.
 - Grande Proboscidiário Extinto.
 - Mamíferos Fósseis do Brasil.
 - Novas Pesquisas Sobre a Fauna Fóssil do Brasil.
 - Paleontologia do Brasil.
 - Vide: Paleontologia do Rio Grande do Sul.
- FÓSSIL DE FARROUPILHA. Vide: Nota Paleontológica.
- FÓSSIL DE IRAÍ. Nota Paleontológica, pelo Prof. J. T. Caldas. nº 72, pág. 321, 1938.
- FÓSSIL DE SÃO PEDRO. Vide: Paleontologia do Rio Grande do Sul.
- FRANCISCO ALVARES MACHADO E VASCONCELLOS. Centenário do Falecimento, pelo Dr. Manuel Duarte. nº 102, pág. 175, 1946.
- FRANCISCO JOÃO RÓSCIO. Biografia. nº 75, pág. 3, 1939.
- FRANCISCO JOÃO RÓSCIO. Vide: Compêndio Noticioso do Rio Grande de São Pedro, etc.
- FRANCISCO PEDRO DE ABREU. Vide: Memórias de Francisco Pedro de Abreu.
- FRANCISCO PINTO BANDEIRA. Biografia, pelo Gen. João Borges Fortes. nº 69, pág. 3, 1938.

- FRANCESES NO BRASIL (Os). Pelo Prof. Walter Spalding. nº 66, pág. 235, 1937.
- FREGUESIA DE NOSSO SENHOR BOM JESUS DO TRIUNFO (A). Seus Primeiros Povoadores, na segunda metade do século XVIII. Pelo Dr. José de Araújo Fabricio. nº 105/108, pág. 229, 1947.
- FROTA DE JOÃO MAGALHÃES (A). Pelo Gen. Borges Fortes. nº 53, pág. 63, 1934.
- FRUCTUOSO RIVERA E BENTO MANUEL. Arquivo do Gen. João de Deus Martins. nº 21/22. pág. 141.
- FUNÇÃO SÓCIO-GEOGRÁFICA DO GADO BRASILEIRO. Pelo Cel. Aurélio Porto. nº 78, pág. 213, 1940.
- FUNDAÇÃO DE BAGÉ. Vide: Bagé.
- FUNDAÇÃO DE SÃO GABRIEL. Por Celso M. Schröder. nº 93, pág. 85, 1944.
- FUNDAÇÃO DE SÃO GABRIEL. Correção. nº 94, pág. 205, 1944.
- FUNDAÇÃO DE SÃO SEPÉ. Pelo dr. Eduardo Duarte. nº 37, pág. 133, 1930.
- FUNDAÇÃO DO RIO GRANDE E O MONUMENTO A SILVA PAES. nº 73, pág. 3, 1939.

G

- GABRIEL GARCIA MORENO. Vide: Três Figuras da América.
- GABRIEL MALAGRIDA (História de). Pelo Padre Paulo Mury. nº 80, pág. 295, 1940; nº 81, pág. 35, 1940.
- GADO. Vide: Função Sócio-Geográfica do Gado Brasileiro.
- GADO. Vide: História da Introdução do Gado no Rio Grande do Sul, etc.
- GALERIA DOS COMANDANTES DO SALÃO DE HONRA DO QUARTEL GERAL, da 3ª Região Militar. Pelo Prof. Gen. Antônio da Rocha Almeida. nº 105/108, pág. 215, 1947.
- GARIBALDI. Vide: Cincoentenário da Morte de Garibaldi.
- GARIBALDI. Vide: Flama Garibaldina (A).
- GARIBALDI, ROSSETI E ZAMBECCARI. Pelo dr. Eduardo Duarte. nº 46, pág. 279, 1932. c/fotos.
- GASTÃO D'ORLEANS. Vide: Conde D'Eu.
- GASTÃO PENALVA. Pelo Prof. Walter Spalding. nº 93, pág. 3, 1944.
- GASPAR SILVEIRA MARTINS. Vide: Silveira Martins, o Tribuno.
- GAÚCHO. Vide:
- Adagiário Gaúcho.
 - Coeficiência Lagunista na Formação Racial do Gaúcho.
 - Maragatos e Gaúchos.
 - Pátria do Gaúcho (A).
 - Povo Gaúcho (Pelo).
 - Republicanismo Gaúcho.
- GAÚCHO BRASILEIRO (Um), Promotor do Prólogo de Independência do Uruguai. Por Fernando (Luís) Osório. nº 39/40, pág. 557, 1930.

- GENEALOGIA. Dos Descendentes do Vicentista Pedro Leme que Foram Povoa-
 voar a Sesmaria Onde se Ergueria Porto Alegre, por Henrique Oscar
 Wiederspahn. nº 101, pág. 151, 1946.
- GENEALOGIA. Os Gonçalves Ribeiro, por Manuel Duarte. nº 97, pág. 147,
 1945.
- GENEALOGIA. O Sesmeiro de Nossa Senhora das Candelas e sua Descen-
 dência, por José de Araújo Fabricio. nº 97, pág. 86, 1945.
- GENEALOGIA. Vide:
 Alexandre de Magalhães.
 Apolinário José Gomes.
 Família Portugal, de São Gabriel.
 Flores da Cunha.
 João Borges Fortes.
 João de Magalhães e sua Descendência.
 Patriarca do Rio Grande do Sul (O).
 Simões Pires.
 Traços Genealógicos do Povoador Rodrigues de Jesus.
 Últimos Povoadores da Colônia do Sacramento.
- GENTE QUE EU CONHECI. Eduardo Guimarães, por De Sousa Junior. nº
 85, pág. 190, 1942.
- GEOGRAFIA HISTÓRICA. Ensaio Toponímico, por Jaci L. T. Caldas. nº 79,
 pág. 175, 1940.
- GEOGRAFIA HISTÓRICA. Rio Uruguai, por J. T. Caldas. nº 78, pág. 303,
 1940.
- GEOGRAFIA HISTÓRICA. Toponímia do Brasil-Sul, por J. T. Caldas. nº 77,
 pág. 143, 1940.
- GEOGRAFIA IMAGINÁRIA E SUA INFLUÊNCIA NA HISTÓRIA. Pelo Pa-
 dre Carlos Teschauer, S.J. nº 13/14, pág. 171, 1921.
- GEOGRAFIA. Vide: Conceito da Região, etc.
- GEOGRAFIA. Vide: Relatório da VII Sessão Ordinária, etc.
- GOMERCINDO SARAIVA. Qual a sua Nacionalidade?, por Otelo Rosa. nº
 109/112, pág. 209, 1948.
- GOMES FREIRE DE ANDRADE. Carta Panegírica de André Ribeiro Couti-
 nho. nº 103, pág. 299, 1946.
- GOMES FREIRE DE ANDRADE. Discurso, por João Borges Fortes. nº 87/88,
 pág. 97, 1942.
- GOMES FREIRE DE ANDRADE. Vide: Expedição de Gomes Freire.
- GOMES FREIRE DE ANDRADE. Vide: Notícia Breve da Marcha que fez Go-
 mes Freire Andrade, etc.
- GOMES FREIRE DE ANDRADE. Vide: Tratado de 1750.
- GONÇALVES DIAS E A REVOLUÇÃO DE 1835. Por Otelo Rosa. nº 96, pág.
 171, 1944.
- GONÇALVES RIBEIRO (Os). Vide: Genealogia, Os Gonçalves Ribeiro.
- GOVERNO DO BARÃO DE CAXIAS. Vide: Documentário, Decênio Farrou-
 pilha.

GRAÇA E O LIRISMO HERÓICO DOS FARRAPOS (A). Conferência, por Fernando Osório. nº 57, pág. 73, 1935.

GRACIANO ALVES DE AZAMBUJA. Pelo Prof. Otelô Rosa. nº 105/108, pág. 141, 1947.

GRANDE PROBOSCIDIANO EXTINTO (Um). O Mamute, por Carlos de Paula Couto. nº 69, pág. 145, 1938.

GRAVIGRADOS (Desdentados Fósseis). Por Carlos de Paula Couto. nº 66, pág. 305, 1938.

GUARARAPES. Vide: Batalha de Guararapes.

GUERRA. Vide: Relação da Guerra e Vitória dos Aborígenes.

GUERRA COM A REPÚBLICA DAS PROVÍNCIAS UNIDAS. Vide: Anais do Exército Brasileiro.

GUERRA DAS REDUÇÕES (A). Por Henrique O. Wiederspahn. nº 63, pág. 3, 1936.

GUERRA DO PARAGUAI. Vide: Dom Pedro II no Rio Grande do Sul durante a Guerra do Paraguai.

GUERRA DO PARAGUAI. Reminiscências Históricas, etc.

GUERRA DOS FARRAPOS. Vide: Constituinte de Alegrete (A).

GUERRA DOS FARRAPOS. Vide: Um Episódio da Guerra dos Farrapos.

GUERRA DOS FARRAPOS (Um Episódio da). Vide: Tobias da Silva.

GUERRA ENTRE O BRASIL E ARGENTINA. Vide: Recordações Históricas.

GUERREIRO. Vide: Negro e o Espírito Guerreiro (O), etc.

GUSTAVO HENRIQUE BROWN. Vide: Defesa e Relatório do Marechal, etc.

H

HERÓI DA IBIA. W. S. nº 90, pág. 254, 1943. Nótulas Bibliográficas.

HERÓIS DA LAGUNA E DOURADO. nº 85, pág. 224, 1942.

HERVA-MATE NA HISTÓRIA E NA ATUALIDADE (A). Pelo Padre Carlos Teschauer, S.J. nº 23/24, pág. 559, 1926.

HIDROGRAFIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Por A. D. Pinto. nº 47, pág. 53, 1932.

HINO DE 35. Vide: Apontamentos sobre Mendanha, etc.

HISTÓRIA. Vide: Comentários.

HISTÓRIA. Vide: Poesia a Serviço da História (A).

HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO. Vide: Parecer.

HISTÓRIA DA INTRODUÇÃO DO GADO NO RIO GRANDE DO SUL. Cristóvam de Mendonça ou Manuel Gonçalves Ribeiro? Pelo Padre Luís Gonzaga Jaeger, S.J. nº 90, pág. 217, 1943.

HISTÓRIA DE GABRIEL MALAGRIDA DA COMPANHIA DE JESUS. Pelo Padre Paulo Mury. nº 80, pág. 295, 1940; nº 81, pág. 35, 1941. Conclusão.

HISTÓRIA DOS JESUÍTAS NO MINISTÉRIO DO MARQUÊS DE POMBAL. Extraída de manuscritos por Cristiano Teófilo de Murr. Nova edição correta, por J. B. Hafkemeyer, S.J. nº 9/10, pág. 3, 1923.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO COLÉGIO PEDRO II (A). nº 85, pág. 239, 1942.

HISTÓRIA E O INSTITUTO HISTÓRICO (A). Pelo dr. Lindolfo Color. nº 1, pág. 3, 1921.

HISTÓRIA NAVAL. Vide: Curso de História Naval.

HISTÓRIA TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL. Vide: Um Capítulo da História, etc.

HISTORIADORES DO RIO GRANDE. Pelo Dr. Fernando Calage. nº 72, pág. 291, 1938.

HOMEM DA PRÉ-HISTÓRIA (O). Pelo Gen. Henrique O. Wiedersphn. nº 62, pág. 227, 1938.

HOMEM. Vide: Origem do Homem.

HOMENAGEM AO DR. EDUARDO DUARTE. nº 56, pág. 273, 1934. c/foto.

HOMENAGEM AO MARECHAL "VISCONDE DE PELOTAS". Conferência, por Coelho Reis, e Rinaldo P. Câmara. nº 77, pág. 127, 1940. c/foto.

HOMENS DO SEGUNDO VILAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL (Os). Por Antenor de O. Monteiro. nº 105/108, pág. 123, 1947.

HOMERO BATISTA. Homenagem. nº 15/16, pág. 3, 1924. c/foto.

HONÓRIO LEMOS. Vide: Incursão de Honório Lemos.

I

IDÉIA FEDERATIVA DO BRASIL (A). Pelo Gen. Sousa Doca. nº 58, pág. 167, 1935.

IDÉIA REPUBLICANA NO BRASIL (A). Pelo Prof. Otelo Rosa. nº 76, pág. 195, 1939.

IDEOLOGIA FEDERATIVA NA CRUZADA FARROUPILHA. Conferência, pelo Gen. Sousa Doca. nº 48, pág. 194, 1932.

IDENTIFICAÇÃO DO LUGAR ONDE FOI MARTIRIZADO EM 26-IV-1635 o Venerável Padre Cristóvão de Mendonza, S.J. Pelo Padre Luís Gonzaga Jaeger, S.J. nº 87/88, pág. 117, 1942.

IGREJA. Vide: Primitiva Igreja, etc. (A).

ILHA DE SANTA CATARINA (A). Prefácio do Livro Nossa Senhora do Deserto, por Osvaldo Cabral. nº 80, pág. 331, 1940.

IMAGEM DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL (A). Pelo Prof. Walter Spalding. nº 69, pág. 139, 1938.

IMPERADOR D. PEDRO II (O). Pelo Dr. Armando Dias de Azevedo. nº 12/20, pág. 193, 1925.

IMPOSTOS VOTADOS PELA ASSEMBLÉIA PROVINCIAL. Vide: Documentário Farroupilha.

IMPrensa E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (A). Por Roque Calage. nº 8, pág. 413, 1922.

IMPrensa NO RIO GRANDE DO SUL (Origem). Por Nestor Ericksen. nº 81, pág. 15, 1941.

- IMPRENSA DE SANTA MARIA (A). Por J. Balém. nº 48, pág. 184, 1932.
- INCURSÃO DE HONÓRIO LEMOS EM MISSÕES (A). Por Celso M. Schröder. nº 81, pág. 127, 1941.
- INDEPENDÊNCIA (A). Conferência. Por João Maia. nº 8, pág. 461, 1922.
- INDEPENDÊNCIA. Vide: Do Fico à Independência.
- INDEPENDÊNCIA (Em torno da). Seus Antecedentes, sua Expressão e seu Sentido. Palestra ao microfone. Por Edgar Luís Schneider. nº. 100, pág. 165, 1945.
- INDEPENDÊNCIA DO BRASIL. Ensaio de Interpretação Sociológica. Por Armando Dias de Azevedo. nº 105/108, pág. 149, 1947.
- INDEPENDÊNCIA DO URUGUAI. Por Sousa Doca. nº 27, pág. 477, 1927.
- INDICAÇÃO. Acréscimo ao art. 29 do Estatuto. nº 100, pág. 305, 1945.
- ÍNDICE DE PESSOAS E ENTIDADES CULTURAIS E REPARTIÇÕES COM QUEM O INSTITUTO MANTÉM CORRESPONDÊNCIA E PERMUTAS. nº 70, pág. 331, 1938.
- ÍNDICE DE REVISTAS. Vide:
- nº 79, pág. 275, 1940.
 - nº 80, pág. 493, 1940.
 - nº 81, pág. 229, 1941.
 - nos. 95 e 96, pág. 263, 1945.
- Sumário dos periódicos recebidos pelo Instituto. nº 80, pág. 439, 1940.
- ÍNDICE DO NÚMERO 91/92, pág. 205, 1943.
- ÍNDICE DOS DOCUMENTOS SOBRE A COLÔNIA DO SACRAMENTO, etc. nº 109/112, pág. 307, 1948.
- ÍNDICE DOS NÚMEROS 99 e 100, pág. 307, 1946.
- INDÍGENAS (Estudos). Vide: Novos Rumos aos Estudos Indígenas.
- INDÍGENAS. Vide:
- Análises Químicas das Tintas Usadas na Cerâmica pelos Extintos Indígenas de Cachoeira, etc.
 - Vocábulos Indígenas.
 - Vocábulos Indígenas na Geografia Rio-Grandense.
 - Vocábulos Tupis na Geografia Rio-Grandense.
- ÍNDIOS. Vide: Religião dos Nossos Índios (A).
- ÍNDIOS. Velhos Documentos Rio-Grandenses. Por Manuel Duarte. nº 97, pág. 33, 1945.
- INFLUÊNCIA Das Revoluções Pernambucanas de 1817 e 1824 na República de Piratini (A). Por A. D. Pinto. nº 38, pág. 305, 1930.
- INFLUÊNCIA Do Caudilhismo no Rio Grande do Sul. Por Aurélio Porto. nº 35, pág. 371, 1929. c/fotos. Artigos e outros Vultos.
- IN MEMÓRIAM - OTÁVIO AUGUSTO DE FARIA. nº 1, pág. 95, 1921.
- INSTITUIÇÃO BENEMÉRITA (Uma). Por Celso Schröder. nº 64, pág. 205, 1936. Loja Maçônica.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Vide: Vocabulário do Estado do Rio Grande do Sul.
- INSTITUTO BRASIL-MÉXICO. nº 85, pág. 219, 1942.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL. nº 85, pág. 222, 1942.

INSTITUTO HERÁLDICO-GENEALÓGICO. nº 85, pág. 250, 1942.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Artigo publicado no Correio do Povo, por Eduardo Duarte. nº 72, pág. 273, 1938.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Vide: Centenário.

nº 85, pág. 244, 1942.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Vide: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Reedição da Revista. nº 100, pág. 169 1945; nº 101, pág. 47, 1945; nº 102, pág. 203, 1946; nº 109/112, pág. 265, 1948.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (O). Por Walter Spalding. nº 43/44, pág. 163, 1931.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Atas do ano de 1921. nº 1, pág. 107, 1921.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOG. DO R. G. DO SUL. Vide: Atas de

1921. nº 3, pág. 505.

1922. nº 8, pág. 535.

1923. nº 11/12, pág. 619.

1924. nº 15/16, pág. 251.

1925. nº 19/20, pág. 267.

1926. nº 23/24, pág. 635.

1927. nº 28, pág. 611.

1928. nº 32, pág. 619.

1929. nº 36, pág. 699.

1930. nº 39/40, pág. 657.

1931. nº 43/44, pág. 351.

1932. nº 48, pág. 301.

1933. nº 52, pág. 293.

1934. nº 56, pág. 323.

1935. nº 60, pág. 313.

1936. nº 64, pág. 351.

1937. nº 68, pág. 335.

1938. nº 72, pág. 325.

1939. nº 76, pág. 339.

1941. nº 84, pág. 391.

1942. nº 86, pág. 397.

Extrato das atas de

1950. nº 117/120, pág. 279.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Vide:

Discurso pronunciado pelo Dr. Leonardo Macedônia ao comemorar o Instituto o 21º aniversário. nº 84, pág. 254, 1941.

- Congresso Comemorativo. Programa. nº 55, pág. 157, 1934. Farroupilha. Reedição dos Estatutos com Reforma de Artigos. nº 15/16, pág. 231, 1924.
- Estatutos. nº 1, pág. 135, 1921.
- Estatutos. nº 95, pág. 103, 1944.
- Homenagem a José Garibaldi. nº 46, pág. 240, 1932.
- Quadro de Sócios em 1939. nº 76, pág. 335, 1939.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Vide:
- 16º aniversário. nº 64, pág. 269, 1936.
- 27º Aniversário. nº 105/108, pág. 9, 1947.
- Relatório. nº 15/16, pág. 249, 1924. Ano social de 1922-1923.
- Relatório. nº 56, pág. 313, 1934.
- Trabalho relativo ao primeiro Instituto, pelo Prof. Walter Spalding. nº 99, pág. 25, 1945.
- Pareceres.
- Retrospecto da vida do Instituto, e Relação das Diretorias.
- INSTITUTO INTER-AMERICANO DE MUSICOLOGIA DE MONTEVIDÉU. nº 80, pág. 469, 1940.
- INTERPRETAÇÃO DE ALGUNS NOMES TUPIS USADOS NA GEOGRAFIA NACIONAL (Rio G. do Sul). Por Teodoro Sampaio. nº 89, pág. 20, 1943.
- INVASÃO DO PARAGUAI NA FRONTEIRA DO URUGUAI. Pelo Cônego João Pedro Gaí. nº 1, pág. 17, 1921; nº 2, pág. 220, 1921. Continuação; nº 3, pág. 382, 1921. Continuação; nº 5, pág. 103, 1922. Continuação Capítulo III. nº 9/10, pág. 227, 1923.
- INVASÕES DE CEBALLOS E VERTIZ. Por H. O. Wiederspahn. nº 61, pág. 21, 1935.
- INVENTÁRIO DO CORONEL BENTO GONÇALVES DA SILVA (Cópia). nº 105/108, pág. 39, 1947.
- INVENTÁRIO DE JERÔNIMO DE ORNELAS MENEZES E VASCONCELOS. nº 80, pág. 357, 1940.
- INVENTÁRIOS. Catálogo. Cartório de Órfãos de Alegrete. nº 80, pág. 435, 1940; Conclusão nº 81, pág. 165, 1941.
- IRINEU EVANGELISTA DE SOUSA. A Primeira Estrada de Ferro Construída no Brasil, pelo Dr. Leonardo Truda. nº 11/12, pág. 545, 1923.
- IRINEU EVANGELISTA DE SOUSA, Visconde de Mauá. Por Alcindo Sodré. nº 78, pág. 167, 1940.
- IRINEU EVANGELISTA DE SOUSA. Vide: Barão de Mauá.
- IRRUPÇÃO DOS ÍNDIOS NO DISTRITO DE BAQUERIA - 1779 (A). Documentos copiados pelo Dr. Manuel Duarte. nº 97, pág. 33, 1945.
- IRRUPÇÃO DE 1779, EM LOS PINARES (A). Pelo Dr. Manuel Duarte. nº 80, pág. 325, 1940.
- ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL (OS). Trabalho lido no dia 13 de dezembro de 1925, pelo Dr. Francisco de Leonardo Truda. nº 19/20, pág. 205, 1925.
- ITUZAINGO. Vide: Batalha de Ituzaingo.

J

- JACINTO ROQUE SENA PEREIRA. Biografia. nº 42, pág. 300, 1931.
- JACUÍ E SUAS NASCENTES (O). Um problema geográfico. Conferência, por Sousa Doca. nº 28, pág. 527, 1927.
- JARDIM (José Gomes de V.). Vide: Biografia Frustrada.
- JEAN JAKUES DESSELINE. Vide: Três Figuras da América.
- JERÔNIMO DE ORNELAS MENEZES E VASCONCELOS. Inventário. nº 80, pág. 357, 1940.
- JERÔNIMO DE ORNELAS MENEZES e VASCONCELOS (A Nobre Ascendência de). Por José de Araújo Fabricio. nº 109/112, pág. 255, 1948.
- JOÃO BATISTA HAFKEMEYER, S.J. UM GRANDE MORTO. nº 13/14, pág. 3, 1924.
- JOÃO BATISTA MASCARENHAS DE MORAES. Discurso. Por Darci Azambuja. nº 102, pág. 159, 1946.
- JOÃO BELÉM. Discurso. Por Aurélio Porto. nº 60, pág. 211, 1935.
- JOÃO BORGES FORTES (General). Por Walter Spalding. nº 87/88, pág. 3, 1942. c/foto.
- JOÃO BORGES FORTES (General). Saudação. Por Aurélio Porto. nº 93, pág. 27, 1944.
- JOÃO BORGES FORTES (General). Vide: Preto de Saudade.
- JOÃO CÂNDIDO MAIA. Por Olinto Sanamartin. nº 94, pág. 141, 1944.
- JOÃO CÂNDIDO MAIA. Por Otelio Rosa. Palestra. nº 100, pág. 145, 1945.
- JOÃO DANIEL HILLEBRAND. Discurso proferido por ocasião da inauguração do monumento levantado no cemitério de São Leopoldo, por Aurélio Porto. nº 15/16, pág. 113, 1924. c/foto.
- JOÃO DA SILVA TAVARES. Visconde de Cerro Alegre. Por Walter Spalding. nº 71, pág. 3, 1938. c/foto.
- JOÃO DE DEUS MARTINS. Vide: Biografia do General João de Deus Martins.
- JOÃO DEL CASTILLO, S.J. (Beato). Vide: Tragédia de Pirapó.
- JOÃO DE MAGALHÃES E SUA DESCENDÊNCIA. Por João Pinto Guimarães. nº 117/120, pág. 243, 1950.
- JOÃO DE MAGALHÃES. Vide: Frota de João de Magalhães (A).
- JOÃO LUÍS GOMES (Coronel). nº 33/34, pág. 235. 1929.
- JOÃO MANUEL DE LIMA E SILVA. Por Manuel Duarte. nº 83, pág. 3, 1941.
- JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA. Vide: Arquivo Particular do Capitão Joaquim G. da Silva.
- JOAQUIM MARQUES DE LISBOA. Vide: Almirante Marques de Tamandaré.
- JOAQUIM SILVÉRIO DOS REIS. Pelo Comandante Luís de Oliveira Belo. nº 84, pág. 358, 1941.
- JÔNATAS DA COSTA REGO MONTEIRO. Necrologia. Por Walter Spalding. nº 74, pág. 141, 1939.
- JOSÉ ARTUR BOITEUX. Vide: Elogio a José Artur Boiteux.

- JOSÉ ANTÔNIO CORREA DA CÂMARA. Vide: Visconde de Pelotas.
- JOSÉ DE ABREU. Vide: Biografia do General José de Abreu.
- JOSÉ DE ARAÚJO RIBEIRO. Por João Pinto da Silva. nº 45, pág. 59, 1931.
- JOSÉ DE ARAÚJO RIBEIRO. Vide: Apontamentos para a História da Revolução de 1835/1845.
- JOSÉ DA SILVA PAES. Por Edgar Fontoura. nº 65, pág. 43, 1937.
- JOSÉ DA SILVA PAES. Vide: Fundação do Rio Grande e o Monumento a Silva Paes.
- JOSÉ DA SILVA PAES (Brigadeiro) E A FUNDAÇÃO DO RIO GRANDE. Pelo Gen. Borges Fortes. nº 51, pág. 3, 1933.
- JOSÉ DA SILVA PAES. Vide: Cartas do Brigadeiro José da Silva Paes, etc.
- JOSÉ DA SILVA PAES. Vide: Coleção de Documentos sobre José da Silva Paes.
- JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO. Vide: Visconde de São Leopoldo.
- JOSÉ GARIBALDI. Conferência, pelo Dr. Darci Azambuja. nº 46, pág. 229, 1932.
- JOSÉ GARIBALDI. Cinquentenário de Sua Morte. Conferência, por Mário Carli. nº 46, pág. 215, 1932.
- JOSÉ GARIBALDI. Homenagem. Sessão extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 46, pág. 240, 1932.
- JOSÉ GOMES DE VASCONCELOS JARDIM (Comemoração Cívica). nº 1, pág. 45, 1921.
- JOSÉ GOMES DE VASCONCELOS JARDIM. Vide: Biografia Frustrada (Uma).
- JOSÉ GOMES PORTINHO. Por José Mariano Porto. nº 36, pág. 525, 1929.
- JOSÉ JOAQUIM DE ANDRADE NEVES. Vide: Barão do Triunfo.
- JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS FILHO. Vide: Evocación del Baron de Rio Branco.
- JÚLIO DE CASTILHOS. Vide: Aniversário da Morte de Júlio de Castilhos.
- JÚLIO DE CASTILHOS. Vide: Patriarca do Rio Grande do Sul (O).
- JÚLIO DE CASTILHOS. Vide: Terra em que Nasceu Júlio de Castilhos.
- JÚLIO LOPES DE ALMEIDA. nº 85, pág. 226, 1942.
- JURISDIÇÃO ECLESIASTICA SOBRE O RIO GRANDE DO SUL (A). Por Mons. Dr. João Maria Balém. nº 47, pág. 3, 1932.
- JUSTIÇA DE SEGUNDA INSTÂNCIA NO RIO GRANDE DO SUL. Pelo Dr. Leonardo Macedônia. nº 42, pág. 345, 1931.

L

- LAGOA DOS BARROS ou do BARROS? Por Manuel Duarte, nº 65, pág. 171, 1937.
- LAGOA MIRIM. Vide: Condomínio da Lagoa Mirim, etc.
- LAGUNA E DOURADOS. Vide: Heróis de Laguna e Dourados.

- LANÇAMENTO DE VISTA SOBRE AS ESPÉCIES EXTINTAS DE MAMÍFEROS DO BRASIL. Por Peter W. Lund. Introdução de Carlos de Paula Couto. nº 96, pág. 209, 1944.
- LARGO DO BOMBEIRO. Vide: Sugestões e Pareceres.
- LAVALLEJA. Vide: Bento Gonçalves, etc.
- LEGENDA DOS DRAGÕES. Vide: Dragões.
- LENDA. Vide: Brasil na Cartografia e na Lenda (O).
- LENDAS. Vide: Segundo Ciclo das Lendas do Ouro na Bacia do Uruguai.
- LENDA SACRÍLEGA. Por Manuel Duarte. nº 91/92, pág. 141, 1943.
- LENDAS RIO-GRANDENSES. Por Roque Calage. nº 17/18, pág. 257, 1925.
- LEONARDO MACEDÔNIA FRANCO E SOUZA. Dados Biográficos. nº 105/108, pág. 5, 1947. c/foto.
- LEVANTE DOS DRAGÕES DO RIO GRANDE (O). Por João Borges Fortes. nº 74, pág. 217, 1939.
- LEWIS HANKE. Por Silveira Peixoto. nº 84, pág. 352, 1941.
- LIÇÕES DE METEOROLOGIA. Por Landislau C. de Araújo. nº 67, pág. 59, 1937.
- LIMITES. Vide: Trecho Duvidoso dos Limites, etc.
- LINDOLFO COLLOR. Vide: Preto de Saudade.
- LÍNGUA GUARANI E O VEN. PADRE ROQUE GONÇALEZ (A). Por C. Teschauer, S.J. nº 3, pág. 418, 1921.
- LÍNGUA NACIONAL CANTADA. Vide: Alguns Aspectos Fonéticos Sul-Rio-Grandenses.
- LITÍGIO COM SANTA CATARINA. Por Dante de Laytano. nº 66, pág. 275, 1937.
- LITÍGIO ENTRE O RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA. Pelo Padre Geraldo Pauwles, S.J. nº 23/24, pág. 321, 1926.
- LITÍGIO PELOTAS-RIO DAS CONTAS (O). Por Otelio Rosa. nº 49/50, pág. 153, 1933.
- LITERATURA FARROUPILHA NO CENTENÁRIO. Por H. Canabarro Reichardt. nº 60, pág. 203, 1935.
- 77, pág. 279, 1939.
- LITOGRAFOS DE SÃO PEDRO (Tentativa de versão). Por J. T. Caldas. nº LIVROS. Notas bibliográficas de livros recebidos. nº 84, pág. 383, 1941. O.S.
- LIVROS NOVOS (Trabalho lido na última sessão do ano). Por J.B.H. nº 3/4, pág. 576, 1921.
- LOCALIZAÇÃO DE CAARÓ. Pelo Padre Luís Gonzaga Jaeger, S.J. nº 49/50, pág. 202, 1933.
- LOJA MAÇÔNICA. Vide: Instituição Benemerita.
- LOUIS BERTRAND. nº 85, pág. 241, 1942.
- LUÍS ALVES DE LIMA E SILVA. Vide: Centenário da Revolução de 1824, etc.
- LUÍS JOSÉ RIBEIRO BARRETO. nº 43/44, pág. 260, 1931.

M

- MAIS UM POUCO DE FOLCLORE. Farrapos e Barriga-Verde. Walter Spalding. nº 54, pág. 299, 1934.
- MAMÍFEROS DO BRASIL. Vide: Lance de Vista sobre as Espécies Extintas, etc.
- MAMÍFEROS FÓSSEIS DO BRASIL (Marsupialia e Chiroptera). Por Carlos de Paula Couto. nº 83, pág. 87, 1941; nº 89, pág. 27, 1943.
- MAMÍFEROS FÓSSEIS DO BRASIL. Por Carlos de Paula Couto. nº 91/92, pág. 105, 1943.
- MAMÍFEROS FÓSSEIS DO BRASIL. Por Carlos de Paula Couto. nº 100, pág. 245, 1945.
- MAMÍFEROS FÓSSEIS DO BRASIL. Por Carlos de Paula Couto. nº 105/108, pág. 95, 1947.
- MAMÍFEROS FÓSSEIS DO BRASIL (EDENTATA). Por Carlos de Paula Couto. nº 109/112, pág. 213, 1948.
- MAMUTE (O). Vide: Grande Proboscídiano Extinto.
- MANIFESTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE. nº 29/30, pág. 145, 1928.
- MANIFESTO DO PRÍNCIPE AOS BRASILEIROS (O). Conferência, por Tancredo Fernandes de Melo. nº 8, pág. 439, 1922.
- MANIFESTO DO PRÍNCIPE AS NAÇÕES (O). Conferência, por Rego Lins. nº 8, pág. 499, 1922.
- MARAGATOS E GAÚCHOS. Por Castilhos Goicochea. nº 85, pág. 193, 1942.
- MARECHAL SALUSTIANO. Vide: Salustiano dos Reis.
- MARGEM DA EDUCAÇÃO NACIONAL (A). Por Álvaro O. Caetano. nº 94, pág. 176, 1944.
- MÁRIO TEIXEIRA DE CARVALHO (Dr.). Por Walter Spalding. nº 100, pág. 135, 1945.
- MARTIM AFONSO DE SOUSA. Vide: Naufrágio de Martim Afonso de Sousa.
- MATRIZ DE SANTO ÂNGELO. Restauração da. Vide: Sugestões e Pareceres.
- MAUÁ. Vide: Trabalho, a Honra e o Civismo, etc.
- MEDALHÃO DE OURO DESTINADO A D. PEDRO II. Vide: Sugestões e Pareceres.
- MEMORÁVEL CENTENÁRIO. Por Leopoldo Freitas. nº 57, pág. 3, 1935.
- MEMÓRIA. Vide: Documentos referentes a André R. Coutinho.
- MEMÓRIA. Vide: Expedição de Gomes Freire (A).
- MEMÓRIA. Vide: Primeira Redução Jesuítica, etc.
- MEMÓRIA JUSTIFICATIVA DE UMA GALERIA DE COMANDANTES (R. G. Sul). Vide: Galeria dos Comandantes, etc.
- MEMORIAL dos proprietários e negociantes de Porto Alegre, em 1821, solicitando tornar sem efeito expedição de títulos de terrenos situados na Praça da Alfândega. nº 81, pág. 153, 1941.
- MEMÓRIAS DE FRANCISCO PEDRO DE ABREU (Barão de Jacuí). nº 1, pág. 22 1921; nº 2, pág. 166, 1921.

MEMÓRIAS DO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. nº 5, pág. 3, 1922. c/foto.

MEMÓRIAS ECÔNOMO-POLÍTICAS DE ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES CHAVES. nº 6/7, pág. 149, 1922.

MEMÓRIAS E REFLEXÕES SOBRE O RIO DA PRATA. Por Jacinto R. de Sena Pereira. nº 42, pág. 213, 1931.

MEMÓRIA SOBRE A REVOLUÇÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 1835. Por Francisco de Sá Brito. nº 21/22, pág. 163, 1926.

MENDANHA. Vide: Apontamentos sobre Mendanha, etc.

MENINO DIABO (O). Por Manuel Duarte. nº 86, pág. 297, 1942.

METEOROLOGIA. Vide: Lições de Meteorologia.

MINUANO. Vide: Vento Minuano.

MINUANO NA TOPONÍMIA RIO-GRANDENSE (O). Por Aurélio Porto. nº 71, pág. 103, 1938.

MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI e o Cel. Joaquim Antônio Alencastre. Por Álvaro de Alencastre. nº 49/50, pág. 233, 1933.

MISSÕES. Vide Arquitetura e Estatuária das Missões.

MISSÕES. Vide: Conquista das Missões.

MISSÕES. Vide: Incursão de Honório Lemos em Missões (A).

MISSÃO PONSONBY E A INDEPENDÊNCIA DO URUGUAI (A). nº 49/50, pág. 3, 1933.

MISTÉRIO DAS PEDRAS VERDES. Por Ângelo Guido. nº 66, pág. 191, 1937.

MITO DAS ICAMIABAS (O). Por Ângelo Guido. nº 65, pág. 125, 1937.

MONTEVIDÉU. Vide: Instituto Interamericano de Musicologia.

MONUMENTO A EUSÉBIO DE OLIVEIRA. nº 85, pág. 216, 1942.

MONUMENTO AO GEN. OSÓRIO. Discurso, por João Maia. nº 52, pág. 261, 1933.

MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS DE RIO PARDO. Por Dante de Laytano. nº 46, pág. 181, 1932. Diversas fotos.

MOVIMENTO EMANCIPADOR DO BRASIL (O). Por Olinto Sanmartin. nº 72, pág. 255, 1938.

MÚCIO TEIXEIRA E O SEU TEMPO. Por Artur Toscano. nº 32, pág. 473, 1928.

MÚCIO TEIXEIRA NA LITERATURA NACIONAL. Palestra, por Leopoldo Freitas. nº 56, pág. 189, 1934.

MULHERES QUE NO RIO GRANDE DO SUL SE PROJETERAM NAS PÁGINAS DA HISTÓRIA. Vide: Sugestões e Pareceres.

MUNDO DAS LETRAS (O). Por Eloi Pontes. nº 81, pág. 185, 1941.

MUNICÍPIO DE ARROIO GRANDE. Por Álvaro Caetano. nº 96, pág. 237, 1944.

MUNICÍPIO DE SÃO JERONIMO. Por A. D. Pinto. nº 45, pág. 43, 1931.

MUNICÍPIO DE TRIUNFO (O). Por Marino Joseti de Almeida. nº 43/44, pág. 217, 1931.

MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS. Vide: Catálogo. Sumário, etc.

Mel.

- MANUEL ARAÚJO PORTO ALEGRE. Autobiografia. nº 39/40, pág. 575, 1930.
- MANUEL DA NÓBREGA. Primeiro Documento Importante Jurídico-Moral, Escrito no Brasil (1567). nº 82, pág. 518, 1941.
- MANUEL DE OLIVEIRA LIMA. Vide Três Figuras da América.
- MANUEL JOAQUIM SARAIVA 1840-1889 (O Centenário de). nº 81, pág. 191, 1941.
- MANUEL MARQUES DE SOUSA (Conde de Porto Alegre). Por J. B. Hafkemeyer. nº 11/12, pág. 580, 1923.
- MANUEL MARQUES DE SOUSA. Vide: Conde de Porto Alegre.
- MANUEL MARQUES DE SOUSA. Figura Singular, etc.
- MANUEL RIBEIRO. nº 85, pág. 234, 1942.
- MANUEL RODRIGUES DE JESUS. (Domínios e Traços Genealógicos do Povoador), por Manuel Duarte. nº 90, pág. 169, 1943.
- MANUEL TEÓFILO BARRETO VIANA. nº 29/30, pág. 3, 1928. c/foto.

N

- NARRATIVA DE UMA VIAGEM AO BRASIL. Por Rodolfo Garcia. nº 83, pág. 191, 1941.
- NAU CATARINETA (A). Por Mário Andrade. nº 82, pág. 504, 1941.
- NAUFRÁGIO DE MARTIM DE SOUSA (O). Por Sousa Doca. nº 57, pág. 53, 1935.
- NAVEGAÇÃO A VAPOR. Vide: Centenário da Navegação a Vapor.
- NECROLOGIA DE ALFREDO FERREIRA RODRIGUES. nº 85, pág. 3, 1941.
- NECROLOGIA DE CARLOS TESCHAUER S.J. (Padre). nº 39/40, pág. 313, 1939.
- NECROLOGIA DE EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCA (General). Por Eduardo Duarte. nº 89, pág. 157, 1945.
- NECROLOGIA DE J. C. REGO MONTEIRO (Coronel). Por Walter Spalding. nº 74, pág. 143, 1939.
- NECROLOGIA DE ROQUE CALAGE. Por Aurélio Porto. nº 42, pág. 209, 1931.
- NEGRO E O ESPÍRITO GUERREIRO NAS ORIGENS DO RIO GRANDE DO SUL (O). Por Dante de Laytano. nº 65, pág. 95, 1937.
- NEGRO NO BRASIL. Vide: Sobre o Negro no Brasil.
- NEGROS NO RIO GRANDE DO SUL (A Primeira Entrada de). Por Nestor Eriksen. Discurso ao ser recebido no Instituto. nº 84, pág. 258, 1941.
- NEMIGALHAS TOPONÍMICAS. Por Manuel Duarte. nº 93, pág. 66, 1944.
- NÍZIA FLORESTA E O SENTIDO NACIONAL. Por Deoclécio O. Duarte. nº 84, pág. 377, 1941.
- NOBRE ASCENDÊNCIA DE JERÔNIMO DE ORNELAS MENEZES E VASCONCELOS (A). Por José de Araújo Fabrício. nº 109/12, pág. 255, 1948.
- NORDESTE MISSIONEIRO. Vide: Transadores e Retirantes.
- NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS. Vide: Sesmeiro de N. S. das Candeias e sua Descendência.

- NOSSA SENHORA DO DESTERRO. Vide: Ilha de Santa Catarina.
- NOTA PALEONTOLÓGICA. Fóssil de Iraí. Por J. T. Caldas. nº 72, pág. 321, 1938.
- NOTA PALEONTOLÓGICA. Fóssil Farroupilha. Por J. T. Caldas. nº 73, pág. 63, 1939.
- NOTAS E APONTAMENTOS SOBRE A CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM CONCEIÇÃO DO ARROIO, Pinguela. Por Manuel E. F. Bastos. nº 71, pág. 143, 1938. Com nota necrológica.
- NOTAS PARA A HISTÓRIA DAS FERROVIAS SUL-RIO-GRANDENSES. Por Átila do Amaral. nº 85, pág. 15, 1941.
- NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL. Por Otelio Rosa. nº 109/12, pág. 175, 1948.
- NOTAS SOBRE A PRINCESA ISABEL. Por Armando Dias de Azevedo. nº 3, pág. 445, 1921.
- NOTAS SOBRE O RIO GRANDE DO SUL. Por Inácio de Abreu Lima. nº 101, pág. 128, 1946.
- NOTÍCIA BREVE DA MARCHA que fez o Exmº Sr. GOMES FREIRE DE ANDRADE. Documentos históricos, por Rego Monteiro. nº 70, pág. 173, 1938.
- NOTÍCIA BREVE DA PECUÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XVIII. Por Dante de Laytano. nº 100, pág. 264, 1946.
- NOTÍCIA SOBRE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL. Por Leonardo Macedônia. nº 90, pág. 159, 1943.
- NOTICIÁRIO. Oitavo Congresso Científico Americano de Washington. 4º Centenário da Companhia de Jesus. Emílio A. Cony. 3º Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia. Um Estudo Rio-Grandense traduzido para o Espanhol. Posse do Presidente do Instituto Histórico Brasileiro. Décimo Aniversário do Instituto de Estudo Superiores de Montevidéu. nº 79, pág. 241, 1940. Eduardo Duarte.
- NOTICIÁRIO. Vide:
- nº 80, pág. 475, 1940.
 - nº 81, pág. 205, 1941.
 - nº 82, pág. 531, 1941.
 - nº 83, pág. 205, 1941.
 - nº 84, pág. 299, 1941. Pequena resenha de ocorrências de interesses culturais.
 - nº 85, pág. 201, 1942. Cartas do brilhante historiador José Aguiar.
- NOTÍCIAS PRÁTICAS DA COSTA E POVOAÇÕES DO MAR DO SUL. nº 35, pág. 349, 1929.
- NÓTULAS BIBLIOGRÁFICAS. Vide:
- nº 48, pág. 308, 1933. Walter Spalding
 - nº 49/50, pág. 327, 1933. W.S.
 - nº 51, pág. 121, 1933. W.S.
 - nº 52, pág. 283, 1933. W.S.

- nº 53, pág. 163, 1934. W.S.
 nº 54, pág. 335, 1934. W.S.
 nº 55, pág. 151, 1934. W.S.
 nº 56, pág. 303, 1934. W.S.
 nº 57, pág. 145, 1935. W.S.
 nº 60, pág. 295, 1935. W.S.
 nº 61, pág. 127, 1936.
 nº 62, pág. 281, 1936.
 nº 63, pág. 149, 1936.
 nº 64, pág. 337, 1936.
 nº 65, pág. 175, 1937.
 nº 66, pág. 327, 1937.
 nº 67, pág. 145, 1937.
 nº 69, pág. 157, 1938.
 nº 70, pág. 305, 1938.
 nº 71, pág. 151, 1938.
 nº 72, pág. 335, 1938.
 nº 73, pág. 107, 1939.
 nº 74, pág. 253, 1939.
 nº 75, pág. 167, 1939.
 nº 76, pág. 323, 1939.
 nº 77, pág. 151, 1940.
 nº 78, pág. 321, 1940.
 nº 89, pág. 139, 1943.
 nº 90, pág. 247, 1943. Rafael F. Aguiar. Mauá. Símbolos Bárbaros e Herói de Ibia.
 nº 91/92, pág. 193, 1943.
 nº 93, pág. 122, 1944.
 nº 94, pág. 231, 1944.
 nº 95, pág. 112, 1944.

NOVAS PESQUISAS SOBRE A FAUNA FÓSSIL DO BRASIL. Por Peter Wilhelm (introdução, tradução e notas de Carlos de Paula Couto). nº 103, pág. 251, 1946.

NOVOS RUMOS AOS ESTUDOS INDÍGENAS. Por Clóvis de Gusmão. nº 83, pág. 183, 1941.

NUN'ÁLVAREZ E A VOCAÇÃO DE PORTUGAL. Por Rinaldo Pereira da Câmara. nº 80, pág. 429, 1940.

O

OBRA DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO BRASIL - 1823-1934. Por Leonardo Macedônia. nº 93, pág. 40, 1944.

ÓCULO DE CAMPANHA DE BENTO GONÇALVES DA SILVA. Vide: Sugestões e Pareceres.

OFÍCIO DO VICE-REI LUÍS DE VASCONCELOS, sobre o Rio Grande do Sul. nº 33/34, pág. 41, 1929.

OFÍCIOS DE BENTO MANUEL RIBEIRO AO BARÃO DE CAXIAS. Trabalho organizado por Eduardo Duarte. nº 17/18, pág. 5 e 19/20, pág. 57. c/foto. 1925.

ORAÇÃO PROFERIDA pelo Coronel Luís Carlos de Moraes em comemoração da semana de Tiradentes. nº 102, pág. 164, 1946.

ORDENS TERCEIRAS DE SÃO FRANCISCO DO CARMO (As). Questão de Antigüidades. Por Antero de Oliveira Monteiro. nº 90, pág. 76, 1943.

ORGANIZAÇÃO DO 18º Distrito telegráfico - 1º do Rio Grande do Sul. Por A. Batista. nº 2, pág. 159, 1921.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL. Vide: Comemoração do Centenário Farroupilha.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL (Notícia sobre). nº 90, pág. 159, 1943.

ORIGEM DOS "AUSENTES". Por Manuel Duarte. nº 91/92, pág. 11, 1943. Domínio Territorial dos Velhos.

ORIGEM DO HOMEM. Por Irmão Teodoro. nº 64, pág. 187, 1936.

ORIGEM DA IMPRENSA NO RIO GRANDE DO SUL. Por Nestor Ericksen. nº 81, pág. 15, 1941.

ORIGENS GUARANO-TUPICAS DO PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL. Por Apolinário Porto Alegre. nº 3, pág. 461, 1921.

ORIGENS DA RAÇA MEDITERRÂNEA OCIDENTAL. Por Henrique O. Wiederspahn. nº 70, pág. 283, 1938.

OSÓRIO. (Batalha de Tuiuti). Discurso, por Roque Calage. nº 3/4, pág. 528, 1921.

OSÓRIO. Infante, Poeta, Político, Soldado. Conferência, por Oscar R. Tolens. nº 33/34, pág. 259, 1929.

OSÓRIO. Vide: Monumento ao General Osório.

OSÓRIO. Vide: Pequeno Dicionário, etc.

OTÁVIO AUGUSTO DE FARIA. In Memoriam - um amigo. nº 1, pág. 95, 1921.

OTÁVIO AUGUSTO DE FARIA. Discurso, por A. J. do Rego Lins. nº 3/4, pág. 558, 1921.

OTELO ROSA. Vide: Recepção a Otelô Rosa.

OUTRAS PUBLICAÇÕES. nº 79, pág. 286 e nº 80, pág. 509, 1940.

P

PALEONTOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Por J. T. Caldas. nº 62, pág. 243, 1936.

PALEONTOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Por Carlos de Paula Couto. nº 75, pág. 30 e nº 76, pág. 207, 1939; nº 77, pág. 3, 1940.

- PALEONTOLOGIA DO BRASIL (A). Por Carlos de P. Couto. nº 71, pág. 113, 1938.
- PANTEÃO RIO-GRANDENSE. Oração pronunciada por Edgar Luís Schneider. nº 103, pág. 279, 1946. PARECER. nº 103, pág. 327, 1946.
- PARAGUAI. Vide: Reminiscências Históricas da Guerra do Paraguai.
- PARANÁ-SANTA CATARINA. Vide: Questões de Limites.
- PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA sobre a admissão do dr. Jorge Sallis Goulart, por João Maia. nº 32, pág. 617, 1928.
- PARECER dos sócios Darci Azambuja e Otelo Rosa sobre a História da Grande Revolução, do Dr. Alfredo Varela. nº 56, pág. 267, 1934.
- PARECER sobre o estandarte da antiga Câmara Municipal de Rio Pardo. Pelo padre Luís Gonzaga Jaeger S.J. e Manoelito de Ornelas. nº 76, pág. 287, 1939.
- PARECERES (SUGESTÕES E) DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Os Símbolos Locais e a Tradição Brasileira. Panteon Rio-Grandense. Aspectos Gerais de Porto Alegre. Largo do Bombeiro. Patronos de Grupos Escolares. Doação ao Museu Imperial de Petrópolis. nº 103, pág. 321, 1946.
- PARECERES. Vide: Sugestões e Pareceres.
- PARECERES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Alegrete, Casa em que Hospedou-se o Conde D'Eu. 29º Congresso Internacional Americanista. Centenário de Vacaria. Academia Femenina Espírito-Santense de Letras, solicitando biografias de mulheres do Rio Grande do Sul, que se projetaram nas páginas da história. Histórico da Bandeira do Rio Grande do Sul. Colonização do Município de Santa Cruz. Espada que se Diz Haver Pertencido ao Gen. Bento Gonçalves da Silva. nº 117/120, pág. 265, 1950.
- PARTENON LITERÁRIO. ATAS. nº 13/14, pág. 197 e 15/16, pág. 153, 1924.
- PARTENON LITERÁRIO. Conferência, por Otelo Rosa. nº 109/112, pág. 165, 1948.
- PARTENON LITERÁRIO. Vide: Revista do Partenon Literário (reedição).
- PASSO FUNDO NA REVOLUÇÃO DE 1835. Por Francisco Antonino Xavier e Oliveira. nº 93, pág. 96, 1944.
- PASTORAL DE D. MANUEL DO MONTE RODRIGUES DE ARAÚJO, 9º Bispo do Rio de Janeiro. nº 95, pág. 7, 1944.
- PÁTRIA DO GAÚCHO (A). Por Castilhos Goicochea. nº 57, pág. 119, 1935.
- PATRIARCA DO RIO GRANDE DO SUL (O). Secção de Estudos Genealógicos. Por Jorge G. Felizardo e Walter Spalding. nº 94, pág. 206, 1944.
- PATRIARCA DO RIO GRANDE DO SUL. Vide José da Silva Paes.
- PATRONOS DE GRUPOS ESCOLARES. Vide: Sugestões e Pareceres.
- PECUÁRIA, CHARQUE E CHARQUEADORES NO RIO GRANDE DO SUL. Por Walter Spalding. nº 91/92, pág. 123, 1943.
- PECUÁRIA. Vide: Notícia Breve da Pecuária no Rio G. do Sul no século XVIII.

PEDRO CHAVES E BONIFÁCIO ISAS CALDERON. Por Walter Spalding. Traços Biográficos. nº 59, pág. 103, 1935.

PEDRO CALMON. Saudação, por Walter Spalding. nº 69, pág. 119, 1938.

PEDRO II. Vide: Dom Pedro II.

PELA VERDADE HISTÓRICA. Por Sousa Doca. nº 45, pág. 81, 1932.

PELO POVO GAÚCHO. Vide: Povo Gaúcho.

PELOS SERTÕES DO BRASIL. Por Clóvis de Gusmão. nº 81, pág. 194, 1941.

PELOTAS. Vide: Litígio Pelotas-Rio das Contas.

PENSAMENTO RELIGIOSO DOS FARRAPOS (O). Conferência, por Mansueto Bernardi. nº 28, pág. 579, 1927.

PEQUENO DICIONÁRIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE OSÓRIO. Por M. E. F. Bastos. nº 67, pág. 85, 1937.

PEQUENO DICIONÁRIO TOPONOMÁSTICO DO RIO GRANDE DO SUL. Por A. G. Lima. Letras "A" e "B". Nº 113/116, pág. 469; Letras "C" a "M". 117/120, pág. 283, 1949-1950.

PERCY ALVIM MARTIN. Por Walter Spalding. nº 91/92, pág. 3, 1943.

PERNAMBUCO. Vide: Um Episódio da História da Rebelião.

PINHEIRO MACHADO. Dados Biográficos, por J. Santos Lima. nº 49/50, pág. 189, 1933. c/foto.

PIRAPÓ. Vide: Tragédia do Pirapó.

PLÁCIDO DE CASTRO. Por Soares Bulcão. nº 80, pág. 341 e 353, 1940.

PLÁCIDO DE CASTRO. Pai do Acre, por Castilhos Goicochea. nº 74, pág. 149, 1939.

PLÁCIDO DE CASTRO. O Derradeiro Bandeirante, por Castilhos Goicochea. nº 77, pág. 89, 1940.

PLANO DAS MARCHAS E ACAMPAMENTOS DAS TROPAS ESPANHOLAS NO RIO GRANDE DO SUL. Por Ricardo R. Caillet-Bois. nº 85, pág. 23, 1941.

PLANALTO DO NORDESTE. Vide: Lenda Sacriléga.

PLANALTO. Vide: Veredas Planaltoanas.

POESIA. Vide: Farrapos na Poesia Popular Gaúcha (Os).

POESIA POPULAR RIO-GRANDENSE (Síntese). Por José Paulo Ribeiro. nº 13/14, pág. 11, 1924.

POESIA DO POVO. Folclore, por Walter Spalding. nº 52, pág. 155, 1933.

POESIA A SERVIÇO DA HISTÓRIA (A) (folclore). Por Walter Spalding. nº 90, pág. 185, 1943.

POETAS DA GRANDE REVOLUÇÃO. Conferência, por Eduardo Duarte. nº 43/44, pág. 187, 1931.

POETISAS RIO-GRANDENSES. Conferência, por João Maia, nº 47, pág. 13, 1932.

POLÍTICO RIO-GRANDENSE. Conselheiro Antônio Eleutério de Camargo, por Leopoldo Freitas. nº 54, pág. 293, 1934.

POPULAÇÃO BRANCA NO BRASIL. Por Pierre Deffontaines. nº 82, pág. 499, 1941.

- POPULAÇÕES ESTRANGEIRAS. Vide: Rio Grande do Sul Não Há População Estrangeira (No).
- PORANDUBA RIO-GRANDENSE ou Investigação Sobre as Origens do Estado de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo Padre Carlos Teschauer, S.J. nº 2, pág. 228, 1921.
- PORONGOS (Ataque de). Vide: Apontamentos para a História da Revolução de 1835-1845. Ainda o Ataque de Porongos.
- PORTO ALEGRE. Vide: Almanaque da Vila de Porto Alegre.
- PORTO ALEGRE. Vide: Aspectos Econômicos da Velha Porto Alegre.
- PORTO ALEGRE. Vide: Antigualhas.
- PORTO ALEGRE. Vide: Descendentes do Vicentista Pedro Leme etc.
- PORTUGAL E A ACADEMIA DE ITALIA. nº 80, pág. 471, 1940.
- PORTUGAL. Vide: Família Portugal, de São Gabriel.
- PORTUGAL. Vide: Nun'Álvares, etc.
- PORTUGUESES NA AMÉRICA BOREAL ANTES DE COLOMBO. Por Duarte Leite. nº 79, pág. 236, 1940.
- POSSE DO GENERAL VALENTIM BENÍCIO DA SILVA. Discurso. nº 91/92, pág. 177, 1943.
- POVO GAÚCHO (Pelo). Por João P. de Oliveira. nº 37, pág. 121, 1930.
- POVOAÇÕES DO MAR DO SUL. Vide: Notícias Práticas da Costa, etc.
- POVOADORES. Vide: Últimos Povoadores da Colônia do Sacramento (Os).
- POVOAMENTO. Vide: Região Serrana e seu Povoamento (A).
- POVOAMENTO INICIAL DO RIO GRANDE DO SUL. Por Borges Fortes. nº 55, pág. 123, 1934.
- PRAÇA DA ALFÂNDEGA. Vide: Memorial dos Proprietários e Negociantes de Porto Alegre.
- PRATA. Vide Brasil no Prata.
- PRÉDIO DO MINISTÉRIO DA GUERRA DO GOVERNO REPUBLICANO de 1835. Piratini e o prédio onde hospedou-se o Conde D'Eu. Vide: Sugestões e Pareceres.
- PRELADOS E BISPOS DO BRASIL, com Jurisdição Sobre o Rio Grande do Sul. Pelo Mons. João Maria Balém. nº 48, pág. 228, 1932.
- PRÉ-HISTÓRIA AMERICANA E BRASILEIRA. Por Walter Spalding. nº 75, pág. 81, 1939.
- PREITO DE SAUDADE. João Borges Fortes. Lindolfo Color. Alfredo Ferreira Rodrigues. Zeferino Brasil. Por Castilhos Goicochea. nº 90, pág. 175, 1943.
- PREMISSAS LENDÁRIAS. Vide Poesia Popular Rio-Grandense, etc.
- PRESIDENTES. Vide: Correspondência Ativa dos Presidentes.
- PRIMEIRA ESTRADA DE FERRO CONSTRUÍDA NO BRASIL (A). Por Leonardo Truda. nº 11/12, pág. 545, 1923.
- PRIMEIRA BATALHA DOS GUARARAPES (A). Por José P. Coelho de Souza. nº 109/112, pág. 156, 1948.

PRIMEIRAS REDUÇÕES JESUÍTICAS NO RIO GRANDE DO SUL (As). Memória, por J. C. do Rego Monteiro. nº 73, pág. 15, 1939.

PRIMEIRO ASSALTO À COLÔNIA DO SACRAMENTO (O). Por Amir Borges Fortes. nº 78, pág. 219, 1940.

PRIMEIRO CENTENÁRIO DO COMBATE DE MONTE SANTIAGO. Por Sousa Doca. nº 27, pág. 439, 1927.

PRIMEIRO DOCUMENTO Importante, Jurídico-Moral, Escrito no Brasil em 1567, por Manuel da Nóbrega. nº 82, pág. 518, 1949.

PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA SUL-RIO-GRANDENSE. nº 60, pág. 163, 1935.

PRIMITIVA IGREJA DO RIO GRANDE DO SUL (A). Por J. B. Hafkemeyer, S.J. nº 35, pág. 301, 1929.

PRIMITIVO NOME DO BRASIL. Por Domingos de Castro Lopes. nº 35, pág. 363, 1929.

PRIMÓRDIOS DA GRANDE REVOLUÇÃO (Os). Palestra, por Eduardo Duarte. nº 45, pág. 69, 1932.

PRINCESA ISABEL. Vide: Notas sobre a Princesa D. Isabel.

PRINCIPAIS FATOS DO MUNICÍPIO DE TAQUARA (Os). Por Baiard de T. Mércio. nº 81, pág. 137, 1941.

PROCESO DEL PADRE ROQUE GONZALES Y COMPAÑEROS MÁRTIRES, Recho ante el Ordinário 1629, 1630, 1631. Por Carlos Teschauer, S.J. nº 23/24, pág. 480, 1926.

PROCESSO DOS FARRAPOS. Reabilitação de Bento Gonçalves. nº 54, pág. 309, 1934.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA DE PIRATINI. Conferência, por Aurélio Porto. nº 64 pág. 301, 1936.

PROTO-MÁRTIR DA CIVILIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL (O). nº 32, pág. 597, 1928.

PSICANÁLISE DO CAFUNÉ. Por Roger Bastide. nº 80, pág. 471, 1940.

PUBLICAÇÃO CLANDESTINA (Uma). Por J. F. Assis Brasil. nº 55, pág. 147, 1934.

PUBLICAÇÕES (Outras). nº 80, pág. 509, 1940.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS e Livros entrados para a Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 102, pág. 247, 1946.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS. nº 63, pág. 157, 1936.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS. nº 94, pág. 243, 1944.

Q

QUATORZE DE JULHO. Discurso, por Miguel Pereira. nº 314, pág. 546, 1921.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS SESSÕES EFETUADAS NO DECORRER DO ANO no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 3/4, pág. 581, 1921.

QUADRO DOS MEMBROS EFETIVOS E CORRESPONDENTES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. nº 76, pág. 335, 1939.

QUESTÃO DE LIMITES ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA (A). Por José Otaviano Pinto Soares. nº 43/44, pág. 3, 1931.

R

RAÇA. Vide: Origens da Raça Mediterrânea Ocidental.

RAFAEL PINTO BANDEIRA. Retrato. nº 78, pág. 166, 1940.

RAFAEL T. DE AGUIAR. Por Walter Spalding. nº 90, pag. 250, 1943. Nota bibliográfica.

REAL FEITORIA DO LINHO CÂNHAMO (A). Notas para a História da Agricultura do Rio Grande do Sul. Por Aurélio Porto. nº 8, pág. 439, 1922.

RECEPÇÃO AO REVº PADRE BALDUÍNO RAMBO, S.J. em sessão pública realizada em 31-1-1945. nº 97, pág. 8, 1945.

RECEPÇÃO AO DR. DARCI AZAMBUJA no seio do Instituto. nº 43/44, pág. 333, 1931.

RECEPÇÃO AO DR. DANTE DE LAYTANO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO G. DO SUL. Discurso, por Dante de Laytano. nº 64, pág. 285, 1936.

RECEPÇÃO DE NOVOS SÓCIOS no seio do Instituto-Gaston H. Mazon, Clemenciano Barnasque, Walter Spalding e Alcides Maia. nº 54, pág. 321, 1934.

RECEPÇÃO AO SR. OTELO ROSA, no seio do Instituto. Saudação do Dr. Adroaldo. nº 39/40, pág. 607, 1930.

RECORDAÇÕES HISTÓRICAS (Que se prendem à campanha de 1827, na Guerra entre o Brasil e a Argentina). Por J. J. Machado de Oliveira. nº 25/26, pág. 275, 1927.

REDUÇÕES. Vide: Guerra das Reduções.

REDUÇÕES JESUÍTICAS. Vide: Primeiras Reduções Jesuíticas no Rio Grande do Sul, etc.

REEDIÇÃO DOS ESTATUTOS, com a reforma de artigos. nº 15/16, pág. 231, 1924.

REGIMENTO DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DA REVISTA. nº 96, pág. 262, 1944.

REGIÃO SERRANA E SEU POVOAMENTO (A). Por Pedro C. Sacarrello. nº 74, pág. 225, 1939.

REGIMENTO DE DRAGÕES DO RIO PARDO na Expansão Geográfica do Rio Grande do Sul (O). Conferência, por Aurélio Porto. nº 23/24, pág. 605, 1926.

REGIÕES GEOECONÔMICAS DO BRASIL. nº 85, pág. 217, 1942.

REGIONALISMO EM CONFRONTO (Excerto de um estudo inédito). Trabalho lido em 5 de agosto, por João Maia. nº 19/20, pág. 183, 1925.

REGISTRO DA CORRESPONDÊNCIA OFICIAL DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL - 18 de setembro até 23 de outubro de 1835. nº 33/34, pág. 137, 1929.

REINO DAS MULHERES SEM LEI. Vide: Mito das Icamíabas e Mistério das Pedras Verdes.

RELAÇÃO DAS DIRETORIAS DO INSTITUTO. Por Manuel Duarte. nº 99, pág. 21, 1945.

RELAÇÃO DA GUERRA E VITÓRIA DOS ABORÍGINAS. Por Claudio Ruyer. nº 85, pág. 29, 1942.

RELAÇÃO SOBRE PUBLICAÇÕES DO DECÊNIO FARROUPILHA. Por Walter Spalding. nº 60, pág. 273, 1935.

RELATÓRIO APRESENTADO AO GOVERNO DE LISBOA pelo Vice-Rei Luís de Vasconcelos, em outubro de 1784, sobre o Rio Grande do Sul. nº 33/34, pág. 3, 1929.

RELATÓRIO APRESENTADO PELO DR. EDUARDO DUARTE SOBRE O INSTITUTO. nº 56, pág. 313, 1934.

RELATÓRIO CIENTÍFICO DAS VIAGENS DE ESTUDOS ETNOGRÁFICOS. Pelo Padre Balduino Rambo, S.J. nº 102, pág. 234, 1946.

RELATÓRIO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria. nº 76, pág. 319, 1939.

RELATÓRIO do Dr. Manuel Duarte. nº 95, pág. 98, 1944.

RELATÓRIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO E BIBLIOTECÁRIO DO INSTITUTO. nº 3, pág. 522 e 527, 1921.

RELATÓRIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 15/16, pág. 245, 1924. Anos de 1922-1923.

RELATÓRIO DO BIBLIOTECÁRIO do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 15/16, pág. 249, 1924. Anos de 1923-1924.

RELATÓRIO DA VII SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE GEOGRAFIA. Por Jorge Godofredo Felizardo. nº 103, pág. 265, 1946.

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO E BIBLIOTECÁRIO DO INSTITUTO. nº 56, pág. 313, 1934.

RELIGIÃO DOS NOSSOS ÍNDIOS (A). Por Ângelo Guido. nº 67, pág. 3 1937. Última parte das *Mulheres sem Lei*.

RELIGIÃO. Vide: Divisão Eclesiástica do Rio Grande do Sul.

RELIGIÃO. Vide: Eucaristia e o Sentimento Religioso no Velho Rio Pardo (A).

RELIGIÃO. Vide: Jurisdição Eclesiástica, etc.

REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA (A Carretinha). Por Luís G. Gomes de Freitas. nº 117/120, pág. 238, 1950.

REMINISCÊNCIAS HISTÓRICAS. D. Pedro II e a Federação, por J. Pinto Soares. nº 73, pág. 97, 1939.

REMINISCÊNCIAS HISTÓRICAS DA GUERRA CONTRA O DITADOR DO PARAGUAI. Por J. P. Soares. nº 93, pág. 116, 1944.

REMINISCÊNCIAS DE PORTO ALEGRE. Vide: Antigualhas.

- REPÚBLICA RIO-GRANDENSE (A). Por Castilhos Goicochea. nº 71, pág. 49, 1938.
- REPÚBLICA RIO-GRANDENSE. Subsídios para sua História., Por Rodrigo Pontes. nº 11/12, pág. 397, 1923. Memória (E. T. Sousa Doca).
- REPÚBLICA DE PIRATINI. Vide: Proclamação da República de Piratini.
- REPUBLICANISMO GAÚCHO. Por Demétrio Ribeiro. nº 90, pág. 195, 1943.
- REPUBLICANISMO E SEPARATISMO. Vide: Bento Gonçalves.
- RESERVISTA. Vide: Dia do Reservista.
- RETIRADA DA LAGUNA. Apontamentos, por João José Luz. nº 36, pág. 499, 1929.
- RETRATO DE RAFAEL PINTO BANDEIRA. nº 78, pág. 166, 1940.
- RETROSPECTO DA VIDA DO INSTITUTO. Por Eduardo Duarte. nº 99, pág. 13, 1945.
- REVISTA DAS REVISTAS. nº 82, pág. 571, 1941; nº 83, pág. 239, 1941.
- REVISTA DO VELHO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (A). Reedição. nº 100, pág. 169, 1945.
- REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. nº 101, pág. 47, 1946. Reedição. Ano II. nº 1 e 2.
- REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO - Ano III. nº 102, pág. 203, 1946; Ano III, v. III, nº 109/112, pág. 265, 1948; Ano III, v. III, nº 2.
- REVISTA DO PARTENON LITERÁRIO. Reedição do Ano I, de 1869. nº 113/116, pág. 3, 1949; 2ª Série 1872. nº 117/120, pág. 3, 1950.
- REVISTAS. nº 84, pág. 387, 1941.
- REVISTAS. Vide: Regimento da Comissão de Redação da Revista.
- REVOLUÇÃO. Vide: Poetas da Grande Revolução.
- REVOLUÇÃO FARRAPA (Em torno da). Por Álvaro O. Caetano. nº 97, pág. 66, 1945.
- REVOLUÇÃO DOS "FARRAPOS" e os Anais da Assembléia da Província de São Paulo. nº 56, pág. 179, 1934, por Fernando Calage.
- REVOLUÇÃO DOS FARRAPOS NO ARQUIVO IMPERIAL (A). Cópia de documentos. nº 113/116, pág. 1949.
- REVOLUÇÃO FARROUPILHA (Documentos do arquivo de João Gomes). nº 33/34, pág. 235, 1929.
- REVOLUÇÃO FARROUPILHA. Vide: Memorável Centenário.
- REVOLUÇÃO FARROUPILHA. Vide: Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha (O).
- REVOLUÇÃO RIO-GRANDENSE de 1835 (A). Trabalho lido em sessão de 20/9/1921, por José Paulo Ribeiro. nº 3/4, pág. 566, 1921.
- REVOLUÇÃO RIO-GRANDENSE de 1923 (A). Por Celso M. Schröder. nº 78, pág. 233, 1940.
- REVOLUÇÃO DE 1835 (Memórias de Francisco Pedro de Abreu). nº 1, pág. 22, 1921; nº 2, pág. 166.

- REVOLUÇÃO DE 1835-1845. Vide: Apontamentos para a História da Revolução de 1835.
- REVOLUÇÃO DE 1835. Vide:
 Curso da História Naval etc.
 Gonçalves Dias.
 Município de Triunfo (O).
 Passo Fundo na Revolução de 1835.
- REVOLUÇÃO DE 1842. Vide: Centenário da Revolução de 1842, etc.
- REVOLUÇÃO. Vide: Primórdios da Grande Revolução (Os).
- REVOLUCIÓN DE LOS FARROUPILHAS. Por Carlos E. Gareiz Pérez. nº 70, pág. 209, 1938.
- REVOLUÇÕES PERNAMBUCANAS DE 1817 a 1824, na República de Piratini. nº 38, pág. 305, 1930.
- RIO BRANCO. Por Oтелo Rosa. nº 98, pág. 161, 1945.
- RIO GRANDE DE SÃO PEDRO. Vide: Documentos sobre a Colônia do Sacramento, etc.
- RIO GRANDE DO SUL NA CARTOGRAFIA ANTIGA (O) (Excerto). nº 103, pág. 293, 1946.
- RIO GRANDE DO SUL (Estado). Por J. T. Caldas. nº 74, pág. 169, 1939.
- RIO GRANDE DO SUL (No) Não há Populações Estrangeiras. Por J. P. Coelho de Souza. nº 79, pág. 234, 1940.
- RIO GRANDE DO SUL. Vide:
 Almanaque da Vila de Porto Alegre.
 Apontamentos sobre o Forte do Rio Grande do Sul, etc.
 Apontamentos sobre o Teatro no Rio Grande do Sul.
 Aspectos Geomorfológicos do Estado do Rio Grande do Sul.
 Áreas Culturais do Rio Grande do Sul.
 Bicentenário do Rio Grande e o Instituto Histórico.
 Cabos Telegráficos Subfluviais no R. G. do Sul.
 Carreta do Rio Grande do Sul e do Sul de Mato Grosso.
 Centenário da Navegação a Vapor no Rio G. do Sul.
 Colonização Alemã no Rio Grande do Sul.
 Compêndio Noticioso do Continente do Rio G. do Sul.
 Contribuição ao Estatuto dos Problemas de Alimentação no Rio Grande do Sul.
 Descrição Geográfica e Histórica da Divisão Litigiosa entre os Estados do R. G. do Sul e Santa Catarina.
 Destino do Rio Grande e seu Patriarca.
 Diário de uma Excursão Eleitoral, etc.
 Dicionário Geográfico, Histórico e Etnográfico do Rio Grande do Sul.
 Divisão Eclesiástica do Rio Grande do Sul.
 D. Pedro II no Rio Grande do Sul durante a Guerra do Paraguai.
 Documentos.
 Documentos. Cópias.
 Documentos. Cópias sobre os Casais do Rio Grande.

- Documentos Interessantes.
 Documentos. Memória dos Serviços Prestados por André R. Coutinho
 ao Governo do Rio G. do Sul.
 Documentos sobre a Colônia do Sacramento.
 Dragões do Rio Grande do Sul (Os).
 Esboço Geobotânico do Estado do Rio G. do Sul.
- RIO GRANDE DO SUL.** Vide:
- Evocações ao Rio Grande.
 Extensão Territorial do Rio Grande e o Atlas do Brasil.
 Fortificação do Rio Grande do Sul.
 Flora Rio-Grandense.
 Fisiografia do Rio Grande do Sul.
 Fundação de Rio Grande.
 Historiadores do Rio Grande.
 Homens do Segundo Vilamento do Rio Grande.
 Imagem de São Pedro do Rio Grande do Sul.
 Influência do Caudilhismo Uruguaio no R. G. do Sul.
 Interpretação de Alguns Nomes Tupis Usados na Geografia Nacional.
 José da Silva Paes.
 Jurisdição Eclesiástica sobre o Rio Grande do Sul.
 Justiça de Segunda Instância no Rio G. do Sul.
 Litígio entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
 Levante dos Dragões do Rio Grande do Sul.
 Negro e o Espírito Guerreiro nas Origens do Rio Grande do Sul (O).
 Negros no Rio Grande do Sul.
 Negros do Rio Grande do Sul (Primeira entrada de).
 Notas sobre a Evolução do Rio Grande do Sul.
 Notas sobre o Rio Grande do Sul.
 Notícia Breve da Pecuária, etc.
 Notícia sobre a Organização Política, Administrativa, etc.
 Ofícios do Vice-Rei Luís de Vasconcelos.
 Organização Judiciária do Rio Grande do Sul.
 Origem da Imprensa no Rio Grande do Sul.
 Paleontologia do Rio Grande do Sul.
 Panteão Rio-Grandense.
 Paranduba Rio-Grandense, etc. (Estado de São Pedro do).
 Patriarca do Rio Grande do Sul.
 Pecuária, Charque e Charqueadores no Rio G. do Sul.
 Pequeno Dicionário Toponômico do R. G. do Sul.
 Plano das Marchas e Acampamentos das Tropas Espanholas, etc.
 Poesia Popular Rio-Grandense.
 Poetisas Rio-Grandenses.
 Povoamento Inicial, etc.

RIO GRANDE DO SUL. Vide:

- Povoamento do Rio Grande do Sul.
- Prelados e Bispos do Brasil, etc.
- Primeiras Reduções Jesuíticas no R. G. do Sul.
- Primitiva Igreja do Rio Grande do Sul.
- Proto-Mártir da Civilização do Rio Grande do Sul.
- Relatório apresentado ao Governo de Lisboa, pelo Vice-Rei Luís de Vasconcelos, etc.
- Sesmaria Rio-Grandense (Primeira).
- Síntese Geográfica do Estado do Rio G. do Sul.
- Síntese da Poesia Popular Rio-Grandense, etc.
- Sobre os Casais do Rio Grande.
- Subsídio para a História da Introdução do Cavalo no Rio Grande do Sul.
- Telégrafo Nacional no Rio Grande do Sul.
- Toponímia Tupi-Guarani do Rio Grande do Sul.
- Traços Eternos do Rio Grande do Sul.
- Trechos Duvidosos dos Limites entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- Tupi na Cartografia do Rio Grande do Sul.
- Um Capítulo da História Territorial do R. G. do Sul.
- Viagem ao Rio Grande do Sul.
- Vida e Obra do Padre Roque Gonzales de Santa Cruz, S.J. - Primeiro Apóstolo do Rio Grande do Sul.
- Vocabulário do Estado do Rio Grande do Sul.
- Vocábulos Tupis na Geografia Rio-Grandense.
- Velhos Caminhos do Rio Grande do Sul.
- Velhos Documentos Rio-Grandenses.
- RIO-GRANDENSE NOTÁVEL (Um).** Manuel Teófilo Barreto Viana. nº 29/30, pág. 3, 1928. c/foto.
- RIO JAGUARÃO.** Vide: Condomínio da Lagoa Mirim, etc.
- RIO DAS MORTES.** Vide: Exploração do Rio das Mortes (A).
- RIO PARDO.** Por Otelo Rosa. nº 91/92, pág. 97 (1943).
- RIO PARDO.** Vide: Combate de Rio Pardo (O).
- RIO PARDO.** Vide: Descobertos em Rio Pardo Fósseis de Gigantescos Tatus, etc.
- RIO PARDO.** Vide: Estandarte da Antiga Câmara Municipal de Rio Pardo.
- RIO PARDO.** Vide: Eucaristia e o Sentimento Religioso do Velho Rio Pardo.
- RIO PARDO (Fronteira de).** Vide: Um Capítulo da História Territorial do Rio Grande do Sul.
- RIO PARDO.** Vide: Monumentos Históricos e Artísticos etc.
- RIO PARDO.** Vide: Vila de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.
- RIO DA PRATA.** Vide: Memórias e Reflexões sobre o Rio da Prata.
- RIVERA.** Vide Bento Manuel e Fructuoso Rivera.
- RIVERA.** Expedição do Gen. Rivera contra Bento Manuel.

RIVERA. Influência do Caudilhismo Uruguaio no R. Grande do Sul.
 RODEIO (Precursores do). Vide: Sociedade Gaúcha.
 RODRIGUES DE JESUS. Por Manuel Duarte. nº 90, pág. 169, 1943. Traços genealógicos.
 ROQUE CALAGE. Necrologia, por Aurélio Porto. nº 42, pág. 209, 1931. c/foto.
 ROQUE GONZALES. Vide: Caráter do Proto-Mártir, etc. (O).
 ROQUE GONZALES. Vide: Proto-Mártir da Civilização, etc.
 ROQUE GONZALES E COMPANHEROS. Vide: Processo do Padre Roque Gonzales etc.
 ROSSETTI. Vide: Garibaldi.
 RUAS. Vide: Troca Sistemáticas das Ruas (A).

S

SALDANHA. Vide: Caso Saldanha (O).
 SALUSTIANO DOS REIS (Marechal). Dados Biográficos, por Leopoldo de Freitas. nº 63, pág. 59, 1936.
 SANTA CATARINA. Vide: Ilha de Santa Catarina.
 SANTA CATARINA. Vide: Litígio com Santa Catarina.
 SANTA CRUZ. Data da Colonização. nº 117/120, pág. 275, 1950 Parecer.
 SANTA MARIA. Vide: Imprensa de Santa Maria (A).
 SANTA VITÓRIA. Vide: Estudos Farroupilhas (Dois).
 SANTO ANGELO. Restauração da Matriz. Vide: Sugestões e Pareceres.
 SANTO ANTÃO. Vide: Campestre de Santo Antão.
 SANTO ANTÔNIO DAS LOMBAS. Vide: Sesmarias Memoráveis.
 SÃO FRANCISCO. Vide: Ordem Terceira de São Francisco do Carmo.
 SÃO GABRIEL. Vide: Decênio Farroupilha em São Gabriel.
 SÃO GABRIEL. Vide: Fundação de São Gabriel.
 SÃO GABRIEL (Subsídios). Por Celso Schröder. nº 39/40, pág. 363, 1930.
 SÃO JERÔNIMO. Vide: Município de São Jerônimo.
 SÃO JOSÉ DO NORTE. Vide: Um Episódio da Guerra dos Farrapos.
 SÃO PEDRO DO RIO GRANDE (Imagem). Vide: Imagem de São Pedro do R. G. do Sul.
 SÃO PEDRO DO RIO GRANDE. Vide: Lítogrifos de São Pedro.
 SÃO SEPÉ. Vide: Fundação de São Sepé.
 SÃO SEPÉ. Memória Comemorativa da Fundação de São Sepé, por Aurélio Porto. nº 37, pág. 141, 1931.
 SAUDAÇÃO DE BAGÉ. Por Danton Teixeira. nº 93, pág. 120, 1944.
 SAUDAÇÃO HISTÓRICA. Discurso feito por Getúlio Vargas, em 1906, ao Dr. Afonso Pena. nº 90, pág. 151, 1943.
 SEBASTIÃO MENA BARRETO. Vide: Influência do Caudilhismo Uruguaio no Rio Grande do Sul.
 SEGUNDO CÍCLO DAS LENDAS DE OURO NA BACIA DO URUGUAI. Pelo Padre Carlos Teschauer, S.J. nº 32, pág. 567, 1928.

- SEGUNDO CONGRESSO DE HISTÓRIA SUL-RIO-GRANDENSE. nº 63, pág. 159, 1936.
- SENADOR FLORÊNCIO DE ABREU. Vide: Florêncio de Abreu.
- SENTIDO BRASILEIRO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (O). Por Sousa Doca. nº 58, pág. 165, 1935.
- SEPARATISMO ENTRE OS FARRAPOS. Conferência, por Otelo Rosa. nº 56, pág. 253, 1934.
- SERAFIM DE ALENCASTRO. Dados Biográficos, por Álvaro de Alencastro. nº 59, pág. 157, 1935.
- SERTÃO A ESTADO (DE). Por João Borges Fortes. nº 62, pág. 139, 1936.
- SESMARIA. Vide: Descendentes do Vicentista Pedro Leme, etc.
- SESMARIA RIO-GRANDENSE (A Primeira), nº 91/92, pág. 153, 1943.
- SESMARIAS MEMORÁVEIS (Santo Antônio das Lombas). Por Manuel Duarte. nº 96, pág. 205, 1944.
- SESMEIRO DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS E SUA DESCENDÊNCIA (O). Genealogia, por José de Araújo Fabrício. nº 97, pág. 86, 1945.
- SESSÃO ANIVERSÁRIA DO INSTITUTO EM 5 DE AGOSTO DE 1925. Discursos do Desemb. Florêncio Carlos de Abreu e Silva e Gen. Emílio F. de Sousa Doca. nº 19/20, pág. 225, 1925.
- SESSÃO MAGNA DE JUBILEU. Discursos do Prof. Otelo Rosa, sobre Alcides Maia e Retrospecto da Vida do Instituto, por Eduardo Duarte. nº 99, pág. 3 e 13, 1945.
- SETE DE SETEMBRO. Conferência, por Eduardo Duarte. nº 72, pág. 267, 1938.
- SETE DE SETEMBRO. Discurso, por Otelo Rosa. nº 105/108, pág. 201, 1947.
- SILVA JARDIM. Vide: Comemoração Cívica da Herma do Gen. José Gomes da Silva Jardim.
- SILVA PAES. Vide. Fundação do Rio Grande, etc.
- SILVA PAES. Vide: José da Silva Paes.
- SILVEIRA MARTINS, o TRIBUNO. Conferência, pelo Desemb. Florêncio Carlos de Abreu e Silva. nº 100, pág. 149, 1945.
- SÍMBOLOS. Vide: Sugestão e Pareceres.
- SÍMBOLOS BÁRBAROS. Walter Spalding. nº 90, pág. 253, 1943.
- SIMÕES PIRES. Vide: Esboço Biográfico de Antônio Simões Pires.
- SIMÕES PIRES. Notas Genealógicas, por Aurélio Porto. nº 39/40, pág. 471, 1930.
- SÍNTESE GEOGRÁFICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Por J. Tupi Caldas. nº 74, pág. 169, 1939.
- SÍNTESE DA POESIA POPULAR RIO-GRANDENSE. Considerada como Fator Histórico, por José Paulo Ribeiro. nº 13/14, pág. 11, 1924.
- SOBRE OS CASAIS DO RIO GRANDE. Cópia de documentos. nº 78, pág. 311, 1940.
- SOBRE O NEGRO NO BRASIL. Por Fernando Góis. nº 83, pág. 197, 1941.
- SOCIEDADE GAÚCHA. Por João de Deus Martins. nº 19/20, pág. 13, 1925.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO. nº 85, pág. 239, 1942.

SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Endereços. nº 84, pág. 399, 1941.

SOUSA DOCA. Vide: Emílio Fernandes de Sousa Doca.

SOUSA DOCA. Necrologia, por Eduardo Duarte. nº 98, pág. 157, 1945. c/foto.

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA INTRODUÇÃO DO CAVALO NO RIO GRANDE DO SUL. Da Raça Árabe. Por Luís Carlos de Moraes. nº 91/92, pág. 173, 1943.

SUGESTÕES E PARECERES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Vide:

Alvares Machado. Os Símbolos Locais e a Tradição Brasileira. Panteon Rio-Grandense. Aspectos Gerais de Porto Alegre. Largo do Bombeiro. Patronos de Grupos Escolares. Doação ao Museu Imperial de Petrópolis. n. 103, pág. 321, 1946.

Restauração da Histórica Matriz de Santo Angelo. Prédio do Ministério da Guerra do Governo Republicano de 1835, Piratini. Um óculo de campanha que pertenceu ao Gen. Bento Gonçalves. Centenário do Município de Taquari. Padre Antônio Sepp. Conselho Estadual de Proteção à Natureza. nº 109/112, pág. 245, 1948.

Transformar em Monumento Nacional o Prédio em que Hospedou-se o Conde D'Eu. 29º Congresso Americanista. Centenário de Vacaria. Mulheres que no Rio Grande do Sul se Projetaram nas Páginas da História. Histórico da Bandeira do Rio Grande do Sul. Data da Colonização de Santa Cruz. Espada que se diz haver pertencido ao Gen. Bento Gonçalves da Silva. nº 117/120, pág. 265, 1950.

SUPERFÍCIE DO BRASIL (A). Por A. Padtberg, S.J. e G. Pauwels, S.J. nº 11/12, pág. 307, 1923.

SUPREMOS OBJETIVOS DA JORNADA DE 35 (Os). Por Fernando Osório. nº 95, pág. 25, 1935.

T

TAMANDARÉ (Marquês de) Dados Biográficos, por Leopoldo Freitas. nº 62, pág. 277, 1936.

TAQUARA. Vide: Principais Fatos do Município de Taquara (OS).

TAQUARI. Por Oтелo Rosa. nº 91/92, pág. 89, 1943.

TAQUARI. Vide: Sugestões e Pareceres. Centenário de Taquari.

TEATRO. Vide: Apontamentos sobre o Teatro no Rio Grande do Sul, etc.

TELÉGRAFO NACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL (O). Por Amaro Batista. nº 60, pág. 221, 1935.

TEMBETÁS. Por Francisco R. Simch. nº 15/16, pág. 51, 1924.

TENTATIVA EMANCIPACIONISTA. Por Manuel Duarte. nº 98, pág. 237, 1945.

TEODORO SAMPAIO. Vide: Trabalho de Teodoro Sampaio (Um).

TERCEIRO CENTENÁRIO DA PRIMEIRA BATALHA DE GUARARAPES.
Vide: Centenário da 1ª Batalha, etc.

TERRA EM QUE NASCEU JÚLIO DE CASTILHOS (A). Por Viriato Dutra.
nº 83, pág. 85, 1941.

TINTAS. Vide: Análise Química das Tintas, etc. 1941.

TIRADENTES. Por Amir Borges Fortes. nº 87/88, pág. 87, 1942.

TIRADENTES. Conferência, por João Maia. nº 21/22, pág. 156, 1926.

TIRADENTES. Oração proferida pelo Cel. Luís Carlos de Moraes em comemoração à Semana de Tiradentes. nº 102, pág. 164, 1946.

TOBIAS DA SILVA. Um episódio da Guerra dos Farrapos, por Mansueto Bernardi. nº 32, pág. 591, 1928.

TOMADA DE CURUZU. Por Henrique Oscar Wiederspahn. nº 105/108, pág. 155, 1947.

TOPONÍMIA DO BRASIL SUL. Vide: Geografia Histórica.

TOPONÍMIA GAÚCHA. Por Pedro Castelo Sacarello. nº 63, pág. 65, 1936; nº 66, pág. 317, 1937.

TOPONÍMIA TUPI-GUARANI do Rio Grande do Sul. Por J. A. L. Tupi Caldas. nº 83, pág. 5, 1941.

TOSCANINIS (Os). Por Mário de Andrade. nº 79, pág. 235, 1940.

TRABALHO, A HONRA E O CIVISMO NA VIDA DE MAUÁ (O). Por Fernando Calage. nº 47, pág. 129, 1932.

TRABALHO DE TEODORO SAMPAIO (Um). Por Luís Carlos de Moraes. nº 89, pág. 17, 1943.

TRAÇOS GENEALÓGICOS DO POVOADOR Rodrigues de Jesus. Por Manuel Duarte. nº 90, pág. 169, 1943.

TRAÇOS ETERNOS DO RIO GRANDE (Os). Conferência, por Fernando Osório. nº 28, pág. 561, 1927.

TRADIÇÃO HISTÓRICA. Por Leopoldo Freitas. nº 59, pág. 97, 1935.

TRAGÉDIA DO PIRAPÓ. Pelo Padre Luís Gonzaga Jaeger, S.J. nº 61, pág. 3, 1936.

TRANSADORES E RETIRANTES (Nordeste Missioneiro). Por Manuel Duarte. nº 83, pág. 171, 1941; nº 93, pág. 55, 1944; nº 94, pág. 168, 1944.

TRATADO DE 1750. Gomes Freire de Andrade. Memória apresentada ao Congresso do Mundo Português, por Borges Fortes. nº 81, pág. 27, 1941.

TRECHO DUVIDOSO dos Limites entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Pelo Padre Geraldo Pauwels, S.J., nº 33/34, pág. 271, 1929.

TRÊS FIGURAS DA AMÉRICA. Por Richard Pates, nº 79, pág. 73, 1940.

TRÊS CAPÍTULOS DE UMA BIOGRAFIA PERDIDA DO DUQUE DE CAXIAS. Por Eudoro Berlink. nº 29/30, pág. 165, 1928.

TRICENTENÁRIO DA BATALHA DO MBORORÉ. Pelo Padre Luís Gonzaga Jaeger, S.J. nº 85, pág. 27, 1941.

TROCA SISTEMÁTICA DOS NOMES DAS RUAS (A). nº 85, pág. 243, 1942.

TRONCOS SECULARES. Por João Borges Fortes. nº 45, pág. 3, 1932.

TRIUNFO. Vide: Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo.

- TRIUNFO. Vide: Município de Triunfo.
- TUPI NA COROGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL (O). Por João Borges Fortes. nº 39/40, pág. 319, 1930.
- TUPI-GUARANI. Vide: Contribuição ao Estudo, etc. e Toponímia Tupi-Guarani.
- TUPIS (Nomes). Vide: Interpretação de Alguns Nomes Usados na Geografia Nacional.

U

- ÚLTIMOS POVOADORES DA COLÔNIA DO SACRAMENTO (Os). Notas Genealógicas, por Carlos R. Rheingantz. nº 113/116, pág. 329, 1949.
- UM DISCURSO de Apeles Porto Alegre. Vide: Discurso de Apeles Porto Alegre.
- UM EPISÓDIO DA GUERRA DOS FARRAPOS. O Assalto a São José do Norte. Por Vítor Russomano. nº 39/40, pág. 545, 1930.
- UM EPISÓDIO DA REBELIÃO DE 1842, em Pernambuco, por Melo Moraes nº 15/16, pág. 217, 1924.
- UM GAÚCHO BRASILEIRO. Vide: Gaúcho Brasileiro.
- UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA TERRITORIAL do Rio Grande do Sul. Por Aurélio Porto. nº 33/34, pág. 49, 1929.
- UM GRANDE MORTO. Padre J. Batista Hafkemayer, S.J. nº 13/14, pág. 3, 1924.
- UM POUCO DE ABÁ-NEÊN. Arquivo do Gen. João de Deus Martins. nº 28, pág. 487, 1927.
- UM PROBOSCIDIANO EXTINTO: O MAMUTE. Por Carlos de P. Couto. nº 69, pág. 145, 1938.
- UM RIO-GRANDENSE NOTÁVEL. Manuel T. Barreto Viana. nº 29/30, pág. 3, 1928.
- UMA BIOGRAFIA FRUSTRADA. Por Walter Spalding. nº 59, pág. 79, 1935. José Gomes de Vasconcelos Jardim.
- UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA CARTOGRAFIA AMERICANA. Por J. B. Hafkemayer, S. J. nº 3/4, pág. 572, 1921.
- UMA INSTITUIÇÃO BENEMÉRITA. Maçonaria. nº 64, pág. 205, 1936.
- UMA INTERROGAÇÃO HISTÓRICA. Por José Paulo Ribeiro. nº 3, pág. 374, 1921.
- URUGUAI-BRASIL. Discurso, por Moysés Vellinho. nº 80, pág. 291, 1940.
- URUGUAI (Rio). Vide: Geografia Histórica.
- URUGUAI. Vide:
- Campanha do Uruguai.
 - Conferência Comemorativa do Centenário da Constituição Política do Uruguai.
 - Independência do Uruguai.
 - Missões Orientais, etc.
 - Missão Ponsombi, etc.

V

- VACARIA. Centenário. Vide: Sugestões e Pareceres.
- VACARIA. Vide: Irrupção de 1779, em Los Pinares (A).
- VALENTIM BENÍCIO DA SILVA. Vide: Posse de Valentim Benício da Silva.
- VALOR MENTAL DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1823 (O). Por Vitor Russomano. nº 56, pág. 195, 1934.
- VARNHAGEM (O Momento de). Por Jaime A. Câmara. nº 85, pág. 187, 1942.
- VELHICE DA TERRA (A). O Continente Americano. Por Jorge Bahlis, nº 48, pág. 176, 1932.
- VELHO EPISTOLÁRIO. Por Manuel Duarte. nº 74, pág. 241, 1939.
- VELHOS CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL. Por João Borges Fortes. nº 72, pág. 203, 1938.
- VELHOS DOCUMENTOS RIO-GRANDENSES. Copiados e anotados por Manuel Duarte. nº 94, pág. 194, 1944; nº 91/92, pág. 156, 1943; nº 97, pág. 33, 1945.
- VENTO MINUANO. Por Luís Carlos de Moraes. nº 105/108, pág. 197, 1947.
- VEREDAS PLANALTEANAS. Por Manuel Duarte. nº 97, pág. 75, 1945.
- VERTIZ. Vide: Invasões de Ceballos e Vertiz.
- VIAGEM AO BRASIL. Vide: Narrativa de uma Viagem ao Brasil.
- VIAGEM AO INTERIOR DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO em 1856, pelo Comandante Luís Alves de Oliveira Belo. nº 79, pág. 5, 1940.
- VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL (Brasil). Por Augusto de Saint-Hilaire. (Traduzido por Adroaldo Mesquita da Costa.)
nº 5, pág. 124, 1922.
nº 8, pág. 509, 1922.
nº 13/14, pág. 149, 1924.
nº 17/18, pág. 273, 1925.
nº 21/22, pág. 295, 1926.
- VIAGENS DE ESTUDOS. Vide: Aspectos do Brasil.
- VIAMÃO. Vide: Duas Proposições.
- VIDA DE DAVID CANABARRO. Vide: David Canabarro.
- VIDA E OBRA DO PADRE ROQUE GONZALES DE SANTA CRUZ, S.J. Primeiro Apóstolo do Rio Grande do Sul, por Carlos Teschauer S.J. nº 31, pág. 295, 1928. c/fotos.
- VILA DA ACLAMAÇÃO. Por Aurélio Porto. nº 69, pág. 135, 1938.
- VILA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO RIO PARDO (A). Por Pedro Castelo Saccarello. nº 86, pág. 381, 1942.
- VINTE DE SETEMBRO (O). Conferência, por Aurélio Porto. nº 45, pág. 51, 1932.
- VINTE E TRÊS DE MAIO. Conferência, por Mons. Mariano da Rocha. nº 8, pág. 421, 1922.
- VIRGÍLIO VÁRZEA. nº 85, pág. 215, 1942.
- VISCONDE DE MAUÁ. Irineu Evangelista de Souza, por Alcindo Sodré. nº 78, pág. 167, 1940.

- VISCONDE DE PELOTAS. Homenagem ao Marechal José Antônio Correa da Câmara, por Coelho dos Reis. nº 77, pág. 127, 1940. c/foto.
- VISCONDE DE SÃO JOSÉ DO NORTE. Por Walter Spalding. nº 109/112, pág. 206, 1948.
- VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO (O). Por Eduardo Duarte. nº 105/108, pág. 133, 1947.
- VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. Vide: Memórias.
- VISCONDE DE TAUNAY. Vide: Centenário do Visconde de Taunay.
- VÍTOR RUSSOMANO. Vide: Biografia.
- VOCABULÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Contribuição para o Dicionário Geográfico Brasileiro. nº 82, pág. 237, 1941.
- VOCABULÁRIO GAÚCHO. Por Roque Calage. nº 17/18, pág. 263, 1925.
- VOCABULÁRIO GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Esclarecimento Necessário). nº 83, pág. 241, 1941.
- VOCABULÁRIO TUPI NA COROGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL. Tupi na Corografia do Rio Grande do Sul. 39/40, pág. 319, 1930.
- VOCÁBULOS INDÍGENAS NA GEOGRAFIA RIO-GRANDENSE. Por A. D. Pinto. nº 39/40, pág. 531, 1930.
- VOCÁBULOS INDÍGENAS NA GEOGRAFIA RIO-GRANDENSE. Por Sousa Doca. nº 13/14, pág. 33, 1924; nº 17/18, pág. 91, 1925.
- VOCÁBULOS TUPIS NA GEOGRAFIA RIO-GRANDENSE. Por Sousa Doca nos. nº 1, pág. 89; nº 2, pág. 225; nº 3, pág. 441, 1921; nº 8, pág. 485, 1922.
- VOLFGAN HOFFMANN HARNICH. nº 85, pág. 204, 1942.

X

- XAVIER MARQUES. nº 85, pág. 231, 1942.

Z

- ZAMBECAI. Vide: Garibaldi.
- ZEFERINO BRASIL. Vide: Preto de Saudade.

II. AUTORES

A

- ABREU (Francisco Pedro de). Memória. nº 1, pág. 22; nº 2, pág. 185, 1938.
- AGUIAR (José). Evocación del Baron de Rio Branco. nº 70, pág. 185, 1938.
- AGUIAR (José). Carta do Contra-Almirante (Uma). nº 73, pág. 79, 1939; nº 85, pág. 201, 1942.
- ALENCASTRE (Álvaro de). Comentários. nº 45, pág. 15, 1932; nº 46, pág. 159.
- ALENCASTRE (Álvaro de). As Missões Orientais do Uruguai e o Cel. Joaquim de Alencastre. nº 49/50, pág. 233, 1933.
- ALENCASTRE (Álvaro de). Caxias e os Generais de 35. nº 57, pág. 11, 1935.
- ALENCASTRE (Álvaro de). Serafim Alencastre. nº 59, pág. 157, 1935.
- ALMEIDA (Antônio da Rocha). A Galeria dos Comandantes do Salão de Honra do Quartel da 3ª Região Militar. nº 105/108, pág. 215, 1947.
- ALMEIDA (Marino Joseti de). O Município de Triunfo. nº 43, pág. 217, 1931.
- ALMEIDA (Marino Joseti de). Discurso ao ser recebido no Instituto. nº 96, pág. 121, 1944.
- ALMEIDA (Marino Joseti de). Biblioteca Municipal João Maia. nº 109/112, pág. 240, 1948.
- ALVES (A. da M.). Elementos para a Biografia do Engenheiro Francisco Rósio. nº 75, pág. 3, 1939.
- ALVES (A. da M.). Documentos sobre a Colônia do Sacramento. nº 99, pág. 41, 1945 (copiados por).
- AMARAL (Ávila). Notas para a História das Ferrovias Sul-Rio-Grandenses. nº 85, pág. 5, 1942.
- AMORIM (Aníbal). Fortificação do Rio Grande do Sul. nº 66, pág. 293, 1937.
- ANDRADE (Mário). Os Toscaninis. nº 79, pág. 235, 1940.
- ANDRADE (Mário). A Nau Catarineta. nº 82, pág. 504, 1941.
- ANTUNES (De Paranhos). O Combate de Rio Pardo. nº 64, pág. 257, 1936.
- ANTUNES (De Paranhos). O Centenário do Marechal de Ferro. nº 73, pág. 47, 1939.

- ARAÚJO (Landisláu C. de). Lições de Meteorologia. nº 67, pág. 59, 1937.
- ARAÚJO (Manoel do Monte R.). Pastoral Publicada em 1845. nº 95, pág. 7, 1944.
- AZAMBUJA (Darci)
- Conferência sobre o Barão de Santo Ângelo. nº 39/40, pág. 637, 1930.
 - Conferência sobre José Garibaldi. nº 46, pág. 229, 1932.
 - Discurso. Recepção no Seio do Instituto. nº 43/44, pág. 333, 1931.
 - Parecer sobre a História da Grande Revolução, de Alfredo Varela. nº 56, pág. 267, 1934.
 - Campos Salles. Conferência. nº 81, pág. 3, 1941.
 - O Brasil e a Companhia de Jesus. nº 85, pág. 5, 1941.
 - Discurso de saudação ao Exmº Sr. General João Batista Mascarenhas de Moraes. nº 102, pág. 159, 1946.
- AZAMBUJA (Manuel). Apontamentos para a História da Revolução de 1835-1845. nº 29/30, pág. 35, 1928.
- AZEVEDO (Armando Dias de)
- Notas sobre a Princesa Isabel. nº 3, pág. 445, 1921.
 - Bibliografia. nº 3, pág. 450, 1921; nº 8, pág. 533, 1922.
 - O Imperador D. Pedro II. Trabalho lido em sessão de 2 de dezembro 1925. nº 19/20, pág. 193, 1925.
 - O Conde D'Eu. Discurso. nº 86, pág. 261. c/foto.
 - Algumas Cartas do Conde D'Eu. nº 86, pág. 275, 1942.
 - A Independência do Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. nº 105/108, pág. 149, 1947.
- AZEVEDO (Thales de). Áreas Culturais do Rio Grande do Sul. Notas de Antropologia Social. nº 94, pág. 143, 1944.

B

- BAHLIS (Prof. Jorge)
- A Velhice da Terra. O Continente Americano. nº 48, pág. 176, 1932.
 - Discurso ao ingressar no Instituto. nº 48, pág. 253, 1932.
 - Civilizações Americanas. Antigüidades da Terra. nº 49/50, pág. 299, 1933.
- BALÉM (Mons. João Maria)
- A Jurisdição Eclesiástica sobre o Rio Grande do Sul. nº 47, pág. 3, 1922.
 - Prelados e Bispos no Brasil com Jurisdição sobre o Rio Grande do Sul. nº 48, pág. 228, 1932.
 - Dioceses Rio-Grandenses. nº 96, pág. 179, 1944.
- BARCELOS (Rubens). Discurso pronunciado por ocasião do ingresso no Instituto. nº 15/16, pág. 103, 1924.

- BARNASQUE (Clemenciano). Discurso ao ingressar no Instituto. nº 54, pág. 321, 1934.
- BASTIDE (Roger). Através da imprensa. Psicanálise do Cafuné. nº 80, pág. 455, 1940.
- BASTOS (M. E. Fernando). Pequeno Dicionário Histórico e Geográfico do Município de Osório. nº 67, pág. 85, 1937.
- BASTOS (M. E. Fernando). Notas e Apontamentos sobre a Cultura da Cana-de-Açúcar. nº 71, pág. 1938.
- BATISTA (Amaro). O Telégrafo Nacional no Rio Grande do Sul. nº 60, pág. 221, 1935.
- BATISTA (Amaro). Cabos telegráficos Submarinos e Subfluviais no Rio Grande do Sul. nº 61, pág. 59, 1936.
- BATISTA (Homero). Organização do 18º Distrito Telegráfico - 1º Rio Grande do Sul. nº 2, pág. 159, 1921.
- BELEM (João)
Campestre de Santo Antão. nº 19/20, pág. 219, 1925.
A Imprensa de Santa Maria. nº 48, pág. 184, 1932.
Os Alves Valença. nº 93, pág. 32, 1944.
- BELO (Com. Luís A. de O.)
Joaquim Silvério dos Reis. nº 84, pág. 358, 1941.
Oração proferida no Instituto Hist. e Geog. Brasileiro, em homenagem ao Gen. Emilio Fernandes de Sousa Doca. nº 103, pág. 283, 1946.
Diário de uma Excursão Eleitoral na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. nº 79, pág. 5, 1940. c/foto.
- BERLINK (Eudoro). Três Capítulos de uma Biografia Perdida do Duque de Caxias. nº 29/30, pág. 165, 1928.
- BERNARDI (Mansueto)
Bandeira Nacional e Bandeiras Estaduais. Conferência. nº 11/12, pág. 461, 1923.
Discurso realizado ao ser recebido no Instituto. nº 28, pág. 549, 1927.
Tobias da Silva. nº 32, pág. 591, 1928.
- BORGES FORTES (João)
O Tupi na Corografia do Rio Grande do Sul. nº 39/40, pág. 319, 1930.
Vocabulário.
A Frota de João de Magalhães. nº 53, pág. 63, 1934.
Povoamento inicial do Rio Grande. nº 55, pág. 123, 1934.
Cristóvão Pereira de Abreu. nº 43/44, pág. 131, 1931.
Troncos Seculares. nº 45, pág. 3, 1932.
Cartas. nº 45, pág. 153, 1932.
O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação do Rio Grande. nº 51, pág. 3, 1933.
Tratado de 1750 - Gomes Freire de Andrade. nº 81, pág. 27, 1941.
Antônio José Dias de Oliveira. nº 87/88, pág. 11, 1942.
Gomes Freire de Andrade. nº 87/88, pág. 97, 1942.

- A Estância. Discurso. nº 93, pág. 8, 1944.
 De Sertão a Estado. nº 62, pág. 139, 1936.
 Francisco Pinto Bandeira. Biografia. nº 69, pág. 3, 1938.
 Pelos Caminhos do Rio Grande do Sul. nº 72, pág. 203, 1938.
 O Levante dos Dragões do Rio Grande. nº 74, pág. 217, 1939.
 BRAGA (Antônio R. F.). Registro de Correspondência Oficial. nº 33/34, pág. 137, 1929.
 BRASIL (F. Assis). Uma Publicação Clandestina. nº 55, pág. 147, 1934.
 BRAVO (M. Pinto). Do Curso de História Naval para a História do Rio Grande do Sul. nº 45, pág. 133, 1932.
 BRITO (Antônio E. de M.). Correspondência Ativa. nº 36, pág. 611.
 BRITO (Francisco Sá). Memórias sobre a Revolução de 20 de Setembro de 1835. nº 21/22, pág. 163, 1926.
 BROWN (Gustavo Henrique). Defesa e Relatório do Marechal Gustavo H. Brown, perante o Conselho de Guerra. nº 21/22, pág. 196, 1926.
 BULÇÃO (Soares). Plácido de Castro. nº 80, pág. 341 e 353, 1940.

C

- CABRAL (Oswaldo). A Ilha de Santa Catarina. Prefácio do Livro de *Nossa Senhora do Desterro*. nº 80, pág. 331, 1940.
 CAETANO (Álvaro)
 A Margem da Educação Nacional. nº 94, pág. 176, 1944.
 Município de Arroio Grande. nº 96, pág. 237, 1944.
 Em Torno da Revolução Farroupilha. nº 97, pág. 66, 1945.
 CAILLET-BOIS. Plano das Marchas das Tropas Espanholas no Rio Grande do Sul. nº 85, pág. 23, 1941.
 CALDAS (Jaci Tupi)
 Discurso de Recepção. nº 60, pág. 253, 1935.
 Paleontologia do R. G. do Sul. nº 62, pág. 243, 1936.
 Aspectos Geomorfológicos do Estado do Rio Grande do Sul. nº 70, pág. 253, 1938.
 Nota Paleontológica. Fóssil de Iraí. nº 72, pág. 321, 1938.
 Nota Paleontológica. Fóssil de Farroupilha. nº 73, pág. 63, 1939.
 Estado do Rio Grande do Sul. Síntese Geográfica. nº 74, pág. 169, 1939.
 Duas Proposições. nº 75, pág. 151, 1939.
 Litogrifos de São Pedro. nº 76, pág. 279, 1939.
 Geografia Histórica. Toponímia do Brasil. nº 77, pág. 143, 1940.
 Geografia Histórica Rio Uruguai. nº 78, pág. 303, 1940.
 Geografia Histórica. Ensaio Toponímico. nº 79, pág. 175, 1940.
 Toponímia Tupi-Guarani. nº 83, pág. 5, 1941.
 Etnologia Sul-Rio-Grandense. Esboço Fundamental. nº 86, pág. 303, 1940.
 CALDAS (Antônio Tupi Ferreira). Exploração do Rio das Mortes. nº 81, pág. 157, 1940.

CALAGE (Fernando)

- O trabalho, a honra e o civismo na vida de Mauá. nº 47, pág. 129, 1932.
César de Castro - O homem e a obra. nº 49/50, pág. 171, 1933.
A Revolução dos Farrapos e os Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo (Província). nº 56, pág. 179, 1934.
Evocação do Rio Grande. nº 59, pág. 7, 1935.
Historiadores do Rio Grande. nº 72, pág. 291, 1938.
Epistolário de César de Castro. nº 75, pág. 91, 1939; nº 83, pág. 131, 1941.
Os Farrapos na Poesia Popular Gaúcha. nº 78, pág. 189, 1940.

CALAGE (Roque)

- Osório (A Batalha de Tuiuti). nº 3/4, pág. 528, 1921.
A Imprensa e a Independência do Brasil. nº 8, pág. 413, 1922.
Discurso saudando o Dr. Rubens Barcelos ao ingressar no Instituto. nº 15/16, pág. 103, 1924.
Lendas Rio-Grandenses. nº 17/18, pág. 257, 1925.
Vocabulário Gaúcho. nº 17/18, pág. 263, 1925.

CALDEIRA (Manuel A. S.). Apontamentos para a História da Revolução de 1835-45. nº 27, pág. 345, 1927.

CÂMARA (Jaime A.). O Momento de Varnhagen. nº 85, pág. 187, 1942).

CÂMARA (Rinaldo Pereira da)

- Homenagem ao Marechal Visconde de Pelotas. nº 77, pág. 138, 1940.
Nun'Alvares e a Vocação de Portugal. Conferência. nº 80, pág. 429, 1940.
Aquadabã Perante a História. nº 101, pág. 31, 1946.

CARLI (José). Cinquentenário da morte de José Garibaldi. nº 46, pág. 215, 1932.

CARVALHO (Estêvão Leitão de). Discurso pronunciado ao ser recebido no Instituto. nº 84, pág. 290, 1941.

CARVALHO (Mário Teixeira de). Discurso ao ser recebido no Instituto. nº 68, pág. 263, 1937.

CARVALHO (Mário Teixeira de). Catálogo de Inventários - Alegrete. nº 80, pág. 165, 1940; nº 81, pág. 165, 1941.

CASADO (Plínio). Discurso - Comemoração Cívica da Herma do Gen. José Gomes de Vasconcelos Jardim. nº 1, pág. 55, 1921.

CHAVES (Antônio J. G.). Memórias Econômico-Políticas. nº 6/7, pág. 149, 1922.

CIDADE (Francisco de). As Comemorações Relativas à Batalha do Passo do Rosário e o Discurso do Gen. Uriburu. nº 28, pág. 541, 1927.

COLOR (Lindolfo). A História e o Instituto Histórico. nº 1, pág. 3, 1921.

COLOR (Lindolfo). Discurso. Comemoração da Herma do Gen. José Gomes Jardim. nº 1, pág. 49, 1921.

CORREA Fº (Virgílio). Aurélio Porto. nº 100, pág. 139, 1945.

CORUJA (Antônio A. Pereira). Antigualhas. Reminiscências de Porto Alegre (reimpressão). nº 105/108, pág. 165, 1947.

COSTA (Adroaldo Mesquita da)

- Batalha do Riachuelo. nº 3/4, pág. 540, 1921.

- Conferência. A Convocação da Assembléia Brasileira. nº 8, pág. 431, 1922.
- Discurso, saudando o novo consócio Mansueto Bernardi. nº 28, pág. 555, 1927.
- O Proto-Mártir da Civilização do Rio Grande do Sul. nº 32, pág. 597, 1928.
- Recepção ao sr. Otelo Rosa, no seio do Instituto. nº 39/40, pág. 607, 1930.
- Discurso aos novos sócios, Dr. Leonardo Macedônia e Walter Spalding. nº 48, pág. 268, 1932.
- O Dia Pan-Americano. nº 64, pág. 251, 1936.
- Elogio de Antão de Faria e José Artur Boiteux. nº 64, pág. 275, 1936.
- Discurso pronunciado ao ser recebido no Instituto o Padre Luís Gonzaga Jaeger S.J. nº 68, pág. 321, 1937.
- Conferência pronunciada em Comemoração ao Dia da Bandeira. nº 68, pág. 331, 1937.
- Tradução da *Viagem ao Rio Grande do Sul*, por Augusto de Saint-Hilaire. nº 5, pág. 124, 1922; nº 8, pág. 509 1922; nº 13/14, pág. 149, 1924; nº 17/18, pág. 273, 1925; nº 21/22, pág. 295, 1926.
- COUTINHO (André Ribeiro). Documentos. nº 64, pág. 237, 1936.
- COUTINHO (André Ribeiro). Carta a Gomes Freire de Andrade. nº 103, pág. 299, 1946.
- COUTO (Carlos de Paula)
- Os Desdentados Fósseis Gravigrados. nº 66, pág. 305, 1937.
- Um Grande Proboscídiano Extinto: O Mamute. nº 69, pág. 145, 1938.
- A Paleontologia no Brasil. nº 71, pág. 113, 1938.
- Paleontologia no Rio Grande do Sul. nº 75, pág. 29, 1939; nº 76, pág. 207, 1939; nº 77, pág. 3, 1940.
- Mamíferos Fósseis do Brasil (Marsupialia e Chiroptera). nº 83, pág. 87, 1941.
- Discurso pronunciado ao ser recebido no Instituto. nº 84, pág. 249, 1941.
- Mamíferos Fósseis do Brasil. nº 89, pág. 27; nº 91/92, pág. 105, 1943; nº 100, pág. 245, 1945; nº 105/108, pág. 95, 1947.
- Introdução de *Lance de Vista sobre as Espécies Extintas de Mamíferos do Brasil*, por Peter W. Lund. nº 96, pág. 208, 1944.
- Mamíferos Fósseis do Brasil (Edentata). nº 109/112, pág. 213, 1948.

D

- DEFONTAINES (Pierre). A População Branca no Brasil. nº 82, pág. 499, 1941.
- DUARTE (Dioclécio). Nisia Floresta e o Sentimento Nacional. nº 84, pág. 337, 1941.
- DUARTE (Eduardo)
- Ofícios de Bento Manuel Ribeiro. nº 17/18, pág. 5; nº 19/20, pág. 57, 1925. c/foto.

Os Canhões de Garibaldi. nº 27, pág. 463, 1927.
 Fundação de São Sepé. nº 37, pág. 133, 1930.
 Poetas da Grande Revolução. nº 43/44, pág. 187, 1931.
 Os Primórdios da Grande Revolução. Palestra. nº 45, pág. 69, 1932.
 Garibaldi, Rosseti e Zambecari. nº 46, pág. 279, 1932.
 Comunicação. Centenário da Navegação a Vapor no Rio Grande do Sul.
 nº 48, pág. 293, 1932.
 Relatório apresentado ao Presidente do Instituto. nº 56, pág. 313, 1934.
 Conferência sobre o 7 de Setembro. nº 72, pág. 267, 1938.
 O Instituto Histórico Brasileiro. nº 72, pág. 273, 1938.
 Discurso pronunciado por ocasião do ingresso, no Instituto, do Dr. Marino Joseti de Almeida. nº 96, pág. 121, 1944.
 Necrologia do General Sousa Doca. nº 98, pág. 157, 1945.
 Retrospecto da Vida do Instituto. nº 99, pág. 13, 1945.
 O 27º Aniversário do Instituto. nº 105/108, pág. 9, 1947.
 O Visconde de São Leopoldo. nº 105/108, pág. 133, 1947.
 A Eucaristia e o Sentimento Religioso no Velho Rio Pardo. nº 105/108,
 pág. 209, 1947.

DUARTE (Manuel)

Conferência no Instituto. Discurso em sua recepção. nº 60, pág. 239,
 1935.
 Lagoa dos Barros ou do Barros. nº 65, pág. 171, 1937.
 O Velho Epistolário. nº 74, pág. 241, 1939.
 Discurso. Saudação ao Cel. Sousa Doca. nº 76, pág. 305, 1939.
 A irrupção de 1779, em Los Pinares. nº 80, pág. 325, 1940.
 João Manuel de Lima e Silva. nº 83, pág. 3, 1941.
 Transadores e Retirantes (Nordeste Missioneiro). nº 83. pág. 171, 1941;
 nº 93, pág. 55, 1944; nº 94, pág. 168, 1944.
 O Menino Diabo. nº 86, pág. 297, 1942.
 Rodrigues de Jesus (Domínios e Traços Genealógicos do Povoador). nº
 90, pág. 169, 1943.
 Origem dos "Ausentes". nº 91/92, pág. 11, 1943.
 Lenda Sacrílega. nº 91/92, pág. 141, 1943.
 Nimigalhas Toponímicas. nº 93, pág. 66, 1943.
 Os Dois Padrões na Conquista das Duas Últimas Baqueiras. nº 94, pág.
 173, 1944.
 Documentos. (Copiados e anotados, por). nº 94, pág. 194, 1944.
 Centenário de Apolinário Porto Alegre. nº 95, pág. 83, 1944.
 Relatório. nº 95, pág. 98, 1944.
 A Conquista da Terra e a Iniciação Pastórica no Planalto nos Fundos
 de Baqueira de Los Pinares. nº 96, pág. 191, 1944.
 Sesmarias Memoráveis (Santo Antônio das Lombas). nº 96, pág. 205,
 1944.

- Velhos Documentos Rio-Grandenses - cópias. nº 97, pág. 33, 1945; nº 94, pág. 194, 1944; nº 91/92, pág. 156, 1943; nº 97, pág. 33, 1945.
- Veredas Planaltanas. nº 97, pág. 75, 1945.
- Dois Estudos Farroupilhas - I, O Cruzeiro Planaltino - II, Santa Vitória. nº 98, pág. 218, 1945.
- Tentativa Emancipacionista. nº 98, pág. 237, 1945.
- Dois Ofícios de Alfonso Mabilde. nº 98, pág. 242, 1945.
- Relação das Diretorias do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 99, pág. 21, 1945.
- Discurso. 1º Centenário do falecimento de Francisco Alvares Machado e Vasconcelos. nº 102, pág. 175, 1946.
- Colônia de Cazeros. nº 103, pág. 305, 1946.
- DUTRA (Viriato). Terra em que nasceu Júlio de Castilhos. nº 83, pág. 85, 1941.
- DUVAL (Paulo). Apontamentos sobre o Teatro no Rio Grande do Sul e Síntese Histórica do Teatro 7 de Abril de Pelotas que Serviu de Quartel dos Farrapos. nº 97, pág. 37, 1945.

E

ERICKSEN (Nestor)

- A Origem da Imprensa no Rio Grande do Sul. nº 81, pág. 15, 1941.
- Discurso pronunciado ao ser recebido no Instituto - Negro no Rio Grande do Sul. nº 84, pág. 258, 1941.

F

FABRÍCIO (José de Araujo)

- Genealogia - O Sesmeiro de Nossa Senhora das Candeias e sua Descendência. nº 97, pág. 86, 1945.
- Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo. nº 105/108, pág. 229, 1947.
- A Nobre Ascendência de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos. nº 109/112 (148), pág. 255.

FARIA (Otávio Augusto de). Vide:

- Dicionário Geográfico, Histórico e Etnográfico do Rio Grande do Sul nº 1, pág. 68, 1921.
- Anais do Município de Estrela. nº 1, pág. 92, 1921.

FELIZARDO (Jorge Godofredo)

- Esboço Biográfico de Antônio Simões Pires. nº 39/40, pág. 453, 1930.
- Discurso pronunciado ao ingressar no Instituto nº 84, pág. 282, 1941.
- O Patriarca do Rio Grande do Sul. Secção de Estudos Genealógicos. nº 94, pág. 206, 1944.

Relatório da VII Sessão Ordinária da Assembléia Geral de Geografia.
nº 103, pág. 265, 1946.

FONTOURA (Antônio Vicente da)

Documentos sobre o Decênio Farroupilha. nº 95, pág. 78, 1944.

Apontamentos para a História da Revolução de 1835. nº 32, pág. 495,
1928.

O Diário. nº 54, pág. 177 e nº 55, pág. 3, 1934.

FONTOURA (Edgar). José da Silva Paes. nº 65, pág. 43, 1937.

FORTES (Amir Borges). Vide:

O Primeiro Assalto à Colônia do Sacramento. nº 78, pág. 219, 1940.

Tiradentes. nº 87/88, pág. 87, 1942.

FREITAS (Leopoldo)

Senador Florêncio de Abreu. nº 3, pág. 307, 1921.

Barão do Triunfo. nº 48, pág. 165, 1932.

Centro Gaúcho, em São Paulo. nº 49/50, pág. 161, 1933.

Conde de Porto Alegre. Biografia. nº 52, pág. 143, 1933.

Políticos Rio-Grandenses: Conselheiro Antônio Eleutério de Camargo.
nº 54, pág. 293, 1934.

Múcio Teixeira na Literatura Nacional. Palestra. nº 56, pág. 189, 1943.

Memorável Centenário. nº 57, pág. 3, 1935.

Tradição Histórica. nº 59, pág. 97, 1935.

Cientista Brasileiro: Artur Caetano da Silva. nº 61, pág. 121, 1936.

O Almirante Marquês de Tamandaré. nº 62, pág. 277, 1936.

Marechal Salustiano. Dados Biográficos. nº 63, pág. 59, 1936.

FREITAS (Luís Gomes de). Reminiscências da Campanha. A Carretinha. nº
114/120, pág. 238, 1950.

G

GARCIA (Rodolfo) Narrativa de uma Viagem ao Brasil. nº 83, pág. 191, 1941.

GAY (Con. João Pedro). Invasão do Paraguai na Fronteira Brasileira do
Uruguai. nº 1, pág. 17; nº 2, pág. 220; nº 3, pág. 383, 1921. nº 5, pág. 103,
1922 e nº 9/10, pág. 227, 1923.

GODÓI (Manuel Pereira). Análises Químicas das Tintas Usadas na Cerâ-
mica pelos Extintos Indígenas da Cachoeira de Emas - Rio Mogi Gua-
çu nº 102, pág. 241, 1946.

GOES (Fernando). Sobre o Negro no Brasil. nº 83, pág. 197, 1941.

GOMES (João Luís). Revolução Farroupilha. Documentos. nº 33/34, pág. 235,
1929.

GOULART (Jorge Salis). Formação da Mentalidade Rio-Grandense. nº 39/
40, pág. 539, 1930.

GOICOCHEA (L. F. de Castilhos)

A Pátria do Gaúcho. nº 57, pág. 119, 1935.

- A Figura Singular do Tenente-General Conde de Porto Alegre. nº 69, pág. 127, 1938.
- República Rio-Grandense. nº 71, pág. 49, 1938.
- Plácido de Castro. nº 74, pág. 149, 1939.
- Plácido de Castro. O derradeiro bandeirante. nº 77, pág. 89, 1940.
- A Elegância do Conde de Porto Alegre. nº 79, pág. 231, 1940.
- Maragatos e Gaúchos. nº 85, pág. 193, 1942.
- A Formação Territorial do Brasil. nº 87/88, pág. 57, 1942.
- Preito de Saudade. nº 90, pág. 175, 1943.
- Alcides Maia. Conferência. nº 105/108, pág. 185, 1947.
- GUIDO (Ângelo)**
- O Mito das Icamiabas. nº 65, pág. 125, 1937.
- O Mistério das Pedras Verdes. nº 66, pág. 191, 1937.
- A Religião dos Nossos Índios. nº 67, pág. 3, 1937.
- Discurso ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 72, pág. 299, 1938.
- Centenário do Visconde de Taunay. nº 83, pág. 6, 1943.
- GUIMARÃES (João Pinto)**
- Alexandre de Magalhães. Notas Genealógicas. nº 109/112, pág. 181, 1948.
- João de Magalhães e sua Descendência. nº 117/120, pág. 243.
- Apolinário José Gomes. nº 117/120, pág. 253, 1950.
- GUSMÃO (Clóvis)**
- Pelos Sertões do Brasil. nº 81, pág. 194, 1941.
- Novos Rumos dos Estudos Indígenas. nº 83, pág. 183, 1941.

H

- HAFKEMEYER, S.J. (Padre João Batista)**
- Dona Carlota. nº 1, pág. 99, 1921.
- O Descobrimento do Brasil. nº 2, pág. 211, 1921.
- A Costa do Brasil Austral na Cartografia dos Séculos 16-18. nº 3, pág. 399, 1921.
- Batalha de Tuiuti (Trabalho sobre). nº 3/4, pág. 534, 1921.
- Uma Contribuição ao Estudo da Cartografia Americana. nº 3/4, pág. 572, 1921.
- Livros Novos (Trabalho lido na última sessão do ano). nº 3/4, pág. 576, 1921.
- História dos Jesuítas no Ministério do Marquês de Pombal, de Cristóvão Teófilo Murr. nº 9/10, pág. 3, 1923.
- Manuel Marques de Sousa (Conde de Porto Alegre). nº 11/12, pág. 580, 1923.
- A Conquista Portuguesa no Rio Grande do Sul. nº 29/30, pág. 199, 1928.
- A Primitiva Igreja do Rio Grande do Sul. nº 35, pág. 301, 1929.

J

JAGER, S.J. (Padre Luís Gonzaga)

A Localidade de Caaró. nº 49/50, pág. 201, 1933.

A Tragédia do Pirapó. nº 61, pág. 3, 1936.

Discurso ao ser recebido no Instituto -O Clero e a Emancipação Política do Brasil. nº 68, pág. 299, 1937.

Tricentenário da Batalha de Mbororé. nº 85, pág. 27, 1942.

Divisão Eclesiástica do Rio Grande do Sul. nº 87/88, pág. 79, 1942.

A Identificação do Lugar onde Foi Martirizado em 26-IV-1635 o Venerável Padre Cristóvão de Mendonza, S.J. nº 87/88, pág. 117, 1942.

História da Introdução do Gado no Rio Grande do Sul - Cristóvão de Mendonza ou Manuel Ribeiro? nº 90, pág. 217, 1943.

JACQUES (Paulino)

A Assembléia dos Deportadores. nº 64, pág. 167, 1936.

Através da imprensa. As ambições políticas de D. Carlota Joaquina de Bourbon. nº 79, pág. 227, 1940.

A Conquista de Alegrete. Capítulos da Guerra dos Farrapos. nº 81, pág. 117, 1941.

K

KREBS (Carlos Galvão). Arquitetura e Estatuária das Missões. nº 99, pág. 30, 1945.

L

LAYTANO (Dante de)

Monumentos Históricos e Artísticos de Rio Pardo. nº 46, pág. 181, 1932.
c/div. fotos.

Os Africanismos do Dialeto Gaúcho. nº 62, pág. 167, 1936.

Discurso ao ser recebido no Instituto. nº 64, pág. 285, 1936.

O Negro e o Espírito Guerreiro nas Origens do Rio Grande do Sul. nº 65, pág. 95, 1937.

Litígio com Santa Catarina. nº 66, pág. 275, 1937.

Discurso saudando o Dr. Mário Teixeira de Carvalho ao ser recebido no Instituto. nº 68, pág. 291, 1937.

Nota sobre a Revista. nº 79, pág. 3, 1940.

Notícia Breve da Pecuária no Rio Grande do Sul, no Século XVIII. nº 100, pág. 262, 1945.

Discurso pronunciado em 5 de agosto de 1941, por ocasião de serem recebidos os sócios Nestor Ericksen e Carlos de Paula Couto. nº 101, pág. 143, 1945.

- LEITE (Duarte). Portugueses na América Boreal antes de Colombo. nº 79, pág. 236, 1940.
- LEITE (P. Serafim). Primeiro Documento Importante Jurídico-Moral Escrito no Brasil (1567), por Manuel da Nóbrega. nº 82, pág. 518, 1941.
- LEITÃO (Montauray de A.). Discurso de homenagem a José Gomes de Vasconcelos Jardim. nº 1, pág. 47, 1921.
- LIMA (Afonso G.)
- Alfredo Clemente Pinto. nº 102, pág. 170, 1946.
- Aquiles Porto Alegre. Conferência. nº 109/112, pág. 146, 1948.
- Pequeno Dicionário Toponômico do Rio Grande do Sul. Letras "A" e "B", nº 113/116, pág. 469; e letras "C a M", nº 117/120, pág. 283, 1949 e 1950.
- LIMA (Josino S.)
- Cruz Alta. nº 43/44, pág. 91, 1931; nº 48, pág. 147, 1932; e nº 57, pág. 137, 1935.
- Pinheiro Machado. Dados biográficos. nº 49/50, pág. 189, 1933.
- LIMA (José I. de A.)
- Notas sobre o Rio Grande do Sul. nº 101, pág. 129, 1946.
- LINS (Alberto J. do R.).
- Discurso sobre o 1º Aniversário do Instituto. nº 3/4, pág. 558, 1921.
- O Manifesto do Príncipe às Nações. Conferência. nº 8, pág. 449, 1922.
- O Centenário da Confederação do Equador. nº 15/16, pág. 93, 1924.
- LOPES (Domingos de C.) O Primitivo Nome do Brasil. nº 35, pág. 363, 1929.
- LUND (W. Peter)
- Lance de Vista sobre as Espécies Extintas de Mamíferos do Brasil. Introdução de Carlos de Paula Couto. nº 96, pág. 209, 1944.
- Novas Pesquisas sobre a Fauna Fóssil do Brasil. nº 103, pág. 251, 1946.
- LUZ (João José da). A Retirada da Laguna. nº 36, pág. 499, 1929.

M

MACEDÔNIA (Leonardo)

- A Justiça de Segunda Instância no Rio Grande do Sul. Esboço Histórico no Brasil-Império e no Brasil-República. nº 42, pág. 345, 1931.
- Discurso por ocasião de ser recebido no Instituto. nº 48, pág. 273, 1932.
- Discurso ao empossar-se na Presidência do Instituto. nº 64, pág. 269, 1936.
- Discurso Comemorativo do 21º Aniversário do Instituto. nº 84, pág. 245, 1941.
- Notícia sobre a Organização Política, Administrativa e Judicial do Rio Grande do Sul. nº 90, pág. 159, 1943.
- Aniversário da Morte de Júlio de Castilhos. nº 64, pág. 315, 1936.

- Conferência. 1º Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. nº 72, pág. 283, 1938.
- Comemoração do Centenário Farroupilha. nº 59, pág. 13, 1935.
- Conferência. nº 60, pág. 257, 1935.
- Discurso do 16º Aniversário da Fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 64, pág. 269, 1936.
- Discurso. Sessão de Aniversário. nº 76, pág. 313, 1939.
- A Obra da Constitucionalização do Brasil. nº 93, pág. 40, 1944.
- MAGALHÃES** (Manuel A.). Almanaque da Vila de Porto Alegre. Conferência sobre o Estado da Capitania do Rio Grande do Sul. nº 79, pág. 51, 1940.
- MAIA** (João)
- A Independência. Conferência. nº 8, pág. 461, 1922.
- Regionalismo em confronto (Excerto de um Estudo Inédito). nº 19/20, pág. 183, 1925.
- Aquiles P. Alegre. Biografia. nº 21/22, pág. 5, 1926.
- Tiradentes. nº 21/22, pág. 156, 1926.
- Parecer da Comissão de História Sobre a Admissão de Jorge Salis Goulart. nº 33, pág. 617, 1928.
- Poetisas Rio-Grandenses. Conferência. nº 47, pág. 13, 1932.
- Discurso saudando o Sr. Jorge Bahlis, novo associado do Instituto. nº 48, pág. 249, 1932.
- Discurso. Monumento ao General Osório. nº 52, pág. 261, 1933.
- MAIA** (Aldices). Discurso. nº 54, pág. 321, 1934. Recepção aos novos sócios.
- MARTINS** (João de Deus)
- Sociedade Gaúcha. nº 19/20, pág. 13, 1925.
- Arquivo de Frutoso Rivera e Bento Manuel. nº 21/22, pág. 141, 1926.
- Arquivo. Batalha do Passo do Rosário. nº 25/26, pág. 259, 1927.
- Arquivo. Um pouco de abá-ñeên. nº 28, pág. 487, 1927.
- MAZERON** (Gaston H.)
- Discurso. nº 54, pág. 321, 1934. Recepção de novos sócios.
- Aquiles Porto Alegre. nº 101, pág. 139, 1946.
- MELO** (Tancredo F. de). O Manifesto do Príncipe aos Brasileiros. nº 8, pág. 439, 1922.
- MÉRCIO** (Bayard de T.). Os Principais Fatos do Município de Taquara. nº 81, pág. 137, 1940.
- MONTEIRO** (Antenor de O.)
- Os Homens do Segundo Vilamento do Rio Grande do Sul. nº 105/108, pág. 123, 1947.
- Apontamentos sobre Mendanha e o Hino de 35. nº 58, pág. 311, 1935.
- As Ordens Terceiras de São Francisco e do Carmo. nº 93, pág. 76, 1944.
- Os Homens do Segundo Vilamento do Rio Grande. nº 105/108, pág. 123, 1947.

MONTEIRO (J. C. R.)

Documentos Sobre a Marcha Feita por Gomes Freire de Andrade. nº 70, pág. 173, 1938.

As Primeiras Reduções Jesuíticas no Rio Grande do Sul. nº 73, pág. 15, 1939.

Expedição de Gomes Freire de Andrade. nº 65, pág. 75, 1937. Documentos.

MORAES (Luís Carlos)

Um trabalho de Teodoro Sampaio. nº 89, pág. 17, 1943.

Subsídios para a História da Introdução do Cavalo no Rio Grande do Sul. nº 91/92, pág. 173, 1943.

Oração proferida na Semana de Tiradentes no Instituto. nº 102, pág. 164, 1946.

O Vento Minuano. nº 105/108, pág. 197, 1947.

MORAES (Melo). Um Episódio na História da Rebelião de 1824, em Pernambuco. nº 15/16, pág. 217, 1924.

MURR (Cristóvão F. de). História dos Jesuítas no Ministério do Marquês de Pombal (Nova edição correta), pelo Padre J. B. Hafkemeyer S.J. nº 9/10, pág. 3, 1923.

MURY, S.J. (Padre Paulo). História de Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus. nº 80, pág. 295, 1940; nº 81, pág. 35, 1941.

N

NÓBREGA (Padre Manuel da). Primeiro Documento Importante Juridico-Moral Escrito no Brasil (1567). nº 82, pág. 518, 1941.

NOGUEIRA (Alfredo B.). Carta de D. Feliciano. nº 1, pág. 155, 1921.

O

OLIVEIRA (Alberto de). Portugal e a Academia de Itália. nº 80, pág. 471, 1940.

OLIVEIRA (Francisco A. X. e). Passo Fundo na Revolução de 1835. nº 93, pág. 96, 1944.

OLIVEIRA (J. J. Machado de). Recordações Históricas que se Prendem Especialmente à Campanha de 1827, na Guerra Havida entre o Brasil e a Argentina. nº 25/26, pág. 275, 1927.

OLIVEIRA (João Pereira de). Pelo Povo Gaúcho. nº 37, pág. 121, 1930.

OLIVEIRA (Vicente L. d'). Apontamentos para a História de 1835-1845. nº 33/34, pág. 65, 1929.

ORNELAS (Manoelito de). Saudação ao novo consócio Sr. Ângelo Guido. nº 72, pág. 311, 1938.

OSÓRIO (Fernando). Os Traços Eternos do Rio Grande do Sul. nº 28, pág. 561, 1927.

OSÓRIO (Fernando)

Dragões (Legenda dos). nº 32, pág. 557, 1928.

Um Gaúcho Brasileiro. nº 39/40, pág. 557, 1930.

A Flama Garibaldina. nº 46, pág. 257, 1932.

A Ciência da Justiça e o Problema do Novo Direito. nº 49/50, pág. 303, 1933.

Ferreira Viana. nº 47, pág. 75, 1932.

Monumento ao General Osório. Discurso. nº 52, pág. 261, 1933.

A Graça e o Lirismo Heróico dos Farrapos. nº 57, pág. 73, 1935.

Os Supremos Objetivos da Jornada de 35. nº 59, pág. 25, 1935.

Balanças & Drogas. nº 63, pág. 31, 1936.

O Destino do Rio Grande e o Seu Patriarca. nº 65, pág. 67, 1937.

P

PADTBERG, S.J. (A). A Superfície do Brasil. nº 11/12, pág. 307, 1923.

PALHA (J. E. Garcez). Efemérides Navais Relativas à Revolução Farroupilha. nº 95, pág. 54, 1944.

PALOMEQUE (Alberto). A Convenção Preliminar de Paz de 1828. nº 35, pág. 455, 1929.

PANATIÉRI (Raul). Contribuição ao Estudo dos Problemas de Alimentação no Rio Grande do Sul. nº 85, pág. 55, 1942.

PARANHOS (J. M. da S.)

Esboço Biográfico do General José de Abreu - Barão do Cerro Largo. nº 98, pág. 164, 1945.

Efemérides Farroupilhas. nº 95, pág. 19, 1944.

PATEE (Richard). Três Figuras da América. nº 79, pág. 73, 1940.

PAUWLES, S.J. (P. Geraldo)

A Extensão Territorial do Rio Grande do Sul e o Atlas do Brasil do Barão Homem de Mello. nº 2, pág. 209, 1921.

A Superfície do Brasil. nº 11/12, pág. 307, 1923.

Algumas Notas Sobre a Gênese dos Números para as Áreas do Brasil e Seus Estados. nº 15/16, pág. 23, 1924.

Contribuição para o Estudo dos Conceitos Limites e Fronteiras. nº 17/18, pág. 61, 1925.

O Conceito da Região Natural e uma Tentativa de Estabelecer as Regiões Naturais do Brasil. nº 21/22, pág. 9, 1926.

Descrição Geográfica e Histórica da Divisão Litigiosa entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. nº 23/24, pág. 321, 1926.

Trecho Duvidoso dos Limites entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. nº 33/34, pág. 271, 1929.

- PAES (Elpídio). Alguns Aspectos da Fonética Sul-Rio-Grandense. nº 68, pág. 165, 1937.
- PEREIRA (Jacinto R. S.). Memórias e Reflexões Sobre o Rio da Prata. nº 42, pág. 213, 1931.
- PEREIRA (João Batista R.). Apontamentos. nº 29/30, pág. 72, 1928.
- PEREIRA (Miguel). Discurso Sobre o 14 de Julho. nº 3/4, pág. 546, 1921.
- PEREIRA (Querino N). Contribuição ao Estudo de uma Toponímia Tupi-Guarani. nº 74, pág. 249, 1939.
- PÉREZ (Carlos E. Grez). La Revolución de los Farroupilhas. nº 70, pág. 209, 1938.
- PEIXOTO (Silveira). Lewis Hanke. nº 84, pág. 352, 1941.
- PINHEIRO (José Feliciano). Memórias. nº 5, pág. 3, 1922. c/foto.
- PINTO (A. D.)
- A Influência das Revoluções Pernambucanas de 1817 e 1824, na República de Piratini. nº 38, pág. 305, 1930.
 - Vocábulos Indígenas na Geografia Rio-Grandense. nº 39/40, pág. 531, 1930.
 - Hidrografia do Estado do Rio Grande do Sul. nº 47, pág. 53, 1932.
 - O Município de São Jerônimo. nº 45, pág. 43, 1932.
- PINTO (Ariosto). A Epopéia Farroupilha. nº 36, pág. 557, 1929.
- PIRASSINUNGA (Adalton S.). O Ensino Militar no Brasil. nº 89, pág. 55, 1943.
- PONTES (Eloy). Através da Imprensa - O Mundo das Letras. nº 81, pág. 185, 1941.
- PONTES (Rodrigo). República Rio-Grandense (Subsídios para a História). nº 11/12, pág. 397, 1923.
- PORTO (Aurélio)
- A Conquista das Missões e os Cachoeirenses. nº 1, pág. 8, 1921.
 - A Real Feitoria do Linho Cânhamo (Notas para a História da Agricultura no Rio Grande do Sul). nº 8, pág. 439, 1922.
 - Artur Candal. nº 15/16, pág. 11, 1924.
 - Coronel João Daniel Hillebrand. nº 15/16, pág. 113, 1924.
 - General João de Deus Martins. Biografia. nº 19/20, pág. 5, 1925. c/foto.
 - Cachoeira. nº 21/22, pág. 99, 1926.
 - O Regimento de Dragões do Rio Pardo, na expansão Geográfica do Rio Grande do Sul. Conferência. nº 23/24, pág. 605, 1926.
 - Um Capítulo da História Territorial do Rio Grande do Sul. nº 33/34, pág. 49, 1929.
 - Influência do Caudilhismo Uruguaio no Rio Grande do Sul. nº 35, pág. 371, 1929. Artigos e outros Vultos. c/foto.
 - São Sepé (Memórias Comemorativa do Centenário da Fundação). nº 37, pág. 141, 1930.
- PORTO (Aurélio)
- Simões Pires. Notas Genealógicas. nº 39/40, pág. 471, 1930.
 - Os Flores da Cunha. Notas Genealógicas. nº 39/40, pág. 597, 1930.

- Roque Calage. Necrologia. nº 42, pág. 209, 1931.
 O Coeficiente Lagunista na Formação Racial do Gaúcho. nº 43/44, pág. 169, 1931.
 O 20 de Setembro. Conferência. nº 45, pág. 51, 1932.
 Processo dos Farrapos. Reabilitação de Bento Gonçalves. nº 54, pág. 309, 1934.
 Farroupilha. nº 60, pág. 191, 1935.
 Discurso. João Belém. nº 60, pág. 211, 1935.
 Proclamação da República de Piratini. nº 64, pág. 301, 1936.
 Vila da Aclamação. nº 69, pág. 135, 1938.
 O Minuano na Toponomia Rio-Grandense. nº 71, pág. 103, 1938.
 Função Sócio-Geográfica do Gado Brasileiro. nº 78, 1944.
 General João Borges Fortes. Saudação. nº 93, pág. 27, 1944.
 PORTO (José M.). Biografia de José Gomes Portinho. nº 36, pág. 525, 1929.
 PORTO ALEGRE (Apeles). Discurso. nº 45, pág. 113, 1932.
 PORTO ALEGRE (Apolinário). Origem Guarano-Tupicas do Português Falado no Brasil. nº 3, pág. 461, 1921.
 PORTO ALEGRE (Manoel de A.). Autobiografia. nº 39/40, pág. 575, 1930.

Q

- QUINTANA (Milton). Centenário do Visconde de Taunay. nº 89, pág. 12, 1943.

R

RAMBO S.J. (Padre Balduino)

Aspecto do Brasil. Viagem de Estudos. nº 91/92, pág. 21, 1943.

Recepção. Sessão pública em que foi recebido no Instituto, pronunciando uma conferência sobre: O Caráter da Flora Rio-Grandense. nº 97, pág. 8, 1945.

RANGEL (F. Azambuja)

Ainda o Ataque de Porongo. nº 29/30, pág. 45, 1928.

Relatório Científico das Viagens de Estudos Etnográficos. nº 102, pág. 234, 1946.

REICHARDT (H. Canabarro)

Vida de David Canabarro. nº 56, pág. 213, 1934.

Literatura Farroupilha no Centenário. nº 60, pág. 203, 1935.

REIS (A. C. Ferreira). A Conquista do Acre. nº 83, pág. 141, 1941.

REIS (Coelho dos). Homenagem ao Visconde de Pelotas. nº 77, pág. 127, 1940.
 c/foto.

RHEINGANTZ (Carlos G.). Os Últimos Povoadores da Colônia do Sacramento. Notas Genealógicas. nº 113/116, pág. 329, 1949.

- RIBEIRO (Demétrio). O Republicanismo Gaúcho. nº 90, pág. 195, 1943.
- RIBEIRO (José de Araújo). A correspondência Ativa. nº 36, pág. 611.
- RIBEIRO (José Paulo). Uma Interrogação Histórica. nº 3, pág. 374, 1921.
A Revolução Rio-Grandense. nº 3/4, pág. 566, 1921.
Síntese da Poesia Popular Rio-Grandense Considerada como Fator Histórico. nº 13/14, pág. 11, 1924.
- ROCHA (Mons. Mariano). O 23 de Maio. Conferência. nº 8, pág. 421, 1923.
- RODRIGUES (Félix C.)
Discurso de recepção. nº 60, pág. 248, 1935.
Discurso saudando o dr. Dante de Laytano ao ingressar no Instituto. nº 64, pág. 295, 1936.
A Batalha do Fanfa. nº 64, pág. 327, 1936.
Discurso de Posse do General Valentim Benício da Silva. nº 91/92, pág. 177, 1943.
Crônica das Cavalhadas. nº 103, pág. 307, 1946.
- RODRIGUES (Eurico). Conferência. *Caxias*. nº 80, pág. 417, 1940.
- ROSA (Otelo)
Discurso proferido ao ser recebido no Instituto. nº 39/40, pág. 613, 1930.
Discurso proferido na recepção ao Dr. Darci Azambuja no seio do Instituto. nº 43/44, pág. 333, 1931.
Conferência. Homenagem a Garibaldi. nº 46, pág. 254, 1932.
O Litígio Pelotas - Rio das Contas. nº 49/50, pág. 153, 1933.
Apolinário Porto Alegre. nº 49/50, pág. 215, 1933.
David Canabarro. Dados Biográficos. nº 53, pág. 51; nº 56, pág. 241, 1934. c/foto.
Separatismo entre os Farrapos. Conferência. nº 56, pág. 253, 1934.
Parecer sobre a História da Grande Revolução de Alfredo Varela. nº 56, pág. 267, 1934.
A Idéia Republicana no Brasil. nº 76, pág. 195, 1939.
Floriano Peixoto. Conferência. nº 79, pág. 167, 1940.
Centenário da Revolução de 1842 e da Ação Pacificadora de Caxias. nº 86, pág. 287, 1942.
Taquari. nº 91/92, pág. 89, 1943.
Rio Pardo. nº 91/92, pág. 97, 1943.
O Barão de Rio Branco e a Guerra dos Farrapos. nº 95, pág. 17, 1944.
Centenário de Apolinário Porto Alegre. nº 95, pág. 83, 1944.
Documentos Sobre 1835 (Alguns). A Posse do Dr. Araújo Ribeiro. nº 96, pág. 162, 1942.
Gonçalves Dias e a Revolução de 1835. nº 96, pág. 170, 1944.
Rio Branco. nº 98, pág. 161, 1945.
Dr. Alcides Maia. Discurso. nº 99, pág. 3, 1945.
General Sousa Doca e Coronel Aurélio Porto. nº 100, pág. 123, 1945.
João Cândido Maia. Palestra. nº 100, pág. 145, 1945.

Bento Gonçalves da Silva. Conferência. nº 105/108, pág. 15, 1947.
 Graciano Alves Azambuja. Palestra. nº 105/108, pág. 141, 1947.
 7 de Setembro. nº 105/108, pág. 201, 1947. Discurso.
 O Partenon Literário. Conferência. nº 109/112, pág. 165, 1948.
 Notas Sobre a Evolução no Rio Grande do Sul. nº 109/112, pág. 175, 1948.
 Bandeira Rio-Grandense. Histórico. nº 117/120, pág. 271, 1950.
 Gomercindo Saraiva. Qual era a sua nacionalidade?. nº 109/112, pág. 209, 1948.

ROSCIO (Francisco J.)

Compêndio Noticioso (Copiado do Manuscrito), pelo Gen. João Borges Fortes. nº 87/88, pág. 29, 1942.
 Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro e Outros Documentos. nº 105/108, pág. 47, 1947.

RUSSOMANO (Vitor)

Um Episódio da Guerra dos Farrapos. nº 39/40, pág. 545, 1930.
 O Valor Mental da Assembléia Constituinte de 1823. nº 56, pág. 195, 1934.
 Adagiário Gaúcho. nº 69, pág. 47, 1938.

RUYER (Cláudio). Relação da Guerra e Vitória dos Aborígenes. nº 85, pág. 29, 1941.

S

SACCARELLO (Pedro C.)

Toponímia Gaúcha. nº 63, pág. 65, 1936; nº 66, pág. 317, 1937.
 A Região Serrana e Seu Povoamento. nº 74, pág. 225, 1939.

A Vila de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo. nº 86, pág. 381, 1942.

SAINT-HILAIRE (Augusto de). Viagem ao Rio Grande do Sul. nº 5, pág. 124, 1921; nº 8, pág. 509, 1922; nº 13/14, pág. 149, 1924; nº 17/18, pág. 273, 1925; nº 21/22, pág. 295, 1926. Tradução do Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

SAMPAIO (A. do Prado). Breves Notas Sobre a Fundação de Bagé. nº 96, pág. 173, 1944.

SAMPAIO (Teodoro). Interpretação de Alguns Nomes Tupis Usados na Geografia Nacional (Rio Grande do Sul). nº 89, pág. 20, 1943.

SANMARTIN (Olinto)

Discurso ao ser recebido no Instituto. nº 68, pág. 245, 1937.
 O Movimento Emancipador do Brasil. nº 72, pág. 255, 1938.
 Livros recebidos pelo Instituto. nº 84, pág. 385, 1941.
 Centenário do Visconde de Taunay. nº 89, pág. 10, 1943.
 Aspectos Econômicos da Velha Porto Alegre. nº 89, pág. 125, 1943.
 Alfredo Varela. nº 91/92, pág. 9, 1943.
 João Cândido Maia. nº 94, pág. 141, 1944.

- Dr. Alcides Maia. nº 95, pág. 3, 1944.
- SCHNEIDER (Edgar L.)
Em Torno da Independência. nº 100, pág. 165, 1945.
Panteão Rio-Grandense. nº 103, pág. 279, 1946.
- SCHRÖDER (Celso)
São Gabriel. nº 39/40, pág. 363, 1930.
A Campanha do Uruguai em 1811-1812. nº 53, pág. 115, 1934.
Batovi. nº 61, pág. 109, 1936.
Uma Instituição Benemerita - Maçonaria. nº 64, pág. 205, 1936.
O Decênio Farroupilha em São Gabriel. nº 71, pág. 55, 1938.
A Revolução Rio-Grandense de 1923. nº 78, pág. 233, 1940.
A Incursão de Honório Lemos em Missões. nº 81, pág. 127, 1941.
A Fundação de São Gabriel. nº 93, pág. 85, 1944.
Família Portugal em São Gabriel. nº 109/112, pág. 187, 1948.
- SEIDLER (Carlos). Dez Anos no Brasil (Zehn Jahre in Brasilien) Durante o Reinado de D. Pedro I, e Após o Seu Destronamento. nº 37, pág. 3, 1930.
- SERRANO (Antônio). Filiação Lingüística Serrana (Charrua). nº 61, pág. 103, 1936.
- SILVA (Gen. Bento G. da). Manifesto aos Rio-Grandenses. nº 29/30, pág. 145, 1928.
- SILVA (Florêncio C. A. e)
A Constituição e o Projeto de Constituição da República Rio-Grandense. nº 34, pág. 312, 1921.
Discurso sobre O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 3/4, pág. 555, 1921.
Recepção aos Srs. Gen. C. Rondon e Capistrano de Abreu. nº 8, pág. 538, 1922.
Discurso proferido no 3º aniversário do Instituto. nº 11/12, pág. 602, 1923.
Atas das Sessões do Partenon Literário. nº 13/14, pág. 197, 1924; 15/16, pág. 153, 1924.
Discurso pronunciado na sessão de aniversário do Instituto, em 5 de agosto de 1925. nº 19/20, pág. 225, 1925.
Discurso saudando o novo associado. A. Venturini. nº 48, pág. 263, 1932.
Silveira Martins, o Tribuno. Conferência. nº 100, pág. 149, 1945.
- SILVA (J. Francisco). La Expansión Imperial de Hespania. nº 39/40, pág. 569, 1930.
- SILVA (João Pinto da). José de Araújo Rigeiro. nº 45, pág. 59, 1932.
- SILVA (Joaquim G. da). Bento Gonçalves da Silva e outros. nº 36, pág. 515, 1929.
- SILVA (Luís Manuel de Lima e). Anais do Exército Brasileiro. nº 25/26, pág. 3, 1927. c/diversas fotos.
- SILVA (Simoens). Conferência Sobre os Estados Unidos, Canadá, Alaska e Havai. nº 39/40, pág. 645, 1930.

- SILVA (Valentim B. da). Discurso de Posse no Instituto. nº 91/92, pág. 177, 1943.
- SIMCH (Francisio R.) Artefatos Indígenas. nº 11/12, pág. 609, 1923.
Tambetás. nº 15/16, pág. 51, 1924.
Fisiografia do Rio Grande do Sul. nº 15/16, pág. 61, 1924.
Os Campos do Estado. nº 19/20, pág. 151, 1925.
- SOARES (J. O. Pinto)
Reminiscências Históricas da Guerra Contra o Ditador do Paraguai. nº 93, pág. 116, 1944.
Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina. nº 43/44, pág. 3, 1931.
Reminiscências Históricas. nº 73, pág. 97, 1939.
- SODRÉ (Alcindo). Visconde de Mauá - Irineu Evangelista de Sousa. nº 78, pág. 176, 1940.
- SOUSA (B. José). A Carreta do Rio Grande do Sul e do Sul de Mato Grosso. nº 91/92, pág. 77, 1943.
- SOUSA (Bernardino J.). Discurso. nº 76, pág. 297, 1939. Sessão Solene de 14/11/1939.
- SOUSA (J. P. Coelho de)
No Rio Grande do Sul não há Populações Estrangeiras. nº 79, pág. 234, 1940.
A Primeira Batalha dos Guararapes. nº 109/112, pág. 156, 1948.
- SOUSA DOCA (E. F. de)
Conferência. nº 1, pág. 57, Comemoração Cívica. J. V. Jardim, 1921.
Discurso. nº 1, pág. 126, 1921.
Vocábulos Tupís na Geografia Rio-Grandense. nº 1, pág. 89 e 225, nº 3, pág. 441, 1921; nº 8, pág. 485, 1922; nº 13/14, pág. 33, 1924; nº 17/18, pág. 91, 1925.
Documentos Históricos (notas). nº 11/12, pág. 337, 1923.
Memória Histórica. República Rio-Grandense. nº 11/12, pág. 397, 1923.
Biografia de Bento Manuel Ribeiro. nº 11/12, pág. 557, 1923.
Campanha de 1811. Discurso. nº 11/12, pág. 588, 1923.
Discurso pronunciado no 3º Aniversário do Instituto. nº 11/12, pág. 605, 1923.
Vocábulos. Indígenas na Geografia Rio-Grandense. nº 13/14, pág. 33, 1924; nº 17/18, pág. 91, 1925.
Efemérides - 29 de abril - 25 de julho - 30 de agosto - 7 de setembro - 12 de outubro - 9 de dezembro. nº 15/16, pág. 133 (1924; dias 24 de maio - 12 de abril - 26 de julho - 2 e 13 de dezembro. nº 19/20, pág. 237, 1925.
Discurso no 5º Aniversário do Instituto. nº 19/20, pág. 229, 1925.
Batalha do Passo do Rosário (anotações). nº 25/26, pág. 259, 1927.
Primeiro Centenário do Combate do Monte Santiago. nº 27, pág. 439, 1927.
A Independência do Uruguai. nº 27, pág. 477, 1927.

- O Jacuí e suas nascentes - Um problema gráfico. Conferência. nº 28, pág. 527, 1927.
- A Expedição do Gen. Rivera contra Bento Manuel em Maio de 1826; nº 28, pág. 597, 1927.
- O Brasil e a Independência do Uruguai. nº 35, pág. 465, 1929.
- Conferência Comemorativa do Centenário do Juramento da Constituição Política do Uruguai. nº 39/40, pág. 623, 1930.
- O Brasil no Prata 1815-1828. nº 41, pág. 31, 1931.
- Pela Verdade Histórica. nº 45, pág. 81, 1932.
- Deodoro. 1827-1927. nº 46, pág. 301, 1932.
- Ideologia Federativa na Cruzada Farroupilha. nº 48, pág. 194, 1932.
- A Missão Ponsonby. nº 49/50, pág. 3, 1933.
- Ensaio Psicológico do Marechal de Exército Bento Manuel Ribeiro. nº 53, pág. 3, 1934.
- Náufrágio de Martim Afonso de Souza. nº 57, pág. 53, 1935.
- O Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha. nº 58, pág. 165, 1935.
- Idéia Federativa do Brasil. nº 58, pág. 167, 1935.
- Condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão. nº 72, pág. 183, 1938.
- SOUSA JUNIOR (De). Gente que Eu Conheci. nº 85, pág. 190, 1942.
- SPALDING (Walter)
- O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. nº 43/44, pág. 163, 1931.
- Bento Gonçalves, Republicanismo e Separatismo. nº 47, pág. 41, 1932.
- Discurso proferido ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul. nº 48, pág. 281, 1932.
- Nótulas Bibliográficas. nº 48, pág. 308, 1933; nº 49/50, pág. 327, 1933.
- Nótulas Bibliográficas. nº 51, pág. 121; nº 52, pág. 283, 1933; nº 53, pág. 163; nº 54, pág. 335; nº 55, pág. 150; nº 56, pág. 303, 1934; nº 57, pág. 145; nº 60, pág. 295, 1935.
- Poesia do Povo. Folclore. nº 52, pág. 153, 1933.
- Mais um Pouco de Folclore - Farrapos e Barriga-verde. nº 54, pág. 299, 1934.
- Discurso. nº 54, pág. 321, 1934. Recepção a novos sócios.
- Uma Biografia Frustrada. nº 59, pág. 79, 1935.
- Pedro Chaves e Bonifácio Isas Calderón. nº 59, pág. 103, 1935.
- Bibliografia Farroupilha. nº 60, pág. 273, 1935.
- Bandeira e Brasão Farroupilhas. nº 60, pág. 273, 1935.
- Dragões do Rio Grande (Os). nº 64, pág. 219, 1936.
- Caxias e Bento Manuel Ribeiro. nº 63, pág. 75, 1936.
- Os Franceses no Brasil. nº 66, pág. 235, 1937.
- Discurso pronunciado ao ser recebido no Instituto o Dr. Olinto Santmartin. nº 68, pág. 257, 1938.
- Discurso de Saudação a Pedro Calmon. nº 69, pág. 119, 1938.
- A Imagem de São Pedro do Rio Grande. nº 69, pág. 139, 1938.

João da Silva Tavares (Visconde de Cerro Alegre). nº 71, pág. 3, 1938
c/foto.

Pré-História Americana e Brasileira. nº 75, pág. 81, 1939.

General João Borges Fortes. nº 87/88, pág. 3, 1943. Genealogia. c/foto.

Centenário do Visconde de Taunay. nº 89, pág. 1, 1943.

A Poesia a Serviço da História. nº 90, pág. 185, 1943.

Aquidabã. nº 90, pág. 205, 1943.

Rafael T. de Aguiar. Mauá. O Herói de Ibia. Símbolos Bárbaros. nº 90,
pág. 250, 1943.

Pecuária, Charque e Charqueadores no Rio Grande do Sul. nº 91/92,
pág. 123, 1943.

Gastão Penalva. nº 93, pág. 3, 1943.

O Patriarca do Rio Grande do Sul. Secção de Estudos Genealógicos.
nº 94, pág. 206, 1944.

Saudação ao ser recebido no Instituto o Padre Balduino Rambo, S.J.
nº 97, pág. 18, 1945.

O Brasil na Cartografia e na Lenda. nº 98, pág. 211, 1945.

Dois Ofícios de Alfonso Mabilde. nº 98, pág. 242, 1945.

O Instituto Histórico. nº 99, pág. 25, 1945.

Dr. Mário Teixeira de Carvalho. nº 100, pág. 135, 1945.

Notas de. D. Pedro II no Rio Grande do Sul durante a Guerra do Pa-
raguai. nº 109/112, pág. 171, 1948.

Coronel J. C. Rego Monteiro. Necrologia. nº 74, pág. 141, 1939.

Visconde de São José do Norte. nº 109/112, pág. 206, 1948.

T

TAVARES (João da S.) Apontamentos para a História da Revolução de 1835-
1845. nº 28, pág. 503, 1927.

TEIXEIRA (Danton). Saudação de Bagé. nº 93, pág. 120, 1944.

TEODORO (Irmão)

Esboço Geobotânico do Estado do Rio Grande do Sul. nº 62, pág. 251,
1936.

Origem do Homem. nº 64, pág. 187, 1936.

TERRA (Gabriel). O Barão de Mauá. Conferência. nº 29/30, pág. 13, 1928.
c/foto.

TESCHAUER, S.J. (Padre Carlos)

Poranduba Rio-Grandense ou Investigações Sobre as Origens do Es-
tado do Rio Grande do Sul. nº 2, pág. 228, 1921.

A Língua Guarani e o Venerável Padre Roque Gonzales. nº 3, pág.
418, 1921.

Geografia Imaginária e sua Influência na História. nº 13/14, pág. 171.
1924.

- Proceso del Padre Roque Gonzales y Compañeros Mártires Hecha ante el Ordinário. nº 23/24, pág. 480, 1921.
- Erva-Mate na História e na Atualidade. nº 23/24, pág. 559, 1926.
- Vida e Obra do Padre Roque, Gonzales de Santa Cruz, S.J., Primeiro Apóstolo do Rio Grande do Sul. nº 31, pág. 295, 1928. c/fotos.
- Capistrano de Abreu. nº 29/30, pág. 9, 1928.
- Segundo Ciclo das Lendas do Ouro na Bacia do Uruguai. nº 32, pág. 567, 1928.
- O Caráter do Proto-Mártir do Rio Grande do Sul. nº 32, pág. 609, 1928.
- TOLENS (Oscar R.). Osório, Infante, Poeta, Político, Soldado. nº 33/44, pág. 259, 1929.
- TOSCANO (Artur). Múcio Teixeira e o Seu Tempo. nº 32, pág. 473, 1928.
- TRUDA (Leonardo)
- Do Fico à Independência. Conferência. nº 8, pág. 385, 1922.
- A Primeira Estrada de Ferro Construída no Brasil. Irineu Evangelista de Souza. nº 11/12, pág. 545, 1923.
- Os Italianos no Rio Grande do Sul. nº 19/20, pág. 205, 1925.
- Cem Anos de Paz Argentino-Brasileira. Conferência. nº 32, pág. 579, 1928.
- Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. nº 38, pág. 163, 1930.

V

- VARGAS (Getúlio). Discurso pronunciado em 1906, saudando o Dr. Afonso Pena. nº 90, pág. 151, 1943.
- VASCONCELOS (Luís)
- Relatório Sobre o Rio Grande do Sul. nº 33/34, pág. 3, 1929.
- Ofício do Vice-Rei L. de Vasconcelos Sobre o Rio Grande do Sul. nº 33/34, pág. 41, 1929.
- VELLINHO (Moysés)
- Uruguai-Brasil. Discurso. nº 80, pág. 291, 1940.
- A Troca Sistemática dos Nomes das Ruas. nº 85, pág. 243, 1942.
- VIANA (Helio). Dois Documentos para a História da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. nº 86, pág. 283, 1942.
- VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO (O). Memórias. nº 5, pág. 3, 1922.

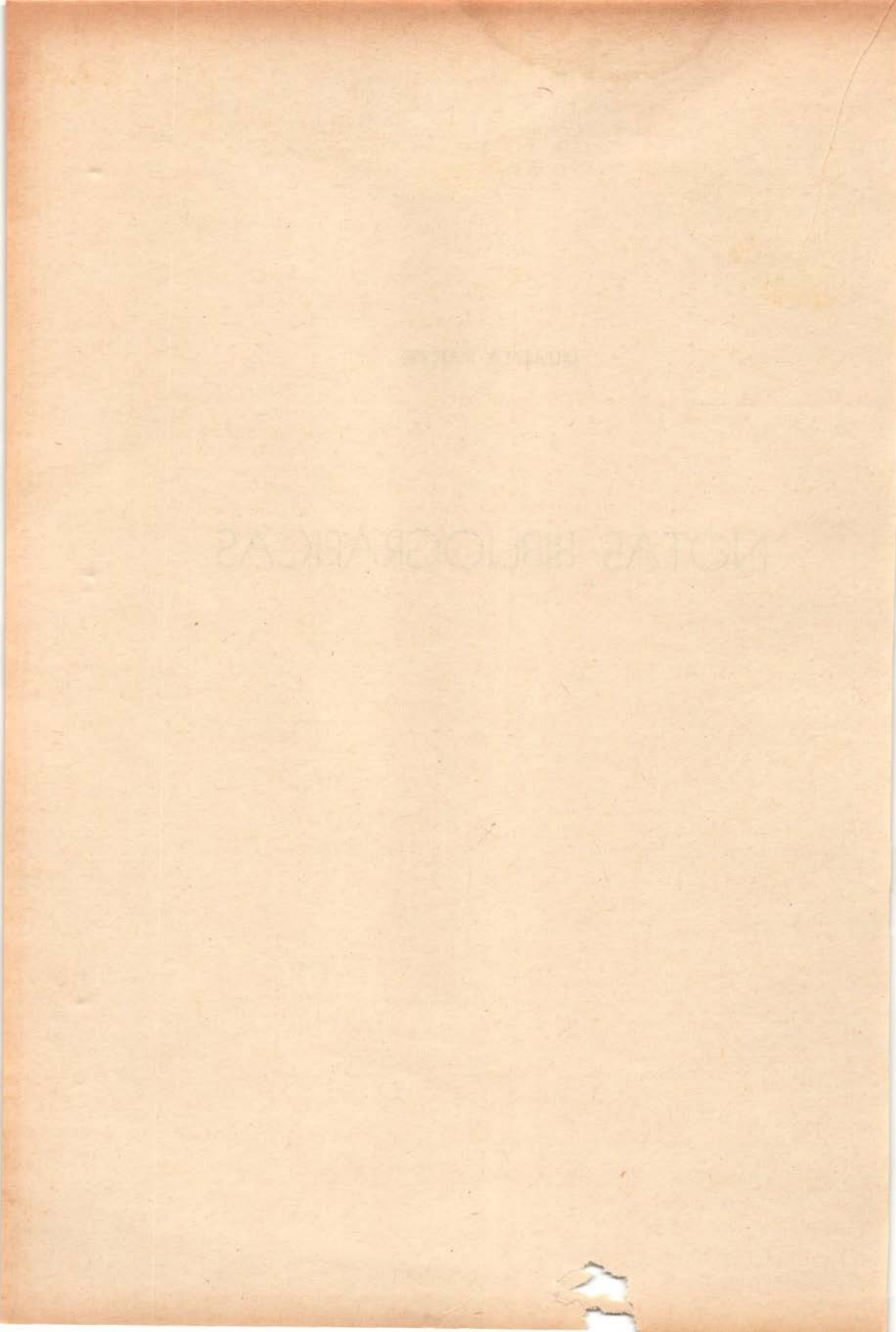
W

- WIEDERSPAHN (H. Oscar)
- Batalha de Ituzaingo. nº 52, pág. 227, 1933.
- A Conquista das Missões. nº 53, pág. 95, 1934.
- O Caso Saldanha. nº 56, pág. 167, 1934.
- Bento Gonçalves e Lavalleja. nº 59, pág. 57, 1935.

Invasões de Ceballos e Vertiz. nº 60, pág. 21, 1935.
O Homem da Pré-História. nº 62, pág. 227, 1936.
A Guerra das Reduções. nº 63, pág. 3, 1936.
A Conquista de Cerro Largo. nº 65, pág. 119, 1937.
Origens da Raça Mediterrânea Ocidental. nº 70, pág. 283, 1938.
Dos Descendentes do Vicentista Pedro Leme que Foram Povoar a Ses-
maria onde se Ergueria Porto Alegre. nº 101, pág. 151, 1946.
Tomada de Curuzu. nº 105/108, pág. 155, 1947.
O 3º Centenário da 1ª Batalha de Guararapes. nº 109/112, pág. 162, 1948.

QUARTA PARTE

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS



O GIGANTE E O RIO(*)

(A propósito da atuação de Mauá no Prata)

Espírito de expressão múltipla, aguçado por antigo trato com a poesia e outras atividades literárias, diplomata de altos postos e muita experiência, incansável estudioso de homens e coisas do Brasil, Teixeira Soares reunia todas as condições para sentir e avaliar em sua plenitude a soberba grandeza de Irineu Evangelista de Sousa. Em síntese admirável, o historiador pôde dar uma idéia das esmagadoras proporções a que se ergueu e em que se multiplicou aquele que, no entanto, viera ao mundo em silêncio, remoto filho de Arroio Grande. "À medida que passa o tempo" — diz ele — "a figura de Mauá vai crescendo como uma sombra que desce da cordilheira sobre a planície". Tais palavras, tão ricas, de tão flagrante justeza, iluminam a abertura de sua alentada monografia O GIGANTE E O RIO. E em certo sentido resumem todo o livro, que é, no fundo, o testemunho do enorme descompasso entre o homem de gênio e a época em que viveu.

Publicado há quase vinte anos, me constrange confessar que só agora, após tanto tempo, — eu aqui vizinhando com o empolgante assunto! — só agora me foi dado encontrar-me com uma obra cuja importância ressalta desde as primeiras páginas. O que torna o fato ainda mais embaraçoso para mim é que eu já tinha lido até publicações posteriores de Teixeira Soares, nas quais por sinal muito aprendera... Minha ou não a culpa, é difícil fugir à melancólica desconfiança de que livro é mercadoria que praticamente não circula no Brasil!

Com que agudeza crítica, com que conhecimento e penetração dos fatos e personagens, o autor, sem perder o pé em si mesmo, consegue movimentar-se por entre os torvos meandros da política daquele tempo, e naquele meio, para seguir de perto os grandes passos de Mauá. O drama do Gigante entre anões, enredado na teia infernal em que se entredevoravam os caudilhos e tiranos orientais e argentinos, assume proporções que espantam. Durante muito tempo iria arrastar-se a luta, entre repugnantes escamoteios e felonias de toda a ordem. E enquanto os estadistas do Império lavavam as mãos na bacia de Pilatos, Mauá caminhava passo a passo, olhando tudo de frente, para o calvário de sua ruína total, isto é, para a "falência mais gloriosa da história do Brasil".

Teixeira Soares nos deu um livro de larga e severa pesquisa. Aí está, como se vê, um diplomata que sempre usou as oportunidades da carreira para esmiuçar os arquivos e testemunhos que nos interessam e deles extrair o material em que se descobrem aspectos vitais da nossa política exterior. Nesse campo é inestimável o que devemos ao autor da HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL.

* Teixeira Soares — O GIGANTE E O RIO, Comp. Brasileira de Artes Gráficas (Edição do Autor), Rio de Janeiro, 1957.

Quanto ao volume que tenho sob os olhos, não se pense que o historiador se tenha restringido ao estudo das atividades de Mauá nas duas margens do Prata. Seria realmente difícil fragmentar a grande figura. Porque Mauá é todo um bloco, um bloco irredutível.

Moysés Vellinho

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Dado o longo período em que esteve suspensa a publicação desta revista, torna-se difícil reproduzir aqui a relação completa de todos os títulos de obras oferecidas à nossa biblioteca.

Damos, porém, a seguir, uma lista das publicações periódicas entradas no correr do ano de 1974, com os nossos agradecimentos pela gentileza da remessa.

Procuraremos manter em dia o nosso serviço de intercâmbio com todas as entidades que nos distinguirem com a oferta de suas publicações.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO ANO DE 1974

1. ALMANAQUE DO CORREIO DO POVO - 1974. Porto Alegre.
2. AMERICAN JEWISH HISTORICAL QUARTERLY - v.63, n.1 a 4, 1973/1974; v.46, n.1, 1974. Philadelphia.
3. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL - v.92, 1972. Rio de Janeiro.
4. ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: 4ª sessão legislativa ordinária da 6ª legislatura - v.1 a 16, 1970. Brasília.
5. ANAIS DE HISTÓRIA - v.5, 1973. Assis.
6. ANUÁRIO ACADÊMICO de 1973. Lisboa.
7. ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL - v.32, 1973. Petrópolis.
8. ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO - v.2, 1973. Rio de Janeiro.
9. ARCHIVUM HISTORICUM SOCIETATIS IESU - v.42, n.84, 1973; v.43, n.85, 1974. Romae.
10. ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO - v.2, n.1, 1974. Rio de Janeiro.
11. ARQUIVOS - v.1, n.5 e 6, 1972. Curitiba.
12. ARQUIVOS DE ZOOLOGIA - v.24, n.1 a 4, 1973. São Paulo.
13. ARQUIVOS DO MUSEU PARANAENSE: Nova Série. Arqueologia - n.6, 1972. Curitiba.
14. BOLETIM BIBLIOGRÁFICO /da/ BIBLIOTECA MUNICIPAL MÁRIO DE ANDRADE - v.33, 1973. São Paulo.
15. BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DA BIBLIOTECA NACIONAL - v.17, n.1 e 2, 1967; v.18, n.1 a 3, 1973; v.19, n.1, 1974. Rio de Janeiro.
16. BOLETIM DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA: Nova Série - v.44, n.1 a 3, 1972. Lisboa.
17. BOLETIM /da/ DIVISÃO DE GEOLOGIA E MINERALOGIA /do/ DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL - n.256, 1972. Rio de Janeiro.
18. BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR - v.43, 1974. Lisboa.
19. BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA - v.1, n.2 e 3, 1971; v.2, n.4 a 8, 1971/1972; v.3, n.9 e 10, 1973. Rio de Janeiro.
20. BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA: Comemorativo ao Sesqui-centenário da Independência, 1822-1972 - 1972. Santa Maria.
21. BOLETIM /do/ DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E INFORMAÇÃO DO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA - v.13, n.35 a 45, 1973; v.14, n.1 a 21, 24, 27, 28, 30 a 38, 1974. Bonn.

22. BOLETIM /do/ GABINETE DE PESQUISA DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL - v.2, n.4, 1974. Porto Alegre.
23. BOLETIM DO GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA - n.22, 1972/1973. Porto Alegre.
24. BOLETIM DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ACÚSTICA - v.14, n.6 a 14, 1973/1974; v.15, n.3 a 5, 1974. São Paulo.
25. BOLETIM /do/ INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO - n.50, 1973. São Paulo.
26. BOLETIM INFORMATIVO DA FAPERGS - v.1, n.9, 1973; v.2, n.10 a 13, 1974. Porto Alegre.
27. BOLETIN DE LA ACADEMIA NACIONAL DE CIENCIAS - v.50, 1973. Córdoba.
28. BOLETIN DE LA ACADEMIA NACIONAL DE HISTÓRIA - v.56, n.121, 1973. Quito.
29. BOLETIM DE LA REAL ACADEMIA DE LA HISTÓRIA - v.170, n.2 e 3, 1973; v.171, n.1, 1974. Madrid.
30. BOLETIN /del/ ARCHIVO GENERAL DE LA PROVINCIA - v.4/5, n.4/5. Santa Fé.
31. BOLETIN /del/ INSTITUTO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA: Época II - n.4 a 6, 1973. México.
32. BOLETIN HISTÓRICO /del/ ESTADO MAYOR GENERAL DEL EJERCITO - n.128/131, 1971; n.132/135, 1972. Montevideo.
33. BULLETIN OF THE GEOLOGICAL INSTITUTIONS OF THE UNIVERSITY OF UPPSALA: New Series - v.5, 1973. Uppsala.
34. CADERNO DE ARTES E TRADIÇÕES POPULARES - v.1, n.1, 1973. Paranáguá.
35. CONGRESSOS - v.1, n.1 a 4, 1974. Rio de Janeiro.
36. CRÔNICA - 1. e 2. sem. 1969; e 2. sem. 1970. Duque de Caxias.
37. CUADERNOS HISPANOAMERICANOS - n.277 a 282, 1973; n.283 a 290, 1974. Madrid.
38. ESTANDARTE CRISTÃO - v.80, n.1582, 1973; v.81, n.1583 a 1586, 1974. Porto Alegre.
39. ESTUDOS - v.33, n.4, fasc. 130, 1973; v.34, n.1 a 3, fasc. 131 a 133, 1974. Porto Alegre.
40. ESTUDOS HISTÓRICOS - n.11, 1972. Marília.
41. GEOGRAPHICA: 2ª Época - v.15, n.1 a 4, 1973. Madrid.
42. O GRANDE RIO GRANDE - v.1, n.7, 1973; v.2, n.8 a 13, 1974. Porto Alegre.
43. HISTÓRIA PARAGUAYA - v.14, 1973. Assunción.
44. HUMBOLDT - v.13, n.27 e 28, 1973. Munique.
45. INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS - v.42, 1973. São Paulo.
46. A LAVOURA - v.76, n.5 e 6, 1973; v.77, n.1 a 5, 1974. Rio de Janeiro.
47. MENSAGEM - v.2, n.7 e 8, 1974; v.3, n.9, 1974. Porto Alegre.
48. MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL - v.4, n.10 a 12, 1973; v.5, n.1 a 9, 1974. Rio de Janeiro.
49. MISCELANEA /de la/ ACADEMIA NACIONAL DE CIENCIAS - n.53 e 54, 1973. Córdoba.
50. NÁUTICO NOTÍCIAS - out. a dez. 1973; jan. a out. 1974. Fortaleza.
51. NAVIGATOR - n.8, 1973. Rio de Janeiro.
52. NO MAR - v.10, n.362, 1974. Rio de Janeiro.
53. NOTÍCIA GEOMORFOLÓGICA - v.12, n.24, 172. Campinas.
54. PAPÉIS AVULSOS DE ZOOLOGIA - v.27, n.1 a 21, 1974. São Paulo.
55. PAULISTANIA - n.77, 1972/1973. São Paulo.
56. PERFIL - v.1, n.4, 1973; jul. 1974. São Paulo.
57. PESQUISAS: Antropologia - n.25, 1973; n.26 e 27, 1974. São Leopoldo.
58. PUBLICACIÓN DEL ARCHIVO HISTÓRICO DE TUCUMÁN: Série Especial - n.24, v.1, 1972. Tucumán.
59. PUBLICACIONES DEL ARCHIVO HISTORICO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES - v.40, 1972. La Plata.

60. PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS - v.27 a 29, 1973. São Paulo.
61. PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - v.24, 1970; v.25, 1973. Rio de Janeiro.
62. RELATÓRIO /da/ FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - 1973. Porto Alegre.
63. REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA - v.5, n.15 a 18, 1973. Rio de Janeiro.
64. REVISTA BRASILEIRA DE FOLCLORE - v.12, n.36 e 37, 1973. Rio de Janeiro.
65. REVISTA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO RIO GRANDE DO SUL - v.17, n.3 e 4, 1973; v.18, n.1, 1974. Porto Alegre.
66. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE PORTO ALEGRE - v.6, n.1, 1972. Porto Alegre.
67. REVISTA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - v.43, fasc. 85/86, 1973. São Paulo.
68. REVISTA DE HISTÓRIA - ano 24, v.47, n.95 e 96, 1973; ano 25, v.48 e 49, n.97 a 99, 1974. São Paulo.
69. REVISTA DE LA SOCIEDAD BOLIVARIANA DE VENEZUELA: Segunda Etapa - v.31, n.101, 1974. Caracas.
70. REVISTA DEL INSTITUTO DE HISTÓRIA DEL DERECHO RICARDO LEVENE - n.23, 1972. Buenos Aires.
71. REVISTA DO ATENEU ANGRENSE DE LETRAS E ARTES - v.2, n.2 e 3, 1974. Angra dos Reis.
72. REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS - n.14, 1973. São Paulo.
73. REVISTA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - v.2, n.2, 1974. Porto Alegre.
74. REVISTA O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO - v.299 a 301, 1973. Rio de Janeiro.
75. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS - v.30, 1973. Maceió.
76. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS: Nova Fase - n.1, 1972, n.2, 1973. Goiânia.
77. REVISTA HISTÓRICA: 2ª Época - v.47, t.44, n.130/132, 1973. Montevidéo.
78. REVISTA GRUPO INDUSTRIAL SANTISTA - v.1, n.1, 1973; n.2, 1974. São Paulo.
79. REVISTA MILITAR BRASILEIRA - ano 59, v.102 (número comemorativo) e v.103, n.3/4, 1973; ano 60, v.104, n.1/2, 1974. Brasília.
80. REVISTA RODOVIÁRIA - v.2, n.8 e 9, 1974. Porto Alegre.
81. SCALA: Edição luso-brasileira - n.11 e 12, 1973; n.1 a 12, 1974. Frankfurt/Main.
82. SINOPSE ESTATÍSTICA DO ENSINO PRIMÁRIO - 1971 e 1972. Rio de Janeiro.
83. SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL - v.25, 1972. Duque de Caxias.
84. SÚMULA DE DISCURSOS: 2ª sessão legislativa da 7ª legislatura - v.22, n.1 e 2, 1972. Brasília.
85. SURVEYING NEWS - n.24 e 25, 1972; n.26, 1973. Jena.
86. TRABAJOS Y COMUNICACIONES - t.22, 1972. La Plata.
87. UNITAS - v.62, n.7 a 12, 1973; v.63, n.1 a 8, 1974. Porto Alegre.
88. —: Guia católico da arquidiocese de Porto Alegre - v.63, 1974, número especial. Porto Alegre.
89. UNIVERSIDAD PONTIFICIA BOLIVARIANA - v.33, n.114/115, 1972. Medellín.
90. VERITAS - v.18, n.72, 1973; v.19, n.73 a 75, 1974. Porto Alegre.
91. VOZES E LETRAS - v.3, n.8, 1974. Petrópolis.

JORNAIS RECEBIDOS NO ANO DE 1974

1. CORREIO DO POVO - v.79, n.75, jan. 1974 à v.80, n.77, dez. 1974. Porto Alegre.
2. DIÁRIO OFICIAL /do/ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - v.32, n.167, jan. 1974 a v.33, n.141, dez. 1974. Porto Alegre.
3. JORNAL AMRIGS - v.22, n.1 a 4, edição extra, 5, 6, supl., 7, 8, 10, 1973 e 1974. Porto Alegre.
4. JORNAL DE LAJEADO - n.25, 29, 30 a 57, 60, 63 a 66, 71 a 73, 1974. Lajeado.
5. JORNAL DOS TRANSPORTES - v.4, n.29 a 35, 1973 e 1974. Rio de Janeiro.
6. SURPRESA - v.1, n.4 a 9, 1974. Porto Alegre.
7. TRIBUNA ALEMÃ - v.9, n.97 a 99, 1973; v.10, n.100 a 106, 108 a 110, 1974.

PESSOAS QUE DOARAM OBRAS AO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

(no ano de 1974)

- | | |
|-------------------------------------|--|
| 1. Adroaldo Mesquita da Costa | 19. Lothar Hessel |
| 2. Aníbal Barrios Pinto | 20. Maria de Lourdes Ferlini de Araujo |
| 3. Antônio Leebmann | 21. Maria de Lourdes Oliveira Duarte |
| 4. Antônio Rangel de Souza | 22. Marina Buys |
| 5. Armando Dias de Azevedo | 23. Mirza Maria de Oliveira Duarte |
| 6. Arthur Ferreira Filho | 24. Moysés Vellinho |
| 7. Athos Damasceno Ferreira | 25. Nestor Pereira |
| 8. Cláudio Moreira Bento | 26. Odilon Nunes |
| 9. Décio Freitas | 27. Olavo Carlos Wagner |
| 10. Fernando Ronna | 28. Pedro Brasil Bandecchi |
| 11. Francisco Riopardense de Macedo | 29. Pedro Calmon |
| 12. Heinrich A. W. Bunse | 30. Riograndino da Costa e Silva |
| 13. Hélio Moro Marante | 31. Ruben Neiss |
| 14. Itálico Marcon | 32. Tanus Jorge Bastani |
| 15. João Afonso Côrte Real | 33. Thomaz Carlos Duarte |
| 16. João Maria Balém | 34. Tito Lívio Ferreira |
| 17. Jonas Correia Neto | 35. Venceslau Muniz |
| 18. José de Araújo Fabrício | 36. Viriato Dutra |

INSTITUIÇÕES QUE DOARAM OBRAS AO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

(no ano de 1974)

1. Academia das Ciencias de Lisboa (Lisboa - Portugal)
2. Academia Nacional de Ciencias (Córdoba - Argentina)
3. Academia Nacional de História (Quito - Equador)
4. Academia Paraguaya de la Historia (Assunção - Paraguai)
5. American Jewish Historical Society (Waltham, Mass. - Estados Unidos)
6. Archivo General de la Provincia (Santa Fé - Argentina)
7. Archivo Historico de Tucuman (Tucuman - Argentina)
8. Archivo Historico de la Provincia de Buenos Aires (La Plata - Argentina)

9. Archivum Historicum Societatis Iesu (Roma - Itália)
10. Arquivo Histórico Militar (Lisboa - Portugal)
11. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro - GB)
12. Associação de Professores Católicos de Porto Alegre (Porto Alegre - RS)
13. Associação dos Arquivistas Brasileiros (Rio de Janeiro - RJ)
14. Associação Médica do Rio Grande do Sul - AMRIGS (Porto Alegre - RS)
15. Associação Rio-Grandense de Imprensa - ARI (Porto Alegre - RS)
16. Ateneu Angrense de Letras e Artes (Angra dos Reis - RJ)
17. Biblioteca Municipal Mário de Andrade (São Paulo - SP)
18. Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro - RJ)
19. Câmara dos Deputados (Brasília - DF)
20. Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (Rio de Janeiro - RJ)
21. Centro de Documentação do Exército (Brasília - DF)
22. Centro de Documentação e Publicações do Ministério dos Transportes (Rio de Janeiro - RJ)
23. Centro de Estudos Portugueses da Universidade Federal do Paraná (Curitiba - PR)
24. Círculo de Estudos Brasileiros "João Camilo de Oliveira Torres" (Porto Alegre - RS)
25. Clube Piratininga (São Paulo - SP)
26. Comisión Nacional de los Salarios Mínimos (México - México)
27. Comissão Nacional do Centenário de Nascimento de Plácido de Castro (Rio de Janeiro - GB)
28. Conselho Federal de Cultura (Rio de Janeiro - RJ)
29. Consulado Geral da República da Alemanha (Porto Alegre - RS)
30. Correio do Povo (Porto Alegre - RS)
31. Cúria Metropolitana (Porto Alegre - RS)
32. Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Porto Alegre - RS)
33. Departamento de Estudios Historicos del Estado Mayor del Ejército (Montevideo - Uruguai)
34. Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Campinas - SP)
35. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (Assis - SP)
36. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (Marília - SP)
37. Departamento de História da Universidade de São Paulo (São Paulo - SP)
38. Departamento de História de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata (La Plata - Argentina)
39. Departamento de História do Centro de Estudos Básicos da Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria - RS)
40. Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (São Paulo - SP)
41. Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (Porto Alegre - RS)
42. Departamento Nacional da Produção Mineral (Rio de Janeiro - RJ)
43. Direx - Serviços de Divulgação (Rio de Janeiro - RJ)
44. Divisão Cultural do Sport Club Internacional (Porto Alegre - RS)
45. Editora Cuiabá (Cuiabá - MT)
46. Editora da URGs (Porto Alegre - RS)
47. Editora Vozes (Petrópolis - RJ)
48. Editorial Consórcio (Porto Alegre - RS)
49. Elevadores Súr (Porto Alegre - RS)
50. Embaixada da República Federal da Alemanha (Brasília - DF)
51. Escola de Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo - RS)
52. Faculdade de Direito de Porto Alegre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre - RS)
53. Fernando Chinaglia Distribuidora (São Paulo - SP)
54. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS (Porto Alegre - RS)

55. Gabinete Português de Leitura (Porto Alegre – RS)
56. Geological Institutions of the University of Uppsala (Uppsala – Suécia)
57. Grupo Industrial Santista (São Paulo – SP)
58. Igreja Episcopal do Brasil (Porto Alegre – RS)
59. Institute for Scientific Co-operation (Tübingen – Alemanha)
60. Instituto Anchietano de Pesquisas (São Leopoldo – RS)
61. Instituto Brasileiro de Acústica (São Paulo – SP)
62. Instituto de Cultura Histórica (Madri – Espanha)
63. Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (São Paulo – SP)
64. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre – RS)
65. Instituto de Geografia Aplicada del Patronato “Alonso Herrera” del C.S.I.C. (Madri – Espanha)
66. Instituto de História Argentina y Americana “Diego Luis Molinari” de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (Buenos Aires – Argentina)
67. Instituto de História del Derecho Ricardo Levene de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (Buenos Aires – Argentina)
68. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Rio de Janeiro – RJ)
69. Instituto Estadual do Livro (Porto Alegre – RS)
70. Instituto Geográfico e Geológico (São Paulo – SP)
71. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro – RJ)
72. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (Maceió – AL)
73. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (Goiânia – GO)
74. Instituto Nacional de Antropología e História (Córdoba – México)
75. Jornal da Lajeado (Lajeado – RS)
76. Museu de Arqueologia e Artes Populares (Paranaguá – PR)
77. Museu Histórico Nacional (Montevideu – Uruguai)
78. Museu Imperial (Petrópolis – RJ)
79. Museu Paranaense (Curitiba – PR)
80. Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (São Paulo – SP)
81. Náutico Atlético Cearense (Fortaleza – CE)
82. Organización Meteorológica Mundial (Genebra – Suíça)
83. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo – SP)
84. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre – RS)
85. Prefeitura Municipal de Cubatão (Cubatão – SP)
86. Real Academia de la Historia (Madri – Espanha)
87. Redaktion Vermessungs Information (Jena – Alemanha)
88. Scala (Frankfurt Main – Alemanha)
89. Secretaria da Administração (Porto Alegre – RS)
90. Secretaria Geral do Ministério dos Transportes (Rio de Janeiro – RJ)
91. Serviço de Documentação Geral da Marinha (Duque de Caxias – RJ)
92. Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Ministério de Educação e Cultura (Rio de Janeiro – RJ)
93. Sociedad Bolivariana de Venezuela (Caracas – Venezuela)
94. Sociedade Nacional de Agricultura (Rio de Janeiro – RJ)
95. Sudesul (Porto Alegre – RS)
96. Tribuna Alemã (Hamburgo – Alemanha)
97. Tribunal da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre – RS)
98. Universidad Pontificia Bolivariana (Medellin – Colombia)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

(Quadro social em janeiro de 1974)

Efetivos:

1. Adroaldo Mesquita da Costa
(sócio fundador)
2. Amyr Borges Fortes
3. Armando Dias de Azevedo
(sócio fundador)
4. Arnaldo Bruxel
5. Arthur Ferreira Filho
6. Athos Damasceno Ferreira
7. Carlos Dante de Moraes
8. Carlos de Paula Couto
9. Carlos de Souza Moraes
10. Carlos Reverbel
11. Dante de Laytano
12. Eurico Rodrigues
13. Francisco Riopardense de
Macedo
14. Guilhermino Cesar da Silva

Efetivos:

15. Heinrich Adam Wilhelm
Bunse
16. João Maria Bento Balém
17. João Palma da Silva
18. José de Araujo Fabrício
19. José Pereira Coelho de Souza
20. Laudelino Teixeira de Medeiros
21. Lourenço Mário Prunes
22. Luís Alberto Cibils
23. Mário Calvet Fagundes
24. Moacyr Domingues
25. Moysés de Moraes Vellinho
26. Paulo Jaurés P. Xavier
27. Renato Costa
28. Riograndino da Costa e Silva
29. Ruben Neiss
30. Walter Spalding

SÓCIOS FALECIDOS

em 1973-1974

GABRIEL MENNA BARRETO - nasceu em Jaguarão em 11 de março de 1899 e faleceu em Porto Alegre em 24 de março de 1973.

OLYNTHO SANMARTIN - nasceu em Santa Maria em 31 de dezembro de 1897 e faleceu em Porto Alegre em 21 de julho de 1973.

RINALDO PEREIRA DA CÂMARA - nasceu em Porto Alegre em 7 de maio de 1899 e faleceu em Porto Alegre em 20 de agosto de 1974.



Composto e impresso na
GRÁFICA EDITORA A NAÇÃO S.A.
Porto Alegre — OF 1237